

PUC

LILIA FERREIRA LOBO

OS INFAMES DA HISTÓRIA:
A INSTITUIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS NO BRASIL

VOLUME I

Tese Doutorado

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1997

Departamento de Psicologia

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453

RIO DE JANEIRO – BRASIL

EN.Ch. 150 L799 TESE UC
Títul. s infames da História



Ed. 1 - PUCB

0134955

1979

LILIA FERREIRA LOBO

OS INFAMES DA HISTÓRIA:
A INSTITUIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS NO BRASIL

VOLUME I

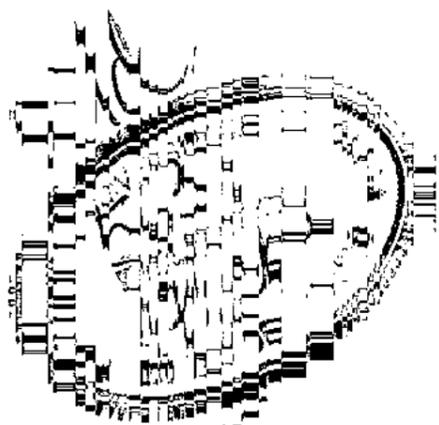
Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da
PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção
do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Esther Maria de Magalhães Arantes

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1997

V-72016-6



1349

1100
L 799
-588 UC
v. 1

Para meus filhos, Luciana e Bruno, a memória do futuro.

Para meus pais, Beto e Áurea, cujas vozes ainda murmuram nos meus ouvidos a saudade da presença e das histórias de outros tempos.

AGRADECIMENTOS

À professora Esther Maria de Magalhães Arantes, minha orientadora, para quem, como na língua portuguesa, o saber tem sabor - pela sensibilidade, confiança e paciência com que acompanhou as dificuldades da realização deste trabalho.

Ao Departamento de Psicologia da UFF pela prorrogação de minha licença face aos acidentes de percurso.

Ao CNPq pela bolsa concedida.

À FAPERJ pela possibilidade de finalizar este trabalho.

Aos meus colegas de turma e aos professores do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, com saudade da convivência e da troca.

As secretárias Marise e Verinha, almas generosas, gentis e competentes da Pós-Graduação.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos onde realizei a pesquisa, e em especial: à Graça e ao Luis Antônio, chefes da Seção de Obras Gerais da Biblioteca Nacional; à Maria Madalena dos Santos, chefe da Biblioteca da Academia Nacional de Medicina; à Maria Helena Santos da Cunha, chefe do Arquivo da Colônia Juliano Moreira.

A Fernando Micelli pela disponibilidade na realização das fotos.

À Ilza Autran pela riqueza da troca.

À Magali Gouveia Engel pelas dicas preciosas que me ofereceu no início da pesquisa.

Ao meu terno amigo Márcio Aurélio Peres da Silva pela pesquisa nas bibliotecas de Paris e pelo rico material que me enviou de lá; e à Charles le Tertre pelo incentivo da “união franco-brasileira”.

À Adelaide Coimbra, minha irmã, para quem todo o agradecimento será muito pouco perto do que fez por mim.

À Cecília Coimbra, grande amiga de sempre, pela generosidade de seu coração imenso.

A José Novais, amigo e companheiro de trabalho, a quem nem sei como agradecer a presença em horas difíceis.

À Mirtha Ramirez e Lucineide Morales, pela sorte de tê-las como amigas, pelo incentivo, paciência de me agüentar e pela infraestrutura que me ofereceram para realizar boa parte do trabalho.

À Ana Lúcia Barros, querida amiga e companheira das horas de recreio, pela ajuda e preocupação comigo.

À Beatriz de Sá Leitão, a quem tanto admiro, por ter se lembrado de mim na hora em que mais precisei.

Ao José Olímpio que no limite de suas possibilidades sempre se dispôs a me ajudar.

Às atribulações da vida, meus grandes mestres na arte de vencê-las e viver o presente.

A todos os autores vivos e mortos, famosos e infames, que o acaso dos encontros nos aproximou e cujo vozerio incessante constituiu este trabalho.

RESUMO

Analisar o processo de instituição das deficiências é tomá-las imediatamente em sua historicidade, admitindo que, no mesmo momento em que se deu o aparecimento de certos cuidados com elas, não só começaram a se engendrar os sentidos que hoje lhes atribuímos, mas principalmente o surgimento de um novo tipo bem específico de mecanismo normalizador das diferenças que, por extensão, se deslocou por toda a sociedade. Não se trata, portanto, de considerar as deficiências como marcas biológicas pré-existentes que atravessaram os tempos com as variações que as mudanças de costumes e das sensibilidades, ou a evolução que o conhecimento científico lhes impuseram. Elas são abordadas enquanto construção de novos sentidos para os corpos, através dos processos históricos que os individualizaram a partir de certas percepções de suas diferenças, não para julgar a cientificidade dos saberes e das práticas assim constituídos, mas para promover a visibilidade de um novo tipo de poder que estes representam.

Os infames da história são aqui considerados no contexto das minorias, daqueles que postos à margem, foram úteis ao controle e à expansão dominantes, ao mesmo tempo em que produziram variações singulares que nos constituem enquanto Brasil. Por isso, esta tese apresenta-se também com uma da história dessas minorias, na busca das antigas proveniências no mundo colonial, em confronto com as práticas especializadas que as institucionalizações do século XIX e do início do século XX começaram a produzir.

Para o desenrolar dessa trama foram escolhidos quatro eixos de formação dos padrões de normalidade e que correspondem aos quatro capítulos desta tese, a saber:

- as contribuições das noções de monstruosidade e degenerescência;
- dos controles inquisitoriais ao movimento eugênico;
- do corpo descartável do escravo aos critérios de eficiência burguesa para o trabalho;
- e, por último, das exclusões coloniais às separações institucionais realizadas pelos saberes médico-pedagógicos e pelas práticas dos primeiros estabelecimentos especializados.

ABSTRACT

In order to analyze the process of institutionalization of the deficiencies we must take them immediately in their historicity, admitting that, when special cares towards them started to be taken, both the meanings which we attribute to them nowadays and a new type of very specific normalization mechanism towards the differences (which, by extension, spread towards all the society) came to exist. It is not the case, though, of considering the deficiencies as pre-existing biological marks which traverse the times suffering variations imputed to them by changes in behavior or by the evolution of scientific knowledge. They are seen as the construction of new meanings for the bodies through historical processes that individualized them from some perceptions of their differences, not in order to judge how scientific the knowledges and practices were but to promote the visibility of a new kind of power represented by them.

The ones history considered infamous are here regarded in the context of minority groups, of those who, placed at the margin of the system, were useful to the dominant control and expansion. In the meantime, they produced singular variations which helped to build our country. Therefore, this thesis is also presented as a part of the history of these minority groups in the search of ancient origins in the colonial world against the specialized practices which the institutionalization of the late nineteenth and early twentieth century began to produce.

In order to develop this plot, four axes of normality patterns formation were chosen, which correspond to the four chapters of the thesis:

- contributions from the concepts of monstrosity and degeneration;

- from the inquisitor control to the eugenic movement;

- from the discardable body of the slaves to the bourgeois efficiency

criteria regarding work;

- from the colonial exclusions to the institutional separations realized by the medical and pedagogical knowledge and by the practices of the first specialized establishments.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1. A Propósito do Título	1
2. Problematização Genealógica da Deficiência	4
3. Passos e Descompassos da Pesquisa	11
CAPÍTULO I - <i>Monstros e Degenerados</i>	15
1. A Terra Descoberta: Monstros, Maravilhas e Seu Averso	15
2. O Índio: Monstro Canibal	22
3. Monstros: Do Mundo das Similitudes ao Mundo das Representações	32
4. A Biologia dos Monstros: Degenerescência da Espécie	42
5. Espelhos da Alma: os Estigmas da Degenerescência	60
6. O Idiota: Monstro Completo	70
7. Monstros Famosos das Feiras, Monstros Infames da Ciência	79
CAPÍTULO II - <i>Os Tribunais: Inquisição e Eugenia</i>	88
1. Da Inquisição Moderna à Medicina Social	88
2. A Peste e o Poeta: a História de Brites Fernandes de Camaragibe	95
3. Brites: Personagem do Controle Inquisitorial	118
4. A Inquisição e a Colônia	125
5. Confissão: Sexo Anormal dos Anormais	129
6. Movimento Eugênico: Tribunal de Todos os Desvios	139
7. Retrato da Tristeza Brasileira: o Doente Cantor da Misericórdia	162

CAPÍTULO III - <i>As Marcas da Deficiência: Corpo Cativo e Corpo Assujeitado</i>	165
1. Os Fantasmas Reais da Escravidão	165
2. Pau, Pão e Pano: a Escrita no Corpo	189
3. Corpo Cativo: Saberes, Rebeldias e Resistências	216
4. Corpo Descartável e Trabalho Industrial: Tereza de Cabinda, a Rainha-Escrava do Engenho de Sebiró	229
5. As Teorias do Racismo: Domesticação e Disciplina	256
6. Do Trabalhador Livre ao Operário Higienizado: Corpo Deficiente e Fardo Social	295
CAPÍTULO IV - <i>Da Exclusão Colonial à Inclusão Institucional</i>	332
1. A Terra Descoberta: Reino da Exclusão	332
2. Urgências do Controle Sobre a Colônia: Os Instrumentos da Caridade	359
3. Novas Vigilâncias: a Aliança Médico-Filantrópica	406
4. Institucionalizações da Psiquiatria e os Discursos Médico-Pedagógicos: A Criança Anormal	469
5. Dispositivos Institucionais: Os Primeiros Estabelecimentos Especializados	532
CONSIDERAÇÕES FINAIS	580
BIBLIOGRAFIA	584
APÊNDICE - FOTOS	627

APRESENTAÇÃO

1. *A Propósito do Título*

“Estas vidas, por que não ir escutá-las lá onde
falam por si próprias?”

Michel Foucault*

Existências infames: sem absolutamente qualquer notoriedade, obscuras assim como milhões de outras que desapareceram e desaparecerão no tempo sem deixar rastro - nenhuma nota de fama, nenhum feito de glória, nenhuma marca de nascimento, apenas o infortúnio de vidas cinzentas para a história e que se desvanecem nos registros porque ninguém as considera relevantes para serem trazidas à luz. Nunca tiveram importância nos acontecimentos históricos, nunca nenhuma transformação perpetrou-se por sua colaboração direta. Apenas algumas vidas em meio a uma multidão de outras, igualmente infelizes, sem nenhum valor. Porém, sua desventura, sua vilania, suas paixões alvos ou não da violência instituída, sua obstinação e sua resistência encontraram em algum momento quem as vigiasse, quem as punisse, quem lhes ouvisse as manifestações de alegria, as canções de lamento ou os gritos de horror.

Os invisíveis da história e que, no entanto, sempre estiveram lá, nas poucas inscrições onde foi registrada a rápida passagem de suas existência por alguém que muito apressado ocupou-se deles; dos feitos sem glória dessa gente sem fama, mal posta, mal-dita e sempre malfadada. São infames não porque seus feitos foram

* *A vida dos homens infames*, in FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* ... Portugal, Vega, s/d, p. 98.

abomináveis - há traidores como Joaquim Silvério dos Reis e assassinos como a "Fera da Penha" que ficaram famosos, têm lugar garantido na memória de todos. Se, ao contrário, as inúmeras vidas infames estão fadadas ao anonimato e principalmente ao esquecimento, então o que faz ressurgir umas e não outras? Elas não têm a linha contínua de permanência das histórias grandiloqüentes que se repetem nas "lendas douradas"¹ dos livros didáticos. Sua lenda é invertida, turva, interrompida, perdida no fundo do baú das coisas inúteis. O que as faz às vezes ressurgir é o acaso do encontro de documentos esparsos com a intenção de quem as perscruta. Nada têm de grandioso, mas guardam certa grandeza no sofrimento, revelam muito de seu tempo em seu fugidio clarão e, com certeza, foram objeto de ódio, de piedade ou desprezo de seus contemporâneos. Foram vidas detidas por uma instituição, aprisionadas pelas condições que lhes foram impostas, maldição das relações de poder, e das quais restaram apenas alguns vestígios, poucas frases, atas apressadas e documentos burocráticos, prontuários médicos, pequenos relatos, fotos² e imagens desbotadas de sua má sorte. Pois esse acontecimento tão pouco provável que as fez reaparecer em sua insignificância pôde-se dar, não só pela paciência de quem as leu como intensidade, mas principalmente porque conseguiram sobreviver ao descuido a que está relegada a maior parte dos arquivos brasileiros. Trata-se, portanto, daquelas frágeis existências reais que pouco falaram por si mesmas e que viveram como aleijados, paralíticos, deformados, doentes, mentecaptos, alienados ou débeis mentais, cegos, surdos-mudos,³ enfim os que foram considerados inválidos e incapazes de toda espécie. De outro modo, teriam ficado perdidos no sono

¹FOUCAULT, M., *A vida dos...*, op. cit., p. 100.

²Foram recolhidos fotos e desenhos, um pequeno acervo iconográfico da época, que poderão integrar o texto. Por enquanto compõem o Apêndice, acessível à Banca Examinadora.

³São mantidas as nomenclaturas da época. Esta pesquisa não tratará dos loucos que apenas poderão aparecer ou quando incluídos, juntamente com os idiotas, na categoria dos alienados, ou quando for necessário compará-los, já que ambos são até hoje objetos da psiquiatria.

do passado entre outros mortos, para sempre. Mas o acaso dos encontros as expulsou enfim da penumbra e projetou suas figuras no tempo vivo da história: Brites Fernandes, aleijada e mentecapta, penitenciada pelo tribunal da Inquisição; o doente cantor da Misericórdia; Tereza de Cabinda, a rainha-escrava que perdeu os dois braços na moenda; Machadinho, Pedro e Tomás, gênios da imitação do Hospital de Alienados; Ana Cabocla, a louca que educou com carinho de mãe os pequenos internos do Pavilhão Bourneville; o pescador surdo-mudo dos penhascos do Rio Paraíba; e já na década de 30 do século XX, a história de Castanha Chocha, homicida e oligofrênico larvar que matou a mulher por ciúmes. São algumas histórias dentre outras que aparecem no decorrer do texto desta tese. Histórias brasileiras que berram, do fundo de sua obscuridade, uma parte da história do Brasil.

Trazer à luz histórias infames como estas, não é apenas reproduzi-las, uma opção por nada dizer sobre elas, conforme a crítica de Carlo Ginzburg, autor de *O queijo e os vermes*,⁴ faz a Michel Foucault, o que segundo Renato Janine Ribeiro “não vale para a maior parte das obras de Foucault. Devemos, talvez, distingüir o autor de ‘Pierre Rivière’,⁵ que pela mesma época se empenhava em difundir (sem nenhum comentário que significasse a apropriação intelectual do discurso popular) protestos de presos comuns e de loucos, e o autor de outras obras, nas quais o respeito à diferença não o dispensou de investigar que lógicas sustentam discursos e práticas dos mais variados”.⁶ A questão de Foucault, portanto, não era a de apresentar uma diferença tão irredutível que desautorizasse qualquer comentário a respeito, sob pena de desfigurar-lhe

⁴GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

⁵FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meus irmãos*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

Segue esta mesma perspectiva um outro livro apresentado por Foucault: BARBIN, Herculine, *O diário de um hermafrodita*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

a autenticidade. Sua opção por nada dizer era uma estratégia política de não representação: deixar vasar aqueles discursos para que falassem por si mesmos.

Neste trabalho haverá sempre muito o que dizer sobre as histórias escolhidas.⁷ Não à maneira de Ginzburg que se utiliza do contexto como fonte de comparação com o pensamento de seu personagem Menocchio (o moleiro filósofo e herege punido pela Inquisição porque recusava calar-se), para assegurar-lhe a originalidade. Aqui, as histórias farão saltar para o primeiro plano o contexto de onde surgiram, porque não são nem mais nem menos representativas deste - elas lhe são inerentes. E por isso, murmuram sempre multidões de outras vozes. A originalidade que por ventura aparecer será histórica e sendo, portanto, coletiva estará certamente condenada ao anonimato. Assim também as repetições, que embora não sejam apresentadas como continuidade ou permanência do mesmo, fornecem o diagrama que atravessa tanto as práticas como os discursos sobre os que, em nossos dias, são chamados de portadores de deficiência.

Assim, histórias de vidas infames permeiam o trabalho e são uma espécie de guias de viagem do leitor pelos caminhos que estão compondo agora, peça por peça, como um calidoscópio, uma dentre muitas histórias do Brasil.

2. *Problematização Genealógica da Deficiência*

“Não buscaríamos origens mesmo perdidas ou rasuradas, mas pegariamos as coisas onde elas crescem, pelo meio.”

⁶RIBEIRO, Renato Janine. Pós-fácio. In: *O queijo e os vermes*, op. cit., p. 237.

⁷A grafia dos textos originais do século XIX e do século XX foi atualizada. Dos textos mais antigos foi mantida a grafia da data de publicação citada.

rachar as coisas, rachar as palavras. Não buscaríamos o eterno, ainda que fosse a eternidade do tempo, mas a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chamou de 'atualidade' ". (Deleuze)⁸

Como um caçador que espreita sua caça, rastreia suas pegadas, estuda seu comportamento, suas rotinas, todos os seus sinais e só então prepara a armadilha e se coloca no melhor lugar para surpreendê-la, ou ... quem sabe, ser surpreendido por ela e obrigá-la, então, a remontar suas estratégias; assim também, como na arte da caça, nenhuma teleologia com suas verdades-fim orienta esta pesquisa. Apenas uma prática teórica, enquanto produção de verdades-meio, instrumenta certas manipulações conforme o alvo a atingir.

Uma caçada implica também na exploração do terreno, neste caso, tão pouco pisado da constituição histórica da categoria de deficiência no Brasil. Trata-se de uma primeira investida numa análise não-linear que aborde a emergência de suas práticas e a construção de seus discursos, a discussão das questões políticas que os engendraram e que possam ser confrontadas com o que ocorre na atualidade. Pesquisar a genealogia da preocupação com os indivíduos considerados deficientes, as táticas que os individualizaram a partir de suas diferenças, não no sentido de julgar-lhes a cientificidade, mas de promover a visibilidade de um novo tipo de poder que elas representam. Trabalhar o passado, seguir a trilha das antigas proveniências, articular pontos de emergência das atuais formações é pretender a crítica do presente; dos mecanismos normalizadores de dominação da deficiência que por extensão se deslocam por toda a sociedade. Não para dar conta da totalidade dos controles da vida social, mas para desmontar-lhes mais uma peça e, de alguma forma, intervir num campo onde a produção crítica é quase ausente.

⁸DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro. Ed. 34. 1992, p. 109.

Analisar as deficiências enquanto instituição⁹ é tomá-las imediatamente em sua historicidade, admitindo que, no mesmo momento em que se deu o aparecimento de certos cuidados com elas, não só começaram a engendrar-se os sentidos que hoje lhes atribuímos, como a preocupação com seus destinos.

Um pensamento estratégico como este “implica certas escolhas metodológicas”, dentre as quais, como afirma Michel Foucault, “um ceticismo sistemático acerca dos universais antropológicos. Isto não quer dizer que se deva rejeitá-los todos desde o começo, de uma vez para sempre, mas que não se deva aceitar nada desta ordem que não seja estritamente indispensável”.¹⁰

Tomar a deficiência como acontecimento, seja do ponto de vista coletivo quanto individual, é assegurar-lhe a historicização. Isto não seria negar a existência de um tipo de efeito no corpo, as marcas de um acontecimento (da cegueira ou da surdez, por exemplo, seja genética ou adquirida depois da concepção). Como qualquer outra marca na história de vida dos indivíduos, elas não têm um sentido em si que percorre os tempos, com apenas algumas variações. Recusar a deficiência como um universal do mesmo modo que “‘insanidade’, ‘delinqüência’ ou ‘sexualidade’ não significa que tais noções não se refiram a nada, ou que sejam quimeras inventadas para dar suporte a causas dúbias; no entanto, significa muito mais do que afirmar ou simplesmente observar que seus conteúdos variam com o tempo e circunstâncias. Significa questionar-se acerca das condições que nos permitem, de acordo com regras de estabelecimentos de verdades e erros, reconhecer o sujeito como uma pessoa que é mentalmente doente, ou que

⁹O termo instituição refere-se à formas históricas socialmente produzidas, não a estabelecimentos ou organizações como o utilizamos em linguagem comum.

¹⁰FOUCAULT, Michel, *(Auto) biography - 1926-1984*. In: *History of Present*, University of California, Spring, 1988 (pp. 13 a 5), p. 14.

possibilite que o sujeito reconheça como parte mais essencial de si mesmo nas modalidades de seu desejo sexual".¹¹

Não negar a existência das marcas do corpo, mas desnaturalizá-las em seu caráter tão arraigadamente biológico, como se o corpo tivesse somente as leis de sua fisiologia e que, por isso, pudesse escapar da história. Como se estas marcas tivessem um valor em si e que sua evidência pudesse apagar os contextos muito particulares que as produziram como acontecimento e, portanto, como produções de sentido. Tomemos a deficiência, por exemplo: ela só passou a existir mediante uma prática que a objetivou a um discurso que a nomeou. Aliás, a deficiência como coisa não existe, o que não quer dizer que não deixa de ser algo. Uma descrição como esta não afirma nem nega que os deficientes sofram preconceitos, que a deficiência seja fabricada pela sociedade. Não nega também que a deficiência tenha uma matéria corporal, marcas físicas, comportamentos diferentes dos outros corpos: corpos marcados por células nervosas com disposições diferentes, órgãos dos sentidos ou motores destruídos. A matéria da deficiência existe realmente, o que não quer dizer que ela seja a própria deficiência. A deficiência não passa de uma forma histórica, uma objetivação dessa matéria.

Como produtora de sentido à história não caberia mais avaliar de que forma certas práticas foram-se constituindo progressivamente mais ou menos cientificamente válidas, até os nossos dias. Isto significa utilizar os critérios do presente (nossos paradigmas de ciência) para julgar o passado. A história genealógica despreza o

"... a systematic skepticism about all anthropological universals. This does not mean that one rejects them all from the start, once and for all, but that one must not accept any thing of that order that is not 'strictly indispensable.'"

¹¹ Idem, p. 15.

"To refuse the universals of 'insanity', 'delinquency', or 'sexuality' does not mean that these notions refer to nothing, or that they are chimeras invented in support of a dubious cause; it does, however, mean much more than simply to observe that their content varies with time and circumstance. It means to question oneself about the conditions which permit us, according to the rules of stating truths and

juízo, aquele que estabelece critérios de verdade, mesmo provisoriamente universais, para analisar os acontecimentos. Deste modo ela não quer “dissolver o acontecimento singular numa continuidade ideal”,¹² mas captar seu “caráter único e agudo”,¹³ os momentos das rupturas, das emergências, das novas figuras que entram em cena - “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na aléa singular do acontecimento”.¹⁴ Não há, portanto, continuidade desta figura “a deficiência” ou “o deficiente” que tivesse crescido aos poucos como uma árvore milenar. Assim como a medicina do século XIX não se explica a partir de Hipócrates, seguindo seu rumo através dos tempos, a deficiência não se explica pelas práticas de eliminação de Esparta, pela “exposição” a serviço do equilíbrio demográfico em Aristóteles, ou pelo acolhimento benemérito do cristianismo. O que houve foi o “remanejamento do calidoscópio e não a continuação de um crescimento”.¹⁵ A deficiência atravessando os tempos não existe, somente estruturas sucessivas das quais cada uma tem sua própria gênese. A história não tem continuidade evolutiva, mas múltiplas e impuras proveniências.

Para a genealogia é preciso sempre recorrer às práticas, uma imensa variedade de práticas, mais ou menos metódicas, mais ou menos intencionais, modos simultâneos de agir e de pensar “que provêm a chave da inteligibilidade da constituição

falsehoods, to recognize the subject as a person who is mentally ill, or which allow a subject to recognize that most essential part of himself in the modalities of his sexual desire. “

¹²FOUCAULT, M., *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 28.

¹³Idem. *ibidem*.

¹⁴Idem.

¹⁵VEYNE, Paul M. *Foucault revoluciona a história*. In: *Como se escreve a história*, Brasília, UnB, 1982, p. 172.

correlativa do sujeito e do objeto”.¹⁶ Recusar a noção de um sujeito constituinte, a quem caberia dar conta dos objetos possíveis de conhecimento é, ao mesmo tempo, recusar qualquer dado auto-evidente, esteja ele no sujeito ou no objeto: “Aqui, também, devemos ser cuidadosos; recusar o recurso filosófico de um sujeito constituinte não é o mesmo que agir como se o sujeito não existisse, ou torná-lo uma abstração na busca de objetividade pura. O objetivo desta recusa é tornar visível os processos específicos de uma experiência onde o sujeito e o objeto são ‘formados e transformados’ um pelo outro, cada qual em relação ao outro, e como função do outro”¹⁷. É nesse ponto que as práticas ganham um significado muito especial: “... processos e técnicas, que são usados em diferentes contextos institucionais, para operar sobre o comportamento dos indivíduos, tomados individualmente ou em grupo - para modelar, dirigir, para modificar a maneira deles se conduzirem a si próprios”¹⁸...” Estes dispositivos das relações de poder “... caracterizam a maneira pela qual os homens são ‘governados’ uns pelos outros e sua análise ilustra como o insano, o doente ou o sujeito delinqüente é objetivado através de certas formas de ‘governar’ lunáticos, doentes, criminosos, etc. Tal análise não nos diz que tais ou quais abusos de poder produziram lunáticos, criminosos ou pessoas doentes, onde antes não havia nenhum, mas que as várias e particulares formas

¹⁶FOUCAULT, M., *Auto-biography*, op. cit., p. 15.

“... which provide the key of intelligibility of the correlative constitution of the subject - and the object.”

¹⁷Ibidem.

“Here, too, we must be careful; to refuse the philosophical recourse to a constituting subject is not equivalent to acting as if the subject did not exist, or to making it an abstraction in the pursuit of pure objectivity. The aim of this refusal is to make visible the process specific to an experience where the subject and the object are ‘formed and transformed’ by each other, each in relation to the other and as a function of the other...”

¹⁸Ibidem.

“... the process and techniques that are used in a different institutional contexts to operate on the behavior of individuals, taken individually or as a group - to shape, to direct, to modify their manner of conducting themselves...”

de 'governo' dos indivíduos tiveram um papel determinante nos diferentes modos de objetivação do sujeito".¹⁹

Eis, por fim, o que torna possível e talvez mais adequado falar de devires subjetivos, individuais ou coletivos, quando se pretende referir à categoria de sujeito. É que a história, tal como foi pensada por Foucault, destrói toda a nossa ilusão de identidade e de reconhecimento - "A história 'efetiva' se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem - nem mesmo seu corpo - é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles".²⁰ "A história, genealogicamente dirigida não tem por fim reencontrar raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstina em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam".²¹

Como saber perspectivo, a genealogia não teme revelar o lugar de onde fala, o momento em que está, nem precisa "fingir um discreto aniquilamento diante do que olha".²² Não necessita de nenhuma "distância ótima" dos saberes legitimados. Ao contrário, mergulhada no seu tempo, sabe das máscaras que o "carnaval do tempo"²³ faz reaparecer sem cessar e quer levá-las ao extremo, com extremo rigor. Ela quer

¹⁹Ibidem.

"... characterize the way in which men are "governed" by each other, and their analysis illustrates how the insane, the sick, or the delinquent subject is objectified through certain forms of 'governing' lunatics, the sick, criminals, etc. Such an analysis that such-and-such abuse of power has produced lunatics, criminals or sick people, where there were none, but that the various and particular forms of 'government' of individuals have played a determining role in the different modes of objectification of subject."

²⁰FOUCAULT, M., *Nietzsche, a genealogia e a história*, op. cit., p. 27.

²¹Idem, pp. 34-5.

²²Idem, p. 30.

²³Idem, p. 33.

desobstruir as intensidades atuais da vida porque sabe, também, que pensar é intervir -
“É que, o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”.²⁴

3. Passos e Descompassos da Pesquisa

O exame dos arquivos e da historiografia brasileira modificou constantemente o trajeto da pesquisa, surpreendendo com seus rumos inesperados. Os caminhos genealógicos, como diriam Deleuze e Guattari, são rizomáticos - não dispõem de uma linha mestra, de uma estrada principal aonde todos os atalhos saem ou nela desembocam. Tudo é atalho e o mapa da viagem é desenhado pelas escolhas das pequenas ou grandes veredas. Sair em busca das proveniências, dos entrecruzamentos das linhas que fizeram surgir, aos poucos, os sentidos que hoje atribuímos à deficiência, acabou por exigir um recuo no período inicialmente estabelecido para a investigação: aproximadamente entre 1830 e 1930. É que o modo encontrado para entender as mudanças que começaram a operar nesse período, foi o de colocá-las em confronto com acontecimentos anteriores. Não para assegurar continuidades, uma herança que progressivamente se acumula ou evolui, mas ao contrário, como algo que, no mesmo momento em que se dissipa, produz a diferença no rearranjo de certas permanências. Assim, um pequeno exemplo seria a saída de cena do caráter religioso da antiga caridade que deixou, contudo, o rastro autoritário da piedade na aliança da filantropia com os aparelhos científicos, assim como na tutela que os especialismos tecnicistas promovem através das formas atuais de assistência.

²⁴Idem. p. 28.

Um outro impacto fez também ampliar os rumos da pesquisa para tentar entender os caminhos da desigualdade que hoje se impõe às diferenças no Brasil. Não somos os mesmos sujeitos que fomos nesses 500 anos de história. Mas certamente um empreendimento econômico e socialmente tão exitoso no Brasil como a escravidão, e que durou 350 anos (temos apenas cento e poucos anos sem ela), não teria desaparecido sem antes ter deixado muitas marcas no corpo social. Esse mercado de gente movimentou mais capital, dizem os historiadores, que o açúcar, as minas e o café. Essa importação de gente da África para o Brasil, uma das maiores tragédias da humanidade, tiranizou ainda mais as dependências que os europeus impuseram ao povo desta terra, e pior, reduziu os sentidos da liberdade aos privilégios de poder - de tal maneira que só se sente livre quem, não apenas não se assujeita à lei, como precisa exercer sua "liberdade" assujeitando todos aqueles que considera inferiores. Não se trata simplesmente da diferença, mas da desigualdade social. Ou melhor: da diferença sempre reduzida à desigualdade e, quando manipulada pelos ideais de igualdade, laminada pela normalização. Impossível desconsiderar a construção dos sentidos da deficiência fora deste universo.

Decorre daí que esta tese, para contar a sua trama principal, precisou enveredar por uma história infame, a história daqueles que, tornados indesejáveis e postos à margem, foram ao mesmo tempo úteis ao controle e à expansão dominantes. Mas, não nos enganemos: esta é apenas uma das perspectivas que, sem a devida cautela, pode conduzir a, pelo menos, dois equívocos. O primeiro, à idéia de um subproduto da dominação, e o segundo, como consequência, à passividade da vitimização. Aqui o esforço foi, portanto, o da apropriação do sentido foucaultiano da positividade das

resistências, ou do que Deleuze e Guattari chamaram de minorias²⁵ que nada têm a ver com quantidades: a produção de certas variações singulares que escapam tanto das homogeneidades dominantes quanto das particularidades da segregação, e atravessam tudo aquilo que nos constitui enquanto Brasil.

Para o desenrolar desta trama que chamamos instituição das deficiências foram escolhidos quatro eixos de formação dos padrões de normalidade que as engendraram e que correspondem aos quatro capítulos desta tese, a saber:

– No Capítulo I, uma história das monstruosidades, onde a concepção das diferenças viaja das maravilhas do mundo dos navegantes dos séculos XV e XVI, às produções de uma biologia dos monstros no século XIX e, por extensão, à teratologia social consolidada pela teoria das degenerescências com a produção do corpo nocivo do degenerado;

– No Capítulo II, as marcas do controle inquisitorial sobre a população da Colônia, um tribunal dos pecados em contraste com o julgamento eugênico de todos os desvios - o ideal do controle preventivo do perigo social das procriações;

– No Capítulo III, uma pequena história do corpo que vai da passagem da descartabilidade do escravo, natural do trabalho e domesticado pelo castigo, ao corpo assujeitado do operário burguês, disciplinado para a eficiência e sua contrafação: o fardo social da incapacidade.

– E, por último, no Capítulo IV, a formação dos processos de institucionalização, desde a exclusão numa terra de degredo recém-descoberta às novas separações instituídas pelos saberes médico-pedagógicos e pelas práticas dos primeiros

²⁵Ver: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix, *Mille plateaux - capitalisme et schizophrénie*, Paris, Ed. de Minuit, 1980. Ver também: GUATTARI, F. e ROLNIK, S., *Micropolítica - cartografias do desejo*, Petrópolis, Vozes, 1986.

estabelecimentos especializados, que colocaram em cena a figura da criança anormal e acabaram por refinar classificações e tutelas sobre os que hoje são considerados “portadores de deficiências”.

CAPÍTULO I

MONSTROS E DEGENERADOS

1. A terra descoberta: monstros, maravilhas e seu avesso

Não foram os portugueses que sentiram o maior fascínio pela terra descoberta. Sérgio Buarque de Holanda afirma que “o gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo”¹. Seja porque, navegantes experientes, já tivessem tido contato suficiente com o exótico, seja porque seu interesse ainda estava voltado para o Oriente, “o Brasil passou em grande parte despercebido [pelos portugueses] durante os primeiros cinquenta anos de contacto”².

Durante muito tempo, bem antes dos descobrimentos, foi o Oceano Índico que ocupou as fantasias dos homens daquele tempo. Para o ocidente medieval ele era o depositário de todos os sonhos, de todas as utopias, de todas as riquezas, tesouros transbordantes de pedras preciosas, ouro, sedas, especiarias, a expansão não só de seus horizontes limitados, como da necessidade de comércio através de novos mercados. Caminho do exotismo, ele era também constituído de uma natureza exuberante, seres fantásticos, homens e animais, prodígios de diferenças, portentosas raridades. Lá, nos confins do mundo, habitavam os monstros fabulosos, seres intermediários entre homens e

¹HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso - os monstros edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, p. 3.

animais, dragões, áspides, um mundo de canibalismo, incesto, poligamia e erotismo³. Do século XIII ao século XIV muitos viajantes já haviam explorado o oriente em viagens reais⁴ cujos relatos sempre misturavam descrições do que presenciavam e maravilhas que ouviam dizer. Foi, pois, o fascínio medieval pelo oriente que fez Colombo, leitor assíduo destes relatos, ver a Índia na América, identificar numa terra tão diferente, os seus sinais. Por isso, acreditou ter chegado ao Paraíso Terreal, uma concepção corrente na idade média e, além das suavidades que descreveu nas flores, nas árvores e nas gentes, vislumbrou monstros maravilhosos: homens com cauda, com focinho de cachorro ou com um olho só⁵.

Com a descoberta de um novo mundo, o homem do renascimento sentiu-se “tomado pela vertigem da curiosidade”⁶. Seu interesse pelo raro, pelo estranho se acentua, mas as narrativas pouco a pouco começam a perder as características do “ouvir dizer” medieval. Porém, por um bom tempo ainda esse mundo desconhecido, perdido no meio do Atlântico, irá ocupar as fantasias européias, ora de um paraíso na terra, lugar da beleza e da bonança permanentes, ora dos prodigiosos perigos, das monstruosidades e

² CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens do Índio do Brasil - o século XVI*, Estudos Avançados 4/10, São Paulo, USP, 1990, p. 91, Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 35.

³ Ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

⁴ A expressão “viagens reais” foi usada porque na época eram comuns as narrativas de viagens de ficção. A exclusão da categoria de “imaginário” é proposital. Qualquer que seja o sentido que se atribua ao imaginário, ele nada tem a ver com o universo do século XVI. É Foucault quem nos elucida a esse respeito: “A divisão, para nós evidente, entre o que os outros observaram e transmitiram, o que os outros, enfim, imaginam, ou em que acreditam ingenuamente, a grande tripartição, tão simples na aparência, e tão imediata da Observação, do Documento e da Fábula (os grifos são do autor), ainda não existia. E isso não era porque a ciência hesitasse entre uma vocação racional e todo o peso de uma tradição ingênua, mas por uma razão mais precisa e muito mais constringente: é que os signos faziam parte das coisas, ao passo que no século XVII se tornam modos de representação”. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*, Lisboa, Portugal/Livraria Martins Bastos, s.d., p. 174. Ver p. 31 desta tese.

⁵ Quase se pode dizer de todas as descrições medievais do Éden que são inconcebíveis sem a presença de uma extraordinária fauna mais ou menos antropomórfica. Ela pertence, a bem dizer, aos arrabaldes daquele jardim mágico, e foi posta ali aparentemente pela própria mão de Deus”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso...*, op. cit., p. 22.

dos demônios, linha limítrofe da humanidade, inferno da purgação dos crimes e dos castigos.

Os portugueses foram, todavia, os que menos carregaram nas tintas do misterioso mundo novo. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “desde Gandavo e, melhor, desde Pero Vaz de Caminha até, pelo menos, Frei Vicente Salvador, é uma curiosidade relativamente temperada, sujeita, em geral, à inspiração prosaicamente utilitária, o que dita as descrições e reflexões de tais autores. A estravagância deste ou daquele objeto que ameaça desafiar o costume e ordem da Natureza, pode ocasionalmente acarretar, é certo, alguma vaga sugestão de mistério”.⁷ Embora nem se comparem aos castelhanos e de certa maneira aos franceses, estes últimos os criadores das imagens do bom selvagem,⁸ os portugueses admitiram certa dose de mistério até o limite de sua perspectiva utilitária em relação à nova terra. Affonso Taunay, em seu livro “Monstros e Monstrenhos do Brasil”⁹ faz uma espécie de recenseamento da zoologia fantástica do Brasil. De Ambrósio Fernandes Brandão, autor dos “Diálogos das Grandezas do Brasil”,¹⁰ Taunay cita anuns que são pássaros sem sangue; Camorim, um peixe que tem pedra no lugar do cérebro; ostras gigantes que menstruam como as mulheres; o Cagambá (gambá), cujo fedor poderia ser usado como arma de guerra. Em Frei Vicente Salvador¹¹ encontra cobras que mamam em mulheres. Em Simão de Vasconcelos¹² estão as narrações sobre monstros humanos: homens de estatura muito pequena - raça de anões; outros que são gente com os pés às avessas; “outra nação é de

⁶SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a...*, op. cit., p. 23.

⁷*Visão do paraíso...*, op. cit., pp. 7 e 8.

⁸Bom selvagem, assunto a ser tratado mais adiante.

⁹TAUNAY, Affonso E. *Monstros e monstrenhos do Brasil, ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1937.

¹⁰BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943.

¹¹*Monstros e...*, op. cit., p. 28.

gigantes, de dezesseis palmos de alto, valentíssimos, adornados de pedaços de ouro por beijos e narizes, aos quais todos pagam respeito: têm o nome de Curiqueans”;¹³ além das Amazonas, “mulheres também monstruosas no modo de viver”.¹⁴ Ainda em Simão Vasconcelos, cita Taunay: “Dos peixes homens e peixes mulheres vi grandes lapas junto ao mar cheias de ossadas dos mortos, e vi suas caveiras que não tinham mais diferença de homem ou mulher, que um buraco no toutiço por onde dizem que respiram”.¹⁵ Estes monstros marinhos já haviam sido descritos por Gandavo com o nome indígena de Hípupiara que quer dizer demônio d’água. Ele não descarta a possibilidade da existência de outros monstros, “que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem, de nam menos estranheza e admiram; e tudo se pode crer por difícil que pareça: porque os segredos da natureza nam foram revelados todos ao homem, pera que com razam possa negar, e ter por impossível as cousas que nam vio nem de que nunca teve noticia”.¹⁶

O fato é que a literatura portuguesa não foi tão farta de sonhos, e em geral preferia falar do clima sempre ameno, a vegetação sempre verde, da estranha fauna, da salubridade dos ares, da multidão de insetos e do gentio exótico (ora inocente, ora perverso). Gandavo, o maior propagandista da emigração para a Colônia, descortinava um paraíso de prosperidade para quem se dispusesse a explorá-la: “As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobre que sejam, se cada hum alcançar dois pares ou meia duzia de escravos (que pode hum por outro custar pouco mais de menos até dez cruzados) logo tem remedio pera sua sustentação; e assi pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais

¹²Idem, p. 54.

¹³Idem, p. 55

¹⁴Idem, p. 54.

¹⁵Idem, p. 55.

¹⁶GANDAVO. Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil e História da provincia de Santa Cruz*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980, p. 120.

descanço que neste Reino, porque os mesmos escravos indios da terra buscam de comer pera si e pera os senhores, e desta maneira não fazem os homens despeza com seus escravos em mantimentos nem com suas pessôas”.¹⁷ E mais adiante: “Estes moradores todos pela maior parte se tratão muito bem, e folgão de ajudar huns aos outros com seus escravos, e favorecem muito os pobres que começam a viver na terra. Isto geralmente se costuma nestas partes, e fazem outras muitas obras pias, por onde todos tem remedio de vida, e nenhum pobre anda pelas portas a mendigar como nestes Reinos”.¹⁸

Face à limpeza das águas, às amenidades do clima, à fertilidade da terra, à abundância dos seus frutos, aqui a vida se prolongava muito além da média da Europa. Aliás, não foi apenas Gandavo o propagandista da longevidade que se desfrutava no solo do Brasil. É Ambrósio Fernandes Brandão quem afirma: “Acham-se muitos indios por toda esta costa do Brasil que têm de idade mais de cem anos, e eu conheço alguns destes, aos quais lhes não falta dente na boca, e gozam ainda de suas perfeitas forças, com terem tres e quatro mulheres, as quais conhecem carnalmente, e me afirmarão não haverem sido em todo o decurso da sua vida doentes; e assim geralmente todo este gentio é muito bem disposto, do que tudo é causa os bons ceos e bom temperamento da terra”.¹⁹ Descontando certos exageros, parece que a terra oferecia mesmo mais esperanças de vida aos que para ela se mudassem. C.R. Boxer nos conta que “o exemplo mais illustre desse empréstimo de vida forneceu-o o Padre Antônio Vieira, doente, que voltou ao Brasil em 1681, para morrer, mas viveu ainda dezesseis anos antes que tal

¹⁷ Idem, p. 44.

¹⁸ Idem, p. 94.

¹⁹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, op. cit., p. 115.

Segundo o autor das notas do livro de Brandão, Rodolfo Garcia, esta fama vinha de bem antes: “A longevidade dos índios do Brasil vem assinalada em vários documentos. Na Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newen Zeytung ausz Presillg Landt), de 1515, já vem a notícia de que essa gente alcançava a uns cento e quarenta anos de idade. Claude d’Abbeville fala de um velho índio chamado Mamboré Ouassou, ‘de plus de neuf vingts ans’, de quem ouvira que havia assistido ao estabelecimento dos

acontecesse”²⁰ A natureza edenizada também esteve presente em Fernão Cardim, prior dos jesuítas em Pernambuco e que viu nesta terra um novo Portugal: “Este Brasil he ja outro Portugal”²¹, pela abundância dos mantimentos, que embora um pouco diferentes, substituíam perfeitamente os encontrados no Reino. Havia, ele reconhece, menos comodidades no vestir e no morar, mas em compensação as doenças eram uma raridade.

Mas, para muitos, a terra logo decepcionava a quem nela desembarcasse. Multidões de insetos - pulgas que faziam verdadeiras sangrias nos padres por causa dos cachorros que os portugueses trouxeram para cá, nuvens de baratas, répteis peçonhentos, imundícies por toda parte, perdas das colheitas por causa das intempéries, etc. Nóbrega se queixava ao Geral da Companhia de Jesus, Lainez: “Aqui não há trigo, nem vinho, nem azeite, nem vinagre, nem carnes, senão por milagre, o que há pela terra, que é pescado, é mantimento de raízes, por muito que se tenha, não deixaremos de ser pobres, e mesmo isto não o temos (...)”²²

Mas se a “cautelosa e pedestre razão lusitana”²³ se resignava tranquila ao real imediato, como por exemplo, às riquezas do açúcar que os engenhos produziam, e muito embora os portugueses admitissem “as mais extraordinárias maravilhas da criação, por onde sempre se declaram, enfim, a glória e onipotência divinas, não as procuravam expressamente, salvo quando servissem para contentar seu apetite por bens materiais”²⁴ Comparado às terras de Castela (a prata do Peru e a riqueza das Índias), o Brasil, tão

Portugueses em Pernambuco e no Potengi. *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maraguan*, p. 149, Paris, 1614”.

²⁰BOXER, C.R. *A idade do ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*, 2ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1969, p. 33.

²¹CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Editora Nacional, Brasília IML, 1978, p. 66.

²²LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 112: “... e mesmo isto não o temos, se não se trabalha, porque nem disto há esmolas, que bastem”.

²³HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso...*, op. cit., p. 122.

²⁴Idem, *ibidem*.

parco de especiarias e metais preciosos, era uma decepção. A providência divina não fora tão generosa com os portugueses quanto fora com os castelhanos.²⁵ Sonhavam encontrar um Peru nas terras do Brasil, mas se limitavam a “arranhar as costas como caranguejos, sem se alargarem sertão a dentro mais de dez léguas”.²⁶ Mas, no limite de sua cobiça, alimentavam alguns sonhos. “E o próprio Manoel da Nóbrega não deixa de acrescentar à breve descrição das suas mulheres guerreiras o motivo que lhes faz merecer talvez mais fé e estima: ‘Entre as Alamazonas, dizem que está a notícia do ouro’”.²⁷ A notícia do ouro e das pedras preciosas também se encontra em Gandavo. Interessado em fazer com que os portugueses viessem povoar a Colônia, afirma o nosso maior propagandista: “A esta Capitania de Porto Seguro chegarão certos índios do Sertão a dar novas dumas pedras verdes que havia numa serra muitas legoas pela terra dentro e trazião algumas delas por amostra, as quaes erão esmeraldas, mas não de muito preço”. Quando os moradores tomaram conhecimento do fato “entrarão pela terra algumas duzentas e vinte legoas, onde as mais das serras que acharão e virão erão de mui fino cristal e toda a terra em si mui fragosa, e outras muitas serras de huma terra azulada nas quaes afirmarão haver muito ouro”. E quando finalmente acharam “huns grãos miudos e amarelos (...) assentarão ser aquillo ouro nem podia ver outro metal”.²⁸ Em outra parte, segue fazendo alarde: “Das grandes riquezas que se esperam da terra do Sertão” a fim

²⁵... do que infiro que ouro, prata e pedras preciosas são somente para os castelhanos, e que para eles as reservou Deus; porque habitando nós os portugueses a mesma terra que eles habitam, com ficarmos mais orientais (parte onde, conforme a razão devia haver mais minas), não podemos descobrir nenhuma em tanto tempo há que nosso Brasil é povoado, descobrindo eles cada dia muitas - “fala o personagem Alviano em “Diálogos das Grandezas do Brasil”. E segue mais adiante afirmando, a propósito de serem os portugueses ruins conquistadores: “Como não, se vemos que em tanto tempo que habitam neste Brasil, não se alargaram para o sertão para haverem de povoar nele dez léguas, contentando-se, nas fraldas do mar, se ocuparam somente em fazer asucares?” Ao que outro personagem, Brandônio, retruca: “E tendes essa ocupação por pequena? Pois eu a respeito por muito maior que as minas de ouro e de prata...” BRANDÃO, Ambrósio. *Diálogos das grandezas...*, op. cit., p. 42.

²⁶HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso...*, op. cit., 120.

²⁷Idem, p. 122.

de despertar a cobiça dos portugueses: “Esta Província Santa Cruz além de ser tam fertil como digo, e abastada de todos os mantimentos necessários pera a vida do homem, he certo ser tambem mui rica, e haver nella muito ouro e pedraria, de que se tem grandes esperanças”.²⁹

2. O índio: monstro canibal

Além de uma natureza ora edenizada, ora infernal, cheia de monstros e perigos, além das notícias do ouro e das pedras preciosas, está a figura do selvagem. As antigas fantasias medievais sobre uma humanidade fisicamente monstruosa do outro lado do mundo haviam identificado o índio a esta semi-animalidade. Havia a crença de que os selvagens eram peludos como bichos e Léry se apressa em desmenti-la, achando que tendo pelos nas partes do corpo como os brancos eles os arrancavam: “com unhas ou pinças que lhes dão os cristãos, e tal como fazem, ao que se diz, os habitantes da ilha de Cumuna, no Peru”.³⁰ Admirava-se de andarem nus como vieram ao mundo, de não demonstrarem o menor sinal de vergonha e de não serem negros, apesar de viverem nos trópicos.³¹ Aliás a perplexidade frente à nudez do índio está em quase todos os relatos: Anchieta, Nóbrega, Gandavo, Brandão, Vasconcelos, Cardim, além dos franceses Léry e Thevet e o holandês Barleu. Logo os primeiros contatos demonstram que não foi propriamente a conformação dos corpos dos índios que causou estranheza aos europeus. Ao contrário, se apontavam alguma diferença, ela era sempre a favor daqueles: “São como vermelhos de cor, de mediana estatura, a cara e os membros mui bem

²⁸GANDAVO. *Trabalho da terra...*, op. cit., p. 63.

²⁹Idem, p. 144.

³⁰LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1980, p. 112.

³¹BRANDÃO, A.F. em: *Diálogos das grandezas do Brasil*, apresenta uma curiosa teoria sobre o fato dos índios não serem pretos, apesar de viverem nos trópicos (op. cit., p. 109 e ss.). Esta explicação de

proporcionados (...)", afirma Anchieta,³² em Cartas Inéditas confirma: "Quão raras são entre os indígenas as deformidades e os monstros: Em último lugar tractarei destes Brazis, porque ninguem encontrará entre elles qualquer pessoa affectada de alguma deformidade natural, raramente aparece um cego, surdo, mudo, ou coxo, nenhum monstruosamente nascido".³³ "Rarissimamente se acha entre elles torto, cego, aleijado, surdo, mudo, corcovado, outro gênero de monstruosidade: cousa tão comum em outras partes do mundo. Tem os olhos pretos, narizes compressos, boca grande, cabelos corredios, barba nenhuma, ou mui rara, são vividouros e paixão muitos dos cem anos, e cento e vinte, nem entrão em cans, senão depois de decrepita idade", afirma Simão de Vasconcelos, já no século XVII.³⁴

Sobre os cuidados que os índios tinham com seu próprio corpo, Charles Boxer faz uma observação interessante: "Esses ameríndios podem ser ímpios, pelos padrões europeus, mas está fora de dúvida que em limpeza e higiene pessoal mostravam-se muitíssimo superiores aos recém-chegados. Banhavam-se com freqüência, sempre que tinham uma oportunidade, enquanto a maior parte dos melhores cristãos temia a água do banho tanto quanto teme a água quente o proverbial gato escaldado."³⁵ Na verdade, o europeu era um animal sujo, a comparar-se com o asiático, o africano ou o ameríndio médios, e é divertido registrar a reação do branco quando colocado diante da idéia de uma lavação metódica e de banho frequente. O padre jesuíta Alexandre

Ambrósio Brandão será retomada no Capítulo III desta tese, no item: "As teorias do racismo: domesticação e disciplina".

³² ANCHIETA, José, Pe. *Cartas inéditas (1585) - Centenário da descoberta do Brasil*. São Paulo, Tipografia da Eclética, 1900, p. 49.

³³ *Idem ibidem*.

³⁴ VASCONCELOS, Simão de, *crônica da companhia de Jesus*, Livro I, p. 537. *Apud*: VASCONCELOS, Ivolino de, *Observações sobre a alimentação dos brasilíndios na crônica da companhia de Jesus no Estado do Brasil*, de Simão de Vasconcelos, XV Congresso Internacional de História da Medicina, s/d, p. 58.

³⁵ Charles Boxer, como estrangeiro (inglês) que é, talvez não tenha entendido bem o provérbio popular: "Gato escaldado tem medo de água fria", e não quente como ele cita.

Valignani, no Japão, e o capitão português João Ribeiro, no Ceilão, como, realmente, todos viajantes observadores dão testemunho, voluntária ou involuntariamente, da superioridade dos chamados 'bárbaros' a esse respeito".³⁶

Mesmo adotando alguns hábitos de cultura indígena como uso da rede de dormir, a mandioca em substituição ao pão, o gosto pelo banho,³⁷ ou unindo-se livremente com as índias, "isto não impediu que a grande maioria desses pioneiros [os portugueses] e de seus descendentes vissem o homem ameríndio com desprezo e a aversão mais completos até a época de Pombal. Nem que deixassem de escravizá-lo sempre que possível".³⁸ É que as concepções filosófico-literárias do bom selvagem sobre o índio brasileiro, idealizadas pelos franceses como Montaigne, com base nos relatos do franciscano Thevet³⁹ e do calvinista Léry ambos em visita à França Antártica, jamais tiveram passagem no Brasil colonial.⁴⁰

De qualquer forma, as imagens do bom e do mau selvagem oscilaram na literatura dos viajantes e dos pensadores do séc. XVI, principalmente nos escritos franceses. Mas, entre estes últimos, o saldo é quase sempre positivo a favor dos índios. Dos muitos povos fantásticos que habitavam os rincões ignotos da terra e que povoavam de prodígios as fantasias que a imaginação dos homens do Ocidente produzia, talvez os

³⁶ *A idade do ouro...*, op. cit., pp. 41 e 42.

E continuando a p. 42: "Mesmo o desprezado negro africano, habitualmente visto como pessoa repulsivamente suja, era apontado pelos contemporâneos inteligentes como melhor observador de higiene do que o branco, se não o forçassem a viver na imundície".

³⁷ É Léry quem fala a esse respeito sobre as mulheres indígenas: "Em verdade alegavam, para justificar sua nudez, que não podiam dispensar os banhos e lhes era difícil despir-se tão amiúde, pois em quanta fonte ou rio encontravam, metiam-se n'água, molhavam a cabeça e mergulhavam o corpo todo como caniços, não raro mais de doze vezes por dia" *Viagem à terra...*, op. cit., p. 120.

³⁸ BOXER, C.R. *A idade do...*, op. cit., p. 42.

³⁹ THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo - EDUSP, 1978.

⁴⁰ Somente depois da independência é que alguns brasileiros "(...) que não tinham uma só gota de sangue ameríndio (...) num gesto inteiramente artificial e romântico de repulsa contra suas origens lusitanas" trocaram seus sobrenomes portugueses por outros indígenas, considerados mais honrosos; ou menos honroso seria ter que admitir uma ascendência africana, afirma Charles Boxer em *A idade do ouro...*, op. cit., pp. 42 e 43.

que mais ocuparam a mente e a pena dos europeus foram os canibais. Antes da descoberta da América, eles habitavam a África, eram representados como monstros peludos, com cabeças de cachorro, ladrando feito cães. Depois passaram não só a habitar o Brasil, como a batizar com seus nomes os mapas deste país: “Terra dos Canibais” ou “Brasil dos Canibais”. Os relatos dos viajantes sobre estes povos, por mais detalhes que contivessem, não tinham a intenção (à maneira de uma etnografia que surgiu muito depois) de descrevê-los com exatidão, mas o que se propunham era marcar a diferença de seus costumes com os civilizados, o que faziam ora abominando-os, ora exaltando-os. Talvez por conta das transformações pelas quais passava a sociedade renascentista, as imagens do bom selvagem - sadio, inocente e feliz, puro nas mãos da mãe natureza - fornecendo bons argumentos críticos aos pensadores da época (e até bem mais tarde, vide Rousseau), saíram vencedoras. Mas mesmo assim era sempre o canibalismo o que mais os impressionava.

Montaigne, por exemplo, dedicou um de seus ensaios aos “Canibais”⁴¹ e embora não declare explicitamente, os dados que cita, em sua maioria, estão baseados nos relatos de Léry e de Thevet, sobre os índios brasileiros. De Léry parecem óbvias as referências quanto à suavidade da língua e das desinências das palavras que “aproximam-se das gregas”.⁴² Tanto quanto nos demais relatos, Montaigne elogia o clima temperado da região, responsável pela boa saúde de seus habitantes, “a ponto de, segundo minhas testemunhas, raramente se encontrar um enfermo (...) nunca terem visto algum epilético, remeloso, desdentado, ou curvado pela idade”.⁴³ O mais extraordinário de seu ensaio está em reconhecer que “cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua

⁴¹MONTAIGNE, Michel de. *Dos canibais*. In: *Ensaio, Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1972, pp. 104-110.

⁴²Idem, p. 109.

⁴³Idem, p. 106.

terra”,⁴⁴ para mais adiante estabelecer uma diferença fundamental no canibalismo indígena: “Não o fazem entretanto para se alimentarem, como o faziam os antigos citas, mas sim em sinal de vingança”.⁴⁵ E, por último, encontramos em Montaigne o tema que La Boétie já havia explorado em seu “Discurso da Servidão Voluntária”⁴⁶ - o da sociedade dividida entre dominadores e dominados: “É um país, (...) onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos, nem pobres”,⁴⁷ observando mais adiante que três indígenas, quando estiveram em Ruão, indagados sobre o que a cidade lhes havia revelado, responderam: “(...) que há entre nós gente bem alimentada, gozando as comodidades da vida, enquanto metades de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis, mendigam às portas dos outros (em sua linguagem metafórica a tais infelizes chamam “metades”); e acham extraordinário que essas metades de homens suportem tanta injustiça sem se revoltarem e incendiarem as casas dos demais”.⁴⁸

Principalmente nos primeiros tempos e mesmo antes da descoberta desta terra, cada embarcação que por aqui aportava carregava, além do que conseguia extorquir das populações indígenas, alguns “exemplares”⁴⁹ para exibí-los ou escravizá-los na Europa.⁵⁰ Muito mais estranhos que os índios do Norte, do Peru e do México, os

⁴⁴Idem. p. 105.

⁴⁵Idem, p. 107.

⁴⁶LA BOÉTHIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

O “Discurso” foi escrito quando o autor, amigo de Montaigne, tinha apenas 18 anos, em 1548. Trata-se de um texto bastante contestatário. Segundo Pierre Clastres, como poderia um jovem não ter “se interessado de perto pelo que se escrevia sobre a América (...) com a imagem que já há tantos anos os viajantes traçavam dessa ‘gente novinha’, selvagens americanos que vivem ‘sem fé, sem rei’, povos onde o homem é ‘sem lei, sem imperador e cada qual de si mesmo é senhor’?”, já que La Boétie faz alusão a esses povos. (os grifos são do autor). CLASTRES, Pierre. *Liberdade, mau encontro, inominável*. In: La Boétie, Etienne, *Discurso...*, op. cit., pp. 121 e 122.

⁴⁷*Dos canibais...*, op. cit., p. 106.

⁴⁸Idem, p. 109.

⁴⁹Viajantes como Vicente Pizon e Diego de Lepe, que aqui estiveram antes de Cabral, já haviam levado índios para a Europa.

⁵⁰Não era difícil convencer os índios a acompanhar os navegadores. Um autor anônimo em uma carta publicada na “Nova Gazeta do Brasil”, no princípio do século XVI diz “que os índios estavam sempre dispostos a embarcar nos navios europeus porque supunham partir para o céu”. Apud FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *O índio brasileiro e a revolução francesa*, Rio de Janeiro, Livraria José

índios do Brasil e da América Central eram verdadeiros sucessos no velho continente. Parece ter sido Colombo quem inaugurou o turismo dos selvagens, levando dez índios em sua primeira viagem de volta, sendo que somente seis chegaram vivos. Passaram, a partir de então, a chegar as levas, não só como objeto de curiosidade, como na condição de escravos - "é impossível levantar-lhes uma estatística exata, ou mesmo aproximada pela absoluta carência de elementos".⁵¹ A tal ponto o índio brasileiro se tornou objeto de curiosidade e das fantasias sobre os seus modos de vida que em 1550, Ruão, capital da Normandia, iria assistir ao mais extraordinário espetáculo da Europa - uma Festa Brasileira (Fête Bresilienne) oferecida ao rei Henrique II e à rainha Catarina de Médicis, com aldeias construídas às margens do Sena, árvores pintadas para dar uma impressão tropical, uns cinquenta índios de verdade mais outros cento e cinquenta marinheiros normandos nus, fantasiados de índios, que encenavam os hábitos tupinambá de cozinha, arte e guerra.⁵² Também, os holandeses adotaram o hábito de levar índios para a Europa. "O próprio Maurício de Nassau quando regressou ao seu país, em 1644, embarcando no porto da Paraíba, levou na frota onze selvagens brasileiros, pertencentes a diversas tribos".⁵³

Os portugueses, por seu turno, logo descoberta a terra, passaram a escravizar os índios, não para colonizá-la, ao contrário, mantinham-na inculta e extraíam dela o lucro que poderiam auferir do comércio de escravos para o Reino. Tanto é que "o velho porto de São Vicente, que já figura com este nome em mapa de 1502, era um verdadeiro entreposto de escravos, mais ou menos o que viriam ser, depois, em corrente

Olympio, Brasília, IML, 1976, 2ª ed. A referência ao céu talvez se trate de um mito indígena da busca constante da "terra sem mal".

⁵¹Idem, p. 32.

⁵²Ver AUGRAS, Monique. *Imaginária França Antártica*. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, pp. 19-34.

⁵³FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro...*, op. cit., p. 60.

de direção inversa, as regiões de Angola e Mina. Em São Vicente costumavam vir verdadeiras armadas pegar os pobres silvícolas, a fim de carregá-los para a Europa".⁵⁴ É ainda Afonso Arinos quem nos descreve a incrível paisagem de Lisboa, no começo do século XVI: "Lisboa, em determinado momento, era um verdadeiro museu etnográfico. Representantes das mais variadas e das mais estranhas nações americanas, africanas e asiáticas se cruzavam nas suas ruas, nos seus pátios, jardins, palácios. Quase todo o serviço doméstico das casas ricas ou simplesmente abastadas era feito por esses escravos de além-mar, entre os quais contavam numerosos índios brasileiros. Estes últimos eram preferidos para trabalhos de casa ou, às vezes engajados como marinheiros nas naus dos donatários de capitânias ou dos comerciantes ricos".⁵⁵

Todavia, o interesse do europeu pelos índios brasileiros, e em especial a curiosidade dos franceses e suas idealizações do bom selvagem não os impediram de escravizá-los, de chicoteá-los, de lhes impor a fé cristã e a mudança de costumes durante a rápida passagem que tiveram na sua França Antártica, aqui no Rio de Janeiro.⁵⁶ O fato é que os portugueses, como todo o colonizador que se sente dono da terra, não necessitavam das idealizações francesas, pouco práticas sobre os selvagens.⁵⁷ Mesmo os

⁵⁴Idem. p. 37.

⁵⁵E em seguida: "Os negros africanos desde antes da descoberta do Brasil, eram especialmente destinados ao rude trabalho nos campos, para o qual já faltavam braços, porque os homens válidos despovoavam as terras e vinham para as cidades, onde se empregavam no sorvedouro das aventuras militares e navais das colônias. Provavelmente, a ocupação militar da Índia terá sido a grande causa do despovoamento do campo português e o afluxo de escravos no século XVI. (...) Gentes bizarras e supeitas, índios da Ásia e da América, chins e japões, do lado de heróis, soldados, navegantes, apóstolos e sábios formigavam naquelas ruelas escuras e escusas que se enovelavam nos arredores do Palácio Real, onde o soberano verificava os balanços, conferia os relatórios de preços, controlava escrupulosamente a colocação dos seus produtos nas praças estrangeiras. O rei português morava à vista dos armazéns da Casa da Índia e, das janelas, poderia assistir, em pleno êxtase mercantil, como qualquer vendeiro ventruado, à entrada das caixas, fardos, tonéis que vinham de domínios distantes, em cujas terras cálidas os seus barões assinalados pelejavam pela glória do pendão das quinas". Idem, p. 33. "Na Europa o Rei de Portugal era alcunhado de "rei da pimenta". SARAIVA, Antonio José. *A Inquisição e os cristãos-novos*, Porto, Editorial Inova, 1969, p. 53.

⁵⁶Ver: LÉRY, *Viagem à terra...*, op. cit., p. 120.

⁵⁷Na verdade, as teorias do bom selvagem nunca serviram na prática para defender os índios de toda a sorte de exploração e do genocídio que sofreram.

jesuítas que sempre tentaram impedir a sua escravização porque se propunham uma outra tarefa colonizadora, a colonização das almas, nem por isso conseguiam ver alguma semelhança na alma do índio com a do civilizado. Nóbrega, que no início de sua estada no Brasil achava que seria fácil a conversão de um gentio tão parvo como um “papel em branco” que tudo se poderia nele inscrever,⁵⁸ muda de idéia após alguma experiência frente a resultados tão irrisórios, por conta da “rudeza e da bestialidade” dos índios.⁵⁹ Ele não podia admitir, decepcionado, que após os anos de infância, quando todos foram bem doutrinados, disciplinados como dóceis bons cristãos, irrompesse na puberdade o retorno às origens e fossem viver à maneira dos gentios, esquecendo os ensinamentos que receberam.⁶⁰ “Ainda mais expressiva da opinião desdenhosa que lhe infundia a obstinação dos índios em seguir os ritos gentílicos é a passagem, só ultimamente publicada, de uma carta de 1555, onde [Anchieta] se compara mais ou menos a um veterinário, pela necessidade em que se achou de tratar das doenças dos índios. Nesse trecho, depois de como, por se ter ido o Irmão Serrão, que exercia tais funções, passara ele, Anchieta, a servir de médico e sangrador, acrescenta que ficou incumbido de ‘deitar imprastos, alevantar espinhelas, e outros ofícios de albeitar, que eram necessários para aqueles cavalos, isto é, aos índios’. Dificilmente algum dos partidários daquela teoria, de que os antigos americanos se assemelhavam em tudo a brutos irracionais, encontraria expressão mais dura do que essa do suave evangelizador das nossas selvas”,⁶¹ afirma Sérgio Buarque de Holanda.

A prova da semi-humanidade dos índios estava não só na sua língua

⁵⁸ Apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso...*, op. cit., p. 343.

⁵⁹ Idem, p. 344.

⁶⁰ “... estes rapazes, depois que crescem, voltam à mesma vida dos seus pais, que antes tinham, em partes, onde não têm sujeição, nem há possibilidade na terra para se lhes dar...” LEITE, Serafim. *Novas cartas...*, op. cit., p. 106.

⁶¹ *Visão do paraíso...*, op. cit., p. 349.

desprovida de sons que impediam a pronúncia do *F*, do *L* e do *R*, como também na curiosa associação deste fato que muitos relatos fazem à sua organização social, inteiramente faltosa das condições mínimas do humano: sem fé, sem lei e sem rei - “A lingua deste gentio toda pela Costa he huma: carece de tres letras - scilicet, não se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente”, escreve Gandavo.⁶² E segue falando que “sam muí desonestos e dados à sensualidade, e assi se entregam aos vícios como se nelles nam houvera razão de homens”.⁶³ Além disso, “criam os filhos viciosamente, sem nenhuma maneira de castigo, e mamam até a idade de sete, oito anos, se as mães té então não acertam de parir outros que os tirem das vezes”⁶⁴ Do que estão unanimemente livres é da cobiça: todos os relatos acentuam mais ou menos elogiosamente o despojamento da vida do índio brasileiro. Mas é em Gandavo que se pode encontrar uma explicação: não cobiçam porque não acumulam e não acumulam porque são indolentes - “Mas a vida que buscam e grangearia de que todos vivem, he á custa de pouco trabalho, e muito mais descansada que a nossa: porque não possuem nenhuma fazenda, nem procuram adquiri-la como os outros homens e assim vivem livres de toda a cobiça e desejo desordenado de riquezas, de que as outras nações nam carecem.”⁶⁵

Contudo, o que inspirava ainda mais horror aos portugueses (e ao europeu em geral), que não se deixavam impressionar ou nem especulavam a respeito

⁶²*Tratado da terra...*, op. cit., p. ...comentário que repete à p. 124.

⁶³Idem, p. 128.

⁶⁴Idem ibidem. Anchieta, Gandavo e outros referem-se também com estranheza à melancolia do índio e ao estranho hábito de comer terra, o que em geral o levava à morte, fato também constatado por outros viajantes quando descrevem o comportamento do escravo negro. Interessante é que em nenhum dos dois casos se consegue encontrar qualquer menção ao cativo, aos maus tratos ou à catequese forçada como possível causa dessa forma de suicídio.

⁶⁵Idem ibidem.

das teorias gentis dos franceses, além dos massacres que os índios promoviam às aldeias portuguesas,⁶⁶ por vingança do que sofriam, era o canibalismo. O medo de ser comido, as técnicas de preparação da carne humana, como separavam a pele, as vísceras, o sangue, os ossos podem ser encontrados em vários relatos. Hans Staden, por exemplo, quase que só se ocupa disso em todo seu livro⁶⁷ e de como escapou de ser devorado. Gandavo ainda descreve o requinte da conservação de partes humanas para a repetição da festa, meses depois: "Algum braço, ou perna, ou outro qualquer pedaço de carne costumam assar no fumo, e te-lo guardado alguns mezes, pera depois quando o quizerem comer, fazerem novas festas, e com as mesmas cerimoniaes tornarem a renovar outra vez o gosto desta vingança, como no dia em que o mataram, e depois que assi chegam a comer a carne de seus contrários, ficam os odios confirmados perpetuamente".⁶⁸ Mas é Jaboatão quem nos conta a mais deliciosa história de canibalismo - o diálogo de uma índia velha e moribunda com um certo missionário da Sagrada Companhia, depois de lhe aplicar toda a medicina da alma "e a que já julgava o Padre bem disposta para morrer". Penalizado com a sua situação, o missionário oferece-lhe algum "alento para o corpo", um bocado de açúcar ou outra coisa gostosa. Ao que a velha lhe responde: "Ai meu neto, nenhuma coisa me poderia tirar agora este fastio. Se eu tivera agora uma mãozinha de um rapaz tapuia, de pouca idade, e tenrinha, e lhe chupara aqueles ossinhos, então me parece tomará algum alento; porém eu, coitada de mim, já não tenho quem me vá frechar um destes".⁶⁹

⁶⁶Laura de Mello e Souza. em seu livro *O diabo na terra...*, op. cit., p. 61, cita as descrições "cinematográficas" que Jaboatão (op. cit.) faz destes massacres.

⁶⁷STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo - EDUSP, 1974.

⁶⁸GANDAVO, P.M. *Tratado da terra...*, op. cit., p. 139.

⁶⁹JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasílico ou Crônica dos frades menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858 (Impressa em Lisboa em 1761 e reimpressa por ordem do Instituto de História e Geografia Brasileiro), vol. I, pp. 13-14.

Essas histórias, consideradas na época provas incontestes da monstruosidade dos índios, chegaram ao século XIX, abismando os viajantes estrangeiros. Spix e Martius, naturalistas em visita ao Brasil entre 1817 e 1820, descrevem o caso de uma índia que desenterrou o filho, raspou a carne dos ossos, fez um caldo e sorveu, enterrando os ossos novamente.⁷⁰

3. *Monstros: do mundo das similitudes ao mundo das representações*

Pois foi esta natureza monstruosa dos indígenas de forma humana, mas de almas (teriam almas?) bestiais, que de início conviveu com os outros prodígios, os das espécies monstruosas. Nesta época, a concepção que se tinha da monstruosidade era bem diferente daquela que foi vigente no século XIX. Às vezes assimilando-a a raridade (a tudo que fosse desconhecido pelo europeu), ou a formas intermediárias do tipo peixe que voa, ou mistas como animais com cara de gente, os monstros no século XVI têm sempre como causa a glória ou a ira de Deus,⁷¹ um Deus que jamais transgride as leis de sua criação, mas que se utiliza delas nas suas manifestações. Herança medieval, como

Obs.: Mas, a frequência com que a antropofagia aparece nestes relatos sofre atualmente sérias contestações. É Monique Augras quem nos alerta: "Aceita por muito tempo como realidade factual, a antropofagia foi recentemente objeto de acirrado debate. Vários autores mostraram que, na maioria das vezes, os relatos referentes à prática do canibalismo fundamentavam-se em depoimentos de informantes que descreviam o que tinham ouvido contar a respeito dos costumes repugnantes de sociedades inimigas ou afastadas. Tal como a feitiçaria, o canibalismo hoje tomou feições de categoria de acusação e, sem chegar ao extremo de negar terminantemente a sua ocorrência, pode-se supor que foi muito menos praticado do que se afirmava antigamente". *Imaginária França Antártica...*, op. cit., p. 27.

⁷⁰SPIX, J.B. von e MARTINS, K.F. von. *Viagem pelo Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo - EDUSP, 1981, vol. 2, p. 184.

⁷¹Ver: PARÉ, Ambroise. *Des monstres et prodiges*, Genève, Librairie Droz, 1971, Edição original, 1573.

Ambroise Paré foi considerado o primeiro cirurgião dos tempos modernos, teve uma carreira de sucessos em sua época, inventou técnicas de cirurgia, escreveu várias obras, foi médico-cirurgião de quatro reis franceses.

Santo Isidoro, por exemplo, “que acreditava piamente na existência desses seres estranhos e chegou a dividi-los em quatro ramos distintos, os portentos, os ostentos, os monstros e os prodígios, segundo parecessem anunciar, manifestar, mostrar ou predizer algo futuro, rebate a afirmação dos que os imaginavam nascidos contra a lei da Natureza, pois a verdade, diz, é que ‘foram feitos pela vontade divina e a natureza de toda coisa criada é a vontade do Criador sobre ela’”.⁷² Portanto, seguindo as regras das similitudes, os monstros trazem sempre a marca divina, são sinais de Deus. Segundo Foucault, “não há semelhança sem marcas. O mundo do similar não pode deixar de ser um mundo marcado. ‘Não é da vontade de Deus’, diz Paracelso, ‘que o que ele cria para benefício do homem permaneça oculto... E mesmo se ele ocultou certas coisas, não deixou, no entanto, coisa alguma sem sinais exteriores ou visíveis, sem marcas especiais - tal como um homem que enterrou um tesouro assinala o sítio a fim de o poder reencontrar’”.⁷³ O saber das similitudes funda-se no levantamento dessas marcas e na sua decifração”.⁷⁴ Um mundo cheio de indícios que exigiria uma exegese das semelhanças.

Mas, assim como Deus engendrou um mundo de semelhanças, o Diabo, como mau servidor de Deus por querer igualar-se a ele, engendrou um simulacro derrisório da criação divina - “Se Paré se admira em ver no mundo o jogo inumerável do reflexo das coisas, ele tem horror de suas contrafações. Maravilha-se ante as similitudes, detesta as simulações”.⁷⁵ Segundo Paré, os diabos como os vagabundos são impostores porque ambos vagueiam sem lugar certo, ao contrário dos anjos que, bem situados, são

⁷²HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso...*, op. cit., p. 22, cita Santo Isidoro de Sevilha. *Etimologias*. Lib. XI. Cap. III.

⁷³PARACELSO. *Die Bücher der Natura Rerum (Oeuvres, ed Suhdorff)*, t. IX, p. 393, *apud* Foucault, Michel, em *As palavras...*, op. cit., p. 46.

⁷⁴Idem *ibidem*.

⁷⁵“(…) si Paré admire de voir dans le monde le jeu innombrable des reflets des choses, il a horreur de leurs contrefaçons. Il s’émerveille des similitudes, il déteste les simulations”: Jean Céard, Introduction. In: PARÉ, Ambroise. *Des monstres...*, op. cit., p. XLIII.

cidadãos do céu. Diabos e vagabundos são o que chama de “monstros artificiais”, fazem uma paródia da criação. O demônio porque por sua mobilidade (vagabundagem) se apropria do movimento das imagens do mundo para criar “falsas ilusões” e enganar os homens. Os vagabundos⁷⁶ que, por sacrilégio, simulam a monstruosidade de uma manifestação divina ou até mesmo de uma doença,⁷⁷ se aproveitam da piedade dos homens. São impostores que devem ser banidos e castigados a chicotadas.

O século XVI ainda distingue duas classes de monstros: as espécies monstruosas e os monstros individuais, distinção medieval que provém de Santo Agostinho. Os primeiros fazem surgir a diferença no mundo “o murmúrio incessante da natureza”,⁷⁸ uma aberração normal (para usarmos uma linguagem atual) que contribui para a beleza e harmonia divinas da natureza, regida pela continuidade dos seres, que sempre provê o mundo de formas intermediárias. Trata-se de uma continuidade que não se transcorre no tempo, que não é nem de leve um evolucionismo que só irá surgir no século XIX, mas uma continuidade das formas. Entre anjos, demônios e os animais Deus colocou o homem, entre a pedra e a terra existe a argila, entre a planta e a pedra há o coral, e assim por diante. Os monstros são também criações divinas intermediárias para garantir a harmonia entre as coisas - a sereia, metade peixe metade mulher, encontra-se nesta categoria. Já a segunda classe de monstros, os monstros individuais, são exemplos da cólera de Deus, frutos da depravação, das cópulas indevidas, desordenadas, que provocam a mistura de sementes, o seu excesso ou a sua falta, desordens que o homem introduz na ordem das coisas.⁷⁹ Apesar disso, mantêm ainda o

⁷⁶Os temas da vagabundagem e da mendicância serão tratados nos capítulos III e IV desta tese.

⁷⁷Paré, como médico-cirurgião, descreve os processos de simulação de doenças, da surdo-mudez e dos aleijões em diversos capítulos da obra citada.

⁷⁸FOUCAULT, Michel. *As palavras...*, op. cit., p. 210.

⁷⁹PARÉ, Ambroise. *Des monstres...*, op. cit., capítulos III, IIII, VIII e XIX.

sinal de Deus, a marca da sua ira. Como consequência da transgressão humana dos preceitos divinos, ainda assim a natureza obediente a Deus faz com que os pequenos monstros guardem semelhanças com o casal que os gerou.

Pois estes monstros individuais não deixaram de impressionar Anchieta que, como homem do seu tempo, faz questão de descrevê-los com detalhes, embora ressaltando que eram excepcionalmente raros entre os índios: “Com tudo, ha pouco em certa aldeia de índios, uma ou duas milhas de distância de Piratininga, nasceu uma criancinha, ou antes um monstro, a qual tinha o nariz estendido até o queixo, a boca debaixo do queixo, os peitos semelhantes ao lombo de um jacaré, cobertos de horríveis escamas, as partes pudendas quasi nos rins; o pae a mandou enterrar viva, assim que nasceu: com este gênero de morte castigam também os que julgam terem sido concebidos em adultério.

“Não é talvez menos admirável, o que, há pouco succedeu em Piratininga,⁸⁰ onde nasceu um porco, que ainda vive, é, segundo creio, hermaphrodita”.⁸¹

Aos poucos, “este fascínio da Europa quinhentista e seiscentista pelo monstro circunscreveu-se a um tipo específico, o dos monstros individuais. Aos outros, os do bestiário, os ‘geográficos’ - que habitavam os confins da terra - os descritos pela religião - Satã -, os europeus somaram a concepção do homem selvagem. Através dos descobrimentos, pois, os monstros não cederam lugar aos homens selvagens, mas acrescentaram-se a eles”,⁸² afirma Laura de Mello e Souza. Afinal, um povo de vagabundos, tanto por seus hábitos nômades (vagam pela terra), quanto por sua indolência, e que além disto são canibais, traiçoeiros, carentes de fé, de lei, rebeldes por

⁸⁰Os grifos são do autor.

⁸¹ ANCHIETA, José de. *Cartas...*, op. cit., p. 49. O grifo é do autor.

⁸² SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo...*, op. cit., p. 53.

natureza por desconhecerem um poder que pudessem servir por obediência, identificava-se plenamente às imposturas e simulações dos demônios, os monstros artificiais descritos por Paré - “Os índios são povo do diabo, afirmam repetidas vezes os jesuítas. ‘Nem sei de outra melhor traça do inferno que ver uma multidão deles, quando bebem, porque para isso convidam de muito longe e isto principalmente quando têm de matar algum ou comer alguma carne que eles trazem de moqué’,⁸³ dizia a Santo Inácio de Loyola o padre Luiz da Grã”.⁸⁴ Daí a incansável peleja dos soldados de Cristo contra os demônios que induzem um povo destituído de razão ao erro, às práticas de feitiçaria feitas pelos pajés, à luxúria, à idolatria, ao vício. Não demorará muito para que estes traços das almas monstruosas se generalizem por toda a população da Colônia, a partir dos séculos XVII e XVIII: primeiro os negros escravos, idólatras e fujões, depois os colonos brancos, principalmente, os de Vila-Rica, traiçoeiros e rebeldes.

No entanto, “o século XVIII não foi demasiado duro com os monstros”, afirma Canguilhem⁸⁵ ao comparar o que irá acontecer mais tarde, no século XIX. Mesmo sendo considerados, às vezes, um desvio das leis da natureza, fruto de coitos anti-naturais ou até da imaginação desvairada da mãe,⁸⁶ os monstros individuais eram considerados casos raros e isolados e não representavam a ameaça de uma tara hereditária para toda a descendência como irá acontecer no século XIX.

Mary Del Priore, autora do livro “Ao Sul do Corpo”, chama de “interesse

⁸³Carta ao padre Luis da Grã a Santo Inácio, 1553, 27-12. In: LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas* (de Nóbrega a Vieira). São Paulo, Nacional, 1970, p. 113. apud SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo...*, op. cit., p. 68.

⁸⁴Idem ibidem.

⁸⁵CANGUILHEM, Georges. *El conocimiento de la vida*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1976, p. 209.

⁸⁶Ver: PARÉ, Ambroise. *Des monstres...*, op. cit., p. 35.

descritivo mórbido”,⁸⁷ “o relatório enviado à Academia de Ciências de Lisboa pelo Dr. Bento D’Horta, posteriormente publicado em 1799. Médico residente em São Paulo, na segunda metade do século XVIII, dizia em seu relatório sentir-se lisonjeado com sua descoberta, pois o monstro que residia nesta cidade tinha “alguma coisa de raro e extraordinário que em outra parte não se encontrava”.⁸⁸ Apelando para o sistema que dividia os monstros da espécie humana em três classes (a primeira por excesso ou aumento de membros, a segunda por diminuição e a terceira por mudanças nos membros),⁸⁹ D’Horta incluiu seu caso na segunda categoria, e ensinava tratar-se de “uma rapariga de idade de 14 anos, chamada Ana Maria, que nascera

‘sem nenhum dos braços e a perna e o pé direito torcido para a parte de fora e algum tanto mais grossa do que a esquerda e muito mais curta, o que fez que mancheje quando anda. Esta rapariga é filha de pais incógnitos, porém sabe-se que é filha de índia doméstica, pois nascendo em uma aldeia de índios que aqui temos na distância de cinco léguas, foi achada exposta num campo por uma índia que a levou a batizar; sendo talvez abandonada por seus pais pela verem falta de membros, que praticando ainda os seus antigos, cruéis e bárbaros costumes de materem ou abandonarem os filhos quando nascem com defeitos em seus membros’.⁹⁰

⁸⁷PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, Edumb., 1993, p. 289. O que Mary Del Priore chama de “interesse descritivo mórbido”, talvez seja mais um caso da maneira de descrever do que propriamente de morbidez, já que o século XVIII (e desde meados do século XVII) assiste ao acontecimento que Michel Foucault chama de mudança das regras do saber (episteme) do campo das similitudes para o campo das representações, permitindo o surgimento de uma “outra linguagem” que torna possível descrições muito mais minuciosas, assim como uma nova ordem nas classificações. Esta questão será discutida logo adiante.

⁸⁸Idem, pp. 289 e 290.

⁸⁹Esta classificação se encontra também em Bonnet, naturalista do séc. XVIII, o que demonstra que é possível que o ensino médico de Coimbra não estivesse tão afastado dos principais trabalhos da época, pelos menos em língua francesa, ao contrário do que afirma Mary Del Priore em *Ao sul...*, op. cit., p. 293. Kenneth MAXWELL, brasilianista americano, autor de um livro recém-lançado em Lisboa sobre o Marquês de Pombal, em recente entrevista ao *Jornal do Brasil*, parece desfazer também o julgamento negativo de Mary Del Priore sobre o ensino da Universidade de Coimbra, na segunda metade do século XVIII. Ele afirma que Pombal fez reformas “absolutamente modernas na área da ciência, por exemplo. A Universidade de Coimbra - e isso os portugueses devem ao tal brasileiro Lemos - tinha currículo e maquinaria moderníssimos”. *Pombal inspirou os militares em 1964*, entrevista a “Idéias-Livros” do *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1995, p. 6.

⁹⁰D’HORTA, Bento. *Descrição de um monstro da espécie humana existente, na cidade de São Paulo na América Meridional*. In: *Memórias de matemática e física da Academia de Ciências de Lisboa*, Tomo II, 1799, pp. 187-9, apud PRIORE, Mary Del, *Ao sul do...*, op. cit., pp. 289 e 290.

O fenômeno “raro e extraordinário” a que se referia D’Horta na vida do chamado “monstro da espécie humana” é que Ana Maria fazia “renda de linhas com os dedos dos pés e anda a cavalo quando vai fora da cidade”.⁹¹

A história de Ana Maria, descrita pelo médico-cirurgião, mais espantado talvez com sua habilidade do que com sua deformidade, revela, através da interpretação de Del Priore, uma mudança que já se vinha processando desde a metade do século XVII. É que o saber do século XVIII opera sobre novas regras (episteme) anteriormente desconhecidas. A continuidade entre os seres anunciada por Paré no século XVI e que garantia aos monstros o estatuto de intermediários como marca divina de harmonia da natureza, sai do campo das semelhanças e entra no campo das representações. Não se trata mais de recolher os sinais que Deus deixou no mundo: os signos se separam das coisas, no sentido de que não guardam necessariamente com estas semelhanças ou afinidade, mas um outro tipo de ligação, seja por associação espontânea (como respiração e vida), seja por convenção. A linguagem muda das coisas que instaurava a função significante e ficava lá, independente de ser decifrada pelos homens, desloca-se para o conhecimento, onde passa a estabelecer entre as coisas uma relação de substituição. “A linguagem já não é mais uma das figuras do mundo”, afirma Michel Foucault, “nem a marca imposta às coisas desde o princípio dos tempos. A verdade encontra sua manifestação e o seu signo na percepção, evidente e distinta. Compete às palavras traduzi-la, se o puderem, já não lhes assiste o direito de serem marcas dela. A linguagem retira-se do meio dos seres para entrar na sua era de transparência e de neutralidade”.⁹² Por isso Lineu pôde constituir as descrições e classificações botânicas

⁹¹Idem. p. 290.

⁹²FOUCAULT, Michel. As palavras.... op. cit., p. 83.

de sua história natural, onde encontrava a possibilidade de nomear o que via, com base “em palavras lisas, neutras e fiéis”.⁹³

Mas, ainda não se pode falar de uma biologia nesta época. Ao contrário dos historiadores das ciências, Foucault afirma que “pretende-se fazer uma história da biologia no século XVIII, mas não se tem em conta que a biologia não existe e que a configuração do saber que nos é familiar há mais de cento e cinquenta anos não pode valer para um período anterior. E, além disso, se a biologia era desconhecida havia para tal uma razão muito simples: é que a própria vida era inexistente. Existiam apenas seres vivos, e que apareciam através do prisma do saber constituído pela história natural”.⁹⁴ O século XVIII desconhece tanto a noção de organismo, como a noção de meio.⁹⁵ Da mesma forma que não problematiza de maneira decisiva o corte entre o que é vivo e o que não é vivo. Tanto que “Bonnet admitia uma divisão quadripartida na Natureza: seres brutos inorganizados, seres organizados inanimados (vegetais), seres organizados animados (animais), seres organizados animados e racionais (homens).⁹⁶ A questão, como se vê, está centrada no organizado e não-organizado e não no orgânico e inorgânico como acontecerá no século XIX.

A propósito da episteme do século XVIII, também digno de nota é a descrição de uma autópsia realizada pelo cirurgião-prático Antônio de Freitas Santos, citado por Mary Del Priore como “o primeiro relato que se conhece sobre teratopatia na

Foucault afirma logo a seguir, revelando a originalidade de sua arqueologia do saber: “Este é um fenômeno geral na cultura do século XVII - mais geral do que a fortuna singular do cartesianismo”.
Idem, *ibidem*.

⁹³Idem, p. 176.

⁹⁴Idem, p. 172. O grifo é do autor.

⁹⁵Ver: CANGUILHEM, *El conocimiento...*, op. cit..

⁹⁶FOUCAULT, Michel. *As palavras...*, op. cit., p. 217. Nota de rodapé. Cf. *Contemplation de la nature*. II parte, cap. I.

Colônia, datada de 1793”⁹⁷ e publicado na Revista de História da Medicina em 1953.⁹⁸ Trata-se, segundo o artigo de Rodolpho Vilhena, de um caso de xipofagia, de duas irmãs nascidas no Quartel da Fronteira do Rio Pardo, em Rio Grande de São Pedro do Sul. O que chama a atenção neste caso não é tanto a ausência de menção à monstruosidade das irmãs xipófagas (como ressalta Del Priore), nem as imprecisões grosseiras nos detalhes anatômicos, na ortografia ou na gramática, por desconhecimento dos “grandes vultos”, “mestres pioneiros” descobridores da época (como ressalta Vilhena). Afinal, Antônio de Freitas Santos era um mero cirurgião-prático, cuja a obtenção da licença exigia apenas um curto estágio na Santa Casa de Misericórdia, um exame superficial de conhecimentos médicos e um pouco de iniciação nas primeiras letras.⁹⁹ O que chama a atenção neste obscuro relato é a paixão pela descrição, pelo uso das classificações e das nomenclaturas que, mesmo em linguagem médica toda estropiada, o autor tenta registrar suas observações em palavras “neutras e fiéis”.

Um certo “evolucionismo” pré-formista se instaura nesta época, não como um modo de compreender o aparecimento dos seres uns a partir dos outros, mas como “maneira de se generalizar o princípio de continuidade e a lei segundo a qual os seres formam uma camada sem interrupção”.¹⁰⁰ As evoluções, segundo Bonnet, por exemplo, estão inscritas nos germes dos animais desde o início dos tempos da criação, da mesma forma que a larva se transforma em crisálida e a crisálida em borboleta. Michel

⁹⁶FOUCAULT, Michel. *As palavras...*, op. cit., p. 217. Nota de rodapé. Cf. *Contemplation de la nature*, II parte, cap. I.

⁹⁷PRIORE, Mary Del. *Ao sul...*, op. cit., p. 293.

⁹⁸VILHENA, Rodolpho. *Primeiro caso de terapopagia registrado no Brasil, à luz de um documento do arquivo nacional*. *Revista Brasileira de História da Medicina*, vol. III, n. 4, 1952, pp. 91-102 e continuação: vol. IV, n. 1, 1953, pp. 98-102.

⁹⁹A esse respeito, diz Rodolpho Vilhena que os próprios médicos (uma categoria então superior a dos cirurgiões) “eram em geral tão ignorantes que, a eles, segundo o Dr. Alvaro de Souza Reis, assim se refere Frei Caetano Brandão em suas memórias: ‘melhor curar-se a gente com um tapuia do sertão que observam com mais desembaraçado instinto do que com médico de Lisboa’”. *Idem*, p. 92.

¹⁰⁰FOUCAULT, Michel. *As palavras...*, op. cit., p. 205.

Foucault, citando Robinet, afirma: “Os monstros não são de uma ‘natureza’ diversa das próprias espécies. ‘Julgamos que as formas mais bizarras na aparência (...) pertencem, necessária e essencialmente, ao plano universal do ser; que são metamorfoses do protótipo tão naturais como as outras, embora nos ofereçam fenômenos diferentes e sirvam de passagem às formas vizinhas; que elas preparam e dispõem as combinações que as seguem, tal como são preparadas por aquelas que as precedem; que contribuem para a ordem das coisas longe de as perturbarem. É porventura só mediante um grande número de seres que a natureza logra produzir seres mais regulares e de uma organização mais simétrica’.”¹⁰¹ A trama de variações da natureza, como garantia da continuidade entre as espécies, também pode ser explicada por uma certa tendência ao desvio “e o resultado destes desvios constituem os monstros. Assim Sigaud de La Fond, no seu ‘Dictionnaire des merveilles de la nature’ (1781), compõe um artigo ‘Desvio da natureza’ no qual ele esclarece que ‘a espécie humana não é a única na qual se nota as monstruosidades’. Para este autor, se se presta menos atenção aos monstros, e se eles não são mais na sua época considerados como maravilhas, é porque seus contemporâneos estão familiarizados com a anormalidade e porque o hábito anula o maravilhoso: ‘Tudo é maravilhoso na natureza. A reprodução do ser menos organizado, os fenômenos que a acompanham e que a seguem seriam igualmente maravilhas, se estivéssemos habituados a observá-los’”¹⁰²

¹⁰¹ Idem. p. 209.

¹⁰² “...et les resultats de ces déviations constituent des monstres. Ainsi, Sigaud de La Fond, dans son ‘Dictionnaire des merveilles de la nature (1781), compose un article ‘Ecart de la nature’ dans lequel il précise que ‘l’espèce humaine n’est pas la seule dans laquelle on remarque des monstruosités’. Pour cet auteur, si on prête moins d’attention aux monstres, et s’ils ne sont plus, à son époque, considérés comme des merveilles, c’est que ces contemporains se sont familiarisés avec l’anormalité et que l’habitude annule ici le merveilleux: ‘Tout est merveilleux dans la nature. La reproduction de l’être le moins organisé, les phénomènes qui l’accompagnent et qui la suivent seraient autant de merveilles, si nous n’étions habitués à les observer.’. FISCHER, Jean-Louis, *Monstres, histoire du corps e de ses défauts*. Paris. Syros. Alternatives. 1991, pp. 9 e 10.

Desta maneira, as variações monstruosas, mesmo aquelas sem futuro, fazem surgir as diferenças, ainda que, para o saber do século XVIII, sejam destituídas de lei, ou, de certa forma, não sigam as regras ordinárias da natureza. De outro lado, a continuidade entre os seres pertence a ordem das identidades, ela precede o tempo e é condição deste. Por isso, não há propriamente uma história ou evolução. “A partir do século XVII, porém, já não podem existir sinais senão pela análise das representações segundo as identidades e as diferenças. Quer isto dizer que toda a designação se deve fazer mediante uma certa relação com todas as outras designações possíveis (...) A identidade e aquilo que a marca definem-se como sendo o resíduo das diferenças. Um animal, ou uma planta, não é aquilo que é indicado - ou traído - pela estigma que nele se descobre impresso; é, ao invés disso, o que não são os outros; não existe em si mesmo mas no limite do que dele próprio se distingue”,¹⁰³ afirma Michel Foucault.

4. *A biologia dos monstros: degenerescência da espécie*

O século XIX foi talvez ainda mais intolerante com os monstros. Não mais frutos das marcas que Deus deixou ao mundo para a sua glória ou pela sua ira, não mais aberrações que garantem a continuidade entre as formas vizinhas e as diferenças entre os seres vivos. A ciência que objetivou a vida como acontecimento original, passou também a desconfiar dos acertos da natureza, considerando os monstros exemplares inadaptados ou degenerados da espécie. Imbuída da idéia de progresso e das teorias da evolução, ela acreditava que tudo que progride pode decair, que tudo que

¹⁰³ *As palavras...* op. cit., p. 195.

evolui pode degenerar. A hereditariedade passou a servir de fundamento para a ordem social, no mesmo momento em que uma visão naturalista do mundo partia não só da medicina e da biologia, como tinha também seus representantes na literatura.¹⁰⁴ A naturalização dos monstros através de sua entrada nas regras da natureza dos seres vivos, explicados como parada no desenvolvimento embrionário, acabou por fornecer a “metáfora fácil” para a extensão da teratologia a todos os desvios.¹⁰⁵

Novas regras de pensar, novas positivities tornaram possível o aparecimento da biologia no século XIX. Assim como o quadro das similitudes se desloca para que a identidade pudesse fazer a sua aparição, “a partir do século XIX a história vai desenrolar outras as organizações distintas¹⁰⁶ (...) Modo de ser de tudo que nos é dado na experiência, a História tornou-se assim o incontornável do nosso pensamento”,¹⁰⁷ afirma a arqueologia de Michel Foucault em as “Palavras e as Coisas”. De agora em diante todas as empiricidades, desprendendo-se do espaço da ordem, ingressam no fluxo do tempo, ao modo de ser da história. Desaparece o espaço plano da visibilidade, do visível discreto que os séculos XVII e XVIII chamavam de “histórico” ou de uma “história natural”, para dar lugar à massa profunda do tempo de um novo saber que substituiu a estrutura pelo organismo, o caráter visível pela função, a identidade pela analogia e pela sucessão. Enfim, tudo o que tornou possível a emergência de uma biologia, da objetivação da vida e, portanto, das noções que a constituem: organismo, meio, reprodução, hereditariedade, desenvolvimento, evolução, auto-organização. A teratologia será, então, consequência deste novo espaço de saber,

¹⁰⁴Emile Zola talvez seja o nome mais conhecido da literatura naturalista. No Brasil, o representante foi Júlio Ribeiro, com seu romance *A carne*.

¹⁰⁵Ver: BORIE, Jean. *Mythologies de l'hérédité au XIX e siècle*. Paris, Éditions Galilée, 1981.

¹⁰⁶*As palavras...*, op. cit., p. 287.

¹⁰⁷Idem, p. 288.

que irá construir para os monstros uma explicação científica.

Etienne Geoffroy Saint-Hilaire realizou esta tarefa, nos dois volumes de sua "Philosophie Anatomique" de 1818-1822¹⁰⁸. Do encontro da embriologia epigenética com a anatomia comparada surge uma ciência dos monstros, explicados pelas mesmas leis naturais que regem o desenvolvimento dos indivíduos normais. Para E.G. Saint-Hilaire o que ocorre é um retardo ou uma parada do crescimento embriológico que produz a fixação de um órgão em um estágio que deveria ser ultrapassado por outro - uma forma embrionária que permanece. Assim, o que aparece hoje como monstruosidade em uma determinada espécie é o seu estado normal em etapa anterior do desenvolvimento. Os monstros são seres regulares que têm em sua forma um defeito típico de tal maneira que podem surgir de forma análoga em todos os vertebrados: o que significa abandonar o monstro individual para estudar a monstruosidade.¹⁰⁹ O interessante é que mesmo tendo formulado as leis naturais da anatomia dos monstros, E. Geoffroy Saint-Hilaire não se desembaraça de um vocabulário que dominou por tanto tempo o saber sobre os monstros, denominando-os "bizarros" e "surpreendentes". Mesmo assim, eles não são mais considerados prodígios, nem desvios da natureza - são defeitos de fabricação já que, por causa de sua origem embrionária congênita, eles não se tornam monstros, eles já nascem assim. Com Isidore Saint-Hilaire,¹¹⁰ filho de E. Geoffroy Saint-Hilaire, surge uma classificação metódica ainda em vigor dos chamados

¹⁰⁸ SAINT-HILAIRE, Etienne Geoffroy, *Philosophie anatomique des monstruosités humaines*, Paris, 1822, 2 vol.

¹⁰⁹ A esse respeito, para E. Geoffroy Saint-Hilaire o que importa, por exemplo, não é estudar o cão cíclope, ou o porco e o homem cíclopes (monstros de um olho só), mas a ciclopia que segue, regras semelhantes em sua monstruosidade.

¹¹⁰ SAINT-HILAIRE, M. Isidore Geoffroy, *Histoire générale et particulière de l'organisation, chez l'homme et les animaux ou traité de tératologie*, Paris, J.B. Baillière, 1837, 4 vol.

“monstros compostos”,¹¹¹ além de uma das formulações mais interessantes sobre a anomalia: ‘Não há excessões nas leis da natureza, há excessões nas leis dos naturalistas.’¹¹²

Se a idade-média e o renascimento inventaram monstros nas artes, nas descrições e nos relatos dos viajantes, o século XIX passou a fabricá-los em carne e osso. Pela utilização de um método experimental, Camille Dareste (1822-1899) produz monstros com embriões de frango, uma grande variedade de malformações e monstros simples, confirmando a teoria de Geoffroy Saint-Hilaire, sobre “a busca nas diferentes fases da embriogênese o instante em que se produziu a parada do desenvolvimento”¹¹³ Suas pesquisas passaram a explicar a origem da formação dos órgãos: o anormal explicando o normal. Além disso, o sucesso de seus experimentos que tanto entusiasmou Darwin,¹¹⁴ passou a servir de base para explicar tanto a origem das espécies, como a das raças. Havia nesta época a idéia de que o desenvolvimento embrionário reproduz, em suas diversas etapas, o desenvolvimento das formas inferiores, anteriores da espécie, como se o embrião fosse a testemunha viva desta origem. Por outro lado, as teorias, tanto de E. Geoffroy Saint-Hilaire, mas sobretudo a de Dareste, pareciam confirmar a teoria de que certas formas monstruosas que apareceram e vingaram formaram espécies e raças animais ainda existentes. De tal maneira que encontramos em Dareste a primeira teoria mutacionista que identifica o transformismo do monstro ao “mutante” e, em consequência, propunha transformações bruscas das

¹¹¹Monstros compostos são aqueles “em que se encontram reunidos os elementos completos ou incompletos de dois ou mais organismos”. CANGUILHEM, G. *El conocimiento...* op. cit., p. 211.

¹¹²*Histoire générale...* op. cit., Tome I, p. 37. *Apud*: CANGUILHEM, G., *El conocimiento...* op. cit., p. 103.

¹¹³FISCHER, Jean-Louis. *Monstres...* op. cit., p. 103.

¹¹⁴Darwin escreve a propósito do trabalho de Dareste: “Les travaux d’experimentateurs, tels que ceux de M. Dareste, sont pleins de promesses pour l’avenir”. *Apud*: Idem, p. 105.

espécies, tese não defendida nem por Lamarck, nem por Darwin. Para ambos as transformações se deram num processo lento e imperceptível.

Neste ponto, no entanto, é preciso esclarecer o que o século XIX entendia por hereditariedade. Até o início do século XX a teoria vigente era a da herança dos caracteres adquiridos. Somente a partir de 1906 a 1910, quando a genética ganhou seu estatuto de ciência, é que aos neo-lamarquistas (ainda partidários da herança dos caracteres adquiridos) passaram a se contrapor os neo-darwinistas, contrários à antiga tese. Por esta razão é que, tanto E.G. Saint-Hilaire quanto Dareste, acreditavam que uma modificação na estrutura de um ser vivo poderia ser transmitida para a sua descendência, desde que fosse produzida no ventre materno, ou seja, durante o seu desenvolvimento embrionário. G. Saint-Hilaire não explica mais pela imaginação da mãe a causa de certas anomalias, como faz por exemplo Pedro Norberto Aucourt e Padilha que, em 1759, atribui ao nascimento de uma criança “em forma em que se costuma pintar o diabo” ao fato de “haverse ajuntado com sua mulher o marido com o vestido de cruz diabo, com que tinha ido a huma festa”, ou ... “Em Antuérpia [onde] naseo huma menina muy parecida a hum bugio na cara e nas acções; o que foy atribuido a brincar a mãy com um, quando andava pejada”.¹¹⁵ Embora ainda responsabilizando certas emoções da mãe, como o pavor, pelas malformações do feto, E.G. Saint-Hilaire explica as alterações que este pavor provoca nas contrações uterinas e um consequente retardo do desenvolvimento do embrião. Dá como exemplo mulheres que, estando no início da gravidez, se assustaram com um sapo e tiveram um bebê-monstro.¹¹⁶ Rejeita as afecções morais como causa da monstruosidade, argumentando que não há diferença de

¹¹⁵PADILHA, Pedro Norberto de Arcourt e. *Raridades da natureza e da arte divididas pelos quatro elementos*. Lisboa. Francisco Luis Aveiro, 1759. p. 143.

¹¹⁶Ver: FISCHER, J. *Monstres...*, op. cit., p. 96.

nascimentos monstruosos de filhos legítimos e naturais, assim como não há nem mais nem menos monstros entre os animais que entre os homens: "... et vous en concluez surabondamment que notre raizon et nos affections morales ne sont pour rien dans les déformatinos qui constituent les faits de la monstruosité".¹¹⁷

Não era este, contudo, o pensamento dominante entre os médicos brasileiros, José dos Santos Correa Pinto, em sua tese de doutoramento na Faculdade de Medicina da Bahia, intitulada "Influências físicas e morais dos pais sobre a prole", de 1855,¹¹⁸ fala da influência moral dos pais no ato da concepção: "Os deboches e a imoralidade engendram, as mais das vezes, filhos fracos de corpo e de espírito", assim como "... os filhos procriados durante a embriaguês são dotados de uma sensibilidade embotada ou são inteiramente idiotas".¹¹⁹ Evitar as "afecções tristes" no "congresso conjugal" parece ser uma recomendação unânime entre os médicos. Talvez seja por isso que o mesmo autor que condena os deboches e a imoralidade afirma que "os bastardos (...) têm ordinariamente um espírito mais brilhante; porque seus pais tiveram mais fervor no ato da copulação".¹²⁰ Não há, portanto, discussão quanto à herança dos caracteres durante a concepção e a própria gestação. Segundo outra tese de doutoramento de Francisco Ruy da Gama Roza, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de 1876, "a influência dos diversos estados da alma e do corpo sobre a prole, no instante da fecundação, é das mais imediatas e das mais bem caracterizadas que se conhece. Este fenômeno, racionalmente, é bem fácil de entrever desde que se admita a herança; pois

¹¹⁷ SAINT-HILAIRE, Geoffroy E. *Philosophie anatomique des monstruosités humaines*, Paris, 1822, p. 507, apud FISCHER, J., *Monstres...*, op. cit., p. 97.

¹¹⁸ PINTO, José dos Santos Correa. *Influências físicas e morais dos pais sobre a prole*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, Tipografia de Epifanio Pedroza, 1855.

Obs.: A forma ortográfica dos textos do século XIX e início do século XX foram atualizadas, mantidas, contudo, o sistema de pontuação.

¹¹⁹ Idem, p. 25.

¹²⁰ Idem, p. 28.

que claro está que a transmissão hereditária não podendo tomar por base um estado passado, que já não existe, há de forçosamente modelar-se e tirar a sua existência do estado atual, isto é, do momento em que é transmitida”.¹²¹ Assim como a herança dos pais para os filhos ocorre no momento da concepção e depende do estado atual dos genitores, os estados anímicos destes explicam tanto a semelhança dos gêmeos, porque são concebidos no mesmo momento, quanto a as desigualdades entre os irmãos comuns. Daí as recomendações dos higienistas: “abstenção do congresso conjugal desde que exista qualquer indisposição e sempre que a alma se achar comovida por algum sentimento deprimente”.¹²²

Foi bastante comum entre os médicos brasileiros do século XIX atribuir à imaginação da mãe, durante a gestação, as características teratológicas do recém-nascido, ou até mesmo, as qualidades e méritos em sua vida futura. O já mencionado doutorando José dos Santos Correa Pinto, citando Mallebranche, nos conta “que uma mulher prenhe, assistindo à execução de um condenado ao suplício na roda deu à luz um menino que tinha os membros despedaçados”. E deduz também que o “gênio militar do intrépido guerreiro” que foi Napoleão se deve à “circunstância de ter a mãe seguido, quando pejada, seu marido para as campanhas”.¹²³ Vinte anos depois, Francisco Luiz da Gama Roza, referindo-se à influência das emoções da mãe sobre o feto, critica: “Sem nos fazermos eco das fábulas ridículas que abundam nas obras dos ‘imaginacionistas’”,¹²⁴ não temos dúvidas em admitir, sem restrições, que as emoções, os movimentos passionais, as alucinações de uma imaginação vivaz, tenham uma influência das mais

¹²¹ROZA, Francisco Luiz Gama. *Dos casamentos sob o ponto de vista higiênico*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tipografia de G. Luizinger e Filhos, 1876, pp. 30-1.

¹²²Idem, p. 31.

¹²³*Influências físicas...* op. cit., p. 29.

¹²⁴O grifo é do autor.

importantes sobre a elaboração fetal (...) Que muito é, pois, que uma emoção moral viva, que pode ir em alguns casos até determinar o aborto, - cause em outros uma parada no desenvolvimento de certos órgãos do embrião, determinando a produção de anomalias e monstruosidades?¹²⁵ Segue sua justificação: “pois não aferimos nós que esta influência do espírito que por meio do sistema nervoso se exerce em todos os atos da vida fisiológica, - acelerando, ou abatendo a circulação; determinando o afluxo do sangue para este, ou aquele ponto; executando todos os movimento voluntários; aumentando as secreções; etc?”¹²⁶ Aliás, por conta das possibilidades da hereditariedade atuar, não só no momento da concepção como em toda a gestação, “a mãe pode infinitamente mais do que o pai sobre a constituição física e moral do produto, portanto as moléstias hereditárias da primeira terão muito mais facilidade de se transmitir aos descendentes do que as do segundo. Vamos além: um indivíduo afetado de vício suscetível de se reproduzir por meio de geração pode, desposando uma mulher sã isenta de vício, ter filhos este casal que a saúde se aproximará muito mais do lado materno”, afirma Bernardo Teixeira de Carvalho em sua tese de doutoramento da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1872.¹²⁷ Então, nada mais “natural” que as recomendações dos higienistas quanto à saúde física e principalmente moral fossem muito mais estritas para as mulheres do que para os homens e não se limitassem apenas à concepção e à gestação, mas se estendessem a todos os períodos da vida.

Mas a herança dos caracteres adquiridos nem sempre se limitava ao momento da concepção ou à gestação, ela poderia se estender pela vida afora. Existiam estudiosos estrangeiros que, nessa época, acreditavam que um traumatismo adquirido já

¹²⁵*Dos casamentos...* op. cit., p. 33.

¹²⁶*Idem.* p. 34.

¹²⁷CARVALHO, Bernardo Teixeira de. *Das heranças*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tipografia Franco Americana, 1872. p. 43.

na idade adulta poderia ser transmitido aos descendentes. É o caso de H. Scoutetten, médico chefe do Hospital Militar de Metz, que relata a história de uma família atingida por uma deformação nos pés e nas mãos, que se caracterizava pela redução do número de dedos, e cuja origem foi apontada num bisavô que após uma queda feriu profundamente pés e mãos¹²⁸ Debay, em seu livro "Histoire Naturelle de L'homme et de la Femme", que em 1876 já estava na 23ª edição,¹²⁹ fala de caracteres adquiridos por moléstias endêmicas, condições da água, dos alimentos e da topografia que podem alterar a forma humana e produzir uma variedade que se perpetua. Cita Buffon a respeito dos habitantes da Ilha de Santo Tomás como uma raça de homens de pernas grossas, um desenvolvimento monstruoso das extremidades inferiores, causado pela elefantíase, uma espécie de lepra que se encontra também entre os egípcios, os árabes e os judeus e todos os povos que habitam os vales húmidos.¹³⁰ A essa degradação da espécie humana deve-se acrescentar o cretinismo, o albinismo e o bócio que se perpetuam nas populações expostas continuamente às condições que as engendram. As leis da hereditariedade fisiológica traçariam a história das diversas metamorfoses. Aliás, para Debay, tanto a hereditariedade teratológica (das monstruosidades) como a hereditariedade mórbida (das imperfeições, das degradações e doenças adquiridas) são

¹²⁸Ver: FISCHER, J. *Monstres...*, op. cit., p. 104.

¹²⁹DEBAY, A. *Histoire naturelle de l'homme et de la femme, depuis leur apparition sur le globe terrestre jusqu'à nos jours - race humaine primitive, ses métamorphoses en races. Types et variétés de races, suivie de l'histoire des monstruosités humaines (anomalies organiques - bizarries et singularités. Explication des phénomènes les plus extraordinaires qu'offre l'économie humaine depuis la naissance jusqu'à la mort*", Paris, E. Dentu Libra Édicteur, 1876, Vingt-troisième Édition.

Obs.: Trata-se de um livro que segundo o autor tem duas faces: "uma original, anedótica e divertida; e outra séria, científica, instrutiva, dando com clareza a razão física dos fenômenos mais extraordinários, anomalias, metamorfoses e bizarras que se encontram na organização humana". Talvez seja por isso que teve grande circulação no século XIX, agradando tanto ao público a ponto de chegar à 23ª edição. Embora exponha teses semelhantes a de Morel (ver mais adiante), não pudemos encontrar neste livro referências ao autor do "Traité des Dégénérescences".

¹³⁰Aliás, este é o argumento utilizado para explicar a inferioridade de certas raças, assunto que será tratado em outra parte.

reais, mas sujeitas a irregularidades. As degradações, por exemplo, não se transmitem de uma geração para outra, a não ser que as condições que as produziram permaneçam por várias gerações em uma mesma família. O que significa dizer que as malformações e as doenças acidentalmente adquiridas não são hereditárias.¹³¹

Mas, afinal, quais seriam estas doenças não herdadas que o autor não cita, mencionando em contrapartida uma lista imensa de doenças hereditárias que vão das doenças de pele, do escorbuto, da tuberculose à demência, à loucura e ao “frenesie”?¹³² Para João Diogo Esteves da Silva, doutorando da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882, “as moléstias herdadas são tão numerosas que Piorry, Sersiron e Pujol citam delas uma lista quase interminável. E as moléstias que consideram mais francamente hereditárias são as crônicas, visto que são próprias do indivíduo, ao passo que as agudas são próprias da espécie”.¹³³ Ciosos em rastrear todo o campo da fatalidade hereditária, nossos médicos, citando quase sempre autores estrangeiros (na maioria franceses), enumeram doenças herdadas,¹³⁴ sistematizam tipos de

¹³¹Ver: Idem, p. 77.

¹³²Ver: Idem, p. 83.

¹³³SILVA, João Diogo Esteves da. *Dos casamentos do ponto de vista higiênico*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, RJ, Lombaerts e Comp., 1882, p. 28.

Obs.: As teses das primeiras faculdades de medicina do Brasil no século XIX (no Rio de Janeiro e na Bahia), além de revelarem a inexistência da pesquisa médica, são prolixas, cheias de citações de autores, em geral estrangeiros, sem indicações bibliográficas.

¹³⁴Eis uma dessas listas de moléstias hereditárias que se encontra na tese de Bernardo Teixeira de Carvalho (op. cit., p. 38): cancro, escrófula, gota, reumatismo, sífilis, raquitismo, certas moléstias herpéticas, as areias, surdo-mudez, papeira ou bócio, cretinismo, todas as neuroses da inteligência, do sentimento, do movimento (loucura, idiotice, nevralgia, epilepsia, coréa, histeria, etc.); moléstias do coração e dos grossos vasos (hipertrofia e aneurisma), as alterações do sangue, como a pletora, a clorose, a anemia, a hemorragia; as moléstias da bexiga (cálculos, catarro), os cálculos biliares, a cirrose; as moléstias dos olhos (catarata), a diabetes, a albuminúria, a polisarcia “e algumas outras afecções para as quais a influência da herança é menos estabelecida”. Em 1902, outro doutorando da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Cabral de ALENCAR, confirma também a hereditariedade da obsessão suicida e vai além nesta determinação fatal: “Tem-se observado freqüentemente que nas famílias onde a maioria suicida é hereditária, os membros que se suicidam escolhem o mesmo gênero de morte, destroem-se na mesma idade”. *Obsessões e impulsos ao homicídio e ao suicídio*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia de Jacintho Ribeiro dos Santos, 1902, p. 55.

hereditariedade, como o faz Bernardo Teixeira Carvalho, que atribui a Monneret a seguinte classificação:

“1ª - Herança direta. Os pais e as mães fornecem o germen da moléstia (...)

2ª - Herança indireta. Que provém dos colaterais, mais difícil de estabelecer do que a precedente e à qual se liga a questão dos casamentos consangüíneos (...)

3ª - Herança de retrocesso (de volta, retour). Quando a moléstia origina-se dos ascendentes, dos pais ou das mães, e que salta uma ou mesmo duas gerações.

4ª - Herança de influência. Em virtude da qual o produto recebe alguma coisa do conjunto anterior. Esta M. Monneret não admite; ensaiaremos porém por demonstrar que existe realmente”¹³⁵

De todos os tipos de herança citados, o mais curioso é a herança por influência. Para confirmá-la o autor cita depoimentos estrangeiros que “afirmam que na cópula do asno e da égua, a ação seminal que exerce a primeira espécie não se termina no mulo que é o produto; porém que se a mesma égua, fecundada por um asno, for mais tarde por um cavalo, o produto que ele der à luz, participará dos caracteres do asno”¹³⁶. Depois de citar outros exemplos com animais, porque com eles é possível provar a verdadeira paternidade, o autor comenta: “Há muito tempo, tem-se notado a semelhança maior do filho fruto do adultério com o pai legal; (isto é o que deveria sê-lo) é o que fez dizer Frenus: ‘Filius ex adultera excusare matrem culpa’ (...) A preocupação mental da mulher no momento do coito, o medo de uma surpresa, em flagrante de adultério, são aqui invocados para explicar a semelhança do filho com o marido ausente (...) As faltas das esposas seriam assim de algum modo atenuadas, porque o fruto de um amor ilegítimo assemelhar-se-ia tanto no físico como na moral, ao marido legal, contanto que

¹³⁵Idem. p. 38.

¹³⁶Idem. p. 46.

houvesse já fecundado sua mulher”.¹³⁷ Seria esta uma forma de atenuar também a maior influência da hereditariedade da mãe sobre o feto, através de uma marca (ou quem sabe um germen) que a mulher carregaria para sempre de seu primeiro macho fecundador? O que teria levado o autor, numa época em que não só as práticas sociais como as recomendações morais dos médicos higienistas sobre os comportamentos da mulher eram tão severas, a pretender atenuar as faltas do adultério feminino? Um recurso prático frente ao inevitável, como foi o caso da miscigenação racial?¹³⁸

De qualquer maneira, o que todos esses relatos médicos revelam é a versatilidade que teve a hereditariedade para produzir argumentos que visavam legitimar, moralizar e implantar uma ordem social burguesa na família normalizada e higienizada.¹³⁹ Quase nada escapa à hereditariedade. Do monstro naturalizado, às pequenas malformações embrionárias, a etiologia da hereditariedade mórbida forneceu a justificativa que faltava às demais doenças do corpo e da alma. De agora em diante, a monstruosidade tem tanto uma natureza física quanto moral, de ordem hereditária, a despeito dos limites apontados pelos estudos de E. Geoffroy Saint-Hilaire. O deslize dos comportamentos, as perversões, os desregramentos são produtos degenerados, taras que deixarão também um legado fatal para a descendência. A degeneração moral se inscreve no corpo pelas doenças que provoca (como a sífilis, o alcoolismo e a tuberculose) e se fixa na hereditariedade. Não representa uma regressão à animalidade, mas um desvio de progressão natural, que pode produzir uma raça decadente e, já agora, uma doença que requer tratamento e principalmente prevenção para que não se torne uma epidemia. E o

¹³⁷ Idem, p. 47.

¹³⁸ Frente à realidade inelutável de sermos um povo irremediavelmente mestiço, alguns intelectuais brasileiros, a partir do final do século XIX, defendem a tese da superioridade do produto mestiço. Ver: “As teorias do racismo...”, no capítulo III desta tese.

¹³⁹ Ver: COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, Rio de Janeiro, Grad., 1979.

que poderia provocá-la, além dos descuidos morais? A consangüinidade e a miscigenação.¹⁴⁰ E os produtos privilegiados destes dois tipos condenáveis de mistura de sangue foram, além dos loucos e dos epiléticos, os surdos-mudos, os idiotas e os deformados, todos portadores em algum lugar do corpo de um estigma de degenerescência.

A hereditariedade aparece, então, como uma espécie de lei universal que se manifesta também no plano social e político e que naturaliza tanto a herança da propriedade privada, quanto a do poder e a dos povos. Por outro lado, a partir de uma ciência dos monstros, e particularmente de uma etiologia genética das monstruosidades - já agora do tipo físico e moral - ficou mais fácil e cientificamente autorizado estabelecer novos reagrupamentos de doenças, novas classificações, principalmente as do tipo moral cuja base orgânica reside no sistema nervoso, onde a marca de uma lesão original ao se expandir degenera todo o resto. Neste "órgão da alma" está a origem do mal, seus abismos sombrios podem guardar e fazer eclodir as paixões irrefreáveis e violentas de uma natureza perversa, animalesca, criminosa e irracional. Face à fatalidade da etiologia hereditária¹⁴¹ que começa a se desencadear antes mesmo do nascimento do indivíduo, pouco resta a fazer em termos terapêuticos. Os especialistas da teratologia social que foram, no Brasil, de início os médicos higienistas e mais tarde os psiquiatras, concentraram principalmente seus esforços em formular uma doutrina de prevenção do mal pela naturalização das regras morais tomadas como higiênicas.¹⁴²

¹⁴⁰A consangüinidade e a miscigenação e seus subprodutos defeituosos e degenerados são temas desenvolvidos no capítulo III desta tese, em: "As teorias do Racismo...".

¹⁴¹Em BORIE, Jean (*Mythologies...*, op. cit., p. 80), encontra-se uma citação de Emile Zola que resume em uma frase obras inteiras sobre a patologia nervosa: "Toda doença nervosa é hereditária."

¹⁴²Ver: BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

Eles contaram com a inspiração dos trabalhos de Bénédicte-Auguste Morel que em 1857 publicou um livro onde traça um panorama completo da decadência humana, um “Tratado das Degenerescências”.¹⁴³ É verdade que bem antes do século XIX a Europa avaliava o Novo Mundo como uma terra inferior, cheia de animais inferiores de menor porte ou que se arrastavam na lama como os répteis e os insetos, habitada por uma humanidade monstruosa. Laura de Mello e Souza citando Cornelius De Pauw, em 1768, sobre a natureza americana decadente e decaída, confirma: “é sem dúvida um espetáculo grande e terrível (...) o de ver uma metade deste globo tão desprotegida pela natureza, que tudo nela era degenerado ou monstruoso”.¹⁴⁴ Contudo, este “espetáculo” de degenerescência não havia, nesta época, recebido os fundamentos das teorias da evolução ou da hereditariedade, não era também considerado uma moléstia que poderia se alastrar por todas as raças. Tampouco estava imbuído da idéia de progresso, ou produziu novas classificações das doenças¹⁴⁵ e justificativas profiláticas ou de inclusão institucional.¹⁴⁶ Era nada mais do que seu autor oferecia: um “espetáculo” que poderia causar repugnância ou espanto, ou ambos, nunca uma teoria. Por sua vez, as degenerescências de Morel, expostas também num atlas cheio de estampas como um “espetáculo de variedades” doentias (físicas, morais e intelectuais), apesar do fatalismo irremediável da hereditariedade, supõem a noção de progresso e a

¹⁴³MOREL, B.A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine, et des causes qui produisent ces variétés malades*. Paris, J.B. Ballière, 1857.

¹⁴⁴PAUW, Cornelius de, *apud* GERBI, Antonello. *La disputa del nuevo mundo - História de uma polémica, 1750-1900*, México - Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1960, p. 51, nota 12, *apud* SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e...*, op. cit., p. 49. O grifo é nosso.

¹⁴⁵Tampouco a categoria de doença mental existia na época de De Pauw.

¹⁴⁶A noção de inclusão institucional será discutida no capítulo IV desta tese. Ela diz respeito à necessidade de identificar e incluir, tanto numa categoria nosográfica ou num estabelecimento especializado os indivíduos considerados incômodos ou perigosos que vagueiam pelas cidades. Por isso ela é fundamental para se entender também o processo de ordenação do espaço urbano, que no Brasil só tomará maiores proporções após a Proclamação da República.

intervenção preventiva.¹⁴⁷ A degenerescência não é uma evolução negativa, no sentido inverso que nos levaria de volta à condição animal; seria antes um desvio, ou melhor dizendo, um desarranjo doentio e contagioso do processo evolutivo que poderia produzir uma variedade degenerada da espécie, ou quando muito um retorno e uma parada na forma primitiva de nossos ancestrais.

Enquanto a monstruosidade e as malformações estudadas por G. Saint-Hilaire e Dareste nos acenavam com uma variedade individual no presente, sempre condenada a uma exceção maldita (ou uma variedade mutante no passado), porque os monstros individuais e os malformados são em sua maioria inviáveis, e sua reprodução hereditária limitada aos acontecimentos embrionários, os degenerados de Morel formam uma multidão a se reproduzir desordenadamente, até chegarem a constituir em futuro próximo uma variedade decadente da espécie. É óbvio que Morel se utilizou deste argumento para justificar a inferioridade racial dos povos primitivos, provocada por condições degenerativas sofridas por estas raças em passado distante e que continuam atuar no presente. O selvagem então se aproxima do civilizado não por ascensão daquele, mas por degradação do segundo, já que as doenças degenerativas da espécie não escolhem a raça, basta que as condições que as provoquem estejam presentes: o alcoolismo, entre os suecos, a opiomania entre os chineses, a miscigenação entre os brasileiros, a pelagra entre os lombardos, o cretinismo entre os pirinéus.¹⁴⁸ Em seu Atlas de 12 pranchas em que expõe estampas exemplares de degenerados e descreve os casos citados,¹⁴⁹ Morel parece ter aí uma predileção especial pelos os que hoje chamaríamos de

¹⁴⁷A esse respeito Morel escreveu um outro livro em dois volumes: "Hygiène physique et morale - Traité theorique et pratique de toutes les indications curatives de l'ordre intellectuel, physique et moral, capables de prévenir e de combattre les causes de dégénérescences dans l'espèce humaine".

¹⁴⁸Ver: MOREL, *Traité des...*, op. cit., p. 419.

¹⁴⁹Trata-se do "Atlas de XII planches", que acompanha o seu *Traité des dégénérescences...* (op. cit.), onde apresenta a seguinte classificação:

deficientes mentais e que ele apresenta como exemplos típicos de degenerescência: parada de desenvolvimento intelectual, cretinismo, ausência da palavra e da inteligência, idiotismo endêmico etc. - para provar a existência de uma "sub-raça" em formação. Neste caso o idiota poderia ser comparado ao monstro porque traria, desde o nascimento, algum estigma físico de uma parada do desenvolvimento do sistema nervoso.

Mas a questão que assombrava Morel em sua época na França estava bem distante do Brasil que, recém-saído da condição de colônia, iniciava um processo de urbanização e utilizava intensivamente a mão-de-obra escrava. A figura bastante freqüente na literatura francesa do século XIX é a de um novo selvagem, não mais o bom selvagem de outros tempos, mas a do operário degenerado, preguiçoso, alcóolatra, libidinoso, vagabundo que dissemina por onde passa o germe da revolução, o perigo da revolta, que Morel chama de "classes perigosas": "... os homens que refletiram profundamente sobre o nosso estado social me compreendem perfeitamente. Eles não ignoram que no seio desta sociedade tão civilizada existem 'verdadeiras variedades' (...) que não possuem nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer

-
- I - Dégénérescences héréditaires chez les enfants issus de parents livres a l'alcoolisme chronique.
 - II - Dégénérescences héréditaires - crétinisme et arrêt de développement intellectuel et physique congenial.
 - III - Types dégénérés - sous l'influence de la contribution géologique du sol - dégénérescence crétineuse dans le Department de la Meurthe.
 - IV et V - Dégénérescences progressive dans une famille crétinisée.
 - VI - Types dégénérés - sous l'influence de la constitution géologique du sol ou de mauvaises conditions de logement, ou de nourriture dans les grandes villes.
 - VII - Types de transition - Dégénérés rachitiques avec predominance de la constitution crétineuse - absence de la parole et de la intelligence.
 - VIII - Dégénérescence en rapport avec les troubles de la nutrition et avec prédominance du tempérament lymphatique et scrofuleux dans certaines contrées.
 - IX et X - Conformation vicieuses de la tête.
 - XI - Types de crétinisme dans les pyrénées ou arrêt général de développement.
 - XII - Types d'idiotie endémique ou arrêt isolé de développement de l'intelligence, avec développement général de la constitution."

idéia de ordem religiosa. Qualquer uma destas variedades, foram designadas sob o justo título de classes perigosas.¹⁵⁰ Tudo que dissemos até agora, e tudo que nos resta dizer tende a demonstrar a importância do estudo das causas que levam o indivíduo a uma degradação física e moral, constituindo para a sociedade um estado de perigo permanente”.¹⁵¹ Guardando as devidas proporções estes mesmos qualificativos foram aplicados à grande maioria da população brasileira: os negros escravos e os mestiços.¹⁵² Nestas condições, não é de espantar que tanto Morel como os médicos brasileiros, inspirados naquele, reconhecessem, dentre as influências que produzem as degenerescências, os fatores morais e se apressassem em fixá-los na hereditariedade. Mas o determinismo da herança mórbida não se apresenta como reprodução do idêntico de uma geração para outra, como a hereditariedade dos demais traços, gerando uma imprevisibilidade ainda mais ameaçadora:

“Não entendemos exclusivamente como hereditariedade a doença que os pais transmitem aos filhos no seu desenvolvimento e com identidade de sintomas de ordem física e de ordem moral, observadas nos ascendentes; entendemos sob o nome de hereditariedade a transmissão das disposições orgânicas dos pais aos filhos. Não é necessário, mais uma vez, para demonstrar a existência desta transmissão, que a doença dos pais seja reproduzida de modo idêntico nos filhos: é suficiente que estes últimos

¹⁵⁰O grifo é nosso.

¹⁵¹“... les hommes qui ont profondément réfléchi sur notre état social me comprennent parfaitement. Ils n'ignorent pas qu'au sein de cette société si civilisée, existent des 'véritables variétés' (...) qui ne possèdent ni l'intelligence du devoir, ni le sentiment de la moralité des actes, et dont l'esprit n'est susceptible d'être éclairé ou même consolé par aucune idée de l'ordre religieux. Quelques-unes de ces variétés ont été désignées à juste titre sous le nom de classes dangereuses - Tout ce que nous avons dit jusqu'à présent, et tout ce que nous rest à dire tend à démontrer l'importance de l'étude des causes qui amènent chez l'individu une dégradation physique et morale pour la société un état de danger permanent”, *Traité des dégénérescences...*, op. cit., p. 461.

¹⁵²Houve diferenças em relação à ordem que se impôs ao corpo do trabalhador livre do sistema individual e ao corpo do escravo - foram técnicas de subjetivação bem diversas. De tal maneira que se pode afirmar que as deficiências nasceram do corpo do trabalhador livre, nunca do escravo. Este assunto será tratado em “Do trabalhador livre ao operário higienizado...”, no capítulo III desta tese.

sejam dotados de uma má disposição orgânica que se torne ponto de partida das transformações patológicas cujo encadeamento e dependência recíproca produzam novas entidades mórbidas, de ordem física ou moral e por vezes das duas reunidas”.¹⁵³

Trata-se, portanto, da imprevisibilidade da diferença que a hereditariedade mórbida pode imprimir na espécie, enquanto que a herança dos traços comuns será sempre a reprodução do idêntico. Assim, o mecanismo da hereditariedade não é o mesmo para a saúde e para a doença: o primeiro é serial e progressivo, sustenta a marcha da evolução, reproduz o mesmo, o tipo normal; o segundo é circular e regressivo,¹⁵⁴ produz o diferente e o anormal. O destino da força circular é produzir metamorfoses decadentes até a sua completa extinção - o retorno à inércia.¹⁵⁵ Os sinais de saúde são sinais de uma moralidade natural, sancionada por uma ordem natural cujas forças seriais e progressivas devem fundar toda a organização social. Mas há forças do mal a combater - eis a tarefa dos médicos no interesse das famílias,¹⁵⁶ das raças e da espécie. Nas famílias a hereditariedade mórbida pode produzir o dessemelhante,¹⁵⁷ na raça o

¹⁵³MOREL, B.A. *Traité des...*, op. cit., p. 565. (O grifo é do autor)

“Nous n’entendons pas exclusivement par hérédité la maladie même des parents transmise à l’enfant dans son développement et avec l’identité des symptômes de l’ordre physique et de l’ordre moral observés chez les ascendants: nous comprenon sous le mot hérédité, la transmission des dispositions organiques des parents aux enfants. Il n’est nécessaire, encore une fois, pour démontrer l’existence de cette transmission, que la maladie des parents soit identiquement reproduite chez les enfants: *il suffit que ces derniers soient doués d’une prédisposition organique malheureuse qui devienne le point de départ de transformations pathologiques dont l’enchaînement et la dépendance réciproque produisent des nouvelles entités malades, soit, de l’ordre physique soit de l’ordre moral, et parfois des deux ordres réunis*”.

¹⁵⁴MOREL tira de Buchez a idéia de forças seriais e circulares e cita a p. 323: BUCHEZ, *Essai d’un traité complet de philosophie au point de vue du catholicisme et du progrès*, Paris, 1840.

¹⁵⁵Ver: BORIE, J. *Mythologies...*, op. cit., p. 106.

¹⁵⁶Ver a esse respeito: COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*, op. cit.

¹⁵⁷Até mesmo os gênios, os poetas e os artistas foram muitas vezes incluídos, por sua dessemelhança, na categoria dos degenerados. A esse respeito afirma Franco da Rocha em seu livro *Esboço de psiquiatria forense*, São Paulo, Tipografia Laemmert, 1905, p. 49: “O idiota, o imbecil, o débil degenerado que dispõe de raríssimas idéias abstratas, e o degenerado superior, genial mesmo (parece incrível...) encontram-se, nivelam-se quando reunidos pelo traço comum - a perversão do caráter”.

retorno ou a paralização no ancestral primitivo e selvagem¹⁵⁸ e na espécie o perigo da extinção gradativa dos traços de humanidade - destruição de sua forma autêntica. Por isso, é preciso divulgar a ameaça da anormalidade, dar publicidade aos seus males, construir um projeto de intervenção higiênica e moral de regeneração da sociedade, sonho que no Brasil só ganhará muitos e ferrenhos adeptos a partir do século XX, com o movimento eugênico.¹⁵⁹ A educação teria, então, um duplo papel: a prevenção dos males afim de evitar o contágio físico e moral das crianças e dos jovens com os fatores de degenerescência (condições ambientais de circulação do ar, umidade, promiscuidade, doenças transmissíveis, hábitos de alimentação, condutas imorais - masturbação, pederastia, coitos excessivos, alcoolismo, etc.) e a correção dos males reversíveis pela ação da disciplina¹⁶⁰, dos bons exemplos e do trabalho intensivo. A questão está, portanto, em decidir quais as categorias de degenerados podem ser passíveis de regeneração e quais são os incuráveis - a estes últimos caberá ocupar a forma mais extrema da monstruosidade.

5. Espelhos da alma: os estigmas da degenerescência

Era preciso, então, identificar os degenerados. Um dos indícios mais fortes da incurabilidade e do grau de monstruosidade era presença de estigmas físicos no

¹⁵⁸Trata-se da explicação monogenista para a inferioridade de certas raças (assunto que será tratado no Capítulo III).

¹⁵⁹Tema tratado em "Movimento Eugênico: tribunal de todos os desvios", no capítulo II desta tese.

¹⁶⁰Vai chegar o momento em que os excessos da disciplina nos colégios serão recriminados pelos higienistas, tanto no que refere aos castigos físicos, quanto à sobrecarga de trabalho intelectual, o então chamado "surmenage", que provocava, dentre outros efeitos, a perda da capacidade intelectual, uma debilidade mental.

corpo. Aliás, descobrir “o espelho da alma” foi uma das obsessões do século XIX, que surgiu bem antes do “Tratado das Degenerescências” de Morel. Mais do que buscar na superfície do corpo as marcas das suas profundidades, o diagnóstico das doenças orgânicas - o século XIX buscou também desvendar nestes indícios algo ainda mais invisível: os abismos da alma.

Algumas partes do corpo e seus sinais foram privilegiados: das formas do crânio às deformidades dos órgãos genitais, das assimetrias faciais e expressões fisionômicas ao cheiro característico dos alienados, por exemplo. Embora por vezes relativizada pelas exceções, ou criticada apenas no exagero das generalizações, o século XIX acreditou na estreita correlação entre o físico e ao mental expressa na fórmula de Lavater, citada em 1895 por Franco da Rocha, referindo-se aos traços característicos dos débeis: “à fealdade física corresponde a fealdade moral”.¹⁶¹ É que mais uma norma médica tomou certo tipo de beleza como padrão¹⁶² associado à saúde e às virtudes, que vigorou por muito tempo no século XX, garantido principalmente pela eugenia. Em 1923 Renato Kehl, figura expressiva do movimento eugênico no Brasil, escrevia um livro cujo título resume o que se acabou de dizer: “A cura da fealdade - eugenia e medicina social”.¹⁶³ Em 1918, o psiquiatra Teixeira Brandão assim expressava a relação entre saúde e beleza: “O desenvolvimento harmônico das diversas partes do corpo humano e a simetria que entre si guardam a tonicidade dos músculos, o olhar expressivo e inteligente, as formas arredondadas (...), a graciosidade e elegância das curvas fazem pressupor um estado fisiológico florescente; assim como a desarmonia e assimetria das

¹⁶¹ROCHA, Franco da. *Fragmentos de psiquiatria*. Hospício de São Paulo, Tipografia Litografia Ribeiro, 1895, p. 23.

¹⁶²Trata-se dos padrões da raça branca, tomados como modelos de beleza, saúde e virtude.

¹⁶³KEHL, Renato. *A cura da fealdade - eugenia e medicina social*. 1ª edição, São Paulo, Monteiro Lobato, 1923.

formas, a magreza excessiva, a macilência, o olhar aparvalhado, duro e esquivo, a obesidade, etc. são indícios de estados regressivos, possíveis vestígios de estados mórbidos anteriores, de relativa importância, entretanto, em todos os casos de alienação, por isso constituem indícios veementes de desvios ou perturbações da evolução normal, por causa da hereditariedade”.¹⁶⁴

Uma das primeiras tentativas de buscar no corpo os reflexos da alma foi a frenologia de Gall, e seu colaborador Spurzheim, logo no início do século XIX (1813) e que teve um enorme sucesso entre os médicos e antropólogos. Assim definia, em 1841, a nova ciência o doutorando da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antônio Pereira d’Araújo Pinto: “A frenologia (...) é a ciência que trata das faculdades do espírito humano e das suas relações com o físico, estudando e analisando os órgãos que elas se servem para se manifestarem. (...) ela consagra-se especialmente à observações dos fenômenos mentais e dos aparelhos orgânicos que lhe dão nascimento sob a qualidade de causa instrumental”.¹⁶⁵ Por isso, privilegia o estudo do cérebro como órgão do pensamento, estabelecendo relação imediata “entre os poderes da inteligência de um indivíduo e a configuração externa de sua cabeça”.¹⁶⁶ Em tese de 1838, Domingos Marinho de Azevedo Americano assim enumera os princípios essenciais da frenologia: “1º que nossas faculdades são inatas; 2º que sua manifestação depende da organização; 3º que o órgão que torna possível esta manifestação é o cérebro; 4º que o cérebro é composto de muitos órgãos, e cada um deles precede a uma faculdade determinada; 5º que o crânio modelando-se sobre o cérebro pode por suas elevações e

¹⁶⁴BRANDÃO, Teixeira. *Elementos fundamentais de psiquiatria clinica e forense*. Rio de Janeiro. Ed. Leite Ribeiro e Maurillo. 1918, p. 64.

¹⁶⁵PINTO, Antônio Pereira d’Araújo. *Considerações muito gerais sobre a frenologia*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia de J.E.S. Cabral, 1841, p. 5.

¹⁶⁶Idem, p. 6.

depressões conhecer os órgãos mais ou menos desenvolvidos, e por conseguinte a energia ou fraqueza das faculdades”.¹⁶⁷ Assim, segundo a constituição inata das faculdades uns nascem gênios, outros imbecis, justificando o que o autor chama de uma “aristocracia natural” na desproporção dos talentos, a hierarquia social distribuída entre os que “nascem para governar, e outros para obedecer”.¹⁶⁸ Dividindo o crânio em diversas regiões correspondentes às faculdades do cérebro e demarcando suas protuberâncias seria possível desvendar as qualidades e os defeitos da alma. Por exemplo: “As faculdades intelectuais prevalecem sobre os instintos e sentimentos que são fracos. Quando isto acontece, a testa é espaçosa, saliente e elevada”.¹⁶⁹ Nem seria tanto o tamanho do cérebro, mas seu volume relativo que importaria na determinação da inteligência. Porém, dentre as muitas medidas que a frenologia estabeleceu, uma das mais importantes na indicação das capacidades intelectual e moral é o que os frenologistas denominavam de ângulo facial.¹⁷⁰ Através de estudos comparativos com os animais, concluíram que quanto mais um ângulo decresce, mais a inteligência se amesquinha. Assim se poderia reconhecer de imediato um imbecil, um louco ou constatar sem maiores dificuldades a inteligência diminuída de um indivíduo da raça negra.

A frenologia alcançou enorme sucesso no século XIX por toda Europa, onde foi amplamente utilizada e desenvolvida por uma antropometria, e prometia

¹⁶⁷ AMERICANO. Domingos Marinho de Azevedo. *Sobre a frenologia*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense, 1838, p. 12.

¹⁶⁸ Idem, p. 13.

¹⁶⁹ Idem, p. 55.

¹⁷⁰ O doutorando Antônio Pereira d’Araújo Pinto em sua tese (op. cit., p. 14) descreve o ângulo facial: “... formado por duas linhas das quais uma segue a direção geral da face, e a outra corta horizontalmente a base do cérebro: a primeira apoiando-se sobre os dentes incisivos, e a parte média do frontal; a segunda, partindo da base do nariz, e passando ao nível dos condutos auditivos externos. Segundo Camper, a inteligência estava na razão direta da abertura deste ângulo (...)”.

desvendar a alma no que ela trazia de mais recôndito: as taras, a loucura, as perversões, as paixões, o crime, as fraquezas da inteligência e dos instintos. Para isso, criaram-se laboratórios, museus, cursos, inventaram-se jogos¹⁷¹ - verdadeira mania de colecionar crânios, compará-los entre as raças, indicar-lhes a superioridade ou a inferioridade das faculdades. Lilia M. Schwarcz assinala que no Brasil, no âmbito da medicina legal, "os estudos da frenologia ou craniologia foram os primeiros a serem aplicados. Modelo de sucesso em outras instituições brasileiras, na escola baiana¹⁷² tais análises cumpriram um papel delimitado, qual seja, identificar raças, refletir sobre o atraso, ponderar sobre a fragilidade dos cruzamentos".¹⁷³

A frenologia foi associada à degenerescência, à eugenia e ganhou novas confirmações com o modelo determinista de Cesare Lombroso (1835-1909) para quem a criminalidade era um fato biológico inato, cujos sinais viriam cunhados na face do criminoso, ou daquele que fatalmente um dia cometeria um crime. Eram estigmas de degeneração, freqüentemente identificados pelas orelhas grandes e de abano e testa estreita, as assimetrias no corpo e na face, o prognatismo, etc. Embora não tenha associado tais indícios de criminalidade diretamente de traços utilizados nas classificações das raças, vários destes foram relacionados entre os estigmas: o prognatismo, lábios e narizes grossos, cabelos encarapinhados são traços dos indivíduos negros; e a barba rala e olhos oblíquos são traços dos indivíduos amarelos e dos nossos índios. Assim, também, como muitos destes estigmas marcaram os idiotas e, em menor grau, os surdos-mudos,¹⁷⁴ a correlação entre delinqüência e debilidade não demorou para

¹⁷¹Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...*, op. cit., p. 49.

¹⁷²A autora se refere à Faculdade de Medicina da Bahia.

¹⁷³Idem, p. 210.

Obs.: Sobre os cruzamentos de raças, ver no capítulo III desta tese: "As teorias do racismo: domesticação e disciplina".

¹⁷⁴Ver adiante: o surdo-mudo colocado logo abaixo do idiota escala teratológica das degenerescências.

se estabelecer¹⁷⁵ As técnicas frenológicas fundamentaram correlações psiquiátricas a esse respeito, como se pode ler na tese de Cesário Alves Correa, em 1905: “Ao lado do idiota no qual funciona somente o cérebro posterior, permitindo-lhe desta forma dar livre execução dos seus piores instintos, pela ausência frenadora do lóbulo frontal, coloca-se o imbecil, no qual certos centros da região cerebral anterior foram respeitados, permitindo então a este degenerado, ter um certo número de determinações idremotoras”.¹⁷⁶ Em 1918, assim descreve Teixeira Brandão, com mais detalhes, o cérebro dos idiotas e dos imbecis: “Na idiotia e na imbecilidade além das alterações morfológicas e estruturais que acompanham a degeneração, patentes no achatamento das circunvoluções sem relevos, anomalias de desenvolvimento e de orientação dessas circunvoluções e dos sulcos que as separam, ora muito longos, ora muito curtos, às vezes apenas esboçados, outras vezes bifurcados, predominando tais anomalias no lobo frontal, a atrofia do corpo caloso, da abóbada dos três pilares das camadas ópticas dos corpos estriados e muitas outras modificações (...) podem ser observadas nos cérebros dos idiotas e dos imbecis (...)”.¹⁷⁷ O mesmo Teixeira Brandão, associando certos traços da face à evolução, observa: “Na série animal o volume da face é tanto maior quanto mais baixo está o animal na escala zoológica. No homem a mesma relação observa-se quanto ao grau de desenvolvimento cerebral. Nas raças inferiores, em alguns criminosos, nos degenerados, nos casos de parada do desenvolvimento cerebral, enfim, é muito comum notar-se a face larga com

¹⁷⁵ Ainda hoje a correlação delinquência e retardo mental aparece nos discursos psiquiátricos, pelo menos no que se refere à facilidade com que o retardado pode ser induzido ao crime. O propósito do caso dos irmãos necrófilos de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, declara em 7 de dezembro de 1995 o psiquiatra forense Talvane de Moraes ao *Jornal do Brasil*: “... pela história que conheço, a dupla é formada por um psicótico e outro retardado mental, caso típico de loucura a dois. Por ser retardado, Henrique era induzido pelo irmão (...)”.

¹⁷⁶ CORREA, Cesário Alves. *Degeneração - estigmas anatômicos dos degenerados*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, M. Orosco e C., 1905, p. 18.

¹⁷⁷ *Elementos fundamentais de psiquiatria...* op. cit., p. 90.

grande mandíbula e grande arcada zigomática, prognatismo e proeminência das arcadas orbitárias sob um crânio pequeno”.¹⁷⁸

Identificar por esta via os degenerados, colocá-los sob suspeita tornou-se uma preocupação generalizada dos técnicos (da psiquiatria, medicina legal e antropologia) e acabou por penetrar no discurso médico-pedagógico. Para se ter uma idéia da extensão dessa divulgação, em 1914, num manual de higiene para normalistas do Maranhão, o autor A.B. Barbosa de Godois recomenda o exame craniológico: “Esse exame prestará, pois, assinalados serviços ao professor e não menos ao educando, que deixará de ser submetido a um regime escolar que não esteja de acordo com as suas forças intelectuais. O prognatismo maxilar e a assimetria nos olhos e nas orelhas, fatos que por vezes ocorrem, devem igualmente merecer a atenção do mestre, pondo-o alerta para chamar o auxílio do profissional, caso reconheça que essa anomalia física está em correspondência com uma anomalia moral”.¹⁷⁹

Em 1905, assim define os estigmas da degenerescência o médico Cesário Alves Correa, com base na teoria de Morel e nos estudos de Magnan: “... toda disposição orgânica congênita permanente tendo por efeito perturbar o regular desempenho da função correspondente e destruir a harmonia biológica onde a espécie encontra os meios para prosseguir seu duplo fim natural de conservação e reprodução”,¹⁸⁰ disposições orgânicas que se traduzem por anomalias físicas ou psíquicas, cujo termo último de decadência da espécie¹⁸¹ é a imbecilidade e a idiotia, “em

¹⁷⁸Idem, p. 66.

¹⁷⁹GODOIS, A.B. Barbosa de. *Higiene pedagógica - para uso de normalistas*. Maranhão, Imprensa Oficial, 1914, p. 43.

¹⁸⁰*Degeneração - estigmas...*, op. cit., pp. 15-16.

¹⁸¹Essa decadência da espécie encontra-se classificada em graus: “a princípio uma simples exageração do temperamento nervoso; mais tarde as grandes neuroses: histeria, epilepsia, hipocondria; em um terceiro grau as diversas formas de loucura”. e no termo último desta decadência a idiotia e a imbecilidade. Idem, p. 11.

que viria a esterilidade e, portanto, a incapacidade de se reproduzir”.¹⁸² E esta incapacidade não se manifestaria apenas através das perversões ou inversões sexuais (pederastia e onanismo) que caracterizam a sexualidade dos idiotas e dos imbecis,¹⁸³ mas também nas anomalias físicas dos seus órgãos genitais.¹⁸⁴ Em 1902, José Cabral de Alencar assim descreve estas anomalias que, “por si sós caracterizam o degenerado inferior”: “São o hermafroditismo, a atrofia do pênis, epispadias, hipospadias para o lado do testículo, a macrorquidia unilateral ou bilateral, as ectopias inguinais ou abdominais, a varicocele, as diversas inversões.

“Na mulher observa-se o desenvolvimento exagerado dos grandes lábios, o volume exagerado do clitóris, a imperfuração da vulva, a imperfuração da vagina, etc”.¹⁸⁵

Ao lado da obsessão pela simetria dos traços físicos, sinais que identificavam ao mesmo tempo saúde, beleza e virtude, pela harmonia que caracterizava o estado normal como saudável, pela ausência de conflitos e desordens típicos dos estados patológicos, outros sinais, diferentes dos traços corporais e das anomalias nem por isso menos físicos, poderiam denunciar os degenerados: eram os cheiros e as secreções. Teixeira Brandão assim descreve o estigma estas últimas: “As secreções que na sua composição bio-química, quer na sua quantidade, afastam-se da norma fisiológica em grande número das afecções mentais. A salivação (...) torna-se excessiva, a ponto de

¹⁸²Idem. ibidem.

¹⁸³Ver no próximo capítulo: “Sexo anormal dos anormais”.

¹⁸⁴Teixeira Brandão também descreve as anomalias genitais dos degenerados inferiores: “Nos idiotas, imbecis e nos degenerados de mais elevada categoria são de assinalar nos órgãos genitais. no sexo masculino: o volume exagerado do pênis, múltiplas deformidades que lhe modificam a direção normal e a disposição do meato urinário, ora estreitado, ora desviado para baixo (hipospadias), ora para cima (epispadias); no sexo feminino: a ausência da vagina ou do clitóris, a atresia da vagina, pequenos lábios rudimentares ou muito grandes, útero infantil, bicornio, atrofia congênita dos ovários, etc.”

Elementos fundamentais de psiquiatria..., op. cit., p. 68.

¹⁸⁵*Obsessões e impulsões do homicídio e...*, op. cit., p. 63 e 64.

correr constantemente sobre as vestes (...) nos idiotas, nos imbecis, e às vezes, nos dementes e paralíticos”.¹⁸⁶ Curioso é que Franco da Rocha em 1895, mesmo desconfiando da relação estrita entre as assimetrias e as degenerações, arrola o lábio leporino, a anormalidade da abóbada palatina e o estrabismo dentre as deformidades que estão “na razão da imperfeição da inteligência”.¹⁸⁷ E vai além - propõe o diagnóstico pelo cheiro (a osfresiologia), estigma tanto da degeneração dos alienados, como da raça negra.¹⁸⁸ “O mau cheiro dos alienados é muito conhecido dos que têm prática desta especialidade, e um médico, Knight, chegou ao ponto de pretender descobrir, pela ausência dele, a simulação da loucura.”¹⁸⁹

Mas, nem sempre os indícios de uma alma desordem eram assim tão visíveis ou mal-cheirosos. Era preciso, além de uma ciência do detalhe anatômico e fisiológico, a sua correlação com outros ligeiros sinais mais sutis que revelavam o espírito e as condutas sociais. É o que nos apresenta a classificação citada por Cesário Alves Correa:

- “1º - Os estigmas anatômicos, ditos ainda estigmas físicos, somáticos ou teratológicos que traduzem a tara corporal aparente ou oculta;
- 2º - Os estigmas fisiológicos, que traduzem a falta de adaptação ao meio exterior;
- 3º - Os estigmas psicológicos que revelam anomalia do espírito, inadaptação do meio físico, às idéias admitidas como normais;
- 4º - Os estigmas sociológicos, que indicam inadaptação ao meio social, isto é, o enfraquecimento ou perda das qualidades necessárias à vida coletiva”¹⁹⁰

Parece, então, que os médicos do século XX no Brasil começam a

¹⁸⁶ *Elementos fundamentais de psiquiatria...*, op. cit., p. 71.

¹⁸⁷ *Fragmentos de psiquiatria...*, op. cit., 23.

¹⁸⁸ Ver no capítulo III desta tese: “Teorias do racismo: domesticação e disciplina”, em que Franco da Rocha relata um caso de mau cheiro de um paciente negro interno no Hospício de São Paulo.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 48.

¹⁹⁰ *Degeneração - estigmas...*, op. cit., p. 16.

desconfiar dos reflexos antes tão claros desse espelho da alma que são os estigmas. Seriam eles fontes seguras de diagnóstico? É Teixeira Brandão quem nos responde: “Para o diagnóstico das afecções mentais os sinais ou estigmas da degeneração não têm grande valor. A presença desses sinais corrobora o juízo diagnóstico, mas a ausência deles não o invalida”.¹⁹¹ Os estigmas físicos podem ser ligeiros, imperceptíveis ou até inexistentes nos degenerados, conforme o grau de degeneração, ou o “quantum” de regressão - por isso será necessário observar com mais cuidado a normalidade das idéias e dos comportamentos sociais. Além disso, a expressão das características subjetivas na superfície do corpo, embora não inteiramente abandonada no século XX, perde aos poucos a marca localizada do estigma (dissimetrias do rosto, orelhas de abano, prognatismo, etc), deslocando-se para a constituição de tipos físicos gerais, segundo uma gradação dos traços que permitiria agrupar todos os indivíduos. É o que propõe, em 1921, Kretshemer - a correspondência entre a estrutura corporal e suas funções (digestiva, respiratória, muscular e cerebral) com as tendências ou disposições psíquicas para certas patologias mentais como a esquizofrenia (tendência do tipo leptossômico), a psicose maniaco-depressiva (idem do tipo picnico) e a astenia (idem do tipo atlético), compondo uma infinidade de tipos intermediários. Uma vez constituída a genética, não se trata mais de buscar a fatalidade hereditária instalada no interior do corpo, cujas marcas de superfície uns indivíduos possuem outros não, uma doença em curso, um estado patológico. Trata-se agora de virtualidades de todos os seres humanos que

¹⁹¹ *Elementos fundamentais de psiquiatria...*, op. cit., p. 69.

Apesar da observação do autor de que os estigmas não tinham grande valor no diagnóstico das afecções mentais, ele parece não desejar abandonar o exame desses sinais, conforme afirma em outro trecho: “As íntimas relações existentes entre o físico e o moral e reciprocamente entre o moral e o físico denunciam-se objetivamente (...) O estudo clínico do alienado não ficará completo, portanto, senão depois do exame objetivo dos sinais e anomalias que por ventura apresentar, assim como da pesquisa clínica de todos os órgãos respectivos. Idem. p. 63.

poderiam ser detectadas nas diferenças individuais.

Os espelhos da alma já não são assim tão evidentes, de maneira que será preciso utilizar métodos mais eficientes para investigá-la, buscar outros indícios nos testes de inteligência inicialmente e, mais adiante, nos testes de personalidade. É que o controle mais refinado das condutas para a composição de corpos úteis à produção industrial que no início do século começava a ganhar franco desenvolvimento no Brasil, acabou por identificar-se à sabedoria popular que há muito ensinava: “Quem vê cara, não vê coração...”.

Contudo, se esses novos instrumentos de avaliação foram válidos para o controle disciplinar e preventivo, não o foram da mesma maneira para o controle repressivo-policia! dos comportamentos da maioria da população: permanece até hoje a velha fórmula lombrosiana e racista do criminoso nato e da monstruosidade incurável dos degenerados.

6. O idiota: monstro completo

No Brasil do século XIX coube inicialmente aos médicos higienistas a distinção das categorias, de degenerados, já que os psiquiatras os substituirão com mais precisão e mais eficiência só a partir da primeira república, quando assumirão não só os discursos como principalmente as práticas de tratamento dos doentes mentais e da normalização das condutas. A esse respeito, afirma João Rezende: “Afirmar que o espaço do Hospício D. Pedro II, inaugurado em 1852, habitou nessa época a psiquiatria e o doente mental é não considerar que, naquele momento, o hospital enquanto lugar de

cura, a psiquiatria enquanto saber médico especializado e o doente mental enquanto conceito patológico definido pela nosologia psiquiátrica simplesmente não existiam”¹⁹². É certo que o doente mental, objeto das práticas psiquiátricas e seu sujeito privilegiado, o psiquiatra, não haviam ainda sido objetivados pelo que se fazia com os loucos nos primeiros hospitais brasileiros, mas “o doente mental, enquanto conceito patológico definido pela nosologia psiquiátrica”, há muito habitava os discursos médicos que, em geral, criticavam o atraso do Brasil no “tratamento” dado aos loucos e a ausência de uma prática médica nos hospitais.

Será, portanto, a partir destes discursos que a medicina do século XIX, com base no prognóstico de incurabilidade, irá constituindo os graus de degenerescência. A diferença se estabelecerá primeiro entre o louco e o idiota, ambos afetados no cérebro e/ou no intelecto, ambos transgressores da norma, mas a diferença se faz quanto à evolução: a loucura evolui, agrava-se ou pode curar-se, a idiotia é definitiva e incurável. A segunda distinção será feita entre o idiota e o demente: embora quase sempre incurável, a demência é tardia, acidental, resultado da evolução dos delírios e guarda restos de inteligência do passado; o idiota não tem passado porque seu tempo de desenvolvimento parou sem deixar rastro. Segundo Esquirol o demente é aquele que era rico e ficou pobre, ao passo que o idiota já nasceu pobre. A terceira distinção, bem menos precisa, se estabelecerá entre o idiota e o imbecil, distinção esta que terá eficácia mais tarde no discurso médico-legal sobre a responsabilidade dos atos, na seleção para o trabalho dentro e fora dos estabelecimentos psiquiátricos, nas ameaças quanto aos efeitos da mestiçagem¹⁹³ e a conseqüente justificativa para a incapacidade da grande maioria da

¹⁹²REZENDE, João B. *Acerca da eficácia do aparato asilar*. “Cadernos de Psiquiatria Social, 2(1): 9-13. 1984, p. 10.

¹⁹³A respeito das mestiçagens, ver no Capítulo III desta tese: “As Teorias do Racismo...”

população para a aprendizagem escolar e para as tarefas “nobres” de cunho intelectual. Mas, o certo é que ao idiota serão atribuídas tanto as características físicas da monstruosidade (atraso de desenvolvimento embrionário e o caráter inato do “defeito de fabricação” e os conseqüentes estigmas ou malformações corporais), quanto aos traços morais monstruosos (ausência de intelecto e por isso desordem dos instintos), que irão determinar não apenas um prognóstico, mas uma predestinação - a cunhagem definitiva que o irá distingüir dos outros alienados. O idiota será mais adiante, com a teoria de Morel, o verdadeiro degenerado, o degenerado inferior.

Bem antes da obra de Morel, cuja distinção das degenerescências (e dentre elas as alienações) se dá pelas causas ocultas predisponentes, Esquirol¹⁹⁴ havia proposto uma classificação baseada na descrição dos sintomas. Será, portanto, Esquirol (além de Pinel) um dos autores mais citados nas primeiras teses brasileiras sobre a alienação. Trata-se, em geral, de trabalhos puramente descritivos das teorias francesas, pouco relacionados à prática, mas que revelam às vezes certos detalhes curiosos.¹⁹⁵ Não importa o quanto os autores dessas teses copiaram dos médicos estrangeiros. Não se trata de verificar a autenticidade destas descrições, mas o esforço de “... validação da ofensiva médica, tanto no que concerne à consolidação e prestígio do ensino e da profissão, quanto em relação do movimento da medicina social que, ao intervir na sociedade, percebe no louco um elemento de desordem e periculosidade urbana e prevê

¹⁹⁴ESQUIROL, E. *Des maladies mentales - considérées sous des rapports médical, hygiénique et medico-legal*. Paris, Baillière. 1838.

¹⁹⁵Detalhes interessantes podem ser encontrados, por exemplo, na tese de PEIXOTO, Antônio Luiz da Silva: *Considerações gerais sobre a alienação mental*, Tip. e Livraria de L.A. Burgain, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1837, tais como: o “bárbaro tratamento” aplicado por leigos, “enfermeiros ignorantes”, aos doidos no Hospital da Misericórdia, que o autor chama de cabouço, tamanha a falta de “limpeza, polícia e caridade”; “a recriminação do uso do tronco como meio de repressão”, recomendado pelo Dr. Se Simoni neste mesmo hospital, e a existência de um hospital particular que “também recebia doentes afetados da loucura”, dirigido por um prático chamado Dr. Cardozo e que “impossibilitado de manter seu estabelecimento” parece ter fechado suas portas bem antes da fundação do Hospício D. Pedro II.

um lugar para a sua correção”.¹⁹⁶ E aqui se pode acrescentar o idiota, esse incorrigível personagem, ausente durante tanto tempo no Brasil das teorias de tratamento e das respectivas práticas, a quem estaria destinado o verdadeiro território de exclusão nos asilos. Uma dessas teses mais antigas *Considerações gerais sobre a alienação mental*, datada de 1837, esboça o desenho da figura que irá aos poucos ocupar o lugar da categoria expressiva dos monstros e que perdurará por um bom tempo no século XX. Utilizando-se da classificação de Esquirol sobre as alienações (mania, monomania, demência e idiotismo) e subdividindo este último em idiotismo propriamente dito e imbecilidade, “conforme a obliteração intelectual mais ou menos intensa”,¹⁹⁷ o autor traça um caráter ambíguo para o idiota que varia da mais completa passividade à atividade socialmente perigosa. Assim, ora compara o idiota ao demente pela “ausência de determinações e mesmo de necessidades”¹⁹⁸ reduzidos à vida vegetativa, imundos e com disposição para engordar, ora acrescenta “um caráter particular dos idiotas - é que eles, em geral, são mui astuciosos, ladrões, libidinosos e imorais, têm bastante sagacidade para enganar e iludir qualquer pessoa”.¹⁹⁹ Em 1842, uma tese com o sugestivo título *As analogias entre o homem são e o alienado - e em particular sobre a monomania*, completa a definição do idiota como monstro inumano inferior ao animal, colocando diferenças quase imperceptíveis que distinguem a imbecilidade da normalidade: “O idiotismo é um estado congênito, dependente de uma organização a tal ponto monstruosa, que nem faculdades afetivas nem intelectuais se podem desenvolver; neste estado pode o homem achar-se muito abaixo das criaturas brutas, e por uma graduação insensível poderá em outras ir desaparecendo de maneira tal que se não saiba

¹⁹⁶ *Danação da...*, op. cit., p. 384.

¹⁹⁷ PEIXOTO, Antônio Luiz da Silva. *Considerações gerais sobre a alienação mental*, op. cit., p. 1.

¹⁹⁸ *Idem*, *ibidem*.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 18.

onde colocar os indivíduos intermédios, que são considerados como mais ou menos imbecis, e que entretanto, vivem regularmente na sociedade; alguns destes são mesmo capazes de dar-se a ofícios mecânicos, com mais ou menos habilidade; mas não o são de muita força de atenção e comparação: outros terão grande memória, mas a comparação e o raciocínio serão neles quase nulos. Há na sociedade indivíduos que, não passando por alienados, são contudo considerados como atordoados, estravagantes, e que sendo estúpidos a certos respeitos não o são para outros; alguns têm inclinações viciosas contrárias aos interesses próprios ou sociais, dão-se como por instinto à embriaguez, ao roubo, ao erotismo, e depois de castigados são relapsos, julgados incorrigíveis, e na realidade eles o são porque não lhes é dado mudar a própria organização; outros são naturalmente crédulos, incautos, tão lhanos e sinceros, que são vítimas de velhacos que os espreitam; outros pelo contrário, apesar de toda a aparência de estupidez intelectual, têm um discernimento e vivacidade admiráveis para dirigirem os próprios interesses”²⁰⁰

Aquele monstro mudo, descrito nos primeiros tratados de teratologia ou de anatomia patológica, através de dissecações detalhadas de suas anomalias e malformações, cedeu lugar para o monstro expressivo que povoou tanto a literatura naturalista, como a obra dos alienistas, os primeiros especialistas em teratologia social.²⁰¹ Apático ou ridículo, amoral e inumano, o idiota como degenerado inferior propriamente dito (incluindo todas as gradações em que foi classificado - idiota, imbecil e débil²⁰²), tornou-se de certa maneira o orgulho secreto do caso médico, aquele que é exibido

²⁰⁰LEÃO, Geraldo Franco. *As analogias entre o homem são e o alienado - e em particular sobre a monomania*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tip. Universal de Lalnmert, 1842, pp. 17 e 18.

²⁰¹A expressão “monstros mudos e expressivos” foi tirada de BORIE, Jean (op. cit.), embora a perspectiva de tratamento do tema não seja a mesma.

²⁰²Os graus de retardo mental foram estabelecidos por MAGNAN. Ver: MAGNAN, V. *Recherches sur les centres nerveux - pathologie et physiologie*. Paris. G. Masson. 1876. p. 200.

como exemplar. Muitos anos após a tese de 1837, Franco da Rocha, já no século XX, em 1905, em seu livro *Esboço de psiquiatria Forense*, afirma: “O idiota é uma monstruosidade completa. Nele as funções do cérebro anterior são inteiramente aniquiladas, predominando os sentimentos inferiores. Correspondente a esse estado mental, aparecem em maior número os estigmas somáticos, as deformidades mais repelentes do tipo físico²⁰³ (...) Entre os atos automáticos, puramente espinhais, nota-se o onanismo em tenra idade. A educação pouco ou mesmo nada consegue modificar nestes indivíduos”.²⁰⁴ A distinção das gradações degenerativas continuam imprecisas: “A passagem do que chamamos idiotia para o que chamamos imbecilidade faz-se insensivelmente por gradações. É esta a razão porque alguns autores falam de idiotia profunda e imbecilidade, para bem destacar os tipos”.²⁰⁵ Em 1921 em seu *Manual de psiquiatria*, Belford Roxo, nas distinções que faz entre o idiota e o imbecil propõe: “O idiota completo foi comparado a um vegetal e o imbecil a um macaco (...) Ponto interessante para diferenciação é o da sordície: ao passo que os idiotas se chafurdam nas fezes e urina, descuidosos sempre do próprio asseio, os imbecis se não entregam à mesma imundície”.²⁰⁶ Contudo, o imbecil é mais perigoso que o idiota, talvez ainda mais perigoso que o louco por ter inclinações perversas e, por isso, ser induzido ao crime. A esse respeito, Lilia M. Schwarcz, em seu livro *Retrato em branco e negro*, citando a seção científica do jornal *Província de São Paulo*, apresenta dentre as conclusões do “Congresso Antropológico de Roma”, realizado em janeiro de 1886, a de “que o

²⁰³ROCHA, Franco da. *Esboço de psiquiatria forense*. São Paulo, Tip. Laemmert e C., 1905, p. 43.

²⁰⁴Idem, p. 44.

²⁰⁵Idem, p. 45.

²⁰⁶ROXO, Henrique de Brito Belford. *Manual de psiquiatria*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1921, p. 629.

criminoso era antes de tudo um retardado".²⁰⁷ Influenciada por Lombroso, a antropologia criminal concluía que a delinqüência e a miséria seriam características de uma linhagem humana inferior, tanto do ponto de vista moral quanto intelectual. Estariam, portanto, bem próximas do imbecil descrito por Franco da Rocha: "As mulheres fornecem contingente importante à prostituição. Os homens são mentirosos e caluniantes, e muitos se entregam ao crime e ao furto".²⁰⁸

Comparado ao imbecil, o surdo-mudo vem logo a seguir na escala das degenerescências e monstruosidades. Ele foi objeto de acirrado debate entre os adeptos das teses consangüinistas e anti-consangüinistas no século XIX e começo do século XX.²⁰⁹ Mas, qualquer que fosse a origem dos casamentos (consangüíneos ou não) a surdo-mudez era quase sempre inata, o que lhe conferia um caráter mais grave de degenerescência e atraso mental. A distinção é apontada por Tobias Leite: "O surdo-mudo congênito tem a face pálida, a fisionomia morta, o olhar fixo, a caixa torácica deprimida, movimentos lentos e o caminhar trôpego e oscilante, é excessivamente tímido e desconfiado".²¹⁰ A respeito do atraso mental, outro discurso pedagógico, de autor francês, traduzido e publicado no Brasil em 1874, de J.J. Vallade Gabel menciona: "Aos 10 e 11 anos de idade o caráter do surdo-mudo não está mais manifesto do que o menino que fala aos 4 ou 5 anos; são tímidos e inquietos, sombrios e desconfiados, algumas vezes irascíveis e violentos: qualidades devidas ao abandono em que de ordinário vivem,

²⁰⁷SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e negro: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 106 (o grifo é nosso).

O termo 'retardo' usado pela antropologia da época tem também um sentido evolutivo. Sendo menos evoluído, o indivíduo a quem fosse atribuída tal peculiaridade estaria bem próximo do degenerado.

²⁰⁸*Esboço...*, op. cit., p. 414.

²⁰⁹O debate sobre os casamentos consangüíneos será apresentado em "As Teorias do Racismo...", no Capítulo III desta tese.

²¹⁰LEITE, Tobias. *Compêndio para o ensino dos surdos-mudos*, Rio de Janeiro, 3ª edição, Tipografia Universal de H. Laemmert e C., 1881, p. VIII.

e às dificuldades que sofrem de compreender e de se fazerem compreender”.²¹¹ São discursos bastante atenuados se comparados aos dos higienistas e psiquiatras, uma vez que o surdo-mudo (à diferença dos imbecis e idiotas) já era objeto das preocupações não só dos médicos, mas principalmente dos educadores, que em geral acumulavam as duas funções. Os médicos, estes sim, distinguiam no surdo-mudo de nascença uma infinidade de estigmas físicos, acrescentavam-lhe a imagem lombrosiana do surdo-mudo imbecil, violento e de má índole, principalmente quando não educado. Pinheiro Guimarães em pesquisa realizada no Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em 1917, a respeito da relação entre consangüinidade e surdo-mudez, expõe diversos casos, dentre estes: “A.B.P. Este menino foi enviado diretamente do quartel de Brigada Policial; não consegui obter notícias seguras a seu respeito, ficando sem resposta a carta circular”. [Por isso, o autor afirma mais adiante: “Não é lícito assegurar se se trata de surdo-mudez congênita”]. “Informaram-me no Instituto, ser dotado de índole reversa, indomável, constando que nas vésperas da internação, tentara contra a vida de sua mãe. Se há uma facies característica do criminoso nato e uma atitude provocadora de agressor contumaz, com facilidade se estampam no retrato dele. S. Maudsley descobria, à distância, a fatalidade delinqüente - um ar de família denuncia os perversos como companheiros marcados, a dedo, por natureza, para o crime”.²¹² Mesmo negando a influência da consangüinidade nos casos de surdo-mudez, Pinheiro Guimarães confirma as teses das causas inatas: “A surdo-mudez é um episódio da degeneração (...) O surdo-mudo não chega a ser um monstro na acepção rigorosa do termo: mas a identidade dos processos patogênicos e a natureza das lesões descobertas no surdi-mutismo congênito

²¹¹GABEL. J.J. Vallade. *Guia para os professores primários começarem a instrução dos surdos-mudos*. Rio de Janeiro. Tipografia Universal de Laemmert, 1874, p. 5.

²¹²PINHEIRO GUIMARÃES. *Consangüinidade e surdo-mudez*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1917, pp. 54 a 56.

levam-no à categoria de forma teratológica abreviada parcial”.²¹³

Muitas vezes comparado ao cego, o surdo-mudo ocupa um lugar muito inferior: “A surdo-mudez é uma das enfermidades mais cruéis que afligem a espécie humana, diremos mesmo a mais desolante”, afirma o doutorando Avelino Senna de Oliveira, em 1902. E continua: “O desenvolvimento intelectual do cego de nascimento é infinitamente menos embaraçado que o do surdo-mudo. O primeiro, mais instruído e geralmente mais inteligente, é também mais dócil, de natureza mais serena e de humor mais constante; o segundo, de ordinário dotado de pouca capacidade é, soez, indócil, muitas vezes de caráter rebelde e violento”.²¹⁴ Dessa forma, o cego que, ao contrário do surdo, é alvo privilegiado da caridade e da piedade filantrópica,²¹⁵ escapa, por não representar perigo social, tanto dos discursos da degenerescência, da teratologia e da nosologia psiquiátrica.

Menos freqüente que o idiota e o imbecil, a figura do surdo-mudo embrutecido pela falta da linguagem, diminuindo a inteligência, encontra lugar nos discursos dos alienistas: Augusto Ferreira dos Santos, em sua tese de concurso para a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1875, arrola a surdo-mudez dentre as “afecções mentais” e conclui que o grau de responsabilidade moral do surdo-mudo dependerá do grau de educação das suas faculdades intelectuais.²¹⁶

Dentre os motivos de impedimentos dos casamentos citados pelos médicos do começo do século constava em geral a surdo-mudez. Aristides Campos

²¹³Idem, p. 60.

²¹⁴OLIVEIRA, Avelino Senna de. *Consanguinidade e surdo-mudez*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Papelaria Luiz Macedo, 1902, p. 55.

²¹⁵A questão da filantropia será analisada no capítulo IV.

²¹⁶Ver: SANTOS, Augusto Ferreira dos. *Legislação e jurisprudência relativas às afecções mentais*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a cadeira de Medicina Legal, Rio de Janeiro. Tipografia Acadêmica, 1975, p. 80.

Seabra, doutorando da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1902, é enfático a esse respeito. Ele sustenta: “de um modo absoluto sobre a incapacidade do surdo-mudo para contrair casamento (...) Não pela moléstia em si, mas pela causa produtora; não pela transmissibilidade da surdo-mudez (...), mas pela predisposição hereditária nervosa e mais do que isso, para não estigmatizar a prole com as afecções da heredo-sífilis, do raquitismo, da tuberculose, da atrepsia que quase sempre são causas mais vulgares da surdo-mudez”.²¹⁷ Inclui os surdos-mudos no que chama de primeira classe das afecções mentais, a fraqueza de espírito, que se acha subdividida em: demência, idiotia, imbecilidade, surdo-mudez, fraqueza de espírito propriamente dita e agonia.²¹⁸ Mesmo ressaltando o grau de educação, o surdo-mudo não seria “dotado da mesma inteligência e do mesmo sentimento moral do que qualquer outro indivíduo que possui o dom da audição e da palavra”.²¹⁹ E, citando Itard, o educador do menino selvagem dos bosques de Aveyron, afirma que “entre o idiota e um surdo-mudo existe pouca diferença”.²²⁰

7. Monstros famosos das feiras, monstros infames da ciência

Ao lado do discurso médico da teratologia e da degenerescência, o século XIX assistiu aos espetáculos de fenômenos humanos e que se estenderam até o século XX. Trata-se das apresentações de monstros que se exibiam nos circos, nas feiras, nos parques de diversões, muitas vezes chamados de “museus”. Segundo Robert Bogdan,

²¹⁷SEABRA, Aristides de Campos. *Estudo médico-legal do casamento (motivos de impedimento e de nulidade de casamento e motivos de divórcio)*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Bernard Frères, 1902, p. 139.

²¹⁸Idem, p. 130.

²¹⁹Idem, p. 135.

²²⁰Idem, ibidem.

em um interessante artigo intitulado *Les commerce des monstres*,²²¹ tais espetáculos duraram nos Estados Unidos até 1940 e teriam desaparecido por conta da crise econômica, da concorrência de outras formas de divertimento, da medicalização progressiva das bizzarras humanas e das mudanças tecnológicas e de gosto do público. O grande circo “Ringling Brothers Barnum & Bailey”, com sua trupe de anões, gigantes, obesos, mulher barbada, engolidor de facas e encantador de serpentes dentre outras atrações, fazia nos anos 30 o maior sucesso no Madison Square Garden. No Brasil tais espetáculos foram também bastante populares e se estenderam por muito mais tempo, embora não se tenha notícia de pesquisa a esse respeito, a não ser a memória dos mais velhos.²²²

É ainda Bogdan quem nos descreve: “Os monstros tiveram os seus tempos de glória. Os espetáculos de monstros foram num dado período uma atividade lucrativa, popular em todos os países e perfeitamente aceita”.²²³ Exibia-se o extraordinário, o fora do comum nos circos, nas feiras, nos espetáculos de saltimbancos. O que seria para nós hoje uma exploração grosseira e indecente das anomalias ou uma “pornografia do handicap”,²²⁴ era um divertimento que despertava enorme interesse e

²²¹BOGDAN, Robert. *Le commerce des monstres*, Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n° 104, septembre 1994, p. 30.

O autor fez extensa pesquisa sobre o tema nos Estados Unidos e publicou um livro (*Freak Show*, Chicago, University of Chicago, 1988) e diversos artigos em revistas especializadas sobre o assunto.

²²²Resiste em nossas lembranças o “experimento científico” da mulher sem cabeça, em 1950, no parque de diversões da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Na década de 60, um locutor azucrinava os ouvidos dos passantes dia e noite, anunciando o “espetáculo extraordinário do homem-macaco vivo”, no centro de Belo Horizonte.

²²³Idem, p. 35, “Les monstre ont connu leur heure de gloire. Les ‘spetacles de monstres’ furent à une période donnée une activité lucrative, populaire dans tous les pays et parfaitement acceptée”.

²²⁴Expressão que Bogdan (op. cit.) atribui a Douglas Biklen (Center on Human Policy, Université de Syracuse). Essa mesma exploração da “pornografia do handicap” despertou o repúdio da imprensa, em nossos dias, com a apresentação em um programa dominical na TV, em rede nacional, de um rapaz de 15 anos com apenas 87cm de altura, em agosto de 1996.

Até o começo do século XIX também a loucura fazia parte do espetáculo da monstruosidade FOUCAULT (*História da loucura*, São Paulo, Perspectiva, 1978) registra tais exhibições durante todo o período em que se procedeu ao enclausuramento dos desatinados e mesmo após a separação dos loucos em espaço próprio, por Pinel e Tuke: “Em 1815 (...) o hospital de Bethleem exhibe os furiosos por um

rendia bons lucros aos empresários.

Os monstros das feiras não eram objeto de piedade, nem de caridade - quem iria assistir a um espetáculo de mendigos? Mesmo explorados por seus empresários, eles faziam de sua monstruosidade uma profissão com a qual ganhavam a vida e se aprimoravam na arte de apresentar suas anomalias.

Mas, o que era considerado digno de ser exibido como monstruosidade nos circos e nas feiras? Em geral os candidatos deveriam possuir uma marca física ou um dom fora do comum: irmãos siameses, homem-tronco, homem-tatuado, homem-macaco, mulher barbada, gigante, anão, na primeira categoria; ou na segunda categoria, engolidor de espadas, de fogo, encantador de serpentes, levantador(a) de pesos. Entretanto, mais do que um traço característico que poderia levar alguém a exhibir-se nas feiras, (como o estudante universitário do Texas, Jack Earl, que foi apresentado no "Ringling Brothers" como gigante em 1920),²²⁵ os sentidos da monstruosidade eram produzidos por um conjunto de práticas do "mis-en-scène" de atração sobre o público. Eram bastante complexas e variadas e iam desde a apresentação dos "falsos monstros" construídos por truques para enganar a platéia (como a mulher de quatro pernas, sendo duas suplementares que pertenciam a outra mulher, escondida),²²⁶ a outros artifícios de apresentação e de "propaganda", para a qual "a embalagem é ainda mais importante que o conteúdo".²²⁷ Dessa forma, acrescentavam-se ou diminuíam-se centímetros: à altura

penny, todos os domingos" (p. 146). "Na França, até a Revolução, o passeio por Bicêtre e o espetáculo dos grandes insanos continua a ser uma das distrações dominicais dos burgueses de 'rive gauche' (...) Coulmier, diretor de Charenton havia organizado, nos primeiros anos do século XIX, esses famosos espetáculos em que os loucos representavam ora o papel de atores, ora o de espectadores observados" (p. 147). No decorrer do século XIX a exibição dos loucos será objeto da indignação dos psiquiatras e o louco irá desocupar o lugar das monstruosidades. No entanto, as outras bizarras humanas continuarão suas carreiras de monstros, contando até mesmo com o aval dos homens da ciência.

²²⁵Idem, p. 36.

²²⁶No séc. XIX os espetáculos falsos eram mal vistos pelos que se consideravam sérios.

²²⁷Idem, p. 38.

dos gigantes e dos anões, quilos aos obesos, enfim, exageravam-se os traços mais característicos para que se tornassem ainda mais espantosos. Para cada personagem era construída uma identidade, uma “história verídica”, um cenário apropriado, um figurino e muitas vezes um fundo musical. Os irmãos Davis, por exemplo, eram anões e tinham o que hoje chamamos de deficiência mental, nasceram em lugares diferentes, um na Inglaterra outro nos Estados Unidos e cresceram numa fazenda de Ohio. De 1852 a 1905 foram apresentados como “os selvagens de Bornéu”.²²⁸ Frequentemente, em suas carreiras, estes artistas mudavam de personagens - “Uma pessoa muito alta, por exemplo, podia tornar-se um guerreiro exótico, vindo de uma civilização desaparecida ou um príncipe europeu (...)”,²²⁹ conforme o modo como era apresentada.

Tais espetáculos vinham quase sempre revestidos de um cunho científico e educativo, o que se podia ver na publicidade dos jornais, dos panfletos e ouvir nos anúncios orais dos locutores da feira - para o espectador uma oportunidade única e rara de conhecer seres exóticos e selvagens de terras misteriosas, os semi-homens bestiais como o “elo perdido” da era darwiniana. “Todos esses personagens tinham a caução de gente de prestígio ou de organizações respeitáveis - os sábios, os médicos, a Igreja, os jornais e órgãos científicos”.²³⁰ Cada um comportava-se de acordo com o personagem que encarnava, desenvolvia sua “performance” especial: a mulher sem braços escrevia autógrafa com os pés; os elos perdidos bestiais, separados do público por grades por causa de sua ferocidade, grunhiam e arreganhavam os dentes; os anões e gigantes muitas vezes apresentados como de origem nobre, tinham a postura altiva, roupas adequadas a

²²⁸Idem, p. 38.

²²⁹Idem, p. 43. “Une personne de très grande taille, par exemple, pouvait devenir un guerrier exotique venu d’une civilisation disparue ou en prince européen (...)”

²³⁰Idem, p. 39. “Tous ces personnages avaient la caution de gens prestigieux ou d’organisations respectables des savants, de médecins, l’Église, des journaux ou des ou des organismes scientifiques”.

sua condição social e freqüentemente tocavam algum instrumento, ou dançavam e cantavam suaves melodias. Para os exóticos, como na "fête brésilienne" descrita anteriormente, construíam-se cenários de papel machê, com florestas tropicais, tudo para fotografá-los no habitat onde foram capturados. Alguns não tinham qualquer marca física ou mental fora do comum - apresentavam apenas os traços de sua raça (não branca) e seus costumes considerados inferiores. Outras vezes, às características raciais vinha associada a debilidade mental, comum no caso de William Henry Johnson, um negro americano nascido em New Jersey, "cuja carreira durou 65 anos (em torno de 1860 a 1920). Johnson tinha a cabeça excepcionalmente pequena e sofria de deficiência mental". Apresentado como homem macaco "capturado no coração da África profunda, perto da Gâmbia", toda a sua "história verídica" coincidia com as descrições científicas sobre os gorilas: "foi oficialmente encontrado nu, balançando de árvore em árvore e andando de quatro. Os sábios vieram examinar e comentar este 'especimen'".²³¹ Ele se apresentava vestido com tecido peludo e adotava poses de chimpanzé. Mas, nem sempre o mesmo ator desempenhava sempre o mesmo papel. Krao Farini, a mulher-macaco do Laos, ficou famosa na década de 80 quando ainda criança começou a sua carreira de "elo perdido de Darwin",²³² apresentada com todas as características simiescas. Quando

²³¹Idem, p. 44, "... dont la carrière dura 65 ans (d'environ 1820 à 1920). Johnson avait une tête exceptionnellement petite et souffrait de déficience mentale (...) capturé au coeur de l'Afrique profonde, près de la Gambie (...) On l'avait officiellement trouvé tout nu, se balançant d'arbre en arbre et marchant à quatre pattes. Des savants vinrent examiner et commenter ce 'spécimen'".

²³²No século XIX era notável a popularidade do "elo perdido", na busca da confirmação da teoria de Darwin. Aqui no Brasil, Lilia M. Schwarcz registra em seu livro *Retrato em branco e negro* (op. cit. p. 104), a seguinte notícia do Jornal "Correio Paulistano", de 2 de setembro de 1890:

"Menino com rabo

Um menino recolhido actualmente em uma casa de caridade apresentava um phenomeno significativo. O menino Francisco Bicodo com 10 a 12 anos de idade, caboclo, mulato e aparentemente regular em suas funções, tem anomalias. Diga-se a causa pelo seu nome, o menino tem no final do espinhaço um rabo de mais ou menos 7cm como se fora um cão. Como se fora um MACACO e a enrola-se e tende a crescer.

Agora os DARWINISTAS devem bater palmas de contentes e exultar de prazer vendo no rabo do menino um ponto de apoio a sua doutrina científica."

creceu passou a representar também o papel de mulher inteligente capaz de falar cinco línguas.²³³ Outras vezes, os espetáculos de monstros ficavam na fronteira entre a seriedade e a farsa, ou do humor: os personagens vestidos de palhaço apresentados como idiotas, um congresso de mulheres obesas apresentadas com apelidos ridículos como “Little Emma”, “Babe Ruth” ou “Dollie Dimples”.²³⁴

Todos esses monstros, principalmente os portadores de algum defeito físico ou mental, não haviam ainda sido capturados pela medicina e embora a apresentação de suas histórias até fizesse menção a teorias e se utilizassem de comentários médicos não apareciam como doentes, por isso não eram considerados “infelizes” ou dignos de piedade. Dificilmente um apresentador apelava para os sentimentos de pena ou simpatia do espectador ou mencionava o sofrimento dos monstros. No decorrer da metade do século XX começa-se a vê-los de outra maneira, como portadores de desordens genéticas ou endocrinológicas, já que as classificações médicas entram em cena e se tornam dominantes. As teorias do desvio da norma e da degenerescência da espécie, que já haviam sido produzidas pela medicina do século XIX, passam às práticas cotidianas, principalmente com o surgimento dos movimentos eugênicos que consideravam os anormais uma ameaça à saúde da raça. Quando a piedade filantrópica se associa ao poder médico e passa a recolher fundos para atender estas pessoas ela se constitui, como diz Bogdan, no “modo dominante de colocar em cena diferenças humanas com fins financeiros”.²³⁵ E mais: “como os ‘espetáculos de monstros’ as organizações humanitárias são confrontadas com a gestão do comércio de corpos. Se o contexto é diferente, o problema da relação entre a representação e os

²³³ *Le commerce des...* p. 44.

²³⁴ *Idem*, *ibidem*.

²³⁵ *Idem*, p. 45. “... mode dominant de mise en scène des différences humaines à des fins financières.”

ganhos é da mesma ordem”.²³⁶ O que não significa somente proveitos em termos de dinheiro, prestígio, boa imagem social de filantropia, desprendimento ou fraternidade. Mas principalmente os ganhos em termos de tutela (médica e pedagógica) sobre os que hoje são considerados deficientes.²³⁷

Os espetáculos de exposição de corpos humanos que atraíam muita gente por curiosidade e espanto eram bem antigos no Brasil. Expunham-se para pequenas multidões os penitenciados à execração pública dos autos-da-fé,²³⁸ os escravos supliciados nos pelourinhos, os condenados à forca²³⁹ - mecanismos de controle e manutenção da ordem. Já a exposição de monstros no século XIX tinha finalidades comerciais imediatas e estava mergulhada no contexto dos debates e das curiosidades científicas da época. Pelo menos nos Estados Unidos e na Europa,²⁴⁰ tais espetáculos contavam com a participação dos sábios.²⁴¹ É Bogdan, mais uma vez, quem nos relata: “Os antropólogos examinavam os ‘monstros’. Pedia-se que eles autenticassem e atestassem a sua origem; seus comentários apareciam nos jornais e nos projectos publicitários. Certas exposições eram submetidas à sagacidade e à discussão de sociedades científicas. O próprio uso do termo ‘museu’ no nome dado a muitos desses

²³⁶Idem. p. 46, “Comme les ‘spectacles des monstres’, les organisations humanitaires sont confrontées à la gestion du commerce de corps. Si le contexte est différent le problème de la relation entre la représentation et le profit est du même ordre.”

²³⁷A filantropia será assunto do capítulo IV desta tese.

²³⁸A cerimônia dos autos-da-fé está descrita em *A peste e o poeta - A história de Brites Fernandes de Camaragibe*, no capítulo II.

²³⁹Ver no capítulo III: “Pau, pão e pano: a escrita no corpo”.

²⁴⁰No Brasil, parece não haver pesquisa a esse respeito.

²⁴¹Guardando as devidas proporções, parecem semelhantes aos espetáculos de monstros as descrições da época sobre as “monstruosidades, bizarras e singularidades humanas. Na França, em 1876, em livro que teve ampla divulgação, Debay (*Histoire naturelle...*, op. cit.) inclui uma enorme variedade dentre as quais pode-se encontrar algumas apresentadas naqueles espetáculos: mulheres barbudas ou peludas, obesidade ou magreza extremas, gigantes, anões, siameses, homem com rabo, cornudos ruminantes, vorazes, selvagens, ventriloquos, anfíbios, hermafroditas, incombustíveis, cíclopes, sem braços...

espetáculos é a prova de que esta forma de divertimento estava associada às ciências naturais”.²⁴² Parece que devia ser mesmo bem tênue a fronteira que separava os espetáculos de monstros nas feiras e as exposições de entidades científicas. Uma reportagem recente na Revista de Domingo do Jornal do Brasil²⁴³ sobre os 150 anos do Zoológico de Berlim cita uma tese sobre a exposição de seres humanos em zoológicos europeus, durante os séculos XIX e XX, de autoria de uma professora do Instituto da América Latina na Alemanha, Gabrielle Eissenberger. Não é apenas ao caráter racista de tais exposições que a autora se refere, afirma a reportagem, mas aos casos de rapto e prisão de índios e negros que eram espancados e dopados para que não resistissem à captura. Muitos morreram. “O último espetáculo do gênero realizado na Europa, segundo Gabrielle, ocorreu em 1956 justamente no Zôo de Berlim que expôs legítimos esquimós. Um fato que o zoológico faz questão de excluir dos folhetos de propaganda”.²⁴⁴

Um pouco mais reservados que os espetáculos de monstros e a exposição dos povos exóticos nos zoológicos europeus, os casos clínicos deixam então de ser isolados, ganham certa regularidade e servem de fonte de admoestação. Segundo Lília M. Schwarcz: “É esse o momento da ‘exposição da doença, da demonstração das ‘monstruosidades’ que cumpriam um duplo papel: tanto serviam como amostras vivas de um trabalho, provas da tese defendida, quanto apareciam como alerta contra o perigo iminente da degeneração, testemunhavam destinos futuros que podiam e deviam ser

²⁴²“Des anthropologues examinaient les ‘monstres’. On leur demandait de les authentifier et attester leur origine: leurs commentaires paraissaient dans les journaux et des prospectus publicitaires. Certaines expositions étaient soumises à la sagacité et à la discussion de sociétés scientifiques. Le seul usage du terme ‘musée’ dans le nom donné à beaucoup de ces spectacles est la preuve de cette forme de divertissement était associé aux sciences naturelles”. *Le commerce des...* pp. 40 e 41.

²⁴³HEINRICH, Alexander. *O rei da bicharada*. Reportagem da Revista Domingo do Jornal do Brasil, ano 19, no 969, 27/nov./1994, pp. 68-71, p. 71.

²⁴⁴Idem, p. 70.

evitados” (...) Era a população pobre e doente que, exposta como se fosse um grande laboratório humano, exemplificava teorias, demonstrava desvios.²⁴⁵ Belos exemplares de casos típicos que se acumulavam nos arquivos médicos eram apresentados nos livros e nas revistas de medicina²⁴⁶ que transformaram os muros dos asilos em vitrinas transparentes para a exibição do grande espetáculo científico e infernal das monstruosidades.

Meio caminho andado para um projeto eugênico para a sociedade...

²⁴⁵SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...*, op. cit., p. 200.

²⁴⁶A propósito do “Brazil Médico”, revista semanal ligada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que teve 50 anos de duração, escreve Lilia M. Schwarcz, que além dos casos clínicos corriqueiros: “... não faltavam os ‘exemplos monstruosos’. Referências a anormalidades físicas de pacientes, relatos de doenças deformatórias eram ainda mais constantes nessa revista do que na Gazeta Médica [da Bahia], sendo ampla a utilização de pacientes negros e mestiços. Era como se ao lado dos episódios mais conhecidos e curáveis fosse preciso expor a incerteza, ou aguçar a curiosidade médica. Com efeito, realçando os casos mais extremos e escabrosos, fazia-se da ‘anormalidade’ um grande espetáculo”, *idem*, p. 221.

CAPÍTULO II

OS TRIBUNAIS : INQUISIÇÃO E EUGENIA

1. *Da Inquisição Moderna à Medicina Social*

Durante muito tempo e por muitas gerações divulgou-se na história oficial o mito de que nunca houve Inquisição no Brasil, ou pelo menos ocorreu certa omissão por parte dos historiadores em relação às marcas que a ação inquisitorial deixou. Mesmo não se tendo instituído aqui um tribunal permanente, como aconteceu na América Espanhola¹, os rastros de suas visitas, perseguições, denúncias, inquéritos, prisões, dos seus funcionários permanentes (que eram os comissários e os familiares), dos processos eclesiásticos julgados em Lisboa, foram alastrando o controle pelo temor, seguindo um mecanismo bastante minucioso que, a despeito de algumas mudanças no seu Regimento², durou até começos do século XIX.³

A Inquisição no Brasil tem origem na Inquisição Portuguesa, que por sua vez se acha incluída na instituição moderna que hoje chamamos de Inquisição Ibérica. Ela se distingue da Inquisição Medieval, embora tenha repetido alguns de seus métodos, por ser dominada pelos reis (da Espanha e de Portugal), em colaboração com a Igreja e

¹“O Novo Mundo teve três tribunais, oficialmente estabelecidos, sob os moldes espanhóis: o do Peru, introduzido em 1570; o do México, em 1571; e de Cartagena (hoje Colombia), em 1610 (...) O primeiro auto-de-fé que se realizou na América foi no México, em 1528”. NOVINSKY, Anita W. *A Inquisição*. São Paulo, Brasiliense, 8ª edição, 1992, p. 72.

²“Nos 283 anos em que funcionou, a Inquisição portuguesa teve cinco Regimentos. No de 1640, que foi o que vigorou mais tempo, o conceito de quem é herege vem claramente exposto”. Idem, p. 13.

³“Já no século XIX aparecem os nomes dos brasileiros Alexandre Correa e Castro, Manuel Ignácio de Alvarenga, mestre de retórica do Rio de Janeiro, acusado de libertino. Pedro Dias Paes Leme do Rio de Janeiro, e o ilustre jornalista Hypólito José da Costa” (Idem, p. 49), que escreveu um livro contando a iniquidade que sofreu chamado *Narrativa de uma perseguição*, cuja 1ª edição é de 1811 (Porto Alegre, Associação Riograndense de Imprensa, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981).

não o inverso. Seu primeiro motivo (não o único) foi o “problema converso”, ou seja, a existência não propriamente do judeu, mas das conseqüências das perseguições dos judeus do que resultou a figura do cristão-novo.

Durante muitos séculos, na Península Ibérica dominada pelos mouros, conviviam pacificamente cristãos, muçulmanos e judeus. Com a gradativa expulsão dos mouros nas guerras de reconquista e a centralização do poder na Espanha, no final do século XV, em 1478 os Tribunais da Inquisição foram finalmente instituídos pelos reis católicos Fernando e Isabel. Mas as hostilidades haviam começado bem antes. Dado o avanço do prestígio econômico, político e intelectual⁴ dos judeus e sua infiltração nas camadas da nobreza, pelos casamentos e ocupação de cargos importantes, era inevitável o confronto com o clero regional, a nobreza e principalmente a burguesia cristã. No século XIV acontecem várias manifestações antijudaicas na Espanha e a maior delas foi o massacre de 1391. A partir desta data começa a produção de cristãos-novos: a conversão voluntária de judeus ao catolicismo para escapar à morte e à discriminação. Como a conversão garantia a manutenção de suas posições econômicas e políticas, como a permanência em cargos oficiais por serem os raros letrados além do clero, as hostilidades passaram a dirigir-se contra os conversos, já agora chamados pejorativamente de “marranos”. Pelos estatutos da “pureza de sangue” quem quer que se habilitasse às ordens militares, às corporações profissionais, aos cargos de governo ou à vida acadêmica das universidades tinha que provar não ter qualquer ascendente judeu ou mouro.⁵ No Brasil esta exigência estendeu-se à comprovação também da inexistência de sangue negro ou indígena.

⁴Os judeus constituíam a única camada letrada da população e por isso competiam em prestígio com o clero.

⁵Embora fossem também alvos da Inquisição, os mouros não foram tão intensivamente perseguidos, talvez por serem muito mais pobres do que os cristãos-novos e judeus.

Outra boa razão para o funcionamento dos tribunais permanentes era o confisco de bens. Com os lucros, os reis católicos conseguem armar seus exércitos e expulsar os mouros de Granada. Então, a partir da unificação espanhola sobra para os judeus e para os mouros a escolha definitiva entre o batismo e o exílio. Por isso, milhares de judeus juntaram o que puderam e atravessaram as fronteiras da Espanha, rumo a Portugal. O rei português D. Manuel, o Venturoso, recolheu-os mas, em contrapartida, obrigou-os sem escolha, ao batismo.⁶ Desta maneira, surge nova leva de cristãos-novos forçados⁷, a despeito de todas as tentativas de “assimilação”. Do mesmo modo que na Espanha, o grande veículo de formação do que hoje chamaríamos de opinião pública eram os sermões nas missas a que toda a população assistia. Era o baixo clero e, em especial, os frades dominicanos que desempenhavam este papel, tendo sido eles os principais responsáveis pelo massacre de duas mil pessoas em Lisboa, em 1506.

Foram várias as negociações que o sucessor de D. Manuel, D. João III teve que encetar como papa para instituir em Portugal os Tribunais da Inquisição. E havia outros motivos, além das pressões da Espanha sobre Portugal, para tanta insistência do rei. Um deles era o monopólio da Coroa sobre o comércio de muitos produtos, intitulando-se o rei de “senhor do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia”,⁸ distribuindo favores e sinecuras, enriquecendo parte da nobreza “não por

⁶ Assim acabaram em Portugal os judeus e nasceram os cristãos-novos. Como se viu, de forma bem diferente do que ocorreu em Espanha. Neste último país, onde havia uma classe numerosa de convertidos à data da expulsão, milhares de judeus puderam optar pelo exílio; em Portugal os judeus não tiveram alternativa. Em Espanha há convertidos de diversas épocas e em diversas situações; em Portugal há uma conversão forçada em bloco de toda a população hebraica. Em Espanha existiam à data da expulsão leis discriminatórias contra os conversos, que estavam sujeitos à perseguições e opressões inquisitoriais; em Portugal não existiam à data da expulsão, e continuaram não existindo durante perto de quarenta anos, nem Inquisição, nem limpeza de sangue”. SARAIVA, José Antônio. *Inquisição e cristãos-novos*, 1ª edição, Porto, Editorial Nova, 1969, pp. 40 e 41.

⁷ Muitos judeus tornaram-se fiéis católicos. Há polêmicas sobre o assunto, mas parece que a grande maioria, com o tempo, acabou por abandonar as tradições judaicas.

⁸ Idem, p. 53.

atividades mercantis”, mas no exercício de cargos administrativos e militares.⁹ Mas, “o monopólio real dá sinais de dificuldades crescentes a partir da terceira década do século XVI. Em 1534 o Estado português é obrigado a faltar aos seus compromissos para com os credores estrangeiros”.¹⁰ Isto representava uma ameaça ao poder do rei, já nesta época em conflito aberto com o poder de Roma. A Inquisição negociada, tal como na Espanha, teria os inquisidores nomeados pela Coroa com poder maior que os bispos, podendo confiscar bens, perseguir inimigos, distribuir cargos sem ter que dar satisfações ao papa. Boa parte do que escapava do monopólio do rei (comércio de açúcar, de escravos e operações bancárias, por exemplo) estava nas mãos dos chamados cristãos-novos, identificados na época como homens de negócio.¹¹ Com a instituição da Inquisição, muitos portugueses de origem judaica conseguiram fugir carregando seus capitais e se estabeleceram no norte da Europa.

Segundo Anita Novinsky, a Inquisição portuguesa foi comprada pelo rei ao papa, ao cabo de anos de negociações. “Afiml, D. João III venceu, oferecendo ao papa uma enorme fortuna em troca da permissão para agir sem a interferência de Roma. A bula papal de 23 de maio de 1536 autorizou a Inquisição no reino lusitano, e em 1540 se realizou o primeiro auto-de-fé em Lisboa.”¹²

No Brasil, a primeira visita inquisitorial se deu em 1591. De 1591 a 1593

⁹Idem. *ibidem*.

¹⁰Idem. p. 55.

¹¹Além de constituírem esta burguesia, os cristãos-novos integraram uma pequena classe média de letrados e pequenos e grandes artezãos. Durante muito tempo preencheram esta camada social que ficava entre a aristocracia, que desprezava o comércio e o trabalho manual, e os camponeses pobres. Os judeus e depois os cristãos-novos não tinham, portanto, penetração na camada mais baixa e mais numerosa da população que dava seu apoio e participava ativamente das perseguições.

¹²Ver: NOVINSKY, A.W. *A Inquisição*, op. cit., pp. 35-6.

Segundo esta autora, “uma das razões de Portugal não se ter industrializado nem acompanhado o progresso das nações européias se deve em grande parte à política inquisitorial (...) A Inquisição tolhia a liberdade de ação da burguesia cristã-nova, provocando a sua fuga e o êxodo dos capitais. A ordem nobiliárquica eclesiástica anti-capitalista e as discriminações contra os cristãos-novos travou (sic) a formação de uma burguesia portuguesa”. Idem. pp. 39 e 40.

o Visitador do Santo Ofício esteve na Bahia e a partir de 1593 até 1595, instalou-se em Pernambuco. Ocorreram mais duas visitas (em 1618 na Bahia e em 1763 no Grão-Pará¹³) e inúmeras inquirições ordenadas pelo Tribunal em diversas regiões durante o período colonial, como as da Paraíba no século XVII e no Rio de Janeiro no século XVIII. Enquanto a Inquisição portuguesa constituiu-se tendo como alvo principal os cristãos-novos, ela julgou e puniu também os pecados da carne, as feitiçarias, as blasfêmias, as leituras de livros proibidos e etc. No Brasil, principalmente nos séculos XVI e XVII, seus objetivos visavam não somente os cristãos-novos mas o controle dos comportamentos para evitar a dissolução dos costumes de uma gente tão solta, de perder suas almas para os pecados da carne e as heresias, principalmente dos cristão-velhos que constituíam a classe dirigente da Colônia, a fim de mantê-la fiel e afastá-la do perigo da convivência com os hábitos do gentio e com os ex-judeus, nem sempre confiáveis quanto à sinceridade de sua conversão.

O século XX assistiu no Brasil ao nascimento de um outro tribunal, não mais dos pecados contra a fé, mas contra a degeneração da raça. O sonho eugênico do poder médico, este poder que saiu fortalecido das campanhas de vacinação obrigatória e de saneamento, pretendeu estender sua prepotência para o controle estrito das populações, através do julgamento das uniões e das procriações, utilizando-se de um verdadeiro decálogo patriótico de salvação nacional. Um tribunal que, saindo do âmbito estrito das instituições médicas, iria imiscuir-se na vida da população urbana, penetrando primeiro nas famílias e depois nas escolas, procurando espalhar-se por toda a sociedade.

¹³A visita de 1763 do Santo Ofício ao Grão-Pará ficou ignorada dos pesquisadores por duzentos anos por "eventual erro de um arquivista ou a sigilosa incumbência dada a um funcionário de confiança". LAPA, José Roberto do Amaral, *Livro da visita do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 20.

Sua origem encontra-se no século XIX nas teses dos higienistas e alienistas das primeiras faculdades de medicina (no Rio de Janeiro e na Bahia), no grande debate entre consangüinistas e anti-consangüinistas em torno da teoria das degenerescências de Morel¹⁴, nas teses naturalistas sobre a miscigenação racial e na utilização mais tarde das teses eugênicas de Galton. Preocupados com a organização da vida urbana e com a saúde das elites, os médicos do século XIX iniciaram a caça aos degenerados, começando por elaborar as primeiras classificações dos graus de degenerescência e os diagnósticos de curabilidade com base na causa oculta de quase todas as doenças: a hereditariedade. Sexo e procriação passaram a ser a nova preocupação dos julgamentos médicos. A sífilis, a tuberculose e o alcoolismo estavam incluídas numa mesma categoria. Se não provinham do desregramento moral, como a sífilis, levavam fatalmente a ele (como a tuberculose e o alcoolismo) e produziam todos frutos degenerados da raça. Nos “julgamentos” médicos o que aparece é a preocupação explícita com os que no início do século XX são chamados de anormais,¹⁵ não tanto por querer incluí-los em estabelecimentos especializados praticamente inexistentes, mas pelo que passaram a significar socialmente. De início, não por sua incapacidade para o trabalho ou a sua recuperação, mas pelo perigo social que representavam suas tendências para a perversão sexual e para o crime. Não foi, portanto, a Inquisição moderna quem os identificou e os puniu, nem foram considerados endemoninhados por sua anomalia, e o caso de Brites Fernandes, que será contado a seguir, é significativo a esse respeito. Identificados como portadores de perigo social, os eugenistas do século XX, estes sim, irão propor a sua extinção pelo controle dos casamentos e/ou pela esterilização dos degenerados.

¹⁴A Teoria de Morel é assunto do Capítulo I desta tese.

¹⁵Ver no Capítulo IV: “As institucionalizações da psiquiatria...”

Um outro tribunal, ou apenas uma metáfora de uma modelo anterior de controle dos comportamentos? De qualquer maneira teve suas próprias regras bem estabelecidas e seus alvos bem definidos e, apesar de ter bebido no ideário estrangeiro (principalmente o francês), produziu originalidades. Ao contrário do que afirma Maria Helena de Souza Patto, não houve aqui uma cultura meramente “reflexa” de um país “mergulhado no colonialismo cultural”.¹⁶ Isto seria reafirmar o que dizem certas elites sobre a cultura brasileira e sua história: modelo da falta e do atraso. Lilia M. Schwarcz nos fornece, a esse respeito, um argumento irretorquível: “... os mesmos críticos contemporâneos que apontavam as armadilhas presentes no pensamento social do séc. XIX acabaram por cair nelas. Reatualizaram argumentos da época que sugeriam ser ‘a cópia o nosso maior mal... conjuntamente com a mania de passar pelo que não somos’ (ROMERO, 1910...).¹⁷ Se é possível pensar nas teorias desses cientistas enquanto resultado de um momento específico, é preciso, também, entendê-las em seu movimento singular e criador, enfatizando-se os usos que essas idéias tiveram em território nacional”.¹⁸

Se, por um lado, a Inquisição falhou nos seus propósitos de correção dos costumes e cura das almas, deixou aqui o diagrama de suas técnicas de dominação e obediência. Assim também, como afirmam os autores de *Danação da Norma*, a “medicina que medicalizou a sociedade”, a partir do século XIX, utilizando-se das técnicas de normalização como exigências da ordem social, não conseguiu até hoje

¹⁶PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar - histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1991, p. 30.

¹⁷ROMERO, Silvio. *Provocações e debates*, Rio de Janeiro, Imprensa Moderna, 1910, p. 114, apud SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O Espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 17.

¹⁸Idem, *ibidem* (o grifo é nosso). Certos usos dessas idéias justificaram o racismo, tendo o negro como representante do atraso, assim como as propostas de embranquecimento progressivo da população pela mestiçagem. Ver no Capítulo III desta tese.

medicá-la.¹⁹

2. *A Peste e o Poeta: A História de Brites Fernandes de Camaragibe*

Brites (ou Beatriz) Fernandes, mentecapta e aleijada, figura infame da história do primeiro século da Colônia é autêntica. Os acontecimentos, locais e personagens foram retirados principalmente dos registros que José Antônio Gonsalves de Mello²⁰ colheu dos arquivos inquisitoriais, além de outras obras que serão citadas no decorrer do texto. Apenas alguns detalhes que compõem certas imagens e os poucos diálogos desta história foram criados a partir das descrições históricas dos autores consultados.

O título acrescenta propositalmente ao nome de Brites Fernandes o termo Camaragibe - local perto de Olinda onde ficava uma sinagoga e o engenho de seu pai, Diogo Fernandes, e de sua mãe Branca Dias, já falecidos quando esta história acontece - a fim de contrastar com a "Branca Dias de Apipucos" ou "Branca Dias da Paraíba", figura famosa porém lendária no nordeste desde o século XVIII, e que teria sido relaxada em carne²¹ e queimada na fogueira da Inquisição.

O poemeto de Bento Teixeira, dedicado ao Capitão Governador Jorge de Albuquerque Coelho, que intercala o texto, foi utilizado de maneira livre, talvez como

¹⁹Roberto Machado et al. *Danação da norma: A medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 156.

²⁰MELLO, José Antônio Gonsalves. *Gente da nação*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989.

²¹O Tribunal da Inquisição, ele próprio não executava a condenação à morte - "relaxava em carne" (porque poderia ser "em estátua" ou "em efígie", caso o penitenciado não fosse encontrado ou já tivesse morrido), um eufemismo utilizado para entregar o condenado ao poder leigo do rei que sempre confirmava a sentença e a mandava executar.

uma vinheta ou um narrador “em off” desta história. Seu autor, português e cristão-novo como ela, mestre-escola, considerado o primeiro letrado (não-padre) da Colônia, foi professor de Brites, um e seus denunciantes e seu companheiro de vicissitudes na primeira visita do Santo Ofício ao Brasil (1591 a 1595), em Pernambuco. Ambos foram presos, enviados a Portugal, julgados e penitenciados no mesmo auto-de-fé em Lisboa, no dia 31 de janeiro de 1599. Portanto, um “narrador” contemporâneo e testemunha sofrida da história contada pelo historiadores.

Foi também proposital a escolha de um poema épico, como a “Prosopopéia” de Bento Teixeira²², que sempre descreve fatos grandiloquentes de destemidos heróis e tragédias famosas, para narrar a história de uma personagem infame, sem nenhuma glória, como Brites Fernandes. Ademais, como nos alerta Octávio Paz, enquanto poeta épico “ele não fala de si mesmo, seu dizer não comporta qualquer ambiguidade”.²³ Por esta razão, ele nos aproxima do mundo daquela época - almas coloniais que transitavam entre a salvação do céu ou a condenação ao inferno e que quase tudo de que se ocupassem na terra, acabava por cair no domínio público ou, no mínimo, nos ouvidos e nas futricas dos vizinhos. Nada que não pudesse ser explicado pelas artimanhas do demônio ou pelo esforço, quase sempre infrutífero, para não cair nas suas armadilhas. Um mundo que não comportava, como hoje, os meandros ambíguos de uma “interioridade”, de uma psiquê íntima ou inconsciente, privada e individualizada. Esta questão diz respeito a diferenças de objetivos entre os tribunais da Inquisição e o movimento médico-eugenista do início do século XX, como veremos mais adiante.

Vamos à história:

²²TEIXEIRA, Bento. *Prosopopéia*. São Paulo, Edições Melhoramentos, Brasília, INL-MEC, 1977.

Bento Teixeira também compôs uma narrativa confessional no tempo que passou na prisão.

²³PAZ, Octávio. *El Arco y la Lira*. 3ª edição. México, Fondo de Cultura Económica, 1972. *Apud* ALVES, Luiz Roberto. *Confissão, poesia e Inquisição*. São Paulo, Ática, 1983, p. 6.

“Os braços vigorosos e constantes
Fenderão peitos, abrirão costados,
Deixando de mil membros palpitantes
Caminhos, arraiais, campos juncados;
Cercas soberbas, fortes repugnantes
Serão dos novos Martes arrasados
Sem ficar deles todos mais memória
Que a qu’eu fazendo vou em esta História”²⁴

Desta vez o auto-de-fé não fora realizado no Largo do Rossio como prescrevia o Regimento, “por razão do mal da peste de que Deus Nosso Senhor nos guarde que grassava em Lisboa”,²⁵ no ano de 1599. Era um dia de domingo, 31 de janeiro, na Sala da Inquisição do Palácio dos Estaús, o enorme e portentoso palácio, o Palácio das Agonias,²⁶ e na fila dos penitentes onde Brites Fernandes se encontrava, ela avistou, para sua surpresa, seu professor Bento Teixeira, o poeta que uma vez lhe ensinara a história de Ester - a bela rainha Ester, a heroína bíblica que ao revelar sua

²⁴*Prosopopéia*, op. cit., p. 50 (Estância XXXI).

Os comentadores de Bento Teixeira, Celso Cunha e Carlos Durval, prestam esclarecimentos a cada estância que o poemeto está dividido, a fim de que se possa entender o português antigo em que foi escrito, no século XVI. Aqui serão reproduzidos apenas os comentários mais importantes para compreensão das estâncias (ou parte delas) citadas:

- de mil membros palpitantes: complemento de juncados
- repugnantes: pugnazes, que resistem ao furor
- Martes: guerreiros

²⁵*Gente da nação...*, op. cit., p. 142.

²⁶Segundo Alberto DINES, em seu livro *Vínculos de fogo* (São Paulo, 2ª edição, Companhia das Letras, 1992, p. 993), os Estaús eram a “sede da Inquisição e do Conselho Geral. Complexo arquitetônico que compreendia vários pavilhões atrás da imponente edificação cuja fachada ficava no Rossio (hoje, Teatro Nacional D. Maria II), abrigava cárceres secretos onde ficavam os presos, salas de audiência, câmaras de tortura, os luxuosos aposentos do inquisidor-mor, a residência do alcaide, os cárceres da penitência (para presos que já haviam saído em Autos) e um quintal-cemitério para os falecidos no cárcere. O nome, de origem imprecisa, relaciona-se com sua primeira finalidade, estalagem. Nesta condição de abrigo deu-se o primeiro episódio trágico de sua história: em 1497, D. Manuel, o Venturoso, lá recolheu os judeus do Reino com a promessa de que poderiam deixar o país mas forçou-os a converterem-se ao cristianismo (...). Derrubado pelo terremoto de 1755 e reedificado por Pombal, em 1820 a população revoltou-se, invadiu-o e derrubou a estátua da Fé pisando a Heresia, à sua frente. Lá funcionaram sucessivas repartições oficiais até que foi arrasado por misterioso incêndio em 1836. No projeto cultural a cargo de Almeida Garret, a Bastilha da religião converteu-se em teatro, tal como a outra, em Paris, é hoje casa de ópera”.

condição de filha de Israel, obteve a vitória contra os inimigos do povo da Nação.²⁷

Desde aquele dia queria ser como Ester, linda como Ester, forte como Ester.

“Mas, ah! invida sorte, quão incertas
São teus bens e quão certas as mudanças
Quão brevemente cortas os enxertos
A uas mal nascidas esperanças
Nos mais riscosos trances, nos apertos
Antre mortais pelouros, antre lanças
Prometes triunfal palma e vitória
Pera tirar no fim a fama, a glória”²⁸

Mas o que Brites não podia saber (e nem desconfiava) era que o depoimento do poeta na prisão agravava ainda mais as acusações que pesavam contra ela.²⁹ Além da história de Ester que o poeta lhe ensinou, sabia apenas umas poucas orações católicas (Ave Maria, Padre Nosso e o Credo), alguns costumes da lei de Moisés e dois ou três versículos de uma prece hebraica, Amidá, que via sua mãe cochichar antes de comer e que agora lhe servia para as horas de aflição como aquela na fila dos penitentes, e outras que passou no tormento da polé.³⁰

²⁷Segundo Dines (Idem, p. 999), Ester é “uma das figuras mais populares da história judaica, venerada pelos cristãos-novos. Escolhida por sua beleza para casar-se com o rei persa Ahashverus, ocultava sua religião. Quando o poderoso Haman tentou persuadir o rei a expulsar os judeus, instruída pelo primo Mordechai, conseguiu que o vizir caísse em desgraça. Então revelou-se judia e o edito de expulsão foi convertido pelo rei em permissão para que os judeus se vingassem do inimigo (...) Os criptojudeus, inclusive brasileiros faziam abstinência parcial de três dias [na festa do Purim dedicada à Ester] (...) Sendo mulher era a inspiradora das cristãs-novas, pilares da preservação dos preceitos religiosos judaicos na vida doméstica.”

²⁸Op. cit., p. 70 (Estância LXXI).

- invida: invejosa

- riscosos: arriscados

- antre: entre

²⁹Os depoimentos (denúncias ou delações) eram sigilosos, conforme prescrevia o regimento da Inquisição. Segundo Dines (*Incultos...*, op. cit., p. 1010) “sigilo, silêncio e segredo: três S explicam a eficiência e a duração do Santo Ofício. Prisões efetuadas à noite, réus impedidos de se comunicar a partir da chegada do familiar para buscá-los, acusações anônimas, processo abafado, testemunhas convocadas sem saber a finalidade. Os sobreviventes assinavam um ‘termo sagrado’, no qual juravam jamais revelar o que viveram.” Bento Teixeira, recolhido à prisão em Lisboa, agravou as acusações contra Brites e suas irmãs Andresa Jorge, Inês e Violante Fernandes, em depoimento datado de 27 de novembro de 1597.

³⁰Um tipo de tortura que será descrito mais adiante.

Há muito tempo Ester fugira-lhe dos sonhos, Por mais que tentasse não conseguia sonhar. Ficava a conjurar seu destino, e naquele momento, também o de seu professor, homem culto e tão honrado, condenado a usar como ela o hábito perpétuo, o sambenito de penitente³¹ e a abjurar de suas heresias. Na fila do auto-da-fé, a peste rondando lá fora. Qual condenação seria pior: a enfermidade e a morte ou a excomunhão, o estigma perpétuo, o confisco de bens e a prisão, uma vida inteiramente desvalida?

“Ó sorte tão cruel, como mudável
Por que usurpas aos bons o seu direito?
Escolhes sempre o mais abominável,
Reprovas e abominas o perfeito,
O menos digno fazer agradável,
O agradável mais, menos aceito.
O frágil, inconstante, quebradiça
Roubara dos bens e da justiça”³²

Bem que lhe tentaram arrumar um marido. Teria do pai, Diogo Fernandes senhor do engenho de Camaragibe, um bom dote, e da mãe Branca Dias um belo enxoval, confeccionado na escola de costuras, rendas e bordados para meninas que funcionava em sua casa, em Olinda, “na Rua Palhais que vai da matriz para o Colégio de Jesus, ao lado direito”.³³ Por duas vezes tentaram um casamento. Em vão, a primeira, na terra onde nascera, Viana de Caminha (ou da Foz do Lima) no Minho em Portugal, de

³¹ Sambenito, segundo Dines (idem, p. 1009) era o “habito penitencial, traje vexaminoso em forma de saco vermelho (= justiça) com enormes cruces às costas e à frente, amarelas (= caridade). Regulamentado no Concílio de Toulouse (1319), continuou até meados do século XVIII. Origina-se do latim ‘sacus benedictus’, ‘saco bento’, daí sambenito (...) Dependendo da sentença, o penitenciado deveria usá-lo durante um determinado número de domingos e dias santos na missa e procissões e, por isso alvo de chacotas dos fiéis”.

³² Op. cit., p. 52 (Estância XXXV).

O tema da inconstância da sorte é verdadeiro ‘topos’ da poesia de então.

³³ *Denúncias e confissões de Pernambuco (1593-1595)*, Recife, Fundarpe, 1984, pp. 181 e 201. In: MELLO, J.A. Gonsalves de. *Gente da... op. cit.*, p. 128.

onde teria mais tarde que fugir com sua mãe e seus irmãos³⁴ para juntarem-se ao pai um comerciante de marçarias por junto³⁵, mercador de tecidos, que, em 1542, havia obtido uma sesmaria e estava estabelecido no Brasil. Deixara para atrás um irmão que nascera sem braços, Manoel Alonso, e que possuía a arte milagrosa de escrever com os pés. Era cristã-nova, fora batizada em pé,³⁶ em Portugal, assim como todos os outros membros da família. Nunca entendera bem o que isto significava, do mesmo modo que os rituais que praticavam em casa: o jejum das Perdoanças,³⁷ os sábados de descanso, de roupa nova e lençóis limpos, a comida de carne, azeite, grãos e adubo feita na véspera, mechas novas nos candeeiros, sexta-feira dia de muita lida e corpo cansado pelo excesso de trabalho. Feia, torta, alcorcovada e mentecapta, o último candidato a marido que seus pais lhe arrumaram, em Olinda, com a promessa de um gordo dote, virou-lhe a cara ao saber quem era a noiva. Por isso nunca se casou, o que teria sido mais fácil no Brasil, por causa da escassez de mulheres, se não fosse tão feia. Ficou solteira e sempre trabalhou para os outros na casa de sua mãe e de suas irmãs casadas. Ouvia da mãe que sempre ralhava: “Preguiçosa, desajeitada, não fazes nada que preste! Não desças do sobrado

³⁴Nem todos os irmãos de Brites haviam nascido quando da fuga de sua mãe para o Brasil. Segundo J.A. Gonsalves de Mello (pp. 129 e 130) eram ao todo onze irmãos, os filhos do casal Branca Dias e Diogo Fernandes (além de uma filha natural de Diogo, Briolanja Fernandes, nascida em Portugal em 1539, trazida para o Brasil por Branca Dias, a quem chamava de madrastra). Dentre estes figurava Manoel Afonso que não tinha braços e escrevia com o pé. A maioria casou-se com cristãos-velhos, “gente da governança da terra”, e muitos já falecidos no dia do auto-da-fé em que esta história se passa (31 de janeiro de 1599): Inês Fernandes, Violante, Guiomar, Ana Isabel e Felipa de Paz. Foram presas pela Inquisição: Andresa Jorge e Briolanja.

³⁵O processo de Branca Dias revela que o marido era comerciante ‘por junto’, isto é, em grosso, o que por si só revela-o como detentor de posição economicamente superior à comerciantes por menor. A mesma fonte indica que a família tinha criadas: de uma delas, Madalena Gonçalves, que veio de Portugal para o Brasil, Diogo Fernandes houve uma filha.” Idem, p. 122.

³⁶Eram batizados os judeus convertidos ao catolicismo, seja por fé sincera, seja por ameaça de perseguição, seja forçados, como no episódio em que, sob promessa de deixar o Reino, D. Manoel, o Venturoso, em 1497, prendeu-os nos Estaús e obrigou-os à conversão pelo batismo.

³⁷DINES, A., *Vínculos...*, op. cit., p. 1003. Trata-se do “Iom Quipur”, o dia da expiação e do perdão, data magna da liturgia judaica que “completa as festividades do ano novo, o Rosh Hashaná, dez dias depois”, dia de jejum, também chamado no Brasil de “Dia Grande”. O jejum consistia na “abstinência total de alimentos sólidos ou líquidos durante as 24 horas do “Iom Quipur”, iniciado na véspera, quando a primeira estrela aparece no céu, encerrado no dia seguinte à mesma hora”.

aos sábados, sua traidora!”. Tinha o corpo moído, as costas lhe doíam de tanto esfregar o chão, de lavar toda a roupa branca junto com a meia-irmã Briolanja e as pretas da casa,³⁸ de subir tropeçando as escadas para trocar os lençóis das camas, às sextas-feiras.

O sol se pondo no horizonte, o reflexo nas telhas dos sobrados da Rua Palhais, a sombra esguia de um pé de mulungu lá longe, as ladeiras e o mar. Brites na janela colocando seu toucado frente ao espelho, depois de um dia de trabalho intenso. Brites, a velha, nessa época, ainda sonhava com Ester e se via no espelho como ela. Sua maldição, contudo, estava por começar naquela mesma tarde, quando Heitor Furtado de Mendonça, o primeiro visitador do Santo Ofício ao Brasil colocara os pés no porto de Arrecife, nas terras de Pernambuco em 21 de setembro de 1593.

“Em o meio desta obra alpestre e dura
U’a boca rompeo o Mar inchado,
Que, na lingua dos bárbaros escura,
Paranambuco de todos é chamado
De Para’na, que é Mar; Puca, rotura,
Feita com fúria desse Mar salgado,
Que sem no dirivar cometer mingua,
Cova do Mar se chama em nossa lingua”³⁹

Viajara vinte dias por mar, na nau São Miguel, logo depois de terminada a Inquisição da Bahia.⁴⁰ “A visita já era esperada, mas apesar disso é de presumir que causasse certa perplexidade, porque a Câmara levou três dias a preparar os convenientes aposentos para a residência do Santo Ofício”,⁴¹ “com dinheiro das penitências, segundo

³⁸“Pretas da casa” poderiam ser as “negras da terra”, nome dado aos escravos indígenas do século XVI.

³⁹Op. cit., estância XIX, p. 44.

Trata-se do significado do nome Pernambuco.

- Mar inchado: agitado, encapelado

- boca: entrada

- dirivar: derivar

- mingua: imprecisão, imperfeição, falta

⁴⁰A visita de Heitor Furtado de Mendonça à Bahia iniciou-se em 1591.

⁴¹*Denúncias...* op. cit., Introdução de Rodolpho Garcia, p. VIII.

ordem do Conselho enviada a Furtado de Mendonça”,⁴² e a ordenar o bergantim que devia conduzir o visitador e seus oficiais do Recife à sede da Capitania. “A 24 dali largava o bergantim empavezado e subia o Beberibe acima, beirando o isthmo para uma légua de percurso, até o Varadouro, o porto de Olinda”.⁴³ Lá o aguardavam cheios de respeito e cuidados, por causa do atentado que sofrera na Bahia por um tal de Rocha, “que diziam estar agravado do inquisidor”,⁴⁴ as autoridades locais na sua melhor pompa: o capitão loco-tenente governador, o vigário da vara eclesiástica com muitos clérigos, o ouvidor-geral do Brasil, o ouvidor da Capitania de Pernambuco, o sargento-mor com as companhias e bandeiras de soldados. E mais: os representantes da Câmara, o juiz mais velho e seu parceiro, o vereador mais velho e outros vereadores, o procurador do Conselho, o escrivão, os oficiais, o alcaide-mor, os almotacéis; os meirinhos do eclesiástico, da correição, da Capitania, do mar, do campo, dos defuntos, o alcaide da vila e quase todo o povo de Olinda.⁴⁵ Todos deviam prestar-lhe recepção e respeito perante a pompa do séquito e sua passagem pelas ruas. A presença do visitador tinha que ser ostensiva. Juraram-lhe ajuda, sob pena de excomunhão, todas as autoridades incontestes depois de ter apresentado seus poderes ao prelado da diocese. Era preciso mandar notificar e apregoar de imediato o dia da publicação dos Éditos da Santa Inquisição que conclamavam confissões e denúncias.

A instalação solene dos atos inquisitoriais deveria cair num domingo ou dia santo para que o clero e o povo estivessem presentes no sermão da fé, o que se deu no dia 24 de outubro de 1593. Seguiu o visitador em procissão, debaixo do pátio,

⁴²SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo, 1978, p. 194.

⁴³*Denúncias...*, op. cit., p. VIII.

⁴⁴ANCHIETA, José. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Pe. José de Anchieta*, p. 292. *Apud* ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios, Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1993, p. 158.

⁴⁵Ver: *Denúncias...*, op. cit., p. XI.

acompanhado de seu séquito de delegados e outros prelados. Em passos ritmados recolhia-se à matriz, onde durante a missa cantada seria pregado o sermão da fé. Em meio às sedas, o distintivo da nobreza⁴⁶, e o melhor do guarda roupa da gente do povo e dos escravos, o orador sacro, culminando a pompa do ritual litúrgico, anunciava o zelo da fé e brandia sanções para os omissos:

Depois que Jesus Cristo, Senhor Nosso, suportou tantas humilhações, derramando seu próprio sangue para redimir nossos pecados e nos livrar dos castigos eternos, depois de tantos padecimentos, depois que se fez homem para nos salvar, como é possível negar a divindade de Jesus e preferir a Lei de Moisés e o pecado que fazem a alegria e satisfação do demônio? Só há um caminho de salvação: confessai vossos erros ao Santo Ofício e tereis a garantia de condescendência no pagamento das penitências. Não escondais nada do que sabeis de vossos vizinhos para que, pagando seus pecados, possam ter a oportunidade da salvação. O vosso silêncio é também a complacência com a heresia e o pecado, dívidas que deveis saldar com as penas da excomunhão. Aqui estaremos vigilantes sobre tudo que omitirdes. Não consentais que o demônio arraste vossas almas para o fogo eterno! Melhor seria abandonardes vossos corpos miseráveis às chagas e à consumição do fogo terreno, na certeza de que, como prometeu Jesus ao Bom Ladrão, 'amanhã mesmo estareis comigo no Paraíso'!

Todos o ouviam: homens e mulheres, livres e escravos, analfabetos e letrados, pessoas simples e importantes, cristãos-novos e cristãos-velhos. Falava aos recém-chegados, aos nativos e ao gentio recém-convertido. Os éditos da fé, afixados na porta da matriz, listavam as heresias e as apostasias: as práticas judaizantes, maometanas ou luteranas, a bigamia, a sodomia, a molície, a bestialidade, as bruxarias, as superstições do gentio, o culto do demônio, a leitura de livros proibidos.

“Agora escurecer quereis o raio
Destes barões tão claros e eminentes
Tentando dar princípio e dar ensaio

⁴⁶Escravos e judeus eram proibidos de usar roupas de seda.

As cousas temerárias e indecentes
Imprimem neste peito tal desmaio
Tão graves e terríveis acidentes,
Que dor crescida as forças me quebranta
E se joga a voz débil à garganta⁴⁷

Os éditos da graça determinavam certa condescendência (garantia de isenção dos tormentos, morte ou confisco de bens) aos que, dentro do prazo fixado, apresentassem espontaneamente suas confissões que fossem consideradas sinceras, ou que fizessem denúncias (com garantia de sigilo). “Todos os que vissem, ouvissem ou soubessem de ciência própria ou não, de pessoa ou pessoas de qualquer estado, condição, grau e preeminência, presentes ou ausentes, que estivessem incursas nos preceitos monitoriais, eram compelidos no termo peremptório de trinta dias, repartidos em três admoestações canônicas, a ir denunciá-las à mesa do Santo Ofício, sob as mais severas penas de excomunhão e de desobediência à autoridade apostólica que estava cometida ao visitador. Não foram poucos os que, assim advertidos, se apressaram em desobrigar suas consciências de pecados alheios, que alguns declaravam ignorar até então fossem pecados, e, dando arrhas [sic] a seu zelo pela fé, chegavam a denunciar parentes, pai, mãe, irmãos, nem poupavam os próprios mortos”⁴⁸

Brites tinha vaga lembrança do que acontecera à sua mãe, Branca Dias, em Portugal. Fora denunciada ao Tribunal português do Santo Ofício pela própria mãe (avó de Brites) e sua irmã (tia de Brites e mentecapta como ela). Era muito jovem quando sua mãe abjurou de suas crenças em 1544. Alegando estar sem meios de

⁴⁷Op. cit., p. 66 (Estância LXIII).

- raio: brilho, fama

- tão claros: tão ilustres

- barões: em português antigo, varões

⁴⁸Denúncias.... op. cit., p. XXII.

sustentar os filhos, ter um filho aleijado sem braços e estar sem o marido que viajara para o Brasil, Branca obteve mais tarde a suspensão da prisão e da penitência do hábito perpétuo, por força de sua reconciliação e outras informações atenuantes que chegaram ao Tribunal. Lembrava quase nada de sua viagem ao Brasil. Mas, um fato bem mais recente não lhe saía da memória, ali na fila dos penitentes. Era um dia de domingo daquele ano de 1593 em que saindo da matriz, após o sermão do orador sacro, esbarrou-lhe Ana Lins⁴⁹, matrona ex-aluna da escola de costuras de sua mãe já defunta⁵⁰, que lhe cochichou quase cuspidando na orelha:

— Confessa, sua velha tola, teus pecados ao Santo Ofício! Tua alma torta como tu poderá ainda ganhar alguma indulgência. Não creias nos ouvidos moucos do visitador, alguém dará, com certeza, com teu nome...⁵¹

Há muito tempo Ana Lins tornara-se inimiga da família de Brites, a quem acusava de haver envenenado seu pai. Outras ex-alunas também fizeram denúncias contra Brites e sua mãe.⁵²

“Ua cousa me faz dificuldade
E o sprito profético me cansa
A qual é ter no vulgo autoridade
Só aquilo a que sua força alcança
Mas, se é um caso raro, ou novidade
Das que, de tempo em tempo, o tempo lança

⁴⁹Ana Lins, cristã-velha, mameluca, filha de alemão com uma índia (negra brasileira), nascida em 1555, foi uma das delatantes de Brites ao visitador.

⁵⁰A mãe da família judaizante desempenhava um papel muito importante na manutenção de costumes judaicos. Segundo Dines (*Vínculos...*, op. cit., p.70), embora geralmente analfabeta, “era o agente das práticas clandestinas, a maioria concentradas nos hábitos alimentares, asseio rigoroso e rituais domésticos. Quanto às mulheres, a Inquisição manifesta por elas especial predileção” (Idem, p. 71). “Do total de 31.349 pessoas que saíram em autos em Portugal, cerca de 30% são mulheres” (Idem, p. 70). As cristãs-velhas eram condenadas por serem bruxas ou bigamas, já que se casavam outra vez quando abandonadas pelos maridos emigrantes.

⁵¹“Dar com o nome de alguém” quer dizer denunciar, delatar. Ver DINES, *Vínculos...*, idem, p. 996.

⁵²Essas ex-alunas delatantes foram, além de Ana Lins, Joana Fernandes, cristã-velha nascida na África em 1543, Isabel Fraso, cristã-velha nascida em Pernambuco em 1548, Maria Lopes, nascida em Olinda em 1551 e Isabel Lamar, mameluca, nascida em Olinda em 1553. Ver: MELLO, J.A. Gonsalves de. *Gente da...*, op. cit., pp. 117 e 118.

Tal crédito lhe dão, que me lastima
Ver a verdade o pouco que se estima⁵³

Confessar o que? Sempre fora boa cristã. Trabalhava duro na casa de sua irmã Andresa. Descansava aos sábados, ia à missa aos domingos. Que tanto lhe acusavam? Dos tempos da escola da Rua Palhais? Aquelas rendas de almofada⁵⁴ nunca conseguira aprender, apenas a fiar alguns panos. A algazarra das meninas nas costuras, tudo se sabia naquelas conversas. Estendendo os lençóis no varal, no quintal da casa que dava para a casa do vizinho: passaram-lhe um filtro de amor para arranjar marido. Foi lá que aprendeu também “conjuros que nomeavam estrelas e diabos”. Dos padres falava-se muito, que tinham filhos e andavam com as escravas. As paredes nenhum segredo guardavam.⁵⁵ Brites ouvia coisas que não entendia bem: dos gritos e gemidos da vizinha aos chingamentos da mãe porque gostava de sair do sobrado aos sábados e passear sua roupa nova na praça, descer as ladeiras de Olinda e correr pelo caminho de Santiago de Camaragibe onde diziam haver uma sinagoga perto do engenho de seu pai, Diogo Fernandes, que fora próspero comerciante em Portugal e não se sabe porque motivo (talvez degredo e/ou perseguição religiosa) viera para o Brasil. A duras penas cultivou cana na sesmaria que lhe foi doada por Duarte Coelho, o donatário. Mais tarde, com a

⁵³Op. cit., p. 55 (Estância XLI).

⁵⁴Branca Dias, com sua escola de costuras (nome que hoje se atribui ao seu pensionato de meninas), que funcionou nas décadas de 1550 e 1560, talvez tenha sido a pioneira no Brasil de uma arte que vigorava em sua terra, Viana em Portugal: a renda de bilros. “As meninas eram de idade que variava de 5 a 15 anos, contando a maioria de 7 a 12 anos. A aprendizagem estendia-se na maioria dos casos a um ano, embora haja menção a tempo mais prolongado de 2 e mesmo 3 anos.” MELLO, J.A. Gonsalves de, *Gente da...*, op. cit., p. 129.

⁵⁵“As mulheres não viviam tão segregadas em suas casas como mais tarde veio a suceder (...). As casas contíguas umas às outras em Olinda permitiam que se visse e ouvisse numa o que se passava na casa vizinha (Den. 53, 65, 125). O que se bisbilhotava assim não era apenas levado ‘à praça e ao terreiro’ como na quadrinha de Gregório de Matos, mas aos ouvidos do Visitador do Santo Ofício” - MELLO, J.A. Gonsalves de. *In: Denúncias*, op. cit., s/p.

ajuda de um sócio, cristão novo como ele, ergueu a fábrica do engenho.⁵⁶

Brites soube do visitador lá na missa, e que ele ia ouvir os pecados de toda a gente, que os tivesse para contar. Pouco se importou com a ameaça de Ana Lins, pegou da vassoura seguiu seu trabalho e sua vida, até ser presa em Olinda, no dia 25 de agosto de 1525, “em cumprimento do acórdão do Conselho do Santo Ofício de 17 de março de 1595 ‘por culpas que dela há contra a nossa santa fé católica...’⁵⁷ Seu único irmão residente no Brasil, Jorge Dias Paz, veio da Paraíba para defendê-la, alegando em requerimento que Brites era “falta de juízo e entendimento e não tem capacidade nem eleição para saber escolher qual é o bem e o mal”⁵⁸. Juntou uma lista de nomes de respeitáveis cristãos-velhos que poderiam testemunhar a seu favor. Em vão. O visitador limitou-se a cumprir a ordem do Conselho do Santo Ofício.

“Mas o fado que quer que a razão torça
O caminho mais reto e proveitoso
Fará que no momento abreviado
Seja cativo, preso e mal tratado”⁵⁹

.....

Não demoraria muito para ser mandada ao cárcere dos Estaús , em Lisboa. Naquele dia, lembrava-se, da pequena janela da sua prisão veria pela última vez, extasiada e triste, a beleza do mar de Olinda por entre os mirantes dos sobrados e as torres das igrejas. Chegou à Portugal em 19 de janeiro de 1596.

Na fila dos penitentes, a peste rondando lá fora, Brites lembrou-se de seu

⁵⁶Trata-se de Bento Dias de Santiago que foi o segundo sócio de Diogo Fernandes (o primeiro foi Pedro Alvares Madeira), um mercador de prestígio em Olinda e que fora um dos capitães das três companhias de combate ao levante dos índios por volta de 1554 e 1555, que destruiu os canaviais das terras de Camaragibe. Depois da perda, Diogo associou-se a Bento que, na década de 60, fez construir a fábrica do engenho. Ver: MELLO, J.A. Gonsalves de. *Gente...*, op. cit., p. 124 e ss.

⁵⁷Idem, p. 137.

⁵⁸Idem, ibidem.

⁵⁹Op. cit., p. 79 (Estância LXXXVIII).

pai, do seu gesto de virar o rosto quando lhe aproximaram um crucifixo no momento da agonia da morte. Banhou-lhe o corpo defunto, vestiu-lhe panos novos⁶⁰, colocou-lhe moeda de aljóvar na boca, deitou fora todas as águas da casa e foi-se esconder atrás da porta. Olhando para seus companheiros de infortúnio, quase não reconheceu a figura doentia e curvada do Professor Bento Teixeira, na fila dos penitentes, à sua frente, arrastando-se passo a passo como ela. Quem teria cometido tamanha aleivosia? Teria ele sofrido também o “trato esperto”?⁶¹ Brites carregava sua desdita sem saber aos certo que outras penas teria que pagar, muito menos que o professor que tanto admirava fora um de seus denunciantes. Sabia, contudo, que todo o mal já lhe tinha acontecido, não havia mais o que de pior esperar. Nem a peste lá fora. O que lhe servia de algum alento.

“Mas o intento não porá fito,
Por mais que contra mim o céu conjure,
Que tudo tem em fim termo finito
E o tempo não há cousa que não cure.”⁶²

.....

Da primeira vez que a interrogaram, em 5 de abril de 1596, declarou

⁶⁰O costume de banhar os defuntos antes de enterrá-los, tão comum no interior do país, é pois herança judaica dos cristãos-novos colonizadores.

⁶¹Segundo a pesquisa de Luiz Roberto Alves, não consta que Bento Teixeira tivesse passado pelo “trato esperto” da polé (forma de tortura descrita mais adiante), ou qualquer outro tipo de tormento. Preso em 20 de agosto de 1595 (5 dias antes da prisão de Brites), ainda em Olinda começa a escrever suas confissões, onde além de contar a sua biografia e confessar o assassinato de sua mulher adúltera, arrola testemunhas de defesa (como Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-novo, como ele, e autor de “Diálogos das grandezas do Brasil”). No cárcere em Portugal continua a escrever suas confissões onde, além de relatar o arrependimento de suas antigas crenças judaicas, de fazer delações (como a que agravou as acusações contra Brites), denuncia o suborno que presos ricos cometem para escapar da prisão, intercede a favor das mulheres doentes que são submetidas ao tormento, descreve o modo, como os presos se comunicam entre si (pelas rachaduras das paredes) e com os parentes de fora, e como se esforça para que os negativos confessem seus pecados. “Age como ‘meio-familiar’, ou um outro tipo de familiar do Santo Ofício”. *Confissão, poesia...*, op. cit., p. 93.

⁶²Op. cit., p. 6 (Estância LIII).

- não porá fito: não levará a efeito.

- em fim: enfim.

apenas a idade (56 anos⁶³), seu local de nascimento, sua residência, seus mais de 40 anos de Brasil. Da segunda vez, um ano depois em 7 de maio de 1597, negou todas as práticas judaicas, recitou as orações católicas que sabia e apresentou mais tarde, por seu procurador, testemunhas de defesa, todas moradoras de Olinda: o Reitor do Colégio dos Jesuitas, Pe. Simão Travaços que há havia sido seu confessor; uma outra ex-aluna da escola de costuras de sua mãe, Catarina da Costa, que declarou ser Ana Lins inimiga da ré; uma comadre de sua mãe, Beatriz Mendes, que reafirmou a sua condição de boa cristã e confirmou a inimizade de Ana Lins. Nada disso, porém, adiantou, porque o depoimento do poeta Bento Teixeira em novembro de 1597, agravou as acusações contra Brites e suas irmãs Andresa Jorge, Inês e Violante, as duas últimas já falecidas.

Novo interrogatório no dia 3 de dezembro daquele mesmo ano e desta vez foram lidas as acusações de seus denunciadores, omitidos os respectivos nomes e circunstâncias que poderiam identificá-los. Brites completamente indefesa confirmou todas as práticas judaizantes que lhe imputavam, até mesmo aquelas que o próprio Conselho da Inquisição já havia considerado falsas.⁶⁴ A partir daí os interrogatórios se sucederam dia após dia. Confusa e amendrontada confessou-se ao mesmo tempo judia e cristã, cria na divindade de Cristo e praticava costumes da crença judaica. Que mal há nisso? Na verdade, fazia o que sua mãe lhe ensinara e o pouco que aprendeu com o padre: umas orações que rezava quando ia à missa. Por que Cristo ou Moisés? Não entendia a escolha e por isso deixara enfurecidos seus inquisidores com o que lhes parecia dissimulação e heresia.

Só no ano seguinte, em 1º de junho de 1598, interrogaram-na outra vez

⁶³ Brites declarou em outro interrogatório idade diferente. É provável que não soubesse ao certo quanto anos tinha, fato comum naquele tempo.

⁶⁴ "... era o caso da cabeça de boi colocada sobre a cama dos pais". MELLO, J.A. Gonsalves de, *Gente...* op. cit., p. 139.

sobre práticas judaicas, e Brites ia confirmando uma a uma as acusações que os inquisidores enumeravam, mas desconhecia as orações e a doutrina. Nada tinha em sua defesa, nem podia contestar o libelo por escrito - era analfabeta.

Para os inquisidores Brites confessara muito pouco porque não tinha denunciado ninguém. Foi levada, então, à casa do tormento em 31 de dezembro daquele ano e, à vista dos instrumentos de tortura, notificada que não havia falado sobre suas irmãs, denunciou a todas⁶⁵ por práticas judaizantes, excluindo apenas seu irmão Jorge Dias Paz.

.....
"Quero livrar do tempo e sua injúria
Estes claros Irmãos que tanto quero
Mas, tornando outra vez à triste História
Um caso direi digno de memória."⁶⁶

Logo depois, veio o horror. Os inquisidores não ficaram satisfeitos. "A 2 de janeiro de 1599 foi atada à polé⁶⁷ e deixada cair da altura da roldana, que era chamado 'trato esperto'. Ao fim desse trato acrescentou à lista dos denunciados suas sobrinhas Beatriz (filha de Andresa) e Ana (filha de Felipa) e várias outras pessoas. Os inquisidores ainda não se deram por satisfeitos e ameaçaram que "se não acabasse de confessar" haveria de prosseguir o tormento. Ouvido o cirurgião presente, Manuel

⁶⁵Pelo seu depoimento constata-se que Brites solteira, aleijada e mentecapta, nunca pôde ter a sua própria casa, vivendo, depois da morte de sua mãe, um pouco na casa de cada um de seus irmãos. Além das irmãs denunciou a meia-irmã Briolanja, a sobrinha e a nora de sua irmã Violante.

⁶⁶Op. cit., p. 76 (Estância LXXXII). ... *do tempo e sua injúria: esquecimento.*

⁶⁷A polé era um dos instrumentos "de tortura, o mais temido - roldana presa no teto na qual era suspenso o padecente, amarrado pelos pulsos, braços e pernas, de onde deixava-se que despencasse sem chegar ao chão - o tranco nos músculos, dolorosíssimo. A velocidade da descida, classificada em 'trato esperto' ou 'corrido'". Outro instrumento de tortura era o potro, "grade de madeira, com saliências pontiagudas, sobre as quais deita-se de costas o padecente, o pescoço preso num argolão, corpo e membros enrolados com cordas delgadas de maneira que ao mesmo tempo que as cordas apertam os membros, comprimem todo o corpo violentamente contra as pontas do leito (...) A duração estabelecida previamente pelos inquisidores. Existia uma tabela de equiparação para as diferentes aparelhagens". DINES, A., *Vínculos...*, op. cit., p. 1007.

Marinho, este disse que ela poderia sofrer o terceiro trato e assim se fez. Mas pouco teve ela a acrescentar e como o cirurgião tivesse então opinado “que lhe parece não estar a Ré em tempo para se com ela poder continuar mais o tormento, porque tinha levado tudo que podia levar’, foi desatada e levada ao seu cubículo no cárcere”.⁶⁸

“E se determinais a cega fúria
Executar de tão feroz intento
A mim fazei o mal, a mim a injúria,
Fiquem livres os mais de tal tormento
Mas o Senhor que assiste na alta curia
Um mal atalhará tão violento
Dando-nos brando Mar, vento galerno,
Com que vamos no Minho entrar paterno”.⁶⁹

Arrastava-se na fila dos penitentes, parecia ter ainda a juntas esfareladas pelos tormentos recentes. Círio amarelo nas mãos e a seu lado dois homens bem postos, impávidos de orgulho, cumprindo a tarefa pia de escolta dos presos da Inquisição.⁷⁰

⁶⁸ MELLO, A. Gonsalves de. *Gente da...* op. cit., pp. 141 e 142.

“A Inquisição tinha suas regras. Antes de ser torturado o réu era examinado por um médico que avaliava quanto ele poderia suportar, e assinava um papel onde confirmava que, caso ficasse com os membros quebrados ou aleijado, a culpa não era dos inquisidores, mas dele próprio, por ter-se mantido pertinaz e escondido o nome dos cúmplices. Muitos morreram durante a tortura. Após a sentença assinava outro papel, intitulado termo de segredo, onde prometia guardar absoluto sigilo sobre tudo que se passara com ele durante o tempo de sua prisão, sob pena de ser novamente encarcerado. Velhos de oitenta anos, meninos de quinze, jovens de vinte, não importava a idade para se aplicar o tormento. Nos tribunais medievais havia uma norma, de que não se podia repetir a tortura. Na Espanha e em Portugal a segunda e a terceira aplicações do tormento eram consideradas a continuação da primeira”. NOVINSKI, A.W., *A Inquisição...* op. cit., pp. 61 e 62.

⁶⁹ Op. cit., p. 68 (Estância LXVI).

- Galerno: suave, brando, bonançoso

- Minho entrar paterno: chegar a Portugal.

⁷⁰ Eram os familiares: funcionários da Inquisição. “Truque semântico, representante civil da Inquisição, recrutado nos segmentos mais altos da burguesia e aristocracia portuguesas. Rigorosamente selecionados, assim também suas mulheres...” O regimento prescrevia uma série de requisitos: ser cristão-velho, de sangue puro sem raça de mouro e judeu (no Brasil incluíam-se o negro e o índio), que não tivesse sofrido processo no Tribunal, nem tivesse parentes nestas condições, de bom procedimento, abastados, obrigados a guardar segredo com particular cuidado. “Principal função: prender os hereges, em geral à noite, depois conduzi-los ao cárcere (...) Participavam garbosamente dos autos, escoltando os presos. Funcionavam também como agentes inquisitoriais, sobretudo nos rincões mais distantes e menos vigiados. Nas colônias tinham as mesmas atribuições e importância, acrescidos pelo fato de não existir uma elite local (...) Gozavam de regalias, além de poder. Tão disputado foi o título que as várias tentativas de limitar o número de habilitações foram vencidas pela pressão dos interessados e seus padrinhos”. DINES, A., *Vínculos...* op. cit., pp. 1000 e 1001. A respeito das petições dos

Embora abreviado, já que se realizava na Sala da Inquisição nos Estaús por causa da peste que o expulsara das ruas, aquele ritual mantinha a mesma imponência, sem no entanto o concurso do povo (apenas as pessoas mais influentes do clero e da nobreza estavam presentes) que em outras ocasiões apinhava-se curioso, trazendo comida como num piquenique, vestindo sua melhor roupa para assistir ao espetáculo. O ritual ostentava o estandarte da Inquisição que abria caminho para o magestoso cortejo. Seguiam à frente da procissão: primeiro o Arcebispo de Lisboa, ostentando o báculo e a mitra, e depois o clero, no melhor dos paramentos sagrados. Mais atrás vinham os desembargadores do Paço, fidalgos e convidados estrangeiros. Os réus, também divididos por categorias, caminhavam por último e se podiam distinguir os hereges pela cor berrante de seus sambenitos. A primeira ala compunha-se dos que cometeram pecados que não a heresia (sodomitas, bigamos, feiticeiros) e de alguns judaizantes que não vestiam o sambenito, não teriam bens confiscados, nem eram obrigados a abjurar porque suas faltas eram leves.⁷¹ Na hierarquia que o Santo Ofício estabeleceu até para os penitentes, Brites ocupava o lugar na fila daqueles que deveriam abjurar de suas heresias e que teriam, dentre outras penas, seus bens confiscados. Por último vinham os condenados, os que seriam relaxados em carne⁷² e por sua vez, separados entre: os diminutos, os negativos, os relapsos e, por final os pertinazes e os impenitentes. Reconhecera tanta gente conhecida nesta longa fila que se perguntava se iria sobrar

brasileiros que solicitavam o título de familiar do Santo Ofício no mundo dos engenhos ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, CNPq, 1988, p. 276.

⁷¹Ver: NOVINSKY, Anita W., *A Inquisição...*, op. cit.

⁷²Os "relaxados em carne" eram os condenados à pena de morte na fogueira, relaxados, isto é, eram liberados da justiça eclesiástica à justiça secular que referendava a sentença dos inquisidores e a executava, já que a Igreja não podia derramar sangue. Depois da cerimônia do auto-da-fé eles eram encaminhados ao queimadoiro para onde o povo acorria para ver como as almas se salvavam. Ver: NOVINSKY, A.W., *A Inquisição...*, op. cit.

alguém em Olinda a quem pudesse contar um dia, quando voltasse,⁷³ seu infortúnio.

“Olhai o grande gozo e doce glória
Que terei quando, postos em descanso,
Contardes esta larga e triste história
Junto do pátrio lar, seguro e manso
O que vai da batalha a ter vitória,
O que do Mar inchado a um remanso
Isso então haverá de vosso estado
Aos males que tiverdes já passado”⁷⁴

Também ... quem iria querer saber de sua desdita? Muito pouca gente falava com ela. Só mesmo o Santo Ofício quis ouvi-la e à custa de tanto tormento! - obrigando-a a repetir aquilo que nem ao certo sabia. Da última vez, um pouco antes do auto-da-fé, no dia 8 de janeiro, “foi chamada a ratificar as denúncias que fizera na sala do tormento, o que ela fez. No dia 11 o Tribunal, em acórdão, decidiu que, como a Ré confessou suas culpas e as da mãe Branca Dias, como autora do seu judaísmo, e as denúncias que deixou de fazer foram purgadas pelo tormento, fosse ela recebida à reconciliação da Igreja e se lhe impusessem cárcere e hábito perpétuo e fosse ao auto-de-fé e nele fizesse abjuração em forma, incorrendo em sentença de excomunhão maior e confisco de bens”⁷⁵.

Que Brites Fernandes era “falta de juízo”, era a opinião unânime dos moradores de Olinda - coisa que o Santo Ofício só procurou comprovar, apesar do requerimento de seu irmão Jorge Dias Paz em 1595, depois do processo estar quase encerrado: depois dos interrogatórios, do tormento, da condenação e do auto-da-fé. Para isso passou a ouvir em 1601 testemunhas importantes em Olinda, notórios cristãos-

⁷³Brites nunca mais voltou ao Brasil.

⁷⁴Op. cit., p. 65 (Estância LX). ... mar inchado: mar agitado.

⁷⁵MELLO, J.A. Gonsalves de. *Gente...*, op. cit., p. 142.

velhos que com ela tivessem convivido. A primeira delas, figura proeminente da história de Recife, “Antônio Vaz, cavaleiro da casa real, cristão-velho de 53 anos que declarou que ela ‘era tida por mentecapta e nunca lhe viu governar a fazenda nem reger casa, antes andou sempre por casas das irmãs (...) e que tem dúvida em falar verdade a dita Beatriz em seus ditos, por ser, como dito tem, de pouco juízo e isto sabe ele testemunha por ir muitas vezes à casa de sua mãe no tempo em que estava em Camaragibe...’ ”⁷⁶. A segunda testemunha “foi o Padre Pedro Cabral, de 53 anos, pouco mais ou menos, que disse conhecer Brites há mais de 30 anos e que ela ‘nunca casou por não ser capaz, por ser tola’ e chegara a ter por curador a Antônio Barbalho, seu cunhado, defunto (...) ‘que nunca viu a dita Brites Fernandes fazer doudice alguma, atirando pedradas ou outras cousas semelhantes, mas sabe que era de pouco entendimento e como tal não era tratada nem visitada de alguma pessoa’ ”. Seguiu-se o testemunho de “Francisco Álvares Viegas, moço da câmara de Sua Magestade e Escrivão dos órfãos em Pernambuco [que] disse que ela ‘era tonta e de pouco entendimento’ e nunca casara, ‘casando todas as mais suas irmãs desta Capitania muito bem e quase todas com homens do governo da terra e cristãos-velhos’ ”. E mais outra testemunha, “o ouvidor de Pernambuco Jorge Camelo, cavaleiro-fidalgo da casa real, de 56 anos [que] afirmou ‘não saber que a dita Brites Fernandes fosse doida, que tirasse com pedras à gente, mas era de pouco entendimento’ e como ‘era muito tola não sabe se saberia bem testemunhar no que lhe fosse perguntado’ ”.⁷⁷ Testemunhou “Pero Gonçalves, senhor do Engenho Santiago, cristão-velho, 55 anos, do governo desta Capitania, que disse conhecê-la há mais de 30 anos e que ‘a causa de não casar sempre ouviu que era por ser ela mal assisada e que por esse respeito não houve pessoa que quisesse casar com ela’ e que ‘todas as mais irmãs

⁷⁶Idem, p. 143.

⁷⁷Idem, ibidem.

casaram, as mais delas com cristãos-velhos e homens honrados e todas elas grangearam suas casas, perfeitas, honrados' ”.⁷⁸

Talvez todos estes testemunhos só tenham servido mesmo para que Brites “já muito velha e muito aleijada”, quase cega e desvalida, padecendo de necessidades, pedisse um pouco de clemência a seus inquisidores, o que obteve, assim mesmo dois anos depois, em 15 de março de 1604, quando foi suspensa sua penitência, “continuando proibida de sair do Reino”.⁷⁹

.....
“Da fome e da sede o rigor passando,
E outras faltas em fim dificultosas
Convem-vos adquirir ua força nova
Que o fim as cousas examina e prova.”⁸⁰

Porém, nada do que disseram as testemunhas sobre o juízo de Brites mudou o destino das irmãs e sobrinhas por ela denunciadas e, algumas delas, também pelo poeta Bento Teixeira. Foram presas em Olinda logo após aquele dia da tortura de Brites e enviadas ao cárcere dos Estaús em Lisboa, em dezembro de 1599. Sofreram todas o tormento e passaram pelo mesmo auto-da-fé, em 10 de abril de 1603.

E o poeta, Bento Teixeira, “mestre de ensinar os moços o latim, e ler, e escrever, e aritmética”,⁸¹ autor da *Prosopopéia*, que chamou de poemeto, um dos primeiros letrados que aqui fixaram residência, o “narrador” escolhido (e contemporâneo) desta história, qual teria sido o seu destino? Condenado a abjurar de suas heresias no mesmo auto-da-fé em que estava Brites Fernandes, à prisão e ao uso do

⁷⁸Idem, pp. 143 e 144.

⁷⁹Idem, p. 142.

⁸⁰Op. cit., p. 64 (Estância, LIX).

⁸¹A escola de primeira letras, aritmética e latinidade de Bento Teixeira e o pensionato de meninas de Branca Dias estão entre os primeiros estabelecimentos seculares de ensino no Brasil, que se tem notícia.

hábito perpétuo, obteve logo após licença para viver fora do cárcere. Já estava, nesta época, muito doente do pulmão “e começou a escarrar sangue, de acordo com o atestado de um médico, J. Pinheiro, datado de 9 de abril de 1600. Morreu em fins de julho de 1600”⁸².

“Mas, enquanto te dão a sepultura
Contemplo a tua Olinda celerada,
Cuberta de fúnebre vestidura
Inculta, sem feição, descabelada.
Quero-a deixar chorar morte tão dura
‘Té que seja de [Bento]⁸³ consolada,
Que por ti na Ulissea fica em pranto,
Em quanto me disponho a novo Canto.”⁸⁴

Brites, a filha mais velha, pagou por sua mãe Branca Dias, já morta muito antes da chegada do visitador do Santo Ofício. Mas a fama que ficou na boca do povo, a lenda da heroína falsamente histórica, a primeira brasileira queimada pela Inquisição, foi a de Branca Dias. Muito se escreveu sobre ela; textos tanto literários como históricos. Rodolpho Garcia nos fala de um drama histórico, escrito no século XIX por uma autora pernambucana, em que a heroína aparece como Branca Dias dos Apipucos. “De Pernambuco a lenda transportou-se à Paraíba. É ainda uma Branca Dias que a Inquisição persegue, ora em princípios do século XVII, ora em pleno século XVIII”⁸⁵. Mais recentemente, na década de 60, Dias Gomes escreveu a peça teatral “O Santo

⁸²*Prosopopéia*, op. cit., Introdução de Celso Cunha e Carlos Durval, p. 11.

⁸³Nesta estância foi substituído o nome de Jorge (Jorge de Albuquerque Coelho), a quem o poemeto é dedicado, pelo nome de Bento. Assim o próprio autor descreve a dor de Olinda pela perda de seu poeta e professor.

⁸⁴Op. cit., p. 79 (Estância XCI).

⁸⁵GARCIA, Rodolpho. In: *Denúncias...*, op. cit., p. XXV.

Inquérito”,⁸⁶ sobre a história de uma Branca Dias lendária da Paraíba, várias vezes encenada e que se tornou bastante conhecida. No prefácio o autor, embora apresente as versões de Nelson Werneck Sodré e Viriato Correia que contradizem a lenda, confessa-se, como teatrólogo, pouco interessado na verdade histórica, mas sim nas ilações que se podem tirar da lenda. E em nossos dias, mais exatamente em 1993, José Joffily⁸⁷ insiste na existência da paraibana Branca Dias, queimada pela Inquisição, sem contudo apresentar qualquer prova histórica.

E Brites Fernandes? Embora encoberta pela lenda de Branca Dias, sua história foi resgatada graças à pesquisa de José Antônio Gonsalves de Mello.⁸⁸ Mesmo assim, ela ainda pertence ao lado nublado, sem brilho e sem grandeza porque a história é sempre mais mesquinha que a lenda. Como desencadeadora da tragédia dos descendentes de Branca Dias, Brites Fernandes, uma das primeiras vítimas da Inquisição no Brasil, não é sequer citada por Sonia Siqueira no relato que faz das visitas e das ações do Santo Ofício na Colônia em seu livro *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*.⁸⁹ Tampouco, ao descrever as confissões e as delações que Bento Teixeira faz na prisão, Luiz Roberto Alves, em *Confissão, poesia e Inquisição*⁹⁰, cita seu nome. Dentre os denunciados o autor prefere mencionar Violante, uma de suas irmãs.

É ainda o poeta quem nos elucida sobre a sorte infame:

“De que servem proezas e façanhas
E tentar o rigor da sorte dura

⁸⁶GOMES, Dias. *O Santo inquérito*. Rio de Janeiro. Ediouro, 1992. “Diz a lenda que, em noites de plenilúnio, quando o nordeste sopra na copa das árvores, Branca desliza pelas ruas silenciosas da capital paraibana e vai visitar o noivo prisioneiro e torturado nos subterrâneos do Convento de São Francisco” (p. 17).

⁸⁷JOFFILY, José. *Nos tempos de Branca Dias*. Londrina, Pé Vermelho, 1993.

⁸⁸Op. cit.

⁸⁹Op. cit.. Na p. 301 cita nominalmente, quinze processos de suspeita de judaísmo na 1ª visita cujos acusados foram enviados à Lisboa. Brites não é mencionada.

⁹⁰Op. cit.

Que aproveita correr terras estranhas
Pois faz um torpe fim a fama escura?⁹¹

.....

Sobre a história de Brites não se fizeram lendas, não se lhe inventaram um destino de martírio na fogueira. Sobrou-lhe apenas a “fama escura” no dizer do poeta. Não foi uma rebelde contra o domínio do Santo Ofício, nem uma vitoriosa como Ester, heroína da gente da Nação. Canhestra e mal vista, denunciada pelos inimigos de sua família, resistiu o quanto pôde para não delatar ninguém. Mesmo velha, tola e aleijada sofreu o trato esperto da polé. Foi deste modo que pela primeira vez alguém parou para ouvir o que ela tinha a dizer. Já o poeta...

Cansado de sua tarefa de narrador, ele encerrará esta história. Descansa sua pena sobre a mesa e respira aliviado:

“Não mais, espírito meu, que estou cansado,
Deste difuso, largo e triste Canto,
Que o mais será de mim depois cantado
Per tal amodo, que cause ao mundo espanto.”⁹²

.....

3. *Brites: personagem do controle inquisitorial*

Por que os inquisidores não levaram em consideração a carta do irmão de Brites, no momento de sua prisão, manifestando como defesa a “fraqueza de entendimento” da irmã? Por que só após o término do processo resolveram mandar averiguar e confrontar os depoimentos? Seria a intenção inquisitorial perseguir as figuras aberrantes dos loucos, dos fracos de juízo e dos aleijados por julgá-los

⁹¹Op., cit., p. 67 (Estância LXIV).

⁹²Idem, p. 79 (Estância XCII).

endemoninhados? Nada autoriza uma resposta afirmativa a esta questão. O que se pode observar é que pela estranha lógica do Santo Ofício, primeiro se extraem as confissões e as denúncias e, depois da condenação, comprova-se a sua veracidade. “O fato de a testemunha ser mentecapta teria importância secundária em relação ao que ela poderia revelar acerca de crenças e práticas e dos seus cúmplices se os tivesse”, afirma J.A. Gonsalves de Mello.⁹³ Segundo este autor, o que os inquisidores buscavam, através da prisão e da tortura de Brites, era verificar a existência de um núcleo de judaísmo em Pernambuco e que teria que ser naquela oportunidade, desmantelado. Tanto que nem a evidência dos testemunhos de pessoas eminentes a favor das denunciadas por Brites evitou o sofrimento destas.

Por outro lado, (e embora não invalide a hipótese do núcleo judaizante de Camaragibe) o visitador Heitor Furtado de Mendonça andou cometendo alguns excessos, assim considerados pelo Conselho de Lisboa, porque enviou à Portugal presos por culpas muito leves e por isso foi-lhe expedida ordem para que retornasse ao Reino. Parece que, exorbitando de suas atribuições, mandou realizar autos-da-fé em Olinda,⁹⁴ em 1594 e 1595, que não tinham, contudo, as dimensões dos de Lisboa, porque no Brasil não existiam grandes metrópoles.⁹⁵

É verdade que Brites Fernandes era portadora de muitos estigmas.⁹⁶ Era “Alcorcovada” e este era o seu apelido e seu estigma mais óbvio. Como mentecapta ou fraca de entendimento, deveria ter comportamentos e expressões faciais que justificassem

⁹³ *Gente da...*, op. cit., p. 144.

⁹⁴ Num destes autos-de-fé, José um mulato escravo foi açoitado em praça pública porque se ofereceu ao diabo. Reicindindo na blasfêmia foi enviado aos Estaús e condenado às galés.

⁹⁵ A administração portuguesa não criou cidades no Brasil (como fez a Espanha em suas colônias), mas núcleos populacionais comparativamente pequenos e dispersos pelo território.

⁹⁶ O termo estigma está sendo usado significando uma marca corporal negativa que distinguia Brites Fernandes das demais pessoas não possuidoras destas mesmas marcas. Nada a ver com os novos sentidos que a norma médica introduziu no termo no século XIX, ou com a análise sociológica de

as inúmeras observações que constam no registro de seu processo. Curioso é o discernimento que os testemunhos fazem entre a “doidice” e a “tolice”. Brites era tola, mas não era doida porque “não atirava pedras à gente ou outras coisas semelhantes”. Esta condição não era um agravante para o Santo Ofício, que não a considerou endemoninhada ou herege por isso. Ao contrário, a intenção dos testemunhos de defesa era a de invalidar seus depoimentos e atenuar suas penas sob a alegação de “falta de juízo”.

Para Isaiás Pessoti, em seu livro *Deficiência mental: da superstição à ciência*, “é quase um lugar-comum afirmar-se que a Inquisição católica sacrificou como hereges ou endemoninhados milhões ou centenas de milhares de pessoas entre elas loucos, adivinhos e deficientes mentais ou amentes, embora seja escassa a documentação disponível e segura que fundamenta acusação tamanha, na opinião confiável de Kamen”.⁹⁷ Portanto, parece que são apenas suposições. Pelo menos quanto à Inquisição Portuguesa, e em especial às suas visitas e fiscalizações na Colônia, não há qualquer registro entre os vários especialistas pesquisados, de que tenha ocorrido perseguição aos loucos e mentecaptos, em função desta condição reconhecida pelo povo e pelas autoridades eclesiásticas. Na verdade, eles só serão perseguidos bem mais tarde, no final do século XIX, como alvos das sanções normalizadoras da vigilância médica que neles identificará o risco da degeneração da raça⁹⁸ e o perigo de suas tendências para o crime -

Erving GOFFMAN, em seu livro *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

⁹⁷PESSOTTI, Isaiás. *Deficiência mental: da superstição à ciência*, São Paulo, T.A. Queiroz, EPUSP, 1984, p. 7.

A respeito do autor citado (KAMEN, H., *A Inquisição na Espanha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966), Pessotti não menciona a página da referida opinião.

⁹⁸Para a medicina do século XIX, por exemplo, a família de Brites seria considerada degenerada: uma tia (irmã da mãe) mentecapta, um irmão que nascera sem braços e ela própria, aleijada e fraca de juízo. Por sua vez, o movimento eugênico do século XX proporia a esterilização de seus membros. Se tivesse nascido na Alemanha, a partir de 1939, Brites poderia ter sido exterminada num dos hospitais psiquiátricos. (Este assunto será apresentado mais adiante).

a grande justificativa para que, encontrados nas ruas, sejam internados nos asilos, encaminhados quase sem exceção pela polícia. Mas, a visão continuista de Pessotti, que se utiliza dos critérios de uma época recente para julgar outra mais remota, insiste em afirmar que os “deficientes mentais” teriam sido perseguidos também por seu “notório desregramento erótico”.⁹⁹ Ora, sadoemia, molície (tanto quanto as blasfêmias, heresias e feitiçarias) não eram identificadas naquela época como peculiares àquelas pessoas. Talvez fossem vistas com desconfiança, tal como os cristãos-novos e os gentios (índios e negros). Porém isto não significa que a Inquisição Portuguesa houvesse tido uma predileção por persegui-las, ou que, ao contrário, por não estar especialmente preocupada com elas, talvez tivesse sido mais benevolente que a Inquisição Medieval. Anita Novinsky desmente esta hipótese e nos relata a truculência dessa instituição moderna: “A Inquisição ibérica ultrapassou de longe a crueldade e intensidade da Inquisição papal na Idade Média. Foi estabelecida com autorização do papa, mas seu idealizador foi o rei, com o objetivo principal não de resolver um problema aparentemente religioso, mas social. Não restam dúvidas de que desde seu início a Inquisição respondeu a imperativos políticos”.¹⁰⁰ E mais: “Considerando as proporções do território português, podemos dizer que a Inquisição lusitana ultrapassou em ferocidade e violência a Inquisição espanhola, contrariamente ao que se tem escrito”.¹⁰¹

O caso de Brites é exemplar: nem a idade, a falta de entendimento ou o aleijão amenizaram-lhe as sessões na polé. Pelo que consta dos registros do seu processo, na pesquisa de J.A. Gonsalves de Mello, as denúncias recaíram contra ela porque seus pais Branca Dias e Diogo Fernandes (nomes mais frequentemente citados no livro das *Denúncias de Pernambuco*) já eram falecidos quando da chegada do

⁹⁹Idem, p. 8.

¹⁰⁰A Inquisição.... op. cit., pp. 31 e 32.

¹⁰¹Idem, p. 36.

visitador e seus irmãos eram crianças pequenas na época a que as denúncias se reportavam. Brites mais velha e mais fraca deveria ser uma boa fonte de informação para os inquisidores. Por outro lado, parece que não estavam unicamente preocupados com os cristãos-novos e que talvez estes nem mesmo fossem os alvos prediletos do controle inquisitorial no Brasil, nas primeiras visitas. Segundo o levantamento feito em 179 processos das visitas de 1591 e 1618, Sonia Siqueira constata “128 de cristãos-velhos, 39 de cristãos-novos, 11 mestiços (que não declararam a condição de sua crença) e 1 mourisco. Curioso o número de cristãos-velhos ser superior ao dos cristãos-novos. Curioso também que apenas 17 processos tenham se instaurado por judaísmo. Isto vem ajudar a desfazer um dos muitos lugares-comuns que vigem sobre a Inquisição: ter sido ela um Tribunal montado para perseguir os judeus”.¹⁰² Resta, todavia, indagar sobre quem incidiam as penas mais severas e com mais freqüência, dados que a autora não esclarece.¹⁰³

Se por um lado o Santo Ofício nunca esteve, pelo menos no Brasil, particularmente interessado em perseguir os mentecaptos e as pessoas consideradas defeituosas, por outro não se mostrava menos rigoroso nos castigos aplicados, aliviando

¹⁰² *A Inquisição portuguesa...*, op. cit., p. 300.

A afirmação da autora está restrita aos objetivos inquisitoriais na Colônia.

¹⁰³ Embora Sônia Siqueira não apresente números, ela descreve casos sobre quem recebia penas mais severas (op. cit., pp. 369 e 376-7). Emanuel Araújo, citando a autora, faz a seguinte análise: A justiça no Brasil nunca foi cega, nem mesmo a “todo poderosa Inquisição estava incólume ao prestígio social dos poderosos (...) Só o poder econômico ligado a interesses políticos (...) explica o fato de que no Brasil não se tenha instalado um tribunal permanente do Santo Ofício (...) ...o Brasil fornece relativamente poucos judeus e cristãos-novos à pena capital. Entenda-se: ainda que estupidamente discriminados pelo preconceito racial, eles dominavam boa parte da engrenagem produtiva da Colônia (...) Eram úteis o suficiente para que o Estado os tolerasse e a Igreja os perdoasse (...) Isso não significa (...) que comerciantes, médicos, advogados, funcionários etc deixassem de ser perseguidos e presos, com o confisco de bens. Afinal o Tesouro real estava sempre em aperto”. (*Teatro dos...*, op. cit., p. 385-6) Culpas idênticas, ou até mais graves, recebiam penas leves ou mesmo absolvição se o réu fosse rico.

suas culpas em face dessa condição. Uma pesquisa no levantamento feito por Dines¹⁰⁴ revela alguns casos curiosos ocorrido com essas pessoas.

No Rio de Janeiro do século XVIII, numa família de homens pardos da nação de cristãos-novos ocorre um crime. Inácia de Paredes, sobrinha postíça de um padre chamado Francisco Paredes, filha adotiva de sua irmã, foi assassinada pelo padrasto, o senhor de engenho João Afonso de Oliveira, com o consentimento da madrasta. “Santo Deus, por que? Um parente estúpido e débil-mental, Rodrigo Mendes Paredes, procurou desonestar-se com a enjeitada. Furioso com o desacato à sua casa, João Afonso esfaqueou os dois: o atrevido escapou, sorte que não teve a enjeitada”.¹⁰⁵ Como o Tribunal da Inquisição ignora os crimes comuns,¹⁰⁶ ambos (o assassino e a vítima do atentado) são recolhidos ao cárcere de Lisboa por práticas judaizantes. Rodrigo Mendes Paredes, filho de Manuel Paredes da Costa e que “só servia para guardar as ovelhas do pai”, tido entre os cristãos-novos do Rio de Janeiro como mentecapto, foi “apresentado pelo alcaide do cárcere como descarado, rude e grosseiro” (...) “Seu comportamento levou um dos inquisidores a propor invulgarmente que não fosse ao auto-da-fé pública, mas à Mesa, ‘absulto in cautelam’ (Tombo 7888)”.¹⁰⁷

Era realmente um procedimento invulgar já que o Santo Ofício não aliviava nem os octogenários, como no caso de Ana Rodrigues, vítima da primeira visitação, enviada à Lisboa e falecida no cárcere. Mesmo assim foi relaxada em efigie,¹⁰⁸ teve seus ossos queimados e a memória condenada.¹⁰⁹

¹⁰⁴*Vínculos...*, op. cit.

¹⁰⁵*Idem.* pp. 553 e 555.

¹⁰⁶Vide o caso do poeta Bento Teixeira que assassinou sua mulher e só foi preso por judaizar.

¹⁰⁷*Idem.* p. 554.

¹⁰⁸O relaxado em estátua ou em efigie era “o condenado fora do alcance da Inquisição, executado simbolicamente com a queima de um boneco que o representa”. DINES, A., *Vínculos...*, op. cit., p. 1009.

¹⁰⁹Ver: *Idem.* p. 187.

Há notícias também de cegos e de um surdo nos Estaús. Embora não se tenha feito ainda pesquisa exaustiva a esse respeito nos arquivos do Santo Ofício, Dines nos relata três casos que, com excessão do primeiro, sobre o qual consta apenas uma menção, são com certeza cristãos-novos.

O primeiro é de um cego (anônimo no relato de Dines), não se sabe acusado de que, companheiro de cárcere de Rodrigues del Canho (rico mercador de chocolate), que grita quando ouve o barulho de sangue jorrando numa bacia - era o mercador que cortara a própria goela na prisão.¹¹⁰ Outro cego é "Jerônimo de Faria, parte de cristão-novo, cinqüenta anos, cego há trinta, preso no mesmo dia em que Lisboa celebrou a monumental reabertura da Inquisição."¹¹¹ Ficou apenas um ano, com a inesquecível meia hora na sala dos tormentos".¹¹² Não teve melhor sorte o surdo (que hoje chamaríamos vulgarmente de "duro-de-ouvido") Francisco Mendes Simões, 47 anos, meio cristão-novo, salvo da morte por um "milagre", no século XVIII. No cárcere "pretende o privilégio da surdez (...) não pode ter ouvido as declarações de judaísmo que seus inimigos dizem ter feito nem pode respondê-las, conforme lhe imputam. Francisco Mendes Simões só percebia quando lhe falavam em voz alta e os encontros judaicos sempre dão-se em voz baixa. Bela família: filho surdo, mãe vesga, por isso a chamam de torta, almas podres".¹¹³ Francisco foi denunciado pela própria mãe que também

¹¹⁰Ver: Idem, p. 329.

¹¹¹Anita Novinsky nos conta: o "papa mandou suspender o funcionamento da Inquisição, e de 1674 até 1681 suas funções estiveram interrompidas. Mas o casamento do príncipe D. Pedro entra em cena. Para os festejos havia necessidade de dinheiro e a nobreza e o clero suplicam ao papa que permita o restabelecimento da Inquisição para que o confisco dos bens dos novos presos possa cobrir os gastos necessários para as bodas (...) o sumo pontífice deixou convencer, e em 22 de agosto de 1681 o Tribunal português reiniciou suas atividades". *A Inquisição...* op. cit., p. 41.

¹¹²DINES, A., *Ínculos...* op. cit., p. 345.

¹¹³Idem, p. 791.

amargou as agruras da prisão. Mesmo tão surdo quanto ele alegava, era mestre-escola¹¹⁴ de uma escola de meninos na rua Dr. Clemente Martins, atual rua São Clemente, em Botafogo. Na Sala da Inquisição ocorre o “milagre, obra da acústica... ou graças à poderosa voz dos inquisidores, ou ainda, quem sabe, porque Deus Nosso Senhor desentope seus tímpanos...”.¹¹⁵ Francisco ouve sua condenação à morte e resolve confessar suas práticas judaicas, incriminando vinte e sete pessoas. O “milagre” livrou-o da morte, não dos cinco anos nas galés...

4. *A Inquisição e a Colônia*

A Inquisição no Brasil desenvolveu uma forma de controle dos comportamentos, uma vigilância que, à diferença da medicina dos séculos XIX e XX, não se deu pelas observações clínicas, pelas “confissões” nas entrevistas de anamnese, pelas classificações dos diagnósticos ou pelas recomendações de ordem profilática (higiênicas ou eugênicas), mas que, à sua maneira através das denúncias, confissões, inquéritos, tormentos e penitências, esquadrinhou os hábitos da população brasileira a partir do final do século XVI e, de certa forma, acalentou o mesmo sonho de impor-lhe uma ordem moral, embora com objetivos políticos diferentes. Como diria Foucault, uma “tecnologia da alma”¹¹⁶ que mesmo desprezando o corpo, através de um tipo de intervenção sobre ele, produzia o estreito universo religioso das consciências regidas pelo pecado e pela salvação, onde os comportamentos se faziam públicos e as

¹¹⁴Ser mestre de primeiras letras no Brasil-Colônia era uma tarefa a que só se entregavam as pessoas que não podiam fazer mais nada na vida (situação que não parece ser muito diferente hoje em dia...). Ver: SILVA, Maria Beatriz Mizza da, *Cultura no Brasil-Colônia*, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 121 e 122.

¹¹⁵*Vínculos...*, op. cit., p. 793.

¹¹⁶Ver: FOUCAULT, M., *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.

subjetividades inteiramente destituídas de certos requintes, das profundezas abissais dos instintos e de segredos insondáveis, como foi a invenção do mundo interno do homem do século XIX. Nada a ver com uma individualidade, uma interioridade, a valorização do corpo, da saúde e do familiarismo que se produziram por práticas higienistas, psiquiátricas e eugenistas. Nada a ver também com uma intimidade ou uma psiquê marcada pelos traços inevitáveis da hereditariedade e, mais tarde, pelos meandros de um inconsciente cujos significados se perdem de qualquer interpretação. Inversão da fórmula de J.A. do Amaral Lapa: “O homem colonial com seu vasto interior e muitas vezes, o seu pequeno mundo exterior”.¹¹⁷ Uma “medicina da alma”, bem mais severa que a dos jesuítas, para a qual a cura definitiva só poderia se dar pela salvação do fogo eterno do inferno, nem que para isso o remédio tivesse que ser a penitência máxima pela destruição do corpo insano nas chamas do fogo terreno, ou a sua correção pelas mortificações do tormento, do açoite, do desterro, da execração pública, da excomunhão e do confisco de bens.

Mas, a despeito do catálogo dos inquisidores portugueses, a Colônia, esta vasta terra de gente tão solta e tão dispersa, tinha seus pecados originais. Mesmo a população branca era na sua imensa maioria analfabeta e pouco instruída nas coisas da religião, e deixava-se misturar os corpos e as consciências com o gentio. A mistura era inevitável e se deu logo após o descobrimento, ou antes porque os portugueses já eram um povo mestiço. Nunca se blasfemou tanto como na Colônia - insultos à virgem, aos santos, a Deus, aos sacramentos, além das distorções das práticas religiosas e litúrgicas. Como a instrução das primeiras letras e da religião resumia-se a ação de uns poucos padres, assim também a circulação de livros proibidos era praticamente nula. Sonia

¹¹⁷ *Livro da visitação... Grão Pará*, op. cit., p. 78.

Siqueira¹¹⁸ constata que, nas duas primeiras visitas do Santo Ofício ao Brasil, a maior frequência das culpas confessadas, dentre 283 arroladas, foi a blasfêmia, com uma percentagem de 22,54%. A seguir vem a sodomia (praticada entre homens, entre homens e mulheres e entre mulheres)¹¹⁹ com 18,13%, a distorção das práticas litúrgicas com 11,27%. Seguem-se as práticas de judaísmo com 8,22% e as gentilidades com 7,35%. Mas não eram nestas faltas que consistia a originalidade da Colônia. Muito mais raras no Reino do que aqui, era a complacência da população com as fornicções com mulher solteira, com mulher paga, a quebra do sigilo inquisitorial, a ousadia em obstar os trabalhadores do Santo Ofício, como o atentado que primeiro visitador Heitor Furtado de Mendonça sofreu na Bahia. E ainda as faltas mais autóctones: as práticas gentílicas (... dos índios e dos africanos) e o fornecimento de armas aos índios que fossem inimigos dos cristãos.

Parece, contudo, que nem sempre o processo inquisitorial produzia o esperado temor entre os nativos. José de Anchieta nos relata a irreverência dos mamelucos de Santo André da Borda do Campo, em carta à Inácio de Loyola:

“Outro irmão do mesmo mameluco advertindo-se que se tivesse cuidado com a Santa Inquisição por seguir alguns costumes gentílicos, respondeu que vararia com flexas duas inquisições. E são cristãos, nascidos de pai cristão, que sendo espinho não pode produzir uvas.”¹²⁰

De início, a Colônia era o reino da exclusão.¹²¹ Aqui desaguavam-se os degredados, hereges, ciganos, prostitutas, feiticeiras, cristãos-novos fugidos da

¹¹⁸Ver: *A Inquisição portuguesa...*, op. cit., p. 228 e ss.

¹¹⁹Sodomia era a denominação dada ao que hoje chamamos de relações homossexuais masculinas e femininas, e à relação anal heterossexual.

¹²⁰*Cartas dos primeiros jesuítas*, II, p. 115. *Apud* SIQUEIRA, Sonia, *A Inquisição portuguesa...*, op. cit., p. 277.

¹²¹O tema da exclusão será tratado no Capítulo IV.

perseguição inquisitorial, aventureiros de toda a espécie que se misturaram os índios e aos negros, produzindo um universo ambíguo, cheio de nuances, de crenças e costumes. Com exceção dos jesuítas, Portugal pouca importância dava ao que por aqui pudesse acontecer. Mais preocupado com o comércio das Índias, a parca população de uma terra sem ouro nem prata teria que dar conta do seu próprio destino. Mas, logo pulularam as diferenças que escapavam ao esforço catequético dos jesuítas. Um mundo de sincretismos e licenciosidades, que reinventou a escravidão e convivia com a Igreja reformada que identificava o sexo ao demônio, não poderia escapar, cedo ou tarde, da vigilância do Reino, sobretudo da vigilância para-estatal da Inquisição, ou dos juízos eclesiásticos, constituídos pelos Bispos e pelos Comissários do Santo Ofício e que funcionavam fora das visitas.¹²²

A cópia estava escapando do modelo. Era preciso desmanchar a heterogeneidade: uma estranha mistura de paganismo europeu e práticas mágicas dos gentios, entre a rigidez de costumes imposta sobretudo às mulheres brancas e as mais diversas formas de fornicção disseminadas na população. A Inquisição mexeu com a vida da Colônia, não a ponto de instalar aqui um tribunal permanente, como aconteceu na América Espanhola. Não a ponto de conseguir purificar as crenças, curar as almas do afrouxamento dos costumes sexuais e religiosos. Sob este ponto de vista fracassou frente ao inelutável sincretismo e à resistência dos costumes dos gentios. Aliás, a ação inquisitorial foi intermitente e, de certa forma adaptada à realidade da Colônia. Mas, transplantou para cá seus procedimentos de vigilância, ameaça e obediência, sendo a confissão (conseqüência ou não da tortura) o seu principal dispositivo.

¹²²Ver: SIQUEIRA, Sonia, *A Inquisição portuguesa...*, op. cit., p. 299.

5. Confissão: *sexo anormal dos anormais*

Instituída como obrigatória para todo o cristão pelo Concílio de Latrão em 1215,¹²³ a confissão foi utilizada pelos tribunais do Santo Ofício como meio de obter informações do indivíduo (que às vezes forçosamente delatava seus cúmplices) por ele mesmo. Trata-se de uma forma de reconhecimento do próprio de seus atos e pensamentos, um ritual individualizado que produz efeitos não em quem ouve, mas em quem fala: ele poderá ser perdoado, pagar penitência, ser purificado de seus pecados, ter a consciência aliviada e a alma salva do inferno. Essencialmente reflexivo, o ritual da confissão é sigiloso, reservado aos ministros de Deus, supremo juiz das faltas cometidas. Contudo, ao contrário do que se declara num simples confissionário de igreja, a confissão à mesa inquisitorial, apesar de considerada segredo inviolável de sacramento, era minuciosamente registrada. É que a Inquisição estava acima do sigilo sacramental quando decidia se o relato de uma confissão poderia implicar em perigo para a união da cristandade a disseminação da erva daninha dos pecados contra a fé, que colocava em risco a salvação das almas - daí a publicação das culpas e das penas e a exaltação às delações. O zelo da fé e a vigilância sobre o pecado eram incumbências de um tribunal que visava não somente a salvação das almas individuais (tarefa de qualquer vigário de paróquia), mas a preservação coletiva das tradições, das crenças e dos costumes cristãos. Junto com as denúncias, também sigilosas até para os acusados (não por motivo de

¹²³“Ao contrário do que se pensa usualmente, nem sempre a confissão existiu entre os cristãos: não enquanto sacramental e obrigatória e não enquanto confissão privada do fiel ao padre. Na verdade a confissão católica - obrigatória uma vez por ano apenas a partir do século XIII - só veio a ganhar seu contorno sacramental contemporâneo no Concílio de Trento (1545-1563). Nesta ocasião ela foi definida como derivada do direito divino, isto é, instituída pelo próprio Cristo” (ALMEIDA, Angela Mendes de. *O gosto do pecado - casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992, p. 11).

sacramento, mas um ardil de eficiência das perseguições), as confissões formavam os processos, uma incalculável papelada, que hoje se encontra nos arquivos da Torre do Tombo, em Portugal. Confissões que eram guardadas sob segredo agora revelam, além das formas de vida daquela época, os métodos de se conhecer a verdade sobre os indivíduos. Nos catálogos inquisitoriais as técnicas para se produzir esta verdade culminavam na confissão - todo o resto (prisão, interrogatório e tormento) eram passos para obtê-la. Só ela poderia reconciliar o confitente ou, se considerada insincera com omissão de denúncias de outros culpados, excluí-lo para sempre do seio da Igreja. Só ela poderia abreviar o processo das culpas ou mesmo evitá-lo. De tal sorte que, se o confitente se apresentasse à mesa no "tempo da graça", marcado nos editais divulgados pelos visitantes, estaria livre do confisco de bens, do tormento e da morte. Segredo sacramental violado no momento do seu registro, porque criava a possibilidade de ser lido por outrem (que não os confessores), talvez por ter sido um mecanismo de poder muito mais estatal do que religioso.¹²⁴ Por isso, esses mesmos registros nos revelam que nenhuma confissão foi espontânea, nem mesmo as que se fizeram sem denúncias, longe dos interrogatórios, das prisões e das torturas. Elas foram pronunciadas sob as ameaças: do castigo físico das penitências, da execração pública e da excomunhão. A obrigatoriedade do exame de consciência, ao lado das informações necessárias à manutenção de uma ordem, produzia também as certezas sobre si mesmo, confirmadas por quem as ouve, julga, pune, perdoa e reconcilia.

A confissão, como mecanismo de extração da verdade, foi além dos objetivos imediatos a que se propunha: a vigilância, a correção dos costumes e a salvação das almas da Colônia. Michel Foucault nos fala sobre suas marcas deixadas no

¹²⁴Sobre as diferenças entre a confissão sacramental e a confissão judicial ver: LIMA, Lana Lage da Gama, *Aprisionando o desejo - confissão e sexualidade*. In: *História e sexualidade no Brasil*, Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp. 67 e 88.

Ocidente, o que é particularmente válido para o Brasil: “A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se - ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta quando ela se esquiva: gêmeos sinistros.¹²⁵ Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confitente”.¹²⁶

Se a extração da verdade de um confitente a rigor nunca era espontânea, o mesmo se pode dizer das verdades que surgiam do paciente submetido ao interrogatório médico. A propósito dos meios para se chegar ao diagnóstico da alienação mental, Manoel Antônio Dias de Castro Monteiro, em 1852, cita: a busca de informações sobre a vida do paciente, a observação prolongada (oculta ou inesperada) e o interrogatório. Quanto a este último recomenda: “Ciente da idéia ou das principais idéias de afecções sobre que versa a loucura o médico deve interrogar o doente sobre

¹²⁵Veja-se, no Brasil durante os períodos de ditadura militar - práticas intermitentes ou sistemáticas de tortura com fins políticos para extorquir confissões e desativar rebeldias - e as práticas regulares permanentes de tortura dirigidas aos suspeitos de crimes comuns, que continuam até nossos dias.

¹²⁶FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I - a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 59.

elas a fim de o fazer delirar; isto porém com a maior habilidade possível para que o doente não lhe oculte os objetos da sua loucura. A fisionomia, a maneira de se apresentar; enfim todo hábito externo do louco devem merecer a atenção do médico-legista.

“As questões devem ser feitas ao alcance do doente para que a ignorância não seja tomada por imbecilidade”.¹²⁷

Tal como os exames médicos e os seus interrogatórios e anamneses, a Inquisição deixou muitos registros. Neles se encontram as confissões de indivíduos das mais diversas condições sociais: de mercadores, donos de terra e fidalgos aos homens e mulheres do povo como donas de casa, prostitutas, lavradores, pequenos artesãos e escravos. O inquisidor tinha sempre que estabelecer a verdade interrogando o confitente para maiores esclarecimentos sobre detalhes, intenções do ato, testemunhas e cúmplices, encorajando e consolando os arrependidos para que seguissem confessando, ou encaminhando os recalcitrantes para o tormento. A mesa inquisitorial tinha, entretanto, suas preferências quando às culpas: não julgava crimes de sangue e furtos, por exemplo. Preferia as heresias e os pecados da carne que muitas vezes vinham associados. Laura de Mello e Souza nos relata episódios desta associação: “No delírio erótico que, sob tortura, o escravo negro José Francisco Pereira desnuda os inquisidores, o diabo que o possui e é possuído por ele aparece na forma de homem ou mulher branca; já que se vira compelido a confessar pecados medonhos, que o seu parceiro neles fosse um indivíduo da raça dominante, desferrando-o, assim, o vexame. Feiosa, anã, escrava, Catarina Maria se dizia amante do diabo, que a deflorava e lhe aparecia sempre na forma de

¹²⁷MONTEIRO, Antônio Dias de Castro. *Alienação mental debaixo do ponto de vista médico-legal*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia de Nicolao Lobo Vianna Junior, p. 57.

homem preto, resgatando-a do desprezo que provavelmente lhe votavam os homens de sua condição”.¹²⁸ As confissões dos pecados da carne eram numerosas e variadas. Incluíam a bigamia, o deitar com mulher paga, a bestialidade, a sodomia¹²⁹ e a molície, que hoje denominamos masturbação. E, em geral, vinham registradas com detalhes: “.. o Cristão-Novo Jorge Moniz de Lisboa, 27 anos, estudante de filosofia em Salvador. Seu pecado era o mesmo do antecedente: confessou aos 25 de maio de 1620 que ‘meteu sua natura na parte traseira de vários cúmplices, derramando semente genital, dormindo também carnalmente pela traseira sendo ele o confitente o paciente’ ”.¹³⁰

Tais acontecimentos do Brasil Colônia parecem corroborar a tese de Foucault: “... desde a penitência cristã até os nossos dias o sexo tem sido matéria privilegiada de confissão”.¹³¹ Recomposta pela medicina do século XIX ela passou a integrar o exame de estabelecer uma outra verdade - emigrou do sacramento da penitência para a medicina, para a pedagogia, imiscuindo-se na vida familiar e nas relações dos adultos com as crianças. “O que significou, inicialmente, que o domínio do sexo não era mais colocado, exclusivamente, sob o registro da culpa e do pecado do excesso ou da transgressão e sim no regime (que, aliás, nada mais é do que sua transposição) do normal e do patológico”.¹³²

¹²⁸SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986, pp. 375-6.

¹²⁹Houve, pois, muita confusão na definição que o Poder emprestava à sodomia nos séculos XVI e XVII mas, no conjunto, impôs-se mesmo a concepção do nefando como cópula anal, consumada entre homens ou, quando muito, numa relação heterossexual. A prática inquisitorial portuguesa espelhou bem essa convicção, pois nos séculos XVII e XVIII, ao menos em Lisboa, nenhuma mulher saiu penitenciada em público ou na sala do Tribunal por cometer o nefando com outra”. VAINFAS, Ronaldo, *Sodomia, mulheres e Inquisição: notas sobre sexualidade e homossexualidade feminino no Brasil Colonial*. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, no 35, 1986-87, pp. 233-249, p 239.

¹³⁰MOTT, Luis R.B., *A Inquisição em Sergipe*, Aracaju, Sercore (Secretaria de Estado de Cultura e Meio Ambiente), FUNDESC, 1989, p. 21.

¹³¹*História da sexualidade I*, op. cit., p. 60.

¹³²Idem, p. 66 (o grifo é nosso).

Aquela causa oculta, responsável por quase todas as doenças e degenerescências, só poderia ser disparada por um “relais”, um dispositivo que a pusesse em funcionamento: a herança dos caracteres se dá nas procriações engendradas pelas relações sexuais. É o sexo que dá a partida e nele pode estar a origem das malformações do corpo e da alma - “Os deboches e a imoralidade fazem engendrar as mais das vezes filhos fracos de corpo e de espírito...”¹³³ E, “... se os pais experimentam aversão um pelo outro, os filhos que eles produzem são pouco vivos e dispostos, e às vezes com formas desagradáveis; ao contrário dos filhos de um vivo e puro amor são espirituosos, bonitos e de boa saúde”, afirma a tese de José dos Santos Correia Pinto, em 1855.¹³⁴

Uma nova vigilância se institui então sobre o sexo, não mais para salvar as almas, mas para preservar o corpo da doença. É no ato sexual, no seu abuso, nas suas intenções, no seu fervor e nas suas excitações que se transmitem os caracteres hereditários¹³⁵ que poderão produzir indivíduos degenerados cujas uniões fazem proliferar gerações de deformados, surdos-mudos, idiotas, loucos e epiléticos (além dos criminosos e vagabundos), destruir o organismo se praticado em excesso, principalmente na ausência de finalidade reprodutora, como a prostituição, a pederastia e o onanismo. Sobre este último, por exemplo, “que já por si deve ser considerado como uma verdadeira loucura, é por seu turno causa do objeto de que estamos tratando [a alienação mental], e que o leva ao estado mais desgraçado possível”, diz a tese de José Ignácio da Costa Figueiredo. E continua traçando um quadro de horror para o futuro do onanista: “quase todos os doentes que se tornam loucos em consequência do onanismo perdem completamente o uso da razão, tornam-se tão libidinosos a ponto de ser preciso

¹³³PINTO. José dos Santos Correia. *Influências físicas e morais dos pais sobre a prole*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia, Tipografia de Epiphânio Pedroza. 1855, p. 22.

¹³⁴Idem, p. 25.

¹³⁵O tema da hereditariedade no século XIX foi tratado no Capítulo I.

conservar-lhes as mãos presas para se não masturbarem, as suas palavras sem nexos tendem todas à concupiscência: até a sensibilidade orgânica é nestes miseráveis completamente embotada, de modo que no próprio leito em que se acham fazem todas as necessidades, ainda mesmo as excreções as mais imundas. Tivemos ocasião de observar um louco desta espécie no Hospital da Misericórdia, que em verdade causava compaixão”.¹³⁶ Preocupado com a higiene dos colégios, a educação das crianças e dos adolescentes, (tema de diversas teses da Faculdade de Medicina, neste período), Antenor Augusto Ribeiro Guimarães fala dos vícios comuns no recinto das escolas: o onanismo e a pederastia - “... E cousa notável e terrível o onanismo é contagioso, uma só ovelha leprosa basta para contaminar o rebanho inteiro. A julgar pela minha própria experiência em dez masturbadores em quem a saúde se alterou imediata e consecutivamente pode-se contar nove que se perderam no colégio ou em um internato”. É também nos colégios que “ainda predomina um outro vício tão prejudicial à saúde e à moralidade - a pederastia”.¹³⁷ Curiosamente, pela mesma razão que as práticas sexuais sem finalidade reprodutora, abstinência é também apresentada em outra tese da mesma época (1851) como causa da alienação mental: “A abstinência monástica pode determinar uma mania furiosa”, afirma João Nogueira Penido.¹³⁸ Todavia, apesar da grande importância atribuída às práticas sexuais na determinação das doenças e, em particular, a alienação mental, o sexo só terá seu discurso separado a partir do final do século XIX. Antes disso aparece geralmente, como se pôde ver, misturado ao tema dos casamentos, da

¹³⁶FIGUEIREDO, José Ignácio da Costa. *Algumas generalidades a respeito da alienação mental*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia de Teixeira e Ca., 1847, p. 7.

¹³⁷GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro, *Higiene dos colégios - esboço e regras principais, tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Imparcial de J.M. Garcia, 1858, p. 47.

¹³⁸PENIDO, João Nogueira, *Da alienação mental considerada debaixo do ponto de vista médico-legal*, Proposições da tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Universal Laemmert, 1851, p. 41.

alienação mental, da higiene dos colégios e da prostituição.¹³⁹

Por seu turno, a Inquisição pouca ou nenhuma importância deu aos mentecaptos ou defeituosos, tanto que não os destacou por sua condição, nem a ela associou os pecados da luxúria ou da heresia, pouco os isentou de culpa ou punição. Frente à mesa inquisitorial essas pessoas não tiveram nenhuma forma de reconhecimento positivo ou negativo, não porque os inquisidores fossem incapazes de lhes perceber as diferenças, mas sobretudo porque elas não constituíam problema. Só muito mais tarde, quando o século XIX passou a probrematizá-las é que lhes foram atribuídas peculiaridades de comportamento como as tendências para o crime e as perversões sexuais: sexo anormal dos anormais.

Franco da Rocha atribui ao imbecil toda a sorte de vícios, desatinos e aberrações sexuais: "... impulsivos, violentos e vingativos, capazes, pois, de atear fogo em uma casa por da cá aquela palha¹⁴⁰ (...) que sentimentos éticos poderão existir ou desenvolver-se em órgãos psíquicos assim aleijados? Já muito será que dentre eles se destaque este ou aquele raro indivíduo isento de perversidade: será então o bobo alegre de alcunha popular". E segue afirmando: "A pederastia, bem como todas as variedades de perversões sexuais que atentam contra o pudor são mais freqüentes e ardilosas na imbecilidade do que na idiotia".¹⁴¹ Assim também, para o autor, a imbecilidade nas mulheres fornece invariavelmente um enorme contingente para a prostituição, o que se pode confirmar em Henrique Roxo: "A vagabundagem e a prostituição recrutam muitos dos seus adeptos entre os imbecis".¹⁴² Quanto aos idiotas, além do grau extremo de

¹³⁹Ver: ENGEL, Magali, *Meretrizes e doutores - saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, São Paulo, Brasiliense, 1989, pp. 72 e 73.

¹⁴⁰ROCHA, Franco da, *Esboço de psiquiatria forense*, São Paulo, Tipografia Laemmert, 1904, p. 413.

¹⁴¹Idem, p. 414.

¹⁴²ROXO, Henrique de Brito Belford, *Manual de psiquiatria*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1921, p. 632.

degeneração que se manifesta na monstruosidade física (os estigmas das malformações ou vícios orgânicos) e intelectual (sensibilidade obtusa, linguagem reduzida) são portadores de afetividade nula ou pervertida. A este respeito, afirma Pompeu de Souza Brasil: "Intelectualmente estes degenerados são mui limitados. Em geral incapazes de dar informações sobre as coisas mais simples e possuem um vocabulário muito restrito. Moralmente, seus sentimentos são reduzidos a instintos rudimentares. São coléricos e masturbam-se continuamente".¹⁴³ O mesmo autor afirma que seria no desequilíbrio psíquico que se "encontram todos os degenerados cujas anomalias já não implicam a genialidade, mas não constituem ainda a imbecilidade propriamente dita: é um estado de transição entre duas formas (...) É nesta espécie que figuram nas suas modalidades mais características os criminosos e os vagabundos (...) A perversão sexual apresenta aqui todas as formas (erotismo, onanismo, fetichismo, exibicionismo, sadismo, bestialidade, etc.) desde a simples impotência até o masoquismo, a necrofilia, a inversão tão grave por seus efeitos morais".¹⁴⁴ Gradativamente, desde meados do século XIX os alienistas vão desenhando a tríplice figura do chamado degenerado inferior: a do criminoso estúpido e pederasta, e da prostituta imbecil e pervertida e a do idiota onanista e colérico.

Anormais e degenerados foram também considerados aqueles cujas capacidades estariam acima da maior parte da população e ultrapassavam por isso os limites da norma. Eles teriam em comum com os degenerados inferiores o caráter perverso. Incluindo a genialidade no grupo das quatro "psiquias" (dentre o desequilíbrio psíquico, a imbecilidade e a idiotia). Pompeu de Souza Brasil afirma que "os gênios constituem justamente uma categoria das personalidades psicopáticas".¹⁴⁵ A esse

¹⁴³BRASIL. Pompeu de Souza, *Classificações em psiquiatria*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia da Revista dos Tribunais, 1910, p. 58.

¹⁴⁴Idem, pp. 54 e 55.

¹⁴⁵Idem, op., cit., p. 54.

respeito, Franco da Rocha considera: "Se há débeis sem desequilíbrio notável dos sentimentos e do caráter, que vivem despercebidos na sociedade, na massa dos indiferentes, há por outro lado, entre os homens de talento e até mesmo de gênio, os desequilibrados que apresentam estigmas degenerativos, perversões as mais tristes e tendências delirantes que os levam muitas vezes ao hospício (...) Vemos um poeta, orador notável - onanista; outro não menos notável - pederasta; outro, genial e arrebatador - bêbado e desordeiro; um artista admirado em todo o mundo - assassino; um homem político, ocupando alta posição social - pederasta passivo, e assim por diante, uma desarmonia formidável entre as faculdades intelectuais e os sentimentos mais elevados".¹⁴⁶ É que a idiotia, mais do que um defeito do intelecto, um atraso ou parada geral do desenvolvimento é também um defeito moral. É ainda Franco da Rocha quem nos fornece o exemplo: "Conhecemos um indivíduo, de boca entre-aberta, de lábios grossos (...), os movimentos e atitudes tão desarmônicos, que a impressão por ele produzida, à primeira vista, é a de um idiota completo. É uma inteligência superior, mas... moralmente é um idiota".¹⁴⁷

Ao perigo social que os degenerados inferiores ofereciam como justificativa para retirá-los das ruas e promover a profilaxia dos corpos e das condutas, acrescenta-se aos poucos já no século XX (com o processo de urbanização e industrialização) a pecha de fardo social - corpos inúteis para o trabalho, a pesar nas costas de toda a sociedade, daí a necessidade maior de práticas preventivas de esterilização e controle dos casamentos ou de recuperação. É nesse momento que se começa a juntar aos degenerados inferiores, também chamados anormais, os cegos, os

¹⁴⁶ *Esboço de psiquiatria...*, op. cit., pp. 49-50.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 51.

surdos-mudos, os aleijados, os doentes, as crianças que não aprendem, certos tipos de delinqüência, principalmente a juvenil. Na verdade, tanto o ideal de reclusão punitiva e de vigilância eugênica, quanto o ideal piedoso-filantropico e médico-pedagógico de institucionalização e de recuperação não sucederam um ao outro. Apenas acrescentaram-se e talvez estejam mais ou menos vigentes até hoje nas práticas constitutivas da categoria de deficiência no Brasil.¹⁴⁸

6. Movimento Eugênico: Tribunal de todos os desvios

A Inquisição e o Estado monárquico não mantiveram entre si uma relação de heterogeneidade. Ao contrário, como vimos anteriormente, o poder real chamou a si o controle de um mecanismo que antes pertencia exclusivamente à Roma. E dele se utilizou nomeando os inquisidores, os visitadores, os membros da alta burocracia inquisitorial, confiscando bens e controlando as populações do Reino e das Colônias. A administração altamente centralizada de Portugal impediu, contudo, que se instituisse aqui um tribunal permanente, o que gerou ações intermitentes de visitas e inquirições. Um outro controle mais contínuo das almas ficou durante muito tempo entregue ao cristianismo militante das ordens religiosas, principalmente a dos jesuítas. Bem mais extensos, contudo, foram os instrumentos da caridade que as irmandades leigas

¹⁴⁸ A persistência de certo cunho piedoso-filantropico de assistência aos considerados deficientes é característica atual das práticas médico-pedagógicas de nossos estabelecimentos especializados. A grande maioria das entidades tem caráter privado e sobrevive através de doações, seja do poder público, seja de particulares. Dada a irregularidade das contribuições, de tempos em tempos, o discurso piedoso é veiculado pela mídia, em propagandas com artistas famosos para angariar recursos, nos quais o aspecto político da situação é sempre omitido. Numa destas, há alguns anos, um artista aparece "tirando o chapéu", não só como menção ao esforço de benemerência da entidade, mas principalmente ao gesto de pedir esmolas.

espalharam por todo o território da Colônia.¹⁴⁹

Comparada à ação inquisitorial, a medicina social instituiu no Brasil do século XIX um mecanismo de poder inteiramente novo, e isto bem antes do surgimento de um novo tipo de Estado mais aparelhado e capaz de levar a cabo as transformações de ordem econômica, como a industrialização, por exemplo. Não foi, portanto, como a instituição moderna dos tribunais do Santo Ofício, um rei que requisitou os serviços de um outro poder (o do papa), incorporando sua colaboração à máquina do Estado. A medicina militante dos séculos XIX e XX espalhou-se pelo tecido social, introduzindo aos poucos sua ação normalizadora, a partir do hospital (sua primeira tomada de poder) nas famílias, nas escolas, nos quartéis, nas fábricas, até fazer penetrar sua nova racionalidade no aparelho de Estado: o controle e a organização das condições de vida dos indivíduos e das populações.¹⁵⁰ Uma ação muito mais contínua e eficaz que passou a ser indispensável à manutenção de um Estado mais adequado às novas relações capitalistas, econômicas e políticas, que começariam a despontar no Brasil a partir da segunda década do século XX. Um novo tribunal (nem sempre judiciário) mas que preencheu o espaço livre deixado pela lei, constituindo aí a norma médica como paradigma de julgamento dos corpos, suas funções e seus comportamentos. Dessa forma, a medicina, que no século XIX tinha como alvo privilegiado a vida dos ricos (suas famílias, seus casamentos, seus colégios), passa a estender aos poucos sua intervenção normalizadora sobre toda a população. Parafraseando Foucault: é fácil rir do que diziam os médicos de antigamente; é preciso, no entanto, reconhecer o agudo sentido de atualidade que eles tiveram.¹⁵¹

¹⁴⁹ Assunto tratado no Capítulo IV.

¹⁵⁰ Ver: *Danação da...* op., cit., p. 157.

¹⁵¹ Ver: *História da sexualidade...* op., cit., p. 63.

Dentre as diversas ações da medicina social o movimento eugênico veio atender com presteza aqueles requisitos. Sua origem remonta a 1869, quando o inglês Francis Galton, biólogo, geógrafo e estatístico, parente e adepto de Charles Darwin, escreveu o livro *Hereditary Genius*.¹⁵² Sua tese principal era a determinação hereditária não só dos traços físicos como das capacidades mentais, através de estudos estatísticos e genealógicos e com isso poder intervir na evolução humana, no sentido de aperfeiçoar a espécie pela seleção dos cruzamentos. Fundou um laboratório de pesquisa experimental (do qual Karl Pearson foi seu continuador na Universidade de Londres), onde elaborou testes psicológicos para medir os processos de discriminação sensorial, porque acreditava que quanto mais agudos estes fossem maior seria o campo de ação dos processos intelectuais. Preocupado com a determinação das diferenças individuais, inaugurou a detecção dos anormais, utilizando como norma os padrões estatísticos de distribuição. A partir de 1880 a eugenia se transforma em movimento social e científico com a fundação de muitas sociedades em países como a Alemanha, Inglaterra e os Estados Unidos e com a realização de vários congressos internacionais.¹⁵³

Com o aparecimento, em 1859, do livro de Charles Darwin *A origem das espécies*, e sua enorme divulgação, a teoria da origem única da espécie, antes defendida

¹⁵²ROQUETE PINTO, no livro *Seixos rolados - estudos brasileiros*, Rio de Janeiro, (Mendonça, Machado e C., 1927) registra passagens do racismo no livro de Galton, *Hereditary genius*, no capítulo: *The Comparative Worth of Different Races*: "o número de negros semi-tolos (...) é muito grande (...) Eram tão infantis os erros cometidos no trabalho, que muitas vezes me envergonhava da minha própria espécie", narrando um momento de sua viagem à África. E à semelhança da reedição atual do racismo (Charles Murray e Richard Hernstein em *The bell curve*), Galton afirmava em 1869: "The average intellectual standart of the negro is some two grades below our own". *Apud*: ROQUETE PINTO, op., cit., pp. 194 e 195.

¹⁵³SCHWARCZ, Lilia M. (*O espetáculo das...* op., cit., p. 256). A propósito da fundação das sociedades de eugenia, cita Nancy Stepan (*The hour of eugenics o race, gender, and nation in Latin America*, Itahaca, Cornell University Press, 1991, pp. 115 e 116): "German Society Race Hygiene (1905); Eugenics Education Society in England (1907-1908); Eugenics Record Office in the United States (1910); French Eugenics Society in Paris ((1912)". Cita também vários congressos internacionais de eugenia, que se realizaram neste período: "Londres-1912, Nova York-1921 e 1923; além de "uma federação internacional das sociedades eugênicas criada em 1921". STEPAN, idem, p. 171.

pela Igreja, torna-se predominante em relação aos adeptos da teoria poligenista. Entretanto, nem o monogenismo, nem a evolução tomada como paradigma de pensamento da época, descartaram a noção de hierarquia entre as raças, justificada pelo argumento de que sua separação se deu há milhões de anos, tempo suficiente para que a seleção natural atuasse no sentido de diferenciá-las no que diz respeito às aptidões. Assim também, não descartaram a possibilidade de reprodução dos fenômenos degenerativos caso não se pudesse impor uma intervenção nas uniões: seja esterilizando os portadores de estigmas de degeneração, seja proibindo casamentos consanguíneos ou aqueles cujos parceiros tivessem ascendentes defeituosos, bem como desconfiando dos produtos da miscigenação racial. O fato é que as diversas interpretações da teoria de Darwin foram utilizadas para a análise das sociedades humanas e dos indivíduos (na psicologia, na lingüística, na antropologia, na pedagogia e na sociologia), servindo muitas vezes de base para justificar diversas formas de dominação, ou até mesmo doutrina liberal na economia como na Inglaterra, pelo argumento da livre concorrência ou do livre mercado através da seleção do mais forte e adaptado - eis o caminho do darwinismo social.¹⁵⁴ A ele combina-se a teoria da degenerescência e a fatalidade da evolução humana acaba sendo substituída pela fatalidade degenerativa. É Renato Kehl, um dos líderes mais importantes do movimento eugênico no Brasil, quem nos esclarece a esse respeito: "Não estamos de acordo com Bennett que recomenda a extinção do tipo degenerado por seleção natural. Este autor diz ser a tuberculose uma necessidade destinada a fazer desaparecer famílias impróprias à reprodução. Se a opinião de Bennett

¹⁵⁴SCHWARCZ, Lilia M., (*O espetáculo das...*, op., cit., p. 250), afirma que "apesar do abalizado estudioso norte-americano [Jay Gould], é preciso lembrar que em textos posteriores [ao *Origem das espécies*], como *A descendência do homem*, Darwin se revelaria explicitamente um evolucionista social".

O tema do racismo e do "darwinismo social" será retomado no Capítulo III da tese.

prevalecesse, deixaríamos então que a hereditariedade mórbida, considerada defensiva da espécie, fosse agindo seletivamente e ao fim de alguns séculos desejaríamos saber o que restaria da raça humana!” E cita mais adiante o exemplo de “prole malsã” (tão em voga na época) de Max Juke, um pescador alieneado nascido em 1720: “Até hoje a sua geração é de mais de 1.200 indivíduos, dos quais 300 morreram recém-nascidos, 60 foram ladrões habituais, 370 criminosos diversos, 440 vagabundos e 300 finalmente ociosos que nunca procuraram trabalhar. Um só indivíduo causa de tamanha desgraça! A sua progênie representa um cancro lançado na humanidade e casos como este existem sem conta...”¹⁵⁵ É que, não obstante já serem bem conhecidos alguns estudos sobre a genética e já terem caído por terra os defensores da herança dos caracteres adquiridos, a hereditariedade continuava a desempenhar um importante papel na explicação das causas de inúmeras doenças e desvios, e em particular das doenças mentais (alcoolismo, delinquência, epilepsia, esquizofrenia, psicose maniaco-depressiva, paralisia geral, idiotia e imbecilidade). Por isso, as medidas eugênicas de prevenção se concentravam quase que exclusivamente no controle das uniões e procriações.

Pensava-se o indivíduo doente ou sadio preferencialmente por sua vertente orgânica do que por sua vertente cultural, ou seja, como um animal que nasce, cresce, procria e morre e que, portanto, a luta pela sobrevivência e a melhor adaptação assegurariam a seleção da espécie. Mas o argumento da dominação do mais forte sobre o mais fraco pela seleção natural não era assim tão simples e talvez nem se aplicasse à sociedade moderna. É Karl Pearson, discípulo e continuador de Galton quem afirma: “Darwinism and medical progress are opposed forces, and we shall gain nothing by

¹⁵⁵ KEHL, Renato. *Eugenia e medicina social - o problema da vida*. Rio de Janeiro, 2ª edição, Francisco Alves, 1923, p. 39.

screening that fact, or, in opposition to ample evidence, asserting the Darwinism has no application civilized man".¹⁵⁶ Tampouco poderia justificar de maneira tão óbvia as desigualdades sociais, em termos da superioridade natural das classes mais exitosas. É que, como afirma Renato Kehl, "... a organização social atual contraria a lei de embargos da natureza, impede que a seleção natural evite a propagação deliquescente dos aleijões da espécie".¹⁵⁷ A luta pela sobrevivência não se dá mais, como nos animais, entre indivíduos de espécies diferentes, mas do homem contra o homem, uma luta que seria, aparentemente estranha às idéias de Kehl, "da classe rica contra o pobre, o que constitui um verdadeiro fenômeno de parasitismo". Ele argumenta: "o industrial, por exemplo, vive à custa do operário que trabalha para ele, e esse operário mais forte e mais apto, é no entanto dominado pelo patrão, que representa o *otium cum dignitate*. Sendo assim, o rico, que não é o elemento selecionado, prepondera sobre os vencidos e ambos se arrastam na decadência. Os primeiros, pela inanição, e os segundos, vegetando na dura miséria".¹⁵⁸ Portanto, não somente a pobreza e a miséria, sempre tratadas ao mesmo tempo como causa e consequência da degeneração, mas o ócio e o vício dos ricos também contribuiriam para a multiplicação dos deformados: "Nas grandes cidades, onde pululam males e vícios, como se dá no Rio de Janeiro - milhares de moços se entregam a 'guela hiante das bactérias'. O que mais nos espanta é a precocidade da nossa gente para o vício. Rapazinhos, cujos buços não passam de arminhos e não bastam para sombrear os beijos, aos 13, aos 14, aos 15 anos, dormem fora da casa paterna ou voltam a ela tarde da madrugada, ensaiam gestos de gente grande, e lançam-se no "grand monde" da

¹⁵⁶PEARSON, Karl. *Darwinism, medical progress and eugenics* (the Cavendish Lecture). "Eugenics Laboratory Lectures". Galton Laboratory for National Eugenics. University of London, Cambridge University Press, 1912, n. IX, p. 27.

¹⁵⁷ *Eugenia e medicina...*, op. cit., p. 84.

¹⁵⁸ *Idem.* p. 86.

orgia. A "jeunesse dorée" se constitui de almofadinhas, de libertinos, de meninos mal criados, mal educados, vítimas quase sempre da incúria, quando não do mau exemplo paterno.

"Como resultado dessa situação se observam três doenças para cada indivíduo; a multiplicação dos deformados, de degenerados, de tipos - "fin de siècle" do "século nevrótico (...). Seria então, necessário corrigir os desvios que a civilização estaria provocando na evolução natural da espécie".¹⁵⁹

Trata-se também, como se pode ver, da tentativa intencional do autor de intervir numa sociedade marcada pelo escravismo, buscando a valorização do trabalho (sobretudo o manual) que naquele momento tornava-se importante motor da transformação das relações sociais de produção: a questão não era somente formar o operário disciplinado e assético, mas o patrão, diligente e empreendedor, bem distante das relações senhoriais de outros tempos. Aliás, o tema do parasitismo ou do fardo social começa desde o início do século XX a combinar-se ao discurso anterior, o do perigo social no que diz respeito aos degenerados, temas que acompanham as novas relações de trabalho no processo de industrialização e a institucionalização daquelas pessoas¹⁶⁰, práticas fundamentais à produção de indivíduos capazes de sujeição ao novo regime: não mais o escravo, ou o trabalhador livre qualquer, mas o operário. A questão é também, e sobretudo, o custo social, dinheiro que os indivíduos saudáveis e socialmente produtivos têm que dispor para sustentar os fracos, retardados e inúteis que

¹⁵⁹Idem, p. 28.

¹⁶⁰Os temas das relações de trabalho, livre e escravo, e da institucionalização e seu papel na constituição da categoria de deficiência, serão retomados nos próximos capítulos desta tese. Por ora basta ressaltar que o termo institucionalização não está sendo usado somente no sentido de internação em estabelecimentos especializados. Refere-se também aos discursos nosológicos classificatórios cada vez mais apurados, às formas de tratamento e recuperação e a conseqüente preocupação que passa a existir com os destinos dos chamados degenerados, anormais ou defeituosos.

enfeiam e comprometem o futuro da nacionalidade.¹⁶¹ A esse respeito, Renato Kehl cita outro caso de herança degenerativa: "... Ada Jurke, bêbada, ladra, vagabunda em cuja descendência de 873 indivíduos puderam ser observados e seguidos 709 - entre os quais se contaram 142 mendigos, 106 nascidos fora do casamento, 64 pensionistas dos depósitos de mendicidade, 81 prostitutas, 76 criminosos, dos quais 7 assassinos. Esse monturo de degenerados custou ao Estado, durante 75 anos cerca de 5.000.000 de marcos".¹⁶² No Brasil seria difícil calcular a percentagem de inúteis e atrasados que cada brasileiro carregava, como fardo nas costas, uma multidão de parasitas que continuava a proliferar sem controle. Caberia, portanto, à eugenia intervir profilaticamente nesta situação. É o sanitarista Belisário Penna., e mais tarde ativo componente dos quadros integralistas, quem define seus objetivos tão abrangentes quanto autoritários: "... a eugenia tem por fim a pesquisa e a aplicação de conhecimentos úteis à reprodução, à conservação e ao aperfeiçoamento da espécie, cuidando particularmente dos assuntos de hereditariedade e de seleção no que for aplicável à espécie humana, das questões relativas à influência do meio, da situação econômica, da legislação e dos costumes sobre o valor das gerações sucessivas e suas aptidões físicas, intelectuais e morais".¹⁶³ Utilizando-se da mesma convicção do discurso religioso é ainda Belisário Penna quem alerta: "... no nosso meio intelectual, ainda um pouco alheio à notável doutrina de Galton", a eugenia estaria "destinada a ser como bem diz o Dr. Kehl - a religião do futuro".¹⁶⁴ E o próprio Kehl confirma: "A saúde imperará, a sociedade tornar-se-á organizada sobre bases sólidas da Verdade e da Justiça, e o homem poderá dizer que,

¹⁶¹ Esse argumento foi levado às últimas conseqüências pelo nazismo, a partir de 1939: a "solução final" do extermínio de doentes e deficientes na Alemanha. Ver mais adiante.

¹⁶² Idem. p. 91.

¹⁶³ PENNA, Belisário. Prefácio do livro: KEHL, Renato, *Eugenia e medicina social*, 2ª edição, op. cit., pp. 3 e 4.

¹⁶⁴ Idem. p. 3.

partindo do pecado de Adão, peregrinará séculos e séculos, para voltar de novo ao Paraíso. O Paraíso bíblico o homem destruiu, o paraíso terrestre o homem criará”¹⁶⁵.

A utopia eugênica de uma sociedade perfeitamente organizada e produtiva porque constituída dos melhores e mais belos exemplares da espécie precisava, para construir esse mundo limpo das degenerescências, de levar à prática princípios regeneradores para selecionar os melhores caracteres e eliminar as taras hereditárias - medidas profiláticas de tipo mais ou menos compulsório: o certificado médico pré-nupcial e a esterilização dos degenerados.

Data do século XIX a intervenção médica nos casamentos e na escolha dos parceiros. Inúmeras teses produzidas nas primeiras faculdades de medicina tratavam deste assunto,¹⁶⁶ sendo muitas delas inseridas no grande debate sobre a consangüinidade e, em muito menor escala, sobre o cruzamento de raças. Em geral propunham recomendações higiênicas quanto à idade dos cônjuges, à sexualidade, à proteção à prole, o adultério etc., com a intenção de modernizar a família, extraí-la do atraso colonial e organizar uma elite nacional.¹⁶⁷ Por sua vez, as propostas eugênicas do século

¹⁶⁵ KEHL, Renato. Idem, p. 56.

¹⁶⁶ Algumas teses deste período (séc. XIX):

- VIANNA, Antonio da Fonseca. *O casamento relativamente à mulher*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal Laemmert, 1842.
- ANTUNES, Bernardino José. *De nulidade de casamento*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Imparcial F. de Paula Brito, 1843.
- REGO FILHO, José Pereira. *Dos casamentos consangüíneos*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Thevenet e C., 1868.
- BARCELLOS, Ramiro Fortes. *Das alianças consangüíneas e de sua influência sobre o físico, o moral e o intelectual do homem*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1873.
- CARVALHO, Manoel Avilez. *Dos casamentos consangüíneos em relação a higiene*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Domingos Luiz dos Santos, 1875.
- SENA, José Cândido da Costa. *Dos casamentos consangüíneos em relação à higiene*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. e H. Laemmert, 1875.
- ROZA, Francisco Luiz da Gama. *Dos casamentos sob o ponto de vista higiênico*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de G. Luizinger e Filhos, 1876.

¹⁶⁷ Ver a esse respeito: COSTA, Jurandir Freire, *Ordem médica e norma familiar*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

XX, embora também aliadas a essa mesma elite, pretenderam estender seu controle sobre todo o resto da população - "com o fim de tutelar suficientemente a vida física, moral e econômica das nações, mediante a diminuição da morbosidade e mortalidade humanas, a prolongação da vida média da classe pobre e o melhoramento da espécie", afirma o Dr. Kehl.¹⁶⁸ E mais adiante: "A eugenia evita os males nas suas origens. Ela proíbe o casamento de todo indivíduo atacado de mal hereditário. Quem não aplaude a criação desta disposição proibitiva, acauteladora das futuras proles...?"¹⁶⁹ Ao contrário das propostas de esterilização, a regulamentação eugênica dos casamentos através do certificado médico pré-nupcial deixou de habitar somente o discurso médico e tentou introduzir-se na lei, através de um projeto apresentado na Câmara dos Deputados, em 1927, obtendo pareceres favoráveis nas Comissões de Saúde e Justiça mas que, por má sorte dos eugenistas e felicidade dos futuros nubentes, "ficou encajado na pasta de algum relator pouco diligente, após a morte trágica e prematura do seu autor [Amaury Medeiros]", lamenta Renato Kehl.¹⁷⁰ Como se vê, nem sempre a preguiça dos nossos congressistas significou o "atraso da Nação"... O projeto previa que além dos documentos mencionados no código civil para habilitação ao casamento, poderá o pai, tutor ou curador (quando se tratar de menor) ou o próprio "notificar diretamente o juiz o desejo de um exame médico pré-nupcial ou se houver denúncia fundamentada por pessoa idônea de que um dos contraente tem defeito físico irremediável ou doença transmissível ao outro cônjuge ou à prole". E a seguir menciona: "Consideram-se doenças graves transmissíveis ao outro cônjuge ou à prole, para os efeitos do artigo supra, a tuberculose aberta, a lepra, a sífilis contagiante, a blenorragia, o cancro venéreo, a epilepsia

¹⁶⁸ *Eugenia e medicina social...*, op. cit., p. 6.

¹⁶⁹ *Idem.* p. 20.

¹⁷⁰ KEHL, Renato. *Certificado médico pré-nupcial - regulamentação eugênica do casamento*, Separata do "Brasil-Médico", n. 6, 8.2.1930, p. 162, Rio de Janeiro, Sodre e Cia. Editores, 1930, p. 3.

confirmada, a idiotia, a imbecilidade, a alienação mental sob qualquer das suas formas”.¹⁷¹ O diagnóstico médico poderia implicar em veto do casamento pelo juiz, resguardando o direito do prejudicado de requerer novo exame. Desta vez, a eugenia tenta estender seu tribunal, do âmbito da psiquiatria circunscrito aos alineados (loucos, idiotas e imbecis), a todos os outros degenerados e seus efeitos a toda população. Equivalente ao juiz, que depende da competência dos laudos, o poder do médico é sancionado pela lei que o torna “mais do que um consultor, o verdadeiro ‘decisor’ (...) Essa decisão arbitra entre valores essenciais, a segurança, a liberdade (...) Originalidade e gravidade do que será ‘função psi’, eleva a pericia à altura de uma magistratura”, afirma Robert Castel.¹⁷²

O projeto médico-legal do certificado pré-nupcial jamais foi transformado em lei, mas seus efeitos, tal como a discussão sobre a esterilização dos degenerados, espalharam-se por toda a sociedade trazendo novas nuances sobre a questão do racismo no Brasil. A propósito da popularidade das idéias eugênicas Esther Arantes cita, em seu trabalho *Os rostos da criança no Brasil*, um interessante documento: “Trata-se de apontamentos escolares cedidos por aluna do Colégio Nossa Senhora das Dores, em Uberaba, Minas Gerais, da década de 20” contendo “preceitos higienistas ensinados às moças-de-bona-familia em colégio religioso com regime de internato, que também preparava para o magistério”.¹⁷³ Dentre os ensinamentos (que se dirigem principalmente à proteção da infância), encontram-se os que ilustram a divulgação dos ideais eugênicos

¹⁷¹ Idem, p. 5.

¹⁷² CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978, p. 145.

¹⁷³ ARANTES, Esther Maria de Magalhães. *Os rostos de crianças no Brasil*. In: “A arte de governar crianças - a história das políticas sociais, de legislação e da assistência à infância no Brasil”, Francisco Pelotti e Irma Rizzini (org.), Rio de Janeiro, Instituto Interamericano Del Niño. Edit. Universit. Santa Úrsula. AMAIS Livraria e Editores. 1995, (172-236). pp.197 a 199.

que havia naquela época. Sobre o álcool como fator de degenerescência humana dizem as anotações: "... Se o mal se limitasse só a eles (os bebedores), não haveria tanto dano à sociedade. Mas não: estende-se aos filhos, bem como aos descendentes até a 4ª geração. Os filhos dos bebedores nascem degenerados: uns com beiços rachados; outros com os pés tortos; outros vesgos; uns idiotas; outros surdos-mudos; outros com convulsões etc."¹⁷⁴ Sobre a eugenia: "... Exige a eugenia que o homem ao escolher uma companheira e vice-versa não despreze a questão biológica do matrimônio, para evitar degenerações. Para isto indica uma apurada educação dos jovens, exigindo que os noivos estejam em boas condições sanitárias, livres de taras que não se inferiorize a prole". Sobre as medidas eugênicas: "... de caráter profilático, determinam meios para o impedimento da procriação defeituosa, recomendando uma vasta divulgação dos ideais da Eugenia por meio de campanhas (...) com o objetivo de formar a consciência eugênica dos povos"¹⁷⁵

Antes mesmo da fundação em 1918 da Sociedade Eugênica de São Paulo¹⁷⁶, e da criação da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923 por Gustavo Riedel no Rio de Janeiro, a revista *Brazil-Médico* publicava em 1912, numa seção intitulada *Imprensa Estrangeira*, um artigo sem assinatura sobre "A esterilização dos deficientes e dos degenerados", apresentando uma resenha do Congresso de Eugenia realizado naquele ano em Londres. Citando o laboratório fundado em Londres por Galton, o artigo afirma: "Entre as questões que os eugenistas se ocupam não podia deixar de estar incluída a do impedimento da procriação por parte dos sujeitos que, por doença ou

¹⁷⁴Idem, p. 197.

¹⁷⁵Idem, p. 198.

¹⁷⁶A Sociedade Eugênica de São Paulo foi fundada por Renato Kehl. Teve sua sessão inaugural em 15 de janeiro de 1918 e parece ter tido vida curta. Ver: *Anais de eugenia*. sociedade Eugênica de São Paulo. Editora de Revista do Brasil, 1919.

defeito transmissíveis por herança, só podem dar ao mundo filhos também doentes e defeituosos”. E adiante: “O animal humano (...) tem sofrido o mais cruel abandono, pois ao passo que para os outros animais tomam-se todas as precauções para que só se obtenham produtos vigorosos e de raça pura,¹⁷⁷ para o homem consente-se, nas leis e nos costumes, a mais ampla liberdade aos degenerados, aos cretinos, aos tarados, para propagarem a sua espécie doentia e às vezes criminosa e malfazeja. Por que consentir na perpetuação hereditária da imbecilidade, da loucura moral, da paranóia, da epilepsia, do cretinismo, da delinqüência profissional?”¹⁷⁸ Advogando a pureza da raça, alguns eugenistas brasileiros já nesta época começaram a abandonar as teorias do embranquecimento pela via da miscigenação (uma das soluções para a “melhoria” da raça) e propuseram o aperfeiçoamento da espécie humana, solução para a degeneração que atingia todas as raças, principalmente os não-brancos e em especial os negros.¹⁷⁹ Essa purificação não se caracterizava somente por evitar os cruzamentos raciais, mas pela eliminação, através da profilaxia dos casamentos e das procriações, dos indivíduos que poderiam trazer a marca da degenerescência da espécie. Nove anos após o artigo citado, escreve Renato Kehl no mesmo *Brazil-Médico*: “Se fosse possível dar um balanço entre os nossos semelhantes, apartando de um lado os que produzem (...) e de outro os parasitas, indigentes, criminosos, doentes que nada fazem, que vegetam nas prisões, hospitais, asilos; os que perambulam pelas ruas, vivendo da caridade pública; os amorais, os loucos que enchem os hospícios; a mole de gente absolutamente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, do roubo e das trapaças - certamente se

¹⁷⁷O grifo é nosso.

¹⁷⁸*Brazil-Médico*, ano XXVI, nº 34, 8/09/1912, pp. 358 a 359, p. 358.

¹⁷⁹Por ora basta assinalar que a questão das degenerescências dos não-brancos era também problematizada pela psiquiatria. Henrique Roxo escreve no *Brazil-Médico* (ano XVIII, n. 16 a 19, 1904) um artigo intitulado “Perturbações mentais nos negros do Brasil”. Ver: Capítulo III desta tese.

desvendaria a causa principal dos grandes males da humanidade”.¹⁸⁰

Nada mais conseqüente a toda essa argumentação do que a defesa das práticas de esterilização. Neste sentido, Kehl cita a Suíça como o primeiro país a adotá-las: “Ao Cantão de Saint Gall pertence, segundo Maxwell, a honra da primasia. Se bem o projeto de lei ordenando a castração de certos degenerados não fosse adotado nesse Cantão, praticou-se a esterilização em quatro indivíduos que a ela se submeteram, com assentimento próprio, com a permissão dos membros da família e das autoridades cantonais. Os operados foram: uma moça de 25 anos epilética e ninfomaniaca; uma mulher de 36 anos, ‘pobre de espírito’ e sujeita a crises de agitação e de excitação sexual; um homem de 31 anos degenerado alcóolico; e outro de 32 anos, homossexual recidivista e extra-moral. A operação consistiu, nas mulheres, em extirpação dos ovários e, nos homens, em secção e ligadura dos canais aferentes”.¹⁸¹ Porém, a honra maior de ser o primeiro país a colocar a esterilização em lei parece que coube aos Estados Unidos, em 1907, no Estado Indiana, aplicada “aos criminosos e aos doentes mentais hospitalizados (lei de março de 1907). Até julho de 1925 foram esterilizados 120 indivíduos”, afirma a tese de Guarany Sampaio à Faculdade de Medicina de São Paulo.¹⁸²

¹⁸⁰ KEHL, Renato. *A esterilização do ponto de vista eugênico*. *Brazil-Médico*, ano XXXV, n. 13, março de 1921, 155 a 157, p. 155.

¹⁸¹ Idem, p. 156.

¹⁸² SAMPAIO, Guarany. *A esterilização eugênica e a deontologia médica*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo, Irmãos Ferraz, 1928, p. 33.

A esse respeito, Lilia M. Schwarcz, baseando-se no livro de Nancy Stepan (*The hour of eugenics...*, op. cit., p. 158), contraria a afirmação de Guarany Sampaio, segundo a qual já em março de 1907 havia nos Estados Unidos lei de esterilização eugênica no Estado de Indiana. As primeiras leis teriam sido introduzidas no cantão de Vaud, na Suíça, em 1928, na Dinamarca em 1929 e nos Estados Unidos em 1919. Assim, “entre 1930 e 1940, mais de 8 mil dinamarqueses teriam sido esterilizados em função de suas anormalidades físicas e sexuais”. Com relação aos Estados Unidos, Stepan declara que já no final dos anos 20, vinte e quatro estados haviam aprovado leis de esterilização; sendo que “entre 1907 e o final da Segunda Guerra Mundial chegaria a 70 mil o número de indivíduos esterilizados, incidindo as leis sobre a população pobre e frequentemente negra”. (*Apud: O espetáculo das...*, op. cit., p. 234) O texto citado não deixa claro porque fixou o início do período em 1907, coincidindo, portanto, com a lei americana citada por Guarany Sampaio e que parece ter sido omitida por Stepan. Por sua vez, Roquette Pinto confirma a informação de Guarany, afirmando que de 1907 a 1921, mais de três mil pessoas foram esterilizadas nos Estados Unidos. Ver: *Seixos rolados...*, op. cit.

Vários estados americanos passaram a adotá-la a partir daquela data, sendo que alguns com intento repressivo como penalidade para atos anti-sociais. Até 1925, haviam sido feitas nos Estados Unidos um total de 6.244 intervenções.¹⁸³ Renato Kehl exemplifica um caso em que as leis da Califórnia ou de Indiana “permitem que seja feita [a esterilização]: um indivíduo recolhido no asilo por uma demência transitória e que é pai de 8 filhos, dos quais vários francamente degenerados. Que fazer? Fora do asilo, onde ele não poderá permanecer continuará a procriar, neste caso estabelece-se uma junta médica que, consultada, indicará, certamente, a intervenção esterilizante, considerando uma indicação perfeitamente compatível com a lei, com a moral e com os são princípios da humanidade”.¹⁸⁴ Intrigante é que, no país que sempre se proclamou defensor da democracia e dos direitos individuais, 23 estados legislaram a respeito, muito antes da Alemanha de Adolf Hitler em 1933 - “... em março de 1927, foi votado um projeto prevendo a esterilização de criminosos habituais, loucos incuráveis e idiotas no Estado do Colorado. Foram opostos somente 6 votos ao projeto”,¹⁸⁵ afirma o doutorando Guarany Sampaio. Por outro lado, a segregação nos asilos, outra prática discutida entre

¹⁸³Ver: Idem, p. 34. O mesmo autor faz uma análise de conjunto das leis nos diversos estados americanos e estabelece alguns pontos comuns, como por exemplo: “A esterilização eugênica é somente permitida em certas instituições públicas autorizadas por lei, estando sujeitos a ela apenas os hóspedes das referidas instituições (hospitais, prisões, etc.) (...) De um modo geral, os superintendentes das instituições autorizadas têm o dever de assinalar, entre os internados, quais os indivíduos portadores de moléstias mentais, epiléticos, criminosos habituais, degenerados morais, pervertidos sexuais, que sejam capazes de transmitir hereditariamente caracteres inferiores ou anti-sociais. O indivíduo assim assinalado será então examinado por uma comissão de peritos, cuja composição é variável. (...) O conselho ou a comissão de peritos deverá fazer um exame minucioso do indivíduo cuidando particularmente da anamnese familiar”. Idem, p. 38.

¹⁸⁴*A esterilização do ponto de vista...*, op. cit., p. 156.

¹⁸⁵Outros fatos impressionantes relatados pelo mesmo doutorando: “São raros os Estados em que a lei prevê, unicamente, o caso de esterilização voluntária, quando um indivíduo portador de moléstias julgadas hereditárias submete-se por vontade própria à operação autorizada por lei; poderá, após, contrair matrimônio, que lhe seria vedado anteriormente (...) É curioso o conceito em que é tida a voluntariedade em certos Estados. Neles os indivíduos internados nas instituições autorizadas, uma vez indicados pelo superintendente e pelo conselho examinador, serão submetidos à operação após permissão escrita, própria ou de seus responsáveis. Caso recusem esta autorização escrita, serão operados da mesma forma”. (o grifo é nosso). *A esterilização eugênica...*, op. cit., p. 40.

os eugenistas para impedir a procriação dos degenerados, implicava num alto custo de manutenção de estabelecimentos especializados.

Mais econômica e mais viável, a esterilização estava longe de não oferecer dificuldades. “Para se chegar a um resultado completo seria necessário que (...) fosse aplicada compulsoriamente, de um modo permanente; e em vasta escala, não poupando mesmo os indivíduos que aparentem superficialmente normalidade e que no entanto, intrinsecamente, são defeituosos. Tais casos não são raros, pelo contrário. Todos os dias se verifica indivíduos que se casam nestas condições, mesmo com um outro normal, e têm proles degeneradas”.¹⁸⁶ Mas ela envolvia “problemas delicadíssimos” do ponto de vista de sua aceitação social, além do perigo de se tornar uma prática neo-malthusiana que impediria indistintamente tanto a prole má quanto a boa. Por isso é que o Dr. Kehl propõe um programa mais moderado “compreendendo a aplicação compulsória da esterilização aos indivíduos absolutamente degenerados e aos que, embora não apresentando estigmas de degeneração, tivessem filhos degenerados...”.¹⁸⁷ Germes americanos e brasileiros do nazismo?

São os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental que assinalam com entusiasmo o grande evento: “No momento atual em que todo mundo culto dos não especialistas em heredologia, tomou conhecimento com surpresa da nova e grande lei alemã da esterilização dos degenerados, pareceu-nos da maior oportunidade fazer traduzir diretamente do original para os Arquivos o texto integral do referido Estatuto, cuja repercussão em nosso meio apreciaremos num dos próximos números desta revista”.¹⁸⁸ Logo depois, já no nº 4 do mesmo ano (1934), os Arquivos apresentam a

¹⁸⁶ KEHL, R., *A esterilização do ponto de vista...*, op. cit., p. 156.

¹⁸⁷ Idem, p. 157.

¹⁸⁸ Lei alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras - *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano VII, abr. jun. 1934, nº 2, 54-7, p. 54.

tradução de um artigo de uma revista alemã discutindo os “Resultados do exame de alunos asilados para fins de esterilização”¹⁸⁹ e analisando a conveniência da esterilização de menores de idade degenerados e delinquentes. A lei alemã de 1933 assinada por Hitler (na época Chanceler do Reich), previa a esterilização dos portadores de doenças hereditárias e enumerava: debilidade mental congênita, esquizofrenia, loucura circular (maniaco-depressiva), epilepsia hereditária, coréia hereditária, cegueira hereditária, surdez hereditária, grave deformidade corporal hereditária. A lei institui um Tribunal de Eugenia aonde deve ser dirigida a requisição pela própria pessoa, pelo curador ou tutor no caso de menor ou pessoa incapacitada, ou pelo médico oficial público e, no caso de doentes internados, pelo diretor do estabelecimento hospitalar ou assistencial. O processo judicial não era público, sendo que o Tribunal poderia ouvir testemunhas, exigir exames médicos e ouvir peritos que estavam obrigados a guardar segredo profissional. Um verdadeiro complexo judiciário porque, além da primeira instância, a lei instituiu também um Supremo Tribunal Eugênico, a quem cabia decidir sobre os recursos a ele encaminhados. Mas este seria apenas o começo de um processo que culminará mais tarde, a partir de 1939, no extermínio em massa dos defeituosos físicos e mentais, conforme memorando secreto de Adolf Hitler autorizando os médicos a matarem os internos nos hospitais psiquiátricos alemães, segundo resenha no Jornal do Brasil de dois livros recém-publicados nos Estados Unidos.¹⁹⁰ Calcula-se que até a derrota alemã em 1945, duzentas mil pessoas entre adultos e crianças deficientes, tenham sido

¹⁸⁹Trata-se do artigo de Adalbert Gregor: *Resultados do exame de asilados para fins de esterilização*, traduzido da revista alemã *Zeits f. psychische hygiene*, vol. VII, nº 2, de junho de 1934 e publicado nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* (ano II, nº 4, out.dez., 1934).

¹⁹⁰*Vítimas da medicina nazista - estudiosos revelam como Hitler mandou assassinar deficientes* - resenha, Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, Caderno Idéias-Livros, sábado, 1º de abril, 1995. Trata-se dos livros: Burleigh, Michael, *Euthanasia in Germany, 1900-1945*, Cambridge University Press e ALY, G.; Chroust, Peter e Pross, Christian, *Cleaving the fatherland; nazi medicine and racial hygiene*. John Hopkins.

assassinadas. “Tão chocante quanto estes números”, continua a resenha, “é a constatação por parte dos historiadores de que a oposição a estas medidas foi pequena e esteve restrita a lideranças religiosas e as poucas personalidades do mundo da medicina. A razão para isto é que - embora estas medidas fossem secretas e ilegais (o projeto da lei de eutanásia nunca chegou a ser aprovado) - elas foram precedidas de uma incisiva campanha de propaganda. O objetivo da mensagem martelada pelos nazistas era estigmatizar deficientes e doentes mentais como um peso morto para a sociedade ‘saudável’, uma carga ainda mais incômoda em tempo de guerra”.¹⁹¹ Discurso semelhante, como vimos, foi também produzido no Brasil, sendo que, diferentemente da Alemanha, as mortes ocorrem até hoje pelo descaso das autoridades públicas quanto ao abandono dos doentes e deficientes e do extermínio mais ou menos clandestino de crianças, delinqüentes e homossexuais. Não tivemos aqui a máquina concreta de um tribunal eugênico, tampouco leis proibitivas dos casamentos, esterilizações compulsórias

¹⁹¹Idem, ibidem.

A respeito do eugenismo aplicado aos deficientes. Jean-Luc LAMBERT em seu livro *Handicap mental et société - un défi pour l'éducation* (Suíça, Editions Delval, 1986, pp. 32 e 33) faz uma importante denúncia: “On croit trop souvent que le programme nazi prônant l'euthanasie sur une grande échelle est une aberration idéologique, liée aux idées nazie, confinée à la période nazie et limitée géographiquement aux régions contrôlées pa les nazis. Un tel raisonnement est non seulement erroné, mais également dangereux. Nous allons voir pourquoi. Reprenant un ensemble d'études de l'époque, Wolfensberger, W. (*The extermination of handicapped people in World War II Germany, Mental Retardation*, 1981, 19, 1-7, p. 1) écrit:

“Le programme d'euthanasie allemand est issu de la médecine, des milieux intellectuels, académiques et scientifiques. Le programme a commencé, non parce qu'il était allemand ou nazi, mais parce qu'il représentait un phénomène général de la science occidentale. Les bases de l'euthanasie sont écrites par Binding et Hoche, 13 ans avant la prise de pouvoir par Hitler et 20 ans avant l'extermination dans les camps.”

Lambert segue comentando: “Les idées de ces deux hommes de science, professeurs de droit, de philosophie et de médecine, sont en fait (...) tributaires des mouvements sociaux et philosophiques qui ont animé le début du siècle. Ces auteurs préconisent ‘la mort pour les idiots in curables, ceux qui souffrent de déformations sévères ou de maladies graves’. La mort doit être donnée ‘sans souffrances’, administrée par un ‘expert’”. A afirmação de Lambert de que as medidas eugênicas não são um fato isolado ou uma “aberração ideológica” que vigorou somente durante a Segunda Guerra, mas “um fenômeno da ciência ocidental”, fica corroborada com a proposta, em 1966, do prêmio Nobel de física, William Shokley, de esterilizar pessoas com QI baixo. Ver o artigo de Carlos Lins e Silva, *A curva que abalou os Estados Unidos*, no suplemento “Mais”, do jornal Folha de São Paulo, 30 de outubro, 1994, p. 4.

ou extermínio oficial. Nem por isso ficamos a salvo da vigilância médica sobre os comportamentos, os estigmas, ou dos julgamentos sobre os destinos dos considerados anormais ou degenerados, da sua morte por abandono ou violência, quase sempre impunes.

Ao contrário da surdo-mudez, a cegueira que dificilmente era arrolada entre os estigmas da degenerescência no século XIX, desta vez é capturada pela eugenia. No discurso psiquiátrico não era raro encontrar a surdo-mudez associada a uma outra afecção mental. A cegueira não, sempre fugiu ao domínio da psiquiatria. Pelo menos até meados da segunda década do século XX, o cego passava despercebido também para os eugenistas. Um livro americano, por exemplo, *Eugenics: twelve lectures*, de 1914, escrito por vários autores e que faz um alentado estudo sobre a eugenia sob diversos pontos de vista, nada menciona sobre cegueira ou cegueira familiar, omitindo o termo no índice onde se encontram: "deaf-mutes", "feeble mindedness", "mental defect", "cretins" etc.¹⁹² A partir da década de 20, no entanto, esta situação parece mudar e a cegueira, já considerada a modalidade hereditária, passa a ser preocupação eugênica. É Renato Kehl quem nos confirma, em artigo de 1925 nos *Arquivos brasileiros de higiene mental*: "É crueldade inominável o lançamento dos recém-natos degenerados às profundezas do Eurotas, mas não é menos cruel e triste assistir impassível à multiplicação de desgraçados que sofrem o calvário de uma cegueira, de uma surdo-

¹⁹²*Eugenics: twelve university lectures*. New York, Dodd Mead and Company, 1914.

Em contrapartida Charles A. Elwood no capítulo VIII - "The eugenics movement from standpoint of sociology" (pp. 213 a 238) - escreve, a propósito dos surdos-mudos: "Such a class, for example, is the class of congenital or hereditary deaf-mutes. This is a defect which is highly transmissible if persons of this class intermarry. On the other hand, many congenital deaf-mutes are highly intelligent persons. It would seem desirable, neither to segregate this class nor to forbid them legal marriage, but to develop in them, through education and the pressure of public opinion, a eugenic conscience which, under ordinary circumstances, would probably lead the person suffering from such a defect, not to marry". Idem, p. 232.

mudez, arrastado pela vida em fora".¹⁹³ A mudança fica ainda mais clara quando da citada publicação pelos *Arquivos* da lei de Hitler sobre a esterilização dos degenerados, com a inclusão da cegueira hereditária.

Aliás, como órgão oficial de divulgação os trabalhos da Liga Brasileira de Higiene Mental, os *Arquivos* tiveram grande circulação no país, não apenas no âmbito médico, com ampla distribuição gratuita nos colégios, bibliotecas, hotéis, navios mercantes.¹⁹⁴ Inicialmente os objetivos da Liga, segundo os Estatutos de sua fundação, não eram explicitamente eugênicos e se propunham à prevenção das doenças mentais, à proteção dos egressos dos manicômios e dos defeituosos mentais passíveis de internamento, ao melhoramento dos processos de assistência e tratamento das doenças mentais nos asilos públicos e fora deles.¹⁹⁵ Formada em sua maioria pela elite da psiquiatria no Brasil, era dividida em seções, dentre as quais a de Deficiência Mental¹⁹⁶, que desapareceu no novo Estatuto de 1928. Esta reformulação apenas consolidou em seus objetivos a realização de programas de higiene mental e de eugenia no domínio das atividades individual escolar e profissional, práticas que já vinham sendo veiculadas

¹⁹³KEHL, Renato. *A esterilização dos grandes degenerados e criminosos*. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano 1 (nº 2), dez / 1925, 69-74, p. 71.

Confirmando também a inclusão dos cegos nas preocupações dos eugenistas, Guarany Sampaio cita o médico americano "Dr. Laughlin, do Eugenic Record Office, que muito se tem aplicado ao estudo da esterilização eugênica" e que "acha que a esterilização estaria indicada em todas as 'socially inadequate classes'" (os fracos de espírito, loucos, psicopatas, criminosos, epiléticos, ébrios, toxicômanos, tuberculosos, sífilíticos, leprosos e outras moléstias crônicas, os malconformados, os mendigos, órfãos e vagabundos) e dentre elas "os cegos (compreendendo indivíduos possuidores de perturbações visuais acentuadas)" (o grifo é nosso). *A esterilização eugênica...*, op. cit., pp. 36 e 37.

¹⁹⁴Ver: SHECHTMAN, Alfredo. *Psiquiatria e infância: um estudo histórico sobre o desenvolvimento da psiquiatria infantil no Brasil*. Dissertação de mestrado. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1981, p. 12.

¹⁹⁵Os primeiros Estatutos da Liga Brasileira de Higiene Mental encontram-se no livro de Gustavo Riedel, seu fundador: *L'hygiène mentale au Brésil*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1923, p. 29.

Sobre a história da Liga ver: COSTA, Jurandir Freire, *História da psiquiatria no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976.

¹⁹⁶A Seção de Deficiência Mental era integrada pelos seguintes membros: Plínio Olinto, Mario Pinheiro, Olavo Rocha, Gustavo Resende e Manoel Bonfim. Ver: RIEDEL, Gustavo, *L'hygiène...*, op. cit.

desde os primeiros números dos *Arquivos*, em 1925. Segundo Jurandir Freire Costa, “de 1923 a 1925, a LBHM seguiu orientação que Riedel lhe havia imprimido, ou seja, a de procurar aperfeiçoar a assistência aos doentes. A partir de 1926, no entanto, os psiquiatras começaram a elaborar projetos que ultrapassavam as aspirações iniciais da instituição e que visavam à prevenção, à eugenia e à educação dos indivíduos”¹⁹⁷ - extensão gradativa da prática psiquiátrica a todos os domínios da vida social, baseada nas novas idéias sobre prevenção provindas de outras especialidades médicas, nos progressos da eugenia que varreu o mundo ocidental nesta época. A Liga passou, então, a ter clara intenção de reformar a sociedade brasileira impondo-lhe normas de comportamento, medidas proibitivas de casamentos e procriações como dispositivo de aperfeiçoamento da raça, entendida inicialmente como sinônimo de espécie humana, enveredando por um discurso mais abertamente racista. A criação da Liga veio a calhar numa década de modificações políticas, econômicas e sociais. Ao crescimento das cidades e à multiplicação das atividades industriais acompanhou todo um processo de “modernização” dos costumes, o abandono de antigas práticas familiares, dando lugar a novas relações de produção e ao aparecimento do novo homem-médio, de classe média e da elite pensante e econômica, que se julgava “parecido” com o europeu (mais tarde substituído pelo norte-americano): moralista, disciplinado e disciplinador, racista, intolerante e autoritário.

Mas, o ideal eugênico não se limitou às elites. A naturalização dos desvios pelos males da miscigenação ou da consangüinidade ou a moralização da natureza, através da correção dos desregramentos que produzem os castigos da sífilis, da tuberculose e do alcoolismo, foram assuntos da medicina desde o século XIX, e

¹⁹⁷COSTA, Jurandir Freire. *História da...*, op. cit., p. 32.

justificava a miséria e a doença pela herança biológica, e seus produtos degenerados pela transgressão moral dos ancestrais, num círculo vicioso que só poderia ser interrompido pelos preceitos da eugenia, a grande redentora da raça e promotora do progresso do Brasil! Mas uma outra linha de intervenção eugênica, que foi mais além das propostas de impedimento dos casamentos e esterilizações para os portadores de taras hereditárias, surge e de certa maneira oferece a crítica àquelas propostas quando rediscute a herança dos caracteres e enfatiza o fator ambiental: “De um lado teremos a constituição geral inata, resultante da soma dos diferentes tipos de constituição, com o predomínio desta ou daquela variedade. De outro lado, contaremos a constituição adquirida resultante da ação do ambiente e da educação, que influi sobre a constituição inata, corrigindo-a ou modificando-a”, afirma Guarany Sampaio, e exemplifica: “... compreende-se que qualquer um, independentemente de sua constituição inata poderá se tornar criminoso conforme as influências exógenas e a educação recebidas”.¹⁹⁸ Coloca-se, pois, a ação educativa como muito mais eficiente e profilática que as outras medidas eugênicas. O mesmo autor cita os Estados Unidos como exemplo de país que não orienta suas campanhas eugênicas apenas nos “resultados duvidosos da esterilização de alguns milhares de indivíduos. Pelo contrário, são incontáveis as medidas de higiene mental, a educação sanitária aí compreendidas, levadas a efeito naquele país. São os Estados Unidos ainda o país em que a questão da reeducação dos anormais apresenta o seu maior desenvolvimento”.¹⁹⁹

Será, portanto, com afã nacionalista e participando do entusiasmo

¹⁹⁸ *A esterilização eugênica e a ...*, op. cit., pp. 62 e 63.

¹⁹⁹ *Idem.* p. 67. Em 1927, Roquette Pinto defendia idéias semelhantes sobre a eugenia. Ver: *Seixos rolados...*, op. cit.

pedagógico que redundou na defesa da escolarização de toda a população,²⁰⁰ na multiplicação da rede de ensino e no movimento da Escola Nova, que a Liga irá iniciar campanhas educativas, implantar serviços de proteção à infância como o ambulatório de psiquiatria,²⁰¹ cujo objetivo será intervir na família e na criança, serviços de fiscalização sanitária nos lares e nas escolas, exames psíquicos periódicos “para descobrimento de defeitos, anomalias e doenças físicas que devem ser sem demora corrigidas e curadas...”, bem como, “... ensinar à mães como formar os primeiros hábitos de seus filhinhos...”, além de “... organizar o descobrimento e educação dos deficientes mentais”, escrevia em 1925 J.P. Fontenelle nos *Arquivos*.²⁰² Como a questão institucional será tratada em capítulo posterior, por ora basta acrescentar que, apesar de aliados dos educadores eminentes da época e de participar dos serviços de educação sanitária nas escolas primárias e normais, os psiquiatras da Liga parecem ter aos poucos se desobrigado do tratamento e da educação dos deficientes, ao fixar sua preocupação na necessidade do diagnóstico das aptidões para a triagem dos menos capazes nas escolas, ficando fora das soluções práticas. Tanto que, mesmo lamentando a ausência de atendimento educacional especializado no país (seu imenso atraso comparado com os Estados Unidos e mesmo a Argentina), além de suprimir a Seção de Deficiência Mental de seus Estatutos, elabora em 1934 uma lista de *Aspirações da Liga*²⁰³, que consiste na proposta de 12 serviços diferenciados que vão desde a assistência aos vagabundos até a orientação e seleção profissional, onde nada consta sobre a educação ou assistência aos deficientes.

²⁰⁰ Ideal que até hoje está longe de ser alcançado em nosso país.

²⁰¹ Ver: *Atas das sessões da Liga Brasileira de Higiene Mental* - Archivos Brasileiros de Higiene Mental, 1 (1), 1925, pp. 148 e 149.

²⁰² FONTENELLE, J.P., *Higiene mental e educação*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1925 (extraído dos Archivos Brasileiros de Higiene Mental, ano I (1), p. 10.

²⁰³ “Aspirações da Liga Brasileira de Higiene Mental”, *Archivos brasileiros de higiene mental*, ano VII (2), 1934, pp. 71 e 72.

7. Retrato da tristeza brasileira: o doente cantor da Misericórdia

Mesmo ressaltando a importância da instrução higiênica que deveria ser obrigatória nas escolas e para as mães como medida profilática de longo alcance, os eugenistas pareciam não acreditar muito nos seus efeitos a outros adultos, quando o mal já estava instalado. Pelo menos em Renato Kehl isto é particularmente verdadeiro: “Seria desolador ver o efeito das pregações doutrinárias entre os párias que vegetam na mais sórdida miséria...”, uma multidão de gente feia²⁰⁴ que “... além de analfabeta são atrasados mentais, verdadeiros cretinos (...)”, uma legião de “... idiotas, cretinizados, aleijados ou paralíticos (...)”, incapazes “de dar algumas ligeiras informações”.²⁰⁵ Face a este panorama desolador da paisagem humana, que o Dr. Kehl descreve: “Lançai os olhos para a multidão que movimenta as nossas ruas. Observai o número de macro ou microcefálicos, escolióticos ou cifóticos, agnatas, prognatas, monstruosidades de mil variedades”,²⁰⁶ ele só poderia constatar que: “Dizem que o povo brasileiro é um dos mais tristes do planeta, que o *tedium vitae* é o estado d’alma habitual da nossa gente (...) Temo generalizações. Evito as análises quando tenho que, por meio delas, chegar a conclusões gerais. Mas se não erro nas minhas observações estou concorde com a tristeza, a frieza, são apanágios do nosso povo”,²⁰⁷ para acrescentar às observações que faz com olhos de elite de homem de ciência, a tristeza que vê nas manifestações coletivas, nos teatros, nos “meetings”, nas ruas. Foi com olhos semelhantes que Paulo

²⁰⁴Os eugenistas eram obsecados pela perfeição física, cujos padrões obviamente eram europeus. Renato KEHL, por exemplo, considerando a feiúra uma doença, escreve um livro intitulado *A cura da fealdade, eugenia e medicina social* (1ª ed., São Paulo, Monteiro Lobato, 1923) onde se esmera em conselhos de beleza, tal como as seções das revistas femininas.

²⁰⁵*Eugenia e medicina social...*, op. cit., p. 19.

²⁰⁶Idem, p. 127.

²⁰⁷Idem, p. 102.

Prado,²⁰⁸ um intelectual da Semana de Arte Moderna, ao lado de certos comentários argutos sobre o que chamou de “filosofia da senzala, em maior ou menor escala latente nas profundezas inconfessáveis do caráter nacional”,²⁰⁹ inicia seu livro *Retratos do Brasil* desta maneira: “Numa terra radiosa vive um povo triste”,²¹⁰ uma melancolia que atribui, como um castigo moral, a dois impulsos perversos presentes em toda a história da nossa colonização: cobiça e luxúria.

Pois esta tristeza não está presente na maioria das histórias infames recolhidas ao longo desta pesquisa. Frente à tragédia de suas existências, os personagens dessas histórias ainda podem sorrir, às vezes até cantar e dançar. É Robert Walsh, viajante inglês, que em seu livro *Noticias do Brasil*, publicado em 1830, referindo-se a uma modalidade de elefantíase que grassava naquele tempo no Rio de Janeiro, quem nos relata:

“... Mas eu pude observar o caso mais extraordinário e quase sobrenatural da doença ocorrido no Hospital da Misericórdia. O paciente era negro, tinha cerca de 25 anos e não apresentava qualquer ferida ou causa aparente que pudesse explicar a doença. O tumor começou a aumentar e continuou crescendo sem provocar nenhum outro incômodo até atingir o chão. Quando o jovem punha-se de perfil, a massa disforme projetava-se como uma imensa bolsa, tão volumosa quanto o resto de seu corpo, para frente e para trás. Quando se virava de costas, era tão grande que escondia suas pernas, embora estas também estivessem enormemente inchadas por causa da elefantíase, parecendo postes disformes quando observadas de lado. De sua cintura para baixo ele apresentava o mais

²⁰⁸ Por isso é que Paulo Prado será citado por Renato Kehl em 1931: “País de intensa mestiçagem e imigração, ambas processadas “à la diable”, encontra-se hoje numa confusa situação racial e social, nada brilhante, não obstante a opinião suspeita de alguns panigiristas da nossa policromia e babelica constituição étnica, cuja situação foi posta por Paulo Prado, para só citar um autor nacional insuspeito”. “A campanha da eugenia no Brasil”, *Archivos Brasileiros de hygiene mental*, IV (3), março-abril-maio, 1931, p. 96. *Apud* COSTA, Jurandir Freire, *História da Psiquiatria...*, op. cit., p. 54.

²⁰⁹ PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil - ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, Ibrasa, Brasília, INL, 1981, p. 139.

Paulo Prado, intelectual reconhecido como o mentor da Semana de Arte Moderna em 1922, tinha a intenção de contestar nesse livro o ufanismo da obra de Afonso Celso *Porque me ufano de meu país*, que tentava encobrir a realidade colonial do Brasil.

²¹⁰ *Idem*, p. 17.

horripilante quadro que um ser humano poderia suportar; mas do tórax para cima era musculoso e bem proporcionado, apresentando um rosto saudável e gracioso, incomum nos indivíduos de sua raça. Nos outros aspectos tinha ótima saúde e era tão cheio de vida que estava sempre cantando e dançando. Ele vestia uma calça frouxa de algodão cru que deixava à mostra apenas os pés. Assim vestido ele carregava, sem nenhum transtorno, uma excrescência que pesava mais de trinta libras. Nunca deixava de participar das danças negras, as quais sempre liderava; era o mais alegre e ativo atendente do hospital.²¹¹

Quem lamenta que a religiosidade brasileira se concentra mais nas festas do que na sisudez dos rituais,²¹² que a indolência sempre desaparece na oportunidade de um divertimento, só pode ver com amargor essa alegria que nenhum intelectual mal-assombrado poderá subtrair das manifestações populares. É capaz até de achar que é exceção essa história que deixou estupefato um estrangeiro em nosso país. Porque seus olhos só conseguem mirar a falta e se contentam com a melancolia que sentem em sua própria classe social.

²¹¹WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*, 2 vol., Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1985, 1^o vol., pp. 176-7.

²¹²Saint-Hilaire, em viagem pelo Brasil no século XIX observa:

“Segui parte dos ofícios e doeu-me a falta de atenção dos fiéis. Ninguém se compenetra do espírito das festas. Os homens mais distintos nelas tomam parte pela força do hábito e o povo como a um grande divertimento”. SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975, p. 184. Apud GÓES, José Roberto, *O cativo imperfeito - um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*, Vitória, Governo do Estado do Espírito Santo, 1993, p. 165.

CAPÍTULO III

AS MARCAS DA DEFICIÊNCIA: CORPO CATIVO E CORPO ASSUJEITADO

1. Os Fantasmas Reais da Escravidão

“O tráfico de escravos da África para o Brasil foi uma das grandes tragédias da história humana.”¹

Não houve instituição mais duradoura, mais persistente e mais conservadora do que a escravidão no Brasil, o último país do mundo a extingui-la. Atravessou incólume quatro séculos da história brasileira. Onipresente no território nacional, iniciou pela escravização do índio e pouco depois a dos povos africanos. A não ser pelas fugas, suicídios, quilombos e revoltas dos próprios escravos, ela teve proporcionalmente muito pouco detratores entre os brancos, mesmo no século XIX, apesar das pressões econômicas da Inglaterra² e das doutrinas humanitárias internacionais. Com exceção dos índios, a própria Igreja Católica jamais empreendeu qualquer missão antiescravista, a não ser por alguns poucos padres gatos pingados.³

¹ CONRAD, Robert. *Tumbeiros - o tráfico de escravos para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 208.

² Sendo o braço escravo a verdadeira máquina de trabalho do sistema colonial que, no Brasil, perdurou mesmo após a independência, a Inglaterra se via impossibilitada de obter mercado de escoamento de sua produção industrial (implantar máquinas e produtos que substituíam o escravo) em países onde a escravidão permanecia. Seu interesse pelo abolicionismo era puramente econômico: “A inglesa Royal African Company estende sua ação sobre a costa da Guiné, atual Gana e do Daomé, com a eficiência que asseguraria a seus negreiros, no século XVIII, 70% do tráfico para as Antilhas e a América do Norte. Cento e um navios de transporte de negros estão inscritos no porto de Liverpool. Será, porém, da Inglaterra enriquecida por esse comércio de escravos, que partirá a luta anti-escravista, no século XIX”, afirma MATTOSO, M. Queirós. *Ser escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 22.

³ Segundo Delso RENAULT, em *Indústria, escravidão e sociedade, uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 82): “A palavra do padre Antônio Vieira vergasta a conduta dos donos de escravos, enquanto o açoite cortava a carne do cativo preso ao ‘tronco’. O padre Manuel Ribeiro Rocha ergue a sua voz em 1753 dizendo que ‘todo o comércio da Angola, Guiné e Cafraria era ilegal e deveria ser condenado como pecado mortal contra a

Conventos e mosteiros sobreviviam às custas do trabalho escravo.⁴ Desde antes do descobrimento, como afirma Delso Renault, “envolvida na política do Reino a Igreja não assume uma posição intransigente em face da escravização do negro. Ao contrário, a bula *Romanus Pontifex*, de Nicolau V (1454) faz o elogio do apresamento de negros e tem esses feitos como títulos de glória para a Coroa de Portugal. Alguns atos da Igreja no século XVI referem-se à legitimidade do jugo dos infiéis à escravidão”.⁵ Nem mesmo a proibição do tráfico na década de 50, que praticamente decretou a sua extinção gradual, ou a lei do ventre-livre que em 1871 libertava os recém-nascidos de mãe escrava⁶, foram sinais ou efeitos de algum movimento abolicionista importante e radical. No máximo, e por essa mesma razão, aquelas leis tiveram o apoio de uma oposição emancipacionista, e ainda assim tímida perante a dominação feroz dos escravistas.

Somente a partir de 1880, portanto apenas oito anos antes da lei da abolição, surge no Brasil um movimento forte antiescravatura que aglutinou desde

caridade e a justiça universal”, *apud* RIBEIRO, João, *História do Brasil*, Curso Superior, Rio de Janeiro, 17ª ed., Livraria Francisco Alves, 1960, p. 208.

⁴ “Nos canaviais pertencentes aos monges beneditinos e aos frades carmelitas são onde o trabalho é dirigido com maior atenção e ritmo e, ao mesmo tempo, com o maior cuidado pelo conforto e bem-estar da escravaria” - KOSTER, Henry e TOLLENARE, *A escravidão no Brasil*, (Brasília?) Projeto Rondon/Ministério da Educação, SESU, s.d., p. 11.

Os jesuítas eram senhores de escravos no Engenho de Santana na Bahia, o que justifica a afirmação de Vivaldo COARACY: “... a Companhia de Jesus, que sempre se manifestou tão combativa contra a escravidão dos índios, nunca usou de seu poderoso prestígio para minorar os sofrimentos dos pobres negros em cujo favor nunca pronunciou uma palavra” - *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1988, p. 283. É do mesmo autor a observação de que os monges do mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro só se utilizaram de “escravos brancos”. Mas, essa mesma ordem antecipou-se à abolição e alforriou seus últimos escravos em 1873, pp. 287 e 288.

⁵ *Indústria, escravidão e sociedade...*, op. cit., p. 81.

⁶ As leis brasileiras sempre determinaram que o filho de mãe escrava será escravo, não importando se o pai fosse livre. Por isso, houve casos de muitos senhores venderem os próprios filhos que tiveram com suas escravas. Além disso, a lei de 1871, ou Lei do Ventre-Livre, evitava a libertação dos menores, os chamados ingênuos, até que atingissem 21 anos de idade, o que significava que o filho da escrava não perdeu inteiramente seu valor de mão-de-obra variável, conforme a idade. Segundo Katia de Queirós MATTOSO (“O filho da escrava” - In: *História da Criança no Brasil*, Mary del Priore org., São Paulo, Contexto, 1991, pp. 76 a 97), “quando o filho da escrava completa oito anos a lei permite ao senhor (...) escolher a modalidade de libertação que lhe convém. É que nos seus 8 anos a criança já deu provas de suas capacidades (...). Até os 21 anos, são treze anos de trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo podia compensar” (p. 92). “Essa indenização era de 600.000 réis e visa compensar o senhor pelas despesas que tinha tido para a criação do filho da escrava” (p. 97).

figuras políticas e intelectuais importantes à gente do povo, escravos e ex-escravos, enfim, uma importante mudança de opinião pública capaz de enfrentar principalmente os poderosos senhores escravistas das plantações de café de São Paulo.⁷ Nem mesmo Cuba, cujo tráfico se manteve e foi estimulado no século XIX (porque tal como o Brasil os escravos não tiveram condições de manter seus índices de reprodução), teve tamanha e “inflexível fidelidade para com a escravatura até o século XIX”.⁸ Na década de 80, quando a luta abolicionista chegava ao auge, fugas e rebeliões dos escravos se generalizaram pelo país. Se de um lado os senhores se viam assombrados com os efeitos tenebrosos da abolição, de outro, entre os abolicionistas muito poucos se lembraram de lutar efetivamente por reformas que deveriam acompanhar a libertação para melhorar as condições de vida da maioria da população, como o sistema de propriedade e distribuição de terras, a construção de uma rede de educação popular, a ampliação da representação e da participação política do povo, e de dispositivos que garantissem condições de trabalho, em especial para os libertos, e para todos os trabalhadores em geral. E o que sucedeu, então, à abolição foi a reação violenta dos senhores da elite, através do golpe militar republicano, que estreitou ainda mais a participação política, relegou ao abandono os ex-escravos cujas condições de vida permaneceram semelhantes à escravidão: obrigados a optar entre a liberdade de passar fome ou o trabalho servil e desqualificado do campo e da cidade, em ambos os casos, uma vida de

⁷ Ver CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. XVII: “Apesar dos proprietários das plantações de café dessa parte do Brasil terem revelado indícios de estarem mais dispostos do que os plantadores de outros lugares a adotarem soluções modernas para seus problemas econômicos, poucos deles, na realidade, mostraram alguma tendência para adotar um sistema de trabalho livre até apenas meses antes da abolição da escravatura. Os plantadores de café de São Paulo, na verdade, constituíram um dos mais poderosos e obstinados grupos pró-escravatura no Brasil, até a segunda metade de 1887, quando a situação nacional e local, mudando rapidamente, os forçou a realizar de uma só vez a conversão para o sistema de trabalho livre, que já estava sendo efetuada há décadas em outras regiões do país”.

⁸ *Idem*, p. 4.

miséria. A antiga instituição dos senhores de escravos continuava a atravessar as elites autoritárias e comprometidas com a “modernização conservadora”, na exploração da força de trabalho e no amortecimento de sua potência política. O Brasil continuava a ser, no dizer de Antonil, “o inferno dos negros”.⁹

A marca histórica que rasgou fundo a carne e as subjetividades brasileiras, que chegou quase ao século vinte, faz suas cicatrizes latentes e dolorosas ainda latejarem no cotidiano. Fantasmas reais que povoam até hoje o nosso mundo... a mão possessa do torturador, a fúria insana do exterminador de crianças, o aplauso anônimo à brutalidade oficial, as multidões de corpos tangidos pela miséria rolando nas calçadas, a escravização de trabalhadores famintos. Se o que se produziu com a categoria de deficiência foram novos sentidos para os corpos no mesmo tempo em que começam a surgir novos territórios para as suas práticas e suas relações, então todas as vicissitudes que lhes dizem respeito estarão forçosamente presentes na construção daquela categoria. Impossível, portanto, passar ao longo do fenômeno da escravidão, tamanha a sua magnitude como acontecimento a reverberar no tempo e no espaço da vida brasileira.

Embora a escravidão moderna seja anterior ao descobrimento do Brasil¹⁰, aqui ela levou algum tempo para se instituir formalmente. Antes da tarefa colonizadora, a exploração da terra descoberta através da coleta do pau-brasil, tão valorizado na

⁹ “Inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos”, expressão usada pelo jesuíta italiano João Antônio Andreoni, sob o pseudônimo de André João Antonil, que desembarcou no Brasil em 1681. Ver: ANTONIL, André João (ou ANDREONI, João Antonio, *Cultura e opulência do Brasil, 1649-1716*, 2ª ed., São Paulo, Comp. Editora Nacional (texto da edição de 1711).

¹⁰ “Em outras terras a experiência com o escravo negro já vem de algum tempo. Segundo alguns, o comércio de negros começou em Portugal, com a bula pontificia de 1440. Em 1441 Antão Gonçalves, súdito de D. Henrique, de regresso de sua expedição à Costa do Ouro, em vez do carregamento de peles e azeite animal - objeto da viagem - volta com meia dúzia de cativos. O Infante D. Henrique é assim o primeiro príncipe cristão a se utilizar de escravos negros formando a Companhia de Lagos”. RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão...* op. cit., p. 81.

Europa, se dá pelo escambo: a troca de bugingangas pelo trabalho dos índios. Eles conheciam bem as florestas, cortavam a madeira e carregavam-na até os navios. Depois os portugueses passaram a precisar de braços para seus roçados. Estranhos ao trabalho sedentário da agricultura, os índios começaram a rejeitar o escambo e preferiam a liberdade das florestas, as tarefas intermitentes de caça e pesca que os obrigavam a mudança de domicílio e a ausência de horários rotineiros, tanto no trabalho como nas demais atividades da sua vida diária. A solução foi, portanto, escravizá-los - o que parece não ter sido tarefa fácil para os brancos. Além da oposição dos jesuítas, o colonizador enfrentava as fugas freqüentes, já que o índio, estando em sua própria terra, embrenhava-se no mato e nele desaparecia como por encanto. Além disso, era teimoso, traiçoeiro e indolente - eram precisos quatro índios para fazer o trabalho de um negro. Enfim, um corpo rebelde e estranho ao trabalho sedentário da lavoura e mais estranho ainda à faina industrial de um engenho de açúcar.¹¹ Com a chegada das primeiras levas de africanos, a escravização do índio embora secundária permaneceu e, mesmo extinta em lei em 1831, continuou semi-clandestina.¹²

Parece que somente trinta e um anos após o descobrimento chegaram na

¹¹“Na Bahia os indígenas constituíram-se na principal fonte de braços durante quase um século, e mesmo após sua substituição por africanos, ainda podiam ser encontrados nos engenhos ou em suas proximidades, na condição de trabalhadores forçados, assalariados ou camponeses”. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, CNPq, 1988, p. 40.

¹²A esse respeito Luiz AGASSIZ e Elizabeth AGASSIZ, cientistas norte-americanos, em viagens ao nosso país no período de 1865 a 1866, nos relatam: “É em vão que a lei sempre tem proibido reduzir o índio à escravidão, burlam-na na prática e instituem uma servidão que põe essa pobre gente numa dependência tão absoluta do senhor como se houvesse sido comprada ou vendida. O branco toma o índio o seu serviço, mediante um certo salário, e promete-lhe ao mesmo tempo prover a sua alimentação e vestimenta até que ganhe o bastante para suprir a si mesmo. No fim de contas o resultado é todo em produto de quem contrata. Quando o índio vem receber o seu salário, respondem-lhe que já deve ao senhor a soma dos adiantamentos, feitos por estes. Em vez de poder exigir dinheiro, ele deve trabalho. Os índios, mesmo os que vivem nas vilas e povoados, são notavelmente ignorantes do valor das coisas, (...) e permanecem presos toda a vida ao serviço dum homem, (...) Além dessa escravidão virtual, existe um positivo comércio de índios (o grifo é nosso). As autoridades se esforçam para opor-se a ele, mas são impotentes.” *Viagem no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia e São Paulo/EDUSP, 1975, p. 154.

Bahia os primeiros negros africanos¹³, trazidos pela expedição de Martim Afonso de Sousa. Em 1538 os escravos já eram utilizados nas lavouras de cana em São Vicente, sendo “que o primeiro ato referente à escravidão do negro é o alvará de 29 de março de 1549 que permite a importação de escravos da Guiné e da Ilha de S. Tomé, com destino ao trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar”.¹⁴

Data de 1502 os primeiros carregamentos de escravos negros para a América Espanhola, tráfico que a partir daí alimentará a produção dos engenhos do Novo Mundo. É Kátia Mattoso quem fornece as estatísticas: “Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos. O século XVII detém o recorde da importação: as américas coloniais fizeram vir a elas 5 milhões e 200 mil escravos durante esse período e todas as grandes potências dos tempos modernos engajaram-se no tráfico e nele, uma a uma, assumiram papel dominante (...)”, sendo que “durante todo o século XVI o tráfico é monopólio português”.¹⁵ Nos séculos XVI e XVII a “fome de negros” no Brasil será gerada pela cana-de-açúcar que necessita de um grande número para o plantio, a colheita e o trabalho nos engenhos, muito mais que o cultivo do algodão, o

¹³ CONRAD, Robert. *Tumbeiros...*, op. cit., p. 208, registra a data de 1525 para a chegada dos primeiros escravos no Brasil.

¹⁴ RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão*, op. cit., p. 81.

“Os portugueses não foram os inventores do comércio do escravo negro, e, com o correr do tempo, eram ultrapassados naquele tráfico pelos holandeses e pelos ingleses, mas foram pioneiros no que se refere à escravatura a serviço da lavoura, pelo menos quanto a essa prática em escala considerável”.

BOXER, Charles. *A idade do ouro do Brasil - dores de crescimento de uma sociedade colonial*, 2ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1969, p. 26.

¹⁵ *Ser escravo no...*, op. cit., pp. 19 e 20.

Segundo Delso Renault este número é maior: “... 12 milhões de negros foram arrastados da África, segundo calcula a *Enciclopédia católica*, op. cit., p. 83. Quanto ao número de escravos que entraram no país nos 350 anos de escravidão, os números são controversos, já que não havia registros suficientes. Os índices variam: entre 3.600.000 a 4.800.000. Robert Conrad assinala em seu livro *Tumbeiros...* (op. cit., p. 208) 5 milhões de desembarcados nas praias do Brasil. Este número não inclui os que morreram no processo de captura e nos depósitos de espera para o embarque na África, bem como os dizimados durante a viagem nos tumbeiros. O certo é que, pelo censo de 1872, para uma população total em torno de 10.000.000, ainda havia 1.500.000 de escravos no Brasil (Quadros Gerais do Recenseamento da População do Império de 1872).

arroz, as especiarias, o trabalho doméstico e a pecuária, cuja necessidade de mão-de-obra é mínima. A partir do século XVIII, o ouro das Gerais passou a engrossar a demanda de escravos, mesmo considerando que nesta época já se havia estabelecido um tráfico interno do nordeste para as minas. Do mesmo modo, o século XIX importou escravos para o café e a partir da proibição do tráfico (que ainda assim prosseguiu¹⁶) houve um aumento do tráfico interno, desta vez começando a competir com a mão-de-obra livre dos imigrantes.¹⁷

Disseminou-se por muito tempo a idéia, talvez vigente até hoje, e que de certa forma justificaria o tráfico e a escravidão, de que a África era um imenso continente desorganizado, povoado por tribos antropófagas, mais ou menos semelhantes, sem passado, sem história, sem tradições. Para o colonizador, assim como para qualquer opressor, o subjugado é sempre uma massa homogênea onde inexistem diferenças e multiplicidades. Trazer esses povos para as Américas e escravizá-los seria uma "missão civilizadora". Por serem inferiores suas diferenças seriam mínimas por isso dissolvidas para sempre no ambiente do colonizador, onde nenhum elemento étnico será considerado, onde serão conhecidos como "peças", "fôlegos vivos" ou simplesmente negros. Ao contrário, os habitantes da África constituíam povos bem diferenciados do ponto de vista de suas religiões, línguas, tradições, atividade econômica, organização política e tecnológica. Em algumas sociedades a figura do escravo já existia, mas não era considerada propriedade individual (e sim familiar), nem poderia ser vendido - não

¹⁶A lei de 1850 não foi suficiente para extinguir o tráfico: ele continuou clandestino e até aumentou. Delso Renault apresenta a cifra de 500.000 escravos importados a partir de 1851 (op. cit., p. 85). Os escravos importados a partir daquela data seriam considerados livres, mas muito poucos se beneficiaram da lei, tanto que os jornais da época anunciavam abertamente a venda de escravos africanos cujas idades denunciavam terem chegado após a lei de extinção.

¹⁷Ver: LAPA, José Roberto do Amaral. *O mercado urbano de escravos*, Campinas, segunda metade do século XIX. Primeira Versão, IFCH/UNICAMP, nº 3, 1991.

era mercadoria de tráfico. Ademais, esses escravos mantinham sua identidade étnica e autonomia econômica. As hierarquias variavam muito de uma sociedade para outra e nem sempre o escravo ocupava o último estágio inferior na escala social. Pois a devastação que se perpetua até os nossos dias no território africano teve início com a intervenção européia do tráfico nos séculos XV e XVI, principalmente naquelas sociedades onde o Estado e seus aparelhos eram mais complexos e militarizados. “A atração do lucro vai, pois, orientar a maioria deles para a captura e a venda de escravos. Então, a guerra e a caçada ao homem tornam-se a indústria mais lucrativa, o que explica figurar a instabilidade política como o traço dominante dessas regiões a partir do século XVII. Impérios e reinos, estáveis antes da chegada dos europeus, desaparecem para dar lugar a novos estados, com freqüência fundados por aventureiros, como o de Daomé, por exemplo, nascidos do tráfico e vivendo dele”.¹⁸ Tudo o que as nações européias fizeram foi provocar as rivalidades, alimentar guerras tribais pela corrupção e com isso demolir alianças e tradições para servir ao tráfico organizado de escravos, entregues aos europeus pelos próprios reis ou pelos mercadores africanos de homens que, a partir daí, passam a constituir uma atividade regular.

Com a demanda cada vez maior de escravos para o Brasil, os portugueses se desinteressam pela colonização cristã na África e, como os demais europeus limitam-se a instituir feitorias ou portos em terras costeiras, a não ser pela conquista de Angola que nos séculos XVII e XVIII se torna a base do comércio de escravos para o Brasil. Alguns reinos enriquecem e prosperam, em detrimento de outras regiões como Angola, por exemplo, onde o tráfico teve efeito devastador imediato, dizimando populações inteiras, disseminando a miséria. Segundo Kátia Mattoso, eram muito variadas as formas

¹⁸MATTOSO, Kátia M., *Ser escravo...* op. cit., p. 26.

de aprisionamento e escravos: “Era hábito livrar-se dos ‘cabeças quentes’ das aldeias, os que infringiam as leis da comunidade, dando-se ao roubo ou cometendo adultério, (...) as crianças consideradas bocas inúteis, difíceis de alimentar em períodos de crise, ou os endividados e ainda os vencidos de guerra que com freqüência se livravam dos irmãos nascidos de mães diferentes, por ocasião da morte do rei, seu pai. Os escravos saem, portanto, de todas as capas sociais, o que é importante notar. Além disso, nos períodos de escassez (...) famílias inteiras vendiam-se de motu próprio como escravas para não morrer de fome. Nos séculos XVII e XVIII, porém, são as guerras (...) empreendidas para conquistar não terras mas homens, as fontes essenciais do tráfico negreiro”.¹⁹

No século XVIII o comércio de negros se estabelece também em companhias sediadas no Brasil pela facilidade de troca dos produtos brasileiros (fumo, farinha de mandioca, açúcar e aguardente) na África, e o comércio se faz então direto entre os comerciantes do Brasil e os postos africanos. Então, o tráfico de escravos se torna uma atividade tão importante para a economia da Colônia que hoje já se discute entre os historiadores se a maior riqueza não provinha do comércio de “peças” humanas do que a que seus braços produziam nos engenhos de açúcar.²⁰

Contudo, o tráfico, apesar de ser uma atividade bastante lucrativa, não era empresa fácil. Além da mortalidade que dizimava não só os cativos como a própria tripulação, existia o risco das pilhagens, não raro vingança de algum chefe africano que se viu enganado na troca, e revoltas dos cativos, mais freqüentes em terra, no lugar de espera do embarque do que nos navios. Daí a vigilância rígida, a separação entre

¹⁹Idem, p. 30.

²⁰Os tumbeiros eram um negócio duplamente rendoso. Além do lucro com o tráfico de escravos, faziam o comércio internacional diretamente com a França, Inglaterra e Holanda através dos portos da África, o que era proibido pela metrópole. Nesse contrabando, que se misturava ao tráfico, ingressaram como negreiros comerciantes nordestinos, os do Rio de Janeiro e até os bandeirantes paulistas.

homens e mulheres e dos “cabeças quentes” postos a ferros. Às vezes a demora era longa, até que se constituísse um carregamento suficiente para encher o navio. Neste ínterim, os prisioneiros que muitas vezes vinham de muito longe, eram preparados para a viagem, passavam por um período de engorda, se doentes eram isolados e tratados. Se a espera fosse grande, eram obrigados a trabalhar para a sua subsistência. O costume português os batizava antes da viagem, atribuindo-lhes um nome cristão, embora muitas vezes os comerciantes apressados suprimissem o ritual coletivo. O batizado era então realizado nas fazendas porque se acreditava que a cerimônia “amansava” os negros, atribuindo-lhes qualidades de bom escravo. Desterrados em sua própria terra, só lhes restava a esperança de viver melhor em outras terras, desde que se submetessem a certas regras, segundo as advertências dos comerciantes. Assim dizia o sermão do padre que os batizava, no século XVII: “considerem-se desde já filhos de Deus. Vocês vão para o país dos portugueses, onde vão aprender as coisas da fé. Esqueçam seus países de origem, deixem de comer cães, ratos e cavalos. Sejam contentes”.²¹

Pouco aprenderiam das “coisas da fé” porque seus futuros senhores não se interessariam em instruí-los e o inferno a que se referia Antonil estava apenas começando. “Contentes” não seriam nunca, mas a alegria, esta sim, estaria sempre presente na esperança da alforria, nos raros momentos de folga, nas festas coletivas, até mesmo no trabalho estafante, quando cantavam seus cantos compassados a caminho da lavoura, no remo das embarcações ou com os fardos às costas. Vários viajantes estrangeiros do século XIX, impressionados com a quantidade de negros no Brasil, especialmente no espaço urbano do Rio de Janeiro, descrevem esta paixão africana pela música. Robert Walsh, viajante inglês registra: “Quando escravos de uma mesma casta

²¹ Idem, p. 44. A autora não cita a fonte desse sermão.

trabalham juntos eles se movimentam ao som de certas palavras, entoadas numa cadência melancólica, começando numa nota mais aguda e terminando numa mais grave. Formando uma longa fila, carregando coisas na cabeça, eles cantam enquanto caminham, e isso pode ser visto todos os dias em quase todas as ruas do Rio”.²² E mais adiante: “Há um pequeno relvado em S. José, perto do chafariz, onde os negros se reúnem todos os domingos, para dançar. O tocador bate no tambor convocando os dançarinos. As primeiras batidas, que são ouvidas por toda a cidade, têm um efeito eletrizante; os negros surgem de todos os pontos, e em pouco tempo sua alegria chega às raias do frenesi. Eles dançam, cantam, berram, fazendo ecoar a sua algazarra por toda a redondeza”.²³ Se qualquer situação, da mais penosa a mais folgada era motivo para música, para o canto e a dança, não será difícil de imaginar a exaltação da alegria livre das festas num quilombo...

Muito já se escreveu sobre os horrores da viagem nos navios negreiros chamados “tumbeiros”, verdadeiros túmulos dos mares tão alta era a mortalidade, seja por maus tratos, seja por suicídio. O percentual de mortes variava de 10 a 30% - e ainda assim era um negócio lucrativo. A variação desta taxa dependia das condições de alimentação, água, do número de prisioneiros, do tamanho do navio e principalmente do tempo a bordo. De qualquer modo, a viagem era sempre terrível. Marcados a ferro na

²²WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1985, vol. 2, pp. 156 e 157 (1ª edição inglesa: 1830).

John LUCCOCK, outro viajante, comerciante inglês que esteve entre nós por uma década (1808 a 1818), refere-se também aos cânticos africanos nas ruas do Rio: “A fim de imprimir ritmo aos seus esforços e, principalmente, uniformidade no passo, esse entoa sempre alguma cantiga africana, curta e simples, ao cabo da qual o grupo todo responde em alto coro. Prosseguem nesse canto enquanto dura o trabalho, parecendo que com isso aliviam a carga e alegram os ânimos (...). O certo é que suas canções davam às ruas uma alegria que por outra forma lhes faltaria, pois que o povo em geral parecia muito calado...” *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, São Paulo, EDUSP, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975 (publicação original inglesa, 1820), p. 74.

²³WALSH, R. *Notícias do....* op. cit., p. 157.

saída e amarrados até que a costa da África desaparecesse no horizonte, sujeitos à fome, à sede (o que era bem pior), ao calor, à promiscuidade, à imundície, à falta de ventilação, a toda a sorte de privações que num confinamento assim descrito se pode adivinhar. Kátia Mattoso cita uma cena de um desses tumbeiros: “O irmão Carli descreveu nestes termos um navio carregado com 670 cativos: ‘Os homens estavam empilhados no porão à cunha, acorrentados por medo de que se revoltem e matem todos os brancos a bordo. Às mulheres reservava-se a segunda meia-ponte, as grávidas ocupavam a cabine da popa. As crianças apinhavam-se na primeira meia-ponte como arenques num barril. Se tinham sono caíam um sobre os outros. Havia sentinas para satisfazer as necessidades naturais, mas como muitos temiam perder seus lugares, aliviavam-se onde estavam, em especial os homens, cruelmente comprimidos um contra os outros. O calor e o mau cheiro tornavam-se insuportáveis”²⁴ Robert Walsh, em sua viagem de volta à Inglaterra, teve a oportunidade de presenciar as condições de um navio negreiro, quando a embarcação em que viajava perseguiu um navio desconhecido na suspeita de ser seu carregamento ilegal, por força de um acordo internacional de proibição do tráfico ao norte do equador. Tratava-se de navio brasileiro, no mar há 17 dias, com 562 prisioneiros entre homens, mulheres, velhos e crianças, sendo que 55 já haviam morrido e sepultados no mar. Vinham todos sentados, entre as pernas uns dos outros, sem poder mexerem-se ou mudar de posição.²⁵

A legislação portuguesa previa uma regulamentação para os navios negreiros sobre as condições de higiene, ventilação e o número proporcional de “peças” (adultos e crianças), que era facilmente burlada - ‘Há regulamentos que prescrevem o

²⁴*Ser escravo no...*, op. cit., p. 47. A autora não cita a fonte.

²⁵Ver: *Notícias do...* vol. 2, op. cit., pp. 212 a 220.

número de escravos que os navios, de acordo com a sua tonelagem, podem transportar; mas, são iludidos como quase todas as leis portuguesas.²⁶ Vi um pequeno navio de 150 toneladas vir de Angola com 340 escravos”, escreve o viajante francês Tollenare no início do século XIX.²⁷ Os custos eram baixos na compra de negros na África, assim também o abastecimento de água e alimentos nos navios. Por isso, mesmo com o alto índice de perdas, o comércio era bastante compensador. Ao governo era lucrativo não fiscalizar o excesso de carga porque o imposto era pago pelo número de escravos, não pelo seu valor, de maneira que quanto maior o número de “peças” maior a renda para os cofres reais.²⁸ Suspeita-se que, como as crianças pagassem menos impostos e poderiam ser aceitas em maior número no espaço dos navios, muitos adultos eram inscritos nas categorias de crianças e, portanto, o número destas seja bem menor do que vinha oficialmente registrado. De qualquer modo, a preferência recaía sobre os corpos dos jovens e adultos do sexo masculino, mais úteis, mesmo que rapidamente descartáveis pelo excesso de trabalho, maus tratos e as doenças conseqüentes. Assim, o contingente de mulheres era quase a metade dos homens e as poucas crianças invariavelmente acompanhavam suas mães.²⁹

Nus, esqualidos, imundos, cobertos de chagas, os africanos que

²⁶RUSSEL-WOOD cita a lei de 1664 de D. Afonso VI, ordenando “aos mercadores de escravos providenciar reservas de comida e água, e não superlotar os escravos em espaços confinados. Todas essas leis foram em vão. Eram difíceis de ser aplicadas. Funcionários corruptos e conexões familiares tornaram ridículas quaisquer ordens municipais ou reais”. RUSSEL-WOOD, A.J.R., *Fidalgos e filantropos - a Santa Casa da Misericórdia da Bahia - 1550-1755*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 209.

²⁷TOLLENARE, L.F., *Notas Dominicães - 1816, 1817, 1818*, Recife, Empreza do Jornal do Recife, 1905, p. 138. O grifo é nosso.

²⁸Os traficantes não eram socialmente mal vistos. Tinham sua irmandade e seu santo padroeiro que era São José. Eram considerados “servos do rei, do país e da Igreja”. Ver: CONRAD, Robert, *Tumbeiros...*, op. cit., p. 65.

²⁹Há controvérsias a esse respeito. Citando Maria Lucia Barros Mott (A criança escrava na literatura de viagens. In: *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, nº 31, 57-61, dez/1972, p. 59). Kátia de Queirós Mattoso afirma que “os traficantes davam preferência a importação de crianças”, por um preço inferior ao dos adultos, adaptavam-se mais facilmente ao trabalho e tinham tempo útil de vida mais longo. MATTOSO, Kátia de Queirós, *O filho da escrava*. In: *História da criança...*, op. cit., p. 95.

conseguiam sobreviver ao apresamento na África e à viagem nos tumbeiros, eram desembarcados e encaminhados aos mercados. Vários depoimentos descrevem esse novo horror a que ficavam expostos. No final do século XVIII, Luis dos Santos Vilhena, um professor de língua grega na Bahia, escreve a seu amigo em Lisboa, a propósito das doenças que esse desembarque disseminava pelas cidades: “Um outro principio para o perdimento da saúde na Bahia, são mais de vinte embarcações, que em cada um ano entram neste porto, vindas das costas d’África, carregadas de negros infeccionados, já de escorbuto, já de bexigas, já de sarampo, boubas, gálico, sarnas, etc.; e finalmente de peste, como é bem para acreditar; no mesmo dia em que aquelas embarcações dão fundo, ou quando muito no seguinte, se introduzem aquelas multidões de gente infeccionada na cidade; (...)”³⁰ Tollenare em Pernambuco, presenciando a chegada dos tumbeiros no porto de Recife, escreve em fevereiro de 1817: “Os cativos celebram por meio de cantos e de palmas a entrada do navio no porto, não esperam, portanto, encontrar em terra um tratamento mais rigoroso do que experimentaram no seu pais e a bordo.”³¹ (...) Ao chegarem no Recife os negros devem ser depositados em um lugar chamado Santo Amaro, designado pela autoridade para nele fazerem quarentena,

³⁰VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia do século XVIII*, (Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas - 3 vol. 1802). Salvador, Editora Itapuã, 1969, vol. I, pp. 155 e 156. O mesmo autor, adiante, descreve o apresamento, a viagem, o mercado e o tratamento dado aos africanos escravizados: “... ali respiram livres, até que sua sorte os entrega ao cativo: depois de extensíssimas jornadas por terra, e a pé, amarrados em um ‘libambo’, ou grossa e longa corrente de ferro, pelos pescoços, acobrinhados de peso, e cruéis pancadas, defecados de fome, sede e cansaço chegam aos portos de embarque, na persuasão sempre de que são destinados para o alimento dos brancos; aí são metidos como em pilha em porão de um navio, em forma tal que só de pensar lacrima e se horroriza a humanidade, ali estão naquela masmorra; ali esticam, ali se abrasam, até se contaminam de pestilentas moléstias, ali vêm por um lado morrerem uns, e pelo outro nascerem outros e no fim de dois, três e mais meses de tão horrorosa prisão aportam finalmente no Brasil, onde respiram, onde vêem luz; ali são vendidos, e passam para o poder de quem os compra, pesados hoje a dinheiro, mal convalescidos, maltratados os mete seu senhor naquela oficina para que os destinou, entregues muitas vezes a um feitor, que nem pelo nome conhece a humanidade; o comer pouco, e mau, porque muito e bom é caro; e não deixa por isso lucro ao senhor, e daqui se segue o que escrevi na Carta V, onde podes ver o tratamento dos escravos. Ora quem não vê, que a opressão desta gente é um obstáculo para a população?”. Idem, vol. III, p. 921.

³¹*Notas dominicais*, op. cit., p. 138.

serem visitados e tratados pelos médicos; mas, esta sábia disposição é ainda quase inteiramente desdenhada (...) São expostos à venda nas ruas do Recife diante das casas dos senhores. Vêm se ali 400 a 500 juntos, acorados sobre tábuas; empestam o bairro todo, tanto quanto repugnam a vista pelas pústulas e outras moléstias de pele de que um grande número está afetado (...) Todas as manhãs os conduzem ao mar para se banharem. À tarde são fechados em armazéns, não com receio de que evadam - onde iriam parar estes pobres miseráveis que não sabem língua da terra³² - mas com medo de que não sejam furtados, cousa, dizem, assaz freqüente. Alguns negros da sua nação, há habituados ao Brasil, vêm conversar com eles (...).³³

Na longa e tortuosa rua do Valongo (atual Camerino) que ia dar no porto, funcionava o mercado de escravos do Rio de Janeiro, cujas condições não eram muito diferentes do Recife. “De ambos os lados estão armazéns de escravos novos, chamados aqui ‘peças’, e aqui as desgraçadas criaturas ficam sujeitas a todas as misérias da vida de um negro novo, escassa dieta, exame brutal e açoite”, escreve em seu *Diário* Maria Graham, viajante inglesa, em 1822.³⁴ Eram exibidos para a venda na roda, de modo a serem examinados, apalpados pelos possíveis compradores, após passarem por um período de “engorda” através de uma precária alimentação de pirão de mandioca, raros pedaços de carne salgada, água, batata, algumas laranjas para curar o escorbuto, e óleo de palma, passado no corpo para dar viço e disfarçar as doenças de pele. Não raro sofriam o açoite para demonstrar a sua vivacidade em pular, gritar e chorar. Escreve Tollenare: ‘Vê-se nos seus olhos o desejo de ser comprado; não há com efeito, condição

³²O africano recém-chegado que não falava português era chamado “boçal”, aquele que há dominava a língua era o “ladino”. Já o escravo nascido no Brasil era o “crioulo”, e o escravo criança era o “moleque”.

³³Idem, p. 139.

³⁴GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, EDUSP, São Paulo, 1990 (1ª edição inglesa 1824). p. 208.

mais penosa do que ser exposto, em plena rua, durante semanas inteiras, reduzido à imobilidade em presença do movimento de toda uma população (...) Quando um negro é comprado, testemunha a sua alegria, parece deixar os companheiros sem pesar, não obstante, mais tarde, o fato de haverem feito a viagem no mesmo navio estabeleça entre eles uma espécie de parentesco”.³⁵ São os “malembos” ou “malungos”, uma forte solidariedade que une para sempre aqueles que sofreram as mesmas privações na viagem. Uma espécie de família substituta da linhagem perdida, cuja referência original fora destruída ou jamais pôde se constituir novamente no Brasil: seja nas separações provocadas pelo apresamento, pelas mortes a bordo dos navios, pela precariedade das uniões pela venda dos respectivos parceiros e de parentes a donos diversos, já que a lei não proibía a separação de membros de uma mesma família. Maria Graham relata, cheia de horror, que viu uma criança de cerca de dois anos ser posta à venda, num mercado de escravos do Recife.³⁶ Aliás, redes de solidariedade sempre houve entre os cativos, dentre as formas de saber oprimido de luta ou de resistência, malgrado os efeitos deletérios da escravidão: as traições, a vingança de escravos em outros da mesma condição, alforriados que mantinham cativos de sua propriedade com jugo cruel de senhor.³⁷

Uma vez efetuada a venda o destino do escravo poderia variar. Se fosse para a lavoura, ganhava já no mercado um chapéu de palha e seguia, com seus companheiros comprados junto com ele, para o mato para uma extenuante jornada de trabalho no campo ou no engenho, sob o jugo de um feitor. Se fosse para o trabalho doméstico seria melhor alimentado e vestido, mas dificilmente escaparia dos abusos ou

³⁵ *Notas dominicais...* op. cit., p. 140.

³⁶ *Diário de uma...* op. cit., p. 136.

³⁷ Ver: *O Vergalho em Machado de Assis: Memórias póstumas de Brás Cubas*, Rio de Janeiro Lia Editor, 1971.

do olhar do senhor. Se seu destino fosse a cidade, escaparia a maior parte do tempo do controle direto do dono ou de um feitor, profissão inexistente no espaço urbano,³⁸ mas dificilmente escaparia das garras da polícia. Aprenderia a nova língua ouvindo os berros do feitor ou, nos poucos momentos de folga, com outro escravo, caso houvesse, de sua etnia e que já falasse o português. Não iria encontrar muitos, talvez, um ou dois, porque os senhores cuidavam para não aglutinar indivíduos da mesma origem por questões de segurança - a preferência recaía em tribos rivais a fim de dissolver possíveis alianças e acender rivalidades. Em qualquer hipótese, sua vida não seria fácil nem longa. Ao contrário, se não morresse no período de adaptação (um dentre cinco morria nesta fase) teria entre 6 a 10 anos de trabalho útil, findo os quais estaria morto ou imprestável, em geral alforriado pelo senhor, "livre" para recorrer à caridade pública. Se homem, dificilmente conseguiria uma companheira porque, além de serem escassas as mulheres de sua condição, teria que disputá-las com o senhor que as usava para seu prazer e dificultava as uniões estáveis para não ter que enfrentar obstáculos de consciência na separação de escravos casados, quando da oportunidade de um bom negócio. Se mulher, com certeza passaria, já mocinha quase menina, por estupro de seu senhor, tentaria vários abortos, seja porque não desejava a mesma condição miserável para seus filhos, seja porque a cor mais clara de seu bebê denunciaria o seu adultério e a condenaria à morte por seu companheiro negro.³⁹ Poderia ter também seu filho

³⁸Ver a esse respeito: ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis, Vozes, 1988.

³⁹É Stuart Schwartz quem nos conta: "Em 1623, no Engenho Sergipe, um certo padre Matias informou, com orgulho, que expulsara alguns homens brancos que se haviam reunido na propriedade e causado um tumulto nas senzalas. Durante a noite, por força ou sedução, haviam dormido com algumas escravas, provocando uma inquietação geral na escravaria. Alguns acreditavam que essa situação explicava o porquê de haver tão poucos nascimentos no engenho. Foi dito que as cativas temiam a ira dos homens escravos e, por isso, recusavam-se a dar à luz filhos mulatos, ingerindo 'umas coisas' para provocar o aborto". (SCHWARTZ, Stuart *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, CNPq, 1988, p. 291).

arrancado dos braços para nunca mais vê-lo, a fim de que lhe sobrasse mais leite para o filho da senhora, ou para servir de ama de leite de aluguel a outras crianças. Poderia também sentir-se forçada a colocar seu bebê na roda dos expostos, na esperança de que quando crescesse ganhasse a liberdade.⁴⁰

A escravidão foi uma prática generalizada no Brasil. Aqui não houve sequer a possibilidade de refúgio do escravo em outra região do país onde não houvesse o regime escravista. A legislação portuguesa e depois a brasileira sempre protegeram a propriedade privada dos donos de escravos. A justiça sempre fazia vista grossa para o abuso dos castigos, para os crimes cometidos pelo escravo quando o senhor o defendia, para não perdê-lo no caso de uma condenação. Mas era terrivelmente cruel quando o crime era contra o senhor ou sua família, nos raros casos em que a justiça não havia sido feita pelas próprias mãos, a mando do senhor.⁴¹ Pouco se importava com o tráfico clandestino e toda a corrupção que ele envolvia. Afinal, os juizes eram também proprietários de terras e de escravos e muitos haviam enriquecido a custa de grandes irregularidades. Robert Conrad exemplifica esta situação de pouco respeito às leis e de proteção incondicional à propriedade dos senhores: “Pouco depois da abolição do tráfico de escravos africanos, bando de brasileiros da província do Rio Grande do Sul cruzavam muitas vezes a fronteira com o Uruguai para raptar pessoas de cor e as

⁴⁰ Ver a esse respeito: LIMA, Lana Lage Gama e Venâncio, Renato Pinto. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: *História da criança no Brasil*, Mary del Priore (org.), op. cit., pp. 61-75.

A roda dos expostos era um mecanismo em forma de cilindro que rodava por um eixo vertical, cuja abertura ficava virada para a rua, onde a criança era colocada e logo após acionada para dentro da Santa Casa, de maneira a manter incógnita a pessoa que ali depositava o enjeitado.

⁴¹ Ver a esse respeito: SOARES, Luiz Carlos. *O Estado e a punição dos escravos infratores da lei no Brasil do século XIX*, “Cadernos do ICHF”, nº 19, “Estudos sobre a escravidão”, Niterói, UFF, abril de 1990, pp. 21-33.

entregar aos mercados de escravos brasileiros. Famílias uruguaias inteiras, segundo o Consul Britânico, eram raptadas, separadas e vendidas no Brasil com uma facilidade que só podia ser prova da ineficiência da lei brasileira, como protetora da liberdade pessoal. Em contraste, menos de três anos mais tarde, o governo brasileiro deu provas de que suas preocupações quanto à propriedade dos senhores de escravos, ao concluir um tratado com a Confederação Argentina para a devolução de escravos fugitivos que encontram refúgio no país vizinho".⁴² Nem mesmo a lei que proibia o tráfico e que garantia a liberdade dos que foram introduzidos clandestinamente foi respeitada - mais de meio milhão de negros importados ilegalmente e seus descendentes eram mantidos em cativeiro, por negligência proposital do governo, que ora fazia vista grossa às denúncias, ora atrasava o andamento dos processos na justiça, exigindo provas e mais provas da origem africana do escravo, da data do seu nascimento e de sua entrada no Brasil. Os africanos livres retirados dos navios negreiros e emancipados, ao invés de recambiados à África, eram colocados sob a "proteção" do governo e dados como mortos através de certidões falsas obtidas por seus comerciantes ou pelos órgãos oficiais do próprio governo, que podia assim explorá-los à vontade, já que eles não mais existiam. É Perdigão Malheiro quem nos conta esta história como testemunha ocular, porque exerceu na época o cargo de Curador dos Africanos Livres.⁴³

Mas o trabalho escravo ilegal não atingia somente os africanos importados ilegalmente. "Na província amazonense do Pará, muitos índios, mestiços e negros foram alistados no corpo de trabalhos forçados provincial em 1835, com base na sua

⁴² "Carta do Consul Britânico ao Conde de Clarendon", Rio Grande do Sul, 30 de junho de 1855. Class B.. From April 1, 1855, to March 31, 1856: BFSP (1858-1859). XLIX, 1337-1339. *Apud*: CONRAD, Robert, *Os últimos anos...*, op. cit., pp. 59-60.

⁴³ MALHEIRO, Perdigão, *A escravidão no Brasil, ensaios histórico, jurídico, social (1867)*, 3ª ed., Petrópolis, Vozes, IML, 1976, 2 vol., 2º vol., pp. 62 e 65.

'minoridade intelectual e perpétua'. Em 1858, o presidente dessa província informou que muitos dos habitantes dos quilombos da província eram homens livres que tinham fugido para as florestas para evitar o trabalho forçado".⁴⁴ Qualquer pessoa de pele negra ou mestiça, sobre a qual pairasse alguma dúvida sobre seu estatuto civil, poderia ser um escravizável, como propriedade não reclamada pelo seu dono e, do mesmo modo que o gado e as bestas abandonadas, podia ir à leilão depois dos editais públicos. Brancos também podiam ser escravizadas. Famílias vendiam seus filhos premidas pela miséria e pela fome.⁴⁵ Thomas Ewbank, viajante norte-americano, a propósito de um leilão de escravos na rua dos Ourives com Ouvidor, no Rio de Janeiro, descreve: "Eram de todos matizes, do negro profundo das angolasas, a brancas e quase brancas, como uma de frente para mim".⁴⁶ "Em setembro de 1866, a Princesa Isabel, herdeira do trono do Brasil, oficiou a libertação de dois escravos brancos 'bem vestidos', numa cerimônia realizada no Rio de Janeiro", escreve Robert Conrad.⁴⁷

Mais do que uma necessidade econômica de braços para o trabalho, a propriedade de escravos era uma demonstração de status, o que levava, muitas vezes, gente pobre a economizar seus míseros recursos para compra de um ou dois escravos. Vivia à custa deles, sem trabalhar, tamanha a indignidade que representava qualquer trabalho, principalmente o braçal. Destes, muitos eram os "escravos de ganho"⁴⁸ nas

⁴⁴"Discurso de abertura da sessão extraordinária da Assembléia Provincial do Pará", em 7 de abril de 1858 pelo Presidente Dr. João da Silva Carrão. Belém. Pará. 1858, pp. 32-34. Apud: Conrad, Robert. *Os últimos anos...*, op. cit., p. 59.

⁴⁵Situação que continua a se repetir em nosso país fornecendo, por exemplo, um grande contingente para a prostituição infantil.

⁴⁶EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo - EDUSP, 1976, (1ª ed. norte-americana 1856), p. 213.

⁴⁷*Os últimos anos...*, op. cit., p. 59.

⁴⁸Segundo Emília Viotti da COSTA, "por toda parte, em todos os ofícios, encontrava-se o escravo: pedreiros, carpinteiros, sapateiros, funileiros, a trabalhar por conta do senhor, a quem entregavam o que ganhavam. Havia no Rio de Janeiro proprietários que mantinham no "ganho" até trezentos negros". (*Da senzala à colônia*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, p. 230). Muitas vezes, o senhor estabelecia uma taxa diária do ganho, podendo o escravo guardar para si o que sobrasse. Isto

idades: vendedores, negras quitadeiras, prestadoras de serviço, escravos de aluguel e prostitutas.⁴⁹ Nas cidades, um escravo doente, cego ou aleijado poderia render ao seu dono uma boa fêria diária em esmolas, explorando a caridade pública, por isso as ofertas destes escravos eram freqüentes nos jornais. Delso Renault cita no "Jornal do Commercio" de 2/8/1846 o anúncio da "compra de escravos cacogênicos, "com chagas, empigens, bobas e lepra, porém só os que já estejam desenganados que não podem mais obter saúde, (...) certamente utilizados na tarefa de esmolar pelas ruas em benefício do senhor".⁵⁰ Negros e mulatos ex-escravos e até mesmo escravos, bem situados, podiam possuir escravos - como o escravo feitor Nicolau da fazenda de Jaguaribe, em Pernambuco, de propriedade dos monges beneditinos, conforme nos relata Henry Koster: "A propriedade do Jaguaribe é dirigida por um mulato escravo, casado com mulher de sua cor, também escrava do convento. Sua liberdade foi paga pelo marido, assim como a dos filhos. Possui dois escravos africanos, cujo produto do trabalho pertence ao feitor, mas este mesmo é obrigado a atender aos negócios do domínio e verificar se as ordens dos amos estão sendo fielmente executadas. O feitor ofereceu aos monges seus dois escravos em troca da liberdade própria, mas lhe disseram que a propriedade não ficaria convenientemente administrada sem a sua assistência. Assim, contra todas as inclinações pessoais, ele continua escravizado".⁵¹ Na verdade os

dava-lhe condições, às vezes, de comprar sua alforria, ou de levar castigo caso não entregasse ao senhor a taxa estabelecida.

⁴⁹O brasileiro livre, escreveu Eschwge, possuía normalmente um só escravo que lhe proporcionava sustento. Até mesmo pobre 'não move uma palha, pois até na vadiagem encontra com que viver' ". Pluto Brasiliensis. 2 vols., São Paulo, 1944, II, pp. 445-447. *Apud*: Conrad, R., *Os últimos anos...*, op. cit., p. 13.

Maria Graham, viajante no Brasil do século XIX, escreve em seu livro editado em 1824 (*Diário...*, op. cit., p. 157): "Muitos, de todas as cores, quando conseguem comprar um negro, descansam, dispensando-se de demais cuidados. Fazem com que o negro trabalhe para eles, ou esmole para eles, e assim, desde que possam comer seu pão tranqüilamente, pouco se importam em saber como foi ele obtido".

⁵⁰*Indústria, escravidão...*, op. cit., pp. 98 e 99.

⁵¹*A escravidão no...*, op. cit., p. 13.

escravos que eram proprietários de escravos, tinham a propriedade de fato, não a de direito. Já que não era conferida ao cativo capacidade jurídica, a compra de escravos só poderia realizar-se por meio de intermediários, e poderia ser confiscada pelo senhor em caso de pendência judicial. Aparentemente contraditória, essa prática era em geral aceita pelos senhores, porque permitia ao escravo, muitas vezes, comprar sua liberdade dando em troca a sua propriedade como reposição.⁵² Possuir escravos foi uma aspiração universal de toda a população brasileira: dos brancos pobres, forros, aos próprios escravos.

A escravidão no Brasil atravessou quatro séculos sem rupturas. Foram mais de 300 anos sem grandes transformações. Com exceção das lutas de rebeldia e resistência dos próprios escravos, ela foi considerada na Colônia um fato natural e as recomendações restringiam-se à moderação com que os castigos deviam ser aplicados. Nem mesmo os ideais filosóficos burgueses da revolução francesa ou a independência dos Estados Unidos tiveram por aqui trânsito e força para contestá-la. Com o império ela sofreu algumas restrições legais, no geral descumpridas. Até que em 1880 um movimento abolicionista enfim toma corpo. Por tudo isso, não se pode desprezar o impacto social que teve o escravismo na constituição de nossas formas de vida, nos traços culturais que os africanos nos legaram, nas relações de poder e todo o seu efeito direto ou indireto na produção de corpos (válidos ou inválidos) e de almas (subservientes ou rebeldes). A própria ciência que emerge no século XIX na Europa acaba por produzir os fundamentos para justificar o escravismo e a domesticação com as teorias do

⁵²Ver ARAÚJO, Emanuel, *O teatro dos vícios - transgressão e transigência da sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1993. pp. 93 e 94.

racismo, cujos efeitos até hoje atravessam nossa sociedade de ponta a ponta.

Pertencendo a uma "humanidade inferior", o negro só poderia ser utilizado para executar certas tarefas menos nobres e, reduzido à escravidão, teria oportunidade de evoluir em contato com a raça branca. Mesmo o mulato, portador de uma porção de sangue branco que lhe "melhorava" a condição,⁵³ ainda assim carregava o risco da degeneração de uma raça mestiça - a produção de um corpo enfermiço, imbecil e indolente. Será, portanto, o negro, e não mais o índio, aquele monstro selvagem e canibal da Colônia (e que no século XIX é romantizado e objeto de certo patriotismo⁵⁴), o responsável por todo o atraso, por todas as mazelas sociais, considerado o tipo humano mais próximo da bestialidade. O corpo indispensável ao trabalho escravo, tornou-se inviável e rebelde para o trabalho livre, principalmente para o trabalho burguês.

Mas as teorias do racismo não tiveram apenas esta vertente justificadora da escravidão e do abandono do ex-escravo após a abolição. Elas se manifestaram também nas misturas desejáveis de sangue - as condenações à consaguinidade dos ricos, tão freqüentes na formação das famílias coloniais - e nas misturas indesejáveis: as miscigenações, mais comuns entre os pobres. Com estas purificações, seríamos então, uma nação mais inteligente e mais sadia - ideais eugênicos descritos no capítulo anterior. Aliás a problematização da mestiçagem no Brasil do começo do século foi objeto de mais duas soluções. De nada adiantava condená-la face à realidade inelutável de sermos um povo irremediavelmente mestiço. Restavam, então, às teorias do racismo dois caminhos: ou profetizar uma evolução da raça brasileira pelo embranquecimento

⁵³No Brasil, muitos dos que se vangloriam de suas origens branca e cristã são, um pouco mais um pouco menos, mestiços.

⁵⁴Ver: BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil - dores de crescimento de uma sociedade colonial*, 2ª ed., 1969, pp. 42 e 43.

progressivo (e daí o incentivo a imigração branca); ou a defesa da superioridade do tipo híbrido, justificado por pesquisas em plantas e animais. Um certo ufanismo nacionalista de um racismo à brasileira... De uma maneira ou de outra, com certeza as teorias do racismo estiveram presentes na disciplinarização do corpo do trabalhador burguês das fábricas (branco e imigrante), ora tomado como modelo de qualidade superior do trabalho, ora pelo risco de adquirir hábitos degenerados pela vagabundagem e pelo contato com os indivíduos das raças inferiores.

Do corpo domesticável do escravo, amansado pelos castigos e pelo excesso de trabalho deriva o corpo descartável, tornado imprestável pelos mesmos motivos e pelas doenças. A ele só restará a exploração da caridade pública, o abandono nos hospitais da Misericórdia, ou as redes de solidariedade montadas pelos próprios escravos. Do corpo cativo (subserviente ou rebelde) e do ex-escravo trabalhador livre derivam também o perigo social, as marcas inatas de suas tendências para o erotismo, a vagabundagem e o crime, as já descritas características do idiota e do imbecil.⁵⁵ Desse corpo jamais se dirá sobre sua eficiência, ineficiência e principalmente sobre sua deficiência. Estes atributos só surgirão de outros corpos, sujeitos a outros dispositivos de disciplina e submissão. Deles será possível, então, dizer que quando fora de uso, além de perigosos, serão fardos sociais, um peso morto nas costas de toda a sociedade, por serem ineficientes (não saberem ou não quererem trabalhar), ou deficientes (impossibilitados temporária ou permanentemente para o trabalho). De qualquer forma, serão objeto de novas práticas (de diagnóstico, recuperação e de controle eugênico) e de novas sanções. Trata-se, portanto, da figura do trabalhador livre burguês, cujo modelo

⁵⁵Ver no Capítulo I da tese: *O monstro completo: o idiota*, e no Capítulo II: *Movimento eugênico: tribunal de todos os desvios*.

do operário asséptico e disciplinado é bem mais recente no Brasil e que se desenha gradativamente com o processo de industrialização.

2. Pau, pão e pano: a escrita no corpo

“... A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.”⁵⁶

É Antonil quem escreve, em 1711: “No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessárias três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo o senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano o suor, e sela e freio dourado”.⁵⁷ Este trecho do jesuíta italiano nos dá bem uma idéia da situação do escravo no Brasil. Variando entre o paternalismo e a violência, práticas que muitas vezes se alternavam na condução do plantel de um mesmo senhor ao contrário do que se difundiu por muito tempo,⁵⁸ a escravidão não foi aqui mais

⁵⁶MARCONDES FILHO, Alexandre. Inscricção que constou durante muito tempo da Carteira do Trabalho e Previdência Social, da Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho.

⁵⁷ANTONIL, André João. *Cultura e opulência...*, op. cit., p. 162.

⁵⁸Ver FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala - formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

Embora tenha vigorado por muito tempo a tese da escravidão suave no Brasil, cujo defensor mais importante foi Gilberto Freyre, a desmistificação desta tese também não é recente. Os primeiros

suave que nas colônias inglesas⁵⁹ ou espanholas. Mesmo os depoimentos como os de George Gardner que fala de uma escravidão “menos pesada”,⁶⁰ ou o de Henry Koster sobre a “equidade das leis”, não se furtam de descrever as desigualdades no tratamento, as atrocidades, o excesso de trabalho e as privações a que os cativos estavam sujeitos. Escreve Koster⁶¹: “Descrevi a escravaria que observei, talqualmente vive, mas todo o conforto que o ser humano circunstancialmente goza, e o descanso depois dos trabalhos árduos, dependem inteiramente da vontade do proprietário, de maneira que, os exemplos em que a sorte do escravo é quase insuportável debaixo de sofrimentos, é desgraçadamente freqüente. (...) As punições corporais são comuns, ao contrário dos hábitos nos domínios de São Bento e do Carmo, e embora as grandes crueldades não sejam freqüentemente praticadas, esse modo de castigo produz muito sofrimento, muita

trabalhos datam da década de 60, com Emília Viotti Costa e Florestan Fernandes. Contudo, levantar os fatos que contradizem aquela tese não significa ressuscitar uma polêmica há muito superada, mas buscar fundamentos para a tentativa de uma história do corpo no Brasil.

⁵⁹Nos Estados Unidos, os estados menos prósperos transformaram-se em reprodutores de escravos para a venda. Aqui no Brasil se tem poucos indícios de que isto tenha ocorrido, pelo menos nas proporções americanas. (Ver: CONRAD, R., *Os últimos anos...*, op. cit.). Thomas Ewbank, viajante americano no Brasil do séc. XIX, na década de 50, relata a esse respeito uma visita que fez à Fazenda Macaco de propriedade dos frades carmelitas da Igreja da Lapa do Rio, que surpreendentemente tinha quase nove vezes mais mulheres do que homens: “Trinta e seis quilômetros quadrados de terra excelente foi o que exigiram de um velho proprietário em troca de um lugar no céu. Aqui se cultivava mandioca, arroz e feijão, mas não para a venda. A maior parte é consumida ali mesmo, o resto pelos pobres da cidade. Dos escravos apenas seis eram homens, os restantes, aproximadamente cinquenta, eram mulheres. Os proprietários acham mais rendoso criar negros que plantar café. Os rapazes de certa idade são mandados para a cidade e entregues a ofícios pelos quais ganham dez vezes mais do que se fossem utilizados trabalhando na terra”. EWANK, Thomas, *Vida no Brasil*, op. cit., p. 276. Por outro lado, havia no Brasil uma vantagem a favor dos escravos e que era muito rara nas colônias inglesas e francesas - a possibilidade de comprarem ou receberem a liberdade (a manumissão), uma esperança que, em algumas regiões do país como as Minas Gerais, permitia-lhes acumular alguma riqueza, não apenas como ganho pessoal, mas também para doações às irmandades de negros, como as de Nossa Senhora do Rosário, que comprava alforrias, promovia enterros e assistia os doentes, desvalidos e aleijados (Ver: BOXER, Charles, *A idade do ouro...*, op. cit., p. 197).

⁶⁰George GARDNER, viajante inglês no Brasil do século XIX, entre os anos de 1838 e 1841, atribui à preguiça ao tratamento menos severo que os brasileiros dispensam aos escravos: “O próprio temperamento dos brasileiros a isso se opõe. Plácidos e indolentes por hábito, isto os leva a relevar em seus escravos muita coisa que seria severamente punida por um povo de índole mais ativa e ardente”. *Viagens pelo interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975, p. 25.

⁶¹KOSTER, Henry, *A escravidão no Brasil*, op. cit., p. 16. Koster foi administrador de um engenho em Pernambuco, em 1810.

miséria, muita degradação".⁶² E, malgrado "a geral eqüidade das leis", expressão com que inicia a primeira linha do seu texto, ele afirma mais adiante: "Além dessa obrigação de realizar um esforço impróprio, o de que não teve o direito de optar, prepara-o para a grande e incomparável aflição da escravaria, com um tirano, caprichoso ou tresloucado amo, cujas ordens não podem ser discutidas, que é absoluto e para o qual as possibilidades de justiça são remotas e a emenda demasiado longínqua".⁶³

Inúmeros são os testemunhos que desmentem a brandura da colonização portuguesa: "... dever-se-ia de justiça, e caridade providenciar sobre o bárbaro, cruel, e inaudito modo com que a maior parte dos senhores de engenho trata os seus desgraçados escravos do trabalho; tais há que não lhes dando sustento algum, lhes facultam somente o trabalharem no domingo, ou dia santo, em um pedacinho de terra, a que chamam de roça, para daquele trabalho tirarem sustento para toda a semana, acudindo somente com alguma gota de mel, o mais grosseiro, se é em tempo de margem".⁶⁴

Mesmo com um percentual muito alto de escravos, que em certas regiões da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, atingiam a maioria, a população negra no Brasil não conseguia crescer. Ao contrário sempre houve decréscimo, o que justificava mais e mais importações. Mesmo depois da Abolição, o Anuário Médico Brasileiro de 1891, mencionando o alto índice de mortalidade dos negros, previa a sua extinção no

⁶²Idem, p. 13.

⁶³Idem, p. 34. Deviam ser mesmo muito remotas as possibilidades de punição, mesmo leve, de um senhor que se "excedesse" nos maus tratos a seus escravos. George Gardner, defensor da escravidão suave no Brasil, parece confirmar esta tese. Como poderia a justiça punir os senhores se seus membros eram também proprietários de escravos e muitos deles comprometidos, por suborno, com o tráfico clandestino? (Ver: *Viagens pelo...*, op. cit., pp. 24 e 25).

⁶⁴A Bahia do século..., op. cit., p. 185.

Rio de Janeiro.⁶⁵ Charles Boxer, citando as investigações de Martinho de Mendonça em Minas Gerais em 1734, afirma “que os senhores não esperavam normalmente, conseguir mais de doze anos de trabalho dos escravos jovens que compravam. Acrescentava que a cifra de natalidade mostrava-se muito baixa entre eles”.⁶⁶ Salvo os escravos domésticos que eram em geral melhor tratados e por isso apresentavam maior fecundidade, principalmente quando amantes do senhor. A razão desse decréscimo populacional entre os escravos não era só a falta de mulheres, o que de qualquer forma, também dificultava as relações, mesmo que quase sempre temporárias.⁶⁷ Os senhores, além de colocarem muitas vezes homens e mulheres em acomodações separadas (até mesmo os que tinham uniões estáveis), impediam casamentos legais ou escolhiam a companheira do escravo conforme a sua conveniência. Os encontros furtivos e variáveis ou eram pouco fecundos, ou geravam frutos condenados ao aborto para evitar o nascimento de uma criança na condição escrava. Ademais, os que escapavam teriam que vencer as barreiras dos maus tratos durante a gravidez da mãe, das privações após o nascimento e das doenças da infância na situação de desnutrição e completa falta de higiene das senzalas. Stuart Schwartz cita o depoimento do Consul Britânico em Salvador, no ano de 1827: “A mortalidade anual é tão grande em muitos engenhos que, a menos que seus números sejam aumentados com importações, toda a população escrava se tornará extinta no decorrer de aproximadamente vinte anos; os proprietários procedem segundo o cálculo

⁶⁵Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia...*, op. cit., p. 257.

⁶⁶PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e Proença. *Reflexão sobre o sistema de captação*, março de 1834. In: J. Cortêsão: “Alexandre de Gusmão, Obras Várias”, pp. 418 e 419. *Apud: A idade do ouro...*, op. cit., p. 194.

⁶⁷A respeito da falta de mulheres S. Schwartz reproduz um caso contado por Henry Koster, em “Travels in Brazil” (Filadélfia, 1817, 2v. VII, p. 203): “Mais uma vez, sua [de H. Koster] experiência pessoal fornece pungentes evidências de que os cativos também percebiam o problema. Um escravo de um engenho pernambucano, ao saber sobre a infidelidade de sua mulher, queixou-se ao senhor, que ordenou que a açoitassem. Porém, ao começar o castigo, o marido teve pena e implorou que a soltassem, dizendo: ‘Se há tantos homens e tão poucas mulheres na propriedade, como se pode esperar

de que é mais barato comprar escravos homens do que criar crianças negras”.⁶⁸ Esse mesmo autor, comparando as taxas de nascimento e mortalidade das fazendas da Bahia com as mesmas taxas na Jamaica e nos Estados Unidos nos revela que aqui elas eram “espantosas, muito piores do que as verificadas em outros regimes escravistas”.⁶⁹ É óbvio, portanto, que se as condições de vida dos escravos brasileiros fossem pelo menos razoáveis não haveria decréscimo populacional face à quantidade de africanos que os navios negreiros despejavam incessantemente no Brasil. Tampouco o índice de fecundidade das escravas seria tão baixo.

Outro dado a corroborar os maus tratos são os índices de suicídio. Eles não ocorriam apenas durante a viagem. O desespero que levava o escravo a matar-se ocorria nos engenhos, nas fazendas e nas cidades. Schwartz nos fala de um suicídio na fomalha, local de chamas perpetuamente acesas da fábrica de um engenho, também utilizada como castigo: “Cativos fujões ou recalcitrantes eram acorrentados e mandados para lá, a fim de quebrar-lhes a resistência. Nem sempre esse método produziu os resultados almejados. Em 1626, o feitor do Engenho de Santana capturou um fugitivo e postou-o na fomalha para subjugá-lo à disciplina do engenho. O escravo suicidou-se, atirando-se às chamas”.⁷⁰ Para Katia Mattoso, apesar do escravo urbano gozar de mais

que elas sejam fiéis? Por que o senhor tem tantos homens e tão poucas mulheres?” (*Segredos internos...*, op. cit., p. 314).

⁶⁸BETHEL, Leslie. *The abolition of the brazilian slave trade*, Cambridge, 1970, p. 41 e 42. *Apud: Segredos internos...*, op. cit., p. 299.

⁶⁹Idem, op. cit., p. 308.

Segundo Humberto F. MACHADO, em seu livro *Escravos, senhores e café: a crise da cafeeicultura escravista do Vale do Paraíba fluminense, 1860-1888* (Niterói, Cromos, 1993, p. 110): “O Brasil recebeu, aproximadamente, dez vezes mais negros do que os Estados Unidos, durante um período maior. Apesar do tráfico africano para a América do Norte ter sido bem inferior, o Brasil nunca conseguiu superar o número de escravos que os Estados Unidos tinham em 1860. Enquanto os escravos brasileiros eram dizimados pela violência do sistema, os negros americanos constituíam quatro milhões, às vésperas da Guerra Civil, ou seja dez vezes superior à importação”.

⁷⁰*Segredos internos...*, op. cit., p. 131. A casa das fomalhas será descrita mais adiante, neste mesmo capítulo.

liberdade de movimento que o escravo rural, a frequência de suicídios na cidade era ainda maior. E as causas aparecem nos relatórios policiais: "impossibilidade de queixar-se à justiça de maltratos (sic) recebidos, incapacidade de pagar ao senhor a soma estipulada no contrato do escravo 'de ganho', acusações falsas, medo de ser vendido para longe, insucesso numa tentativa de fuga, roubo descoberto, etc."⁷¹ E os métodos utilizados são a asfixia por engolir a língua⁷², o estrangulamento, os venenos, o comer terra⁷³ e a greve de fome. Parece que os suicídios ocorriam em muito maior número entre os escravos do que entre os homens livres, embora estes índices servissem para encobrir as mortes por violência dos senhores e o sub-registro dos suicídios entre os livres para que pudessem ter um enterro cristão.

As doenças e epidemias que dizimavam a população afetavam particularmente os escravos, face às condições de higiene em que viviam e que eram ainda piores que as dos demais habitantes dos campos, das vilas e das cidades.⁷⁴ Vários surtos epidêmicos assolaram as populações no século XIX e que se repetiam com pouco intervalo: a febre amarela, cólera e varíola que rapidamente se espalhavam por vários municípios do interior. Algumas doenças atingiam de tal forma os escravos que eram

⁷¹ *Ser escravo...* op. cit., p. 155.

⁷² Robert Walsh descreve uma cena impressionante sobre esta modalidade de suicídio, ocorrida no Rio de Janeiro: "O infortunado escravo muitas vezes antecipava o seu fim infligindo a si próprio a morte de uma maneira inteiramente inusitada. Eles têm um método de enfiarem a própria língua na garganta, provocando sufocação. Um amigo meu passava pelo Largo da Carioca no momento em que um escravo estava sendo amarrado e açoitado. Após umas poucas chibatadas a cabeça dele pendeu sobre o peito, aparentemente sem vida. Ele foi desamarrado do poste e se verificou então que, de fato, estava morto com a língua enfiada no esôfago e obstruindo completamente a traquéia". *Notícias do...* op. cit., vol. 2, p. 166. Sobre os suicídios entre os escravos, Ver: GOULART, José Alípio: *Da fuga ao suicídio - aspectos da rebeldia do escravo no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

⁷³ O hábito de comer terra, a geofagia, nem sempre pode ser considerado uma tentativa de suicídio. Segundo Emília Viotti da Costa, era proveniente de uma doença, a necatoriose. "Preocupados com essa manifestação e desconhecendo suas causas mais profundas, os senhores costumavam castigar os que se apresentavam com esse hábito, obrigando-os ao uso de máscara de zinco ou de folha-de-flandres, punição também aplicada aos culpados de embriaguez contumaz". *Da senzala à...* op. cit., p. 262.

⁷⁴ No Rio de Janeiro os dejetos eram carregados em tinhas pelos escravos chamados "tigres", e despejados nas praias.

identificadas como provenientes da África como o “mal-de-Luanda”, o já conhecido escorbuto, companheira dos antigos viajantes dos navios. Em geral a lepra, as verminoses, a elefantíase, a tuberculose, tão freqüentes no povo negro, não eram atribuídas à promiscuidade e às péssimas condições de higiene a que eram submetidos os escravos em sua maioria, mas à fragilidade da raça. Da mesma maneira o alcoolismo, fruto das tendências à degeneração e não um hábito adquirido, o mais das vezes para disfarçar a fome, agüentar o excesso de trabalho e o frio, vício que era estimulado pelos próprios senhores.⁷⁵ A condição de escravos os obrigava a andarem descalços e, portanto, sujeitos à infestação de vermes de todos os tipos, do bicho-de-pé à esquistosomose. Trabalhando nos campos eram atingidos por picadas de cobra e de insetos e pela contaminação do tétano, descrita nos textos da época pela morte inexplicável após terríveis contrações e enrijecimentos sucessivos. George Gardner, botânico inglês em viagem ao novo país, entre os anos de 1836 e 1841, descreve em seu livro *Viagens ao interior do Brasil* uma amputação que teve que realizar no braço gangrenado de uma escrava que fora picada por uma jararaca.⁷⁶ Tracomias e oftalmias crônicas produziam um número muito grande de cegos. Os leprosos que não serviam para esmolar para seu dono eram alforriados e abandonados à própria sorte. Eles pediam esmolas pelas estradas e habitavam as periferias das vilas e cidades. Bandos de mendigos, esfarrapados, doentes e mutilados haviam sido abandonados famintos e desvalidos porque sua manutenção era um encargo que os senhores se negavam a pagar.

⁷⁵ A propósito do alcoolismo, Gardner afirma que esse problema era bem maior na Inglaterra, onde as condições de vida dos pobres no século XIX não deviam ser muito melhores que no Brasil: “Por uma manhã de domingo, quando aportei em Liverpool, de volta do Brasil, no decurso do dia vi nas ruas mais casos de intoxicação alcohólica do que julgo ter observado ao todo, entre brasileiros, brancos ou pretos, durante o tempo inteiro de minha residência nesse país”. *Viagens ao interior...*, op. cit., p. 25. Sobre as condições de vida em Londres, ver: *Londres 1851-1901 - a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

⁷⁶ *Viagens ao interior...*, op. cit., p. 38.

As populações reclamavam, as leis proibiam tal prática, mas nunca eram cumpridas.⁷⁷ Às vezes os proprietários, ao invés do abandono, anunciavam os jornais: “alguns escravos cegos, que se dão gratuitos, na Rua dos Pescadores”.⁷⁸

Eram variadas as condições de alojamento dos escravos, no geral, muito ruins - raras eram as senzalas construídas com tijolos e telhas - a maioria tinha paredes de barro e cobertas de sapê. Algumas, contudo, eram divididas em cômodos, enfileiradas e podiam abrigar famílias. Tollenare, em viagem ao nordeste, observa que só viu boas senzalas no engenho Salgado, com dois cômodos para cada escravo, com alpendre, porta com chave e janela para o campo, “o que as torna muito mais salubres do que as habitações de muitos camponeses franceses”. No entanto, o seu interior é de uma pobreza franciscana: “Uma esteira, uma cuia ou cabaça e às vezes alguns potes de barro, alguns andrajos, eis toda a mobília do lar de um casal negro”.⁷⁹ A maioria das senzalas, entretanto, era fria, suja e faltava ventilação.

Vestiam-se melhor os escravos que conseguiam amearhar algum ganho. Os escravos domésticos, quando objeto da ostentação de um senhor rico, acompanhavam a família de seu dono vestidos de veludo e seda e as escravas cobertas de jóias. Alguns viajantes elogiam as artes no vestir-se das escravas mina, seu porte e sua elegância, o que em geral observam nas cidades. Mas, não eram estas as condições mais comuns, principalmente no campo. Vilhena assim descreve a roupa dos escravos nos

⁷⁷Ver: COSTA, Emília Viotti da, *Da senzala à...*, op. cit., p. 264.

Em várias passagens de seu livro *Peregrinação pela Província de São Paulo* (Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, EDUSP, 1975), Augusto Emílio ZALUAR, escritor e professor português que se transferiu para o Brasil em 1849, refere-se aos mendigos que “infestam as estradas”. Em uma delas escreve: “Causa realmente dó, compunge o coração ver esses desgraçados dentro de suas choupanas de palha, cobertos de andrajos e de lepra, estenderem a mão a quem passa, pedindo-lhe um óbulo para matarem a fome! É realmente um quadro este que não tem perdão nem desculpa em pleno século XIX!”. Idem, p. 89.

⁷⁸Jornal do Rio de Janeiro - 2/8/1827. *Apud*: RENAULT, Celso, *Indústria, escravidão...*, op. cit., p. 99.

⁷⁹*Notas dominicais...* op. cit., p. 80.

engenhos da Bahia: "A vestiária ordinária, que se dá a cada um destes escravos de trabalho, é um par de camisas e saias ou calças de pano de algodão grosseiro, e dois côvados e meio de baeta para dormirem; há contudo alguns que lhes dão suas vestes de baeta".⁸⁰ Mesmo para o clima da Bahia, trata-se de roupa bastante insuficiente e que, por ser pouca e muito usada, logo chegava aos andrajos. Isto sem falar do escravo das minas, onde o clima é bem mais severo. Antonil observa: "O que pertence ao sustento, vestido e moderação do trabalho, claro está, que se lhes não deve negar, porque a quem o serve deve o senhor, de justiça, dar suficiente alimento, mezinhas na doença e modo com que decentemente cubra e vista, como pede o estado de servo e não aparecendo quase nu pelas ruas".⁸¹ A roupa era uma demonstração importante das distinções de classe e que indicava até mesmo a hierarquia no interior de uma mesma senzala. Era costume entre os libertos buscar avidamente condições para se vestir com luxo e exibir sua superioridade aos brancos pobres e mal vestidos.⁸²

As condições de alimentação⁸³ variavam conforme a região e a época. Sabe-se, no entanto, que na Bahia do século XVIII, elas não foram boas. Escreve Vilhena a seu amigo: "A falta de governo econômico dos senhores é a causa primária donde provêm todos estes males, não só dos escravos, como aos mesmos senhores, que

⁸⁰ *A Bahia do século XIX...*, op. cit., p. 186.

⁸¹ *Cultura e opulência...*, op. cit., pp. 161 e 162.

⁸² Ver: COARACY, Vivaldo, *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, José Olympio, Belo Horizonte.

⁸³ Em Minas, segundo Julita SCARANO (*Devoção e escravidão - a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino, no século XVIII*, São Paulo, Nacional, 1976, pp. 93 e 94), o tratamento que era desumano, "feito apenas para impedir que o escravo morresse de fome, deixou em nosso folclore versinhos como estes:

'Comida de negro brabo
Quatro laranjas num gaio'
Uma cuiá de farinha

Cinco ponta de vergaio' " (Extraído de: Friero, Eduardo, *Feijão angu e couve*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1966, p. 141).

em breve tempo os perdem, consumidos de trabalho, fome e açoites”.⁸⁴ Há muitos outros relatos de que os escravos nos engenhos do século XVIII passavam fome - daí a prática, nem sempre generalizada, de permitir ao escravo que cuidasse de sua própria roça um dia por semana, para que dela obtivesse o seu sustento, o que virou lei em 1701.⁸⁵ Isto também era uma forma de evitar roubos freqüentes que, contudo, continuavam a acontecer em todos os roçados, assim como na criação de pequenos animais. Além dos ratos que infestavam os canaviais e destruíam as plantações, mas não escapavam de ser comidos pelos escravos. Portanto, a solução do dia destinado ao trabalho na roça não resolveu inteiramente o problema da fome - seja porque era ainda insuficiente a ração assim obtida, seja porque nem sempre a folga obrigatória semanal era cumprida pelos senhores. Esta última hipótese parece estar confirmada por Antonil: “Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia da semana, para plantarem para si (...) e isto serve para que não padeçam de fome, nem cerquem cada dia a casa de seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha. Porém, não lhes dar farinha, nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia, e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo?”.⁸⁶ Stuart Schwartz cita Imbert que, em seu “Manual do Fazendeiro” de 1832 condena a alimentação dada aos escravos por “lhes acarretar problemas estomacais”.⁸⁷ Como os alimentos básicos eram, pelo menos no século XIX, a farinha de mandioca, a carne seca,

⁸⁴ *A Bahia do século XIX...* op. cit., p. 186.

⁸⁵ A grande questão era que alguns senhores só permitiam a folga aos domingos, dia santo de guarda, o que obrigava o escravo a trabalhar neste dia em sua roça. A Igreja fazia objeções ao trabalho dominical e forçava os senhores a permitirem o sábado para este fim. Mas, nem sempre as intervenções clericais surtiam efeito: “Em 1703, a Irmandade do Rosário, formada por negros, dirigiu petição às autoridades baianas, visando a uma injunção para forçar os proprietários de escravos a cumprir a lei”. SCHWARTZ, S., *Segredos internos...* op. cit., p. 126.

⁸⁶ *Cultura e opulência...* op. cit., p. 162.

⁸⁷ *Segredos internos...* op. cit., p. 126.

o peixe salgado (que incluía o bacalhau) e a carne de baleia, a condenação recaía sobre estes alimentos, que eram destinados não só aos escravos, mas aos pobres e miseráveis.⁸⁸

Sob esse ponto de vista, parece que Gilberto Freyre, apesar de tornar idílica a escravidão que descreve em seus livros, talvez tenha razão ao admitir que os escravos não eram mal alimentados, pelo menos em algumas regiões do país. José Rodrigues de Lima Duarte em sua tese de doutoramento na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1849, menciona esta variação: "Os alimentos mais usados no Brasil para os negros são: o feijão e o milho, a que algumas vezes se ajuntam couves, abóboras e outras, reduz-se a isto só a alimentação. Contudo, o nutrimento não é o mesmo em todas as partes, na província do Rio de Janeiro e em algumas marítimas são sustentados com pirão de farinha de mandioca, e a carne salgada seca".⁸⁹ Mesmo que se desconheça a quantidade, a qualidade dessa ração e as condições de seu preparo, comparada à alimentação atual da população pobre de nosso país, é um banquete: do mesmo modo que os escravos, raramente come carne fresca, em "compensação", carne seca e bacalhau só em sonhos - há muito já se mudaram definitivamente para a mesa dos ricos.

Seja por pura preguiça, como falava um viajante inglês, seja porque o escravo era facilmente substituível, não houve por parte dos senhores empenho em sua

⁸⁸Em 1854, escrevia um doutorando em sua tese para a Faculdade de Medicina da Bahia: "...mas a fertilidade e a abundância costumam a chegar à morada do mendigo, que esmola a caridade (...) Tendo nós de capitular a base de sua alimentação, entendemos que não erramos em dizer, que ela é principalmente constituída pela farinha de mandioca, a mais inferior, pela carne seca, pelo bacalhau e outros peixes (o grifo é nosso), que por sua abundância se conservam de variados modos (...) A farinha inferior contém em sua composição princípios inertes, que subcarregam e cansam as forças do estômago (...) A carne seca contém cloreto de sódio, e por sua grande consistência demanda algum esforço de órgão digestivo (...) o mesmo pode dizer-se relativamente ao bacalhau e outros peixes". E a seguir: "... em lugares por exemplo do litoral do Brasil onde abunda a carne de baleia, esses indivíduos nutrindo-se constantemente dela, é a causa determinante da medonha enfermidade denominada elefantíase dos negros - morféia". RODRIGUES, Antero Americo Lopes. *A mendicidade*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, Tipographia de Carlos Poggetti, 1854, pp. 17 e 19.

⁸⁹DUARTE, José Rodrigues de Lima. *Ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal Laemmert, 1849, p. 25.

instrução religiosa⁹⁰, assim como na repressão de seus cultos e seus costumes, principalmente porque desse modo ficava mais fácil governá-lo. Assim, os senhores permitiam os folguedos de seus escravos, seus rituais "bárbaros", seus batuques que ouviam ao longe pela madrugada a dentro. Eles sabiam muito bem como alternar as técnicas para lhes domesticar o corpo e roubar-lhes a alma: proteção paternalista, castigo corporal e festa. E não era preciso gastar nem um tostão para animá-los: os negros se divertiam sozinhos. É Antonil quem recomenda: "Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gasto dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juizes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho".⁹¹ Naqueles momentos era um outro corpo que se manifestava, livre e reconhecido pela hierarquia entre seus pares. O que os senhores, com complacência e desdenho, julgavam bárbaro e caótico, eram música e poesia escritas no corpo, ritmos e dança para a glória de seus deuses e de seus reis. Mesmo nos rituais católicos, eles engrandeciam as procissões, prorrogavam as festas. Foram sempre mal vistos, porém só mais tarde serão perseguidos seus ajuntamentos de danças e rituais mais tipicamente africanos. Mas, então, já será tarde: os negros haviam deixado sua marca profunda na formação do país. Junto com os índios, eles nos

⁹⁰... sendo cristão e descuidando-se dos seus escravos, se hão com eles pior do que se fossem infieis. Nem os obrigam os dias santos a ouvir missa, antes talvez os ocupam de sorte que não têm lugar para isso; nem encomendam ao capelão doutriná-los, dando-lhes por este trabalho, se for necessário maior estipêndio", escreve Antonil sobre a negligência dos senhores quanto à instrução religiosa de seus escravos (*Cultura e opulência...*, op. cit., p. 161).

⁹¹Idem, p. 164.

legaram, dentre outras contribuições, a alegria, o humor, a irreverência, uma vontade constante de brincar e de acreditar.

Uma outra marca funda fez no corpo uma escrita muito mais brutal e violenta: além das bexigas, da lepra, das deformidades, da desnutrição e da invalidez. Não foi a marca que o corpo produz quando canta e dança o batuque, ou quando toca o instrumento improvisado, esse toque febril que faz levantar de alegria e beleza o corpo exausto de muitas dores. É a marca que o corpo padece e que registra, indelével, sua história de vida. Se os escravos eram, no dizer de Antonil, “as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”,⁹² talvez tenha sido por isso que o castigo corporal foi o mais importante dos 3 PPP para a manutenção do regime escravista. O castigo punia faltas cometidas, servia de exemplo e de admoestação, e poderia ser aplicado apenas como medida preventiva para futuras rebeldias - uma forma educativa inicial de dobrar o corpo para a obediência. Como dizia um velho ditado português: “Quem quiser tirar proveito dos seus negros que os mantenha, que os faça trabalhar bem, que os surre melhor”. Como prática corrente no Brasil até o século XIX era admitido como pena para certos crimes julgados, como punição pelos senhores das faltas de seus escravos, e mesmo nas escolas de bom nome, como medida disciplinar. Mais freqüente quando se tratava dos escravos, porque para estes o castigo não era somente prerrogativa da justiça, mas ficava também ao arbítrio do proprietário.

Algumas vozes levantaram-se em defesa dos cativos para que se atenuassem as penas e moderassem os castigos, como Jorge Benci, Manoel Ribeiro da

⁹²Cultura e opulência.... op. cit.. p. 159.

Costa e Antônio Vieira. Protestavam com veemência contra os maus tratos e certas práticas de mutilação (como cortar uma orelha do escravo fugido para que fosse identificado ou seccionar o tendão de Aquiles para impedi-lo de fugir).⁹³ Benci, por exemplo, a propósito da perversidade dos senhores de engenho escreve: "... pois por pouco mais que nada chegaram alguns a lançar vivos nas fornalhas os seus escravos e a tirar-lhes por vários modos, bárbaros e inumanos, a vida".⁹⁴

Muitos outros testemunhos da época contradizem a tese de Katia Mattoso, segundo a qual o castigo corporal "... não fazia parte absolutamente da vida diária do escravo. Ninguém nega tenha havido senhores ou senhoras sádicos. Contudo, de modo geral, nem o senhor nem o feitor passeiam entre os escravos chicote na mão, para repreender qualquer pecadilho. Os meios utilizados para assegurar a obediência no trabalho e a humildade nas relações com os senhores são muito mais sutis. O senhor procura fazer os escravos ligarem-se a ele por laços afetivos, tenta, em primeiro lugar, inspirar-lhes consideração e quando o trabalho é bem feito termina por gerar um respeito mútuo. O chicote, o tronco, a máscara de ferro, ou o pelourinho, são o último recurso dos senhores incapazes de manter a disciplina".⁹⁵ Pode-se, todavia, inverter a proposição da autora: Ninguém nega que tenha havido relações paternalistas entre

⁹³Sobre mutilações, escreve José Alípio GOULART: "Castrações, amputações de seios, extração de olhos, fraturas de dentes, desfigurações de faces, amputação de membros etc., foram castigos que em engenhos e fazendas brasileiros não se pode dizer que tenham sido raros" (*Da palmatória ao patíbulo - castigos de escravos no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, s.d., p. 162). Mais adiante, o mesmo autor descreve o colete de couro, instrumento de tortura utilizado no Rio Grande do Sul, que uma vez molhado era vestido no escravo e exposto ao sol, encolhia até matar o infeliz por asfixia. Na Ilha de Marajó, no engenho de Arapiranga de João Calandrini havia a roda das navalhas, "da qual o negro a ela submetido saía com as carnes cortadas, com o corpo barbaramente retalhado" (idem, pp. 167 e 168). A prática, ainda atual, de dar sumiço aos corpos dos assassinados, transformou muitas casas e quintais em verdadeiros cemitérios clandestinos. FREYRE, Gilberto, *Casa grande e senzala*, 6ª ed., I, 1950, p. 31. *Apud*: Goulart, J.A., idem, p. 172.

⁹⁴BENCI, J.C.J. *Economia cristã dos senhores do governo de escravos (1700)*. org. S. Leite, C.J., Porto, 1954, p. 139. *Apud*: Charles Boxer, *Segredos internos...*, op. cit., p. 31.

⁹⁵*Ser escravo no...*, op. cit., pp. 116 e 117.

senhores e escravos como artifício de adaptação do escravo, criando, às vezes, laços afetivos de gratidão recíproca. Mas, mesmo nestes casos, fidelidade e obediência deviam sempre estar presentes. Do mesmo modo, as boas relações, descritas pela autora e por Gilberto Freyre, conviveram assiduamente com os horrores. Muito antes da imprensa abolicionista denunciar abusos e atrocidades que, segundo alguns autores, seriam intencionalmente exagerados para provocar a revolta da opinião pública, escreveu Vilhena: "...sabe que algum destes miseráveis lhe furta alguma coisa; ele [o senhor de engenho] o manda atar a um carro, e ali preso lhe manda dar com um chicote de três pernas, ou duas, feito de couro cru torcido, pelo menos duzentos açoites sobre as nádegas, que por boa conta, são quatro, ou seiscentos açoites. Se aqueles golpes sangram bem, lhes mandam lavar com sal e vinagre, para evitar gangrena, e alguns lhe misturam pimentas malaguetas, por ser contra a corrupção; e se ficam algumas tumescências lhas mandam retalhar, e em cima lhe dão a tal lavagem; eu duvido que os mouros sejam assim cruéis com os seus escravos".⁹⁶ Outro relato é de Martim Francisco Ribeiro de Andrade em *Jornais das viagens pela capital de São Paulo*, escrito em 1803: "Tenho me admirado de ouvir contar os castigos, e mau trato, que sofre da parte dos senhores, particularmenté em Itu, esta desgraçada raça africana; não basta a injustiça de um tráfico tão vergonhoso para a humanidade, inda aumentamos nossos crimes, pagando tão mal os seus serviços; mas a natureza, que nada deixa sem recompensa, em prêmio de nossos furores nos priva de uma reação justa dos seus serviços antes do tempo, faz grassar em nosso país molésticas endêmicas da África..." E, a seguir: "Não sei como o ministério se não tem lembrado de marcar por uma lei o poder dos senhores sobre os escravos, limitando castigos que horrorizam, e obrigando a sustentar e vestir este

⁹⁶A Bahia do século XVIII.... op. cit., pp. 185 e 186.

infelizes até o fim da vida: se por ora não é possível extinguir a escravidão no Brasil, é ao menos fácil adoçar o rigor dela”.⁹⁷

Viajantes como Robert Walsh que enaltecem a boa índole dos brasileiros, seu bom coração, sua pouca inclinação para atos de crueldade e a maneira delicada com que tratam os escravos, logo a seguir descrevem várias cenas diárias que desmentem os elogios. Eis algumas dentre as inúmeras descritas pelo reverendo Walsh, comentando a impunidade e a falta de controle dos abusos: “Nunca passei por uma rua do Rio sem que tirasse a impressão de que algumas casas eram cadeias, devido aos gritos e gemidos de alguns infelizes, que partiam do seu interior, juntamente com o estalo dos açoites, anunciando que estava sendo infligido um castigo corporal a alguém. Sempre que eu comentava isso com um amigo, a resposta que invariavelmente recebia era que a natureza rebelde do escravo tornava isso necessário, sendo impossível dirigir uma casa com eficiência sem recorrer a esses castigos...”.⁹⁸ E segue descrevendo: “A casa contígua à nossa pertencia a um artezão e dela partiam constantemente gritos e gemidos. Entrei na sua oficina um dia e verifiquei que ele era seleiro e que dois meninos negros trabalhavam para ele. Era um homem trigueiro, de rosto cadavérico e ar sombrio; com tiras de couro da sua oficina ele havia feito uma chibata semelhante a usada pelos russos, e com essa chibata açoitava, no momento, as costas nuas de um dos meninos, num cômodo contíguo. Ai estava a causa dos gritos e gemidos que ouvíamos todos os dias e quase o dia todo”. E a seguir: “Havia outra casa nos fundos da nossa, ocupada por uma mulher de má fama que, como de hábito, mantinha vários escravos. Certa manhã acordei ouvindo gritos horríveis, e ao olhar pela janela vi no quintal da casa uma mocinha negra e

⁹⁷ ANDRADE. Martin Francisco Ribeiro, *Jornais das viagens pela capital de São Paulo (1803)*. In: *Roteiros e notícias de São Paulo (1751-1804)*, São Paulo, Governo do Estado, 1977, p. 154.

⁹⁸ *Notícias do....* op. cit., p. 164.

diante dela a sua dona, uma mulher branca, com uma vara na mão. A mulher esta semi-vestida, apenas de anáguas e combinação, cujas alças tinham descido, deixando à mostra seus ombros e seios. Seus cabelos caíam-lhe soltos pelas costas abaixo, e em seu rosto se refletiam os mais perversos e selvagens sentimentos (...) ela também era a fúria personalizada, enquanto surrava a infortunada menina encurralada num canto, que de joelhos suplicava misericórdia. Sem dar ouvidos às suas súplicas a mulher continuou a surrá-la, dando-lhe golpes no rosto, até ficar ela própria exausta, deixando sua vítima coberta de sangue. Essa cena se repetia todas as manhãs, e os gritos e gemidos indicavam que os infortunados negros estavam sofrendo as penalidades da escravidão, ao se tornarem um objeto contra o qual o mau-humor e a perversidade dos brancos podiam ser descarregados impunemente”.⁹⁹ Este relatos parecem desmentir a afirmação de outro viajante inglês no Brasil, George Gardner, entre 1836-1841, para quem “as senhoras brasileiras são quase sem exceção bondosas para com os escravos domésticos de ambos os sexos, mas principalmente para com as que foram amas de leite. Em lugares onde não havia nenhum recurso médico, por vezes vi a senhora atendendo em pessoa aos doentes escravos nas enfermarias”.¹⁰⁰ Por certo, devia haver senhoras bondosas nos hospitais e no âmbito doméstico mas, no geral, as relações entre senhoras e suas escravas não eram tão suaves como descreve o viajante inglês. E. Viotti da Costa cita “o caso de Rosa Mourão, pronunciada em 1882 como autora dos ‘flagicídios’ da parda Mônica; e de Francisca da Silva Castro, autora de vários castigos infligidos à escravas Eduarda e Joana, dos quais resultara a morte da última”¹⁰¹, em 1886. Em 1821, Dona Joana, viúva do brigadeiro Velasco assassinou sua escrava Josefa, da nação de Benguela, com

⁹⁹Idem. p. 165.

¹⁰⁰*Viagens ao interior...* op. cit., pp. 25 e 26.

¹⁰¹*Da senzala à...* op. cit., p. 291.

açoites¹⁰². A maior parte dos crimes não chegava ao conhecimento público e quando era levada à justiça, quase sempre ficava impune. O flagelo do açoite que muitas senhoras infligiam pessoalmente à suas escravas, resultava, via de regra, do sentimento de ciúme e vingança por causa da preferência do marido pela negra mais jovem, mais bonita, de carnes mais duras do que a gorda e macilenta senhora branca, sempre dominada pelo homem, e a quem era negado qualquer prazer.

Mesmo quando não aplicado, a sua simples existência, apresentada ostensivamente aos escravos através dos instrumentos de tortura, já era uma forma preventiva de intimidação. Henry Koster relata uma técnica de domesticação dos escravos mais difíceis, utilizada por senhores que ele conheceu. Eles adquiriam os piores e mais rebeldes escravos por preços abaixo da média de mercado. Um desses senhores, de sangue mestiço, para mantê-los sob obediência, mostrava-lhes o tronco, a cadeia, o chicote com que poderia castigá-los, caso continuassem com os maus costumes. Depois encaminhava-os às senzalas que eram as melhores da região, limpas e com "roupas e outros objetos de conforto (...) Nas circunstâncias atuais ele presta um alto serviço ao seu país porque esses homens estão mantidos em tranqüilidade"¹⁰³, comenta Koster.

Segundo Stuart Schwartz, desde 1688 o governo português havia instituído regulamentação quanto ao tratamento aos escravos, dando o direito de denúncia a qualquer pessoa, incluindo o próprio escravo, da crueldade dos castigos, obrigando o proprietário a vender o escravo que provasse sofrer tratamento injusto.¹⁰⁴ Mas parece que estas leis raramente foram cumpridas. Houve, porém, algumas exceções. Uma escrava de nome Úrsula conseguiu ser vendida por sua senhora, uma

¹⁰²Ver: ALGRANTI, Leila Mezan, *O feitor ausente...*, op. cit., p. 117.

¹⁰³KOSTER, H., *A escravidão...*, op. cit., p. 17.

¹⁰⁴*Segredos internos...*, op. cit., p. 124.

poderosa dama da Bahia. A mesma sorte, contudo, não teve uma outra escrava em 1701, cujo parecer favorável da Coroa sobre sua alforria não foi obedecido pelo governador da Bahia, sob a alegação de abrir um perigoso precedente. Mais comuns eram condenações de homens livres acusados de matar ou maltratar escravos de propriedade alheia. Na maior parte dos casos nem havia ação judicial, ou quando ocorria senhores e homens livres acusados de maus-tratos eram invariavelmente absolvidos sob a alegação de "que as acusações haviam sido forjadas pelos inimigos do proprietário do escravo"¹⁰⁵. Já em meados do século XVIII, o poderoso herdeiro da Casa da Torre na Bahia, Garcia D'Ávila Pereira Aragão "foi denunciado à Inquisição por uma série de revoltantes excessos de natureza sexual e física contra seus escravos. Apesar de vários testemunhos confirmatórios, o tribunal nada fez para puni-lo. Coerção física, maus-tratos, e por vezes crueldade sádica permanecem como aspectos extremamente reais na Bahia durante toda a era colonial"¹⁰⁶, afirma Schwartz.

No século XIX, parece ter sido ainda mais difícil a lei atingir os abusos dos senhores, já que o cativo não poderia denunciar pessoalmente seu proprietário, a não ser por interferência de outra pessoa livre ou do promotor público. Se ocorressem nas fazendas¹⁰⁷, as possibilidades de justiça para o cativo seriam bem remotas, dada a influência dos senhores sobre o poder judiciário e sobre os homens livres do povo que, na sua maioria, deles dependiam como rendeiros, parceiros ou agregados. Perdigão

¹⁰⁵Idem. *ibidem*.

¹⁰⁶Idem. p. 125.

¹⁰⁷Existe polêmica entre os historiadores a respeito dos maus tratos aos cativos serem maiores nas fazendas do que nas cidades. Sem querer entrar nesta discussão, o que pode se observar nos textos da época é que nas fazendas havia menos interferência externa. A esse respeito escreve Caio Prado Júnior: "O domínio é vasto, o que nele se passa dificilmente ultrapassará seus limites. Fica por isso inteiramente na alçada do proprietário (...). A autoridade pública é fraca e distante (...). Quem realmente possui aí autoridade e prestígio é o senhor rural, o grande proprietário. A administração é obrigada a reconhecê-lo, e, de fato, (...) a reconhece. *Formação do Brasil contemporâneo - colônia*. 16ª ed., Brasiliense, 1979, p. 287.

Malheiro descreve bem a minoridade legal do escravo: não tinha voz, não podia testemunhar, no máximo ser chamado como informante¹⁰⁸. Mas pagava muito caro por qualquer infração cometida. É Luiz Carlos Soares quem nos esclarece a respeito¹⁰⁹. Até a Independência a lei que regia as punições aos infratores, livres ou escravos, era o Código Filipino português, onde se achavam prescritas as penas de suplícios corporais, feitos em espaço aberto, em espetáculos públicos e tinham caráter punitivo, exemplar e preventivo. Dependendo da gravidade do crime as penas variavam do enforcamento, castigo ou morte pelo açoite, nos patíbulos e pelourinhos das praças públicas, à prisão ou o trabalho forçado nas galés. A partir de 1830, sob a influência de uma nova filosofia punitiva vigente nos grandes centros europeus, é sancionado o Código Criminal Brasileiro que suprime os castigos físicos para a população livre, nacional ou estrangeira. Mas, para o escravo nada muda. Como manter sob obediência estrita indivíduos a quem não era reconhecido direito algum, uma estranha minoridade que os isentava da condição de testemunhas, mas os colocava invariavelmente na condição de réus responsáveis pelos crimes que cometiam e pelos que não cometiam? Nem poderia mudar: enquanto os engenhos do nordeste há muito haviam se adaptado à mão de obra do trabalho livre¹¹⁰, a expansão do café no sudeste fortalecia sobremaneira o regime escravista. Pequenos delitos eram punidos com severidade. Citando as Ordenações Filipinas, José Alípio Goulart nos fala a esse respeito: “Dos açoites se fazia uso quer particular quer oficialmente para corrigir graves cometimentos ou pequenas faltas. O furto de uma rapadura, ou uma haste de cana, um gole de garapa ou cachaça, desde que sem

¹⁰⁸Ver: *A escravidão no Brasil...*, op. cit., vol. 1.

¹⁰⁹Ver: SOARES, Luiz Carlos. *O Estado e a punição dos escravos...*, op. cit., pp. 21 a 33.

¹¹⁰Sobre o trabalho livre: ver mais adiante neste mesmo capítulo.

autorização superior era o bastante para provocar a punição pelo chicote.¹¹¹

A justificativa para o castigo está na índole do negro. Ele é indolente escreve Debret (1834-1839): "... pois os negros não passam de grandes crianças cujo espírito é demasiado estreito para pensar no futuro e indolente demais para se preocupar com ele (...). O negro é indolente, vegeta onde se encontra, compraz na sua nulidade e fez da preguiça sua ambição, por isso a prisão é para ele um asilo sossegado em que pode satisfazer sem perigo sua paixão pela inação, tendência irreprimível que o leva a um castigo permanente".¹¹² Depois do açoite a lavagem com vinagre e pimenta para evitar a infecção - uma dor ainda maior. Na descrição de Debret, o chefe de quilombo era condenado à morte pelo açoite. Caminhava pelas ruas carregando um cartaz no qual se podia ler: "Chefe de Quilombo". Eram 300 chibatadas divididas por vários dias, em várias praças onde o seu suplício era exibido ao público. Por fim, na última execução suas chagas já profundas se rasgavam ainda mais, atingindo veias e ossos, provocando hemorragias e o negro morria em meio a uma poça de sangue, atacado pelas terríveis convulsões do tétano¹¹³. O pelourinho não era apenas um monumento, um marco fixo e permanente a indicar uma ameaça para os recalcitrantes, usado como castigo exemplar. Seu uso não era tão ocasional. Assim como a chibata desenhava cicatrizes nos corpos, a dor do supliciado fazia suas coxas friccionarem-no por reflexo, ao compasso das chicotadas, e lá deixarem polidas as pedras do suplício - "Essa marca sinistra se encontra em todos os pelourinhos das praças públicas", observa Debret¹¹⁴. Esse ritual das "mil

¹¹¹ *Ordenações Filipinas*. Livro V, Título LV - *Dos furtos e dos que trazem artificios para abrir portas*. Apud: GOULART, J.A., *Da palmatória ao...*, op. cit., p. 79.

¹¹² DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, São Paulo, Círculo do Livro, 1988, vol. I, p. 310.

¹¹³ *Idem*, pp. 320 e 321.

¹¹⁴ *Idem*, p. 323.

Quando o castigo do açoite não era uma sentença de condenação à morte, ele devia ser regulado segundo a idade e a condição física do condenado e suspenso tão logo o médico constatasse que ele não

mortes” e que se refere Foucault¹¹⁵, era regido pela graduação da dor conforme a gravidade do delito, podia ser multiplicada ao infinito, subdividida em várias sessões, detalhada no corpo por cicatrizes de uma memória que nunca deveria se apagar. E, sobretudo, “ostentoso” como espetáculo público de triunfo e vingança do poder que precisava prolongar-se até após a morte do supliciado: nos esquartejamentos¹¹⁶, nos cadáveres insepultos, nos uivos de dor gravados nas pedras dos pelourinhos. Mesmo quando não era público¹¹⁷, quando ocorria no interior das fazendas, das oficinas e dos recintos domésticos, o castigo corporal era sempre exemplar. Mesmo restrito às relações senhor e escravo, a ação privada praticada pelo feitor ou pelo próprio dono, era exibido aos outros escravos como exemplo - os gritos que provocava não eram abafados como vergonhosos. Ao contrário, ecoavam nas ruas, nas fazendas, nos campos. Tampouco evitavam-se as marcas no corpo, as lesões e as cicatrizes - elas formavam o desenho de uma escrita sobre o comportamento do escravo enquanto instrumento de trabalho. Os anúncios de jornais em busca dos fugidos descreveriam com minúcias as marcas dessas lesões. Eram os sinais da identidade e da “carteira de trabalho” do escravo. Até a chegada do movimento abolicionista uma má recomendação para o escravo. Depois a situação se inverte e passa a ser uma má recomendação para o senhor,

teria condições de suportar mais açoites. Este cuidado se deu após inúmeros casos de morte. “Entretanto a pena de açoites continuou a ser aplicada aos escravos até o dia 15 de outubro de 1886, quando o parlamento, em virtude de pressão do movimento abolicionista, aprovou uma lei que a revogava” (SOARES, Luiz Carlos, *O estado e a punição...*, op. cit., p. 28). Somente a partir de então os escravos infratores passaram a sofrer as mesmas penas dos homens livres.

¹¹⁵ *Disciplinar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 34.

¹¹⁶ Sobre os esquartejamentos J.A. GOULART, citando Pohl em *Viagem ao interior do Brasil* (Rio de Janeiro, 1951, p. 203; cit. incompl.), descreve: “Com horror descobri num alto [em S. João del Rei, Minas], apenas a 16 passos de mim, enfiadas numa vara, em torno das quais adejavam milhões de moscas, a cabeça e a mão de um negro”. O indivíduo a quem haviam pertencido aqueles sanguinolentos despojos, assassinara seu senhor, justamente o proprietário da estalagem que abrigava Pohl”. *Da palmatória ao...*, op. cit., p. 144.

¹¹⁷ Nem sempre os senhores recorriam à justiça, mesmo nos casos de faltas mais graves e puniam seus escravos no espaço de sua propriedade - talvez porque tivessem que pagar as custas, caso fossem presos no calabouço. O regime escravista dava ao senhor o poder incondicional sobre o corpo do

indícios de sua torpeza e crueldade.

Vários eram os aparelhos que deixavam marcas mais ou menos profundas. Além dos açoites, das máscaras, do tronco¹¹⁸ e do ferro em brasa com que também se marcavam os animais, e as mutilações¹¹⁹, havia o bacalhau (um pequeno chicote de tiras de couro retorcido), as varas de marmelo, a palmatória (aplicada em geral às mulheres, em penas consideradas leves, e às crianças, não apenas escravas, nas escolas)¹²⁰. Havia também as gargalheiras, ou golilhas que eram argolas de ferro usadas no pescoço¹²¹ de onde saiam galhos e ganchos que atrapalhavam as fugas para o mato. Às vezes grossas correntes eram atadas dos galhos aos tornozelos, de onde também podiam sair as peias que prendiam braços e pernas, diminuindo bastante a mobilidade de quem as usasse. Debret, para quem “a ânsia de fugir é imperiosa nos negros”¹²², descreve um caso de aplicação do castigo a um escravo que tinha “o vício de fugir”. Ele

cativo, a não ser por algumas restrições legais, como nos casos de morte e excesso de maus tratos, mas que, uma vez praticados, ficavam quase sempre impunes.

¹¹⁸ O castigo mais suave que um senhor infligia a um escravo é o de prendê-lo em geral acorrentado. Mas cada fazenda possui suas gargantilhas, golilhas, máscaras de ferro e seus troncos que prendem pescoço e artelhos e até imobilizam durante dias e dias o escravo condenado. O tronco e o chicote são os castigos preferidos pelos senhores. No século XIX, até mesmo colonos europeus livres foram metidos no tronco em fazendas de café” (o grifo é nosso). MATTOSO, Kátia Queiroz, *Ser escravo...*, op. cit., p. 156.

O tronco foi também utilizado para os loucos internos na Santa Casa de Misericórdia, no século XIX.
¹¹⁹ É ainda Kátia Mattoso quem descreve: “Até 1824 as mutilações de escravos desobedientes eram autorizadas: marcas de ferro em fogo, esmagamento de dedos por algemas de tarrachas, corte de orelhas, amputação parcial dos pés, não eram raros”. Idem, p. 156.

¹²⁰ O regimento do Instituto dos Surdos Mudos, no século XIX, continha dois artigos sobre a proibição dos maus tratos e castigos corporais aplicados aos alunos. “Notícia do Instituto dos Surdos Mudos, enviada para a Exposição de Filadélfia, com artefatos de seus alunos, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de E. e H. Laemmert, 1876”.

¹²¹ “Os grillhões não poupam nenhuma idade e nenhum sexo”, escreve Thomas EWBANK. “Encontrei esta manhã uma jovem de Moçambique, muito bonita, com um colar de forçado duplo. A jovem não poderia ter mais de dezesseis anos. Certa tarde, há alguns dias, quando me encontrava no balcão de uma casa na Rua da Alfândega, uma negrinha com quatro quintos de seu corpo nu, passou vacilante pelo meio da rua, com enorme tina de lavar roupa presa por cadeado e uma corrente no pescoço”. (*Vida no Brasil*, op. cit., p. 94). E, mais adiante: “Lá [numa rua próxima ao Convento de Santo Antônio, no Rio] vi uma mulherzinha frágil e velha caminhando pela calçada com um barril de água na cabeça. Um colar de ferro passava-lhe pelo pescoço enrugado e dele pendia uma cadeia presa ao cabo de uma vasilha por cadeado - uma das coisas mais cruéis que jamais vi”. Idem, p. 212.

¹²² *Viagem pitoresca e...*, op. cit., p. 309.

ficou 6 a 7 anos carregado de ferros, a ponto de não poder correr. Ágil, de constituição robusta, continuava assim mesmo a trabalhar ativamente. O senhor, comovido com o estoicismo do escravo, começou aos poucos a tirar-lhe os ferros. O amo, então, caiu doente e o escravo deu-lhe provas de dedicação e fidelidade. Logo que convalesceu tirou-lhe o último ferro, ameaçando-o que se fugisse seria morto a chicotadas. “Pois o infeliz negro não pôde resistir um mês inteiro ao funesto desejo de escapar, e, preso novamente, não sai mais sozinho nem sequer para um recado, embora carregado de um enorme ferro que conservara provavelmente para o resto da vida”.¹²³ Thomas Ewbank, viajante americano do século XIX, descreve com detalhes um destes aparelhos de tortura: “Observei um dia um escravo usando um colar de ferro (...). Tem o ferro vinte e cinco milímetros de espessura com uma junta articulada no meio, terminando a extremidade de cada um em alças que se articulam enquanto as extremidades abertas são ligadas por um prego de doze milímetros. A barra vertical termina por uma caveira, que chega até a cabeça do seu portador. A esta está soldada uma outra peça em forma de S. A parte articulada esfola a pele, tanto que por isso o escravo mantém debaixo dela parte do tecido de sua camisa no afã de evitar escoriações. Impossíveis o descanso e o sono”.¹²⁴

Segundo Emilia Viotti da Costa, as gargalheiras e os anjinhos, que eram “argolas de ferro que comprimiam os dedos pouco a pouco, num arrocho progressivo e que eram empregados com relativa freqüência como instrumentos de tortura até meados do século, também desapareceram de uso”,¹²⁵ por conta da expansão do movimento abolicionista. Mesmo assim, a autora registra, nas décadas de 60 a 70, “mortes de

¹²³Idem. p. 310.

¹²⁴*Vida no Brasil*, op. cit., p. 324.

¹²⁵*Da senzala à...* op. cit., p. 289.

escravos por espancamento”.¹²⁶ Havia também as vítimas de outras formas de suplício, ainda em pleno século XIX, como o que sucedeu na freguesia de Irajá, no Rio de Janeiro: pai e filho supliciarão uma escrava “arrastando-a ao rabo de um cavalo e levando-a de rastos. Procedeu-se à prisão dos criminosos e, ao depoimento das testemunhas. Infelizmente não temos notícias do que se passou a seguir, talvez tenham escapado à pena...”¹²⁷ porque, em geral, nestes casos, os juizes consideravam ter havido grande insulto do escravo contra o senhor e “que ninguém mata de propósito o seu escravo para sofrer a perda dele”.¹²⁸ Assim também, os chamados “ingênuos”, crianças juridicamente livres,¹²⁹ não escapavam dos castigos. A mesma autora relata que “em 1885, um preto apresentou em Rio Claro com seu filho, ingênuo de treze anos, para exhibi-lo às autoridades, queixando-se de que o senhor o tinha surrado com “bacalhau”. O menino tinha as mãos inchadas e as nádegas cortadas pelo chicote”.¹³⁰ Muitos padres proprietários de escravos não fugiam à regra do castigo corporal. Tendo que obrigá-los à obediência e ao trabalho, eles enfrentavam como qualquer senhor, as mesmas dificuldades. E. Viotti da Costa registra: “Um officio de Jaboticabal denunciava certa ocasião que o reverendo Antônio Soares César punira em castigo rigoroso uma escrava de nome Bárbara, crioula de doze anos mais ou menos, que viera a falecer em virtude do castigo. Em janeiro de 1864 no Correio Paulistano, queixava-se certo cidadão de um vigário que infligia bárbaros castigos aos escravos”.¹³¹ Quando não levavam à morte (ocasional ou intencional), os castigos produziam quase sempre estragos devastadores no

¹²⁶ Idem. *ibidem*.

¹²⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente...*, op. cit., p. 119.

¹²⁸ Idem. *ibidem*.

¹²⁹ Pela Lei do Ventre-Livre de 1871, os ingênuos eram crianças nascidas livres, mas que ficavam sob a “tutela” do senhor, trabalhando para ele até completar 21 anos, quando enfim ganhavam a emancipação.

¹³⁰ *Da senzala à...*, op. cit., p. 288.

¹³¹ Idem. p. 290.

corpo do escravo. Segundo José Alípio Goulart, "Frei Caetano Brandão, (...), dizia visivelmente consternado: 'Tenho visto escravos aleijados de mãos e pés, outros com as costas e lugares inferiores feitos em retalhos, efeitos dos castigos' ".¹³²

À diferença dos suplicios analisados por Foucault nos quais eram punidas as infrações consideradas ofensas à pessoa do rei, aqui o castigo corporal, público ou privado, mesmo quando considerado ofensa à soberania, estava quase sempre ligado, direta ou indiretamente, à rebeldia do escravo contra a condição de exploração de seu corpo como instrumento de produção de riqueza. As exceções ocorriam quando se tratava dos crimes praticados por homens livres¹³³ e infrações dos escravos fora do universo do trabalho (certas rivalidades e crimes passionais). E, muitas vezes, o castigo ocorria sem que precisasse existir realmente qualquer delito - as surras preventivas eram aplicadas aos escravos boçais para que aprendessem depressa qual era a sua situação. O ritual do castigo público ou privado tornava visível e dolorosa a ascensão do senhor sobre o cativo, um dispositivo tornado necessário para dobrar-lhe o corpo para a obediência ao regime de trabalho: punir a preguiça, o roubo, a rebeldia, prevenir as fugas e principalmente preservar a produção, o lucro e a integridade física dos proprietários, já que em muitos engenhos, cidades e vilas, a proporção entre brancos e negros era bem maior a favor dos negros, na grande maioria, escravos. Por que não se rebelariam? Eles poderiam superar temporariamente suas rivalidades de origem e combater um inimigo comum. Como manter essa multidão subserviente para o trabalho, evitar o risco de

¹³² *Memórias*, I, pp. 253-4 (cit. incompleta). *Apud*: GOULART, J.A., *Da palmatória ao...*, op. cit., p. 87.

¹³³ Segundo Kátia Mattoso, "é muito difícil saber se a criminalidade é mais difundida na população escrava ou na livre: os raros estudos que possuímos são pouco convincentes; mas parece que a taxa de criminalidade é menos elevada entre os escravos do que no resto da população, certamente devido à estreita vigilância e ao enquadramento severo que caracterizam o sistema escravista". *Ser escravo...*, op. cit., 157.

rebeliões de massa, fazê-la acreditar na sua inferioridade, aceitar como naturais as suas condições de vida e de trabalho e submetê-la definitivamente ao poder senhorial? A variação entre o castigo corporal e outras técnicas “incorpóreas”,¹³⁴ como o paternalismo, surgia na medida da obediência do escravo, numa fórmula simples e bem dosada: maior a obediência, maior o trato paternalista. Por outro lado, menor a obediência, maior o castigo corporal. Ou seja: quanto mais a alma for roubada, menos o corpo padece.

As cicatrizes, os defeitos físicos e as mutilações podiam ter várias leituras: eram um longo e doloroso texto de inscrições da lei, o registro da reafirmação do poder senhorial, uma má recomendação do escravo para o trabalho porque indicava as desobediências e as más inclinações (o que hoje se faz na carteira de trabalho), ou uma “carteira de identidade” que poderia identificar os fujões, mas também um possível aliado numa fuga ou na organização de um quilombo. Os anúncios dos jornais, em busca dos fugidos, descreviam com detalhes as marcas dessas lesões.¹³⁵ E, já no final do século XIX, com o movimento abolicionista, a demonstração de um senhor perverso, cruel e desumano. Mas, podiam também ser lidos, como bem lembrou Silvia Hunold Lara,¹³⁶ como indício das lutas de saberes que poderiam ameaçar as relações de poder vigentes (ou pelo menos resistir a elas) e que, por isso, não conseguiram, escapar à repressão brutal dos senhores.

¹³⁴ Termo utilizado por Foucault em *Vigiar e punir*, op. cit.

¹³⁵ No final do século XIX os anúncios que descreviam as cicatrizes dos escravos fujões, para não escandalizar os sentimentos abolicionistas, além de não mencionarem detalhes, assinalavam serem bastante antigas. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadão em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras. 1987, p. 220 e 221.

¹³⁶ LARA, Silvia Hunold, *O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial*. In: *Recordar Foucault*, Ribeiro, Renato Janine (org.), São Paulo. Brasiliense. 1985, 229-238, p. 237.

3. *Corpo cativo: saberes, rebeldias e resistências*

Como a educação escolar era proibida aos escravos e aos forros no Brasil, muito raros foram os que conseguiram alfabetizar-se, alguns em contato com os padres e uns poucos senhores¹³⁷ que não respeitaram a lei e permitiram o aprendizado da leitura e da escrita. Nem mesmo com finalidade religiosa a Igreja Católica procurou promover a escola universal, como aconteceu entre os protestantes. A religião católica sempre foi aparatosa, mas seu saber era restrito a poucos e, no Brasil, para os leigos e principalmente para os escravos, reduzia-se a certas formalidades, a alguns rudimentos, pequenas orações, e às exortações dos padres nas missas dominicais à caridade (dirigidas aos senhores) e à obediência (dirigida aos escravos), para que ambos pudessem encontrar um lugar no céu. Por essa razão, não há registro de uma memória escrita pelos próprios escravos.

Os historiadores, porém, têm conseguido a reconstrução dessa memória seguindo indícios, rastros deixados aqui e ali, fragmentos sepultados em documentos diversos: depoimentos em processos judiciais, inquéritos policiais, registros em cartórios, fazendas, igrejas, notícias de jornais.¹³⁸ De qualquer maneira, numa sociedade predominantemente analfabeta como a brasileira, a dificuldade dessa reconstituição não

¹³⁷O analfabetismo era generalizado no Brasil-Colônia, até mesmo entre os senhores - eram poucos os que sabiam ler e escrever. "Em 1872, só havia um quinto de todos os brasileiros livres considerados alfabetizados num recenseamento nacional e nem mesmo um escravo em mil sabia ler e escrever" (Conrad, R., *Os últimos anos...*, op. cit., p. 26). Um caso raro é descrito por S. Schwartz, com base no Inventário de Felipe Dias do Amaral: "Em uma ação judicial pela tutela de um menino mulato, em 1804, um residente do Engenho de Nazaré alegou que criara o rapaz, ensinara-o a ler e a escrever (o grifo é nosso) e a exercer o ofício de caldeireiro", *Segredos internos...*, op. cit., p. 132.

Zumbi dos Palmares é outro exemplo. Seqüestrado quando bebê do Quilombo dos Palmares, foi educado por um padre, que lhe passou conhecimentos de latim, além de outros saberes da época (século XVII). Zumbi substituiu Ganga Zumba e foi o chefe mais famoso do quilombo mais importante da história do Brasil. Ver: SANTOS, Joel Rufino, *Zumbi*, São Paulo, Moderna, 1987.

¹³⁸A propósito da pesquisa desses indícios ver: CHALHOUB, Sidney, *Visões da liberdade - uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

se limita apenas aos escravos, mas a todos que, de alguma forma, não pertenciam a casta dominante. É o sucesso destas pesquisas que permite aos historiadores afirmar, como Sidney Chalhoub, por exemplo, que sempre houve “visões escravas da escravidão”, e que “os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era cativo justo, ou pelo menos tolerável”,¹³⁹ até mesmo quando se tratava de aceitar ou não o castigo corporal.¹⁴⁰

Silvia Hunold Lara afirma que os saberes dos escravos não tinham autonomia porque não eram exteriores à relação de poder que se estabeleceu no sistema escravista: “Evidentemente, não se trata de um saber autônomo, exterior à própria relação de dominação. Ele se produzia nessa relação. Trata-se daquilo que o próprio Foucault chamou de ‘saberes dominados’(...)”.¹⁴¹ Ora, qualquer saber (seja ele dominante ou dominado, de massa ou de minoria, reconhecido ou desqualificado, local ou universal) só pode se dar no interior das relações de poder, e será sempre resultado de certas práticas mais ou menos visíveis, mais ou menos regulares. Esse saber “externo” não existe - nenhum saber poderá engendrar-se fora das condições concretas dos corpos que o produziram.¹⁴² O que se pretende afirmar com estas poucas digressões foucaultianas é que os saberes dos escravos não eram dependentes (ou desprovidos de autonomia), como um subproduto obrigatório da escravização, talvez uma cópia piorada da dominação senhorial, ou o reverso deste modelo. Desqualificados, dominados, perseguidos e muitas vezes dilacerados nos corpos de quem ousou reafirmá-los, não se

¹³⁹Idem, p. 27.

¹⁴⁰É preciso lembrar que o castigo corporal foi uma prática bastante generalizada no Brasil e não somente para os escravos que eram, afinal, seus alvos principais. Mas dele não estavam a salvo os loucos nos hospícios e as crianças nas escolas e nas famílias.

¹⁴¹*O castigo exemplar...* op. cit., p. 238.

¹⁴²Ver em: FOUCAULT, Michel, *A microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979: *Genealogia e poder*, pp. 167 a 177; e *História da sexualidade I - a vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, pp. 88 a 97.

pode dizer que não tenham produzido suas formas próprias de expressão e de resistência, seu espaço possível de autonomia.

Muitos desses saberes foram essenciais à sobrevivência do escravo. As técnicas de roubo, (ou de furto em linguagem jurídica), por exemplo, parecem ter sido desenvolvidas durante todo tempo em que durou o escravismo. Despossuído de tudo, até de seu próprio corpo, de que maneira poderia acalentar o sonho de um dia poder comprar sua alforria? Havia bem poucas chances de juntar algum dinheiro honestamente: vender o excedente da produção do pedaço de terra cedido pelos senhores nas fazendas (o que lhe rendia bem pouco ou nada, face aos roubos, pragas e intempéries), ter a sorte de encontrar nas minas um diamante acima de 20 quilates¹⁴³ (uma raridade que lhe poderia conferir a liberdade) e, nas cidades, vendendo quitandas ou prostituindo-se para o senhor, ou prestando serviços profissionais especializados pagando taxa diária, em geral, extorsiva ao seu dono. A não ser nos casos de senhores generosos que alforriavam o escravo por gratidão, das alforrias lavradas em testamento e que ainda assim geravam processos intermináveis na justiça de herdeiros inconformados, correr o risco de roubar ainda era o meio mais rápido de conquistar a liberdade, ou pelo menos de comer e vestir-se melhor.

Nos arraiais mineiros havia mil e uma maneiras de praticar o roubo e o contrabando de diamantes, para o qual havia toda a sorte de intermediários. Semi-nus, vestindo apenas uma tanga exígua, os escravos trabalhavam curvados, de frente para o capataz que fiscalizava apenas um pequeno grupo de oito negros. Quando um deles

¹⁴³Miguel Thomaz PESSOA, em seu livro *Manual do elementos servil* (Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert. 1875. p. 294). registra: "Já a Lei de 24 de dezembro de 1734, reservando para o Estado e colocando entre os direitos reais os diamantes do peso de 20 quilates, para cima, declarava forro o escravo que manifestasse e entregasse qualquer pedra em tais condições, indenizando-se o senhor com a quantia de 400\$000rs. Da mesma maneira, libertava os que denunciasses as ditas pedras em poder de qualquer pessoa".

achava uma pedra que não conseguia esconder levantava as mãos. Eram constantemente trocados de posição no trabalho para que dificultasse a lembrança do lugar onde poderiam ter escondido um diamante. Terrivelmente astutos, eles voltavam na calada da noite ao local exato para recuperá-lo. Segundo Charles Boxer, “a primeira coisa que os trabalhadores escravos ensinavam aos “moleques”, ou recém-chegados, era a forma de roubar diamantes”.¹⁴⁴ Chegavam a exercitar com feijões a técnica de jogar de longe para a boca, de esconder como os ilusionistas entre os dedos, ou andar com diamantes escondidos entre os dedos dos pés, entre as unhas grandes das mãos, ou nas narinas, como se cheirassem rapé. “Engolir diamantes parece ter sido seu recurso predileto. Quando um escravo era suspeitado de tal coisa, fechavam-no num quarto forte e davam-lhe purgante de pimenta malagueta”.¹⁴⁵

Havia todo o tipo de trapaça e o roubo não estava circunscrito às minas - o escravo furtava nas alfândegas, nas fazendas, no ambiente doméstico, nas ruas, de tudo: alimento, roupas, dinheiro e principalmente mercadorias que eram contrabandeadas entre os brancos. Estava sempre sujeito ao castigo cruel caso fosse descoberto, se houvesse denúncia do feitor, ou delação dos próprios escravos por rivalidade ou ciúme. Numa sociedade que tornou sagrada a propriedade privada, o castigo aplicado ao ladrão era sempre exemplar e desproporcional ao ato cometido. Além dos roubos, das fugas, havia também sabotagens no trabalho, o fingir-se doente, as paralizações, a queima de plantações, o desmazelo na realização da obra. Quando havia escassez de mão de obra especializada de pessoas livres, que em geral ocupavam as melhores funções, eram os escravos que as preenchiam e, por isso, “forçavam ao máximo os limites da instituição

¹⁴⁴A idade do ouro.... op. cit., pp. 234 e 235.

¹⁴⁵Idem. p. 235.

escravista e com freqüência barganhavam melhores condições”, afirma Stuart Schwartz, e em 1730 “quando esse engenho [Santana] ficou sem feitor para vigiar a produção durante a noite, os cativos simplesmente pegaram o que quiseram”.¹⁴⁶

Verdadeiros mestres na arte de curar e de envenenar havia entre os escravos. Conheciam todos os segredos das ervas e das mandingas. Aliás, desde o início da colonização os europeus costumavam chamar de feitiçaria qualquer prática religiosa (de índios e negros) que não conseguiam entender, tomando por base as heresias de sua própria religião.¹⁴⁷ Os inquisidores ficavam confusos com os nomes (catimbós dos índios e calundus dos negros) e com os rituais que eles não encontravam correspondentes nos manuais da Inquisição.¹⁴⁸ Seus praticantes eram perseguidos como charlatães pelos médicos e temidos pelos senhores como feiticeiros e, em geral, procuravam livrar-se deles, vendendo-os o mais rápido possível. Temiam ser envenenados em pequenas doses, de ser objeto das mandingas, sofrendo acidentes fatais ou morrendo por doenças inexplicáveis, motivados por forças misteriosas que só os negros sabiam comandar.¹⁴⁹

¹⁴⁶Segredos internos..., op. cit., p. 142.

SPIX e MARTIUS. em viagem ao Brasil entre 1817 e 1820, descrevem as técnicas do roubo de diamantes pelos escravos, assim com o bom acolhimento dos compradores e o contrabando nas fronteiras. “praticado na maior parte por negros”. *Viagem pelo Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, EDUSP, 1981, 3 vols, vol. II, p. 34.

¹⁴⁷Ver a esse respeito: SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

¹⁴⁸Pior do que as feitiçarias indígenas eram as africanas - “Talvez a mais antiga referência a essa prática seja a denúncia, que em 8 de agosto de 1591, fez o reirol Baltazar Pereira ao Santo Ofício contra seu ‘escravo de Guiné, por nome André Bucal’. Acusou-o de ostentar poderes divinatórios, evidentemente por meios denominados”. *Primeira visitaçao do Santo Ofício às partes do Brasil (1591-1593). Denúncias da Bahia*, São Paulo, Paulo Prado, 1925, p. 295. *Apud*: ARAÚJO, Emanuel, *Teatro dos vícios...*, op. cit., pp. 210-1.

¹⁴⁹Ver: MATTOSO, K., *Ser escravo no...*, op. cit., p. 157.

Emanuel Araújo, citando William Dampier (*Nouveau voyage autour du monde où l'on décrit en particulier de l'Amérique, plusieurs côtes et isles des Indes Occidentales...*, 5 vols., Rouen, Eustache, 1715 [1ª ed. inglesa 1697-1709], vol. 4, p. 55), escreve: “... muitos portugueses solteiros [em Salvador] mantêm essas mulheres negras como suas amantes, embora saibam o perigo que correm de ser envenenados caso lhes dêem algum motivo de ciúme. Um homem de minhas relações, que se

Não era grande o espaço que restava ao escravo para a adaptação à sociedade escravista: o trabalho, a oração, as festas e sobretudo a obediência, maior qualidade de um escravo adaptado. Nos momentos de folga, alguma camaradagem com os brancos pobres, pitando seu cachimbo, uma caneca de cachaça partilhada com eles, muitas histórias para contar nas pequenas vendas nos arredores das fazendas de café, dos engenhos, nas vilas de minas e nas esquinas do centro do Rio. A maioria reinventou um mundo próprio, nos limites dessa obediência obrigatória, sem contestá-la direta ou indiretamente.

Mas, houve também muitas rebeliões que deixavam os senhores temerosos de uma insurreição coletiva como a que aconteceu na Ilha de São Domingos com a vitória dos negros, em 1804. Além das fugas e das rebeldias individuais, aconteciam motins à bordo dos tumbeiros, insurreições e quilombos.¹⁵⁰ A mistura de etnias atrapalhou bastante as alianças entre os negros com fins conspiratórios. Charles Boxer nos conta o fracasso de uma destas insurreições em 1719, que pretendia massacrar todos os brancos, numa sexta-feira santa: não houve acordo entre os minas e os bantos sobre quem seria o rei após a vitória: “Essa rivalidade eterna entre sudaneses e bantos constituiu, igualmente, a razão principal do malogro das conspirações similares de escravos em anos posteriores, das quais as de 1724 e 1756 foram potencialmente perigosas”.¹⁵¹ Já a organização dos quilombos admitiu as alianças mais variadas, unindo-se o escravo ao índio também rebelado contra o branco quando ambos embrenhavam-se nas florestas. Alguns quilombos foram também refúgio de brancos e forros, fugidos do

tomara demasiado íntimo de sua cozinheira, estava com medo de algo no gênero quando eu lá me encontrava”. *O Teatro dos vícios...* op. cit., p. 100).

¹⁵⁰Ver: MOURA, Clovis, *Rebeliões da senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas*, Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

¹⁵¹*A idade do ouro...* op. cit., p. 197.

trabalho forçado. O maior deles em extensão no espaço e duração foi Palmares,¹⁵² em Alagoas no século XVII. Com quase 100 anos de existência¹⁵³ deu bastante trabalho para ser desbaratado. Nas rebeliões coletivas, quanto na defesa, alguns quilombos desenvolveram uma perícia militar bastante refinada para a época. Muitos negros provinham de povos com tradições guerreiras bem desenvolvidas na África. Além das armas que já conheciam (lanças, arco e flexa) aprenderam a manejar armas de fogo. Inicialmente nômades, bandos de escravos fugidos que mudavam constantemente de posição, assaltavam os viajantes, pilhavam propriedades, em busca de víveres e munições, enfrentavam a qualquer momento as expedições perseguidoras em muito maior número - sua tática era a guerrilha que não agrupava mais que 10 a 12 componentes. Sedentarizados, como o Quilombo dos Palmares, passavam a desenvolver táticas de defesa, além de técnicas de comércio e de agricultura extensa, cuja destruição pelos brancos os enfraquecia sobremaneira. Segundo Clóvis Moura¹⁵⁴, toda vez que o nomadismo é totalmente eliminado dos quilombos, sua destruição se torna uma questão de tempo. É o movimento e o ataque que lhes permitem escapar da perseguição.

Portanto, não tendo onde refugiar-se da escravidão no território nacional, numa sociedade unanimemente escravista,¹⁵⁵ a não ser fugindo para construir seu próprio governo ou para a aventura individual no mato ou nas cidades,¹⁵⁶ o escravo buscou

¹⁵² "Não foi sem motivo que Palmares chegou a ser comparado aos holandeses. Eram dois inimigos de Portugal: um - Palmares - 'o de portas a dentro'; outro, os holandeses, 'não sendo menores os danos destes que tinham sido as hostilidades daqueles'. Era uma ameaça constante ao trabalho dos colonos". MOURA, Clóvis, *Rebeliões na...*, op. cit., p. 180.

¹⁵³ Joel Rufino dos Santos (*Zumbi*, op. cit.) registra 98 anos de existência do Quilombo dos Palmares. Clóvis Moura (*Rebeliões na...*, op. cit., p. 179) refere-se a 65 anos.

¹⁵⁴ *Rebeliões na...*, op. cit., p. 229.

¹⁵⁵ A não ser em 1870, quando parte da população livre começa a tornar-se abolicionista, o movimento toma corpo em 1880, e então o escravo muitas vezes encontra guarida em suas fugas.

¹⁵⁶ Os fugitivos eram quase sem exceção recapturados porque não encontravam asilo nem nas portas das igrejas, e o prêmio pela delação facilitava a captura. Como nunca diziam a sua procedência para não voltar à antiga condição, e os proprietários recusavam-se a pagar as despesas de manutenção do

também outros refúgios no interior desse mundo que o oprimia.

Parece unânime entre os historiadores que a vida do escravo era mais pública que privada. Desgarrado de sua linhagem desde a África e impedido de constituir nova família como a de origem, ele conseguiu muitas vezes superar as rivalidades étnicas e construir suas redes de solidariedade e assistência. A primeira delas, a menos institucionalizada, a que surge logo no início do grande sofrimento comum, são os malembos ou malungos - companheiros de infortúnio no depósito do apresamento, na viagem e no mercado. Uma espécie de pacto os unia para sempre, em qualquer lugar onde se encontrassem: nas fazendas, nas minas ou nas vilas e que gerava obrigações de ajuda mútua, não importa as diferenças de origem.¹⁵⁷ A esse respeito escreve Kátia Mattoso: “em 1836, por exemplo, um negro forro dirigia uma verdadeira empresa cuja finalidade era devolver à África cerca de 200 outros alforriados baianos. Ele fretou um navio britânico, pela soma de 5.000.000 de réis (875 libras esterlinas à época), para recambiá-los ao porto de origem: Onim, hoje Lagos Ora, este negro fizera parte de um carregamento de escravos trazidos à Bahia pelo navio ‘Emília’, em 1821 (...) Dos 200 repatriados, 60 faziam parte do carregamento do ‘Emília’ ”.¹⁵⁸ Para Julita Scarano, pesquisadora das irmandades dos pretos, este caso, como o da “lenda de Chico-Rei parece constituir mais exceção do que regra (...)”, já que “o preto com desejo e

escravo na prisão (porque saia mais caro do que o seu valor de mercado), ele ficava indefinidamente em cadeias repletas de fugitivos abandonados.

¹⁵⁷Sobre a solidariedade dos malembos, Robert Walsh registra em 1830: “Não obstante as indiossincrasias que as diferentes tribos trazem consigo de sua terra nativa, e as pequenas rixas surgidas entre elas no Brasil, alimentadas e incentivadas pelos brancos, há geralmente um elo muito forte ligando todas elas, como se todas pertencessem à mesma raça, e esse elo é a comunidade da miséria que elas formam nos navios em que são trazidos para cá. As pessoas unidas por essa associação temporária são chamadas “malungos” e permanecem ligadas umas às outras para sempre, e, se separadas, enchem-se de alegria quando por acaso voltam a se encontrar”. *Notícias do...*, op. cit., p. 156.

¹⁵⁸*Ser escravo...*, op. cit., p. 100.

possibilidade de enriquecer abandonava em muitos casos os seus valores tribais”¹⁵⁹. Segundo seus estudos, os laços étnicos de amizade e auxílio mútuo permaneciam e produziram redes de auto-ajuda, principalmente entre aqueles que não dispunham de tantos recursos como nos exemplos citados.¹⁶⁰

Entretanto, a inserção social do escravo africano recém-chegado ao Brasil não foi assim tão simples. Ele encontrava, além dos senhores, os brancos pobres, os forros africanos, escravos e forros criolos e mestiços e, principalmente, outros escravos africanos de várias nações e que eram quase sempre a maioria. Além das relações com os senhores e os feitores que, como vimos, poderiam ser muito duras, houve as hierarquias entre os próprios escravos que poderiam produzir tensões quase tão intensas quanto as que aconteciam com seus proprietários. Kátia Mattoso faz a esse respeito uma observação interessante: “As relações sociais no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX são, pois, complexas, bem mais do que a imagem simplificadora refletida pela clássica oposição entre homens livres dominantes e os homens pretos dominados; na classe ‘dominada’ os níveis da hierarquia social são tão implacavelmente sentidos quanto na classe ‘dominante’. Por vezes o relacionamento entre o escravo e seu senhor é mais ameno do que entre dois escravos ou entre um escravo e um liberto”¹⁶¹.

Ao contrário dos senhores nos Estados Unidos que, apesar da proibição legal dos estados escravistas, estimulavam (por razões mais econômicas do que morais)

¹⁵⁹ *Devoção e escravidão...*, op. cit., p. 111.

¹⁶⁰ Tollenare parece confirmar esta hipótese: “A proteção que o governo dispensa a todas cerimônias religiosas permite aos escravos formar entre si irmandades a exemplos dos homens livres. Estas confrarias têm seus tesoureiros, síndicos e outros oficiais: estes cargos lisonjeiam a vaidade dos negros. que acham nisto um grande divertimento e fazem para obtê-los sacrifícios imensos comparados com seus recursos”. *Notas dominicais*, op. cit., p. 142.

¹⁶¹ *Ser escravo...* op. cit., p. 123.

os casamentos entre os escravos¹⁶², no Brasil a facilidade de abastecimento desta mão-de-obra tornava mais barato importá-la do que criar filhos de escravos que levariam entre 10 a 15 anos para produzir como adultos. Por isso, quase sempre as uniões estáveis não eram amparadas. Não seria interessante estimular nascimentos, cuidar das crianças, tampouco importar mulheres. Portanto, até cessar o tráfico, a mortalidade era enorme, mínimas as possibilidades de nascimentos e de constituição de uma família que hoje chamamos de nuclear: pai, mãe e filhos vivendo todos juntos, sem contar os outros parentes. A criança que conseguia nascer nestas circunstâncias, na maioria das vezes, não conhecia o pai,¹⁶³ era criada pelos adultos e outros parentes do seu grupo, e pela mãe que se esforçava ao máximo para alforriá-la. Nas fazendas, até os 7-8 anos, estaria completamente livre, participaria durante o dia da vida de seus senhores na casa grande, e durante a noite, do cotidiano e dos rituais das senzalas. Chegada a "idade" ela começa a enfrentar a sua condição escrava, as hierarquias do grupo de escravos que podem ser também opressoras, divididas não apenas por etnias, mas entre os privilégios do escravo doméstico, aliado dos senhores, os artezões especializados que se sentem superiores aos escravos braçais, inteiramente desqualificados. Se ficar na fazenda e seu destino for a lavoura, a liberdade será para ela um sonho longínquo. De qualquer maneira, e apesar de todas as barreiras, conflitos, tensões e divisões, sua vida comunitária será intensa. No campo, será circunscrita ao interior de uma mesma propriedade, a fim de "restringir o

¹⁶²No Brasil, a maioria da população livre, mesmo branca, também não se unia pelo casamento legal. Isto não quer dizer que por isso deixavam sempre de constituir família. Impedimento bem maior recaía sobre casamentos de escravos de proprietários diferentes. É fácil de imaginar os problemas que tal união poderia acarretar aos casais (obrigados a viverem distantes, em alojamentos diferentes) e para os senhores (conflitos sobre direitos de propriedade).

¹⁶³Tollenare nos relata um caso excepcional de dedicação paterna, em sua visita na segunda década do século XIX, aos engenhos de Pernambuco: "Há na casa das caldeiras um negro soberbo, José Cabinda; a sua fisionomia é nobre e interessante: tem um dos filhos de dois anos que já anda e não se afasta dele mais de seis passos durante o trabalho. Vê-se brilhar nos olhos o amor paternal, e involuntariamente pergunta-se do que seria ele a desculpar se o senhor viesse a lhe arrancar o filho para vender". *Notas dominicais...* op. cit., p. 58.

universo dos cativos e limitar-lhes os contatos - isolar a escravaria do possível contágio de rebeliões ou cooperação com outros cativos das demais propriedades e torná-la diretamente responsiva aos comandos e desejos de seu senhor”, escreve S. Schwartz.¹⁶⁴ Mas nem sempre esse isolamento foi efetivo, como provam as inúmeras rebeliões de escravos na Bahia - os canaviais eram vizinhos, carreiros e barqueiros cruzavam as propriedades vindos de Salvador e isso facilitava a troca de informações e a associação entre os cativos. Todavia, estas associações sempre encontravam certos obstáculos, não apenas nas rivalidades tribais, mas naquelas que se estabeleciam já na nova terra pela identificação do escravo com a propriedade em que trabalhava, consequência da hostilidade que muitos senhores mantinham entre si, prolongando-se nas relações entre os cativos.

Não obstante, as dificuldades de constituição de um núcleo familiar do tipo pai-mãe-filhos, as relações de parentesco eram muito importantes para os escravos, tendo na maioria das vezes como ponto central a figura da mãe e seus parentes que, mesmo assim, constituíam um número bem maior de membros do que se ficassem reduzidas à família nuclear. Além disso, estendiam-se ainda mais pelo batismo dos filhos.¹⁶⁵ Os compadres viravam parentes e padrinhos e madrinhas, pais e mães suplementares da criança batizada.¹⁶⁶ No caso do escravo adulto africano, a existência de padrinhos de batismo na nova terra era um facilitador da adaptação à nova vida. De qualquer modo que ela se constituísse, ter uma família significava muito para o escravo:

¹⁶⁴ *Segredos internos...*, op. cit., p. 313.

¹⁶⁵ Embora o casamento religioso fosse raro, para o batismo não havia exceção. Ser pagão era uma pecha intolerável, mesmo entre os escravos.

¹⁶⁶ Ao contrário do que afirma K. Mattoso (*Ser escravo...*, op. cit., p. 132) esse tipo de assistencialismo por parte dos proprietários, pelo menos nos engenhos da Bahia, não foi praticado: muito raramente um senhor, ou seu filho, batizavam uma criança escrava. Ver: SCHWARTZ, S., *Segredos internos...*, op. cit., p. 331.

consolo, proteção contra o abandono, a invalidez, a doença e a velhice - "É muito agradável ver o respeito que devotam aos idosos. Aos africanos de idade avançada nas propriedades nunca falta o necessário quando está em poder de seus companheiros de cativeiro para supri-lo"¹⁶⁷, afirma Henry Koster. Essa vida familiar confundia-se com a vida comunitária que era intensa, sobretudo nos locais onde havia um grande número de escravos.

Quanto maior a aglomeração, maiores as possibilidades de associações - portanto, elas praticamente inexistiam nas fazendas pecuárias, de fumo e de algodão. Muitas irmandades se constituíram nos engenhos onde a concentração de escravos passava de cem pessoas, em geral proibidas de participarem de irmandades fora das terras do senhor. Este não foi o caso das confrarias urbanas, nem as dos escravos mineiros. Em Minas, onde a competição e a ganância pelo ouro e diamantes deixavam os escravos completamente desprotegidos da violência dos senhores e de seus próprios companheiros de cativeiro, é interessante notar que foi a região onde as confrarias religiosas constituíram-se em maior número. Sem entrar em detalhes sobre as razões de tal fato, é que, além da imposição para a conversão dos escravos ao catolicismo ter sido mais forte, as possibilidades de angariar recursos também foram maiores. Muitos dos que conseguiram sua alforria, uma vez libertos da competição dos seus pares, passaram a sentir-se solidários com os que continuavam a labutar nas penosas condições das minas. Essas confrarias ou irmandades religiosas¹⁶⁸ (que tinham, quase sempre, santos padroeiros como Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito), foram muito importantes na vida associativa do escravo. Toleradas pelos senhores e muitas

¹⁶⁷KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*, Filadélfia, 1817, 2 V., VII, p. 242. *Apud*: S. Schwartz, *Segredos internos.... op. cit.*, p. 311.

¹⁶⁸As entidades de assistência dos escravos serão também assunto do próximo capítulo desta tese.

vezes até estimuladas por eles, porque aceitavam o regime escravista, mas lutavam pela melhoria dos homens de cor, elas recebiam contribuições de escravos e forros, e em Minas, de homens brancos. Construíam igrejas, compravam alforrias, faziam enterros, alimentavam presos, davam guarida aos velhos, cuidavam dos doentes, mutilados e inválidos. A respeito da rede de solidariedade que desenvolveram em Minas, escreve Julita Scarano: “Apesar das rivalidades entre os diversos grupos africanos terem sido freqüentes, como provam a denúncia de pretos contra pretos e outras questões de igual teor, a confraria foi, entretanto, veículo de união. Agrupando as mais diversas nações colocadas debaixo de uma condição comum - a escravidão, a irmandade procura proteger melhor a sorte de seus membros, resolvendo seus problemas específicos. O interesse coletivo os levava a empreender uma ação conjunta ligando etnias inimigas em suas terras de origem. Era à confraria que o homem de cor podia recorrer, quando às voltas com a doença, a miséria e o abandono ou quando desejasse conseguir sua liberdade sem precisar fugir”.¹⁶⁹ Era grande honraria, entre os escravos pertencer à diretoria dessas associações, ser escolhido rei ou rainha principalmente, marca de dignidade e reconhecimento.

Enquanto as confrarias e irmandades religiosas não tinham como finalidade principal a compra de alforrias, as sociedades de emancipação que surgiram no século XVIII propõem este objetivo específico nos ainda pequenos espaços urbanos brasileiros. Aglutinavam escravos e forros através de caixas de empréstimos que, segundo K. Mattoso, eram geridas pelos africanos: “Cada membro tinha um bastão, no qual o responsável assinalava seus investimentos por meio de incisões. Outro africano era encarregado das coletas. As somas angariadas, geralmente em pobres moedas de

¹⁶⁹ *Devoção e escravidão.... op. cit., p. 149.*

cobre, podiam ser emprestadas a juros, especialmente para a aquisição da alforria. Ao final do ano, havia distribuição de dividendos. Ignora-se se os membros dessas associações agrupavam-se por etnias, mas sabe-se que à mesma época foram criadas as associações profissionais leigas de ajuda mútua, como a Sociedade dos Artistas ou a Sociedade Protetora dos Desvalidos. A admissão à sociedade é restrita aos negros e os estatutos não mencionam qualquer reserva referente à etnia".¹⁷⁰ Os escravos de ganho da cidade, aqueles artesãos especializados, barbeiros, chapeleiros, carpinteiros, doceiras, costureiras (etc) reuniam-se em "cantos", esquinas ou cruzamento de ruas¹⁷¹; em geral homens da mesma etnia, forros e escravos, que formavam associações de ofício, a fim de trocarem informações e protegerem-se da concorrência. Às vezes, ali mesmo exerciam suas profissões. A rivalidade entre essas pequenas corporações era muito grande, fenômeno que não se repetia entre as mulheres, que eram menos numerosas e menos hostis. Segundo Kátia Mattoso, essas corporações de escravos do mesmo ofício forjaram amizades sólidas e "estão na origem de inúmeras sociedades de alforriamento e confrarias religiosas, laços de ajuda mútua e de solidariedade entre os escravos da cidade".¹⁷²

4. *Corpo descartável e trabalho industrial:*

Tereza de Cabinda, a rainha escrava do Engenho de Sebiró

Stuart Schwartz é um dos autores que melhor descreve todo o processo

¹⁷⁰ *Ser escravo no....* op. cit., p. 151 (a autora não menciona as fontes).

¹⁷¹ *Idem ibidem* (a autora não deixa claro se estas corporações só aconteceram em Salvador ou estavam presentes em outras cidades brasileiras).

¹⁷² *Idem*, p. 152.

de fabricação do açúcar, do plantio ao encaixotamento, a organização e o regime de trabalho dos engenhos na Bahia. É ele quem faz a esse respeito uma observação interessante: “Não é de admirar que os contemporâneos se referissem aos engenhos como fábricas, pois essas propriedades eram, em muitos aspectos, precursoras das indústrias modernas em termos de sua organização. Com as possíveis exceções da mineração e da construção naval, nenhuma outra atividade do século XVI elaborou um processo tão complexo através da integração de tecnologia, administração e mão-de-obra sob condições marcadamente semelhantes à moderna linha de montagem”.¹⁷³ E segue observando a contradição, já apontada por Marx, que havia entre esse tipo de atividade, que naquela época exigia várias especializações do tipo de uma organização industrial, e a mão-de-obra escrava. O certo é que durante muito tempo estes dois fatores não foram irreconciliáveis e puderam ser administrados em função das exigências da produção.¹⁷⁴

O processo de fabricação do açúcar iniciava na lavoura, na época do plantio, sob a supervisão de um feitor: preparar o campo, revolver a terra, cavar os buracos era uma tarefa dura que se iniciava às 5 da manhã e terminava com o por-do-sol, com intervalos para o almoço e para o café. Estes intervalos ficavam maiores quando a moenda não estava em funcionamento. Além da mondadura, que era um trabalho contínuo, sem parada durante ano, havia o corte da cana quando chegava a época. O corte era um trabalho masculino, enquanto a mulher atava a cana em feixe de doze canas.

¹⁷³ *Segredos internos...*, op. cit., p. 137.

¹⁷⁴ Na verdade, durante muito tempo, não houve incompatibilidade entre o escravismo e o capitalismo. Ao contrário, foi a mão-de-obra barata e bastante resistente do escravo africano que sustentou a Europa com os produtos tropicais indispensáveis, enriqueceu-a com o comércio e principalmente com o tráfico, que levou à grande acumulação de capital. Sem o regime escravista isto jamais teria acontecido. (Esta pode não ser uma “boa” proposição histórica, mas o que queremos afirmar é a condição de necessidade do escravismo para a manutenção da ordem econômica mundial, durante pelos menos 3 séculos).

A cota diária exigida de um cortador variava de 2.500 a 4.200 canas. Para o engenho havia ainda a necessidade do corte de lenha para as fornalhas, cujo trabalho também era dividido em cotas: oito escravos enchiam 8 carros de 725 quilos cada, necessários ao funcionamento diário de um grande engenho.

Mas estas não eram as únicas tarefas dos escravos do canavial e por vezes, do próprio engenho. Outros serviços estendiam algumas vezes em mais 4 a 8 horas de trabalho na construção de cercas, fossos, na preparação da mandioca e outras benfeitorias.¹⁷⁵ O trabalho do escravo ainda podia continuar no cultivo de seus próprios alimentos, o que ocupava o único dia livre da semana.

A afirmação genérica de K. Mattoso de que “nem o senhor, nem o feitor passeiam entre os escravos, chicote na mão, para repreender qualquer picadilho”¹⁷⁶, parece não ser verdadeira no que se refere à realidade dos engenhos da Bahia. É S. Schwartz que, citando depoimentos da época, afirma: “A labuta no canavial era acompanhada pelo uso da força, e o feitor e seu açoite eram parte integrante do processo do trabalho. Isso acontece tanto nas propriedades seculares quanto nas eclesiásticas. Um jesuíta no Engenho Santana queixou-se de que, para dirigir uma propriedade de escravista, palavras não bastavam, pés eram necessários, e ele andava ‘de continuo com o diabo na boca e o pau nas costas dos pobres’”.¹⁷⁷ E a seguir: “Joseph Israel da Costa, que viveu na Bahia, afirmou que a chibata era usada para forçar os escravos e mantê-los atemorizados, pois os brancos eram minoria e sem esse terror premeditado um branco sozinho em um canavial não conseguiria controlar os trinta a quarenta escravos trabalhando sob suas ordens”.¹⁷⁸

¹⁷⁵ Estas tarefas eram conhecidas entre os escravos pelo nome de “quinguingu”.

¹⁷⁶ *Ser escravo...* op. cit., p. 116.

¹⁷⁷ *Segredos internos...* op. cit., p. 130.

¹⁷⁸ *Memorial de Joseph Israel da Costa. Apud: Idem. ibidem.*

Para Kátia Mattoso, “a noção de excesso de trabalho é relativa”,¹⁷⁹ e não justifica a grande mortalidade de escravos ainda jovens, já que “o trabalho noturno é impossível, a não ser nos engenhos e durante a fase do cozimento do melaço”,¹⁸⁰ contrariando Henry Koster: “Soube mesmo que em certas ocasiões o serviço do campo é continuado até meia-noite à luz de grandes fogueiras acesas em vários pontos do terreno”.¹⁸¹ Mesmo em dias “normais” o trabalho não era pouco: de 10 a 12 horas na melhor das hipóteses, ou de 14 a 17 horas quando a moenda funcionava. Os escravos “trabalhavam desde a madrugada até a noite, ficavam expostos ao sol e à chuva, mal-vestidos e mal abrigados, e eram pessimamente alimentados”.¹⁸²

Dentro da fábrica do engenho a divisão do trabalho era bem mais nítida e ela se dava também por sexo. As mulheres ocupavam, por exemplo, as funções de “moedoras”, trabalhadoras das moendas que passavam a cana pelos tambores; a “calcanha” que mantinha acesas as candeias e retirava as escumas da caldeira para serem cozidas de novo; a “calumbá” que limpava os recipientes do caldo de cana e jogava água nas engrenagens da moenda para diminuir o atrito, além da “guindadeira”, da “purgadeira” e da “mãe-de-balcão”.¹⁸³ Mas eram os homens que exerciam as funções superiores na hierarquia e na especialização: os feitores, caldeireiros, purgadores, banqueiros, soto-banqueiros, e a mais valorizada das funções especializadas - o mestre-de-açúcar. Dele dependia grande parte da qualidade do açúcar fabricado. Ele tinha que ter muito conhecimento e experiência para manter constante e adequada a temperatura

¹⁷⁹ *Ser escravo...*, op. cit., p. 111.

¹⁸⁰ *Idem*, *ibidem*.

¹⁸¹ *A escravidão no...*, op. cit., p. 16.

¹⁸² *Segredos internos...*, op. cit., p. 130.

¹⁸³ A escrava guindadeira removia o caldo da cana e guindava-o em caldeirões para a casa das caldeiras. As purgadeiras purgavam o caldo já esfriado nas formas por um processo especial de lavagem. As mães-de-balcão trabalhavam na última etapa do fabrico: elas pilavam o açúcar.

de cada caldeira e saber acrescentar as substâncias necessárias: sal, cal, cinza ou água e como escumar o caldo fervente. As críticas de Vilhena nos dão uma noção de sua importância: “Um erro capital e digno de obviar-se, pelo prejuízo, não só dos particulares senhores de engenho, e lavradores, como ainda do Estado em comum, é a indiferença com que se olha para a ignorância crassa dos mestres-de-açúcar, quando por ela perdem pouco menos, do que aproveitam; e sendo aquela operação inteiramente química, dependente de muita doutrina, combinações e cálculos (...). Não sabem estes guardar os fogos, não sabem temperar as decoadas, razões porque o açúcar se queima uma grande parte...”.¹⁸⁴ Um mau “mestre-de-açúcar” poderia arruinar, por sua imperícia, toda uma grande safra de cana de boa qualidade. Na maior parte das vezes esta função era ocupada por um trabalhador livre ou, quando escravo, recebia incentivos em dinheiro, além da promessa de alforria, tal como os escravos de outras funções especializadas, como o “banqueiro” (assistente do mestre e seu substituto no trabalho noturno) e o “soto-banqueiro”, auxiliar do banqueiro. Caldeireiros eram também especializados e podiam ser contratados entre os homens livres. Outra função importante era o “purgador” que supervisionava as purgadeiras e dele dependia também a qualidade do açúcar. Ele coletava o melado e decidia entre devolvê-lo à casa das caldeiras ou mandá-lo para o alambique para fazer aguardente. As últimas operações da fabricação do açúcar eram supervisionadas pelo “caixeiro” e consistiam não só em pillar o açúcar nas caixas sob a direção das “mães-de-balcão”, como o acondicionamento e a mais importante: o registro da produção. S. Schwartz cita inúmeras dificuldades em conseguir mão-de-obra especializada, o que se pode confirmar nas críticas de Vilhena: “Sendo tal a incúria dos colonos do Brasil, que nem a emulação, nem o espírito de

¹⁸⁴ *A Bahia do século...*, op. cit., p. 189.

economia os têm estimulado a enviar àqueles estabelecimentos, debaixo de pretextos diversos, homens hábeis, que observem o modo com que economicamente se trabalha naquelas importantíssimas fábricas”.¹⁸⁵

Mais da metade, ou às vezes dois terços da mão-de-obra do açúcar eram lavradores do canavial. A fábrica de um engenho médio da Bahia empregava entre 60 a 80 escravos, sendo que destes apenas cerca de 10% eram especializados. Um quinto perfazia o número dos feitores, dos supervisores e dos escravos domésticos. Somente os escravos cujas funções não exigiam especializações (e por isso podiam ser facilmente substituídos) revejavam-se no campo e na fábrica, carregando cana, mascavando ou encaixotando o açúcar. Dependendo da safra, até os escravos domésticos revejavam-se nos turnos da fábrica, para certas tarefas. Tal “como na indústria moderna, os trabalhadores no processo do fabrico do açúcar eram escalados para serviços específicos e distintos, além de serem separados do produto final de seu trabalho”,¹⁸⁶ segundo a descrição de S. Schwartz, “esses foram, é claro, exatamente os aspectos do trabalho industrial que atraíram a atenção de Marx”.¹⁸⁷ Assim, “os cativos não produziam o açúcar, apenas o ‘engenho’ o produzia, enquanto cada escravo apenas repetia indefinidamente a mesma tarefa no processo (...). Apenas o mestre-de-açúcar e o feitor-mor tinham de acompanhar e organizar todas as etapas do começo ao fim”.¹⁸⁸ Como todo esse processo de fabricação que o faz, segundo S. Schwartz, precursor da moderna indústria, pôde conviver por tanto tempo com a mão-de-obra escrava, considerada incompatível com tal sistema de produção? A administração dos engenhos soube fazer algumas “adaptações” necessárias e nos oferece, assim, a comprovação histórica da

¹⁸⁵Idem. p. 193.

¹⁸⁶*Segredos internos...* op. cit., p. 138.

¹⁸⁷Idem. *ibidem*.

¹⁸⁸Idem. *ibidem*.

falsidade dessa proposição. É de novo S. Schwartz quem apresenta alguns exemplos destes ajustes:

Não há menção de feitores usando chicotes ou castigos físicos no interior das fábricas, como acontecia nos canaviais. Cumprir certas tarefas que demandavam atenção e habilidade, seguir o ritmo das máquinas¹⁸⁹ e a capacidade das caldeiras, o tempo e a retiradas das escumas, eram objetivos mais facilmente alcançados com incentivos positivos do que com castigos, que só faziam aumentar a negligência, as sabotagens e as rebeldias, ou pelo menos a diminuição intencional do ritmo de trabalho e fazer arruinar toda uma safra - os administradores rapidamente aprenderam esse manejo. Todos os escravos da fábrica recebiam cotas diárias dos sub-produtos do açúcar, mesmo aqueles sem qualquer qualificação, para que pudessem comercializá-los. Os escravos especializados recebiam pagamento em cotas de açúcar, além de, em alguns casos, receberem gratificações em dinheiro. Mas, o incentivo maior era a possibilidade de ser alforriado por bom comportamento ou por compra da alforria, já que era permitido ao escravo juntar um pecúlio e a prática de manumissão era generalizada no Brasil.¹⁹⁰

Por seu turno, os escravos também aprenderam a usar a seu favor os incentivos. Passaram a reivindicar, dentre outras coisas, melhores condições de

¹⁸⁹As moendas eram movidas a força animal (boi ou cavalo) e a força hidráulica. As moendas movidas a cavalo e, principalmente, a água eram mais rápidas e, portanto, mais perigosas. A força de prensagem era muito grande e havia sempre o risco de acidentes, como veremos a seguir.

¹⁹⁰Segundo S. Schwartz, "a alforria foi praticada ao longo de toda a história da escravidão brasileira", embora não liberasse o ex-escravo das barreiras legais e sociais. Era concedida mais frequentemente às mulheres do que aos homens, aos crioulos do que aos africanos. A promessa de alforria era utilizada como incentivo ao trabalho, embora se concretizasse muitas vezes, por ironia, quando o escravo já estava velho, inválido ou doente e não mais prestava, precisando por isso ser sustentado. Por outro lado, a manumissão era revogável, dependia do comportamento do liberto e do interesse do senhor. "Foi o que descobriu o cativo de Angola, Domingos Lopes da Silva, após obter a liberdade. O liberto foi trabalhar para um senhor de engenho como especialista no fabrico do açúcar a 35 mil réis por ano; entretanto, quando quis receber o pagamento, foi acorrentado e marcado a ferro, e viu-se praticamente indefeso, pois o senhor era 'rico e poderoso'". *Segredos internos...*, op. cit., p. 275. Ver a respeito da revogação das manumissões: PESSOA, Miguel Thomaz, *Manual do elemento servil...* op. cit.

trabalho. S. Schwartz cita a rebelião do Engenho Santana, depois da expulsão dos jesuítas em 1759 - o engenho ficou paralisado por 2 anos após o assassinato do feitor e a fuga dos escravos. Estes foram recambiados à escravidão por um tratado de paz, descumprido pelo novo dono do Engenho, que prendeu os rebeldes e vendeu seus líderes para o Maranhão. O tratado contendo as reivindicações dos escravos era bastante revolucionário: exigia um mínimo de conforto e melhorias no trabalho, redução das tarefas penosas, das cotas diárias de trabalho, sexta e sábados livres para cuidar de suas próprias terras, possibilidade de brincar, folgar e cantar e a mais espantosa para época - “queriam escolher seus próprios feitores e manter o controle dos equipamentos do engenho.”¹⁹¹ Tais demandas teriam feito da escravidão uma farsa, daí o desafortunado fim dado aos rebeldes”.¹⁹² Teria feito também o trabalhador do capitalismo escravista chegar bem perto do operário do capitalismo burguês. “A adaptabilidade do escravismo”, a que se refere o citado autor, “que conferiu longevidade ao sistema”,¹⁹³ e que no caso dos engenhos chegou perto da produção de corpos eficientes, não foi o bastante para fazer surgir as práticas de preservação, de expansão, a reprodução ou recuperação dessa eficiência, mesmo em âmbito reduzido ou, pelo menos, como um valor não generalizável a todos os corpos, como acontece ainda hoje no Brasil.¹⁹⁴

A casa das fornalhas, por exemplo, que reunia um bom número de escravos especializados, local principal das tarefas do mestre-de-açúcar, é descrita por

¹⁹¹ O grifo é nosso.

¹⁹² *Segredos internos...*, op. cit., p. 142.

¹⁹³ *Idem*, p. 143.

¹⁹⁴ Os índices de acidentes de trabalho no Brasil estão atualmente entre os mais elevados do mundo. A frequência com que aparecem nos jornais notícias de trabalho escravo, em todo o território nacional, é espantosa. A diferença do que acontece atualmente, a lógica do sistema colonial desconhecia completamente o que hoje é a condição fundamental da vida coletiva - o direito à cidadania. Por esse

Antonil como vulcões cuspidos fogo, um trabalho tão penoso que servia de castigo aos faltosos: “Junto à casa da moenda, que chamam casa do engenho, segue-se a casa das fornalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Étnas e quase disse, do Purgatório ou do Inferno. Nem faltam perto destas fornalhas seus condenados, que são os escravos bourentos e os que têm corrimentos, obrigados a esta penosa assistência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios seus corpos. Vêm-se aí também, outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança de emenda”.¹⁹⁵ O perigo constante, a umidade, o calor insuportável do fogo no clima do nordeste faziam da fornalha um verdadeiro inferno, que mesmo o trabalhador especializado tinha que suportar. As bocas das fornalhas costumavam ser cercadas de arcos de ferro, “não só para que sustentem melhor os tijolos, mas para que os metedores, no meter da lenha, não padeçam algum desastre”¹⁹⁶, descreve Antonil. Mas, não raro aconteciam acidentes: Francisco, escravo mina, caldeireiro de um engenho em São Francisco, morreu em 1810 numa caldeira fervente, provavelmente por fadiga.¹⁹⁷ Vilhena, preocupado com o baixo rendimento propõe, dentre outros experimentos, certas modificações na construção das fornalhas a fim de melhorar a produção, alterando também as operações que os escravos realizavam: “... faria ferver ao mesmo tempo todas as tachas, cozendo, e não queimando o caldo, como sucede, os negros trabalhariam de lado muito melhor, sem pisarem na ardente

motivo, inexistia naquela época a “má consciência política”, que neste final de século no Brasil limitasse a alguns protestos e ao reconhecimento piedoso da privação dos direitos.

¹⁹⁵ *Cultura e opulência...*, op. cit., p. 194.

¹⁹⁶ *Idem.* p. 195.

¹⁹⁷ Ver: SCHWARTZ, S., *Segredos internos...*, op. cit., p. 303.

abóbada; aproveitar-se-ia o bagaço, e não destruiria tanta lenha, escravos, e bois como se estragam”.¹⁹⁸ Mas, é o Pe. Antônio Vieira quem, pela beleza literária de sua pena, melhor descreve o inferno do trabalho nas fornalhas. Parafraseando S. Schwartz,¹⁹⁹ é impossível resistir à tentação de reproduzir este trecho, já bastante citado, de Vieira:

“E verdadeiramente quem vir na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes: as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas ou ventas, por onde respiram o incêndio; os etíopes, ou cíclopes banhados em suor tão negros robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo, e os forçados com que o revolvem e atizam; as caldeiras ou lagos ferventes com os cachões sempre batidos e rebatidos, já vomitando espumas, exalando nuvens de vapores mais de calor, que de fumo o ruído das (...) rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir em fim toda máquina e aparato confuso e estrondoso daquela babilônia, não poderá duvidar ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno”.²⁰⁰

Um engenho de açúcar extraía do corpo até a última gota de esforço físico, quando não do próprio sangue. Mais do que o inferno na fornalha e nas caldeiras, o trabalho na moenda, que era sobretudo feminino, por qualquer descuido moía mãos e braços, quando não o corpo inteiro, transformando-o numa massa sangrenta e amorfa. “Foi esse o caso ocorrido com uma jovem mulata no Engenho Musurepe, em

¹⁹⁸ *A Bahia do século...*, op. cit., p. 194.

¹⁹⁹ “Muito embora a descrição do trabalho em um engenho feita pelo padre Vieira tenha sido citada por muitos, sua retórica é digna de repetição”. *Segredos internos...*, op. cit., p. 131.

²⁰⁰ Padre Antônio Vieira, “Sermão aos escravos do Engenho Sergipe (1633)”, citado em CASTRO, Antônio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1976, p. 111. *Apud: Segredos internos...*, op. cit., p. 421.

Pernambuco, que foi apanhada e 'moendo-a com a mesma cana' ”,²⁰¹ escreve S. Schwartz, citando o relato de Antônio da Encarnação, administrador do citado engenho. Por isso, a escrava trabalhava com uma machadinha ao lado para que ela própria decepasse seu braço, caso a moenda o pegasse, “salvando-se a máquina de maiores estragos”.²⁰² Eis a versão de Antonil: “O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso perto da moenda um facão, ou não forem tão ligeiros em fazer parar a moenda, divertindo com o pejador a água que fere os cubos da roda, de sorte que dêem depressa a quem padece, de algum modo, o remédio. E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se moe igualmente como de dia, posto que se revezem os que metem a cana por suas equipações, particularmente se as que andam nesta ocupação forem boçais ou acostumadas a se emborracharem”.²⁰³

Além do feitor, na moenda trabalhavam de 7 a 8 escravas por turno de 10 a 12 horas, que poderia ser dobrado nas épocas de funcionamento noturno. Era preciso muita atenção e cuidado para seguir a velocidade da máquina e prensar a cana na quantidade certa, recolhendo os miúdos para o interior dos eixos, numa operação que se

²⁰¹ Idem, p. 130.

²⁰² Idem, p. 131. Um dos relatos mais antigos sobre a frequência desses acidentes encontra-se em Ricardo Fleckno, jesuíta inglês que esteve no Brasil em 1648, deixando registrado: “Nestes engenhos, durante a estação da colheita, trabalha-se noite e dia, sendo bastante perigoso o ofício de colocar canas no moinho: se por negligência um dedo é apanhado pela engrenagem todo o corpo é carregado, razão pela qual os negros usam sempre um machado prestes a sacrificarem uma mão ou um braço se tal desgraça lhes suceder”. *Apud*: TAUNAY, Affonso E., *Visitantes do Brasil colonial (séculos XVII e XVIII)*, 2ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 80.

²⁰³ *Cultura e opulência...*, op. cit., p. 190.

repetia indefinidamente. O trabalho do feitor da moenda é descrito por Antonil: “O feitor da moenda chama a seu tempo as escravas, recebe a cana e a manda vir e meter bem nos eixos e tirar o bagaço, atentando que as negras não durmam, pelo perigo que há de ficarem presas e moídas, se lhes não cortarem as mãos, quando isto suceda, e mandando juntamente divertir a água da roda, para que pare. Procura que de vinte e quatro em vinte e quatro horas se lave a moenda e que o caldo vá limpo e se guinde para o parol. Pergunta quanto caldo há mister nas caldeiras para que saiba com este aviso se há de moer mais cana ou parar até que se dê vazão, para que não azede o que já está no parol”.²⁰⁴

Infelizmente, era bastante comum encontrar nas fazendas de açúcar escravas sem braço. Marcelina, escrava da moenda do Engenho de Santana, de propriedade dos jesuítas, era um exemplo. Em 1730, ela perdeu um braço e por isso passou a trabalhar como calumbá. Nem assim ficou livre do tronco e do castigo de degredo. Em 1731, o terrível e misógino administrador do Engenho, Pe. Teixeira, mandou castigá-la por suspeita de envolvimento no suposto adultério de sua sobrinha Francisca, de menos de 18 anos, que, espancada pelo marido ciumento, matou-o com uma facada no peito. A menina foi conduzida ao açoite por 9 vezes, levando 40 chicotadas por vez. O acusado amante foi condenado a levar duas chicotadas de cada homem casado do Engenho. Marcelina e sua irmã Cristina (mãe da moça), depois de 3 semanas no tronco, foram exiladas para outro engenho distante, por ser grande o sofrimento delas na separação de todos os parentes que moravam na mesma senzala.²⁰⁵

Ainda mais trágica é a história de Tereza de Cabinda, a rainha escrava do

²⁰⁴Idem. p. 153.

²⁰⁵Ver: SCHWARTZ, S., *Segredos internos...*, op. cit., pp. 313 e 330.

Engenho de Sebiró, “propriedade situada a 30 léguas ao sudoeste de Recife”, na descrição comovida de Tollenare.²⁰⁶ Tereza, uma bela e ativa mulher de 27 anos, “alegre e palradeira”, fora exportada para o Brasil por infortúnio de amor. Acusada de adultério, Tereza, mulher de um rei de Cabinda, “caiu do trono para a senzala de um senhor brasileiro”. Trazia no corpo os sinais de sua realeza: os anéis de bronze nos braços e nas pernas, e as atitudes de rainha por recusar-se a trabalhar. Seus companheiros de senzala homenageavam-lhe a origem nobre. Até que um dia, pior do que o castigo da chibata, foi obrigada a reconhecer sua condição escrava - teve que substituir na moenda uma companheira que ficou doente. Para sua desgraça, sem experiência neste tipo de trabalho, os cilindros prenderam sua mão. Desesperada, puxou com a outra que foi também esmagada. Tereza perdeu os dois braços - foi batizada com sangue e com seu sangue batizou as terras de Sebiró. Tollenare visitou-a na nova condição, mãe de um bebê de 3 meses que, imaginamos, amamentar deitada e cuidar dele com o auxílio das companheiras, por quem era ainda homenageada como rainha: “Os ternos sentimentos que a precipitaram do fastígio das grandezas não na abandonaram no seu humilde cativeiro. Tereza, coroada pelo amor, desgraçada pelo amor, invoca ainda aqui este Deus para sua consolação: há três meses deu à luz um filho, cujo pai ignora quem seja. Prendi ao colar de sua magestade uma agulheta de ouro que nos fez tão bons amigos, ou, para me expressar mais respeitosamente, me colocou tão alto na sua mercê, que só dependeu de mim fazer ao rei de Cabinda o ultraje do qual Jocondo se consolou”²⁰⁷

O que se pode observar nestes relatos é que a preocupação com o corpo

²⁰⁶ *Notas dominicais...* op., cit., p. 83.

²⁰⁷ *Idem.* p. 109.

do escravo, mesmo especializado, numa atividade industrial como a dos engenhos, não era propriamente aumentar sua habilidade para expandir a utilidade produtiva, preservando-o ou adestrando-o para o trabalho - a triste história de Tereza de Cabinda, como a de tantos outros, é exemplar a esse respeito. Afinal, Tereza, uma mulher ainda jovem, poderia servir em muitos outros serviços. Mas não era esta a lógica do sistema escravista. Era preciso manter a produção mesmo à custa do corpo de uma escrava, sem nenhum treino para o trabalho na moenda. Sairia mais barato substituí-la do que treiná-la, e era quase impensável investir na invenção de um dispositivo que impedisse acidentes, como veremos a seguir. No máximo, mesmo no trabalho especializado, o que se buscava era apenas a manutenção do grau de produtividade, usando, para isso, certos artificios que, embora nos pareçam estranhos ao escravismo, como os incentivos em prêmios e dinheiro, visavam somente evitar perdas materiais e manter o escravo obediente. E por essa razão, se pode afirmar que a única marca que esteve universalmente presente no corpo do escravo, seja pelo castigo, pelo prêmio, pelo paternalismo ou pela promessa de alforria (no campo, na cidade, nas minas ou nos engenhos), foi, sem dúvida, a reafirmação constante da submissão ao poder senhorial. “Os senhores de engenho nordestinos tratavam seus escravos como insumo de trabalho”,²⁰⁸ afirma Peter Eizenberg. Tanto que a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre pouco representou em termos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores - “os senhores de engenho substituíram os escravos por uma população quase tão subserviente de moradores, diaristas e parceiros”²⁰⁹

Durante muito tempo, os senhores não estiveram interessados em

²⁰⁸EIZENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança - a indústria açucareira em Pernambuco 18-40-1910*. Rio de Janeiro. Paz e Terra; Campinas. UNICAMP, 1977, p. 246.

²⁰⁹Idem, *ibidem*.

modificar nada na tecnologia dos engenhos. Poucos, como Vilhena em 1802, tentaram melhorar as máquinas, mudar certas manobras para suavizar o trabalho dos escravos, economizar florestas, substituindo a lenha pelo bagaço da cana, como já se fazia em outros países. Vilhena investiu sozinho no seu invento e teve também que arcar sozinho com os prejuízos do fracasso de seu experimento.²¹⁰

Já Sampaio e Mello, um senhor de engenho tão erudito quanto Vilhena,²¹¹ preocupado com a melhoria da produção, com a preservação das matas e com a prevenção de acidentes, propôs-se, em seu livro *Novo Método para Fazer o Açúcar*, de 1816, a explicar com detalhes e desenhos a reforma nas moendas, nas fornalhas, nas decoadas e no modo de purgação do açúcar. Fez inúmeras tentativas que lhe custaram dez mil cruzados e muitas ironias. Afirmando que só “um filósofo, senhor de engenho pode descobrir cousa útil aos Engenhos”,²¹² deu motivo para: “me acusarem geralmente de falta de economia, dizendo (por sarcasmo) que eu tinha outros rendimentos, não fizera o Engenho para utilidade, sim para divertimento. Puseram ao Engenho o nome de Engenho da Filosofia; fizeram versos satíricos”.²¹³ Pudera: quem iria levar a sério um

²¹⁰Vilhena inventou um outro tipo de moenda: “A primeira vez que vi trabalhar esta máquina me enchi de desejos de ter capacidade para poder melhorar, e suavizar o seu rude, e penoso trabalho, e combinando depois idéias colhidas de diferentes obras de mecânica, que pude alcançar; saí com um composto em que na primeira experiência moí com meu braço débil 14 canas, metidas juntas entre os cilindros; aumentei um pouco mais as proporções, e vim a descobrir que em uma máquina pequena em comparação das atuais, o braço de um só homem moeu trinta canas juntas”. (*A Bahia do século XVIII*, op. cit., p. 195). Vilhena acabou perdendo com o seu invento mais de 3.000 cruzados, “por querer ser útil ao Estado e a mim” (idem, p. 196), porque depois de entregar os desenhos da máquina à Secretaria da Real Junta de Comércio e a Mesa de Inspeção da Cidade de Salvador, mandou construir em ponto menor o seu invento, que foi aprovado pelos senhores da Mesa. Reuniu então, o material necessário nas mãos de um mestre e seus oficiais para fazer a máquina em ponto grande, como seria usada. Sem a supervisão de seu inventor, ocupado em seu emprego público e com suas aulas de grego (era Professor Régio de Língua Grega da Cidade da Bahia), ela não funcionou a contento. Vilhena mandou desmanchá-la e ficou com o prejuízo.

²¹¹Manoel Jacintho de Sampaio e Mello era Bacharel em Leis, Graduado em Artes, Ex-Professor Régio de Filosofia da Cidade de Lamego e Senhor de Engenho na Vila da Cachoeira na Bahia.

²¹²MELLO. Manoel Jacintho de Sampaio e. *Novo método de fazer o açúcar ou reforma geral econômica dos engenhos do Brasil em utilidade particular e pública*. Bahia, Tipografia de Manuel Antônio Silva Sereja, 1816, p. VIII.

²¹³Idem, p. XI.

senhor de engenho preocupado, dentre outras coisas, em preservar os corpos do escravos, com a "filosofia" que afirmava que seria longa a lista "se quisesse dar um catálogo dos moedores que têm sido decepados, ou mortos nas moendas"?²¹⁴ Substituir um escravo era tão fácil, para que tanta gastança? Vale a pena ouvi-lo, agora, quase dois séculos depois:

"É incrível o estrago que têm feito as moendas desde o seu nascimento até o presente, sem algum remédio. Não ignoro que os Engenhos geralmente têm uma alabanca, ou pé-de-cabra pronta para entupir e parar as moendas, logo que pegarem a mão, e muitos um traçado para cortar o braço; mas quem não vê que tudo isto é sem efeito nos Engenhos violentos; e que nunca livram os moedores de serem decepados; e finalmente que o segundo é quase tão cruel como a mesma morte. Na verdade causa grande susto, a quem for humano, ver os pobres moedores juntando com cuidado os bagaços muidos, e amparando-os com as mãos para os fazer entrar na boca das moendas, que por qualquer leve descuido lhe podem pegar as pontas dos dedos e fazer o corpo em pasta. É de admirar que não sejam ainda mais freqüentes estes sucessos, principalmente por causa do sono".²¹⁵

Por isso, ele propõe no Capítulo II do seu livro ("Da reforma das almofadas ou do modo de fazer almofadas que facilitam a moagem e livram os moedores de ser absorvidos, e por consequência, decepados ou mortos nas moendas"),²¹⁶ a sua invenção, um defensor de corpos: "As canas, os bagaços inteiros facilmente se

²¹⁴Idem, p. 13. Além das moendas, Sampaio e Mello estava preocupado com os acidentes das boladeiras: "... devem-se procurar todos os meios de a evitar, bem como a que resulta de se porem as aspas da boladeira tão baixas que quase arrastam pelas gatas; e por isso têm cortado a cabeça a muitos descautelados, que se puseram em pé sobre a ponte entre as virgens. O remédio é, por as aspas altas (...), deve o feitor assistente proibir o uso de cepos, obrigando-os a conservarem na devida postura". (Idem, ibidem).

²¹⁵Idem, p. 12.

²¹⁶Idem, p. 9.

encaminham, porém os miúdos é preciso juntá-los, pô-los em cima da almofada, e empurrá-los com as mãos para entrarem; aqui está todo o perigo; evita-se fácil e seguramente com a nova almofada, que para isso merece o nome de defensor".²¹⁷ Mas, foi em vão: "Revolvi mil idéias no juízo para achar um meio seguro de ocorrer a estes danos tão cruéis, finalmente vim a descobrir o defensor".²¹⁸ Mandei logo 2 modelos à Mesa de Inspeção para os fazer públicos; eu memso noticieei a muitos Senhores de Engenho: aqueles que como dizem, já levaram pela cabeça, ainda que muito remissamente, sempre o fizeram, os mais trataram isso de bagatela. Persuadi a um do meu conhecimento que o fizesse, respondeu-me que no seu Engenho nunca houvera esses maus conhecimentos; porque o tabuleiro era muito largo, que os moedores não chegavam às moendas. Se era largo ou estreito não sei, o que sei é, que na próxima safra veio uma miserável escrava cortar um braço feito em estilhas pela moenda, e logo depois outro seu parceiro...²¹⁹

Mas não foram os engenhos os únicos responsáveis pelos aleijões, pelas deformações. Charles Boxer fala do trabalho nas minas: "Trabalhassem na lavagem do ouro ou nas galerias subterrâneas, o labor dos mineiros era freqüentemente longo, penoso e produzia doenças". E continuava citando Luis Gomes Freire: "Lá trabalhão, lá comem, e lá dormem muitas vezes, e como estes trabalhão andão banhados de suor com os pés sempre em terra fria, pedras ou água, resfrião de tal modo, que dali se lhes originão várias enfermidades perigosas como são pleurizes apertadíssimos; estupores, parezias, convulsoens, perineumonias e outras muytas doenças".²²⁰ À noite eram

²¹⁷ Idem, p. 10. O grifo é do autor.

²¹⁸ O grifo é do autor.

²¹⁹ Idem, pp. 12 e 13.

²²⁰ *A idade do ouro...*, op. cit., p. 204. O autor não cita as referências da fonte.

abrigados em cabanas provisórias de sapê, e como muitas vezes eram alugados a aventureiros cujo único objetivo era enriquecer e voltar para a Europa, não havia por isso a menor preocupação com um mínimo de conforto. Os escravos trabalhavam sempre curvados o dia inteiro, com os pés dentro d'água o que trazia como consequência, nos corpos mais jovens ainda em crescimento, deformidades para o resto da vida.²²¹

Era bastante comum ver pelas estradas, pelas vilas, pelas cidades, escravos velhos, andrajosos, doentes e mutilados pelo trabalho, completamente abandonados à própria sorte pelos seus donos, mendigando a caridade pública. Henry Koster observa: "Seres miseráveis são às vezes vistos no Recife, pedindo esmolas pelos quarteirões da cidade, idosos e enfermos. Alguns foram escravos e quando a moléstia os tornou inúteis seus amos lhes deram a liberdade e os despediram esgotados pela senectude ou estropeados, e seu único recurso é esmolar pelas ruas públicas".²²² Corpos que, se não foram definitivamente descartados pela morte, o foram em vida porque completamente inúteis. Maria Graham, viajante inglesa no Brasil do séc. XIX, na década de 20, relata uma cena, que ainda hoje nos é familiar: "Há poucos dias, ao voltar de um 'pic-nic', um grupo de cavalheiros encontrou uma pobre negra em estado miserável, jazendo à margem da estrada. Os cavalheiros ingleses recorreram aos companheiros portugueses para que lhe falassem e a confortassem, pensando que ela os entenderia melhor. Mas eles disseram: Oh! É só uma negra, vamos embora! E assim fizeram sem querer saber mais dela".²²³ Outro viajante, Thomas Ewbank parece confirmar a impressão de que número de pessoas tornadas defeituosas pelas condições de trabalho e

²²¹ Ver: MATTOSO, Kátia. *Ser escravo...*, op. cit., p. 136.

²²² *A escravidão no...*, op. cit., p. 11.

²²³ *Diário de uma viagem...*, op. cit., p. 179.

de vida dos escravos, (o que de certa forma também valia para a população livre e pobre), era tristemente alto. São várias as passagens de seu livro em que relata o que observou, principalmente nas ruas do Rio de Janeiro. Os escravos carregadores, por exemplo, suportavam por anos uma carga tão excessiva que os deixava inteiramente deformados: “Há uma semana parei para observar seis bois arrastando ladeira acima pelo Morro do Castelo um carro de carga comum, cheio de pedras de construção para os capuchinhos; para os bois era um trabalho estafante a subida; hoje observei pedras semelhantes serem descarregadas no sopé da colina e transportadas na cabeça de negros.

“Não é de admirar que sejam tão numerosos os escravos com os membros inferiores aleijados. Passou à minha frente bamboleando de maneira horrível um homem cujas coxas e pernas curvaram-se tanto para fora que seu tronco não ficava a mais de quinze polegadas do solo”.²²⁴ E segue observando, com espanto, as modificações na estrutura óssea dos escravos que encontrou nas ruas do Rio: “Observei outro cujos joelhos se cruzavam e os pés se separavam extraordinariamente, como se os pesos excessivos tivessem forçado seus joelhos a se vergarem para dentro e não para fora (...) A maior fraqueza é representada pelos membros inferiores onde os pesos são alternadamente lançados de um lado para outro sobre coxas e pernas juntas. Essas partes necessariamente são as primeiras a cederem sob cargas excessivas, são numerosos os casos em que cederam e quebraram-se em todos os sentidos”.²²⁵ Descreve também outra variedade que parece ter sido causada pelo tipo de trabalho: “O acendedor de lampiões do distrito do Catete apresenta outra variedade. Seu corpo é inclinado para baixo e seus pés são ambos repuxados para um lado, de tal forma que suas pernas são

²²⁴ *Ida no....* op. cit., p. 96.

²²⁵ *Idem, ibidem.*

paralelas, num ângulo de 30 graus”.²²⁶ Na Fazenda dos Macacos de propriedade dos frades carmelitas da Igreja da Lapa do Rio, cuja maior fonte de renda seria a criação de escravos²²⁷, Ewbank encontrou vários escravos portadores de mãos defeituosas. “O feitor é escravo; leva-nos a um celeiro, com paredes e soalho de barro em que se aglomeram trinta mulheres e crianças em torno de um monte de tubérculos de mandioca, que, enquanto alguns descascam, outros lavam. Alguns deles têm os dedos duros, mutilados, tortos e aleijados, como eu jamais vi”.²²⁸

Além das deformidades físicas diretamente causadas pelo trabalho, havia com freqüência as marcas da doença e da cegueira. Perto de um matadouro, Ewbank esperando um amigo descreve o que viu dentre uma dúzia de escravos açougueiros que por ele passavam: “... outros escravos monstruosamente aleijados nos pés e nas pernas; entre eles duas mulheres claudicantes por causa da elefantíase e levando pesos leves. A perna direita de uma era realmente tão larga quanto a cintura. Um homem míope, com uma talha de água à cabeça caminhava, orientando-se com o auxílio de uma bengala”.²²⁹ Em outro local do Rio de Janeiro observa: “Uma representação viva de um aleijado conduzindo um cego passou esta manhã; eram dois escravos com cestas de roupas nas cabeças. Na frente uma escrava movia-se lenta e dolorosamente, por causa de uma elefantíase; empunhava longa haste horizontal, cuja outra extremidade era seguida por um velho fraco que ela assim podia arrastar”.²³⁰

Infelizmente os casos de cegueira eram bastante comuns no Brasil, e foram em geral descritos como resultado da “oftalmia”, por viajantes como George

²²⁶Idem. *ibidem*.

²²⁷O relato de Ewbank sobre a Fazenda dos Macacos já foi citado anteriormente.

²²⁸Idem, p. 276.

²²⁹Idem, p. 210.

²³⁰Idem, p. 292.

Gardner, durante sua estada no Ceará: “A oftalmia é verdadeiramente endêmica e, em certa parte do ano, poucos escapam a seus efeitos; eu tive um ataque que me prendeu em casa por dias. Fui consultado por muitos porque sofriam da moléstia em estado crônico e ganhei a reputação não pequena por haver curado ou, quando menos aliviado os sintomas da maioria dos casos apresentados, mesmo os de longa data. A cegueira aqui é uma consequência bem comum e em parte alguma vi mais cegos que aqui neste distrito [Crato]”.²³¹ Dentre as poucas teses produzidas nas faculdades de medicina no Brasil do século XIX sobre as condições da vida e de trabalho dos escravos, a de David Gomes Jardim, em 1847, atribui ao trabalho noturno uma das causas da cegueira: “Costumam chegar os negros a trabalhar por espaço de algumas horas durante a noite. Vimos os efeitos terríveis que d’aqui nascem. Numa fazenda eram os escravos atacados de rebelde oftalmia, que terminava muitas vezes pela cegueira: indagando a causa, chegamos a conhecer que provinha do serão, o qual deixando de fazer-se, desapareceram as oftalmias. Depois das lidas diurnas, justo é que a noite seja consagrada à restauração das forças perdidas”.²³² Não é sem razão que Thomas Ewbank defronta-se com uma grande quantidade de ex-votos e placas de agradecimento na Igreja de Santa Luzia (a “deusa dos cegos”, segundo ele), no Rio de Janeiro, como prova do poder da santa: “Seja qual for a causa, a cegueira é muito comum entre os escravos. É lamentável encontrar com tanta freqüência um ou mais deles, levando barris cheios na cabeça, girando os globos oculares inúteis e tacteando o caminho com seus bordões”.²³³ John Luccock,

²³¹ Viagens ao interior..., op. cit., p. 97.

Em seu livro *História da medicina no Brasil - do século XVI ao século XIX* (São Paulo, Ed. Braziliense Ltda., 1947, 2 vols.). Lycurgo SANTOS FILHO descreve as “afecções dos órgãos dos sentidos” no século XIX (2º vol., pp. 184 e seguintes).

²³² JARDIM, David Gomes. *A higiene dos escravos*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tipografia Universal Laemmert, 1847, p. 12.

²³³ *Ida no...* op. cit., p. 140.

comerciante inglês no Brasil, em 1808, faz observação semelhante: "Há no Rio muita gente cega; em proporção maior, creio eu, do que a maioria das cidades. Até que ponto pode isso ser devido ao calor e a luminosidade do clima, não é fácil determinar; mas como esses sensivelmente produzem irritações bastante graves dos olhos, é provável que sua influência na destruição da vista não seja pequena. Pareceram-me esses desgraçados diferentes nas maneiras daquilo que observei por outras partes".²³⁴ E para corroborar a sua tese sobre a luminosidade, compara os cegos daqui com os cegos europeus: "Na Europa, a maioria dos cegos levam os olhos esbugalhados andando eretos, com a cabeça para trás, e fixando o ar iluminado como que à procura de luz. No Rio de Janeiro, aqueles que já um dia gozaram dos benefícios da visão, perdendo-a, derrubam a cabeça e se encolhem como que desejando a face do esplendor opressivo; as pálpebras de quase todos são bastante pisadas. Encontram-se aqui, como noutros países, olhos defeituosos de nascença, os hábitos das pessoas assim atingidas são muito semelhantes aos das de outra parte".²³⁵

Em todos os casos, para as doenças e deformidades da população havia muito poucas possibilidades de tratamento. Durante muito tempo, médicos foram escassos no Brasil. Mesmo com a transferência da corte, quando se fundaram as academias médico-cirúrgicas, depois transformadas, em 1832, em faculdades de medicina (do Rio de Janeiro e da Bahia), eles eram praticamente inexistentes nas fazendas, principalmente para atender os escravos. Os médicos concentravam-se nas cidades e raramente dirigiam-se aos campos. Sífilis e tuberculose eram doenças comuns entre negros e brancos e, em especial, a tuberculose dizimava famílias inteiras. O destino do

²³⁴Notas sobre o op. cit., p. 35.

²³⁵Idem. ibidem.

cativo em estado grave era as Santas Casas onde podiam ser internados gratuitamente para morrer. A assistência médica ao escravo só melhorou um pouco após a extinção do tráfico, quando seu valor aumentou no mercado, e é provável que tenha acontecido com mais freqüência nas fazendas onde a mão-de-obra escrava já estava sendo substituída pela do colono imigrante.

O certo é que a tarefa civilizatória a que se propunha a medicina social do século XIX não incluía o escravo, mas ao contrário, procurava excluí-lo do espaço urbano, principalmente do seio da família branca²³⁶ onde sua presença degenerava tudo e todos, moral e fisicamente, disseminando doenças, maus hábitos, vícios, brutalidade e perversões sexuais. Segundo os autores de *Danação da norma*, “as raras propostas de um escravo higienizado”²³⁷ dirigem-se ao escravo rural. Não se diga que, ao recomendar a melhoria no tratamento dos escravos nas fazendas, ou criticando a escravidão nas cidades, os médicos estivessem propalando idéias abolicionistas.²³⁸ Estavam, talvez, um pouco preocupados com a preservação destes corpos, já que as importações começaram a ficar raras com a extinção do tráfico. Assim mesmo, o discurso médico a respeito do escravo é proporcionalmente bastante reduzido quando comparado a outros temas. E, com razão, afirmam os autores de *Danação da norma*: “... a medicina social nunca fez da realidade específica da escravidão - a principal força de trabalho da época - a sua questão mais fundamental, nem prática, nem teoricamente”.²³⁹ Poucas teses, poucas discussões foram produzidas pelas nascentes

²³⁶Ver: COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

²³⁷*Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, Roberto MACHA et al., Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 354.

²³⁸Parece ter havido uma exceção entre esses médicos, já mencionada por Jurandir Freire Costa (*Ordem médica e...* op. cit., p. 127). Trata-se do já citado doutorando David Gomes Jardim que apresenta em sua tese idéias liberais e abolicionistas.

²³⁹*Danação da...* op. cit., p. 371 e 372.

faculdades de medicina, assim como nas sociedades e revistas médicas. Mesmo assim, aqueles autores apontam duas vertentes que tomaram estes poucos estudos. A primeira, cujos trabalhos são um pouco mais numerosos, não tematiza propriamente o escravo, mas a família senhorial e os males da escravidão doméstica, principalmente na conservação das crianças, cuja maior inimiga é a ama-de-leite, portadora de doenças venéreas e hereditárias transmissíveis pelo leite. Dessa forma, o escravo urbano nunca é considerado pela medicina social como um trabalhador, cujo braço foi fundamental para a sustentação da economia das cidades. Mas esse “escravo nefasto era útil à medicina. Sua existência mantinha aceso o terror da doença”, comenta a esse respeito Jurandir Freire Costa,²⁴⁰ não propriamente para higienizá-lo. Ambigualmente era necessário mantê-lo como fonte de admoestação e, ao mesmo tempo, afastá-lo do contato da família senhorial renovada, excluindo-o do centro da vida urbana.

Já o escravo rural, objeto dos estudos médicos ainda mais reduzidos, este sim, foi tematizado como trabalhador que deveria ser melhor abrigado, vestido e alimentado e, sobretudo, que se atenuassem os castigos. Criticavam a imundície, a promiscuidade e o amontoamento das senzalas: a umidade, a falta de ventilação provocada não só pelo número de pessoas que abrigavam, mas pela insuficiência de janelas e principalmente pelo uso de fogões no seu interior. José Rodrigues de Lima Duarte recomendava a construção de senzalas “debaixo das regras higiênicas”, vigiadas por um feitor como garantia da “regularidade da hora de descanso”, a proibição das “festas noturnas” que reúnem “escravos de uma fazenda com as outras”,²⁴¹ momentos de devassidão, bebedeiras e vícios. Refere-se à necessidade de instrução religiosa do

²⁴⁰*Ordem médica e...* op. cit., p. 127.

²⁴¹*Ensaio sobre a higiene da...* op. cit., p. 22.

escravo, em geral, negligenciada pelos senhores, como forma de domínio das “paixões mais ardentes”, para que se torne “essencialmente moral, submisso e laborioso”.²⁴² Preocupado com a mortalidade, ele denuncia o tráfico clandestino que tornou ainda piores as condições da viagem e a falta de higiene com a suspensão da quarentena e a inspeção sanitária que existiam quando o tráfico era legal: “É digno de acre censura que o governo brasileiro tendo notícias do miserável estado de tantos negros, que todos os dias aportam às praias do Brasil, não tenha tomado medidas eficacíssimas contra os contrabandistas, e indiretamente os tenha protegido até pisando muitas vezes os seus tapetes salpicados de sangue!”.²⁴³ Comenta também a forma como são cuidados os escravos enfermos em algumas fazendas, numa “pequena sala barreada ou mal rebocada” e sem luz. “Os leitos além de acharem-se amontoados, de maneira que um lugar que acomodava 6 pessoas é ocupado por 10 ou 16, consistem em uma pequena esteira, e por cobertura lhes dão apenas algumas mantas que mal cobrem o indivíduo”²⁴⁴ - o que significa a permanência para o escravo do antigo modelo hospitalar o lugar onde se depositam doentes para morrer, não para curar.

Todavia, os poucos trabalhos médicos também se preocupavam com as condições de trabalho: “Se a ociosidade é perniciosa, o abuso do trabalho ainda é mais; e estamos tão convencido (sic) da veracidade deste princípio, que não duvidaremos afirmar que uma terça parte dos escravos no Brasil perecem em consequência do excessivo trabalho que são obrigados a suportar”²⁴⁵, afirma a tese de David Gomes Jardim, denunciando o raciocínio de muitos senhores que preferem avultar “a estatística mortuária”, extraindo o máximo dos corpos dos escravos até a exaustão em apenas um

²⁴²Idem. p. 3.

²⁴³Idem. p. 5.

²⁴⁴Idem. p. 21.

²⁴⁵*A higiene dos escravos...* op. cit., p. 11.

ano de trabalho - o que já é o bastante para chegarem “não só a recuperar o capital neles empregado, porém ainda tirar lucro considerável!”²⁴⁶ Ou ainda, como fala José Rodrigues de Lima Duarte que, comparando-os aos operários da “adiantada Europa”, lamenta não existirem aqui filantropos preocupados em melhorar as condições de vida e de trabalho dos cativos, mas senhores que “somente tratam de locupletar-se à custa de seu trabalho, obrigando-os a mais do que permitem suas próprias forças”.²⁴⁷

Para os autores de *Danação da norma*, o número insignificante das produções médicas sobre o escravo rural demonstra “o aspecto secundário e acadêmico desta reflexão”.²⁴⁸ Se, por um lado, a medicina social pretendia a modernização da vida urbana pela extinção, dentre outras providências, da figura do escravo doméstico, no que se refere ao campo “estas teses repetem”²⁴⁹ o projeto médico em relação ao operário livre europeu”,²⁵⁰ afirmam os autores - o que, a nosso ver, foi feito com os necessários ajustes, não como uma mera repetição. É verdade que a medicina do século XIX praticamente ignorou o escravo porque o corpo do trabalho continuava sendo o corpo descartável. Mas, seus poucos esforços para tratar a questão parecem ter levado em conta outro fato que os autores de *Danação e norma* não mencionam: a proibição do tráfico que na época daquelas teses estava caminhando para a extinção total e a necessidade de alertar os senhores, através de discursos médico-humanitários, para a preservação de corpos ainda imprescindíveis ao grosso da produção brasileira. E essa preservação começava também pela condenação do uso indiscriminado do castigo corporal, sob o qual “muitos escravos têm sucumbido, e vêem-se muitos aleijados e

²⁴⁶Idem. p. 12.

²⁴⁷*Ensaio da higiene do....* op. cit., p. 2.

²⁴⁸*Danação da....* op. cit., p. 370.

²⁴⁹O grifo é nosso.

²⁵⁰Idem. *ibidem*.

defeituosos”²⁵¹, escreve J.R. de Lima Duarte, e, portanto, inúteis para o trabalho. Essa preocupação com a preservação chega a criação das crianças escravas que, podemos presumir, seria a futura mão-de-obra substituta das importações. A esse respeito, escreve o mesmo autor: “Bastante incúria reina entre os proprietários na má escolha que fazem dos alimentos no tempo de desmamarem as crias (...) são logo submetidas a uma alimentação grosseira (...) isto é tanto estranhável, quanto alguns proprietários têm aliás meios de sobra para dar as crias uma alimentação a sua idade (...) A esta má escolha de alimento é que é devida por certo a grande mortalidade de creolinhos, e é para se lastimar, que por este desleixo e abandono se percam imensos escravos”.²⁵²

Ainda que pouco significativo, os escassos discursos médicos²⁵³ eram os primeiros a tematizar, no século XIX, a preservação do corpo cativo (além do esforço isolado de Vilhena e Sampaio de Mello), como que prefigurando não só a abolição gradativa que já se iniciava, mas também toda a tarefa normalizadora que a medicina teria pela frente. Naquele momento, mais do que simplesmente repetir o discurso europeu, esses poucos médicos, em seus ajustes à realidade brasileira, ficaram a meio do caminho entre a domesticação e a disciplina.

²⁵¹ *Ensaio sobre a higiene da...*, op. cit., p. 2.

²⁵² *Idem*, p. 29.

²⁵³ Duas outras obras médicas sobre os escravos foram completamente destruídas, sem possibilidade de recuperação, e talvez fossem os únicos exemplares existentes no Brasil:
- IMBERT, J.B. A. *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico da enfermidade dos negros*. Rio de Janeiro, 1839, 2 vols. (fora de uso e não microfilmado, na Biblioteca Nacional).
TEUSCHER, Reinhold. *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos nas fazendas de café*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para verificação de diploma, 1853 (exemplar arrancado do volume de teses onde estava classificado, na Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

5. As teorias do racismo: domesticação e disciplina

É de Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-novo, senhor de engenhos na Paraíba, possuidor de conhecimento “em ciências naturais excepcional para a sua condição social”,²⁵⁴ uma das primeiras explicações para as diferenças da cor da pele e de outros traços entre negros, índios e brancos, apresentada em 1618 em seu livro *Diálogos das grandezas do Brasil*. A estranheza dessas diferenças, manifestada nos *Diálogos* entre dois personagens (Brandônio e Alveano), não se dá tanto em relação aos índios, mas aos negros. Como inexistia nesta época a noção de raça, não se pode falar que se trata de explicação “racial”, muito menos de um “racismo”. A diferença do negro, tendo o branco como modelo, era a cor da pele preta e o “cabelo retorcido”, já que o índio era “baço” e tinha o cabelo liso e, por isso, não se distanciava tanto do branco. A questão principal era: por que o negro diferia tanto? Ou, como indaga o personagem Brandônio: “E que razões são as que ouvistes dar para se haver de provar a estranheza que essa gente tem na cor e cabelo diferente de toda a outra?”²⁵⁵ Como explicar essas diferenças se todos os seres humanos são descendem dos filhos e netos de Noé que, após o dilúvio,

²⁵⁴Jaime Cortesão, na apresentação do livro: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Mundos, 1943, p. 17 (escrito em 1618).

Aliás, os conhecimentos de Ambrósio Fernandes Brandão não seriam tão “excepcionais para a sua condição social”, se lembrarmos que os cristãos-novos, assim como os judeus ibéricos foram, à exceção apenas do clero, os indivíduos mais instruídos do seu tempo e, por isso, eram incumbidos de ocupar cargos públicos como escrivães, além da espinhosa função de cobradores de impostos. Outro fato interessante sobre o autor dos *Diálogos...*: ele fora escrivão de Bento Dias Santiago, sócio de Diogo Fernandes, o pai de Brites Fernandes, membro do “núcleo judaizante” e frequentador da sinagoga de Camaragibe (Ver no Capítulo II desta tese: “A peste e o poeta: a história de Brites Fernandes de Camaragibe”, p. 92). Como tal foi denunciado pelo padre Francisco Pinto Douzel à Mesa do Santo Ofício, na primeira visitação à Bahia em 1591. Ver: Rodolfo Garcia no aditamento [à apresentação] do livro de BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos...*, op. cit., p. 35 e 36).

²⁵⁵*Diálogos das grandezas...*, op. cit., p. 98.

Tratar de responder a esta pergunta não desviaria o assunto do livro, como diz um dos personagens dos *Diálogos* porque: “... neste Brasil se há criado um novo Guiné com grande multidão de escravos vindos dele que nele se acham. (...) há mais deles que os naturais da terra. (...) Pelo que, havendo no Brasil tanta gente desta cor preta e cabelo retorcido, não nos desviamos de nossa prática em tratar dela.” (Idem, p. 99.).

repovoaram a terra e eram todos eles brancos? Curiosa a explicação de Brandão: a causa estava nos raios de sol mais retos dos trópicos e nos ventos que sopravam em direções diferentes na África e na América. Os netos de Noé que habitavam as terras africanas foram ganhando a cada geração a pele cada vez mais “baça”, por muitos e muitos séculos, até se tornarem negros e terem os cabelos “retorcidos” por causa do calor - “pois temos bem experimentado que qualquer cabelo, que for chegado ao calor do fogo, se frange logo e se faz retorcido”.²⁵⁶ Quanto aos índios, estes outros descendentes de Noé, além de serem bem mais novos nas terras do Brasil do que os negros na África, e não obstante viverem também numa região de sol reto, eles têm para amenizá-lo os ventos frescos do mar o ano inteiro, ao contrário do que acontece na África, onde o vento vem da terra e ainda aumenta o calor.

Todavia, a interessante tese de Brandão sobre as diversidades da população brasileira no início do século XVII limita-se a explicar traços físicos que foram se diferenciando a partir do casal original (Adão e Eva), e principalmente de seu descendente, Noé, que espalhou sua prole pelo mundo. Não são marcas biológicas, mas traços puramente morfológicos. Tampouco resultam de uma adaptação do corpo ao meio: são apenas desvios da forma original branca causados por agentes externos e, uma vez cessada a ação destes agentes, ela se reconstituiria após muitas gerações. Daí a maior “pureza de sangue” dos brancos que não se desviaram da origem e a dele próprio Brandão, o cristão-novo perseguido pelo Santo Ofício, e que vai buscar Noé, o ascendente judeu, talvez para certificar-se de que, sob este ponto de vista, seu sangue é mais puro que o dos cristãos-velhos.²⁵⁷ Por outro lado, a inexistência da noção de raça

²⁵⁶Idem, p. 104.

²⁵⁷Além de outras razões para a perseguição, o judeu foi considerado impuro porque pertencia a um povo que matou o Cristo, argumento que despreza a própria linhagem de Jesus, como bem lembrou o padre Antônio Vieira em sua defesa dos judeus e cristãos-novos.

não significou a ausência de perseguição aos judeus e cristãos-novos,²⁵⁸ tampouco evitou o menosprezo e a escravidão de negros e índios. Assim como os judeus, considerados impuros porque eram um povo que matou Cristo, negros e índios eram também inferiores por seus costumes selvagens e precisavam ter suas almas salvas do inferno por viverem na mais profunda ignorância dos preceitos cristãos. Podiam ser mais estúpidos e mais perversos por ignorarem as verdades divinas que os levariam ao céu, nunca por suas raças, esse conceito naturalista²⁵⁹ que se propagou a partir do século XIX até os nossos dias. Era a pureza de sangue o estatuto que vigorava até o século XVIII, de forma a dar sustentação ao poder do colonizador branco, cristão-velho, aquele cujos ancestrais não tivessem a marca do gentio. Contudo, no Brasil face às mestiçagens, esta pureza nunca foi muito garantida. Charles Boxer nos informa a respeito: "Em 1725, os conselheiros ultramarinos insistiram com a Coroa para que proibisse a presença de homens de cor nos cargos municipais, e pediram-lhe lei através da qual só o marido ou o viúvo de mulher branca poderia ocupar esses cargos. 'Desta sorte ficarão aquelles officios dignamente occupados e poderá conseguir-se que os homens daquelle paiz procurem deixar descendentes não defeituosos, impuros, vendo que de outro modo não podem alcançar, nem para si, nem para os seus, os empregos de maior distincção e honra das terras em que vivem pois o efeito de consegui-los é natural a quase todos os homens'.²⁶⁰ Tal legislação foi vastamente inútil. Contanto que o aspirante não fosse escuro demais, era antes a riqueza e não a cor a permancer como critério principal, no que se referia aos cargos municipais em Minas Gerais, conforme Gomes Freire de

²⁵⁸ A descrição sucinta das perseguições na Península Ibérica encontra-se no Capítulo II desta tese.

²⁵⁹ Hoje sabemos que o conceito de raça é confuso, sem qualquer sustentação mais rigorosa do ponto de vista biológico.

²⁶⁰ Ata do Conselho Ultramarino, de 25 de setembro de 1725. *Apud*: BOXER, Charles, *A idade do ouro...* op. cit., p. 187.

Andrade notou muitos anos depois”²⁶¹.

O fato é que no século XIX a noção de raça produziu no Brasil consistência necessária para o regime escravista que já estava se esfacelando, e continuou sua ação de domesticação sobre os corpos de negros e mestiços após a abolição. Teve também outros rostos: a contribuição para a normalização de todos os comportamentos (principalmente o das elites) e a disciplinarização dos trabalhadores livres (em especial dos imigrantes, brancos e operários). Vejamos como isto se deu.

Foi no século XIX, no momento de uma biologia nascente,²⁶² que George Cuvier (1769-1832) introduz a noção de raça articulada à hereditariedade²⁶³ de traços físicos comuns permanentes e bem diversos entre os grupos humanos. No século XVIII, Buffon (1749-1788) acreditava na origem única do ser humano e que as diferenças observadas corriam por conta das variações ambientais. Do mesmo modo, o nosso já citado Ambrósio Fernandes Brandão, no século XVII, defendia as mesmas idéias e “antecipava” Buffon ao afirmar que portugueses, que por gerações vivessem na África ficariam negros, e negros transpostos para a Europa iriam “refrescando a cor negra adquirida de seus avós em tanto decurso de tempo”²⁶⁴. Presos ao plano do visível, nem Buffon, nem qualquer outro pensador do seu tempo, ao referir-se à duração necessária à aquisição de um caráter, estariam propondo um evolucionismo, no sentido transformista que o termo tomou no século XIX - “porque nele [no pensamento clássico] o tempo jamais é concebido como princípio de desenvolvimento para os seres vivos na sua

²⁶¹Idem. *ibidem*.

“... observação de Gomes Freire de Andrade em A. Lima Júnior: *Capitania das Minas Gerais* (ed. 1943), pp. 149 a 153”, *Apud: A idade do ouro...*, op. cit., p. 187.

²⁶²A descrição sobre a mudança de episteme do século XIX encontra-se no Capítulo I desta tese.

²⁶³Sobre a importância da hereditariedade no século XIX, ver *idem*.

²⁶⁴*Diálogos das grandezas...*, op. cit., p. 102.

organização interna; só é percebido a título de revolução possível no espaço exterior em que os seres vivem”.²⁶⁵ No máximo o que esta “revolução exterior” provoca são aperfeiçoamentos já previstos nos germes, variações pré-estabelecidas na origem, nas hierarquias pré-instauradas como garantia da continuidade entre os seres.

Os debates sobre as origens da humanidade que antecederam a teoria de Darwin centravam-se na questão do monogenismo (toda a humanidade teria surgido de uma única fonte) e do poligenismo (pontos iniciais de criação diferentes). À primeira, antigo dogma da Igreja (da origem do primeiro casal), contrapunha-se o poligenismo que servia de fundamento para o estudo das diversidades humanas: as medições da capacidade cerebral (frenologia), das diversas conformações do crânio e da face em busca do caráter biológico do comportamento que poderia identificar o criminoso nato (Lombroso, 1839-1905), o degenerado e o alienado. E, por último, mas não menos importante, servia também de fundamento para a irredutibilidade entre as raças, porque se constituíam em espécies diversas de tal modo que o cruzamento entre elas, acreditava Broca, produzia o tipo estéril (como a mula), que seria o mulato.

Embora a questão racial não tenha sido preocupação dos médicos da primeira metade do século XIX, houve, enquanto caso isolado, alguma participação no debate entre monogenismo vs. poligenismo. Em 1849, portanto, dez anos antes da publicação do livro de Darwin, escreve o já citado doutorando José Rodrigues de Lima Duarte: “(...) as observações sobre a fecundidade dos mestiços (...), a perpetuidade dos caracteres nos indivíduos nascidos do cruzamento das raças humanas, (...) tudo concorre para confirmar que a imensa variedade (do gênero humano) não provém senão de uma

²⁶⁵FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Portugal/Livraria Martins Fontes, s.d., p. 203.

origem”.²⁶⁶ Citando a civilização do antigo Egito, povoado por negros etíopes, além das investigações de autores estrangeiros como Cuvier, sobre as múmias da antiguidade, e Tiedman sobre o encéfalo dos negros, o autor, antecipando-se aos evolucionistas sociais, afirma que a inferioridade intelectual dos negros não é fruto de uma organização cerebral inferior, “de sua organização primitiva, mas sim da falta de direção social, isto é, a educação física, moral e intelectual”.²⁶⁷ Citando “irmãos ilustres” da lista incompleta do arcebispo Gregório, conclui que “... ninguém pode dizer que a natureza foi avara a seu respeito e que a inteligência lhes foi negada”.²⁶⁸

Com os estudos de Darwin e a ampla divulgação que teve a sua obra a partir de 1859, atenua-se o debate, o que de forma alguma dissolveu as hierarquias naturais entre as raças. Face ao evolucionismo de Darwin, o poligenismo transfigura-se sob o argumento de que as raças, apesar da origem única, haviam se separado em épocas remotas e que, por seleção natural das contingências do meio, umas evoluíram, outras não. Sendo os traços físicos e mentais imutáveis, o grau de evolução explicaria a inferioridade ou a superioridade de uma sobre a outra. Esta posição deu origem ao chamado darwinismo social, que justificava as desigualdades sociais pelas diferenças raciais e advogava a conservação da pureza das raças contra a degeneração das mestiçagens. Em oposição a este determinismo biológico estrito, a versão monogenista ganha uma perspectiva evolucionista social, para a qual as desigualdades não traduzem diferenças biológicas, mas estágios mais ou menos avançados de progresso evolutivo, passagens obrigatórias a que toda a humanidade teria que passar para atingir uma etapa civilizatória mais complexa e diferenciada. Assim, as hierarquias entre as raças

²⁶⁶ *A higiene da escravatura...*, op. cit., p. 6.

²⁶⁷ *Idem*, p. 12.

²⁶⁸ *Idem*, *ibidem*.

sustentam-se nos graus evolutivos sócio-culturais e não propriamente em marcas biológicas que, face à origem única, seriam semelhantes para toda a humanidade.

No Brasil, entre estas duas posições aparecem vários arranjos. Desde os que permaneciam poligenistas na origem (vários pontos iniciais de criação do homem), mas que admitiam a evolução única dirigida a um mesmo ponto da civilização, dos monogenistas e evolucionistas sociais que mantinham estrita hierarquia entre as raças. Em ambas as perspectivas, aparentemente inconciliáveis, encontram-se os defensores da teoria do embranquecimento como meio de aperfeiçoar a raça brasileira, ao contrário dos darwinistas sociais que não viam saída para a perfectibilidade da população. E, por último, os monogenistas que, muitas vezes advogando o evolucionismo social, eram ainda movidos pelo determinismo biológico, ao enaltecer a mestiçagem pela superioridade do produto híbrido. Como se pode ver, de um modo ou de outro, a hierarquia entre as raças, seja cultural ou biológica, é sempre mantida e naturalizada.

O exemplo de determinismo racial hereditário de maior sucesso no Brasil do século XIX foi o de Gobineau (1816-1882), aristocrata francês, com quem D. Pedro II trocou correspondência,²⁶⁹ ardoroso opositor das idéias liberais. Enquanto diplomata residiu no Brasil, participando da Corte do segundo império. Seu livro *Essai sur l'inégalité des races humaines*²⁷⁰ teve a 1ª edição em 1854, pregava a superioridade da raça branca e dentre esta, a dos arianos e seus representantes modernos os teutos, superiores a todos os outros brancos. Eles estariam na origem de todas as grandes civilizações humanas: na Índia, no Egito, na Grécia antigos. Embora católico, esse radical defensor do determinismo biológico, mais adiante denominado darwinismo social,

²⁶⁹ Ver: RAEDERS, Georges. *D. Pedro II e o conde Gobineau - correspondências inéditas*. São Paulo, Nacional, 1938.

²⁷⁰ Neste trabalho foi consultada a versão em espanhol de GOBINEAU: *Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas*. Barcelona, Editorial Apolo, 1937 (1ª ed. 1854).

era poligenista e via com bastante pessimismo o futuro das populações miscigenadas, já que o produto das mestiçagens seria ainda inferior às raças mais primitivas como negros e índios. Suas idéias tiveram circulação restrita na França, mas ampla divulgação na Alemanha, de sorte que “Sociedades Gobineau” espalharam-se por todo o país - “Entre outros Richard Wagner foi um de seus mais entusiásticos defensores. O fato de não definir traços físicos a respeito da ‘raça ariana’, não diminui a popularidade da teoria”,²⁷¹ afirma Otto Klineberg. Antecipando-se a Morel (que em 1857 propôs a teoria da degenerescência), Gobineau usa o termo degeneração que atribui à mistura de espécies humanas diferentes um dano irreversível, capaz de produzir sub-raças incapazes de adquirir civilização e ainda mais decadentes que as raças inferiores - “As nações morrem quando se compõem de elementos degenerados”,²⁷² e isto se dá por força das misturas de raças, a perda da pureza original que jamais poderá ser recuperada, uma vez que, pessimista com relação aos fatores do meio as desigualdades não são resultado das instituições²⁷³, mas estão indelevelmente registradas na natureza biológica, e por isso são imutáveis. Na escala de desigualdades, baseadas nas “provas” da história e da cultura dos povos, apresentadas num livro prolixo e profético, o autor seleciona traços típicos de cada raça e coloca os brancos no ápice das características morais e intelectuais, e os negros na ponta inferior e degradada.

As idéias de Gobineau tiveram francos adeptos no Brasil que colocavam em questão a possibilidade de um país viável para o progresso com uma população, em sua maioria, negra e mestiça. Bastava um rápido olhar para a situação de miséria física e moral desse povo para concluir que seu abastardamento comprovava a falsidade dos

²⁷¹ KLINEBERG, Otto. *As diferenças raciais*. São Paulo, Editora Nacional, 1966, p. 5.

²⁷² *Ensayo sobre la...*, op. cit., p. 38.

²⁷³ *Idem*, p. 46.

argumentos do monogenismo e do evolucionismo social.

Quanto aos índios, as posições eram variadas. Os naturalistas foram os primeiros a se interessar por eles. Depois vieram os antropólogos físicos e os etnólogos sociais.²⁷⁴ João Batista Lacerda, antropólogo do Museu Nacional, dedicado a estudar os índios, os “objetos diletos da pesquisa”, e a neles buscar a “infância da civilização”, via nos Botocudos os representantes mais selvagens da espécie, os mais atrasados de toda a humanidade, “a base da pirâmide humana concebida em moldes evolucionistas”.²⁷⁵ Seriam civilizáveis? Uma má fama justificada por Lacerda e generalizada no século XIX. Segundo Lilia Schwarcz, eles “representavam a própria imagem de índio selvagem e sobre sua humanidade muito se discutia. Na época indagava-se ao mesmo tempo de sua possível ‘perfectibilidade’ e de sua ‘ferocidade’ que, para os comentaristas, parecia instintiva e singular”.²⁷⁶ Antropólogos como Lacerda procuravam destruir a visão idealizada que se tinha do índio produzida na literatura e a criação de um romantismo que o colocava, muitas vezes, como símbolo da nacionalidade - o que não ocorria apenas no plano das idéias: muitas famílias passaram a adotar nomes indígenas, talvez preferindo não reconhecer sua origem africana, ou encobrindo-a por considerá-la vergonhosa.

O século XIX foi especialmente cruel com os negros. Afinal, os índios, apesar de toda a sua selvageria e do seu nomadismo, ainda eram objeto de alguma

²⁷⁴ Em linhas gerais, a antropologia física propunha-se a explicar as desigualdades sociais pelas diferenças raciais, com base num determinismo estritamente biológico. A etnologia, adepta do evolucionismo social, admitia a humanidade única, sem hierarquias do ponto de vista biológico, mas atravessando estágios evolutivos sociais em graus diferentes. Ver: SCHWARCZ, Lilia M., *O espetáculo das...*, op. cit.

²⁷⁵ Idem, p. 75.

²⁷⁶ *O espetáculo das...* op. cit., p. 258.

simpatia e, pelo menos do ponto de vista teórico, foram considerados em sua maioria civilizáveis. A biologização da vida que trouxe consigo a naturalização das diferenças enquanto raças, justificou tanto a escravização do negro, quanto a sua inoperância para o trabalho livre. Ele figurava sempre no último lugar da inferioridade humana, seja do ponto de vista intelectual (menos evoluído, retardado), seja moral (pervertido, degenerado), seja físico (mais sujeito a doenças). Bem raros foram os viajantes estrangeiros em nosso país que registraram observações positivas sobre os negros. Apenas Maria Graham, a "lady" inglesa, escreve a propósito de um marceneiro "de alguma instrução", que lhe servia de guia: "...Em outros assuntos revela uma rapidez de percepção que não dá fundamento à pretendida inferioridade da inteligência negra".²⁷⁷ E, em outra passagem: "... os negros me parecem ser de uma raça mais bela e mais forte do que qualquer outra já vista".²⁷⁸ Mas, em sua grande maioria a figura do negro deixada pelos viajantes é bastante negativa. George Gardner é um exemplo, dentre outros inúmeros: "Pela própria natureza do negro - por sua comprovada inferioridade intelectual; por falta de educação; pela consciência de sua posição na sociedade e pela certeza de nunca poder alçar-se acima dela - não admira que haja entre os escravos alguns que são inquietos, impacientes de toda a disciplina e dados a todos os vícios (...). Se se contrastar a capacidade mental dos índios nativos com a do negro, não será difícil, em quase todos os pontos decidir em favor daqueles. Não é das menos fortes provas da deficiência mental²⁷⁹ do negro o fato de que, três ou quatro brancos podem conter trezentos ou mesmo quatrocentos deles na mais perfeita submissão".²⁸⁰ Expilly, outro estrangeiro, em suas observações pouco abonadoras sobre o Brasil, em 1863 demonstra

²⁷⁷ *Diário de uma...* op. cit., p. 231.

²⁷⁸ *Idem.* p. 191.

²⁷⁹ O grifo é nosso.

²⁸⁰ *Viagens ao interior...* op. cit., p. 26.

com ironia o quanto o preconceito já estava entranhado no cotidiano brasileiro: “O preconceito da cor não tendo influência no Brasil! Encontra-se esse preconceito a cada passo. Confirma-se em todas as circunstâncias, na rua, nos salões, à mesa de família; e até na igreja, onde a cor mais ou menos carregada da epiderme estabelece entre os fiéis uma barreira intransponível. Mas ele não aparece somente em germe. Estabelece-se arrogantemente, cinicamente, na Constituição do Império. É mantido pelo artigo da lei fundamental que recusa formalmente os direitos eletivos ao homem alforriado”.²⁸¹ Segundo Emília Viotti da Costa, esse mesmo autor encontrava sempre “no Brasil quem justificasse a escravidão, dizendo que os africanos representavam uma raça intermediária entre o branco e o gorila: macacos aperfeiçoados e não homens (...)”.²⁸² Até mesmo muitos dos que defendiam o abolicionismo (por razões mais econômicas que humanitárias) acreditavam na inferioridade do negro e propunham ardorosamente a substituição do regime escravocrata pelo trabalho livre do imigrante branco, de preferência do norte da Europa, como Silvio Romero, por exemplo. Trabalhadores chineses ou orientais, comparados aos negros, eram igualmente execrados.²⁸³

Em sua pesquisa sobre as imagens do negro nas seções dos jornais após a abolição, Lilia M. Schwarcz registra oscilações entre a figura do humilde serviçal dócil e devotado e a do mais abominável “negro degenerado”. Se durante a campanha abolicionista o negro foi vítima passiva dos instintos bestiais dos senhores brancos,

²⁸¹ EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, Brasília, I.M.L., 1977, p. 188.

²⁸² *Da senzala à...*, op. cit., p. 355.

²⁸³ Lilia M. SCHWARCZ cita em seu livro *Retrato em branco e negro* (op. cit., p. 113), o “Correio Paulistano” de 19 de julho de 1892:

“O que são os chineses

(...) os escravos com todos os horrores e vícios não foram tão perniciosos como a contratação dos chineses (...) O negro só ‘sabia ser sensual, idiota, sem a menor idéia de religião, de outra vida moral e nem sequer de justiça humana’. Dançar no domingo, embriagar-se, era sua única atividade... Já os chineses são gente lasciva ao último grau, escoria acumulada de países de relachadíssimos costumes...

transforma-se logo depois no maior perigo social, delinqüente e portador dos caracteres hereditários das taras e degenerações. Ou seja: "Assim, a partir do final da década de 1880, e quanto mais nos aproximamos da data da libertação dos escravos e do conseqüente 'acesso' destes à cidadania, mais vão reificando-se e tornando-se predominantes representações que se referem ao caráter degenerado desses elementos",²⁸⁴ afirma a autora. Portanto, como se pode verificar, as descrições do negro delinqüente, bêbado, libidinoso, alienado e imoral não ficaram restritas aos manuais de medicina e antropologia ou às discussões entre os sábios. O projeto de uma ciência positiva do século XIX era imediatamente militante e intervencionista, no que, aliás, teve amplo sucesso. Nina Rodrigues (considerado o fundador da antropologia brasileira), assim como Silvio Romero, são exemplos dessa intervenção, e tiveram papel preponderante na confirmação científica daquelas imagens.

Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, foi talvez o maior representante do darwinismo social no Brasil. A situação singular deste intelectual do final do século XIX,²⁸⁵ foi, no dizer de Emília Viotti da Costa,²⁸⁶ fruto das relações raciais ambíguas que permitiam conciliar a sua condição de mulato com suas teorias sobre a inferioridade dos negros, e a degradação dos mestiços. Ambigüidades geradas pela aceitação irrestrita que experimentava na sociedade dos brancos, que o fazia sentir-se ainda mais branco que Machado de Assis²⁸⁷ - raros exemplos que sustentaram

Admittindo a possibilidade de introduzir esses leprosos de alma e corpo, quanto gastarão o Estado de São Paulo em cárceres com o aumento da criminalidade que resultará imediata."

²⁸⁴Idem, p. 224.

²⁸⁵Doutorou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1888.

²⁸⁶Ver: COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 1ª ed., São Paulo, Grijalbo, 1977. Cap. VIII: O mito da democracia racial no Brasil, p. 227-242.

²⁸⁷Ao contrário de Nina Rodrigues, cuja obra tem apenas algum interesse para os historiadores, Machado de Assis, com sua obra de gênio, permanece atual. Segundo Roberto Schwarz (*Um mestre na periferia do capitalismo*, São Paulo, Duas Cidades, 1990), ele escapa das críticas de que teria composto com as elites. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, na voz do narrador, canalha e típico representante das elites brasileiras do século XIX - traficante de escravos e católico praticante - Machado de Assis é

por muito tempo o mito de uma democracia racial no Brasil, segundo a qual a ascensão social se poderia fazer por mérito, independente da origem de classe ou de raça. Enquanto na Europa a degenerescência atingia os pobres, principalmente, o homem do campo e as classes trabalhadoras, tomadas como classes perigosas por Morel,²⁸⁸ no Brasil ela se estendia aos pretos e principalmente aos mestiços. Nina Rodrigues distinguia dentre aqueles, os sudaneses porque eram considerados puros e, embora fossem inferiores aos brancos, estavam muito acima de outras raças africanas como os bantos.²⁸⁹ Ou seja: quanto mais mestiço mais degradado, descaracterizado, débil, sujeito a toda a sorte de doenças. A hereditariedade híbrida poderia produzir produtos ainda piores que os negros. Dada a condição de inferioridade mental que é atribuída ao negro pelas teorias do racismo, a comparação deste com o imbecil e o idiota se faz inevitável. Nina Rodrigues nos oferece explicação médica para o fato. Contestando a teoria de Keanes de que seria a ossificação precoce das suturas cranianas que impediria o desenvolvimento do cérebro dos negros, Nina Rodrigues argumenta a experiência clínica que “desfez uma ilusão fundada em erro análogo” - (...) a suspeita ou a crença de que a ossificação precoce (...) fosse a causa do atraso do desenvolvimento mental dos idiotas e imbecis em virtude da insuficiência de espaço oferecido ao desenvolvimento do cérebro”. Mas, a intervenção cirúrgica da craniotomia para corrigir o defeito “frustrou as

impiedoso com ricos e pobres, senhores e escravos. Não há maniqueísmo na sua obra: revela o sadismo, a prepotência e a calhordice nos primeiros; e a covardia, o ressentimento e a vingança nos segundos. Por isso, foi mal compreendido.

²⁸⁸O comentário sobre a teoria da degenerescência de Morel encontra-se no Capítulo I desta tese (“Monstros e Degenerados”).

²⁸⁹Mas, nem todos os mestiços são assim tão degradados. Seguindo a mesma argumentação de Gobineau, segundo o qual todas as grandes civilizações foram construídas pelos brancos, Nina Rodrigues embranquece os negros “camitas” responsáveis pela civilização egípcia e que também teriam vindo para o Brasil, e “que mais ou menos pretos, são todavia um simples ramo da raça branca e cuja alta capacidade de civilização se atestava excelentemente na antiga cultura do Egito...” A esse “ramo da raça branca” chama de “ário-africano”, o que justifica a existência de negros mais intelectualizados no Brasil (Ou, talvez, ele próprio, Nina Rodrigues...). Ver: NINA RODRIGUES, *Africanos no Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, p. 269.

generosas esperanças (...) demonstrando que o atraso cerebral e precocidade craniana se subordinam ao mesmo vício degenerativo”, têm “causa comum na mesma anomalia evolutiva”.²⁹⁰ Do mesmo modo que os negros: a ossificação precoce não é a causa da inferioridade mental dos idiotas e imbecis, ambas se subordinam a uma causa evolutiva.

Na construção de um projeto para a nacionalidade, o negro não deveria ser considerado apenas “uma máquina econômica”, segundo um texto famoso de Silvio Romero, citado por Nina Rodrigues no seu livro *Africanos no Brasil*. Era “antes de tudo e malgrado a sua ignorância, um objeto da ciência”.²⁹¹ Depois da abolição, abandonado à própria sorte, desvalorizado como mão-de-obra e como cidadão, podia se tornar perigoso ou inútil, um verdadeiro “fardo social”, mas sempre útil à ciência. Parece ter sido esta utilidade que levou Henrique Roxo a estudar as “Perturbações mentais dos negros no Brasil”, num artigo publicado em capítulos na revista semanal “Brazil-Médico”, em 1904. Para tal empreendimento, ele examina doentes, elabora estatísticas, compara resultados, num esforço exclusivo “das pesquisas do autor”, já que os livros lhe foram de pouca valia, “silenciavam sobre o assunto”²⁹² - “O estudo dos negros foi descurado”,²⁹³ ele afirma.

Justificando as diferenças raciais pelos graus de evolução, Henrique Roxo qualifica os pretos como retardatários: “não evoluíram, não progrediram. Apegando-se ao passado”.²⁹⁴ Verdadeiros inimigos do progresso, não por sua constituição física ou por “sua cor escura”. O que lhes marca “o ferrete da inferioridade (...) é a evolução que

²⁹⁰Idem, p. 263.

²⁹¹Silvio Romero apud Nina Rodrigues, R. *Africanos...*, op. cit., p. 16.

²⁹²ROXO, Henrique. *Perturbações mentais nos negros do Brasil*, Comunicação ao 2º Congresso Médico Latino-Americano, “Brazil-Médico”, ano XVIII, 16-19, abril-maio de 1904, pp. 156-192. p. 156.

²⁹³Idem. *Ibidem*.

²⁹⁴Idem, p. 160.

não se deu”.²⁹⁵ Já “os brancos avantajaram-se a eles e progrediram mais que todos, chegaram à perfeição no tempo atual”.²⁹⁶

Tomando por base as observações que fez no Pavilhão de Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, anexo ao Hospício Nacional de Alienados, nas estatísticas de doentes internados entre 1894 e 1903 e utilizando-se da classificação de moléstias mentais de Teixeira Brandão, o Dr. Roxo chega a algumas conclusões interessantes. A principal, e dela procura extrair as demais, é a de que existem doenças próprias de cérebros mais e menos inteligentes. Assim, por exemplo, “os casos de mania são relativamente raros nos indivíduos da raça preta. Notam-se mais acentuados nas mulheres que nos homens. São dados que derivam das estatísticas que confeccionamos com exame das observações. É uma manifestação dos cérebros de evolução normal. Era natural, portanto, que nos tipos de raça inferior fosse ela escassa”.²⁹⁷ Como era de se esperar, a demência e o alcoolismo encabeçam a lista das doenças próprias dos negros e bem próximas, como é óbvio, da idiotia. A respeito deste tipo de “degeneração constitucional”, adverte que a imbecilidade não aparece com freqüência nos quadros estatísticos entre os negros, no que se refere à “modalidade psiquiátrica”, porque os sintomas do alcoolismo e de outras doenças “preponderam e o indivíduo deixa de figurar no quadro da simples imbecilidade”. De toda maneira, qualquer negro será sempre imbecil: “As raias da imbecilidade atingem, em geral, todos os pretos. O seu cérebro não comporta grandes

²⁹⁵Idem, p. 182.

²⁹⁶Idem, p. 160.

²⁹⁷Idem, p. 180.

A propósito das mulheres pretas, o Dr. Roxo observa que o número de alienados é maior nestas que nos homens. E a explicação para o fato ele encontra na abolição. Uma vez livres, os negros ficaram sujeitos à fome. “Sucedia, no entanto, que a organização familiar neles não existia, e assim as mulheres de energia mais reduzida, de atividade menos intensa tiveram que baquear. Entregaram-se ao álcool e à devassidão: tornaram-se alienados (sic) em mais alta escala”. (Idem, p. 171).

expansões intelectuais”.²⁹⁸ Também não escapam da idiotia, que vem em 3º lugar: “A idiotia é, na proporção de entradas, relativamente avultada. Nela, como na imbecilidade, a forma apática é que (...) prepondera. Os pretos mostram-se atoleimados, quietos, num embrutecimento absoluto. Raramente, imbecis ou idiotas, se apresentam agitados”.²⁹⁹

Num cérebro fraco, todas as formas de perturbação mental assumem um estado mais grave. “Eles se tornam dementes mais depressa que os brancos”³⁰⁰; no alcoolismo “o delírio alcóolico em pouco surge”: (...) “Frequêntadores de práticas espíritas”, as alucinações diabólicas os dominam. A degeneração mental e os delírios episódicos, por sua puerilidade, caracterizam o tipo débil mental. A epilepsia em sua forma convulsiva aparece em “porcentagem assustadora”. Também pudera: “a tara degenerativa dos negros é muito pesada. Além de serem oriundos de pais de cérebro retardados, têm, demais, nas fontes da vida, o álcool, a epilepsia e a sífilis”.³⁰¹ Mas, o dr. Roxo não deixa de oferecer explicações para os seus achados. Adepto de um evolucionismo bastante peculiar, ele é capaz de conciliar o atavismo hereditário com a

²⁹⁸Idem, p. 181.

²⁹⁹Idem, ibidem.

Em 1905, Franco da ROCHA, mesmo fazendo uma ressalva quanto aos imigrantes, corroborava algumas das observações de Henrique Roxo sobre as moléstias mais freqüentes nas raças inferiores: “Na raça negra predominam, em todo o caso, as formas degenerativas - epilepsia, idiotia, imbecilidade, etc.”. *Esboço de psiquiatria forense*, São Paulo, Tipografia Laemmert & C., 1905, p. 52.

Em livro anterior, o mesmo Franco da Rocha apresenta o relato de um caso que dispensa, por sua eloquência, qualquer comentário que se possa fazer sobre o contexto racista das relações de poder exercidas pela psiquiatria. Referindo-se ao diagnóstico das moléstias pelos cheiros (osfresniologia), ele nos conta:

“... não posso deixar de fazer referência a um caso que existe no Hospício e digno de figurar na coleção darwiniana. É um preto maníaco crônico, que quando se exaspera discutindo com o médico ou com os empregados, exala uma catunga (o grifo é do autor) insuportável (exageração terrível do cheiro da raça).

“Tenho irritado propositalmente este doente, e sempre o fato se renova com precisão tal que não se pode deixar de estabelecer a relação de causa e efeito.

“Consta-me que há no Rio Grande do Sul um pequeno animal - zorriha (o grifo é do autor) - que, perseguido, expele uma substância terrivelmente fétida, que afugenta cães”. *Fragmentos de psiquiatria*, Hospício de São Paulo, Tip. Litografia Ribeiro, 1895, pp. 49 e 50.

³⁰⁰ROXO, H. *Perturbações mentais...*, op. cit., p. 190.

³⁰¹Idem, p. 191.

ação do meio, como fator que propicia ou estorva a evolução da raça. De posse do argumento ambiental, ele consegue naturalizar o que julga ser as conseqüências negativas de um acontecimento histórico como a abolição: “A transição brusca da escravatura para a liberdade (...)” foi “... uma das causas de se mostrarem os negros mais acessíveis aos agentes degenerativos que os brancos. Não havia capacidade orgânica suficiente”. E o mal da abolição encontra confirmação estrangeira: “Witner verificou que a alienação mental era excepcional nos negros da América antes da emancipação e que depois adquiriu grande freqüência”.³⁰² Todavia, seu estranho argumento ambiental vai mais além. Mesmo portador de “má tara hereditária”, um indivíduo negro transportado para um “centro adiantado” receberia a ação civilizadora, ativando seu cérebro por muitas gerações, um de seus descendentes poderia chegar, finalmente, a ter um “cérebro tão evoluído quanto o de um branco”. Mas no estágio atual ainda podem existir também algumas exceções (o que parece justificar a ascensão social de alguns negros): “Um preto pode, sob o ponto de vista intelectual ser igual a um branco, assim como este ter um exemplar que fique inferior àquele. Claro está que um branco imbecil será inferior a um preto inteligente. Não é, porém, com exceções que se argumenta. Quando nos referimos a uma raça, (...) consideramo-la em grupo, (...) a casta negra é o atraso, a inferioridade; a branca o progresso, a evolução”.³⁰³ Se poderia concluir que, pelo menos, após muitas gerações de “ação civilizatória”, os negros conquistariam enfim a igualdade de seus cérebros. Mas não: embora adepto de um darwinismo social para o qual as raças inferiores poderiam beneficiar-se biologicamente com o progresso, este encontraria os limites intransponíveis da hereditariedade. Pelo processo natural de

³⁰²Idem. *ibidem*.

³⁰³Idem. p. 190.

adaptação, “os fortes dominam os fracos e nos tempos atuais prepondera o cérebro. A função faz o órgão: o cérebro dos negros há de entrar em atividade crescente para que não sucumbam. No entanto, será sempre uma utopia o nivelamento das raças”.³⁰⁴ Liberto pela abolição, aprisionado para sempre ao atavismo de sua raça - “Cada qual tem uma grilheta que lhe algema os pés: é a tara hereditária. E esta é nos negros pesadíssima. Na concorrência psíquica há como que um invólucro de chumbo a lhe angustiar as aspirações. São os vícios dos antepassados...”. Termina o artigo, em estilo pomposo e profético: vícios... “que vêm rememorados nessa reminiscência da célula que prende ao passado aquele que só quisera entrar soberano nas utopias do futuro”.³⁰⁵

Versão republicana ainda pior para o “inferno dos negros” da Colônia. Desta vez, à semelhança de Dante, o inferno sem esperança na porta de entrada: o negro se torna, mais do que um objeto de estudo, um objeto privilegiado de domesticação pela ciência.

Tanto as teses de Nina Ribeiro, o antropólogo, como as de Henrique Roxo, o psiquiatra, não ofereciam saídas para a nacionalidade. Que futuro teria o Brasil povoado por uma escória de negros e mestiços? O que seria de um país de raças cruzadas, uma variedade de cores jamais vista em outro lugar, a que se referem os viajantes estrangeiros, e os intelectuais nacionais? Apenas um vasto laboratório racial? Luiz Agassiz, por exemplo, naturalista que chefiou a expedição científica norte-

³⁰⁴Idem, p. 191. O grifo é nosso.

Henrique Roxo. 35 anos após a publicação do artigo citado, escreve outro artigo, *Novas considerações sobre as perturbações mentais nos negros do Brasil*, onde comparando seus resultados com os de outro autor (Cunha Lopes), praticamente confirma as mesmas conclusões de 1904. Ele diz, citando nominalmente pretos de “valor intelectual”: “No entanto, o peso da herança africana muito influi. Quanto mais perto ela se fizer sentir, menos inteligente o indivíduo se mostrará”. In: “Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria” - ano XXII, março-abril, 1939, no 2, pp. 72 e 78, p. 74.

³⁰⁵*Perturbações mentais...* op. cit., p. 192.

americana em 1865-1866, registra, através de Elizabeth Agassiz, em seu diário, inúmeras observações sobre as mestiçagens no Brasil. Dentre essas, afirma: "... há em todos [os mestiços] uma tendência constante para voltar aos tipos primitivos, isto num país em que as três raças distintas estão em contínua promiscuidade, porque os híbridos se misturam mais voluntariamente com um dos troncos originários do que uns com outros". E a seguir: "O resultado de ininterruptas alianças entre mestiços é uma classe de pessoas em que o tipo puro desapareceu e com ele todas as boas qualidades físicas e mentais das raças primitivas, deixando em seu lugar bastardos tão repulsivos quanto cães amastinados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de raça pura o companheiro e o animal predileto do homem civilizado".³⁰⁶

Era preciso buscar uma saída digna para a nacionalidade³⁰⁷ vista assim de forma tão deteriorada, até pelos próprios brasileiros. Uma delas foi a teoria do branqueamento, defendida por João Batista Lacerda, Diretor do Museu Nacional, em

³⁰⁶ AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth C. *Viagem no Brasil...* op. cit., p. 124.

Agassiz chama-nos explicitamente de vira-latas. Hoje sabemos que este não é um atributo exclusivo dos brasileiros, embora o sejamos mais recentemente. Somos todos vira-latas. Ou seja, toda a humanidade é mestiça, se é que algum dia perdido na noite dos tempos houve um grupo ou exemplar humano puros.

³⁰⁷ A nacionalidade, como grande questão do final do século XIX, foi substituída atualmente por outra que lhe corresponde: a identidade nacional. Uma verdadeira mania dos antropólogos e dos demais profissionais das ciências humanas e que acabou por se multiplicar: na cultura (dos povos, das etnias), no indivíduo (desenvolvimento da, crises de, etc.), no grupo (grupais, profissionais, institucionais) e assim por diante. Enfim, multiplicam-se as identidades, o que não significa necessariamente que tenham perdido seu caráter unitário e se transformado em multiplicidades. A busca da identidade é tanto um recurso teórico, quanto um dispositivo de auto-afirmação, usado pelas minorias, que pode levar tanto à auto-determinação, quanto ao corporativismo, ao conservadorismo e ao lado do avesso do preconceito. Aonde se costuma buscar essa identidade: naquilo que seria autêntico, puro segundo suas raízes ou origens, ou no que seria comum a todos, na semelhança ou traços, manifestações, etc.? Seja o que for, uma outra questão se sobrepõe: por que tanto empenho em problematizar o que nos une, ao invés de tentar entender aquilo que o tempo todo nos dispersa e que paradoxalmente nos leva a caminhar juntos? Identidade: um velho tema para o "déjà vue" deste final de século.

1911, no I Congresso Internacional das Raças.³⁰⁸ Uma vez que a mestiçagem era um fenômeno social inelutável, seria melhor tirar algum proveito dela. Segundo Lacerda, a melhoria da raça brasileira, através da miscigenação das raças inferiores com o branco, iria produzir no Brasil, ao cabo de 100 anos, o total embranquecimento da população, desde que se incentivasse, é claro, a imigração dos povos europeus para o Brasil. Uma esperança um pouco remota, mas já uma esperança.

A proposta de um cientista como Lacerda expressava perfeitamente as aspirações das famílias mestiças mais abastadas pelo Brasil afora. Caio Prado Júnior nos revela “o prestígio do procriador branco”: um fato bem sintomático de um tal estado de coisas é a preocupação generalizada de ‘limpar o sangue’, como se chamava aquela acentuação do influxo branco. Martius refere que muitos aventureiros europeus passavam no Brasil uma vida descuidada de cidadãos abonados graças aos casamentos realizados em famílias que estavam procurando apurar seu sangue. Até um empregado do naturalista recebeu propostas neste sentido no alto sertão do Piauí”.³⁰⁹ Apurar a raça através dos cruzamentos era também a base das propostas da eugenia, que mais tarde se refinaram. Mas, o próprio movimento eugênico, ao lado de enaltecer a superioridade do tipo puro, acabou por se render à realidade da miscigenação e a levar adiante propostas saneadoras para a “raça”, tomando este termo no sentido geral de espécie, ou pelo menos, algo que estaria em vias de formação através da inevitável mestiçagem. A questão não estava em aguardar indefinidamente a melhoria da raça pelo embranquecimento, tampouco em medidas insustentáveis como proibir os cruzamentos. O movimento eugênico brasileiro em seu afã militante e intervencionista propunha

³⁰⁸Ver: *O espetáculo das...*, op. cit., p. 11.

³⁰⁹SPIX, J.B. Von e MARTIUS, K.F.Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1981 (3 vols). Vol. II. *Apud*: PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo - colônia*. 16ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1979 (1ª ed. 1942), p. 111.

medidas preventivas imediatas para os comportamentos e as mentes: higienizá-los através do exame e do certificado pré-nupcial e da esterilização dos anormais.³¹⁰ Mais práticos e menos acadêmicos, para os eugenistas não eram só o mestiço e o negro que estavam em questão: o problema estava em obter uma prole sadia, evitando a reprodução das taras hereditárias que degeneravam a raça. No entanto, não resta dúvida de que a propaganda eugênica atingiu muito mais aqueles indivíduos negros e mestiços e a todos os pobres, que sempre foram responsáveis por sua própria miséria moral e material, e a partir do final do século XIX, passaram a ser responsáveis também pela degeneração da espécie.

Antes da grande divulgação que tiveram nas primeiras décadas do século XX as propostas para a melhoria da raça, os médicos do século XIX, a partir dos anos 70, já vinham debatendo os cruzamentos, com a diferença de que centravam sua preocupação nas elites, na questão que lhes parecia urgente: reformular a organização familiar, de origem colonial. Era um debate que fazia parte da Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e que ocupou bastante os higienistas da época: a consangüinidade. Dividiam-se em duas facções, consangüinistas e anti-consangüinistas, e polemizaram sobre as vantagens e desvantagens do casamento entre parentes. Trazia associado, como questão menor, o cruzamento de raças. Vamos por partes.

É José Candido da Costa Sena quem distingue entre consangüinidade de família e de raça: “Significando literalmente comunidade de sangue,³¹¹ esta expressão é aplicável não só aos indivíduos de uma família, tomando esta palavra no seu sentido

³¹⁰O movimento eugênico foi descrito no Capítulo II desta tese.

³¹¹O grifo é do autor.

vulgar, mas ainda a todos os indivíduos de uma raça e até de uma espécie inteira (...). Para o higienista, porém, consaguinidade é sinônimo de parentesco e só deve exprimir comunidade de sangue nos indivíduos nascidos dos mesmos pais (...). Este limite é exatamente o 4º grau canônico; além dele todo o parentesco deixa de existir...”³¹² Dessa forma,, o autor poderia condenar os casamentos entre parentes sem ter que necessariamente fazer o mesmo em relação aos casamentos entre pessoas da mesma cor. Existiriam, portanto, misturas convenientes e inconvenientes de sangue: “... da mistura de certas raças originam-se seres menos perfeitos que o mais atrasado dos tipos geradores”³¹³ Curiosa é a diferença que estabelece entre consanguinidade e herança, que serve de argumento contra os defensores dos casamentos consanguíneos em famílias híidas: “A influência hereditária (...) consistindo na transmissão de pais a filhos por via de geração de certas condições individuais (...), não pode ser confundida com a influência consanguínea cujos efeitos se traduzem por manifestações mórbidas, até então desconhecidas na família”³¹⁴ Assim é a consanguinidade o fator de produção de características mórbidas, até então inexistentes, que poderão perpetuar-se pela hereditariedade nas gerações seguintes, e não o contrário: as características mórbidas já existentes nas famílias que poderão reproduzir-se, por força da herança, nos frutos das uniões consaguíneas. E a condenação é sempre fatal: raramente os produtos da consanguinidade escapam, seja na primeira ou na segunda geração, das doenças ou defeitos. Em relação aos cônjuges, a esterilidade, a demora ou concepção imperfeita sempre os aguardam. Quanto à prole, a lista é interminável: monstruosidades, conformação física e moral imperfeitas, albinismo, tendência às moléstias do sistema

³¹²SENA, José Candido da Costa. *Dos cruzamentos consanguíneos em relação à higiene*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tip. Universal de Eett Laemmert, 1875, p. 5.

³¹³Idem, p. 40.

³¹⁴Idem, pp. 36 e 37.

nervoso, epilepsia, idiotismo, surdo-mudez, cegueiras, paralisias, doenças cerebrais, raquitismo, predisposição para a tuberculose, etc.

Em observações realizadas no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1868, sobre a consanguinidade e as moléstias dos olhos, outro doutorando, José Pereira Rego Filho nos relata um caso de monstruosidade³¹⁵ na família consangüínea de um dos internos, com muitos outros integrantes cegos, pouco desenvolvidos e com morte prematura: "A ser verdadeiro, o que não nos parece, é este um fato horroroso, e que por si só bastava para fazer tremer aos defensores da consangüinidade".³¹⁶ O respeito dos casos teratológicos e de desvios orgânicos nas famílias consangüíneas, Gama Roza reforça a condenação, citando inúmeras anomalias³¹⁷, além de "outras moléstias mais comumente produzidas pela consangüinidade (...): a hidrocefalia, a escrofulose, determinando a morte em idade baixa, o raquitismo, a epilepsia, a ictiose, o encodroma, o idiotismo, a alienação, e a surdi-mudez".³¹⁸ Esta última é a afecção que mais freqüentou as teses que examinamos sobre o assunto.³¹⁹ Vinha invariavelmente em

³¹⁵Trata-se de um produto que se apresentava pela forma seguinte: Segundo a informação que nos forneceram, era um feto a termo bastante desenvolvido, cuja cabeça, despida de todos os órgãos que nela se devem achar contidos, e oprimida, segundo a frase do informante, semelhava um verdadeiro fole: seus olhos apenas existiam em perspectiva. Não apresentando mãos, nem dedos, eram estas extremidades substituídas por elementos anormais, que se prendiam ao braço em lugar correspondente ao cotovelo, visto não ter antebraços; os pés se achavam nas mesmas condições e presos ao fêmur, não tendo o produto tíbia nem perônio. Nesse estado viveu 15 dias." REGO FILHO, José Pereira. *Dos casamentos consangüíneos*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Thevenet e C., 1868, p. 71.

³¹⁶Idem, *ibidem*.

³¹⁷As anomalias ocupam um lugar importante na estatística de Devay: assim nos 121 casos, foram notados 17 vezes a polidactilia; - 2 vezes a ectrodactilia; 2 vezes o bico de lebre; 1 vez "spina bifida"; 5 vezes o pé-torto; 1 vez a anencefalia, que por uma particularidade notável oferecia quase todos os desvios de que já falamos. Assim foi observado, nesse feto anencéfalo, 1 bico de lebre; 1 apêndice carnoso de 15 centímetros de comprimento sobre a espádua direita; 1 ectrodactilia dupla; e uma excessiva brevidade dos fêmures e das tíbias." ROZA, Francisco Luiz da Gama. *Dos casamentos sob o ponto de vista higiênico*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de G. Lanzinger e Filhos, 1876, p. 68.

³¹⁸Idem, *ibidem*.

³¹⁹Todas as teses examinadas colocam, sem exceção a surdo-mudez como a conseqüência mais freqüente dos casamentos consangüíneos. Existem, pelo menos, dois trabalhos médicos, que tematizam exclusivamente a surdo-mudez:

- OLIVEIRA, Avelino Senna de. *Consangüinidade e surdo-mudez*. Tese apresenta à Faculdade de

primeiro lugar, acompanhada de perto pela idiotia. Não havia caso de consangüinidade que conseguisse escapar da surdo-mudez. José Candido da Costa Sena, por exemplo, ressentia-se da “falta de dados positivos que nos habilitassem a estabelecer proporções entre os casamentos que se dão entre cada uma de nossas províncias e o número prodigioso de surdos-mudos que nelas se encontra...”.³²⁰ Como ferrenho anti-consangüinista, vai buscar exemplos de surdo-mudez entre os judeus, chineses e negros, que nestes seria “imensamente mais comum”, já que “como sabemos, vivem quase na promiscuidade primitiva”³²¹ sugerindo relações incestuosas entre eles. A surdo-mudez ocupava sempre um lugar privilegiado nas discussões tanto nos que argumentavam contra como a favor dos casamentos consanguíneos. José de Macedo C. Negreiros Lobato, para quem o parentesco dos pais não era por si responsável pelas anomalias dos filhos, e mais modesto que os outros doutorandos, afirma que a surdo-mudez, embora seja a mais citada entre os anti-consangüinistas, “não é hereditária, ou então se transmite mui poucas vezes”,³²² e que “a verdadeira causa da surdo-mudez ou é uma moléstia qualquer, ou então nos escapa completamente no estado atual da ciência”.³²³ Algumas teses, em face de tantas anomalias, principalmente da ameaça da surdo-mudez, propunham a proibição dos casamentos consanguíneos,³²⁴ antecipando-se ao movimento

Medicina do Rio de Janeiro. Papelaria Luiz Macedo. 1902.

- GUIMARÃES, Pinheiro. *Consangüinidade e surdo-mudez*. Rio de Janeiro. Oficina Gráfica Francisco Alves, 1917.

Ver a respeito das características teratológicas da surdo-mudez no Capítulo I desta tese.

³²⁰ *Dos cruzamentos consangüíneos...* op. cit., p. 28.

³²¹ *Idem*, p. 27.

³²² LOBATO, José de Macedo Cordeiro de Negreiros. *Das alianças consangüíneas e de sua influência sobre o físico, o moral e o intelectual do homem*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Cosmopolita, 1874, p. 66.

³²³ *Idem*, p. 67.

³²⁴ Trata-se das teses de:

- CARVALHO, Manoel Avilez de. *Dos casamentos consangüíneos em relação à higiene*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Domingos Luiz dos Santos, 1875.

- REGO FILHO, José Pereira. *Dos casamentos consangüíneos...* op. cit.

eugênico do século XX.

A razão da consangüinidade encontra-se na raiz de tantos desvios orgânicos estava no “cansaço da natureza” que ela provocava, um esgotamento, um enfraquecimento progressivo que, na melhor das hipóteses, diminuía na prole as boas qualidades dos pais, e na pior, acentuava desproporcionalmente os defeitos até constituir uma raça inferior. Tanto empenho neste debate encontra explicação no discurso desses mesmos médicos: “A família é, segundo nosso modo de pensar, o único campo de estudo verdadeiramente proveitoso para o higienista”.³²⁵ Essa família retrógrada, preocupada apenas com a perpetuação de seus bens, havia de ser regulada por outras normas, abrir-se para a modernidade se não quisesse sucumbir às conseqüências funestas da consangüinidade: “Nós temos notícia de uma família muito abastada no Rio de Janeiro, (...) que chegou a dar o seu sobrenome ao lugar onde tinha parte de suas propriedades” e, “para suas riquezas não passarem a estranhos recorreu aos casamentos consangüíneos. Embora a experiência tenha lhe mostrado que ela deveria seguir uma outra norma para se perpetuar. O amor a riquezas foi superior às lições da experiência e ela desapareceu”³²⁶, afirma Manoel Avilez de Carvalho. Mas, a despeito de tornar necessário romper certas tradições e promover casamentos inter-familiares, era preciso também cuidar para que a reforma não fosse assim tão radical, cruzando raças antagônicas, ou casando ricos com pobres. Vê-se que 50 anos depois, boa parte dessa questão permanece a mesma, como afirma em 1919 o doutorando baiano Ivo Gonçalves de Souza, contrário aos casamentos consanguíneos: “Não é que pretendamos dar conselhos case o rico com o pobre, não, o nosso socialismo não chega a tão improficuas

³²⁵SENA. José Candido da Costa. *Dos casamentos consangüíneos...*, op. cit., p. 16. O grifo é nosso.

³²⁶CARVALHO. Manoel Avilez de. *Dos casamentos consangüíneos...*, op. cit., p. 21.

ambições”.³²⁷ Assim, o melhoramento da raça podia fazer-se não apenas pelos casamentos exogâmicos. Havia a possibilidade, neste caso, do cruzamento de raças. Num ponto, porém, consangüinistas e anti-consangüinistas estavam de acordo: o cruzamento teria que ser sempre com uma raça superior e desde que as raças não fossem antagônicas. E, embora nenhuma tese examinada mencione em que consiste este antagonismo, pode-se deduzir que ele estaria no grau de inferioridade - o que excluiria o negro desses cruzamentos exogâmicos. Para os consangüinistas, como Ramiro Fortes Barcellos (citando experiências com cavalos de raça), “... a falta (...) de cruzamentos não é o que dá causa à degeneração”,³²⁸ e se, por um lado, o produto representa um melhoramento para a raça inferior, será, contudo, inferior ao progenitor da raça superior. Por isso mesmo é que os que preconizavam a mistura de sangue eram também reservados quando se tratava da melhoria produzida pela mistura de raças. Até um entusiasta dos cruzamentos raciais, já que servem para “destruir” disposições mórbidas” e evitar “o natural esgotamento da raça” como a latina que estaria em decadência, propõe, como Antônio Affonso Faustino, uma seleção: o cruzamento deveria se dar com uma raça superior, como a eslava ou anglo-saxônica, preconizando colonos para o Brasil, “homens robustos, dotados de todos os requisitos para cultivar os campos, primeira fonte de riqueza e de bem-estar de um país novo...”,³²⁹ preocupado que estava com a substituição da mão-de-obra escrava.

Nenhuma palavra desses médicos do século XIX foi dirigida às

³²⁷SOUZA, Ivo Gonçalves de. *Higiene e procriação*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, Grande Estab. Gráfico, 1919, p. 22.

³²⁸BARCELLOS, Ramiro Fortes. *Das alianças consangüíneas e sua influência sobre o físico, o moral e o intelectual do homem*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1873, p. 14.

³²⁹FAUSTINO, Antônio Affonso. *Do cruzamento das raças e de suas vantagens sob o ponto de vista higiênico*. Proposições da tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Moreira Maximiano e C., 1887, p. 54.

mestiçagens propriamente brasileiras, às misturas das raças já existentes há séculos no Brasil e seus produtos mestiços altamente disseminados na população, como se estes não constituíssem também as famílias mais ilustres do Império. É que tais misturas inferiores não trariam o progresso e a civilização, não eram interessantes, portanto, à normalização desejada.

A mestiçagem foi um fenômeno muito antigo no Brasil, e ocorreu entre os portugueses antes mesmo do descobrimento. Para Sergio Buarque de Holanda, por exemplo, o que ocorreu aqui não foi nenhuma novidade. Em 1500 o trabalho escravo já vinha sendo utilizado nas lavouras do próprio reino - nesta época, o contingente de escravos negros e mouros em Portugal era muito grande. "A mistura com gente de cor tinha começado amplamente na própria metrópole",³³⁰ e continuou amplamente nos séculos seguintes: "Um visitante estrangeiro [em Portugal] dizia em 1798 que participavam os préstitos entre 'quatro e cinco mil almas, sendo a maior parte constituída de negros e mulatos, de negras e mulatas'. Em outro depoimento, escrito setenta anos antes dessa data, atribuía-se a cor trigueira da gente portuguesa a efeito do clima e mais ainda 'da mistura com os negros, muito ordinária no povo baixo'".³³¹

Antonil se refere à condição privilegiada dos mulatos na Colônia ao repetir um provérbio em uso naquela época: "O Brasil é o inferno dos negros, o

³³⁰HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994, 26ª edição, p. 22.

³³¹Idem, p. 24.

Stuart Schwartz em *Segredos internos...* (op. cit., p. 23), com base na historiografia da escravidão portuguesa (citada nas pp. 405 e 406), confirma: "A primeira remessa de cativos da África chegou a Lisboa em 1441, e em três anos, formou-se uma companhia no Algarve para explorar esse comércio (...). Por volta de 1551 somente em Lisboa havia 9.950 escravos em uma população total de 100 mil habitantes, sem mencionar os cativos existentes no resto do país ou libertos vivendo em Lisboa e em outros locais (...), e os escravos haviam-se tornado parte integrante da estrutura social".

purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos”: “Muitos deles, usando mal dos favores dos senhores, são soberbos e viciosos, e pregam-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E contudo eles, e elas da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque com aquela parte de sangue de branco, que têm nas veias, e talvez dos mesmos senhores, os enfeitiçam de tal maneira, que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece, que se não atrevem repreendê-los antes todos os mimos são seus. E não é fácil decidir, se nesta parte são mais remissivos os senhores ou as senhoras; pois não faltam entre eles, e elas, quem se deixe governar por mulatos; para que se verifique o provérbio que diz: - que o Brasil é Inferno dos Negros, Purgatório dos Brancos, e Paraíso dos Mulatos, e das Mulatas - ; salvo quando por alguma desconfiança, ou ciúme, o amor se muda em ódio, e sai armado de todo o gênero de crueldade e rigor. Bom é valer-se de suas habilidades, quando quiserem usar bem delas, como assim o fazem alguns; porém não se lhes há de dar tanto a mão, que peguem no braço, e de escravos se façam senhores. Forrar mulatas desinquieta é perdição manifesta; porque o dinheiro, que dão para se livrarem, raras vezes sai de outras minas, que dos seus mesmos corpos, com repetidos pecados; e depois de forras continuam a ser a ruína de muitos”.³³² Fruto, na maioria das vezes, das uniões furtivas do branco aventureiro (pobre ou rico) com a negra escrava, quase sempre o mulato não era reconhecido pelo pai, e às vezes repudiado pela mãe. Nestes casos, crescia no abandono, causando transtornos para as autoridades da Colônia por delinqüência e rebeldia. Havia também a crença (como se pode ler no trecho citado de Antonil), de que o mulato, quando devidamente instruído, poderia tornar-se um trabalhador mais apto e habilidoso que o negro. Por isso, principalmente nas fazendas e nos engenhos de açúcar

³³²*Cultura e opulência...*, op. cit., livro I, cap. 9.

os feitores eram, em sua maioria, mulatos, ou ocupavam funções mais especializadas.³³³

Mas o Brasil não foi exatamente esse “paraíso dos mulatos” a que se referia Antonil. A legislação portuguesa os discriminava muito mais do que os caboclos (frutos das uniões de brancos com índios) - proibia-os de vestirem-se como brancos e ocuparem cargos públicos, com o atenuante de que, no caso daqueles que conseguiam instruir-se e enriquecer, a lei nem sempre se aplicava. Sergio Buarque de Holanda menciona, a esse respeito, uma “... ordem régia de 1726, que vedava a qualquer mulato, até a quarta geração o exercício de cargos municipais em Minas Gerais, tornando tal proibição extensiva aos brancos casados com mulheres de cor”.³³⁴ Mas, acrescenta certas liberalidades, embora não fossem regra geral: a Coroa portuguesa em 1731 expediu ordem a um governador de Pernambuco “para que desse posse do ofício de procurador ao bacharel nomeado, Antônio Ferreira Castro, apesar da circunstância alegada de ser o provido um mulato. Porque - diz a ordem de D. João V - ‘o defeito de ser Pardo não obsta para este ministério e se repara muito que nós, por este acidente, excluísseis um Bacharel Formado, provido por mim para introduzirdes e conservardes um homem que não é fôrmado, o qual nunca o podia ser por Lei, havendo Bacharel Formado”.³³⁵

Parece que, em relação aos caboclos ou mamelucos e aos índios, a

³³³Ver: SCHWARTZ, S., *Segredos internos...*, op. cit., p. 137: “..., a origem e a cor influenciaram a colocação dos cativos na escala ocupacional. Os mulatos, eram favorecidos com oportunidades de adquirir especialização ou assumir funções na casa-grande. Embora constituíssem apenas cerca de 6% da população escrava dos engenhos no século XVIII, os mulatos ocupavam mais de 20% das funções de supervisão, artesanais e domésticas. Os crioulos apresentavam essencialmente a mesma distribuição ocupacional que os africanos, com pequena vantagem na execução de serviços domésticos (...). Essas evidências quantitativas confirmam a idéia da situação vantajosa dos mulatos, presente nos trabalhos dos observadores do regime dos engenhos”.

³³⁴VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mimeiras*, I (s. 1, 1926), p. 95. *Apud*: HOLANDA, Sergio Buarque de, *Raizes do...*, op. cit., p. 24.

³³⁵Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, XXVIII (Rio de Janeiro, 1908), p. 352. *Apud*: *Raizes do...*, op. cit., p. 25.

legislação portuguesa foi menos pesada. Segundo S. Buarque de Holanda, “longe de condenar os casamentos mistos de indígenas e brancos, o governo português tratou, em mais de uma ocasião de estimulá-los”, citando um alvará de 1755 que determinava que as cônjuges “não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos e lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes os quais até terão preferência para qualquer emprego, honra ou dignidade (...)”.³³⁶ Quanto aos pretos, para estes nunca houve exceção: “continuavam relegados, ao menos em certos textos oficiais, a trabalhos de baixa reputação, os ‘negro’s jobs’ que tanto degradam o indivíduo que os exerce, com sua geração. Assim é que, em portaria de 6 de agosto de 1771, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque ‘se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando o seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto’ ”³³⁷

No século XIX, foram os naturalistas e antropólogos os primeiros a tematizar as raças e seus produtos mestiços - da proposta de Von Martius em 1814, de uma hierarquia para as três raças como forma de aperfeiçoá-las e disciplinar a convivência entre elas,³³⁸ passando pelo pessimismo de Nina Rodrigues, à teoria do embranquecimento de Batista Lacerda. Mas foi Silvio Romero (1854-1914), intelectual auto-didata, professor da Faculdade de Direito de Recife, quem produziu a idéia mais original para tornar a nação viável. Sem abandonar cientificismo da época,³³⁹ adepto do determinismo biológico e do poligenismo na caracterização das raças, Romero faz, a partir de 1880, o elogio à mestiçagem, ao invés de lamentar a inferioridade do negro e do índio. Propõe uma raça em formação, cujo produto mestiço, seria mais forte e mais

³³⁶Idem, p. 26.

³³⁷João Francisco Lisboa. *Obras*. III (São Luis do Maranhão. 1866). pp. 383 e ss. *Apud*: Idem, *ibidem*.

³³⁸Ver: SCHWARTZ, Lilia M., *O espetáculo dos...*, op. cit., p. 112.

³³⁹Ver: Idem, p. 30.

adaptado ao nosso meio. Desde os estudos de Darwin sobre a superioridade do produto híbrido do milho que alguns de nossos médicos passaram a advogar alguns cruzamentos raciais: “A grande vantagem do cruzamento é criar variedade de animais que possuem o mérito das duas raças que se cruzam e que algumas vezes são superiores à raça regeneradora”, argumenta Antônio A. Faustino.³⁴⁰ Havia também a tese fornecida pela Antropologia que, no cruzamento de raças, o tipo superior absorve o inferior e assim “um vício hereditário desapareceria ou se modificaria, de tal sorte que, na quarta geração, “nem haveriam (sic) traços da moléstia hereditária”, afirma em 1876 a tese de Frederico Augusto dos Santos Xavier.³⁴¹ Entretanto, como vimos, esses médicos nunca chegaram ao extremo de Romero de apontar a boa miscigenação, há muito em curso no país, como uma saída viável para o progresso e a constituição da nacionalidade. Em 1895, Romero, torna mais conhecida a frase do marquês de Maricá dita há 60 anos atrás, citando-a: “O primeiro imperador foi deposto porque não era nato, e o segundo há de sê-lo porque não é mulato (...). O velho marquês tinha razão (...)”.³⁴² Surpreendente é a defesa das mestiçagens sem limites, ao mesmo tempo em que se considerava um poligenista, justificando sua posição pelo determinismo biológico do aperfeiçoamento das espécies pela adaptação na luta pela sobrevivência. Esse mesmo determinismo o impedia, apesar de sua defesa do tipo mestiço, de reconhecer a igualdade entre os homens - “A distinção e desigualdade das raças humanas é um fato primordial e irreduzível, que todas as cegueiras e todos os sofismas dos interessados não têm força de apagar. É uma formação que vai entroncar-se na biologia e que só ela pode

³⁴⁰Do cruzamento das raças..., op. cit., p. 52. O grifo é do autor.

³⁴¹XAVIER, Frederico Augusto dos Santos. *Dos casamentos do ponto de vista higiênico*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Cinco de Março, 1876, p. 42.

³⁴²ROMERO, Silvio. *O evolucionismo e positivismo no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & C., 1895, p. XXXIX. O grifo é do autor.

modificar”.³⁴³ Há, contudo, uma outra diversidade que provém da política e não da biologia - trata-se da distinção entre classes sociais. Romero tem solução para as duas: “Ora, os dois maiores fatores de equalização entre os homens são a democracia e o mestiçamento. E estas condições não nos faltam em grau algum, temo-las de sobra”.³⁴⁴

Fundador do que se pode chamar de um “racismo à brasileira”, Romero fez escola na ciência do direito e sua proposta otimista teve bastante divulgação. Basílio de Magalhães em 1917 é um exemplo dessa continuidade, como Gilberto Freyre³⁴⁵ mais tarde, e atualmente o antropólogo Darcy Ribeiro. Basílio de Magalhães, autor que nos interessa mais de perto por sua obra a respeito da educação das crianças anormais, mantém a hierarquia entre as raças; mas se utiliza das leis da hereditariedade para a defesa do caldeamento. Afinal, “não são apenas os vícios que se transmitem. As virtudes também passam fatalmente, dos ancestrais aos descendentes, máxime quando, no conúbio de raças adiantadas com as atrasadas”.³⁴⁶ Na hierarquia das três raças³⁴⁷ coloca os índios, superativos mentalmente, acima dos negros, mas não os qualifica como “péssimos elementos de mestiçagem, pois que no Brasil não faltaram, nem faltam mulatos de inteligência primorosa e fecunda”.³⁴⁸ Quanto aos mamelucos, à primeira vista parecem apáticos, no entanto, “fira-se a corda sensível (...) e ver-se-á que vibração de pasmosa intensidade despontará dele. Euclides da Cunha, pôs em foco nossos

³⁴³Idem, p. XXXVII.

³⁴⁴Idem, p. XXXVI.

³⁴⁵Em outubro de 1935, Gilberto Freyre, Roquette Pinto, Inácio do Amaral, Hermes de Lima, Joaquim Pimenta Queiroz Lima, Castro Rebello, Leônidas de Rezende, Victor Vianna e Azevedo Amaral foram signatários do “Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial”. In: RAMOS, Arthur, *Guerra e relação de raça*, Rio de Janeiro, Departamento da União Nacional dos Estudantes, 1943, pp. 171-4.

³⁴⁶MAGALHÃES, Basílio de. *A educação da infância normal e das crianças mentalmente atrasadas - apreciação sumária dos modernos sistemas pedagógicos europeus e indicação das modificações imprescindíveis que devem sofrer no ambiente físico-social do novo mundo*, 1º Congresso Americano da Criança, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p. 7.

³⁴⁷Idem, p. 7.

³⁴⁸Idem, p. 8.

'minúsculos titãs', numa das páginas lapidares dos *Sertões*".³⁴⁹ Curiosa é a crítica que faz à aplicação de métodos pedagógicos europeus aos escolares do Brasil. O caldeamento produz um tipo singular "pela variedade de coloração epidérmica e complexo ao aspecto das condições mentais".³⁵⁰ Por conta dessa singularidade mestiça os métodos pedagógicos europeus aplicados sem as devidas modificações estão fadadas ao malogro porque são "traçados para outra raça, para outro clima, por outras conjunturas estáticas e dinâmicas da coletividade social". Sem abandonar, portanto, o determinismo biológico racial, ele o associa às condições do meio e traça um perfil interessante da criança brasileira: "Basta notar que a criança europeia por mais inteligente, por mais 'normal' que seja é de assimilação lenta, e sobretudo, de imaginação pouco desenvolvida - ao passo que a criança latino-americana, particularmente, a brasileira precisa de sedativos à dispersiva presteza da assimilação mental e aos exageros da fantasia em contínua laboriosidade".³⁵¹

Coincidência ou não, o tempo de maior divulgação das teorias raciais e as soluções brasileiras para a questão da raça aconteceram na década de 70³⁵², após a Lei do Ventre-Livre de 1871, prenúncio lento, porém seguro, do final do sistema escravocrata. Sabendo das conseqüências da lei, o problema para os senhores não foi o de preparar aos poucos a mão-de-obra nacional para as novas condições de vida que estavam a caminho. Para eles a questão era, por um lado o perigo social que a libertação representava, e por outro, a substituição de escravos e ex-escravos (crioulos e africanos)

³⁴⁹Idem, p. 9.

³⁵⁰Idem, p. 5.

³⁵¹Idem, p. 10.

³⁵²Lilia M. Schwartz traça um excelente panorama do cientificismo que dominou o mundo intelectual no Brasil, a partir de 70 do século XIX. Ver: *O espetáculo das...*, op. cit., pp. 24 a 42.

por trabalhadores estrangeiros de preferência brancos do norte da Europa - eles trariam o progresso para a agricultura e, principalmente, para a produção industrial das cidades. A propósito, escreve o doutorando Antônio A. Faustino, em 1877: "Para um país novo, baldo de população, e portanto de braços para a sua indústria, necessitando colonização, esta deverá ser feita com filhos de uma raça diversa, e se for possível, com uma raça superior à que se quer melhorar. Disto resultarão vantagens complexas",³⁵³ concluindo pela conveniência da colonização do nosso país pela "raça eslava e anglo-saxônica".³⁵⁴ Ao interpretar a nacionalidade exclusivamente pela raça, todas as soluções para o "atraso brasileiro" e as evidências de sua inferioridade perante as nações adiantadas do mundo ocidental, por uma ou por outra via, as elites pretendiam na verdade livrar-se do negro, elemento sempre apontado moralmente pernicioso e intelectualmente atrasado, e assim justificar a permanência, mesmo após a abolição, da rígida hierarquia social existente no país. Por isso, muitos dos seus membros foram também imigrantistas.

Embora os negros principalmente (os mestiços em segundo lugar) tivessem sido os mais penalizados pelas teorias do racismo, que disseminaram consistência para o preconceito por toda a sociedade, os brancos imigrantes não ficaram livres de sua ação disciplinadora. Assim como tinham um corpo considerado mais apto para as novas formas de trabalho, traziam também com eles o germe de uma prática até então desconhecida dos escravos e dos outros trabalhadores nacionais: a insubordinação das greves, além dos movimentos políticos de crítica às desigualdades sociais e à

³⁵³*Do cruzamento das raças.... op. cit., p. 53.*

³⁵⁴*Idem. p. 54.*

exploração do trabalho.³⁵⁵ Célia Marinho de Azevedo, com base nos documentos da Assembléia Legislativa de São Paulo da década de 70, mostra o descontentamento dos deputados, não só com o aumento do tráfico interno de escravos, avolumando a aglomeração de negros em São Paulo, como também com a vinda dos colonos estrangeiros - eles poderiam se tornar meros “ ‘perturbadores da paz pública’, uma vez que, ao invés de trazerem instrumentos agrícolas, eles vinham ‘armados com instrumentos do crime, a gazua e o serrote, além dos instrumentos destruidores, como o revólver, a navalha e outros’ ”.³⁵⁶

A questão que estava surgindo com o final do escravismo não era somente a substituição da mão-de-obra escrava por outra que fosse mais lucrativa. A questão não era só de ordem econômica. É verdade que o país era “baldo de população” - era preciso receber imigrantes para desenvolvê-lo, mas que não fossem asiáticos e muito menos africanos. Célia Marinho de Azevedo descreve os esforços imigrantistas nos discursos dos deputados de São Paulo contra a “onda negra” do tráfico interno de escravos para aquela província, onde se pode comprovar o sentido racista do imigrantismo. Dizia um deputado, Aguiar Witaker, em 1869, animado pelas teorias raciais adotadas com euforia no Brasil daquela época: “As duas raças, latina e saxônica, neste país hão de produzir coisa melhor (...). Venha, pois, o estrangeiro (...) enxergo toda a felicidade, todo o futuro do meu país, na vinda do estrangeiro (...) não abduco da minha nacionalidade, mas noto que a desmoralização lavra em todas as camadas, e principalmente entre os grandes da nação (...) se o defeito está na raiz e não nas folhas

³⁵⁵ Os escravos desenvolveram formas de luta próprias a sua condição (fugas, boicotes, assassinatos, quilombos, roubos, etc.), mas estavam inteiramente despreparados para as lutas contra a exploração do chamado trabalho livre.

³⁵⁶ *Apud*: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco - o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. pp. 123 e 124

(...), se não é possível melhorar esta raça, ao menos procuremos o contato com o estrangeiro”.³⁵⁷ O defeito estava, portanto, na raiz. Viria das raças, na origem, desde o descobrimento: portugueses desclassificados, índios selvagens e negros bestiais, gerando toda a sorte de não-brancos, considerados pela elite imigrantista indolentes, aproveitados somente quando forçados ao trabalho na condição de escravos.

Mas era particularmente do negro que o discurso imigrantista queria livrar-se e, em especial, numa região em desenvolvimento recente como São Paulo, inundada por uma população de escravos vindos do nordeste. Como diz Célia Marinho Azevedo, “não se tratava do escravo, o ente abstrato que sobressai muitas vezes da historiografia ao se explicar sua suposta recusa ao trabalho livre por força de uma herança funesta da escravidão, bem como a decorrente necessidade de imigrantes. Era sim, o negro, elementos considerado de raça inferior porque descendente de africanos, viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre, criminoso em potencial, inimigo da civilização e do progresso, que os discursos imigrantistas repudiavam abertamente, em uma época que as teorias raciais ainda estavam longe de cair em desuso”.³⁵⁸ E aquilo que a medicina social propalava em suas teses, os deputados imigrantistas de São Paulo, desejosos de fazer sua província branca e progressista, colocaram em prática: “promover um êxodo de negros citadinos para o campo”,³⁵⁹ através de projeto instituindo “um tributo progressivo sobre os escravos das cidades, vilas e freguesias”,³⁶⁰ esvaziando-as assim para a ocupação pelos imigrantes. Com algumas modificações tal projeto foi aprovado e “tornou-se lei em 9 de março de 1894”.³⁶¹ Previa também

³⁵⁷ Idem, pp. 140 e 141.

³⁵⁸ Idem, p. 156.

³⁵⁹ Idem, p. 164.

³⁶⁰ Idem, ibidem.

³⁶¹ Idem, p. 167.

vantagens com o dinheiro do tributo, como a concessão de auxílio aos colonos europeus. Por sua vez, foi causa perdida a tentativa de um deputado em estender a lei aos trabalhadores nacionais - afinal eles já estavam ganhando com o exemplo moralizador dos estrangeiros e com os possíveis cruzamentos.³⁶² Seria desperdício de esforço e dinheiro disciplinar uma mão-de-obra insubmissa ao tempo burguês do trabalho.

Todavia, não seria assim tão próximo o convívio dos estrangeiros com as pessoas de cor a ponto de facilitar os cruzamentos. Com exceção dos portugueses, os imigrantes mais ironizados pelos brasileiros, não só por terem sido os antigos colonizadores, mas por serem considerados distantes da razão e do progresso, os outros europeus trouxeram consigo um preconceito ainda maior. Quanto mais ascendiam socialmente, mais repudiavam o convívio com negros e mestiços - não os queriam como empregados e muito menos como criados domésticos. Aliás, traziam de fora os reflexos do colonialismo europeu e o racismo. Mais do que um simples preconceito, a questão era científica. O Jardim Zoológico de Berlim era um exemplo de divulgação da ciência nos séculos XIX e XX promovia o que chamava de "exposição dos povos", onde eram exibidas, dentre outras coisas, pessoas como exemplares típicos de povos exóticos de "outras raças": da América do Sul, da África, da Ásia e da Oceania. Elas eram capturadas como animais selvagens, dopadas, encarceradas e espancadas. Muitos não resistiram e morreram de doenças e maus-tratos, registra a tese de Gabriele Eissenberger, professora do Instituto da América Latina de Berlim, citada em reportagem da revista "Domingo" do Jornal do Brasil.³⁶³

³⁶²Idem, p. 169.

³⁶³HEINRICH, Alexander. *O rei da bicharada*, reportagem da revista "Domingo" do Jornal do Brasil, ano 19, nº 969, 27 de novembro de 1994, pp. 68-71. Ver a respeito das exposições científicas o Capítulo I: "Monstros e Degenerados".

Em nossos dias, num momento em que os subsídios dos programas assistenciais às populações mais pobres nos Estados Unidos estão sendo cortados, em que há o sentimento de que a igualdade de

Para as elites brasileiras, contudo, o perigo estava na contaminação dos imigrantes com a indisciplina, a vadiagem e a dissolução dos costumes dos nacionais, na medida em que encontrassem dificuldades em se adaptar à nova terra - o que parece não ter sido apenas uma hipótese. O já citado trabalho de Henrique Roxo sobre as perturbações mentais dos negros menciona de passagem (com base nos quadros de entrada dos internos de 1894 a 1903) um "valioso contingente de indivíduos estrangeiros que constituem grande parte da população do Hospício do Rio de Janeiro".³⁶⁴

Mas, enquanto o tema dos debates da província era o incentivo à imigração e a conseqüente expulsão do negro, o grande problema da capital era a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, cujas discussões na Câmara dos Deputados em 1888 giravam em torno de um projeto de repressão à ociosidade.³⁶⁵ Tornava-se urgente disciplinar a mão-de-obra nacional que, apesar de racialmente inferior, estava sob alguns pontos de vista melhor adaptada à realidade. Seria, portanto, necessário inculcar-lhe o valor moral do trabalho a fim de regenerar a sociedade, utilizando os meios coercitivos da polícia e do trabalho forçado contra a gangrena da vadiagem que leva à indigência e ao crime - um perigo iminente. Suspeitos de ociosidade e amoralidade eram todos os pobres, principalmente os libertos, denominados

direitos para as minorias raciais está passando dos limites, um livro é lançado com estardalhaço no mercado americano (talvez com grande investimento de *marketing*) e pretende provar que asiáticos orientais são em média mais inteligentes que brancos e que estes, em média, são mais inteligentes que os negros. Restabelece e legitima assim a velha hierarquia racial do século XIX, justificadora das desigualdades sociais. Trata-se do livro de Charles MURRAY e Richard HERRNSTEIN, *The bell curve*, onde os autores afirmam: "... o status sócio-econômico também é resultado da inteligência, pois pessoas de habilidades cognitivas altas e baixas se deslocam para lugares altos e baixos da estrutura de classes. A razão pela qual seus pais têm status sócio-econômico alto ou baixo é em parte função de sua inteligência e sua inteligência afeta o QI de seus filhos, tanto por via genética, quanto do ambiente". (Trecho do resumo feito pelos próprios autores para o suplemento "Mais" do jornal "Folha de São Paulo" de 30 de outubro de 1994, p. 6). Retorno ao século XIX - Galton "rides again". Nada mais original neste final de século pleno de tecnologia e tão vazio de pensamento.

³⁶⁴ *Perturbações mentais nos...*, op. cit., p. 171.

³⁶⁵ Ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim - o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da 'belle époque'*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 40.

pelos nossos deputados como “classes perigosas”. Sidney Chalhoub cita, a propósito, o discurso de um deles: “As classes pobres e viciosas... sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de toda a sorte de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de - classes perigosas - : pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade”.³⁶⁶ Mas, se por um lado o contingente nacional rebelde à nova ordem do mundo do trabalho livre, e principalmente à passagem da escravização do corpo ao seu assujeitamento ao trabalho burguês, precisa de novas formas de coerção disciplinar, o trabalhador branco imigrante, mesmo considerando as virtudes de sua raça superior, por sua vez, não escapa dos efeitos disciplinadores do racismo. É que ele “deveria servir de exemplo ao trabalhador nacional. O imigrante e sua família deveriam estar sempre dispostos ao trabalho árduo e às condições difíceis de vida, pelo menos nos primeiros tempos”.³⁶⁷ E o castigo previsto no citado projeto de lei de repressão à ociosidade caso fosse considerado reincidente na vadiagem seria a expulsão do país. Pena rigorosa, que extirpava definitivamente o exemplo daninho para o imigrante que descumprisse a promessa que a classe dominante fizera por ele.

Além das razões econômicas, já que nem sempre foi imediatamente lucrativa, a imigração funcionou também como um dispositivo de produção de novos sujeitos e novos corpos para o trabalho. E o seu valor se demonstra quando fora de uso: não é somente o corpo imprestável que se descarta, ou o perigo social quando se recusa

³⁶⁶Idem. p. 48.

³⁶⁷Idem. ibidem.

a trabalhar, motivo do acolhimento caridoso no primeiro caso ou da repressão policial no segundo. Desse novo corpo provém o modelo de fardo social, a produzir os sentidos do que passamos a chamar deficiência, objeto de novas coerções eugênicas ou das sanções normalizadoras médico-pedagógicas. Ele será também o modelo preventivo que orientará a institucionalização das crianças.³⁶⁸ Contudo, corpo descartável, perigo social e fardo social não são três diagramas que se sucedem e se substituem - será fácil constatar que eles ainda coexistem e se atravessam no Brasil de nossos dias.

6. *Do trabalhador livre ao operário higienizado: corpo deficiente e fardo social*

— “Não precisa ter medo, meu filho, são só operários, coitados...”

Sujos, roupas grosseiras esfarrapadas, eles desciam em bando, batendo as botinas descascadas na ladeira da rua Lavapés, voltando de uma longa e penosa jornada em uma fábrica qualquer da cidade de São Paulo. Aviltados pelo trabalho manual, eram dignos de pena ou de medo, como a criança que se escondia atrás das saias da mãe ao vê-los passar. Nem chegavam a ser considerados como pobres - estavam entre estes e os desclassificados: mendigos, prostitutas e delinqüentes. Eram vistos bebendo nos botecos, promovendo arruaças, reunidos em bando para faltar ao trabalho, brigando por qualquer motivo e completamente ignorantes das regras mínimas de higiene. Se isolados e pacíficos, podiam facilmente ser confundidos com os mendigos.³⁶⁹ Eram a imagem

³⁶⁸ A institucionalização das crianças será um dos temas do Capítulo IV desta tese.

³⁶⁹ Depoimento recolhido da memória de velhos parentes que viveram sua infância no início do século, na cidade de São Paulo.

Esta situação dos operários em São Paulo parece ser bem antiga. Augusto de SAINT-HILAIRE, em viagem ao Brasil entre 1816 e 1822, descrevendo uma fábrica de armamentos naquela província, relata as “graves queixas” sobre o vício da embriaguês entre os operários estrangeiros e das “não menores

frustrada do imigrante europeu disciplinado e assético. Em 1905, Franco da Rocha tentava explicar, desanimado, essa frustração quanto à propalada superioridade desse trabalhador: "Num país de imigração onde se despejam todos os degenerados de uma raça, não se pode fazer juízo seguro sobre o valor cerebral dessa raça. Bastam as saudades da pátria e os desenganos da sorte, em país estranho, para falsear a conclusão".³⁷⁰

Eram estas as imagens dos primeiros operários das cidades (inicialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro) que começavam a desenhar-se entre o final do século XIX e o começo do século XX. Inauguravam um outro regime de trabalho assalariado no Brasil, a exigir formação de outras qualidades para os corpos: não mais a domesticação ao poder senhorial, mas o assujeitamento ao sistema de produção industrial, cujos dispositivos de expansão da saúde, habilidade e eficiência produziram a sua contrafação: o corpo "socialmente pesado" do deficiente (e do vadio) e as técnicas de controle (eugênicas ou não) de prevenção e recuperação.

Outras formas de trabalho livre sempre existiram no Brasil e, embora não fossem a fonte principal de mão-de-obra, tiveram participação essencial durante o período de colonização. Ganharam maior contingente com a aproximação do movimento abolicionista e das leis que prenunciavam o término do regime escravista. Este foi o caso dos engenhos de açúcar que tiveram que se adaptar mais rapidamente que

queixas" a respeito dos operários nacionais, "que não se podia fazer trabalhar de forma regular e dos quais era necessário punir constantemente, para constrangê-los a não abandonar o serviço. Os operários (...) têm, em São Paulo, poucas necessidades; seu vestuário é baratíssimo; sua alimentação muito mais cara não é que o vestuário; não conhecem o uso de móveis, não tendo, mesmo, verdadeiras camas e, por alguns vinténs podem embriagar-se à vontade". *Viagem à Província de São Paulo*, 2ª ed., São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1972, p. 182.

³⁷⁰ROCHA, Franco da. *Fragments de psiquiatria* (Hospício de São Paulo). Tip. Litografia Ribeiro, 1895, p. 44.

as outras culturas ao trabalho livre, face à proibição do tráfico externo e principalmente a tráfico interno, que fazia migrar para as lavouras de café no sudeste, a maior parte da mão-de-obra escrava.

Nos engenhos de açúcar da Colônia, por exemplo³⁷¹, com exceção dos lavradores de cana que nunca foram trabalhadores assalariados (eram proprietários de escravos e fornecedores de matéria prima), e obviamente dos senhores de engenho e dos escravos, havia muitas funções ocupadas por trabalhadores livres assalariados, algumas essenciais ao fabrico do açúcar e à manutenção da sua qualidade. Eles ocupavam categorias intermediárias às duas pontas do sistema - senhores de engenho e escravos: exerciam tarefas administrativas, técnicas e artesanais. Sendo que, como vimos anteriormente, algumas destas funções poderiam ser desempenhadas por escravos especializados que, apesar da condição, recebiam quotas da produção, à guisa de incentivo. De qualquer maneira, as atribuições ocupacionais correspondiam à hierarquia social, sinônimo da hierarquia de cor: brancos, em sua grande maioria portugueses, eram senhores de engenho, lavradores de cana, prestadores de serviços (que hoje chamariamos de profissionais liberais), comerciantes³⁷² e administradores. Quanto mais baixa a categoria do trabalho maior o número de negros (forros), numa escala que ia dos mestiços, negros crioulos e, por último, negros africanos e índios. Muitos desses trabalhadores viviam na fronteira entre a liberdade e a escravidão.

Stuart Schwartz divide os trabalhadores assalariados em 4 tipos, segundo

³⁷¹O trabalho livre nos engenhos de açúcar foi escolhido por se tratar da primeira e mais importante atividade econômica da Colônia, bem como por suas características industriais (sendo este último já tratado em páginas anteriores, neste mesmo capítulo).

³⁷²Segundo Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil...* (op. cit., p. 279). "o comércio é privilégio dos 'reinóis', os nascidos no Reino. Os naturais da colônia encontravam aí as portas fechadas, não por determinações legais ou preconceitos de qualquer natureza, mas por um uso estabelecido de longa data e ciosamente guardado pelos primeiros instalados, justamente os reinóis, que por convenção tácita, mas rigorosa, conservam para si e seus patrícios um monopólio de fato".

os registros contábeis que examinou, nos antigos engenhos da Bahia.³⁷³ Em primeiro lugar na hierarquia social, vinham os prestadores de serviço, muitos, moradores das cidades, contratados com salários anuais, e que às vezes trabalhavam para mais de um engenho: eram os advogados (indispensáveis nos contratos e nos recursos à justiça), os caixeiros das cidades (uma espécie de despachantes e agentes externos dos negócios do engenho), os capelães (muitas vezes parentes dos senhores e preceptores de seus filhos), os médicos (raros na Colônia e em geral substituídos por parteiras, cirurgiões-barbeiros e herbanários) e o administrador do engenho. A segunda categoria de trabalhadores assalariados eram os especialistas: o mestre de açúcar, o banqueiro, o caixeiros, o purgador, os caldeireiros, os feitores, além dos timoneiros dos barcos de transporte de cana, do açúcar e da lenha. Podiam receber seu salário em dinheiro, às vezes, com desconto de alojamento e alimentação. Eram pagos anualmente, ou de 2 ou 3 em 3 anos, com alguns adiantamentos mensais, dada a falta de moeda circulante na Colônia. Havia outra categoria de trabalhadores que recebia por tarefa ou a diária, na maior parte dos casos. Eram os artesãos que prestavam serviços periódicos e sempre necessários aos reparos e à expansão dos engenhos: ferreiros, pedreiros, carpinteiros etc., que por vezes mantinham suas próprias oficinas, com escravos e outros trabalhadores contratados, fornecendo a matéria prima e as ferramentas. Neste último caso, conseguiam acumular algum capital e desfrutar de certo prestígio social. A categoria dos trabalhadores livres não-especializados era também a mais pobre. Constituíam-se em geral de ex-escravos ou de índios, empregados com os salários mais baixos ou agricultores de subsistência que, muitas vezes, trabalhavam cavando valas, cortando árvores, capturando escravos fugidos, a maioria deles vivendo submetidos ao controle dos senhores de engenho, como

³⁷³ *Segredos internos...*, op. cit., pp. 262 e 264.

agregados. Recebiam um lote de terra (em geral o pior) para morar e plantar. Em troca pagavam o favor com um décimo da colheita e com serviços de guarda das terras do senhor, fidelidade nas lutas contra os inimigos vizinhos ou contra o governo. Podiam ser despedidos a qualquer momento, caso o proprietário julgasse seus serviços insatisfatórios. Por isso, viviam em muitos casos rolando de fazenda em fazenda. Constituíam a maior parte do que se pode chamar de pobreza rural.

Mais do que uma força de trabalho necessária, não obstante fosse proporcionalmente bem menos numerosa que a dos escravos, a maioria desses trabalhadores livres (em geral, libertos) tinha “uma importância que suplantou a dimensão numérica”,³⁷⁴ afirma S. Schwartz. “A existência desse segmento da força de trabalho, ao servir como exemplo e objetivo, justificava a escravidão, fazendo com que o cativo parecesse transitório e preparatório. Se os cativos acreditassem que a passagem de escravo a cidadão, ou de escravo a empregado, era verdadeiramente uma possibilidade ao seu alcance, seu desespero abrandava-se. Mesmo para os que não conseguiam obter a liberdade, as condições de vida dos artesãos eram, em geral, melhores que as dos escravos de campo. Entretanto, apesar de a existência de mão-de-obra livre no núcleo de uma economia de grande lavoura fortemente baseada no escravismo parece oferecer esperança de transição do cativo para a liberdade, o segmento remunerado da força de trabalho também foi marcado por sua existência no seio de um regime escravista e multirracial”.³⁷⁵ É que tal regime, não só oferecia a oportunidade de aprendizagem de um ofício especializado ao escravo, o que lhe poderia significar muito em caso da alforria tão esperada, como também podia, por esta razão,

³⁷⁴ *Segredos internos...*, op. cit. p. 264.

³⁷⁵ *Idem. ibidem.*

manter constantes e sempre baixos os níveis salariais da maioria dos trabalhadores livres, à exceção do mestre de açúcar,³⁷⁶ que depois do administrador, era o trabalhador mais bem pago dos engenhos. À medida que negros (escravos ou libertos) ocupavam funções especializadas, no lugar que antes fora dos brancos, os salários eram rebaixados. Aquilo que poderia significar a ascensão social daqueles trabalhadores, atendia na verdade a um duplo interesse dos senhores: a economia nos salários e o controle (pelo incentivo) da mão-de-obra escrava.

Mas, a competição mundial no mercado do açúcar viria, com o tempo, desequilibrar esta situação - "Posteriormente, os senhores acabariam por afirmar que a razão para a sua desvantagem comparativa no mercado açucareiro mundial era a ignorância e a 'rudeza' dos escravos e libertos de cor que desempenhavam as tarefas especializadas da manufatura do açúcar. Em outras palavras, as próprias classes que os senhores de engenho haviam criado ou incentivado visando a economia no curto prazo tornaram-se um impecilho ao progresso da atividade açucareira no Brasil".³⁷⁷ Isto se deu no final do século XVIII quando, na concorrência internacional do açúcar, os engenhos das Antilhas³⁷⁸ modernizaram-se com novas tecnologias como as máquinas a vapor, o termômetro, e os conhecimentos de química entram em cena tornando obsoletas as artes intuitivas dos nossos especialistas. Eram todos analfabetos,³⁷⁹ quer se tratassem de

³⁷⁶Os primeiros mestres de açúcar da Colônia vieram para o Brasil com experiência adquirida nas ilhas portuguesas e passavam seus conhecimentos para os filhos, de geração em geração. Assim também os primeiros artesãos vieram de Portugal e guardaram estas profissões para si, principalmente nas cidades. Nos engenhos elas passaram a ser ocupadas pelos pardos, a partir do século XVIII. Ver: Idem.

³⁷⁷Idem, p. 274

³⁷⁸"A feliz conjunção de terras férteis, mão-de-obra escrava e capital disponível deu a Cuba a liderança mundial da modernização da indústria açucareira. Pela década de 1860 já 70% dos 1.350 engenhos cubanos usavam máquinas a vapor, em comparação com apenas 2% dos engenhos pernambucanos; só em 1914 um terço dos engenhos de Pernambuco usavam tais máquinas." EISENBERG, Peter L., *Modernização sem mudança...*, op. cit., p. 238.

³⁷⁹Daí as críticas de Vilhena (*A Bahia no século XVIII*, op. cit., p. 189, vol. I): "Um erro capital, e digno de obviar-se, pelo prejuízo (...), é a indiferença com que se olha para a ignorância crassa dos mestres

brancos, negros ou pardos, incapazes de aprender os novos métodos e a lidar com as novas máquinas.

Maria Beatriz Nizza da Silva³⁸⁰ relata um fato que comprova os prejuízos dessa ausência de especialistas nacionais preparados para as novas técnicas de fazer açúcar. Em 1810 dois senhores de engenho resolvem encomendar a uma firma inglesa uma máquina a vapor. Nenhuma dificuldade. Porém, é preciso um técnico para montá-la e fazê-la funcionar e não existe no Brasil ninguém capaz desta proeza. Um dos senhores resolve bancar a importação sozinho, porque no final das contas havia muitas vantagens: apenas 2 meses, ao invés de 6, para moer toda a safra, poupava 8 escravos e oitenta cavalos e todos os pastos que poderiam ser reaproveitados como canaviais. Afinal, só em 1815, a máquina começou a funcionar em Itaparica, tendo sido contratado um maquinista inglês para a sua manutenção, já que essas máquinas eram desconhecidas no Brasil. Mas, “o estrangeiro que sabia lidar com elas guardava o segredo do seu saber para se tornar indispensável e exigir bons contratos de trabalho e assim jamais os maquinistas ingleses se mostravam interessados em divulgar seu saber tecnológico. Não causa espanto, portanto, que o Coronel Pedro Antônio Cardoso tenha posto à venda, passado pouco mais de um ano, uma máquina a vapor para engenho de açúcar...”³⁸¹

Índios também foram trabalhadores dos engenhos. “A grande lavoura açucareira na colônia brasileira iniciou-se com o uso extensivo da mão-de-obra

de açúcar, quando eles perdem pouco menos do que aproveitam: e sendo aquela operação inteiramente química, dependente de muita doutrina, combinações, e cálculos; os que entre nós a exercitam são uns mulatos, ou negros tão estúpidos, que eu não conheci ainda um que soubesse ler, ou escrever o seu nome; e se algum branco exercita a arte, nada difere daqueles, quanto à instrução”. E termina ainda preocupado com o prejuízo: “... quanto será o açúcar que por todos engenhos se perde, pela ignorância dos mestres de açúcar”. Sampaio e Melo no livro *Novo método de fazer açúcar...* (op. cit., p. 42), anos depois de Vilhena, em 1816, faz críticas semelhantes.

³⁸⁰Ver: SILVA, Maria Beatriz Mizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 170 e 172.

³⁸¹Idem, p. 172.

indígena”, afirma S. Schwartz.³⁸² Eram os “negros da terra” à diferença dos “negros da Guiné”, como eram chamados os escravos provenientes da África; já que o termo “negro”, desde a idade média em Portugal designava escravo. Em 1570 uma lei proíbe a escravização do índio, mas permite a “aquisição de cativos resgatando-os através do escambo de seus captores. Teoricamente o resgate objetivava salvar os que já estavam condenados à morte cruel nas mãos de seus inimigos tradicionais. Tratava-se portanto de um favor, que os nativos deveriam retribuir com trabalho”.³⁸³ Estas práticas, juntamente com as “guerras justas” contra aquelas tribos “que se recusavam a aceitar a soberania portuguesa ou a receberem os missionários católicos”,³⁸⁴ arrebanhavam um grande contingente de índios para trabalhos forçados, com que teriam que pagar pela sua “libertação”. A partir de 1580, a fiscalização dos jesuítas sobre os artificios usados para burlar a lei que proibia a escravização do índio torna-se mais eficaz, criando problemas para a manutenção de trabalhadores nestas condições. Assim, a mão-de-obra indígena vai sendo substituída pela africana, considerada pelos portugueses como mais hábil, mais resistente e mais submissa. Embora mais caros que os índios, os africanos representavam, a médio e longo prazo, uma lucratividade bem maior. De fato, a mortalidade entre os índios era elevadíssima, mesmo na ausência de epidemias. As fugas e as rebeliões eram bastante freqüentes; muitas vezes queimavam canaviais inteiros e os prejuízos eram incalculáveis. Tudo isso esvaziava a mão-de-obra dos engenhos que se viam à cata de trabalhadores.

Mas o índio, substituído pelo africano, não ficou de todo ausente dos engenhos. Eles eram empregados como força auxiliar, em certas tarefas: no corte da

³⁸² *Segredos internos...*, op. cit., p. 57.

³⁸³ *Idem.* p. 58.

³⁸⁴ *Idem.* *ibidem.*

lenha, na pesca, na limpeza e conserto das máquinas, no cultivo da mandioca, além das funções de barqueiro e capitão-do-mato. O pagamento era feito, em geral, em mercadorias e, mesmo quando em dinheiro, em ambos os casos, correspondia a 20% do que era pago por serviços semelhantes a outros trabalhadores. Aliás, diferenças salariais para o trabalho livre na Colônia no século XVII estava quase sempre condicionada à cor do trabalhador, salvo as exceções produzidas pela demanda ou pela habilidade excepcional. Um trabalhador branco, um calafate por exemplo, ganhava no engenho de Sergipe nesta época 700 réis, enquanto um crioulo com a mesma profissão apenas 320.³⁸⁵

Foi a partir do século XIX, com a mudança do eixo econômico para o café do sudeste, que os engenhos tiveram que se adaptar ao trabalho livre, uma vez que o tráfico interno fazia migrar o escravo para as fazendas de café. Ainda em meados do século XIX os escravos eram maioria nas fazendas de açúcar, proporção que começa a se inverter na década de 70. Os senhores do nordeste não opuseram resistência à essa mudança, porque a mão-de-obra livre tornara-se muito menos onerosa que a escrava. Esses trabalhadores eram em geral diaristas, podiam ser despedidos a qualquer momento, o que invariavelmente acontecia fora dos meses da colheita,³⁸⁶ sem quaisquer encargos para o senhor. Com os escravos, que teriam que ser numerosos nos tempos de plantar e principalmente de colher, fora disso eram realocados em outros serviços (alguns seriam até desnecessários), os senhores deveriam bem ou mal mantê-los. Poucos empregados eram realmente estáveis - apenas os especializados eram indispensáveis. De resto, para

³⁸⁵Ver: *Segredos internos...*, op. cit., p. 269.

³⁸⁶Situação que permanece até hoje com certos trabalhadores do campo, os chamados "bóias frias".

as outras funções, quanto mais ex-escravos ingressavam no mercado de trabalho, mais baixo o salário, de tal maneira que muito poucos conseguiram, na nova condição, viver melhor do que em seu tempo de cativo.

Não se deve pensar, a partir da divisão de ocupações aqui descritas, que a população rural livre da Colônia estivesse toda distribuída naquelas funções. Nesse povo livre, que não era nem senhor nem escravo, alinhavam-se tanto no campo como nas vilas, além dos trabalhadores, um número sempre crescente desde o século XVI, de pessoas desocupadas ou com ocupações transitórias. Para o indivíduo livre, destituído de recurso material e sem qualquer instrução, era muito difícil encontrar um meio de vida. Caio Prado Júnior assinala que esse segmento desclassificado era a “imensa maioria da população livre da Colônia”³⁸⁷ e se constituía principalmente de “pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios destacados de seu habitat nativo, mas ainda mal ajustados na nova sociedade (...); mestiços de todos as matizes e categorias (...) até brancos e brancos puros”,³⁸⁸ alguns descendentes de famílias portuguesas importantes, “arrastando-se na indigência”.³⁸⁹ De todos os desclassificados, os mais temidos são os vadios, os desocupados permanentes, também considerados os mais nocivos, “vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime”.³⁹⁰ A esse respeito, José Arouche de Toledo Rendon escreve em 1788, indignado com a multidão de vadios, crianças abandonadas, mendigos aleijados ou não, que vagueiam pela cidade de São Paulo: “Semelhante qualidade de gente é prejudicial ao Estado por muitos princípios: 1º porque nenhuma delas trabalha, vindo

³⁸⁷ *Formação do Brasil...*, op. cit., p. 282.

³⁸⁸ *Idem*, *ibidem*.

³⁸⁹ VILHENA, *A Bahia do século XVIII...*, op. cit., p. 519, *apud* PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil...*, op. cit., p. 282.

³⁹⁰ *Idem*, op. cit., p. 283.

assim a ser carga do público; 2º porque são causa de muitos latrocínios; 3º pelo mau exemplo e séquito que as vai imitando; 4º porque a causa de se diminuírem os casamentos e, por consequência, a povoação que faz a força do Estado e em que especialmente se deve cuidar em um país onde o que mais falta é a espécie humana”.³⁹¹

No campo, ocasionalmente alinhavam-se como jagunços a serviço de poderosos senhores e de suas ambições. São vários os registros deixados pelos observadores da Colônia que se queixam dos vadios e sugerem providências. Uma delas é o trabalho forçado, seja no campo, seja nas tropas. Vilhena propõe: “Alguns destes passeantes, e vadios, poderiam ser acomodados nas tropas de linha, que houvesse, contanto que fossem naturais do país (...). O negro, ou mulato, que ficasse forro deveram mostrar do que vivia; se de mariola, se de servente etc. e do contrário obrigá-lo a ir trabalhar no campo (...). Muitos brancos, que nas capitais se achassem sem meios de subsistir, nem predicados para fundar família, deveram ir trabalhar nos campos ou nos corpos de tropas”.³⁹² Assim também Rendon: “Os dois regimentos pagos desta cidade podem dar saída a muita parte dos vadios. Um rapaz robusto, que não tem outro defeito mais do que ser vadio, ou porque a natureza assim lho pede ou porque a sua educação o pôs unicamente aplicado aos divertimentos e à folia; esse mancebo, que até aqui é pesado ao Estado,³⁹³ pode ser útil assentando praça; há de trabalhar à força e o longo uso lhe há de formar uma nova natureza”.³⁹⁴ Eles significavam um peso para o Estado português, não porque este os tivesse que sustentar, mas porque não desenvolviam a Colônia, não procriavam famílias para habitar tão vastas terras e, principalmente, não engrandeciam os

³⁹¹RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras - reflexões sobre o estado em que se encontra a agricultura na Capitania de São Paulo*. São Paulo. Governo do Estado, 1978, p. 6.

³⁹²*A Bahia do século XVIII...*, op. cit., pp. 926 e 927, vol. III.

³⁹³O “corpo pesado” daqueles que não podem ou não querem trabalhar terá na República, como veremos mais a frente, conotação diferente.

³⁹⁴*Obras...* op. cit., p. 4.

crofes do Reino. O maior perigo dessa gente sem eira nem beira é que, além de desocupados, eram vagabundos, ou seja, não tinham pouso certo, por isso era difícil fiscalizá-los. Eram desenraizados que por sua condição quase nômade, desconheciam a lei e a obediência. Por isso, Vilhena propõe um outro tipo de controle, “para fazer evacuar das cidades os preguiçosos vadios, e povoar de agricultores as campanhas (...). Devera nas capitais fazer-se por ordem do governador um exato alistamento de todas as famílias, e indivíduos, que cada uma delas contivesse, compreendendo filhos, parentes, agregados, escravos, pretos e mulatos, tanto forros como cativos, assim machos, como fêmeas. Seriam os artífices precisados a dar a mesma conta dos seus oficiais, e aprendizes, casados, ou solteiros, forros ou cativos, e de quem. Os comerciantes dos seus caixeiros, e assim os mais. Isto é pelo que pertence às cidades, e vilas capitais”.³⁹⁵ Segue fazendo recomendações para as demais povoações às autoridades locais, “(...) devendo declarar-se os agregados que vivessem sobre si em cada um dos engenhos e fazendas (...)”.³⁹⁶ Vilhena é ainda mais cuidadoso quando se trata das cidades: “Nas capitais começaria o ministro a chamar cada um por si, daqueles que houvesse dúvida, e inquirir com exaço o meio que cada um tinha de subsistir, a necessidade que dele podia haver na sociedade civil, e achando que podia escusar-se, obrigá-lo com pena corporal a sair para o campo, dentro no tempo em que se concordasse com o Intendente da Agricultura, para este lhes destinar o distrito onde devera ser acomodado: como porém nas grandes povoações, e principalmente nas de beira mar sucede aparecerem muitos indivíduos adventícios, de que não é fácil saber-se o domicílio, devera cada um destes ser levado à presença do ministro, para dar aí conta de quem seja, mostrar quem o conheça,

³⁹⁵ *A Bahia do século XVIII...*, op. cit., pp. 925 e 926, vol. III.

³⁹⁶ *Idem*, p. 926.

declarar o modo de vida que professa, o negócio que ali o levara, e proceder então com ele segundo a que se averiguasse; todo aquele que pudesse escusar-se na cidade, fazer-lhe estabelecimento no campo, e enviá-lo, bem entendido que depois de casado, como todos, é que poderia ser proprietário”³⁹⁷

Portanto, a questão não estava somente na recusa de uma ocupação considerada produtiva, já que evitar trabalhar era fugir da condição aviltante que o trabalho significava - o trabalho era próprio de escravos: “A maior dificuldade está em obrigar ao trabalho tanta gente livre que não está aldeada. Qualquer negro que se liberta já se supõe tão bom como seu próprio amo, e é mais fácil furtarem ou morrerem à fome do que irem servir de assalariados”,³⁹⁸ reclama Rendon. O maior perigo estava no nomadismo dos vagabundos³⁹⁹ (tal como o dos ciganos, índios e escravos fugidos), por seu teor de rebeldia, de transgressão e de não acatamento à ordem dominante, ou pior, a produção de sua própria ordem (como nos quilombos e nas rebeliões coletivas). Por isso, representavam uma ameaça constante ao poder estabelecido. Os vagabundos eram ainda mais perigosos nas cidades porque, diferentemente do campo onde poderiam ser capturados pelos proprietários locais para suas guerras particulares, ou filiados a um senhor e sob sua vigilância, nas cidades ficavam livres deste tipo de controle, ao sabor das agitações sociais e políticas, como as que antecederam a Independência. Aliás, não

³⁹⁷ Idem. ibidem.

Tal como no acontecimento da peste descrito por Michel Foucault em *Vigiar e punir* (op. cit.), eis um modelo ideal de cidade organizada porque teria seus integrantes adequadamente alocados e perfeitamente vigiados.

³⁹⁸ *Obras...*, op. cit., p. 4.

³⁹⁹ Já no século XVI, Ambroise Paré considerava os vagabundos (tal como os demônios) simuladores da criação divina, classificando-os como monstros artificiais. Eles representam grande ameaça porque traem, mentem e enganam os homens. Como os demônios, são verdadeiros vigaristas sem pouso certo porque nunca se sabe onde estão. Deveriam ser chicoteados e banidos das cidades, e destes castigos não exclui nem mesmo os loucos e os tolos, que só diferem dos outros impostores porque acabam vítimas da confusão que eles mesmos criam por onde passam. Ver: PARÉ, Ambroise. *Les monstres et prodiges*. Genève, Librairie Droz, 1971, edição original 1573, pp. 70-73, 80-82 e Jean Ceard.

ficariam assim tão soltos, porque outro controle cairia sobre eles: - seriam reprimidos pela polícia quer fossem encontrados isolados ou, principalmente, em bandos provocando desordens como os capoeiras,⁴⁰⁰ dançando em seus batuques, reverenciando seus deuses nos candomblés, ou simplesmente reunidos para a cachaça ou para o jogo. A questão na Colônia, e mesmo muito tempo depois da Independência, não era apenas sujeitá-los ao trabalho, mas domesticá-los para a obediência, para o que a polícia poderia ser bem mais eficiente.

Queixava-se muito da indolência da população no Brasil Colônia. Segundo Caio Prado Júnior: "É a casta numerosa dos "vadios", que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o 'leitmotiv' de seus relatórios, e não se ocupam menos dela outros observadores contemporâneos da vida colonial. O Vice-Rei Luís de Vasconcelos se queixa deles amargamente, e urge providências ao deixar o governo em 1789".⁴⁰¹ E não somente os negros, que só trabalhavam duro premidos pelo castigo, ou dos índios preguiçosos por natureza, porque não se lhes conseguia "excitar o apetite de possuir e desejar (...) o que tudo concorre para a suma indigência em que vivem", de tal maneira que "os mesmo escravos lhes não invejam",⁴⁰² dizia Vilhena. Os brancos também não queriam trabalhar⁴⁰³ e davam mau

Introduction. In: Idem, p. XXVII. Ver ainda o primeiro capítulo desta tese: "Monstros e Degenerados".

⁴⁰⁰... a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República". CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 18.

⁴⁰¹ *Formação do Brasil...*, op. cit., p. 283.

⁴⁰² *A Bahia do século XVIII...*, op. cit., p. 927, vol.

⁴⁰³ O mesmo Vilhena em *Recopilação de notícias sobre a Capitania de São Paulo* (In: *Roteiros e notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*, op. cit., p. 112), após descrever as vilas de São Paulo em 1802, escreve: "Cumprer dizer que a maior parte destas povoações são vilas só no nome, principalmente no sertão e ainda algumas da costa, compostas de alguns casais de índios e alguns poucos brancos, todos eles pobríssimos, por não quererem trabalhar".

exemplo: “Quem não vê, que a inação dos brancos é a causa da preguiça dos pretos? Por que não há de cavar no Brasil aquele, que em Portugal só vivia da sua enxada? Por que não há de lavrar o que nada mais soube do que pegar com uma mão na rabiça do arado, e com a outra na agulhada? Por que há de andar de corpo direito quem o trouxe sempre vergado do trabalho? Por que só há de querer mandar quem nada mais soube que obedecer? Por que há de ostentar de nobre, quem sempre foi plebeu?”⁴⁰⁴ desabafa Vilhena.

Porém, nenhum dos autores citados indaga sobre quais incentivos teria a maior parte da população livre para trabalhar, que compensações teria para a má reputação do trabalho braçal.⁴⁰⁵ Além de serem escassos os meios de ganhar a vida pela carência de ocupações úteis, o trabalho livre era muito mal remunerado. “A vagabundagem resultava menos do baixo caráter moral, ou do mau policiamento, do que da falta de estímulo. Os baixos níveis salariais, a escassez de terras,⁴⁰⁶ o hábito de pagar em espécie ou em parcelas e de cobrar preços inflacionários pelos produtos vendidos no barracão - eram outros fatores de desestímulo do trabalhador rural”, afirma Peter Eisenberg,⁴⁰⁷ o que guardando as diferenças, era também verdadeiro para outras ocupações nas cidades de muitas regiões do país, bem como nas minas. Quanto aos baixos salários, o mesmo autor, citando Luiz de Castilhos, nos conta que “quando um químico açucareiro de renome nacional advertiu que o salário vigente ‘evidentemente não pode servir de incentivo ao trabalhador’, não lhe prestaram atenção. Em vez de ouvi-lo, os proprietários da usina indagaram-se sobre a possibilidade de resolver seus

⁴⁰⁴ *A Bahia do século XVIII...*, op. cit., p. 139, vol. I.

⁴⁰⁵ Sobre a má reputação do trabalho braçal, ver: Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil...*, op. cit., pp. 290 e 291.

⁴⁰⁶ O autor (Eisenberg) se refere a Pernambuco, onde as melhores terras agricultáveis já tinham dono. Ver: *Modernização sem mudança...*, op. cit., pp. 221 e 222.

⁴⁰⁷ *Idem*, p. 274.

problemas, oriundos de crise de mercado, mediante corte de salários e vencimentos, e vaiaram um orador na Conferência do Açúcar de Recife, de 1905, que sugeriu a substituição dos salários pela participação nos lucros”.⁴⁰⁸ Portanto, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, após a abolição, pouco ou nada representou, quer individualmente quer coletivamente, para a melhoria da situação de vida da maioria da população brasileira. A não ser pela supressão legal dos castigos e pela liberdade de vender ou não sua força de trabalho, as condições de habitação, vestimenta e alimentação dos trabalhadores nacionais eram semelhantes ou até piores que as de muitos cativos, o que só propiciava o aumento da ociosidade e da vagabundagem tão execrada. Além disso, tanto a abolição como a vinda de imigrantes estrangeiros para certas regiões do país aumentaram a oferta de mão-de-obra, o que significou um rebaixamento ainda maior dos salários para o trabalho dos não-brancos. Preteridos pelos empregadores aos imigrantes, sobravam para eles as ocupações menos remuneradas e mesmo assim nem eram em número suficiente para absorver todo esse contingente da população. No Rio de Janeiro do início do século, por exemplo, havia uma multidão de oficialmente desempregados que, ao lado dos propriamente “ociosos” como os mendigos, os jogadores profissionais, prostitutas e proxenetas, vigaristas e ladrões, formavam os biscateiros, vendedores ambulantes, apontadores de bicho e muitos dos que prestavam serviços domésticos. Enquanto isso, mais da metade dos 89 mil estrangeiros residentes na Capital da República, em 1870, trabalhavam no comércio, na indústria e em atividades artísticas.⁴⁰⁹ No comércio, por exemplo, sempre dominado pelos portugueses desde a Colônia, o ingresso de um trabalhador nacional era praticamente impossível (a

⁴⁰⁸CASTILHOS, Luiz de. *A lavoura*, Diário de Pernambuco, 7 de agosto de 1897. *Apud* EISENBERG, P.L., *Modernização sem mudança...*, op. cit., p. 214.

⁴⁰⁹Ver: CHALHOUB, S., *Trabalho, lar e botequim...*, op. cit., p. 51.

não ser em funções bastante subalternas): todas as vagas eram reservadas para os patrícios. Em outras regiões do sudeste e no sul não havia vagas disponíveis nem para os empregos domésticos - os europeus evitavam a convivência com não-brancos.

Se por um lado, havia super-abundância de mão-de-obra (o que parece ter sido um fenômeno generalizado no Brasil) que levava os empregadores a preterirem os trabalhadores nacionais, havia também aqueles que rejeitavam os subempregos oferecidos por salário de miséria. Além da condição socialmente aviltante a que sempre foi relegado o trabalho braçal, ter que enfrentá-lo sem nenhuma garantia, sem nenhum estímulo, nenhuma esperança de vida melhor (como acontecia aos imigrantes), era um castigo ainda mais penoso que a escravidão - o único bem que restava ao ex-escravo nestas condições, sem instrução e abandonado à própria sorte, era liberdade de não trabalhar, ser tão ocioso quanto seus antigos senhores. Mas aquela não seria a ociosidade bem posta dos ricos (que só mais tarde será também moralmente atacada), do ócio com dignidade. Ao contrário, passou a constituir uma das principais causas de degeneração social. A partir da abolição, o conceito para a vadiagem estava estreitamente vinculado à valorização moral do trabalho, ou antes, era a sua contrafação mais perigosa que precisava ser prevenida e corrigida. O vadio, aquele que se negava a pagar a dívida social como suor do seu rosto era, além de um fardo, uma ameaça à ordem constituída pelo trabalho e pela lei - aquele que consome sem produzir para a comunidade. Afinal, numa terra despovoada cuja natureza abundante oferece, como diziam, toda a sorte de víveres o ano inteiro (frutas, raízes, caça e peixe), não era necessário trabalhar para sobreviver como na Europa ou na Ásia - eis o fundamento para a preguiça inata dos brasileiros, que só medidas coercitivas e punitivas poderiam combater.

Toda essa multidão de pobres e miseráveis constituía o que políticos, administradores e intelectuais designavam (e designam até hoje) por “classes perigosas”. Aquilo que Sidney Chalhoub, citando Alberto Passos Guimarães, diz ser um mau uso do conceito inglês de classes perigosas,⁴¹⁰ talvez fosse até ignorado pelos nossos legisladores e pela gente do poder. Na verdade, o uso bem mais conhecido era o sentido que Morel atribuía aos pobres em geral desde 1857, e que teve um enorme sucesso no Brasil. O que Morel atribui à pobreza, pela sua falta de instrução, de previdência, pelos seus excessos alcoólicos e venéreos, pela deficiência de alimentação, é a maior suscetibilidade às degenerescências.⁴¹¹ É na miséria que se encontram as causas degeneradoras da espécie, pela falta de educação religiosa e moral e de respeito às convenções sociais que deveriam funcionar como um contrapeso dos maus instintos. Pela falta de consciência do dever e de sentimento de moralidade dos atos, a miséria produz um estado de degradação física e moral, que constitui o que chama de “classes perigosas”, porque instala o perigo permanente no seio da sociedade.⁴¹²

Estabelecida, então, a relação entre ociosidade e pobreza, e entre pobreza e criminalidade,⁴¹³ restava pois às autoridades aplicar medidas preventivas de coerção ao

⁴¹⁰Segundo Sidney Chalhoub, citando Alberto Passos Guimarães, “o termo ‘classes perigosas’ apareceu originalmente na Inglaterra e se referia às pessoas que já houvessem passado pela prisão ou as que mesmo ainda não tendo sido presas, haviam optado por obter sustento e o de sua família através da prática de furtos e não de trabalho. Esta utilização do termo, por conseguinte, é bastante restrita, referindo-se apenas aos indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei”. *Trabalho, lar e botequim...*, op. cit., pp. 47 e 48.

⁴¹¹Ver no capítulo I deste trabalho: “A biologia dos monstros: degenerescência da espécie”.

⁴¹²Ver: MOREL, B.A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives*, Paris, J.P. Ballière, 1857, pp. 50-51, 353, 461.

⁴¹³Atualmente parece existir um consenso, mesmo entre os autores mais críticos, na relação que estabelecem entre pobreza e criminalidade. Baseados nas condições estruturais que determinam a separação nítida de classes sociais e na violência que esta separação produz nas condições de vida da grande maioria da população brasileira, aqueles autores acabam por justificar, indiretamente por uma espécie de atavismo histórico-social, a vigilância e a repressão aos pobres. Sidney Chalhoub nos alerta para as armadilhas deste pensamento: “... este enfoque, ao ser tomado como único modo possível de abordar o tema da ocorrência do conflito violento ou da criminalidade em geral envolvendo membros da classe trabalhadora, traz problemas e reduz a questão a apenas uma das faces. Como observa Maria

trabalho e de repressão à vadiagem. E elas foram propostas em várias regiões do país. Em Pernambuco, por exemplo, o problema não estava tanto na criminalidade, no perigo social que representavam os vadios, apesar dos roubos freqüentes nas plantações de cana e de mandioca, mas na recusa ao trabalho regular nas fazendas. Os agricultores queixavam-se da falta de braços para a lavoura, não obstante a existência abundante de mão-de-obra. Habitados à dócil mão-de-obra escrava, indignavam-se com a preguiça e a instabilidade dos trabalhadores, com sua resistência a trabalhar constantemente, por longos períodos”,⁴¹⁴ explica Peter Eisenberg. Docilidade obtida, é verdade, pelo temor do chicote e/ou pela esperança da liberdade e que, em muitos casos, extraia do corpo a última gota de esforço físico até a invalidez ou a morte. Qual trabalhador livre, ex-escravo, aceitaria retornar à situação semelhante? Raros aceitavam empregos fixos nas fazendas, a maioria era jornaleiro, ou seja, ganhava por dia de trabalho, o que lhe permitia escapar do trabalho abusivo, ou até mesmo trabalhar muito pouco, o suficiente para comer o resto da semana. Além disso, um número bem grande de desempregados, por força do novo transporte das ferrovias, vivia perambulando pelas estradas, destituído de hábitos sedentários de trabalho, desenraizados por profissão, por isso mesmo inabilitados para a labuta nas fazendas - eram os almocreves ou muladeiros desocupados que viviam de expedientes, e já que o transporte de cargas cada vez mais prescindia deles, eram acusados de roubar cavalos e de matar por dinheiro. A solução seria aprovar leis de trabalho compulsório, cujas propostas fizeram eclodir rebeliões armadas em 1851

Célia P.M. Paoli, este tipo de abordagem, ao manter-se num nível muito abstrato e geral, pode até conspirar contra a própria postura crítica que se quer ter da sociedade estudada: se o crime é apenas produto direto de contradições estruturais, isto é, produto da miséria a que fica condenada grande parte da população, então será verdade que todos os miseráveis são potencialmente violentos ou criminosos? Através de pequeno truque lógico, então, reproduz-se a ideologia da classe dominante e se fornecem novos elementos para justificar a opressão social”. *Trabalho, lar e botequim...*, op. cit., p. 207.

⁴¹⁴ *Modernização sem mudanças...*, op. cit., p. 212.

e 1852 em doze distritos açucareiros de Pernambuco.⁴¹⁵

A grande questão era, em quase todas as regiões do país, como controlar o tempo do trabalhador livre, em particular da massa de ex-escravos nas lavouras? Como levar essa maior parcela da população ativa a trabalhar, e a trabalhar sempre mais de maneira que um excedente de seu tempo de trabalho nunca fosse remunerado e contribuisse sempre mais para a acumulação de capital? Como fazê-la acreditar que esse esforço seria fundamental para a riqueza e o progresso da nação? E mais, que estaria fazendo um bem para si e para toda a sociedade e que toda a sua vida seria, enfim, um dia recompensada? Como limpar o trabalho da conotação aviltante da escravidão? Como convencer o liberto das vantagens civilizatórias do trabalho, sem acender-lhe, contudo, a ambição de um dia tornar-se também proprietário como seu patrão? Não foi tão simples a produção de um sujeito do trabalho, dócil e crente nas vantagens da perda de sua autonomia face ao controle disciplinar de seu tempo e de seu esforço. Várias foram as medidas tomadas. Em São Paulo, ao lado de vultosos subsídios em dinheiro para financiar a imigração branca, Célia M. Marinho de Azevedo nos apresenta outras providências: a educação para o trabalho dos meninos órfãos e desvalidos desde de tenra idade, para inocular-lhes o espírito de ordem, economia e amor ao trabalho;⁴¹⁶ além de propostas de medidas legais que obrigassem os ociosos ao trabalho em troca de certas vantagens como isenção do serviço na Guarda Nacional.⁴¹⁷

No Rio de Janeiro, o que nos chama a atenção, na passagem da ordem do capitalismo escravista para o burguês, foi a imposição repressiva desta nova ordem pela

⁴¹⁵Ver: Idem, p. 213. O que fez eclodir as rebeliões foi o decreto imperial determinando o registro de todos nascimentos e óbitos segundo a cor, o que difundiu a ameaça de retorno à condição de escravo a todos os homens pretos.

⁴¹⁶Ver: *Onda negra, medo...*, op. cit., pp. 131 e 132.

⁴¹⁷Ver: Idem, pp. 130 e 131.

vigilância policial, transformando “a rua em verdadeiro espaço de guerra”,⁴¹⁸ segundo a citação de Sidney Chalhoub da expressão de Maria Alice R. de Carvalho. O controle das horas de folga nos botequins, nos quiosques, nas praças, a repressão ao jogo, aos ajuntamentos populares nas praças, a identificação do pobre e do negro à malandragem e à baderna, sempre os condenavam sumariamente à cadeia. Desde julho de 1888 discutia-se na Câmara dos Deputados um projeto de repressão à ociosidade como estratégia de transformar o liberto em cidadão útil, cômico de seus direitos e deveres. A repressão, por mais incoerente que hoje nos pareça, justificava-se por ser educativa: pretendia transformar o ocioso em trabalhador. E para isso a prisão pura e simples não bastava: “Desde que o objetivo é a correção moral, evidentemente eram insuficientes, para se alcançar esse objetivo, as disposições penais no nosso Código Criminal, que estabelecem a prisão de 9 a 24 dias; era necessário corrigir um ato inveterado, por conseguinte, fazê-lo substituir por outro, regenerando, fazendo adquirir amor ao trabalho, pela prática do trabalho. Ora um hábito desses não se adquire em pouco tempo...”,⁴¹⁹ afirma um de nossos parlamentares a respeito do citado projeto. Para tanto, este incluía a criação de colônias de trabalho obrigatório para os vadios, com penas suficientemente longas (de um a três anos) para regenerá-los, submetendo-os à reforma moral pelo trabalho.⁴²⁰

Mais do que instruir ou docilizar para as virtudes do trabalho a mão-de-obra nacional, que no final das contas até sobrava (e mais ainda se considerarmos a chegada dos imigrantes), todas essas medidas tinham como principal finalidade justificar, através da difusão social da natureza preguiçosa do trabalhador brasileiro e da dramatização da criminalidade, o controle repressivo sobre os pobres. O já citado

⁴¹⁸ *Trabalho, lar e botequim...*, op. cit., p. 30.

⁴¹⁹ *Idem.* p. 44.

⁴²⁰ *Vcr: Idem. ibidem.*

projeto contra a ociosidade, que pretendia disciplinar os vadios, punia com expulsão (como já descrevemos em item anterior), o estrangeiro que reincidisse no delito de vadiagem. Após a República, a perversão do imigrante se torna bem mais perigosa. O pior não era somente o mau exemplo do estrangeiro degenerado que se recusava a trabalhar: era aquele elemento que se insurgia de forma mais potente e organizada contra a ordem burguesa imposta ao regime de trabalho e à vida. Muito difícil domesticá-los, como aconteceu aos capoeiras. José Murilo de Carvalho nos conta: “Talvez o único setor da população a ter sua atuação comprimida pela República tenha sido os capoeiras. Logo no início do governo provisório foram perseguidos pelo chefe de polícia, presos e deportados em grande número para Fernando de Noronha. Sampaio Ferraz vingava-se deste modo das hostilidades sofridas pelos propagandistas da República, entre os quais figurava, por parte dos capoeiras incorporados à Guarda Negra. Não conseguiu destruí-los, mas domesticou-os criando condições para sua reincorporação ao novo sistema em termos mais discretos”.⁴²¹ Mas com o estrangeiro politicamente recalcitrante os primeiros anos da República foram implacáveis: “... não houve tolerância alguma para com os anarquistas estrangeiros que pela primeira vez aportaram às praias fluminenses. Para eles, a República mostrou logo sua face violenta, expulsando-os sem maiores delongas. Durante o governo de Floriano Peixoto foram expulsos 76 estrangeiros. Desses, 36 por crimes políticos, 19 expressamente sob a acusação de anarquismo. As deportações faziam-se por simples decreto presidencial, precedendo solicitação do chefe de polícia. O primeiro decreto data de 14 de agosto de 1893”.⁴²²

⁴²¹*Os bestializados...* op. cit., p. 23.

⁴²²Idem, pp. 23 e 24.

Era contra o mundo infernal do trabalho, a “fábrica satânica”,⁴²³ que esses primeiros anarquistas se insurgiram. As pequenas tecelãs de uma indústria de meias de São Paulo, na segunda década do século XX, teriam muito a dizer sobre a extenuante jornada de trabalho que começava quase de madrugada e terminava à noite.⁴²⁴ Eram todas crianças e adolescentes, entre 9 e 15 anos de idade. Acordar às 4 horas da manhã, os irmãos mais novos dormiam, a noite ainda escura e o frio atravessando a janela - sem a poluição de hoje, São Paulo foi uma cidade gelada no inverno, no início do século. Boina de lã enterrada na cabeça, luvas esgarçadas, sobretudo surrado, um gole de café, o embrulho do almoço no bolso, um beijo na mãe viúva e o frio cortando aquelas carinhas de louça que entravam na fábrica em silêncio sob o olhar de uma contra-mestre. Ajeitavam-se nas máquinas, proibido conversar. Era preciso cuidado com os riscos de acidentes - a máquina já havia levado o dedo de uma delas. Pareciam mudas, comunicavam-se por gestos e olhares. Para irem ao banheiro, levantavam o dedo como se faz na escola. A contra-mestre as acompanhava, nunca duas ao mesmo tempo, e o intervalo tinha que ser rápido. Retomar o trabalho até a sirene do almoço, que durava menos de meia hora. Então, sentavam-se como podiam e por vezes trocavam seu pequeno farnel, um ou outro gesto furtivo de solidariedade, porque não podia haver aglomeração entre as pequenas operárias e as conversas sempre a meia voz - eram proibidas grandes expansões. Tudo muito comedido. Até a vida fora da fábrica era fiscalizada. Mulheres tinham que ser modestas e recatadas. Qualquer menção a um comportamento exorbitante nos trajes, na linguagem, nos lugares que frequentavam e,

⁴²³Segundo Margareth RAGO (*Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar - Brasil - 1890-1930*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 39), a fábrica “satânica” foi uma “representação criada pelos próprios operários ingleses durante a Revolução Industrial”.

⁴²⁴Segundo a memória de velhos parentes que viveram sua infância e adolescência na cidade de São Paulo, no início do século.

principalmente, a presença masculina na saída do trabalho, era motivo de advertência à vista de todas as companheiras ou mesmo de demissão sumária. Só não era comedida a jornada de trabalho que poderia terminar entre 6 e 8 horas da noite, conforme o ritmo da produção, sem aviso prévio de alteração do término às operárias. Havia também outro pequeno intervalo para o lanche: algumas bolachas, goles de café, água, bananas, nada mais. Já era noite quando deixavam a fábrica e mesmo exaustas, entorpecidas pelo barulho e pelo ritmo extenuante de repetição do movimento das máquinas, elas se despediam sorrindo: os dentes ainda branquinhos, a pele macia, os olhos de criança debandavam sem muito alarde de volta para casa, para começar tudo de novo no dia seguinte.⁴²⁵

A fábrica de meias e sua máquina demoníaca e onipresente dividia o tempo, ditava os gestos e dirigia os olhares das pequenas tecelãs, um pouco como um convento, uma prisão ou uma força militar.⁴²⁶ Eram normas disciplinares férreas que não eram exclusivas para crianças ou mulheres - aplicavam-se também ao trabalho dos operários adultos. Margareth Rago descreve a necessidade desses dispositivos de controle estrito dos corpos: "A irregularidade do ritmo de trabalho, o absenteísmo, o pouco comprometimento dos trabalhadores com as exigências do capital e com o novo modelo produtivo explicam a introdução de rigorosos regulamentos internos de fábrica

⁴²⁵ "Fábrica de Tecidos em São Paulo:

Aceita-se mais mulheres e meninas para trabalharem neste estabelecimento. Paga-se bem. Dirija-se ao escritório da Fábrica de 10 a 12 da manhã.

Diogo Antônio de Barros"

Anúncio publicado em "A Província de São Paulo" de 22 de março de 1876, p. 4 (Apud: MOURA, Esmeralda B.B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982). A mesma autora demonstra que meninas e mulheres eram muito mais numerosas que as crianças e adultos do sexo masculino na indústria têxtil de São Paulo, em 1912. Meninas (2.177) e mulheres (4.562) somavam um total de 6.679 operárias, enquanto meninos (818) e homens (1.719) perfaziam 2.537 trabalhadores. Ver: Idem, Quadro II, p. 141.

⁴²⁶ Ver: FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. "Cadernos da PUC", nº 16. Rio de Janeiro, 1974. Conferência V.

destinados a constrangê-los ao trabalho. Reuni-los num espaço facilmente controlável não fora suficiente para garantir a realização das tarefas e seu envolvimento com a produção. Por isso, os industriais procuram definir normas estritas de comportamento para assegurar não apenas o comparecimento diário do operariado na fábrica, mas ainda a execução regular de sua atividade produtiva”.⁴²⁷ Eram medidas de cunho repressivo justificadas pela famosa indolência do trabalhador, “num momento em que inexistia qualquer legislação trabalhista que limitasse a exploração desenfreada do capital no interior do processo produtivo”.⁴²⁸ E os limites a essa exploração eram impostos pela resistência dos trabalhadores com as greves, paralisações, sabotagens, roubos de peças das máquinas, apesar de toda a vigilância despótica da pirâmide hierárquica de olhares (dos gerentes, inspetores, fiscais e contra-mestres), da aliança com as forças policiais e da severidade dos regulamentos que previam muitas vezes punições humilhantes e regiam nos mínimos detalhes, o comportamento dos operários dentro e fora da fábrica. Eram utilizadas dentre outras, as “táticas de antiaglomeração”, que segundo Margareth Rago, ao mesmo tempo em que coletivizavam, também individualizavam os comportamentos: “... se por um lado as normas atingem o operário como corpo coletivo, pretendendo constituir um conjunto ordenado e coerente de trabalhadores, anulando tendências caóticas e hábitos individuais, por outro lado, distribuem individualizadamente os produtores diretos, buscando dissolver os laços que os unem no processo de trabalho”.⁴²⁹

Com o tempo a forma ostensivamente repressiva de controle disciplinar acaba por se suavizar, tomar um caráter mais eficaz e assumir um discurso científico,

⁴²⁷ *Do cabaré ao lar....* op. cit., pp. 22 e 23.

⁴²⁸ *Idem.* p. 23.

⁴²⁹ *Idem.* p. 25.

neutro e apolítico. As questões do trabalho não deveriam mais aparecer demarcando lugares distintos nas disputas entre patrões e empregados - os conflitos, além de acirrarem as posições de classe entre os trabalhadores com o risco de lhes garantirem autonomia, representavam perda de rentabilidade do trabalho e atraso no desenvolvimento da nação. É ainda Margareth Rago quem assinala esta mudança: "A passagem para a década de 20, por sua vez, assiste a uma mudança nos regimes disciplinares: anuncia-se um projeto nacional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A 'nova fábrica', higiênica, racionalizada e moderna deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação. Mas, ao mesmo tempo, deveria figurar como o lugar da atuação de um outro tipo de patrão, moderno e agilizado, em oposição à antiga figura do proprietário dispótico, arbitrário e rude do passado".⁴³⁰ A nova tática disciplinar seria "tocar no coração do operário",⁴³¹ segundo Jorge Street, um conhecido empresário de São Paulo. Seria, portanto, produzir-lhe uma interioridade tal que dispensasse o olhar ostensivo dos fiscais e o levasse a colaborar de bom grado com as normas instituídas, não por temor da punição, mas por acreditar sinceramente serem as melhores, já que foram cientificamente traçadas. Não se trata mais do despotismo dos chefes e dos interesses dos patrões - afinal, as verdades científicas são impessoais, elas não têm pretendentes... Eis o processo das novas subjetivações: Antes o operário, tal como o prisioneiro da prisão panóptica, tinha a sua cela constantemente iluminada pela torre central de vigilância⁴³² - seu corpo opaco era o único obstáculo que a luz não

⁴³⁰Idem. p. 19.

⁴³¹Apud: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade e fábrica - a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira*, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1983, p. 91.

⁴³²Ver: *Ilgiar e punir...*, op. cit., ilustração nº 21.

atravessava. Corpo resistente ao progresso, às luzes da ciência, uma individualidade que, uma vez produzida pela vontade burguesa, terá que ser abundantemente iluminada pelo saber científico, até que, cega pela luz que vem de fora, volte a vigilância panóptica da torre central para o interior de si mesma.

Um nova fábrica, para um novo homem. Um trabalhador moderno para um patrão empreendedor. E a fábrica, o local racional e higiênico de produção e de prosperidade. Espaço educativo da construção de uma nova ética de trabalho que procurava juntar numa mesma comunidade de interesses patrões e empregados, lugar de fabricação não apenas de bens materiais, mas dos novos sujeitos para o trabalho. Agente do processo civilizatório do trabalhador que se impunha até mesmo na vida doméstica e nas horas de lazer. A Companhia América Fabril no Rio de Janeiro, por exemplo, distribuía em 1922, entre seus operários, um livrinho-guia, preocupada com o bem-estar de seus empregados:

“A Cia. tem todo o empenho em que seus operários vivam unidos e satisfeitos; estando pronta a auxiliar, na medida do possível, todas as iniciativas para ‘clubs’ de diversões e esportivos, uma vez que neles sejam observados os mais rigorosos princípios de moralidade e cordialidade”⁴³³

A questão estava, portanto, em intervir na formação dos operários enquanto classe, produzindo uma vida fabril segundo certas normas, neutralizando seus movimentos, ora com a aliança da polícia, ora principalmente por medidas de caráter assistencialista como a criação de vilas operárias, clubes recreativos, escolas, farmácias, cooperativas de alimentos, fundos de pensões, etc.

O controle abrangente da vida dos operários recebeu importante reforço

⁴³³Cia América Fabril. Departamento do Trabalho, Rio de Janeiro, Tipografia Renasença, 1922, p. 28, *apud*: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade e fábrica...* op. cit., p. 94.

do saber médico. Embora a medicina social no Brasil tenha eleito desde o seu início, no século XIX, o espaço urbano como o principal foco patológico a receber a sua intervenção saneadora (e não a fábrica e seu corpo produtivo),⁴³⁴ os médicos do século XX, especialmente a partir da segunda década, passaram a interferir nos serviços de inspeção sanitária e nos discursos de orientação ao trabalhador. Afinal a racionalização científica de trabalho referia-se não apenas técnicas de manipulação das máquinas, mas principalmente aos métodos de administrar esse corpo do trabalho e sua preservação física e mental. A propósito dessa racionalização, escrevia em 1925 o Dr. Carlos Penafiel, psiquiatra e membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, preocupado com a fadiga dos trabalhadores: “Ele aperfeiçoa os métodos, não em benefício do bem estar do operário, mas com o fim de assegurar a superprodução de cada um. O trabalho nas fábricas reorganizadas segundo o sistema Taylor⁴³⁵ e baseado sobre o constrangimento, a disciplina, o que justamente constitui tudo quanto há de mais contrário ao espírito de invenção, de iniciativa e mais facilmente conduzirá à fadiga, o operário não é considerado senão como uma peça do sistema. Nunca se vê em tal sistema, (...), a preocupação de determinar cientificamente a fadiga do operário; refere-se aos trabalhadores que aliás de antemão considera como preguiçosos. Empregou para o trabalho humano os mesmos processos do trabalho mecânico, o que constitui um erro devido à fadiga que intervém no funcionamento do motor humano. Taylor não conhece a fisiologia...”⁴³⁶ Neste mesmo artigo publicado nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, o autor recomendava a organização de um instituto apropriado para realizar

⁴³⁴Ver: *Danação da norma...*, op. cit., pp. 345-353.

⁴³⁵O autor se refere à Frederick W. Taylor, que havia escrito, ainda no século XIX, nos Estados Unidos, o livro *Princípios da administração científica*.

⁴³⁶PENAFIEL, Carlos. *O elemento psíquico no trabalho humano*. “Arquivos Brasileiros de Higiene Mental”, ano I, nº 2, dezembro 1925, pp. 11-26, p. 23.

perícias médico-psicológicas a serviço do comércio e da indústria na seleção de “bons colaboradores e operários úteis”.⁴³⁷ Aliás, o Dr. Penafiel assinala que um serviço deste tipo, que deveria alcançar a justiça (policia preventiva e judiciária) e a educação quanto “aos problemas do desenvolvimento intelectual das crianças e dos adolescentes”, havia sido inaugurado recentemente pela Liga, embora em proporções modestas, na Avenida das Nações, no Rio de Janeiro.⁴³⁸

Uma nova prática disciplinar deveria agora levar em conta o saneamento do trabalhador que, proveniente de uma classe social destituída de bons hábitos, seria naturalmente propenso às enfermidades do corpo e da mente. Os relatórios do Centro Industrial do Brasil na década de 20 trazem esta marca:

“Considerando que a utilização dos ‘loisirs’ dos operários não pode ser encarada fora das medidas de higiene ou de bem-estar social, que as coletividades têm o cuidado de tomar para todas as classes de cidadãos (...) recomenda aos membros:

- a) desenvolver a higiene individual, principalmente criando ou provendo a abertura de estabelecimentos balneários, piscinas populares, etc;
- b) tomar medidas legislativas ou animar os esforços privados para combater o alcoolismo, a tuberculose, as doenças venéreas e a prática de jogos de azar;

“Considerando que é útil, no interesse dos operários e da coletividade inteira favorecer tudo quanto seja de natureza e assegurar o desenvolvimento harmônico da família operária;

“Considerando que o melhor meio de proteger os trabalhadores contra os perigos acima referidos é por-lhes à disposição uma casa decente, a Conferência recomenda a multiplicação de habitações sãs e baratas, preenchendo as condições essenciais de salubridade e conforto quer em casas ajardinadas, ‘cité-jardins’, quer em aglomerações urbanas (...).

“Recomenda ainda:

- a) o melhoramento da vida doméstica e familiar dos trabalhadores (jardins

⁴³⁷Idem, p. 13 (o grifo é nosso). As diretrizes principais das investigações do instituto proposto pelo autor deveriam ser:

1º - Como conhecer as qualidades mentais que fornecerão o melhor rendimento para os trabalhos a executar;

2º - Que condições psicológicas asseguram o melhor e o mais considerável rendimento de trabalho;

3º - Que meios educativos elevarão ao máximo as faculdades de que a Indústria e o Comércio têm necessidade. (Idem, ibidem)

⁴³⁸Idem, p. 17.

operários, pequenos terrenos, pequenas criações, etc.) com o sentimento de uma vantagem financeira, mesmo pequena, capaz todavia de dar ao mesmo tempo à coletividade familiar, acréscimos de benefícios e distrações;

b) o desenvolvimento da força e da saúde física dos trabalhadores pela prática dos esportes;

c) o desenvolvimento do ensino profissional e doméstico e do ensino geral (bibliotecas, salas de leituras, conferências)".⁴³⁹

A questão médica era também a higienização do local de trabalho, condições nem sempre observadas pelos industriais, e que poderiam gerar conflitos e acidentes de trabalho, incapacitando "parcial ou permanentemente tantas dezenas de trabalhadores que poderiam continuar como elementos úteis"⁴⁴⁰ para o nosso progresso industrial",⁴⁴¹ afirmavam os inspetores públicos do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, em 1914. Edificações mal adaptadas à atividade industrial, sem ventilação, iluminação precária, ambientes úmidos, pequeno espaço entre as máquinas, ausência de esgoto, água encanada e potável, fossas no lugar de privadas sanitárias, falta de reservatórios limpos para água tratada, eram as notificações médicas mais frequentes que incluíam, em geral, outra série de recomendações quanto ao trabalho noturno, à vida em família, ao trabalho das crianças, das mulheres, a amamentação etc.

A problematização da utilidade do corpo para o trabalho a partir da década de 20 não era em si, uma questão nova. A novidade no entanto, consiste na ênfase gradativa do discurso médico sobre a preservação desse corpo, desde o início do século, e sua aliança ao discurso liberal da eficiência, introduzido pelo sistema de

⁴³⁹Relatório do Centro Industrial do Brasil. Rio de Janeiro, 1921/1925. pp. 156 e 157. *Apud* CARVALHO, Maria Alice Rezende de, *Cidade e fábrica...*, op. cit., pp. 124 e 125.

⁴⁴⁰O grifo é nosso.

⁴⁴¹*Condições do trabalho na indústria têxtil de São Paulo*. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. 1914. p. 26. *Apud* RAGO, M., *Do cabaré ao lar...* op. cit., p. 38.

produção industrial. O trabalho começa a se tornar uma espécie de “lei suprema”,⁴⁴² na medida em que as concepções dominantes sobre as relações dos indivíduos com a sociedade e com o Estado se alteram. Antes, o escravo era o corpo natural para o trabalho, não considerado enquanto tal como um indivíduo social (muito menos um cidadão), e suas relações com a sociedade (a dos homens livres e proprietários) eram sempre intermediadas pelo senhor. Mais adiante, o “corpo natural do trabalho” perdeu essa conotação tão óbvia do escravismo e passou a precisar ser educado. O corpo do operário não é espontâneo - é preciso também fabricá-lo. E a natureza indolente do trabalhador não se corrige pelos castigos, mas pela aquisição minuciosa de hábitos e habilidades que devem começar na infância (no lar e na escola) e desenvolver-se na fábrica. Sua condição de indivíduo considerado como cidadão, pelo menos nominalmente, sujeito a direitos e deveres para com a sociedade faz dele um eterno devedor: recebe dela seus direitos à segurança, à liberdade etc, e terá que resarcí-la com seu trabalho. A esse respeito, Sidney Chalhoub reproduz um trecho do discurso do deputado Rodrigues Peixoto, ao referir-se ao já citado projeto de repressão à ociosidade: “Cada membro da comunidade deve a esta uma parte do seu tempo e do seu esforço no interesse geral, cuja inobservância apresenta gravidade, o que autoriza de certo modo a intervenção do Estado.

“... é preciso que tenham todos uma ocupação, porque V.Exa. sabe que desde que o indivíduo respira, como que contrai uma dívida com a sociedade, a qual só pagará com o trabalho”.⁴⁴³ Portanto, aquele que, por qualquer razão, não paga a sua dívida representa um peso morto para toda a sociedade, porque consome sem nada

⁴⁴²Ver: CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim...*, op. cit., p. 43.

⁴⁴³Idem, pp. 43 e 44.

produzir e ainda terá frequentemente que ser assistido pelo Estado. Poderá ainda transformar-se num perigo social por conta da potência criminosa que a ociosidade germina.

Com o tempo, este indivíduo do contrato social, além de estar sob a ameaça virtual de ser considerado um fardo ou um perigo social, poderia transformar-se também num verdadeiro refugo do processo de seleção do mais forte. Assim expressava o Centro Industrial do Brasil, em 1923, a concepção liberal de liberdade individual e da livre concorrência: “Individualmente considerada, a aplicação de uma tabela restritiva de trabalho, uniforme tanto aos indivíduos mais fortes, mais capazes, mais ambiciosos, como aos menos fortes, menos inteligentes, menos capazes⁴⁴⁴ é cercear de modo injusto e pernicioso a liberdade, impedindo, ou pelo menos dificultando grandemente, que mais rapidamente progridam e melhorem a sua posição na sociedade aqueles que o possam fazer”.⁴⁴⁵ Então, “os menos fortes menos inteligentes e menos capazes” acabam por formar o plantel dos menos eficientes e, conforme o grau de sua ineficiência, poderão chegar a um grau negativo dessa tão almejada eficiência e serem considerados deficientes. Não importa para onde aponta esta deficiência (cérebro, movimentos, olhos ou ouvidos) - é sempre o corpo ou uma parte dele que não funciona, segundo a ótica utilitarista dos corpos.

Com base nesta utilidade é que dispositivos de racionalização do controle social se voltarão para a criança. Ela passará a ser o alvo privilegiado das propostas eugênicas, sanitárias e educacionais. E, particularmente, a “criança anormal”, esta

⁴⁴⁴O grifo é nosso.

⁴⁴⁵Relatório do Centro Industrial do Brasil, Rio de Janeiro, 1923, p. 170. *Apud*: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade e fábrica...*, op. cit., p. 114.

categoria criada pela psiquiatria⁴⁴⁶ e bastante utilizada pelos discursos médico-pedagógicos brasileiros do começo do século, será o veículo de expansão do poder psiquiátrico recém-conquistado no hospício⁴⁴⁷ para outras instituições. E a detecção das crianças anormais não se justificará inicialmente apenas por razões escolares (elas estorvam as aulas e são prejudiciais às outras crianças), ou profiláticas (evitar que se tornem parasitas e perigosas no futuro), mas também por razões econômicas da utilização da mão-de-obra de seus pais e parentes. É o que nos fala, em 1913, Basílio de Magalhães: “Um idiota ou imbecil, mais ou menos grave, é, no seio da própria família, sério obstáculo à melhoria das condições econômicas do seu lar. Pais e irmãos, ou empregados ad hoc, que com ele são coagidos a ocupar-se, revesam-se em muitos e pacientes esforços, que, de outro modo, haveriam de traduzir-se em ganho útil. E tudo isso com êxito improficuo, pois que o mísero ser não aproveita fisio-psiquicamente com toda a admirável e respeitável abnegação, que apenas serve para aumentar nos corações, pelo exercício contínuo a que estes assim se votam, a energia dos instintos altruístas”.⁴⁴⁸

A esse respeito, Michel Foucault, nas conferências que proferiu em 1973 no Collège de France⁴⁴⁹ nos relata problema semelhante ocorrido na França, em meados do século

⁴⁴⁶A psiquiatrização da idiotia (e de suas sub-classificações) será discutida no próximo capítulo, assim como a institucionalização e a psiquiatrização da infância. Por ora, basta considerar que, a despeito de sua caracterização como monstruosidade (ver capítulo “Monstros e Degenerados”) e, portanto, não ser propriamente uma doença, a idiotia foi incluída pela psiquiatria no conjunto das alienações mentais, juntamente com a loucura. Do mesmo modo, a anormalidade atribuída à criança pela psiquiatria, tal como uma “doença”, é até hoje objeto de tratamento médico-pedagógico.

⁴⁴⁷Ver: ENGEL, Magali Gouveia, *A loucura na cidade do Rio de Janeiro: idéias e vivências (1830-1930)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 1995.

⁴⁴⁸MAGALHÃES, Basílio de. *Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência (contribuição para o estudo desse complexo problema econômico e social, cuja solução urgentemente reclamam, - a bem da infância de agora e das gerações porvindouras, - os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais da Pátria Brasileira)*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1913, pp. 176 e 177.

⁴⁴⁹FOUCAULT, Michel. *Constituição da psiquiatria. Doze Conferências no Collège de France, Paris*, Resumo de Roberto C.M. Machado e Jurandir F. Costa, Rio de Janeiro, 1973-1974 (resumo), 9ª Conferência.

XIX, antes mesmo da instituição em lei de 1881⁴⁵⁰ do ensino obrigatório. A caçada às crianças anormais, diz ele, inicia-se entre 1830 e 1840, não por causa da seleção escolar, que só iria acontecer na França no final do século, quando da aplicação de questionários e inquéritos nas escolas para descobrir os idiotas e débeis. A questão não surgiu, portanto, como um problema do sistema de ensino: essas crianças não podiam ir à escola e impediam os pais de trabalhar. Foram, então, encaminhadas aos pavilhões especiais dos hospícios, criados naquele momento, a fim de liberar os pais para o trabalho - eis o artifício da assimilação do idiota ao louco produzido pelo saber psiquiátrico. Elas representavam um duplo fardo social: no presente e no futuro. Aliviar este fardo no presente só poderia ocorrer com a criação de espaços para elas, como descreve Foucault. Quanto ao futuro, somente o "tratamento moral" adequado, como denominou Séguin em 1846, poderia evitar que se tornassem perigosas ou parasitas.

No Brasil, encontrar um lugar para essas crianças não foi problema de vez que ocuparam os hospícios o mesmo espaço destinados aos adultos. É que aqui a preocupação generalizada com a criança (e não apenas com a infância dos ricos) começou bem mais tarde. Foi somente em 1903, após um inquérito no Hospício Nacional de Alienados, presidido pelo médico Carlos Eiras, que horrorizado descrevia o "ajuntamento vergonhoso e ofensivo à moral"⁴⁵¹ de crianças e adultos, é que foi criado naquele hospício um espaço reservado às crianças denominado Pavilhão Bourneville, sob a direção de Fernandes Figueira, e que parece ter continuado o único no Brasil por muito tempo.⁴⁵²

⁴⁵⁰Ver: DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 76.

⁴⁵¹*Apud*: MAGALHÃES, Basílio de. *Tratamento e educação...*, op. cit., p. 12. Retomaremos o tema dos estabelecimentos especializados no próximo capítulo.

⁴⁵²Em 1913, Basílio de Magalhães (idem, p. 12) afirmava, a respeito do Pavilhão Bourneville: "Mas esse, até hoje único, serviço de assistência à infância mentecapta.."

Embora de forma menos generalizada que a idiotia, a surdo-mudez também foi incluída, para alguns autores, na categoria psiquiátrica das anormalidades da infância. Colocados na fronteira da debilidade mental pelo empobrecimento que a ausência de linguagem poderia acarretar, os surdos-mudos também poderiam oferecer perigo para sociedade, desde que não educados - "O estado de surdo-mudez abandonado a si próprio coloca o homem em condições incontestáveis de incapacidade e de irresponsabilidade; porém, graças à educação e à instrução especiais que em escala sempre progressiva corrigem até certo ponto os resultados desta enfermidade⁴⁵³ congênita, adquirem os surdos-mudos conhecimentos que lhes facultam obrar com discernimento",⁴⁵⁴ afirma em 1875 o doutorando Augusto Ferreira dos Santos. Mais de 50 anos depois, em 1928, Norberto de Souza Pinto, um educador paulista, ainda inclui, entre as anormalidades da infância a surdo-mudez, classificando os surdos-mudos "entre os anormais mistos, cuja verdadeira anomalia sensorial deriva muitas e recíprocas psicofísicas e alterações de mentalidade".⁴⁵⁵

Os indisciplinados também integravam a categoria psiquiátrica dos anormais, uma vez que a idiotia (e assim a imbecilidade e a debilidade) com seus graus de anormalidade da inteligência, caracterizava-se por descontrole dos instintos e toda a sorte de desvios de caráter⁴⁵⁶ até o perigo de misturá-los aos normais nas escolas ou de

⁴⁵³A surdo-mudez, assim como a idiotia, precisaram ser consideradas enfermidades (o que supõe tratamento, evolução ou cura), para serem capturadas pela psiquiatria. Curiosamente, o mesmo não se deu com a cegueira - cegos nunca foram objeto da psiquiatria. Pelo menos até surgirem nos anos 20-30 as propostas de proibição de casamentos de pessoas suspeitas de serem portadoras de taras hereditárias e de esterilização dos degenerados, os cegos não foram considerados indivíduos perigosos para psiquiatras e higienistas. Ver Capítulo II.

⁴⁵⁴SANTOS, Augusto Ferreira dos. *Legislação e jurisprudência relativas às afecções mentais - da influência de certos estados fisiológicos e patológicos sobre a liberdade moral*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Acadêmica, 1875, p. 80.

⁴⁵⁵PINTO, Norberto Souza. *A infância retardatária (ensaios de ortofrenia)*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1928, p. 76.

⁴⁵⁶Ver nesta tese o Capítulo I. No Capítulo IV serão retomados os temas da psiquiatrização do idiota e o nascimento da criança anormal.

deixá-los entregues à própria sorte.⁴⁵⁷ Lourenço Filho, conhecido pedagogo da educação nova e crítico ativo da pedagogia tradicional, com todo o seu prestígio, escreve em carta elogiosa ao já citado livro de Norberto de Souza Pinto: "... Este [o problema dos débeis ou retardados] me parece que é de alcance social enorme, porque, enquanto os anormais profundos ficam à margem da vida social, débeis penetram na sociedade, onde, mal adaptados, vão criar toda a sorte de perturbações. As estatísticas americanas, cada vez mais perfeitas, demonstram uma correlação impressionante entre o crime e a prostituição de um lado, e, de outro, a debilidade mental".⁴⁵⁸

Dada a falta quase total de estabelecimentos especiais (asilos e escolas) para essas crianças, médicos e pedagogos continuaram a insistir na sua criação como meio profilático do perigo futuro para a sociedade, ao lado dos eugenistas que propunham a seleção dos casamentos e a esterilização dos anormais.⁴⁵⁹ Em 1913, Clemente Quaglio, professor de psicologia experimental da Escola Normal de São Paulo, denuncia: "... já se vão anos que a lei sobre a instrução gratuita fora promulgada e, no entanto, até agora essas desventuradas crianças anormais não usufruíram (...) dos preciosos benefícios da Educação".⁴⁶⁰

⁴⁵⁷Muitos trabalhos incluíram os indisciplinados entre as crianças anormais:

- MAGALHÃES, Basílio de. *Tratamento e educação...*, op. cit.
- QUAGLIO, Clemente. *A solução do problema pedagógico-social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil*. São Paulo, Tip. Espinola e Comp., 1913.
- MELLO, B. Vieira de. *Higiene escolar e pedagógica (para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino)*. São Paulo, Casa Vanorden, 1917.
- PINTO, Norberto Souza. *A infância retardatária...*, op. cit.
- OLINTO, Plínio. *Introdução à psiquiatria*, Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia. Editores, 1930.
- GODOIS, A. B. Barbosa de. *Higiene pedagógica - para uso de normalistas*, Maranhão, Imprensa Oficial, 1914.
- PERNAMBUCANO, Ulysses. *Classificação das crianças anormais. A parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a astenia mental*. Recife, Imprensa Industrial, 1918.

⁴⁵⁸*A infância retardatária...*, p. 7.

⁴⁵⁹Ver nesta tese no Capítulo II: "Movimento Eugênico: Tribunal de todos os Desvios".

⁴⁶⁰QUAGLIO, Clemente. *Educação da infância anormal de inteligência*, op. cit., p. 6.

Corpos considerados anormais, indisciplinados e incapazes para o trabalho ganham com o sistema de produção industrial uma nova serventia - eles fazem surgir novas técnicas de prevenção, de reprodução e de recuperação da potência para o trabalho. Afinal, o novo trabalhador não é mais um corpo natural, nascido para o trabalho, como o escravo - é preciso minimamente educá-lo e sempre que possível preservá-lo ou recuperá-lo. Torna-se necessário, portanto, desenvolver técnicas e promover estabelecimentos que possam transformar os anormais “- de perigos, de fardos, de ‘non valeurs’ que representam - em indivíduos inócuos, em forças úteis, e enfim, em operários prestados a si mesmos, à família e à Pátria”,⁴⁶¹ é o que diz Basílio de Magalhães. Em contrapartida, os anormais foram úteis também como fonte de admoestação para os novos dispositivos de coerção e de controle social que se refinam a partir desses que são considerados os refugos da livre concorrência e da seleção do mais forte. Além disso, nem sempre as novas práticas de inclusão institucional, ao lado de suas funções de controle, vêm cumprindo a sua missão de conservar, educar e recuperar os corpos para uma multidão de pobres e miseráveis: considerados fardos sociais são, ainda hoje no Brasil, corpos descartáveis.

⁴⁶¹ *Tratamento e educação das crianças anormais...*, op. cit., pp. 177 e 178.



PUC

LILIA FERREIRA LOBO

OS INFAMES DA HISTÓRIA:
A INSTITUIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS NO BRASIL

VOLUME II

Tese Doutorado

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1997

Departamento de Psicologia

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 — CEP 22453

RIO DE JANEIRO — BRASIL

■ Cham 150 L799 TESE UC

■ ulu C-ífames da História.



■ 1 v. 2 ■ B

0134957

LILIA FERREIRA LOBO

OS INFAMES DA HISTÓRIA:
A INSTITUIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS NO BRASIL

VOLUME II

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da
PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção
do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Esther Maria de Magalhães Arantes

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1997.

150-14-6



797

150
 L 499
 TEJE UC
 v.2

CAPÍTULO IV

DA EXCLUSÃO COLONIAL À INCLUSÃO INSTITUCIONAL

1. A Terra Descoberta: Reino da Exclusão

A julgar-se pela largueza, as terras descobertas eram um enorme enclausuramento, espaço imenso de degredo e solidão. A não ser pelos índios embrenhados nas florestas, seus habitantes insólitos, tudo parecia um assombroso deserto de almas para quem viesse aportar àquelas costas nos primeiros anos do descobrimento: naufragos, degredados, contrabandistas e aventureiros. Com exceção dos contrabandistas de pau-brasil, que logo preenchido o carregamento das naus, levantavam âncoras de volta à terra natal, os demais teriam que enfrentar, naquele mundo selvagem, as incríveis distâncias, os perigos desconhecidos e o silêncio assustador da solidão.

De certa maneira, por castigo ou falta de escolha, o solo do Brasil desde o início foi tratado como terra da exclusão, uma prática que Portugal já vinha aplicando a outras colônias na África e na Ásia. Por castigo para aqui foram trazidos como degredados desde os grandes criminosos condenados por assassinio, até os que cometeram pequenos delitos como furto de bolsas, funcionários públicos corruptos, falsários, vadios, jogadores e estelionatários. “Nem todos, sabemos, eram ‘da mais vil e perversa gente do Reino’, como dizia Nóbrega [em 1555] a Inácio Loyola.”¹ Havia de

¹LEITE, Serafim S. (org.). *Cartas dos primeiros jesuítas - o Brasil*, 3 vols., São Paulo. Comissão do IV Cartenário da Cidade de São Paulo, 1956-58, vol. 2, p. 171 (São Vicente, 25-3, 1555). *Apud*: ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios - Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, Rio de Janeiro José Olympio, 1993, p. 156.

certo muitas pessoas desterradas por delitos que dificilmente as enquadrariam hoje na categoria enunciada por Nóbrega, a exemplo 'dos que compram colméias para matar as abelhas',² ou inofensivas feiticeiras".³ Por falta de escolha aqui ficaram marinheiros doentes, náufragos ou "simples aventureiros, quase sempre pobres-diabos, resíduos de uma sociedade que os rejeitava e os expelia para uma terra longinqua e agreste, carente de habitantes".⁴

Há muito Portugal, como de resto toda a Europa, se via às voltas com esses resíduos sociais. Era a vadiagem principalmente, considerada a fonte de toda a criminalidade. O número de vadios não era pequeno, por isso, desde o século XIII "um diploma mandava perseguir os vadios, proibindo que habitasse o Reino quem não tivesse bens de raiz, não exercesse mister de que vivesse sem inspirar suspeitas ou, em suma, não tivesse senhor ou desse fiadores idôneos que respondessem por possíveis delitos que praticasse (...)", registra Joel Serrão, organizador do *Dicionário de História de Portugal*.⁵ Mesmo assim havia os que não preenchiam nenhuma daquelas condições e "andavam, no entanto, muito bem trajados e calçados, jogavam, comiam e bebiam, atribuindo-se-lhes com grande plausibilidade, os furtos e malfeitorias que se perpetravam com freqüência".⁶ Conquistadas novas terras, por que não expulsá-los de vez do Reino? "Nas Cortes de Almeirim em 1544 pediram os procuradores de Lisboa que o monarca mandasse fazer, de seis em seis meses, correição 'de patifes e homens vadios, sem officio nem senhor com quem viviam, e sejam presos e embarcados para o Brasil'".⁷ Esse, aliás,

²*Código filipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal recopiladas por mandado del-rei dom Filipe I*, 14^a ed., Rio de Janeiro, Instituto Filomático, 1870 [1^a ed. 1603], *apud*: Idem, *ibidem*.

³Idem, *ibidem*.

⁴Idem, p. 157.

⁵SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de história de Portugal*. 4 vols., 8 tomos, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1981, s.v. 'vadiagem', vol. VI, pp. 239 e 240.

⁶Idem, *ibidem*.

⁷Idem, *ibidem*.

era um pedido que se justificava pelas medidas que Portugal já vinha praticando há muito tempo, ou pelo menos, desde 1536 quando D. João III ordenara o desterro da Corte dos “moços vadios de Lisboa que andam a furtar bolsas e fazer outros delitos” e que “qualquer degredo que houvesse de ser dado fosse para o Brasil”.⁸

Tão vasto território precisava de habitantes. Quem viria espontaneamente para estas terras sem prata, sem ouro, nem pedras preciosas? Talvez, nem mesmo a promessa de outras riquezas (fazer fortuna num solo fértil com fartura, clima ameno, sol o ano inteiro e escravos para o descanso dos senhores), como anunciava Gandavo⁹ em 1576, fora suficiente para atrair de boa vontade muita gente portuguesa para o Brasil. Tanto que em 1549, Tomé de Souza, incumbido de fundar a Cidade de Salvador, trouxe para esse fim 400 degredados, gente desclassificada e desqualificada para levar adiante as tarefas burocráticas de administração da cidade.¹⁰ Como conseguir qualquer forma de exploração da terra, por mais acanhada, com tal tipo de gente? Era do que se queixava Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, em carta de 1546 a D. João III:

“Outrossim, senhor, já por três vias tenho escrito e dado conta a Vossa Alteza acerca dos degredados, e isto, senhor, digo por mim mesmo e por minhas terras, e como é pouco serviço de Deus e de Vossa Alteza e do bem e aumento desta Nova Lusitânia mandar para aqui tais degredados, como de três anos para cá me mandam. Porque certifico a Vossa Alteza e juro pela hora da morte que nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal e dano, e por sua causa se fazem cada dia mais males... Outrossim não são para nenhum trabalho, vêm pobres e nus, e não podem deixar de usar

⁸*Documentos para a história do açúcar*. 3 vols., Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool. 1954-63. Alvará de 6-5-1536, vol. I, p. 31. *Apud*: ARAÚJO, Emanuel, *O teatro dos...*, op. cit., pp. 154 e 155.

⁹Ver: GANDAVO, Pero Magalhães. *Tratado da terra do Brasil e Histórias da província de Santa Cruz*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP.

¹⁰Ver: ARAÚJO, Emanuel, *O teatro dos...*, op. cit., p. 155.

de suas manhas, e nisto cuidam e planejam sempre fugir e se ir. Creia Vossa Alteza que são piores aqui do que a peste, pelo que peço a Vossa Alteza, pelo amor de Deus, que tal peçonha para aqui não me mande, porque é mais destruir o serviço de Deus e seu e o bem meu e de quantos estão comigo que usar de misericórdia com tal gente, porque até nos navios em que vêm fazem mil males, e como vêm mais dos degredados do que da gente da tripulação dos navios, revoltam-se e fogem e fazem mil males, e achamos menos dois navios, que por trazerem muitos degredados estão desaparecidos. Torno a pedir a Vossa Alteza que não me mande tal gente e me faça mercê mandar às justiças que os não metam por força nos navios que para minhas terras vierem, porque é, senhor, deitarem-me a perder".¹¹

A não ser pelos jesuítas, com seu cristianismo militante, dispostos à catequese e à salvação dos gentios, a evitar a degradação do inferno do pecado entre os brancos com sua medicina da alma, a não ser pelos poucos administradores e colonos portugueses que recebiam privilégios de cargos, títulos e sesmarias, quase ninguém em liberdade e sã consciência se dispunha a emigrar. Nem mesmo aqueles que recebiam privilégios traziam família - tudo aqui era provisório e o grande sonho, fazendo ou não fortuna, fugindo ou não do degredo, o grande e acalentado sonho era voltar um dia para Portugal.¹² Por isso, as mulheres portuguesas ficavam lá a espera de seus maridos,¹³ e

¹¹DIAS, Carlos Malheiro (ed.). *História da colonização portuguesa do Brasil*. 3 vols., Porto, Litografia Nacional, 1921-24. Carta a dom João III, datada de Olinda, 20-12-1546, vol. 3, p. 315, *apud*: *Teatro dos...*, op. cit., pp. 155 e 156.

¹²"Em 1698, por exemplo, vemos que a Coroa se queixa de que muitos degredados, exilados para o Brasil, estavam voltando para Portugal, antes de completarem suas sentenças". Por sua vez, a África recebia os degredados do Brasil: "Trinta anos depois, vemos que o vice-rei da Bahia ainda se queixa com mais vigor, de que criminosos exilados por ele para Angola e Benguela, estavam constantemente retornando ao Brasil (...). Tal como havia um tráfico triangular de ouro em barra, açúcar e escravos, entre Portugal, Brasil e Angola, havia, e nem sempre na direção pretendida, um intercâmbio de degredados e criminosos em três linhas". BOXER, C.R., *A idade do ouro do Brasil - dores de crescimento de uma sociedade colonial*, 2ª ed., São Paulo, Nacional, 1969, p. 161.

¹³Muitas dessas mulheres, abandonadas por seus maridos que formavam nova família na Colônia, desvalidas, casavam-se novamente e, por isso, muitas vezes eram denunciadas como bigamas ao

assim no início da exploração eram raríssimas por aqui, na maioria prostitutas. A elas se somavam as mulheres indígenas, chamadas no século XVI negras brasilas ou pretas da terra, muitas prostituídas pelos brancos, com quem se deitavam por qualquer quinquilharia. Os navios traziam regularmente essas “mulheres de má vida”, classificadas na categoria dos vadios, porque apesar de exercerem um trabalho remunerado, não pagavam impostos, eram mal vistas, responsáveis pela disseminação das doenças na Colônia. E ainda assim muito poucas para povoar a terra, tanto que Nóbrega escreve ao rei em 1549, recomendando que enviasse mulheres para o Brasil, “até as erradas”, porque aqui poderiam regenerar-se pela possibilidade bem maior de arranjam um bom casamento.¹⁴

Aliás, essa hipótese de que a regeneração poderia ocorrer com a mudança de vida que a nova terra sempre oferecia aos piores degredados, aparece como constatação, já no início do século XVII, nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, escritos por Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-novo, escrivão e senhor de engenhos na Paraíba.¹⁵ Curiosamente Brandão aponta como fatores desta regeneração o enriquecimento e a mistura de sangue. Nos *Diálogos* o personagem Alveano observa que “o Brasil se povoou primeiramente por degredados e gente de mau viver”, ao que o outro personagem Brandônio acrescenta: “Nisso não há dúvida. Mas deveis de saber que esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, aos poucos lanços,

Tribunal da Inquisição.

¹⁴LEITE, Serafim, S. (org.). *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*, op. cit., tomo II, pp. 119, 120 e 344. *Apud*: SALVADOR, José Gonçalves, *Os cristãos-novos - povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*, São Paulo, Pioneira, EDUSP, 1976, p. 6.

Foram também degredadas para o Brasil algumas mulheres acusadas de “trato ilícito com outras mulheres”. Tal foi o caso de duas amantes, Francisca Lins e Isabel Antônia, esta última apelidada “A do veludo”, ver: VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, pp. 179 e 180, *apud*: *Teatro dos...*, op. cit., p. 122.

¹⁵BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943.

pela largueza da terra deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza de que as necessidades e pobreza que padeciam no Reino os faziam usar. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e governo da terra, despiram a pele velha, como cobra, usando em tudo de honradíssimos termos, com se ajuntar a isto o haverem vindo depois a este Estado muitos homens nobilíssimos fidalgos, os quais casaram nele, e se liaram em parentesco com os da terra, em forma que se há visto entre todos uma mistura de sangue assás nobre".¹⁶

Por castigo ou por falta de escolha para cá vieram também, tangidos pelo Tribunal da Inquisição, recém instituído em Portugal,¹⁷ e pela discriminação que sofriam, famílias inteiras de cristãos-novos, ou "marranos", os assim chamados judeus portugueses, convertidos ao cristianismo, muitos deles batizados coletivamente por ordem do rei D. Manoel, o Venturoso. Sua importância na colonização brasileira só recentemente foi pesquisada e descrita.¹⁸ Eles povoaram o Brasil de norte a sul,¹⁹ onde tinham facilidade para receber sesmarias e cargos públicos, embora esses privilégios fossem proibidos pela legislação portuguesa, que os reservava aos legítimos cristãos - o que demonstra o quão antiga é no Brasil a distância que existe "entre a rigidez das leis e as realidades da vida prática", como observa José Gonçalves Salvador.²⁰ Dessa forma

¹⁶Idem, p. 155.

¹⁷A bula papal de 23 de maio de 1536 autorizou a instituição do Tribunal da Inquisição em Portugal, que realizou o seu primeiro auto-de-fé em 1540.

¹⁸Dentre os principais autores da pesquisa sobre os cristãos-novos no Brasil destacam-se:

- NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia: 1624-1654*. São Paulo, Perspectiva, EDUSP, 1972.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos - povoamento e conquista do solo brasileiro, 1530-1680*. São Paulo, Pioneira, EDUSP, 1976.
- MELLO, José Antônio Gonsalves. *Gente da nação*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989.

¹⁹O estudo do povoamento do sul do Brasil pelos cristãos-novos encontra-se em SALVADOR, José Gonçalves, *Os cristãos-novos...*, op. cit.

²⁰Idem, Introdução (s/p).

tornaram-se senhores de engenho, agricultores de cana ou funcionários da administração²¹ desde primórdios da colonização. No que se refere à empresa do açúcar, Anita Novinsky assinala alguns fatores da importância da participação dos cristãos-novos: “Em princípios do século XVII a Holanda já controlava todo o comércio europeu realizado por mar e é quando aí aparecem em cena os cristãos-novos portugueses. Distribuir o açúcar sem a cooperação dos comerciantes holandeses era, como diz Celso Furtado, impraticável.²² Entre o conjunto de circunstâncias favoráveis para o êxito da empresa canavieira no Brasil se deve ter em conta as ligações que os cristãos-novos tinham com seus parentes radicados no Norte da Europa, o que influiu no sentido de impulsionar o comércio com a região brasileira”.²³ Para se ter uma idéia do caráter pioneiro da contribuição dessa gente, também chamada “gente da nação”, basta lembrar que a primeira iniciativa de explorar a terra coube ao consórcio de cristãos-novos liderado por Fernão de Noronha em 1501.²⁴

Portanto, estiveram presentes no Brasil desde de sua fundação e, mais do que qualquer outro povo, tinham razões de sobra para adotar esta terra como sua promessa e não mais querer voltar a Portugal. Mesmo quando levados presos do Brasil pelo Santo Ofício eles voltavam à Colônia e retomavam suas atividades. Pode-se dizer,

²¹Ver: NOVINSKY, Anita, *Cristãos-novos na...*, op. cit., p. 75.

²²FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1959, cap. IV. *Apud*: NOVINSKY, Anita, *Cristãos-novos na...*, op. cit., p. 89.

²³Idem, *ibidem*.

“... No entanto, a constante fiscalização da Inquisição, a insegurança em que os cristãos-novos viviam, a instabilidade de suas situações, não permitiu que se desenvolvesse uma cooperação organizada, a longo prazo e racional, na atividade produtora da Colônia. A desconfiança introduzida nos círculos familiares teve efeitos desastrosos tanto para a vida subjetiva como econômica, numa época em que os negócios se faziam na base de créditos e da confiança”. (Idem, *ibidem*).

²⁴A terra descoberta não entusiasmou D. Manoel, mais interessado na riqueza do Oriente. Tanto que fez concessões ao consórcio de Fernão de Noronha, que deveria explorar e defender a nova terra, enviando anualmente seis navios, em troca do monopólio das exportações do que dela conseguisse retirar, principalmente o pau-brasil, importante para a indústria têxtil de Flandres. Não contava, porém, com a aliança que os franceses fizeram com os índios tupinambás que enchiam seus navios graças ao escambo de ninharias, e livre de impostos, conseguiam o produto bem mais barato no mercado internacional, superando rapidamente o consórcio português.

sem exagero, que eles foram os primeiros brancos a desenvolverem o gosto por esta terra, a questionar com seus hábitos os outros colonos, a forma provisória com que estabeleciam suas relações, edificavam suas moradias e suas vidas. Anita Novinsky aponta características interessantes que distinguem o cristão-novo no Brasil dos outros “que emigraram para os países do norte da Europa ou para o Levante. Miscigenou-se com a população nativa, criou raízes profundas na nova terra, integrando-se plenamente na organização social e política local. Esta organização, ao mesmo tempo que permitiu a integração e acomodação do cristão-novo, sofreu reciprocamente deste profunda influência”.²⁵ José Gonçalves Salvador cita um traço que ainda hoje persiste nos costumes de certas regiões brasileiras: o de banhar os defuntos ao prepará-los para o velório.²⁶ O caldeamento com a população local obedeceu no entanto às nítidas separações sociais da Colônia. Em geral, cristãos-novos pobres assimilaram-se aos índios e negros, enquanto os mais ricos tratavam de contrair casamento com os cristãos-velhos da casta superior. Essa regra parece ter sido menos rígida em São Paulo, onde a miscigenação com as mulheres indígenas foi mais intensa, criando uma população mameluca, boa parte dela de ascendência judaica.²⁷

Apesar das visitas inquisitoriais e da fiscalização dos bispos, dos comissários do Santo Ofício sobre a sinceridade da conversão ou do resto da população que era incentivada à denúncia, eles eram menos discriminados no Brasil onde poderiam até passar despercebidos. Aqui o cristão-novo podia ser um judeu encoberto e praticar

²⁵*Cristãos-novos na...*, op. cit., p. 58.

²⁶Ver: *Os cristãos-novos - povoamento...*, op. cit., pp. 216 e 217.

O capítulo 7 do livro de José Gonçalves Salvador trata da “Contribuição Cultural dos Cristãos-Novos à Sociedade Luso-Brasileira”. (Idem, pp. 21-34).

²⁷Havia no Brasil muitos mestiços judeus e cristãos-novos. José Gonçalves Salvador cita o caso do mulato José Correia Ximenes que “andava nos estudos, em 1713, quando o Santo Ofício o prendeu por judaizar”. (Idem, p. 15).

com alguma desenvoltura os costumes de seu povo que, em geral, se confundiam com os rituais de sua religião. José Gonçalves Salvador justifica: “Tão benéficas eram as condições do novo país no raiar do seiscentismo, que o número deles começava a impressionar. Dirk de Ruyter notara isto quando em viagem de curso andou por nosso litoral e esteve preso na Bahia. No regresso à Holanda escreveu que muitos dos habitantes entre o Amazonas e o Rio da Prata eram cripto-judeus.²⁸ Mesmo o rei tinha conhecimento do fato, porque, em 1621, julgou necessária a criação de tribunais do Santo Ofício no Brasil, pela muita população e qualidade de gente que vivia nestas bandas, coisa que, entretanto, não sucedeu para gáudio dos judaizantes”²⁹ e dos demais hereges e pecadores da carne que, por sinal, constituíram boa parte dos acusados pelas visitas do Santo Ofício.³⁰ O mesmo autor, tratando do povoamento do sul do país, refere-se à disseminação desse povo de judeus portugueses no começo do século XVII em Buenos Aires, a ponto de constituírem um quarto da população,³¹ de tal maneira que português e cristão-novo tornaram-se denominações sinônimas.

Pelo estatuto da pureza de sangue os cristãos-novos deveriam ocupar o mesmo lugar destinado ao gentio da terra e ao negro. Todavia, como as separações no Brasil se faziam não tanto pelo sangue mas pela tonalidade da pele, sempre tiveram a oportunidade de ocupar cargos administrativos,³² obter propriedades e privilégios dos nobres, coisa que seria muito difícil para um mestiço, mais ainda para um índio e

²⁸Cripto-judeu era o cristão-novo que praticava sua fé judaica às escondidas.

²⁹Idem, pp. 48 e 49.

³⁰Pelo menos na primeira visita do Santo Ofício à Bahia a maior parte dos acusados era cristão-velho e os motivos mais freqüentes eram as blasfêmias e os pecados da carne. Ver: SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*, São Paulo, Ática, 1978, pp. 300 e 301.

³¹MACHAIN, R. de Lafuente. *Los portugueses en Buenos Aires*, Siglo (XVII), s.d. 1, p. 85. *Apud*: SALVADOR, José Gonçalves, *Os cristãos-novos: povoamento...*, op. cit., p. 8.

³²Anita Novinsky cita inúmeros cristãos-novos no Brasil que ocupavam cargos da administração, na Bahia. Ver: *Cristãos-novos na...*, op. cit., p. 75.

praticamente impossível para um negro.

Eram, em geral, muito mais instruídos do que o resto da população, alguns deles hoje considerados os primeiros letrados da Colônia (exceto o clero),³³ mesmo se levarmos em conta que o Brasil não atraiu os mais "inclinados para a vida intelectual", no dizer de Anita Novinsky.³⁴ Nem poderia. A não ser pelos poucos colégios da Companhia de Jesus, não havia aqui ambiente que propiciasse grandes pretensões literárias. Assim esses primeiros colonos tiveram que enfrentar as mesmas dificuldades dos cristãos-velhos numa terra inóspita, imensa e cheia de perigos desconhecidos - enfim, tudo por construir. Isto forçou o rompimento de barreiras, a necessidade imperiosa de novas alianças dos conversos com os cristãos-velhos e com a gente da terra e, em consequência, as inevitáveis misturas de sangue que, se por um lado aumentaram a população de cristãos-novos, por outro tornaram-nos ainda menos ortodoxos,³⁵ dissolvendo pouco a pouco seus costumes e sua religião.³⁶

Nem sempre a imagem dos judeus ou cristãos-novos, tão comum na época, de homens de negócios (ricos mercadores e financistas) correspondia à realidade. A maioria não era senhor de engenho, fidalgo, comerciante ou capitão-mor, mas grande e pequenos artezãos (mestres-de-açúcar, ourives, ferreiros, alfaiates, etc), pequenos lavradores, além dos mais letrados (médicos, advogados e funcionários públicos) sem contar os que se aventuraram nas explorações do sertão e na caça ao índio, nas primeiras

³³A Companhia de Jesus foi a ordem religiosa que absorveu muitos cristãos-novos em seus quadros. José de Anchieta é um exemplo.

³⁴Idem, p. 65.

³⁵Segundo Anita Novinsky os cristãos-novos que vieram para o Brasil, além de menos intelectualizados, eram menos ortodoxos. (Ver: Idem, *ibidem*).

³⁶Esta dissolução se deu, dentre outros fatores, porque entre os hebreus é a mãe a responsável pela manutenção dos costumes e dos rituais religiosos. Como os cruzamentos se fizeram, principalmente no sul do país, entre o cristão-novo e a índia, a tendência foi o desaparecimento das tradições judias no Brasil.

entradas e bandeiras dos séculos XVI e XVII.³⁷ Referindo ao século XVI, J.G. Salvador afirma que “por muito tempo seriam a maioria da população branca”,³⁸ observação que, com certo exagero, Lord Tyrawly corrobora de um seu colega francês no século XVIII: “Que se pode esperar de uma nação da qual uma das metades aguarda o Messias e a outra metade aguarda Dom Sebastião, que está morto há quase dois séculos?”³⁹ É bem provável que a partir do século XVII não tenham chegado a metade da população branca (já que negros e índios não contavam), mas certamente eram muitos e deveriam estar próximos deste cálculo. Ademais tiveram quase sempre boas condições para prosperar: os que chegavam sem recursos invariavelmente encontravam parentes e amigos que os abrigassem e financiassem suas primeiras iniciativas.

Havia, como se pode ver, toda a qualidade de gente dentre aqueles que a Europa rejeitava e gostaria de ver bem longe de seu território.⁴⁰ Para os reinados colonialistas isto significava a proscricção dos indesejáveis para fora dos limites do reino, tal como “os leprosos foram escorraçados da comunidade medieval”.⁴¹ Há muito tempo

³⁷Ver: Cap. 4º do livro de José Gonçalves Salvador, *Os cristãos-novos - povoamento...*, op. cit.

OBS.: No século XVIII, o grosso da população de cristãos-novos do nordeste transfere-se para o Rio de Janeiro.

³⁸Idem, p. 5.

³⁹Apud: BOXER, C.R., *A idade do...*, op. cit., p. 129.

⁴⁰Os rejeitados da Europa não vieram parar apenas no Brasil. Muitos destes proscritos chegaram nas colônias espanholas e inglesas. Nestas últimas os degredados vinham na condições de “forced into servants”, servos forçados, brancos na mesma situação do escravo africano, para trabalhar nas fazendas americanas. Nelson Omega, citando Davie, registra: “ ‘Entre 1750 e 1770, Maryland recebeu 20.000 delinqüentes britânicos e nunca, durante o século XVIII, faltaram colonos desse tipo naquela Colônia’. E dos anos 1771 a 1776 (...) chegaram 50.000 ‘forced into servants’ (...) às colônias britânicas do Norte, número jamais atingido pelos delinqüentes mandados para o Brasil. No depoimento dos historiadores ingleses, o rapto chegou a ser uma indústria próspera nos portos de Londres e Bristol. Às vezes com enganos, especialmente quando se tratava de meninos; outras, mediante o uso de álcool, as vítimas eram arrastadas aos porões dos barcos, para desembarcar na América vendidos aos senhores das plantações”. DAVIE, Maurice E., *World Immigration*, The MacMillan Co. [citação incompleta]. Apud: OMEGNA, Nelson, *A cidade colonial*, 2ª ed., Brasília, INL-EBRASA, 1971, p. 171.

⁴¹FOUCAULT, Michel, *História da loucura*, São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 105.

o velho continente se via às voltas com a miséria e toda a sorte de desatinos que ela trazia. Há muito a pobreza havia perdido o caráter sagrado, retirada do rol das santificações quer pelos que nela viviam, quer pelos que através dela praticavam a caridade para salvação de suas almas. Perdeu seu sentido místico, ganhou um sentido moral. Associada à mendicância e à vagabundagem, a miséria passou a ser objeto de uma ética de trabalho, não propriamente visando resultados econômicos, embora algumas vezes os obtivesse,⁴² mas a correção moral dos vícios da ociosidade. “De facto, já na notável lei fernandina de 1375 (...) se determinava que ‘os mendigos seriam presos pelas justiças do lugar’, que, ‘se os vissem ser de tais corpos, saúde e idade, que bem poderiam servir em algum mister, fossem constrangidos a trabalhar pela soldada que o juiz lhes arbitrasse, que ‘se os achassem ter algum aleijão, mas não tal, que os impedisse poderem servir com outros membros do corpo, também os obrigassem a servir pela sua justa soldada’, que os vadios que se denominassem ‘escudeiros ou criados d’El Rei, ou da Rainha ou dos Infantes, ou de outros quaisquer senhores, se não fossem conhecidos por tais senhores, nem mostrassem certidão de andarem em serviço, seriam presos pelas justiças dos lugares, e constrangidos a servir na lavoura, ou em outro mister’, tal como os ‘que andassem pedindo pela terra em traje de hermitão’, os quais, caso de recusa ao trabalho, ‘seriam pela primeira vez açoutados, e sobre os açoutes outra vez constrangidos a que trabalhassem’ ”.⁴³ Em 1401, o monarca D. João I, “ordenou ao

Obs.: Utilizamos a frase de Foucault. embora em sua obra não esteja referida ao degredo na América, mas sim ao grande internamento que passou a existir na Europa, a partir do século XVII.

⁴²Segundo Foucault, todos os internos do Hospital Geral na França eram obrigados a trabalhar, o que poderia significar mão-de-obra barata e um artifício para abaixar os salários, embora o objetivo maior fosse esconder a miséria e controlar o perigo das revoltas. “Mas no exato momento em que se colocavam essas pessoas nos ateliês obrigatórios, aumentava-se o desemprego nas regiões vizinhas ou em setores similares”. (Idem, p. 70).

⁴³SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de história...*, op. cit., s.v. “mendicidade”, vol., IV, pp. 254 e 255.

corregedor de Lisboa que impedisse pessoas válidas de mendigar”.⁴⁴ Contudo, tais medidas não foram suficientes para corrigir os miseráveis, ao contrário, seu contingente aumentou, principalmente no início do século XVII, por conta da crise econômica que assolou os países da Europa ocidental.⁴⁵ O *Dicionário de história de Portugal*, organizado por Joel Serrão, confirma: “Mas, apesar de tudo, ao findar o século XV, enxameavam a capital milhares de indivíduos que viviam na indigência: viúvas, órfãos, cegos, aleijados, mutilados, famintos, doentes de enfermidade que não exigiam admissão urgente nos hospitais, indivíduos que, em suma, tinham que estender a mão à caridade pública. Nos séculos XVI e XVII o número de mendigos aumentou consideravelmente. Afora outros aspectos - abandono dos campos, perda dos hábitos de trabalho por parte dos aventureiros que regressavam de além-mar - bastariam as viúvas, os órfãos e mais parentes dos soldados mortos em combate e dos marinheiros perdidos em naufrágios para enxamearem de pedintes as ruas das cidades”.⁴⁶

O banimento do território do Reino para as colônias seria de início a concretização do ideal de correção e de limpeza das cidades, livres do rebotalho humano que durante muito tempo fez parte da paisagem medieval sem suscitar estranheza ou reprimenda. Ele não se compunha mais, como na idade média, exclusivamente dos leprosos, que afinal já haviam desaparecido do Ocidente em consequência da própria segregação, ou talvez do fim das cruzadas e dos contágios com os focos orientais da doença.⁴⁷ E assim como a miséria era santificada pela caridade medieval que não ousava negar-lhe hospitalidade, a lepra era a marca da bondade e do castigo divinos - a

⁴⁴Idem. *ibidem*.

⁴⁵Provavelmente a parada da produção das minas da América espanhola gerou a crise econômica que atingiu todo o mundo ocidental no século XVII. Ver: FOUCAULT, Michel, *História da loucura...*, op. cit., p. 66.

⁴⁶*Dicionário de história...*, op. cit., vol. IV, pp. 254 e 255.

⁴⁷Ver: FOUCAULT, Michel, *História da loucura...*, op. cit, cap. I.

oportunidade de expiação dos pecados pelo abandono e pela exclusão: a salvação do leproso “pela mão que não se estende”.⁴⁸ Dessa forma, a questão nem era tão somente evitar o contágio, mas isolar o pecador. Pois serão todos aqueles que passam a constituir a camada dos associáveis que irão substituir os leprosos no reino da exclusão. O abandono desses “novos leprosos”, no entanto, não significará mais a salvação eterna, mas a produção de um desenho estranho e socialmente irreconhecível das figuras comuns da pobreza, antes tão familiares ao mundo medieval.

Bem antes da utilização dos grandes asilos para recolher essa massa de desvalidos e delinqüentes, estabelecimentos que mantinham funções mistas de prisão, albergue e hospital,⁴⁹ o “Brasil, como todas as colônias européias era usado, então, como depósito de lixo para indesejáveis e como lugar de degredo para os que feriam a lei na mãe-pátria. Esses fatores, complicados pela periódica deportação em massa de ciganos de Portugal para o Brasil, apresentavam às autoridades da Bahia e dos demais lugares um problema que lhes causava constantes preocupações”.⁵⁰ Um “grande internamento”, utilizando-se a expressão de Foucault,⁵¹ não apenas pela quantidade e variedade de gente

⁴⁸Idem, p. 6.

Laima Mesgravis descreve “o impressionante cerimonial de expulsão do leproso. Trata-se do “separatio leprosum” que “consistia em missa especial durante a qual o oficiante, lançando terra sobre a cabeça do leproso, declarava-o separado do mundo, atingido que fora pela punição divina. Mas, ao mesmo tempo, consolava-o com a lembrança de que esse castigo era, também, um sinal da misericórdia de Deus que o escolhia para expiar na terra os seus pecados”. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976, pp. 119 e 120.

⁴⁹O marco da criação desses grandes asilos, apontado por Michel Foucault, é 1656, quando foi criado em Paris o Hospital Geral. “Trata-se de recolher, alojar, alimentar aqueles que se apresentam de espontânea vontade, ou aqueles que para lá são encaminhados pela autoridade real ou judiciária. É preciso também zelar pela subsistência, pela boa conduta e pela ordem geral daqueles que não puderam encontrar seu lugar ali, mas que poderiam ou mereciam ali estar” (*História da loucura...*, op. cit., p. 49). Por isso seus diretores tinham poderes que se estendiam ao exterior do Hospital Geral que não era um estabelecimento médico, mas uma espécie de “3ª ordem da repressão”, onde havia celas, instrumentos de castigo, onde julgava-se, condenava-se e executava-se sem direito de defesa. “Os alienados que Pinel encontro em Bicêtre e na Salpêtrière [que compunham o conjunto do Hospital Geral] pertenciam a esse universo”. (Idem, p. 50).

⁵⁰BOXER, C.R., *A idade do...*, op. cit., p. 161.

⁵¹In: *História da loucura...*, op. cit.

que acolhia, mas pelas dimensões da terra, que ao contrário do asilo, era uma prisão sem muros, mas com o obstáculo intransponível do oceano imenso de um lado, e as tenebrosas florestas do outro - para muitos um exílio sem retorno.

A expressão, em voga na época, de que o Brasil era “um ‘Purgatório dos Brancos’ era verdade, principalmente para cortezãos educados como Dom Francisco Manuel de Mello, que empregou a frase, dando-lhe todo o seu significado, depois de ter sido degredado para ali”.⁵² Judeus ou cristãos-novos poderiam, passado o primeiro choque de decepção com a nova terra, reconhecê-la como sua, pelas boas oportunidades nos empreendimentos e principalmente pela ausência de perseguições em massa como ocorriam no velho continente.⁵³ Cristãos-novos do sul desfrutariam por muito tempo de maior tranquilidade que seus irmãos no nordeste, local de duas visitas do Santo Ofício.⁵⁴ Mas para os outros portugueses vindos voluntariamente ou não, isto aqui só poderia ser um pesado castigo, insuportável mesmo que provisório. Tomé de Souza em 1551 expressa bem os horrores desse purgatório que estava vivendo no Brasil, quando em carta ao rei, declara que “já não agüentava a permanência na Colônia e pedia, patético, (...) ‘por amor de Deus que me mande ir para uma mulher velha que tenho e uma filha moça’ ”.⁵⁵ São inúmeros os depoimentos amargos de governadores e altos funcionários da administração desqualificando a terra e seus habitantes “desgraçados e ignorantes povos” e solicitando ao rei um substituto para suas missões, a contar meses,

⁵²BOXER, C.R., *A idade do...*, op. cit., p. 32.

⁵³Em 19 de abril de 1506, num domingo, começou em Lisboa um massacre de cristãos-novos na Igreja de São Domingos, “quando um converso cometeu a imprudência de explicar um ‘milagre’ que ocorria num relicário. Arrastado, espancado, seu cadáver foi queimado na praça da frente. Dois dominicanos, depois degolados por ordem de d. Manuel, incitaram a turba e durante três dias mataram-se entre 3 mil e 4 mil conversos nas ruas adjacentes” DINES, Alberto, *Vínculos de fogo*, 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 58.

⁵⁴Houve outra visita no Pará em 1763. Ver: LAPA, José Roberto do Amaral, *Livro da visita do Santo Ofício da Inquisição no Estado do Grão Pará (1763-1769)*, Petrópolis, Vozes, 1978.

⁵⁵DIAS, Carlos Malheiro (ed.), *História da civilização...*, op. cit. Carta de 18-07-1551, vol. 3, p. 362. *Apud*: ARAÚJO, Emanuel, *O teatro dos...*, op. cit., p. 32.

dias e horas para o retorno a Portugal. Enquanto o cristão-novo Ambrósio Fernandes Brandão que, como judeu evitava as imagens da doutrina católica e, mais adaptado à Colônia, descrevia as virtudes da regeneração que ela propiciava aos piores degredados, as descrições dominantes referiam-se à terra como o lugar da purgação dos males da metrópole, o “ergástulo de seus delinquentes”. Não era, entretanto, a mesma coisa que colocá-los em viagem como a “nau dos insensatos” do renascimento, a vagar sem rumo pelos rios da Renânia e os canais flamengos, como nos conta Foucault,⁵⁶ mesmo que o caminho dos mares pudesse jamais ter volta, tais os perigos dos naufrágios e das doenças. O expurgo da metrópole através das naus dos degredados tinha por sua vez, um destino certo, e o que interessava nem era tanto a regeneração dos desatinados, mas a expiação dos pecados. A Colônia seria este purgatório, imagem que bem descreve Antonil em 1711 a respeito dos tormentos da purgação do açúcar nos engenhos brasileiros.⁵⁷ Como seria também o inferno dos gentios (índios e negros) entregues à perdição das almas para os demônios das heresias, do canibalismo e das luxúrias.⁵⁸

Não havia, portanto, diferença entre a população constituída pelas práticas do grande internamento dos asilos e hospitais gerais, que se generalizaram na Europa do século XVII,⁵⁹ e aquela que por degredo ou exílio voluntário chegava ao

⁵⁶Ver: *História da loucura...*, op. cit., cap. 1.

⁵⁷Ver: Cap. XII: “Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana. até sair do Brasil”. In: ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni), *Cultura e opulência no Brasil*, 2ª ed., São Paulo, Nacional, pp. 232 a 234.

⁵⁸Ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

⁵⁹Henri STIKER assinala, a esse respeito, um fato curioso: nos séculos XIV e XV a massa dos desvalidos, enfermos e a-sociais não era tão indiferenciada na França, como veio a ocorrer no século XVII. Havia uma certa especialização nos hospitais-albergues que não misturavam prostitutas, peregrinos e inválidos. “Em Paris, por exemplo, os peregrinos são albergados no Hospital Saint-Jacques du Haut-Pas, enquanto que a fundação Quinze-Vingts só recebe cegos. Este último, aliás, não era um asilo fechado, seus hóspedes saíam para mendigar na cidade. Os inválidos e os doentes são encaminhados para o Hôtel-Dieux” - *Corps infirmes et sociétés*, Paris, Éditions Montaigne, 1982, p. 103.

Maurice CAPUL acrescenta, a respeito do hospital de cegos: “O hospital não tinha por fim a luta contra a mendicância. Ao contrário, os trezentos cegos da casa (daí o nome Quinze-Vingts)

Brasil. O espaço homogêneo da exclusão, desocupado pelo leproso, será ocupado aqui também por esta massa indiferenciada dos considerados perturbadores da ordem social, relegada ao abandono na nova terra. A não ser pelos jesuítas, que só chegarão em 1549, preocupados com a conversão dos gentios e em protegê-los da escravização, os recém-chegados viveriam dispersos em pequenas povoações do litoral, o que facilitava a dissipação dos preceitos religiosos e dos costumes morais. Todavia, cumpre observar que, à diferença dos estabelecimentos europeus utilizados para o isolamento dos indesejáveis, o Brasil era uma terra conquistada e precisava de habitantes. A exclusão na América ganhou por isso outros sentidos: explorar a terra, sedimentar a conquista (e se possível ampliá-la), obter ganhos e cristianizá-la. Pero Vaz de Caminha já havia apontado estas intenções em sua famosa Carta ao rei D. Manoel, acentuando um trecho, aquele último objetivo: “Contudo o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”.⁶⁰

A propagação da fé iniciou-se, então, com a chegada dos jesuítas em 1549, na expedição de Tomé de Souza. O cristianismo militante dos membros da Companhia de Jesus, recém-fundada por Inácio de Loyola, era a presença viva da Igreja reformada no Brasil e a revificação do espírito missionário de evangelização dos povos. A cristianização teria que se dar mais pelas obras do que pelas palavras. Mas, a presença

mendigavam em nome do hospital. Em grupos de três pares, percorriam as ruas de Paris, gemendo para despertar a compaixão dos passantes, com o pregão dos cegos: ‘Au trois cens qui ne voyent gouté’
“. *Internat et internement sous l'ancien regime - contribution a l'histoire de l'éducation spéciale*.
Thèse d'État, Paris, Les Publication du C.T.N.E.R.H.I., 1984, Tome 1, p. 249.

⁶⁰A Carta de Pero Vaz de Caminha - Jaime Cortesão, 1943, p. 235. Apud: SIQUEIRA, Sonia, *A inquisição portuguesa...*, op. cit., p. 26.

As intenções religiosas sempre andaram juntas à exploração da terra. Gandavo, por exemplo, preocupado com o destino cristão da Colônia, condena o nome profano com que passou a ser conhecida e propõe a volta da antiga denominação, Terra de Santa Cruz, “que melhor soa aos ouvidos da gente cristã um pau em que se obrou o mistério de nossa redenção que doutro que não vive mais que tingir panos ou cousas semelhantes”. *Tratado da terra...*, op. cit.

daquele gentio nu e emplumado, canibal e destituído de sinais de humanidade, facilitava o estorvo do demônio. Só a providência divina poderia proteger tão arriscado empreendimento. Como qualquer colonizador, os jesuítas julgaram inicialmente que poderiam imprimir sem dificuldades a fé católica, como num “papel em branco”, no dizer de Nóbrega, nessa massa amorfa de um gentio “sem fé, sem lei e sem rei”. Aliás, a indiferenciação pela falta ou pela ausência de positivities é o que caracteriza a relação de poder que exclui e submete, produzindo o bizarro, o estranho e ao mesmo tempo indiferenciado. Não seria outra a visão do colonizador, não apenas a respeito dos índios, os antigos habitantes desta terra de exclusão, mas também dos que de uma maneira ou de outra foram forçados a habitá-la: os condenados ao degredo; náufragos, empobrecidos, cristãos-novos, prostitutas, ciganos e principalmente os escravos africanos, estes obrigados a ocupar o último patamar da escala de indiferenciação. Essa figura inicialmente genérica dos excluídos passaria a tomar feições próprias, na medida em que começava a constituir problema pelas rebeldias, resistências e prevaricações - uma tal qualidade de gente que, com o tempo, poderia tornar-se incontrolável. Imprescindível, então, as vigilâncias, necessário identificar os pecadores e puní-los com severidade. É desse momento em diante que a massa uniforme dos excluídos ganha vários desenhos que gradativamente começam a escapar do modelo: apesar de todos os esforços apostólicos, índios e negros continuam a praticar seus catimbós e calundus, católicos a invocar os demônios⁶¹ e a chingar a virgem, cristãos-novos a judaizar e a surrar o

⁶¹ Anjos e demônios são entidades que provêm das crenças professadas pelos brancos: judeus, protestantes e católicos. Nas crenças de origens africana ou indígena, as entidades que podem ser consideradas favoráveis ou desfavoráveis aos homens não têm qualquer semelhança com anjos ou demônios, porque para estas crenças bem e mal não são qualidades absolutas, por isso não se excluem mutuamente.

crucifixo, isto sem falar dos pecados da carne que eram muitos e bastante variados.⁶²

Essa imensa Colônia tinha uma população que além de escassa⁶³ era pobre e dispersa - não se concentrava nas vilas e aldeias, espalhava-se pelas fazendas e engenhos do interior. Ademais, boa parte dos brancos constituía uma população flutuante que estava sempre abandonando a terra, vivendo provisoriamente, mesmo que o sonho do retorno a Portugal jamais se concretizasse. Teria que se passar ainda muito tempo para que grandes espaços urbanos aparecessem no Brasil, ou que os sinais dessa precariedade começassem a desaparecer.

Desde o século XVI Portugal vivia sob a ameaça da rarefação demográfica, sofrendo toda a sorte de pestes, terremotos, perdas de homens em guerras, naufrágios, além da atração que as Índias exerciam sobre os que desejavam emigrar e da necessidade de gente nas feitorias da África.⁶⁴ À exceção dos cristãos-novos, que em sua maioria vieram para ficar, a Colônia recebeu pouca gente e assim mesmo o que se poderia chamar de “raspa do fundo do tacho”, e ainda teve que levar adiante as tarefas de espalhar-se pelo litoral, construir os primeiros engenhos de açúcar, entrar pelos

⁶²Um exemplo dentre a multidão de casos registrados: “Logo a primeira pessoa ouvida pelo inquisidor da primeira visitaçāo do tribunal do Santo Ofício ao Brasil [1591-1595] era um sacerdote (...) um padre de 65 anos (...), um velho religioso (...) vinha declarar-se pederasta confesso e assumido”. Ele havia cometido “ ‘a torpeza de tocamento desonestos com algumas quarenta pessoas pouco mais ou menos, abraçando e beijando’, e de ‘muitos moços e mancebos’, cuja idade variava de 12 a 18 anos, ‘nem sabe o nome nem onde ora estejam’. Sob o impacto do susto, o inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, repreendeu-o com ira (transparece isso nos autos), pois não era um pecador qualquer, e sim ‘sacerdote’, pastor de Deus e tão velho’... Mas, confuso, mandou-o embora”. *Confissões da Bahia - primeira visitaçāo do Santo Ofício às partes do Brasil (1591-1592)*, São Paulo, Paulo Prado, 1922, pp. 23 a 27. Apud: ARAÚJO, Emanuel, *O teatro dos vícios...*, op. cit., p. 189. O padre Frutuoso Alvares, “sodomítico” como era chamado naquele tempo, fora degredado de Braga para Cabo Verde e, reincidente, para a Bahia. Ver: Idem, p. 217.

⁶³“Em 1585, Ilhéus, Vitória e Rio de Janeiro contavam apenas com 150 vizinhos cada (uma oitocentas pessoas, sem considerar a escravaria). Na vila de São Paulo moravam cerca de seiscentos brancos em 120 casas”. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre José de Anchieta, S.J. (1554-1594)*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1988. Informação da província do Brasil para nosso padre (1585), pp. 425, 426, 428 e 431. Apud: ARAÚJO, Emanuel, *Teatro dos...*, op. cit., pp. 38 e 39.

⁶⁴Ver: SIQUEIRA, Sonia, *A inquisição portuguesa...*, op. cit., pp. 93 e 94.

sertões à caça de índios e metais preciosos. Tãmanha dispersão favorecia a prática das heresias, como a dos cripto-judeus e suas pequenas sinagogas e as estranhas composições do cristianismo com as crenças de índios e negros. Nem mesmo o judaismo, que teve melhores condições de permanência, escapou das misturas que as necessidades da dura vida na Colônia impunham a seus moradores. Nenhuma tradição aqui permanecia intacta por muito tempo. Portanto, era inevitável que o Brasil acabasse por ser incluído na vigilância do Santo Ofício,⁶⁵ a fim de resgatar as almas da perdição dos pecados e das heresias. Dadas as notícias alarmantes sobre a situação da Colônia, logo foi providenciada a primeira visitação da Inquisição às partes do Brasil, em 1591 na Bahia e em Pernambuco. Mais outras duas iriam acontecer em 1618 na Bahia, e em 1763 no Pará. Bem que o rei espanhol Felipe IV tentou instituir aqui um tribunal permanente, como já existia nas colônias espanholas do México e do Peru, mas o Inquisidor Geral de Portugal apôs resistências.⁶⁶ Como nos esclarece Sonia Siqueira, “no Brasil ficaram tão só os agentes do Tribunal da Fé, olhos vigilantes voltados para as heterodoxias - dependentes sempre da sede metropolitana”.⁶⁷ De qualquer forma, mesmo sem um tribunal permanente e recebendo visitas espaçadas, a presença dos agentes significava a possibilidade da ação inquisitorial - uma ameaça constante na vida da Colônia, até mesmo no sul onde ela jamais se concretizou.⁶⁸ É que esses agentes ou Comissários do Santo Ofício, como resultado de suas investigações, podiam enviar

⁶⁵Ver: Capítulo II desta tese: “Os Tribunais: Inquisição e Eugenia”.

⁶⁶Talvez para não ter que dividir poder com o inquisidor da Colônia, já que o tribunal funcionava nos mesmos moldes de seus congêneres no Reino. Havia também a alegação de que o Brasil não dispunha de gente preparada para assumir um tribunal permanente.

⁶⁷*A inquisição portuguesa...*, op. cit., p. 139.

⁶⁸Anchieta conta a Inácio de Loyola que, tendo advertido os mamelucos de Santo André da Borda do Campo em São Paulo para que tomassem cuidado com a Santa Inquisição, recebeu a resposta irreverente de um deles de que vararia a flexadas duas inquisições. Ver: LEITE, Serafim S., *Cartas dos primeiros jesuitas do Brasil*, 3 vols., São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956-1958, vol. 2, p. 115. *Apud*: SIQUEIRA, Sonia, *A inquisição portuguesa...*, op. cit., p. 277.

acusados ao Tribunal de Lisboa.⁶⁹ E, apesar das distâncias, as notícias sempre corriam de boca em boca, tal como os pecados alheios nas delações de vizinhos aos comissários ou visitantes do Santo Ofício. Por isso o interesse em realizar com toda a pompa os primeiros autos-da-fé na Bahia e em Olinda, no final do século XVI, para que se tornassem notícia em toda a Colônia.

Se a exclusão dessa massa indiferenciada, ao mesmo tempo em que servia de purgação para os males do Reino, preenchia os espaços vazios da terra conquistada, aos poucos ia também desenhando heterogeneidades no abandono a que foi relegada. Logo surgiram, então, os controles da metrópole e as iniciativas da caridade, no sentido de suprir a falta de assistência religiosa e atender os doentes e desvalidos.

Os entusiastas da nova terra sempre elogiavam a facilidade com que ali se poderiam obter alimentos. Fernão Cardim, no final do século XVI, não se cansou de descrever a hospitalidade com que era recebido em suas viagens, a fartura de mantimentos e as iguarias que lhe serviam à mesa.⁷⁰ Gandavo, relatava, dentre as maravilhas deste novo paraíso, a abundância de recursos para a sobrevivência e “o ser ella salutífera e livre de enfermidades”.⁷¹ Mas, o mesmo Gandavo que anunciava as grandes oportunidades de aqui enriquecer sem fazer força, acabou sem querer por denunciar a existência dos desvalidos da sorte, em meio aos elogios ao amparo da caridade que os fazia menos pobres que os mendigos do Reino: “Estes moradores todos pela maior parte se tratão muito bem, e folgão de ajudar huns aos outros com seus escravos, e favorecem muito os pobres que começam a viver na terra. Isto geralmente se

⁶⁹Ver: Idem, p. 299.

⁷⁰Ver: CARDIM, Fernão *Tratados da terra e gente do Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1978.

⁷¹*Tratado da terra do Brasil...*, op. cit., p. 81.

costuma nestas partes, e fazem outras muitas obras pias, por onde todos tem remedio de vida, e nenhum pobre anda pelas portas a mendigar como nestes Reinos".⁷²

Certamente essa pobreza, que existia malgrado tanta fartura e que Gandavo com tão boas intenções mencionava em 1576, não desapareceria no decorrer dos séculos, ao contrário, iria gradativamente se agravando. Esta é a impressão do Marquês de Lavradio, ao escrever do Rio de Janeiro em 1769 sobre "estes povos sumamente pobres",⁷³ como também a de Luís Vilhena, ao falar, no final do mesmo século de um "país rico, população pobre".⁷⁴ "... Venho de dizer que um país extensíssimo, fecundo por natureza, e riquíssimo, é habitado por colonos, poucos em número, a maior parte pobres, e muitos deles famintos. Para dar razão desta incoerência, me lembro de demonstrar desta forma o pouco número de habitantes que há no Brasil".⁷⁵ Portanto, um país tão despovoado, e ainda assim "todo o mais povo, à exceção dos comerciantes e alguns lavradores aparatosos, como os senhores de engenho, é uma congregação de pobres".⁷⁶ Nem era tão salubre: inúmeras doenças e epidemias assolavam de tempos em tempos, sendo uma das causas da grande mortalidade ou de seqüelas crônicas, que tornavam ainda mais escassa, pobre, desvalida e incapacitada a maioria da população. Neste contexto, entram em cena as práticas da caridade de origem religiosa que, apesar de não terem o mesmo respeito sagrado que a idade média

⁷²Idem, p. 94.

⁷³"... A terra continua ainda a parecer-me muito mal é rodeada de serras inacessíveis, a maior parte delas são de uma rocha viva, e todas fazem uma vista sumamente desagradável, acho estes povos sumamente pobres e como não têm gêneros seus que lhes constituam ao menos um ramo certo de comércio pouca esperança tenho de melhorar nesta parte, em uma palavra meu colega isto está um cadáver que vai para a sepultura, e que por fora tem armado a sua mortalha com muitas flores, e parece-me ser este o mais próprio retrato em que presentemente se acha o Governo do Rio de Janeiro". LAVRADIO, Marquês do. *Cartas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1978, Carta de 13-12-1769, p. 10

⁷⁴VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia do século XVII*, 3 vols., Bahia, Editora Itatiaia, 1969, vol. 3, p. 913.

⁷⁵Idem, pp. 914 e 915.

⁷⁶Idem, p. 915.

oferecia aos pobres, procurava assisti-los e, para a cura de suas almas, infundir-lhes valores morais. Acredita-se que a causa da miséria era perdição dos pecados que, pior que a doença e a pobreza, poderiam fazer consumir as almas nas chamas eternas do inferno. Atender os necessitados seja excluindo-os nas santas-casas, nos asilos (ou mais tarde nos depósitos de mendigos), seja dando-lhes esmolas pelas ruas das cidades ou das vilas, seja mantendo-os no interior das propriedades (como no caso dos agregados, dos escravos e ex-escravos), a caridade precisava apenas distinguir entre os que realmente eram inválidos para o trabalho, entre os verdadeiros indigentes (trabalhadores miseráveis e envergonhados) e os vagabundos. Estes últimos, abominados pela caridade, constituíam perigo para o pequeno espaço urbano nascente, porque além de se recusarem a trabalhar vagavam pelas cidades sem endereço certo. Os inválidos não, mais do que os que eram apenas indigentes, sempre obtiveram o beneplácito da caridade piedosa. Ao contrário da filantropia, a caridade nunca se preocupou em distingui-los além do que já eram conhecidos pela população: cegos, aleijados, doentes, surdos-mudos, mentecaptos e malucos.

A sua maneira, a caridade funcionou como um outro mecanismo colonial de vigilância sobre os pobres e que, além de cumprir os preceitos da fé cristã, era, em geral, levada a efeito por entidades leigas que davam bastante prestígio a quem delas pudesse participar. Tratava-se de uma nata social que constituía as irmandades de brancos, as Ordens Terceiras e principalmente as Misericórdias que, mais do que qualquer outra associação, obedeciam o estatuto da pureza de sangue e eram objeto de concessões especiais do rei a seus membros, embora não fossem propriamente iniciativa do Estado. Sobrevivendo à base de doações e heranças dos mais poderosos, as Misericórdias espalharam-se por todas as colônias portuguesas: Japão, África e Brasil,

além daquelas existentes no Reino e que deram origem às demais. No Brasil, surgiram inicialmente para assistir os marinheiros doentes, náufragos e às vezes atingidos pela pirataria. Depois passaram aos poucos a cumprir missões díspares: além de manter hospitais (que não tinham o caráter médico que hoje conhecemos)⁷⁷ onde se internavam doentes para morrer, recolher esmolas para os inválidos e necessitados, enterrar defuntos nas igrejas, mandar rezar missas pelas almas dos que deixavam em testamento dinheiro para tal finalidade, assistir meninas órfãs, providenciar dotes, alimentar os presos e recolher crianças abandonadas nas rodas dos expostos. Mas tantas benfeitorias revertiam também em vantagens e privilégios a seus generosos benfeitores: pertencer aos quadros das Misericórdias significava circular na elite e fazer bons negócios, obter vantagens da Coroa e ainda candidatar-se a empréstimos (às vezes a fundo perdido) para empreendimentos particulares, o que levou, por vezes, algumas Santas Casas de Misericórdia à bancarrota.

Durante muito tempo, num espaço das cidades ainda bastante incipiente, a caridade não precisou variar muito seus dispositivos, já que vigilância sobre a pobreza pôde ser feita no interior das propriedades rurais, onde um senhor todo-poderoso devia dar conta de seus agregados e escravos. Muitos destes pelo abandono a que eram relegados, constituíram suas próprias irmandades de ajuda mútua,⁷⁸ no sentido de não só obter o amparo que os senhores lhes negavam, como comprar alforrias.

Porém, na medida em que crescem as vilas e multiplicam-se as aldeias, esta Colônia de banidos do Reino, escravizados expulsos da África e índios desterrados em sua própria terra, passa a carecer de novas vigilâncias, além dos controles que se

⁷⁷Ver: *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, Roberto Machado et al., Rio de Janeiro, Graal, 1978, pp. 58 a 72.

⁷⁸As irmandades de negros já foram mencionadas no capítulo III desta tese, na parte intitulada "Corpo cativo: saberes, rebeldias e resistências". Trata-se de assunto que será retomado mais adiante.

faziam pela Igreja, pelos senhores e pela administração portuguesa e dos quais a caridade era um de seus instrumentos. Aquela massa indiferenciada, já identificada nos pecados e nas heresias pela Inquisição, na pobreza e suas necessidades pela caridade, passou gradativamente a precisar de novos recortes mais individualizados. Os espaços urbanos nascentes careciam de uma ordem, onde cada um tivesse o seu lugar demarcado, tal como no acontecimento da peste descrito por Foucault,⁷⁹ e assim todos os habitantes fossem perfeitamente identificados e seus movimentos conhecidos - "um funcionamento capilar de poder"⁸⁰ - de maneira a por fim às vagabundagens, às fugas de escravos, às revoltas e badernas nas ruas. Rendon,⁸¹ no século XVIII, por exemplo, escreve indignado sobre a desordem que reinava na ainda acanhada vila de São Paulo. Por sua vez, Vilhena,⁸² no final do mesmo século, mais minucioso, propõe alistamento e inquéritos sobre as famílias, endereço e ocupação de cada morador das cidades e o envio obrigatório dos ociosos e dos vagabundos para o campo, com local de moradia e trabalho definido, onde, se supõe, seriam melhor fiscalizados.

O século XIX assiste, então, ao surgimento de novas formas repressivas e assistenciais de controle das populações das cidades: de um lado as polícias e de outro as práticas filantrópicas que, embora fiéis aliadas da medicina e destituídas de conteúdo religioso fizeram permanecer a pesada herança da caridade quanto às marcas piedosa, moral e privada das iniciativas. As institucionalizações que o século XIX promoveu não se resumem à criação dos poucos estabelecimentos especializados, antes inexistentes no país (alguns deles apenas de fachada): hospício para loucos e idiotas, internatos especiais para surdos e cegos, além do caráter médico que os hospitais começam a apresentar. As

⁷⁹Ver: *Vigiar e punir - nascimento da prisão*, Petrópolis, Vozes, 1977.

⁸⁰Idem, p. 175.

⁸¹Ver: RENDON, José Arouche de Toledo (1756-1834). *Obras*, São Paulo, Governo do Estado, 1978.

⁸²Ver: VILHENA, Luiz dos Santos, *A Bahia no século XVIII...*, op. cit.

separações institucionais ocorrem também nos saberes, especialmente o médico-psiquiátrico das apropriações classificatórias das alienações; e todas as subclassificações, e mais tarde no início do século XX, a produção da figura da criança anormal, que passou daí por diante a compor definitivamente os discursos e as práticas médico-pedagógicas. Contudo, nem sempre as novas composições-separações nosológicas, como a distinção mais precisa entre o louco e o idiota, significou a colocação de ambos em estabelecimentos diferentes. Permaneceram juntos para constituírem os chamados doentes mentais, objetos definitivos da psiquiatria.

Limpar as cidades em todos os sentidos, do lixo urbano ao lixo humano, não significava apenas expulsar os indesejáveis. A partir do século XIX o que começava a importar eram os procedimentos individualizantes de exclusão nos espaços institucionais demarcados, dos quais os estabelecimentos especializados são apenas um de seus dispositivos, nem sempre os mais importantes. Práticas um pouco mais, um pouco menos discursivas compõem o quadro das institucionalizações que vão das prescrições do saber médico-pedagógico, dos esquadrinhamentos censitários de 1872 e 1890 que pela primeira vez levantaram dados sobre os portadores de defeitos físicos, aos poucos asilos especiais destinados a essas pessoas. É que nem sempre houve correspondência entre a institucionalização e a assistência. Essa relação no Brasil sempre foi precária.⁸³

A categoria de exclusão que se costuma atribuir às práticas sociais dirigidas às minorias e, em especial, às pessoas consideradas deficientes, não têm hoje o

⁸³Essa afirmação continua válida também para todos os demais serviços públicos de saúde e educação, incluindo aí o saneamento básico, moradia e escola para a grande maioria da população, além dos mais específicos de atendimento aos doentes, aos deficientes, às populações de rua, aos prisioneiros e ex-prisioneiros, etc.

mesmo significado que caracterizou as práticas anteriores. Talvez nem deva ser assim chamada. Para tornar um pouco mais clara esta comparação, será preciso esmiuçar como a exclusão aparece atualmente na literatura especializada. Em geral, acha-se associada a seu oposto que é a noção de integração, ideal das práticas médico-pedagógicas de normalização. Só que tal objetivo, enunciado às vezes de maneira tão vaga, nada tem de transformador, ao contrário, apenas reproduz o que as análises genealógicas confirmam: as sociedades contemporâneas não se constituíram segundo o modelo da exclusão. A produção de subjetividades individualizadas, da valorização das identidades, deu-se também pelo artifício das inclusões institucionais - por sinal, no Brasil, bastante hierarquizado - que hoje denominamos, sem prestar muita atenção, de integração. Não mais a expulsão para outro território, mas a fixação no seu interior, num espaço perfeitamente quadriculado - "Tratar os pestilentos como leprosos" ou "individualizar os excluídos".⁸⁴ As diferenças são, então, o resultado das separações instituídas, hierarquicamente traduzidas por padrões que negam positividade a quem deles se desvia.

A rigor, é muito difícil hoje em dia alguém estar excluído das instituições especializadas (escola, empresa, prisão, quartel, hospital, etc.) ou das classificações, dos indivíduos que elas constantemente produzem. Desse modo, quase todos estamos integrados a uma rede institucional qualquer, e até o gueto não foge a esta orientação. É mesmo socialmente desejável que a inclusão aconteça - "cada macaco no seu galho". Haja visto o perigo que representam os que estão fora das malhas institucionais e seus dispositivos: os bandidos fora da prisão, as crianças de rua fora do trabalho, da família e da escola. É praticamente impossível alguém, por mais socialmente "excluído" que

⁸⁴FOUCAULT, Michel, *Vigiar e...*, op. cit., p. 176.

esteja, não ter sido colhido ao menos pelo olhar num fichário de hospício, abrigo, delegacia de polícia ou um serviço de assistência; terá sempre parte de sua vida registrada, sujeita à classificação na ordem de um desvio qualquer, mesmo que nenhuma providência seja tomada para melhorar sua vida, o que é mais provável que aconteça.

Estranho ideal: sofremos os efeitos da violência dessa integração e ainda assim lutamos para aperfeiçoá-la.

2. Urgências do Controle sobre a Colônia: Os Instrumentos da Caridade

Pequenas vilas. Casas derramadas nas ruelas estreitas, sem calçamento, ou às vezes pés-de-moleque mal arranjados, de vez em quando polidos pela passagem das carroças, das gentes que vinham dos engenhos e das fazendas para as transações do açúcar, ou para as festas religiosas ostentando sua melhor roupa, todo o aparato e alegorias das inúmeras procissões durante o ano.⁸⁵ Casas baixas de taipa, coladas umas às outras, paredes que deixavam passar tudo o que acontecia no seu interior para virar motivo de falatório na praça ou de denúncia ao Santo Ofício. Mais no alto, numa colina, ficavam alguns sobrados onde moravam as famílias mais bem-postas: no térreo, em geral, uma pequena loja ou a cocheira e a senzala. A moradia costumava ficar nos andares superiores e a cozinha lá no alto. Quanto maior a riqueza, maior o número de portas e janelas. No século XVI, o “privado sujo”, um aposento onde ficava o barril de fezes,

⁸⁵“O ponto alto, evidentemente, era a procissão, e nela pode estar a inspiração e o elo mais longínquo dos desfiles carnavalescos das atuais escolas de samba. Alguns cortejos, de fato, não se limitavam a conduzir o andor que trazia a imagem do santo. Na verdade, realizava-se um monumental desfile com carros alegóricos e seus ‘destaques’, alas de gente fantasiada, muitos dançarinos e mascarados, ao som de percussões e sopros estridentes. No meio de tudo, vinha a imagem sagrada submersa na algazarra geral dos blocos de figurantes.” ARAÚJO, Emanuel, *O teatro dos...*, op. cit., p. 133.

não era a “casinha” no fundo do quintal como nas casas de roça de um passado bem mais recente, mas dava para o interior da própria casa, perto da sala: “Um cristão-novo, João Nunes, era acusado de ter um crucifixo nesse quarto” que, segundo o registro colhido por Emanuel Araújo nas *Denúncias de Pernambuco*, “(...) estava na cantareira da sala, na qual está a porta para a mesma câmara”.⁸⁶

Quase nada sobrou das mais antigas vilas coloniais brasileiras. Das primeiras apenas poucos vestígios, da maioria somente alguns registros e a herança presente do seu traçado em nossas cidades mais antigas. Ruas enladeiradas, tortuosas, pequenas casas amontoando-se nas fraldas das colinas, muitas vezes íngremes, qualquer descuido um escorregão ladeira a baixo. Trabalho penoso subir as cargas no lombo de mulas e escravos para as construções do alto, onde ficava a parte mais importante, fortificada. No alto ficavam também os conventos, os sobrados dos mais ricos, a praça, a sede do governo, as alfândegas. A cidade de Salvador (também chamada Bahia) é um exemplo típico desta divisão em dois planos. A comunicação entre a parte alta e a baixa era difícilíssima e o transporte pesado não se fazia por carroças, mas por uma espécie de guindaste movido por contrapesos.

Muitas vilas tiveram origem nos acampamentos provisórios dos que se aventuravam atrás da esperança de uma lavra rica ou, na pior das hipóteses, na caça de índios para escravizar, num pouso forçado pela falta de provisões, fazendo queimadas, plantando roças, abrindo faisqueiras à beira de algum rio. Erguia-se um fortim, baluartes de defesa ali ficariam por algum tempo, sem nenhuma vontade de permanência. Tudo provisório. Seria apenas uma passagem que acabaria por aglutinar um pouco mais de

⁸⁶*Denúncias de Pernambuco - primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, 1593-1595*, São Paulo, Paulo Prado, 1929, p. 302. *Apud: O teatro dos...*, op. cit., p. 75.

gente, caso a promessa de riqueza estivesse pelos arredores. Por lá passariam muitos seguindo viagem, outros fariam ali mesmo seu pouso permanente. Eram vilas que não foram mandadas fundar.

Outras foram intencionais, fundadas pela vontade do rei. Seria escolhido um lugar, de preferência no cume de um morro, num plano mais alto como Salvador, como Olinda numa colina, ou a construção do Castelo, um conjunto de fortalezas no alto do morro, que deu origem à nova sede da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, um lugar mais defendido. Do alto podiam-se avistar os inimigos, do alto as igrejas apontavam para o céu. Do alto se administrava a cidade que se esparramaria ladeira a baixo, por ruelas que respeitariam o declive e os acidentes que encontrassem pelo caminho. Por isso, eram todas tortuosas, sem nenhum traçado. Mesmo as que foram construídas na planície seguiam este estilo medieval português. Bem que as ordenações filipinas, durante o domínio espanhol, tentaram dar outro feitio às nossas vilas, como aconteceu com as principais cidades das colônias espanholas: uma grande praça ao centro (lugar da igreja e das casas de governo), quatro ruas principais que cortavam de norte a sul de leste a oeste, para que os quatro ventos carregassem as impurezas e o sol pudesse entrar, sem impedir que houvesse sombras para quem caminhasse nas horas do dia.⁸⁷ Felipe II pensava na comodidade dos moradores, na salubridade, nas facilidades de comércio e locomoção. Por isso, as cidades teriam a conformação geométrica das cidades romanas, retomadas pela Europa no renascimento. Mas Portugal, em seu isolamento cultural, permanecia medieval na concepção de cidade. A não ser Recife, fundada pelos holandeses porque se recusaram a morar em Olinda, escarpada e de difícil acesso, nenhuma vila mandada fundar no Brasil obedeceu a um traçado retilíneo, com

⁸⁷Ver: OMEGNA, Nelson, *A cidade...*, op. cit., pp. 8 e 9.

espaços amplos para praças e mercados.⁸⁸

Nossas vilas sempre foram muito pobres e mesmo as casas dos melhores de vida não tinham o menor conforto.⁸⁹ Apesar da disponibilidade de espaço e da população escassa, às vezes várias famílias amontoavam-se num único domicílio.⁹⁰ A extrema pobreza era denunciada pela pequena choça de um só cômodo, uma porta e uma janela. E mesmo o crescimento de algumas cidades no século XVIII não alterou muito esta situação. Mas a igreja recebia sempre um tratamento especial. Ficava lá no alto, na praça do centro da vila (a praça da matriz), construção mais sólida que por suas dimensões destacava-se vistosa do resto do casario. Construída com mais esmero era, em geral, planejada por mestres, cuja arte provinha das lições de além-mar e acabou por tornar-se bem brasileira. Era ponto de encontro nas missas, nas festas religiosas e no comércio que se desenvolvia à sua volta - o lugar que todos denominavam "a cidade", quando saíam de suas casas e iam "à cidade".

Nossas vilas raramente tinham calçamento. O Rio de Janeiro, por exemplo, levou 50 anos após a sua fundação, para que seus moradores fossem obrigados a fazer um arremedo de calçada e assim mesmo "para atenuar o efeito da água da chuva que corria dos beirais dos telhados".⁹¹ Até o século XIX as cidades brasileiras seriam mal pavimentadas e muitas não teriam qualquer pavimentação. O pior era a sujeira -

⁸⁸A colonização holandesa foi também mais preocupada e exigente com a limpeza da cidade do Recife. Criou um serviço de limpeza pública, utilizando a mão-de-obra dos presos, iniciou a pavimentação das ruas, proibindo os animais soltos e obrigando os moradores a varrer e manter limpa a parte da rua em frente às suas habitações. Ver: *O teatro dos...*, op. cit., p. 53.

⁸⁹Já no século XIX John Luccock, comerciante inglês que esteve no Brasil entre 1808 e 1818, escreve a esse respeito: "Os arranjos caseiros do Rio, se comparados aos nossos modelos, hão de parecer extremamente defeituosos. Nem nas casas, nem no mobiliário, conseguimos encontrar muitas coisas que nós nos acostumámos a considerar como essenciais ao conforto; não nas encontramos nem mesmo nas habitações mais espaçosas e fornidas." *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, São Paulo/EDUSP, Belo Horizonte/Itatiaia, 1975, p. 80.

⁹⁰Ver: Idem, ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos ...*, op. cit., p. 77.

⁹¹Idem, p. 49.

além dos animais soltos, comendo o capim que crescia nas ruas, havia o lixo e outras imundícies que os moradores ali deixavam. Afinal, se as praças e as ruas não eram propriedades de ninguém, por que cuidar delas? Numa sociedade onde o valor da propriedade individual ou familiar regia a obediência e a dignidade, quanto mais despossuído mais desqualificado, quanto mais coletivo mais desvalorizado.⁹² “Em 1625 ordenava-se em Salvador ‘que todo escravo que botar lixo nas ruas ou travessas e terreiro do colégio [da Companhia de Jesus] e Sé e praça pública por onde anda gente, paguem seus senhores quinhentos réis’ ”.⁹³ Não eram apenas os escravos, que na maioria das vezes levavam a culpa, que faziam das ruas lixeiras e esgotos. Era hábito generalizado e parece que as proibições e multas não coíbiam essa prática. Tanto que em 1694 a Câmara de Salvador “enviava carta ao rei e nela se dizia que ‘as doenças são hoje nesta cidade tão repetidas e estranhas’, entendendo-se que em boa parte veriam resultado ‘da malignidade dos ares, infeccionados e corruptos por causa das imundícies que de dia e de noite se lançam na maior parte das ruas desta cidade, onde há três ou quatro no meio delas em que o povo costuma fazer barbaramente despejos’ ”.⁹⁴ Russel-Wood descreve bem esta situação na cidade da Bahia, que parece não ter sido muito diferente das demais cidades da Colônia: “A responsabilidade pelas medidas sanitárias domésticas cabia cada morador individualmente. Os ‘tigres’, ou barris de excrementos, amontoavam-se nas casas até que finalmente ordenava-se a um escravo carregá-los até o

⁹²O padre Simão Vasconcelos fala desse desprezo pela coisa pública: “De onde nasce que nenhum homem nesta terra é repúblico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas, é uma piedade, porque atendo uns aos outros, nenhum as faz, ...” *Apud*: OLIVEIRA VIANA, *Instituições políticas brasileiras*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1949, p. 139. *Apud*: MESGRAVIS, Lima, *A Santa Casa de Misericórdia ...*, op. cit., p. 170.

⁹³*Atas da Câmara de Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador [1625-1700], 6 vols., Salvador, 1942-50, vol. 1, p. 7 (27-8-1625). Apud: O teatro dos..., op. cit., p. 50.*

⁹⁴*Cartas do Senado [1638-1730], Prefeitura Municipal de Salvador, 6 vols., Salvador, 1951-73, vol. 4, p. 32 (30-7-1694). Apud: O teatro dos..., op. cit., p. 51.*

cais e esvaziá-los. O lixo tinha o mesmo destino, ou era queimado. (...) O escravo simplesmente se livrava dos excrementos em qualquer lugar menos povoado da própria cidade alta. A zona que ficava por trás dos muros do mosteiro franciscano e os atalhos que desciam para a cidade baixa eram lugares comumente escolhidos. Esses atalhos, ou ladeiras, eram pouco mais do que esgotos da cidade alta. Manadas de porcos fuçavam entre os montes de sujeira e lixo”.⁹⁵ Bem fácil imaginar o que acontecia numa chuvarada: “A cidade baixa era a cloaca da cidade alta. As chuvas fortes varriam os montes de lixo barranca abaixo até a parte baixa. As vielas da cidade ficavam inundadas e o sol quente causava a putrefação, prejudicando a saúde do povo já enfraquecido pela falta de nutrição e pelas miseráveis condições de vida”.⁹⁶

Portugueses fundavam vilas, plantavam o pelourinho na praça, começavam a construção da matriz que às vezes durava anos, faziam atas, solenidades de origem num território cercado de muros inicialmente para 20 ou 30 moradores, às vezes forçados a ali se estabelecerem por ordens e medidas punitivas do governo contra a deserção,⁹⁷ porque tanto os sertões como as fazendas eram bem mais atraentes. Nos sertões podiam ir à cata de riquezas, nas fazendas sediavam-se os mais ricos, concentrava-se muito mais gente que só ia às vilas para as festas, de passagem para alguma transação de negócio, ou ostentar poder junto às câmaras, sempre dominadas pelas oligarquias rurais. Com exceção dos centros como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, cidades portuárias de comércio de ultramar, ou as cidades das minas que

⁹⁵RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia - 1550-1755*, Brasília, Universidade de Brasília, 1981, pp. 207 e 208.

⁹⁶Idem, p. 208.

⁹⁷O pelourinho, a força, as casas da administração, a fortaleza, a igreja e os muros, primeiras construções das vilas mandadas fundar, eram a demonstração clara da autoridade da justiça, da soberania e da divindade, manifestações ostensivas da força de Deus e do soberano, através de seus representantes, típicas do estilo de construir cidades naqueles tempos.

acabavam por aglutinar uma população um pouco densa em torno de atividades inexistentes na área rural, as vilas coloniais seguiam sua rotina madorenta, interrompida apenas pelas festas e pelas epidemias, mas sempre hospitaleiras com os viajantes que lhes pediam abrigo.⁹⁸

Os muros, muitas vezes fortificados, estreitavam ainda mais o espaço das vilas, além de não cumprirem sua função de segurança, atrapalhavam quase sempre os movimentos da defesa no caso de ataque de índios e invasões estrangeiras, além de limitarem as andanças dos moradores. As primeiras fortificações dão às vilas uma aparência e funções de estilo militar a seus administradores, mesmo aos cargos públicos de caráter civil. Com o tempo muitos fortes se arruinam e os muros vigiados desaparecem. Algumas cidades mudam-se de suas sedes de origem. A militarização das cidades será, no entanto, retomada principalmente no Rio de Janeiro, no século XVIII, como veremos mais adiante. Não apenas visando possibilidade de ataque externo, mas também contra seus habitantes ociosos, revoltosos e desertores. Por outro lado, mesmo definitivamente destituídas dos muros originais, a marginação das vilas coloniais permanece e se amplia. Muros, cercas e baluartes têm existência efêmera na maioria das vilas coloniais. Nelson Omega registra a presença deles no primeiro e em meados do segundo século da colonização.⁹⁹ Porém, mesmo em desuso, demarcam o espaço nobre, a gema da cidade. Para ela estavam proibidos os índios e os negros forros que deveriam residir nos arraiais, nos arredores ou lá prás bandas do além. Proibida também ao

⁹⁸Quase todos os viajantes estrangeiros apontam uma regra geral dos costumes num país em que não havia hospedagens e onde o viajante era sempre muito bem recebido, seja na casa mais modesta, seja na mais abastada: "Onde quer que se encontre o brasileiro, é sempre cortês e raramente não é hospitaleiro, especialmente nas zonas menos freqüentadas do país", é o que afirma George GARDNER, em viagem ao Brasil entre 1836 e 1841. *Viagens ao interior do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975, p. 23.

⁹⁹Ver: *A cidade colonial...*, op. cit., p. 18.

comércio ambulante, cujos negócios só poderiam realizar-se fora dos limites “de maneira a se não misturarem com os da vila”.¹⁰⁰ Essa separação do território não desaparece com a decadência dos muros. Ao contrário, na medida do crescimento das vilas, as estratificações ficam bem definidas: pobres nos arredores, os desclassificados (ciganos, leprosos e negros fujões) devem ficar fora. Por mais rala que fosse a população de uma vila colonial, ela já nascia com suas separações, não apenas em zonas de atividades nobres, lugar de branco, de português, de “homens bons”, mas também os arredores para os pobres, lugar de pardos e pretos forros. Transpondo esse limite dos ricos, nas bordas, todo o resto. Algumas cidades já nasceram marginais. É o caso de Santo André da Borda do Campo, cuja fama de covil de ladrões e mamelucos desordeiros espalhou-se pela Colônia, por receber os desajustados e rebeldes de outras vilas.

Com o tempo as bordas começam a ficar muito perigosas...

Segundo Emília Viotti da Costa “com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais”.¹⁰¹ Até os centros mineradores do interior, que logo entravam em decadência, não atingiram, quando no auge, a importância das cidades portuárias. A mesma autora calcula que as cinco cidades mais populosas (Rio de Janeiro, Bahia, Recife, São Luis e São Paulo, pela ordem) concentravam apenas 5,7% da população total de 2.850.000 habitantes, no final do século XVIII.¹⁰²

Um sistema rígido de monopólios e privilégios concentrava a riqueza, a

¹⁰⁰ *Ordenações filipinas*, liv. 1, tit. 18, *apud*: *A cidade colonial*, op. cit., *idem*.

¹⁰¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república - momentos decisivos*, 1ª edição, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, p. 179.

¹⁰² GEIZER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1963, p. 70. *Apud*: COSTA, Emília Viotti da, *Da monarquia...*, op. cit., p. 180.

terra e conseqüentemente o poder nas mãos de poucos proprietários de latifúndios, limitados quase exclusivamente à produção de açúcar, produto de boa aceitação no mercado externo. Sustentada pelo braço do escravo, tornada por isso bastante lucrativa para os senhores e para a Coroa, a indústria do açúcar gerava muita pobreza para o grosso da população dos engenhos e das fazendas que nada consumiam, a não ser o necessário produzido na própria terra (isso quando não havia seca, inundações ou pragas, acontecimentos freqüentes). As manufaturas eram proibidas pelas leis portuguesas e sem mercado interno para outros produtos,¹⁰³ já que o trabalhador livre (que teoricamente poderia comprar), era tão ou mais miserável que o escravo, nem o artesanato, muitas vezes limitado ao trabalho escravo, pôde prosperar. Tudo o que a pequena casta dos ricos precisava (para si, para seus agregados e cativos) provinha da Europa - uma lista imensa que incluía desde carne salgada, óleo de peixe, toucinho e tecidos grosseiros até produtos mais sofisticados como baixelas, bebidas, tafetás e veludos, etc.

Diversos mecanismos sedimentaram essa pequena casta no poder, mantendo intacta durante gerações a propriedade de seus latifúndios. Um deles era o direito de primogenitura que vigorou até o século XIX (1835).¹⁰⁴ Os casamentos consangüíneos eram outro expediente para não deixar escapular das famílias as propriedades. A preservação do patrimônio implicava no domínio nas câmaras municipais, o que provocava muitas vezes disputas sangrentas de poder entre as famílias importantes. A legislação portuguesa garantia o ingresso nessas câmaras aos brancos ricos (os "homens bons") que tivessem provado sua limpeza de sangue (não ser mestiço,

¹⁰³E. Viotti da Costa nos apresenta uma suposição que pode não ser um bom enunciado histórico, mas não deixa de ter sua comprovação em nossos dias: o Brasil teria burlado a proibição de instalações de manufaturas se houvesse mercado interno para os produtos. Ver: *idem*, p. 181.

¹⁰⁴Ver: *idem*, p. 182.

índio, negro, judeu ou mouro) e não exercer qualquer trabalho manual. Assim, alijado todo o resto, sobrava espaço demais para os latifundiários que fizeram dos órgãos municipais a extensão de seu poder absoluto nas fazendas.

“O domínio exercido pelos barões do gado não era menor”,¹⁰⁵ afirma Russel-Wood, citando o exemplo de duas poderosas famílias: “O interior da Bahia era quase todo de propriedade de duas famílias, os Guedes de Brito, da Casa da Ponte, e os Dias d’Ávila, da Casa da Torre. Esses ‘poderosos do sertão’ abusavam de seu poder e eram freqüentemente acusados de medidas opressivas sobre os súditos demasiadamente amedrontados para protestar. Ordens religiosas que herdavam terras em testamento freqüentemente verificavam, ao reclamar suas propriedades, que elas haviam sido subrepticamente incorporadas a fazendas maiores”.¹⁰⁶ E segue descrevendo o poder dessa aristocracia da terra que “dominava a vida administrativa e social do século XVII, e em menor grau do século XVIII”: (...) “Os membros do conselho municipal da Bahia eram escolhidos quase exclusivamente dessa classe. Embora os cargos do conselho não passassem de pai para filho e as eleições anuais acarretassem uma renovação rápida, na verdade isso era uma ilusão de democracia representativa, devido ao alto grau de intercasamentos e à coincidência de interesses”.¹⁰⁷

Este é o cenário físico e social dos pequenos agrupamentos urbanos e das cidades portuárias coloniais, cenário onde se desenrola o movimento moderno da caridade, cujos objetivos e práticas diferem tanto de seu antecessor medieval como das instituições que o sucederam: no século XIX, a aliança médico-filantrópica, e no século

¹⁰⁵ *Fidalgos e filantropos...*, op. cit., p. 48.

¹⁰⁶ *Idem*, pp. 48 e 49.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 49.

XX os mecanismos atuais da previdência social.

A esse respeito, Paul Veyne nos alerta para o perigo dissimulado das palavras que nos iludem com a falsa impressão de permanência e que “povoam a história de universais inexistentes”.¹⁰⁸ A caridade medieval, a dos modernos e a previdência não têm a mesma natureza, não se sucederam por diferença de grau de eficiência por se terem tornado cada vez mais humanitárias e abrangentes: “não beneficiam as mesmas categorias de pessoas, não socorrem as mesmas necessidades, não possuem as mesmas instituições, não se explicam pelos mesmos motivos e nem se cobrem das mesmas justificativas”.¹⁰⁹ Do mesmo modo que “não se estudará menos a assistência e a caridade através dos tempos, do Egito faraônico às democracias escandinavas”,¹¹⁰ numa linha contínua de evolução que saiu da escuridão da barbárie para as luzes da ciência, num processo lento de aquisição de eficiência na preservação dos corpos; não se está também autorizado a traçar a continuidade evolutiva das práticas dirigidas para as deficiências, simplesmente porque esta categoria nem sempre existiu. Hoje, parece para nós uma evidência tão natural a necessidade de recuperação, de reparação da vida dos prisioneiros, dos doentes e toda a espécie, das crianças abandonadas, dos jovens delinqüentes, dos sem-teto, dos deficientes. Devolver à sociedade o corpo recuperado do operário acidentado, da criança desassistida pela família, do ex-presidiário ou do deficiente apto e independente é uma tarefa tão óbvia, quanto um critério de julgamento negativo ou de revolta contra o descaso com que, em geral, são tratadas essas categorias de pessoas. Recuperação e preservação da vida são positivities inextricáveis dos

¹⁰⁸VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história* (Apêndice: *Foucault revoluciona a história*). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 68.

¹⁰⁹Idem, *ibidem*.

¹¹⁰Idem, *ibidem*.

sentidos das noções de norma e normalidade que o poder médico difundiu no social,¹¹¹ mas que paradoxalmente incluem na falta e no negativo o desvio daqueles que dificilmente poderão atingir o grau positivo dessa recuperação.¹¹²

O que para o espírito do nosso mundo parece um valor tão óbvio que, fundado desde o início dos tempos, nos foi legado por acréscimo do progresso ao longo da história, é na verdade uma construção recente, fruto de pequenos deslocamentos, algumas persistências, combinações estranhas de práticas antes inteiramente separadas, resistências, enfim, pequenas lutas e jogos de poder para fazer predominar novos métodos, novos sentidos para os corpos, novas sanções e obediências, portanto, novas almas. A imensa mortalidade que ocorria nos antigos hospitais, por exemplo, não pode ser tomada como indício de falha da medicina daquele tempo. Eles davam conta, bem ou mal, do que se propunham: não eram instituições com a função precípua de tratamento e de cura mesmo que isso pudesse ocorrer. Médicos que eventualmente visitavam os hospitais sabiam e aplicavam seus receituários, ventosas e sangrias. Mas, como depósitos de gente desassistida e moribunda, não tinham como problema a preservação da vida. Eram o lugar onde o doente recebia assistência para morrer, uma espécie de preparação cristã para a morte e a salvação da alma para a vida eterna. Os valores da preservação da vida e muito menos da recuperação dos corpos ainda não se haviam feito anunciar - e, enquanto isto não acontecer, os hospitais continuarão morredouros.¹¹³

¹¹¹Ver: CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*, Rio de Janeiro, 1ª edição, Forense Universitária, 1978.

¹¹²Ver: LOBO, Lilia Ferreira. *Deficiência: prevenção, diagnóstico e estigma*. In: "Grupos e instituições em análise", vários autores, Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992, pp. 113 a 126.

¹¹³Ver: FOUCAULT, Michel, *O nascimento do hospital*. In: *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979, pp. 99 a 111.

A propósito do nascimento do hospital no Brasil, ver: REZENDE, João Batista, *Acerca do surgimento do hospital*, Tese de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986 (mimeo).

Até o século XVIII na Europa os hospitais foram também grandes instituições de enclausuramento de toda a espécie de desatinados, perturbadores da ordem nas cidades que formavam uma massa indiferenciada de loucos, vagabundos, mendigos, proxenetas, prostitutas, impudicos, jogadores e beberrões inveterados, venéreos, aleijados, cegos, mentecaptos e surdos-mudos, todos abandonados à própria sorte. Segundo Foucault, os registros declinam “as litâneas do internamento: ‘debochado’, ‘imbecil’, ‘pródigo’, ‘enfermo’, ‘espírito arruinado’, ‘libertino’, ‘filho ingrato’, ‘pai dissipador’, ‘prostituta’, ‘insano’. Entre todos nenhum indício de alguma diferença: apenas a mesma desonra abstrata”.¹¹⁴ É ainda Foucault quem menciona alguns números dessas internações: “Um recenseamento de 1690 enumera mais de 3.000 pessoas na Salpêtrière, grande parte constituída por indigentes, vagabundos e mendigos”.¹¹⁵ No Brasil essa mesma classe de gente moralmente reprovada ficaria ainda por muito tempo fora dos asilos e, a não ser os heréticos e os pecadores da carne sob a mira do Tribunal e freqüentadores dos cárceres da Inquisição, perambulariam livres pelas estradas, pelas periferias e mesmo no interior dos espaços urbanos, com passagens eventuais pelas prisões, caso exibissem comportamento considerado agressivo e indecoroso, e, próximo ao século XIX, também pelas Santas Casas. Um pouco semelhante ao que acontecia na idade média: desde que não perturbassem a ordem podiam circular livremente. Se bem que loucos, insanos, mentecaptos e defeituosos de

¹¹⁴ *História da loucura...*, op. cit., p. 83.

Segundo Robert Castel, Paris às vésperas da Revolução, para uma população de 660.000 habitantes, “possui 20.000 hospitalizados dos quais 12.000 no Hospital Geral, 3.000 nos Inválidos, 2.500 no Hôtel-Dieu e o resto em mais ou menos cinquenta fundações das quais algumas só comportam alguns leitos. Na mesma época existe na França, um milhar de estabelecimentos desse tipo com mais de 100.000 enfermos, velhos, indigentes, menores abandonados, mendigos, delinquentes de toda a espécie. Dentre eles, mais ou menos 25.000 doentes”. CASTEL, R., *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 65.

¹¹⁵ *Idem*, p. 82.

nascença fossem vistos com desconfiança, já que eram frutos de pecados paternos, ainda assim permaneciam com suas famílias. Com a diferença que, conquanto carregassem a herança do pecado, eles participavam das boas graças dos poderes misteriosos que o mundo medieval atribuía à pobreza.

Até o século XIX são comuns as descrições, nos relatos dos viajantes estrangeiros no Brasil, de todo o tipo de doenças, principalmente a papeira, as paralisias, a cegueira, o hábito de comer terra, a elefantíase, a lepra, além das mutilações e deformidades entre os escravos. Raros, porém, são os casos de loucura,¹¹⁶ idiotia e surdo-mudez. Dois destes casos são descritos por Emílio Augusto Zaluar, viajante português que aportou em 1849 no Rio de Janeiro, e acabou por fixar residência no Brasil. Bom escritor, vale a pena reproduzir o seu assombro perante a habilidade de um incrível pescador surdo-mudo que viu mergulhando dos penhascos de uma “tenebrosa cachoeira”, no rio Paraíba:

“É um quadro horrivelmente belo! Aqui existe uma pequena povoação, habitada em grande parte por alguns pobres pescadores, que vivem desta arriscada quão pouco lucrativa indústria. Põe medo ver como eles sobem e descem rapidamente pelas pontas agudas dos rochedos, e vão, pendidos sobre o abismo, lançar as redes e apanhar o peixe, que, cansado de subir a corrente se demora a tomar fôlego nas concavidades das rochas.

O que tiver a desgraça de cair na voragem deve morrer irremediavelmente! Todavia existe que um surdo-mudo, que eu vi (...), o qual já caiu dentro d'água quatro vezes, salvando-se sempre inexplicável e milagrosamente.

Aí jantamos uma excelente piabanha, caçada à nossa vista pelo temerário e privilegiado pescador. Familiar ao abismo, surdo para não ouvir seus rugidos, o herói desta grande cena passa horas inteiras contemplando a vertigem da correnteza, impassível e taciturno como uma estátua de pedra sobre um pedestal de bronze! De repente desce apressado por essa

¹¹⁶Um dos raros relatos de loucura encontra-se em Spix e Martius, viajantes do Brasil Colônia entre 1817 e 1820, em passagem por Minas Gerais: “Na casa de nosso hospedeiro deparou-se-nos, pela primeira vez no Brasil, o triste espetáculo da loucura em ambos os seus filhos, talvez consequência de perversão sexual. Mencionamos esta circunstância, porque estranhamos de só ouvir, durante a nossa estada no Brasil, de muitos poucos casos de doenças mentais”. SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981, vol. II, p. 39.

escada infernal, tenteia a altura das águas com a rede magnética, e sorri vitorioso!

Daí a poucos minutos está cuidadosamente depondo o peixe sobre os fraquedos e procurando quem lho queira comprar.

Estes penhascos e estas águas são o seu universo!”¹¹⁷

O segundo caso que muito impressionou o mesmo viajante é o de Juca o idiota, ativo trabalhador, filho da dona de uma venda imunda que lhe serviu de hospedaria, também no interior de São Paulo:

“O Juca era um verdadeiro idiota que parecia no tamanho uma criança de doze ou treze anos, mas que poderia orçar aí pelos seus quarenta. Os olhos esbugalhados, a boca rasgada, e com uma abertura de dois dedos de lábio a lábio para dar passagem a três enormes dentes acavalados, era esta a singular fisionomia do tal Juca, que a um grito da velha locadeira pulou do fundo do quintal como um cão de fila ao assobio de seu dono (...).

Enquanto eu cismava (...), e os animais ruminavam tranqüilamente a ração de milho que lhes apresentara o disforme Juca (...).

Enquanto as panelas chiavam no braseiro, o Juca e sua mão tomaram a ombros - e note-se que não falo aqui em estilo figurado - a ímproba tarefa de mudar a lenha de domicílio e aprontaram-me a cama, depois de varrerem o chão térreo do quarto com uma vassoura de folhas do mato”¹¹⁸.

Juca e o pescador surdo - personagens admiráveis pela resistência e a coragem com que enfrentavam, cada um a seu modo, as agruras de suas vidas de miséria. Talvez porque não houvessem encarnado ainda o corpo nocivo das degenerescências, ou (no século XX) o corpo fragilizado das deficiências.

Parece que, desde o século XVI, a convivência da população com as pessoas que mesmo consideradas objeto de desconfiança ou comiseração não suscitava a necessidade de reclusão permanente como a dos grandes hospitais da Europa. Até as de

¹¹⁷ZALUAR, Emílio Augusto. *Peregrinação pela província de São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975, p. 65.

¹¹⁸Idem, p. 171.

melhor condição social não ficavam confinadas no interior de suas residências ou internadas por períodos nas Santas Casas, em caso de crise, conforme passou a acontecer no século XIX.¹¹⁹ A história de Brites Fernandes, descrita no Capítulo II, é exemplar a esse respeito. Considerada mentecapta e aleijada por seus vizinhos e parentes, convivia livremente com eles no pequeno espaço da cidade de Olinda do final do século XVI. Acusada de heresia judaizante, sua prisão e tortura pelo Santo Ofício nada têm a ver com a condição pela qual era popularmente reconhecida e que foi usada, aliás, em sua defesa. Interessante assinalar que, pelos registros do seu processo,¹²⁰ o saber daquela época distinguia o tolo ou mentecapto do doido. Várias testemunhas deixam clara essa distinção. O padre Pedro Cabral, por exemplo, que afirmou “que nunca viu a dita Brites Fernandes fazer doidice alguma, atirando pedras ou outras cousas semelhantes, mas sabe que era de pouco entendimento”, e o ouvidor de Pernambuco Jorge Camelo que disse “não saber que a dita Brites Fernandes fosse doida, que tirasse com pedras à gente, mas era de pouco entendimento”.¹²¹ Curiosa distinção que, embora não a tivesse livrado do castigo inquisitorial, parecia torná-la ainda mais fraca de juízo e mais inofensiva que os doidos de atirar pedras. Alcorcovada e tola, ninguém a visitava, ninguém a quis em casamento, apesar da falta de mulheres e do bom dote que a posição do seu pai, senhor de engenho, podia oferecer. Também não viveu reclusa, condição que mais tarde, no século XIX, seria imposta pelas “boas famílias” aos seus membros considerados mais ou menos incapazes ou perigosos. Longe dos olhares curiosos,

¹¹⁹Ver: SIGAUD, J.F.X. *Reflexões acerca do trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro*. In: *Diário da saúde*, Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp., 18-4-1835, vol. I, nº 1, p. 6. Apud: ENGEL, Magali Gouveia, *A loucura na cidade do Rio de Janeiro - idéias e vivências - 1830-1930*, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 1995, pp. 239 e 317.

¹²⁰Esses registros foram recolhidos por: MELLO, José Antônio Gonçalves, *Gente da nação*, op. cit.

¹²¹Idem, pp. 143 e 144.

freqüentaram muito pouco os registros históricos, às vezes, alguns raros casos de disputa de heranças.¹²² Já que não andavam pelas ruas, nem eram internados em asilos ou prisões, pouco se sabe sobre a vida dessas pessoas.

Um desses raros registros nos dá Maria Graham, viajante inglesa do começo do século XIX. Trata-se de “duas moças mudas” que residiam no Engenho dos Afonsos, atual Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro, fazenda que empregava 200 bois e 180 escravos para o trabalho no campo, além dos escravos domésticos. Como os demais membros da família, elas participavam de todas as atividades de rotina e lazer:

“As moças mudas, que já não são jovens, são muito interessantes. Muito inteligentes, compreendem a maior parte do que se diz pelo movimento dos lábios, de modo que o primo falava em francês quando queria dizer qualquer coisa a respeito delas. Faziam-se compreender por sinais, muitos dos quais, posso mesmo dizer, a maior parte, seriam perfeitamente inteligíveis para os alunos de Sicar ou Braidwood. São parte de uma família de oito crianças, quatro das quais são mudas; as mudas e as falantes nasceram alternativamente. Uma delas fez para nós a primeira refeição, que consistiu em café e várias espécies de pão e manteiga.”

“(…) Um das mudas fez o chá e depois passamos um par de horas numa roda de jogo de cartas onde as irmãs se sentiram em perfeita igualdade com os falantes e, conseqüentemente, divertiram-se. Lembro-se de uma

¹²²O Dr. Carlos Penafiel, em artigo de 1913, cita um caso de contra-perícia psiquiátrica sobre a capacidade civil para gerir bens de herança: “Ainda há pouco, em Porto Alegre, numa diligência médico-legal que tinha por objeto aquilatar da capacidade civil para gerir seus bens, de uma digníssima senhora, proprietária e possuidora de uma grande fortuna herdada de seus pais, dois médicos, desconhecendo de todo ou pisando muito mal no terreno de tal especialidade, aceitaram a incumbência de servir de peritos. Incompetentes no assunto, erraram redondamente opinando pelo bom estado de sanidade mental da referida senhora, alegando razões tão frívolas e insensatas que não sei como puderam tomar a si tão melindrosa tarefa de que não puderam ou não souberam sair, e isso com o fim de se impugnar uma perícia anterior, já realizada por outros colegas (...).

“Repelindo-se uma e outra, o magistrado andou muito bem e apelou para um terceiro exame, no qual fui um dos peritos, em companhia de outro especialista. A razão estava, abertamente, com a primitiva solução médico-legal. Era um caso típico de disgenesia psíquica, de imbecilidade (o grifo é do autor) facilmente constatável, pelo menos desde a primeira infância.

“Essa observação está registrada, com todas as suas minudências, numa revista médica ‘Rio Grande-Médico’, ano I, maio de 1910, pp. 156 a 162”. PENAFIEL, Carlos, *Demência precoce e crime - um caso de uroxídio por esganadura - questão médico-legal*. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina-Legal*, Rio de Janeiro, Hospital Nacional de Alienados, 1917, pp. 166 a 249, p. 168 e 169.

narrativa feita pelo bispo Burnet [Gilbert Burnet (1643-1715), natural de Edimburgo, bispo de Salisbury, historiador e filantropo], em suas viagens, de uma muda que descobrira um modo de comunicar-se com a irmã mesmo no escuro, antes da instrução de tal classe de pessoas desgraçadas se tornar um assunto de interesse público. Alguns desses métodos possuem estas senhoras, pois falam-se mutuamente, e fazem-se entender por sua jovem prima, menina inteligente, que está sempre a mão para interpretá-las. Elas inventaram também sinais convencionais para os nomes das flores e plantas do jardim, sinais conhecidos por toda a família. Fiquei encantada com a rapidez e a precisão com que conversavam sobre qualquer assunto de seu conhecimento”¹²³.

Será que teriam aprendido tudo que sabiam, até a difícil arte de ler nos lábios uma língua que não conseguiam pronunciar, apenas com os membros da família? Por outro lado, é pouco possível que tivessem tido algum professor particular, já que inexistiam na Colônia mestres dedicados ao ofício de ensinar surdos-mudos, dificuldade encontrada ainda bem mais tarde na década de 50, quando da fundação do Instituto de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro. A França, país de opção das famílias abastadas para mandar educar seus filhos, apresentava a dificuldade incontornável da língua, quando se tratava de alunos surdos. De qualquer forma, se assim fosse, teriam aprendido francês, língua que as duas irmãs não conseguiam entender pelo movimento da boca. Teriam ido à Lisboa? Parece que Portugal só fundaria um instituto para cegos e para surdos em 1824,¹²⁴ data posterior à estada de Maria Graham no Brasil. Ademais, vinte e sete anos depois da fundação desse instituto (posteriormente incorporado à Casa Pia), Ramaugé, membro da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, ainda se queixava da falta de professores de surdos em Portugal, em 1847: “Não há hoje português algum que exerça a profissão de ensinar surdos-mudos; porque sendo eu o único professor nacional do

¹²³GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1990, pp. 332, 333 e 336.

¹²⁴Ver: RAMAUGÉ, J.J.A., *Os cegos e os surdos e os meios infalíveis de restabelecer, fortificar e conservar a vista e o ouvir em bom estado até a idade avançada*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843, p. 39.

antigo instituto, prefiro servir noutra emprego público; porque ninguém dá apreço ao trabalho que tem um Mentor de surdos-mudos, que se esmera no bem de seus alunos".¹²⁵ Portanto, tudo leva a supor que as moças surdas jamais tiveram preceptor especial e que toda aquela incrível habilidade que encantou a "lady" inglesa fora adquirida à custa de muito empenho e tenacidade na convivência com sua família, e graças também à intermediação de uma menina, uma prima, que servia de intérprete de uma língua de sinais,¹²⁶ que desenvolveram e usavam para conversar entre elas e com as demais pessoas da casa.

Mas, com certeza, não era esta a realidade da grande maioria da população atingida pela surdez, como também das demais pessoas consideradas defeituosas no Brasil Colônia. Elas compunham uma massa de gente bem pobre que andava à cata de alguma ocupação que lhe pudesse render alguns trocados, além dos escravos foragidos, índios desaldeiados, soldados desertores, prostitutas e dos mendigos velhos, doentes, cegos e aleijados.

Desde a Baixa Idade Média, com a expansão das cidades e as transformações econômicas que minaram o sistema feudal, a pobreza começa a assumir a dimensão de problema social, não apenas porque se multiplica rapidamente, mas porque perde o caráter santificado que fez do pobre uma fonte de riqueza espiritual. O pobre de Cristo, o Cristo humilhado, figura de purificação tão conhecida da Idade Média, teria que ser distinguido dos pobres válidos ociosos. Santificadas seriam não mais a pobreza

¹²⁵Idem, p. 49.

¹²⁶A legalização da profissão de intérprete é hoje em dia uma reivindicação das pessoas portadoras de surdez severa no Brasil, o que facilitaria o atendimento em órgãos públicos, através de profissionais habilitados na língua brasileira de sinais (Libras), além da legalização da própria língua de sinais. Em matéria de comunicação, outra reivindicação dos surdos brasileiros é a criação de uma central de

em geral, mas as virtudes do trabalho. Instalava-se definitivamente a desconfiança em relação à pobreza, criava-se conseqüentemente as gradações que iam do pobre expropriado (o sem terra) que já não vivia mais sob a tutela de um senhor, que por isso não dispunha de sua proteção e cujo trabalho intermitente não lhe garantia condições de subsistência, ao pobre inválido pela doença e pela velhice, e uma terceira categoria, a do vagabundo. Neste última, o vadio contumás e andejo, residia a fronteira do vício, origem de todo o perigo social. Fronteira tênue que fazia aumentar a cada dia o contingente de indivíduos sem endereço nem senhor, que cometiam delitos ou simulavam doenças e deformidades para se fazerem passar por mendigos - os falsos mendigos ou "monstros artificiais" na classificação de Ambroise Paré,¹²⁷ figuras do demônio porque conseguiam ludibriar os dois principais mecanismos de controle que a Europa instituiu no século XIV: a obrigatoriedade do trabalho e a caridade. Eles confundiam as imagens nítidas dos pobres de Deus e dos pobres do demônio. Em Portugal as leis estavam bem atentas e distinguiram com rigor o pobre inválido, verdadeiro objeto da caridade, do pobre válido: obrigavam a trabalhar mesmo os "que se achassem ter algum aleijão, mas não tal, que os impedisse poderem servir com outros membros do corpo",¹²⁸ além de mandar aplicar açoites aos que se recusassem a trabalhar. Parece que, como assinala Laura de Mello e Souza, a legislação portuguesa preferia a repressão ao vadio, aquele ocioso que usava de expedientes para não trabalhar, ao vagabundo, o desocupado permanente cujo perigo do nomadismo fugidio ficava em segundo lugar.¹²⁹ Tanto que se

retransmissão de mensagens telefônicas, como já existe nos Estados Unidos, que possibilitaria as pessoas surdas comunicarem-se com qualquer outro aparelho.

¹²⁷Ver: PARÉ, Ambroise, *Des monstres et prodiges*, Genève, Librairie Droz, 1971.

¹²⁸SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de história de Portugal...*, op. cit., p. 254.

¹²⁹Laura Mello e Souza observa que, mesmo existindo na língua portuguesa os termos 'vagabundo' e 'vagabundagem', é ao vadio e à vadiagem que a legislação portuguesa se refere, preocupando-se mais com ausência de trabalho (vadiagem) do que com "o perigo representado pelo caráter andejo do

refere prioritariamente aos vadios, mesmo aqueles que demonstrando boa aparência, viviam sem trabalhar e, não tendo bens de raiz, “andavam, no entanto, muito bem trajados e calçados, jogavam, comiam e bebiam, atribuindo-se-lhes com grande plausibilidade os frutos e malfeitorias que se perpetuavam com freqüência”, como registra Joel Serrão,¹³⁰ com base em documentos régios do século XIII.

Pois esse mesmo sentido, com bastante razão, transportou-se para o Brasil. O vadio era ao mesmo tempo o pobre sem trabalho, o malfeitor (ladrão e criminoso), como também os revoltosos e amotinados. Pelo menos até o século XVIII não havia grande preocupação com os que viviam de andanças de todo o tipo, tão comuns nos primeiros séculos da Colônia. A população de muitas cidades era flutuante. Tanta gente entrava, tanta saía quer pelos mares a fora de volta ao Reino, à Ásia ou à África, ou pela terra a dentro. Gente atrás de melhor sorte, de vila em vila, de propriedade em propriedade, nas profissões de mascate, tropeiro, negociante de mulas, ciganos, desbastando matos, navegando rios, preando índios, caçando riquezas ía e vinha incessantemente para o norte, para o centro e para o sul.¹³¹ Mais tarde, muitos deles seriam considerados “vadios passeantes”, objeto de desconfiança e de medidas repressivas no seio das cidades. É que, ao contrário do que aparentava a rotina madorrenta, a vida colonial não era assim tão pacífica. A violência permeava as relações

desocupado (vagabundagem)...”. SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro - a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 3ª ed., 1986, p. 56.

¹³⁰ *Dicionário de história...*, op. cit., pp. 239 e 240.

¹³¹ Segundo Nelson Omega, as seculares andanças de boa parte da população brasileira deixaram marcas em nossas formas de expressão. Em geral se pergunta (como em algumas línguas) ou se cumprimenta uma pessoa com o verbo ir (Como vai?), e a resposta muitas vezes se dá duplicando o mesmo verbo, ‘vou indo’, ou outro verbo sempre com o sentido de movimento: ‘vou andando’ ou ‘caminhando’. Andar também é um verbo muito empregado quando se quer saber sobre uma pessoa ou informar sobre o seu estado: ‘por onde você tem andado?’. ‘Eu não ando muito bem’. Do mesmo modo são empregadas as expressões: ‘vou navegando’, ‘vou remando contra a maré’. Nessas formas populares que “... até hoje misteriosamente se reflete na palavra dos homens a experiência de antepassados andejes (...), talvez se esconda a sua nostalgia dos caminhos, dos oceanos, das viagens arriscadas cheias de espanto”. *A cidade...*, op. cit., p. 173.

dos senhores entre si, destes com os escravos e os homens livres, dos preadores com os índios, além dos inúmeros conflitos coletivos: motins nas milícias, levantes, revoltas de mineiros, ataques dos índios, inconfidências, insurreições de escravos,¹³² que muitas vezes arrastavam pequenas multidões que aderiam aos protestos. Frei Antônio da Encarnação, em seu relatório de 1797 sobre a 'Província de Santo Antônio do Brasil Franciscano', atribui como causa de tanta revolta o "oposicionismo inato" do povo desta terra.¹³³ Mas, para os mantenedores da ordem, o que estava em jogo não era algo com o qual os habitantes já teriam nascido, mas o combate aos desocupados que só "consumiam víveres" e ainda contaminavam com seus vícios os demais habitantes das cidades. Os inúteis serviram nos trabalhos forçados na construção de presídios, nas lavouras, aos sertanistas nas entradas, como soldados nas milícias ou como capitães-domato e jagunços da polícia privada dos potentados rurais. Eram recrutados ou fugiam para as zonas mais remotas, onde as fronteiras ainda mal definidas necessitavam de habitantes. Sobre essa gentilha estropiada, infame e maldita de que a Coroa e os proprietários se serviram para consolidar seu mando e perpetuar a dominação, escreve Laura de Mello e Souza: "E lá iam eles, nus, doentes, mancos, sujos, alquebrados, argamassa necessária à consolidação das fronteiras, à continuidade do mando, à

¹³²Ver: MOURA, Clóvis, *Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas*, Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

¹³³Apud OMEGNA, Nelson, *A cidade...*, op cit., p. 227.

Desde o século XVI os colonizadores enfrentaram várias revoltas dos gentios: abandonavam o trabalho e queimavam os canaviais. Um desses movimentos, e o mais importante deles foi chamado "Santidade", iniciou-se em 1551 em São Vicente, tendo se desenvolvido na Bahia. Tratava-se um culto sincrético das religiões de brancos e índios que traria força contra os brancos e conquistaria o mundo perfeito do paraíso tupinambá. De 1560 a 1627 "a santidade sobreviveu no sul da Bahia como um movimento religioso sincrético, no qual inicialmente índios e mais tarde africanos ou crioulos fugidos uniam-se em operações militares contra povoados habitados por portugueses e especialmente contra as plantações de cana-de-açúcar e os engenhos do sul do Recôncavo" SCHWARTZ, Stuart, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, CNPq, 1988, p. 55. Sobre o assunto, ver: VAINFAS, Ronaldo, *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

manutenção do sistema colonial”.¹³⁴ (...) “Negação do trabalho, trabalharam. Negação da revolta, revoltaram-se com freqüência e alimentaram quase todos os movimentos regenciais. Negação da Ordem, embrenhavam-se pelos matos no encalço de quilombos e de índios bravos. Camada fluida, indefinida, fugidia, imprecisa, espalhou contudo os seus borrões no seio de uma sociedade estamental, e espraiando-lhe os contornos, só nela pôde existir.”¹³⁵

Entretanto, a própria perseguição ao vadio definia, numa sociedade escravista que desvalorizava o trabalho, o que era considerado desocupação. Desfrutar do ócio sem precisar trabalhar, apenas administrar escravos, era um valor social invejável. Todo o pobre sonhava em desvencilhar-se um dia do trabalho manual e conseguir comprar pelo menos um escravo que o sustentasse. Não era, portanto, a ausência de trabalho que caracterizava o vadio. Ele era aquele indivíduo inteiramente despossuído, o desclassificado (em geral mendigos e prostitutas) que não pagava impostos e que se virava para sobreviver. Ou, no dizer de Emanuel Araújo: “O escravo trabalhava, o senhor descansava e o vadio nem trabalhava, nem descansava: sobrevivia como podia ou sabia”.¹³⁶ Restava pouca escolha para quem era pobre, sem nenhuma instrução ou ofício definido, que já não fosse muito jovem e principalmente se sofresse de alguma doença ou defeito físico. Mulheres mais novas e desvalidas poderiam engrossar o contingente de prostitutas, outros exibiam sua miséria e/ou seu aleijão à caridade pública. Situação como essa foi registrada em 1592 nos arquivos do Santo Ofício: Baltazar Pires, 53 anos, em seu depoimento à mesa inquisitorial declarou-se “aleijado dos pés que vive de esmolas e agasalhava-se em uma loja das casas do rei”.¹³⁷

¹³⁴ *Desclassificados do...*, op. cit., p. 89.

¹³⁵ *Idem*, p. 90.

¹³⁶ *Teatro dos...*, op. cit., p. 180.

¹³⁷ *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça*,

A passagem dos séculos na Colônia só fez agravar as condições de vida dessa gente miserável, cujas fileiras eram a cada dia engrossadas por ex-escravos doentes e desvalidos, alforriados e abandonados quando não mais tinham condições de trabalhar. O censo de 1804 em Vila Rica demonstra o processo de empobrecimento ainda maior numa região outrora rica, mas que nunca proporcionou, mesmo no auge da atividade mineradora, prosperidade para a grande maioria de seus habitantes - ao contrário, "é o signo da fome que marcou o nascimento das minas de ouro".¹³⁸ Pois bem, em 1804 mais de 87% da população de Vila Rica¹³⁹ eram absolutamente pobres; viviam de pequeno serviços e de esmolas. Tal era a condição de um branco cego de 43 anos, Veríssimo Pereira dos Santos, casado com a parda Florência Dias de Souza que não declara profissão, pai de quatro filhos (os dois mais velhos de 19 e 18 anos aprendendo o ofício de sapateiro), tendo que sustentar a família somente com esmolas.¹⁴⁰ Situação muito difícil daqueles mendigos de Vila Rica: tantos a disputar as poucas esmolas de uma minúscula minoria rica da região.

Herança européia, a pobreza instalou-se definitivamente na Colônia não como um problema social para ser pelo menos atenuado, já que a sociedade daquela época não se colocava a desigualdade como questão. O perigo não era apenas o estado de pobreza, mas as transgressões da ordem estabelecida que os pobres poderiam cometer. Por isso, era necessário manter a horda dos desclassificados obediente e ordeira, quer sob o controle dos mecanismos repressivos da legislação (inquisições,

capelão fidalgo del-rei nosso senhor e do Desembargo, deputado do Santo Ofício. Confissões da Bahia - 1591-1592. São Paulo, Paulo Prado, 1922, p. 562. Apud: ARAÚJO, Emanuel, Teatro dos..., op. cit., p. 168.

¹³⁸SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do..., op. cit., p. 29.*

¹³⁹Ver: *Teatro dos..., op. cit., p. 169.*

¹⁴⁰Ver: *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais, Vila Rica, 1804, Herculano Gomes Matias*

devassas, milícias e os castigos da prisão, da força, do suplício e do degredo) quer pelos instrumentos da caridade (ordens, irmandades e seus asilos e esmolas).

As cidades daquele tempo (e desde o final da Idade Média), acusadas de acolher tanta gente desajustada, foram também (e talvez, por esta razão) o berço da moderna caridade. Desde as origens, as principais iniciativas sediaram-se ou coincidiram com o nascimento das cidades. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito à organização das irmandades portuguesas, herdeiras do caráter religioso das antigas irmandades e confrarias leigas¹⁴¹ dos séculos XII e XIII, que acabaram por substituir os mosteiros nas funções da caridade. A principal dessas irmandades foi a de “Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia”, conhecida como Santa Casa da Misericórdia, fundada em Lisboa em 1498. Neste mesmo ano fundaram-se mais dez filiais em Portugal, sendo duas na Ilha da Madeira e oito no continente. A partir de então deu-se a rápida expansão da irmandade por todas as pequenas vilas e cidades portuguesas,¹⁴² bem como pelas rotas de comércio do Oriente, nos portos de Nagasaki, Macau, Málaca e Goa. Mais tarde muitas Casas chegaram à África, onde Luanda seria a sede da primeira, em 1576.

Assim como nas demais colônias, sabe-se que no Brasil, onde os portugueses fundaram vilas, fundaram logo após Santas Casas. Coube à cidade de Santos, na Capitania de São Vicente, a primeira Misericórdia do Brasil em 1543, seguindo-se várias outras.¹⁴³

(ed.), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969, (V. 63), p. 48.

¹⁴¹ Irmandades e confrarias leigas com fins caritativos diferenciam-se das confrarias ou corporações de ofício que visavam a proteção dos interesses profissionais e econômicos de artesãos do mesmo tipo de atividade.

¹⁴² Em 1524, assinala Russel-Wood “... todas as cidades e muitas vilas de Portugal tinham uma Santa Casa da Misericórdia, totalizando sessenta e uma...” (*Idalgos e...*, op. cit., p. 17.), todas filiadas ao mesmo compromisso da matriz.

¹⁴³ Pouco depois da fundação da Misericórdia de Santos, seguiu-se a de Vitória em 1551, depois Olinda e

Por sua vez, a controvérsia sobre a fundação da Misericórdia do Rio de Janeiro suscita questões interessantes para a genealogia das instituições da caridade e o caráter de suas iniciativas. Costuma-se atribuir a vinculação da Igreja às obras da Misericórdia, bem como ao jesuíta José de Anchieta a fundação da Santa Casa do Rio de Janeiro. Russel-Wood contesta ambas as versões. Em 1532, data em que aportou a frota de Diogo Flores Valdes com muitos doentes a bordo, a Misericórdia do Rio de Janeiro já existia e a “participação de Anchieta limitou-se a proporcionar acomodações hospitalares complementares, que consistiam em cabanas de pau a pique construídas pelos índios, para os doentes da frota castelhana”.¹⁴⁴ Há também outro argumento que torna improvável a autoria de Anchieta - é o caráter secular das irmandades e sua histórica independência do alto clero da Igreja: “Embora fosse de religião católica, a Misericórdia era inteiramente secular. Os membros de ordens religiosas não eram aceitos na irmandade e a Misericórdia defendia zelosamente sua autonomia contra qualquer forma de interferência do clero secular ou das autoridades eclesiásticas”.¹⁴⁵ Dessa maneira, os jesuítas podiam prestar serviços junto com os irmãos nos hospitais da Colônia, mas não pertenciam ao quadro da irmandade. É o próprio Anchieta que em 1884 confirma o caráter leigo das Misericórdias: “Em todas as Capitanias há Casas de Misericórdias, que servem de hospitais, edificados e sustentados pelos moradores da terra com muita devoção, em que se dão muitas esmolas, assim em vida como em morte, e se casam muitas órfãs, curam enfermos de toda a sorte, e fazem obras pias, conforme a

Ilhéus em 1560 e, no final do mesmo século, a de São Paulo e Porto Seguro. No século XVII, a irmandade acrescenta outras Santas Casas em Sergipe, na Paraíba, Belém, Igarassu e São Luís. Ver: Idem, pp. 30 e 31). A data da fundação da Misericórdia de Salvador é incerta. Russel-Wood, o mais importante pesquisador de seus arquivos, assinala um período em que teria ocorrido: entre 1549, após a chegada de Tomé de Souza, e 1552. Ver: Idem, p. 65.

¹⁴⁴Idem, p. 31.

¹⁴⁵Idem, p. 64.

seu instinto e a possibilidade de cada uma e ainda o regimento delas nos principais da terra (...)”¹⁴⁶

Quanto ao papel da Igreja nas iniciativas da caridade, Russel-Wood aponta uma particularidade interessante nas colônias portuguesas, em comparação com as colônias espanholas. Enquanto que ambas as Coroas não chamaram a si as incumbências da caridade,¹⁴⁷ não mantinham, nem destinavam recursos para estabelecimentos caritativos, por outro lado, as colonizações portuguesa e espanhola diferiram no que tange ao papel da Igreja. No Brasil, as iniciativas foram quase todas leigas, sem o concurso da Igreja, das ordens religiosas ou da hierarquia eclesiástica local: “... não houve na América espanhola uma cadeia de hospitais administrados por uma única irmandade como foi o caso da Misericórdia na América portuguesa”.¹⁴⁸ Por sua vez, a função social da Igreja na América espanhola foi muito maior, ocupando o lugar dos diversos serviços que, entre nós, foram prestados pelas Santas Casas. Mesmo a contribuição dos jesuítas no campo da caridade, tão importante na Ásia e na África, aqui foi pouco significativa comparada às Misericórdias, não só quanto ao número, mas à sua distribuição no território brasileiro e à extensão de seu raio de ação.

A centralização administrativa e o conservadorismo do império português se faziam notar nas Misericórdias, que mantiveram durante séculos a mesma organização interna. Russel-Wood chega a afirmar que a estabilidade social do vasto império

¹⁴⁶ ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988, p. 329. *Apud*: ARANTES, Esther Maria de Magalhães, *Rostos de crianças no Brasil. In: A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Francisco Pilotti e Irene Rizzini, organizadores, Rio de Janeiro, Instituto Interamericano del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula e AMAIS Livraria e Editora, 1955, 171-241, p. 194. O grifo é nosso.

¹⁴⁷ A caridade não foi, portanto, iniciativa do Estado, com poucas exceções como o Hospital de Santo Andrés em Lima, fundado em 1545. Ver: RUSSEL-WOOD, *Fidalgos e...*, op. cit., p. 281.

¹⁴⁸ *Idem*, *ibidem*.

português “era proporcionada pelas diversas filiais das Misericórdias”,¹⁴⁹ que no Brasil mantinham constante intercâmbio, até mesmo com as filiais das ilhas do Atlântico, da África e de Portugal, além da matriz em Lisboa. Portanto, a urgência do controle sobre a população pobre, que irá gradativamente ganhando contorno de problema social, fará expandir as Santas Casas por todo o imenso território da Colônia. Por certo, não foram as únicas irmandades que aqui se instalaram, mas foram sem dúvida as mais importantes, dada a extensão do seu trabalho que não se circunscrevia a seus membros (como as outras confrarias),¹⁵⁰ atendendo a população pobre, indigente e os escravos.

Os objetivos da caridade moderna estavam expressos no “Compromisso de Lisboa”¹⁵¹ que passou a reger todas as demais Misericórdias espalhadas no mundo português. Logo no preâmbulo, as obras da irmandade aparecem, segundo Laima Mesgravis, “tal como foram definidas por S. Tomás de Aquino”,¹⁵² na “Suma Teológica”, divididas 14 objetivos, sendo 7 espirituais: ensinar os ignorantes, dar bom conselho, castigar com caridade os transgressores, consolar os tristes, perdoar as ofensas recebidas, suportar as injúrias do próximo com paciência, orar a Deus pelos vivos e pelos mortos; e 7 corporais: remir os cativos e visitar os prisioneiros, tratar os doentes, cobrir os nus, alimentar os famintos, dar de beber a quem tem sede, abrigar os pobres e peregrinos, sepultar os mortos. Como se pode ver, esses itens incluíam um misto de

¹⁴⁹... a ampla distribuição geográfica das filiais das Misericórdias ilustra completamente a importância da iniciativa privada na criação do império português”. Idem, p. 283.

¹⁵⁰Apesar de ser comum às Irmandades da Misericórdia beneficiarem seus membros com honrarias, privilégios e empréstimos para empreendimentos particulares, elas tinham como finalidade precípua atender indiscriminadamente a população necessitada. Com exceção de algumas irmandades de pretos que, na medida de seus poucos recursos, estendiam seu trabalho aos presos nas galés, as demais confrarias, como as Ordens Terceiras, visavam socorrer apenas os seus filiados.

¹⁵¹“Compromisso” era o regimento das Misericórdias. O primeiro instituído na fundação da Misericórdia de Lisboa perdeu-se. Sabe-se que o compromisso de 1516 vigorou até 1618, quando ampliaram-se as obrigações. Se bem que regesse todas as Irmandades da Misericórdia do império ultramarino, aos poucos foram introduzidas algumas alterações conforme as circunstâncias locais. Ver: Idem, p. 14 e MESGRAVIS, Laima, *A Santa Casa da Misericórdia de...*, op. cit., p. 103.

¹⁵²Idem, p. 31. Ver também RUSSEL-WOOD, *Fidalgos e...*, op. cit., pp. 14 e 15.

funções pedagógica, moral, religiosa, repressiva, médica e assistencial que caracterizou a caridade das Misericórdias. É verdade que as primeiras irmandades foram muitas vezes fundadas para abrigar marinheiros náufragos e doentes e certos objetivos de controle não se exerceram desde o início. Mas a própria constituição de quadros - preenchidos pelas elites - a proeminência que ostentavam publicamente, o poder que exerciam através da ajuda aos necessitados e a moralização dos costumes, com a construção dos recolhimentos e doações de dotes para moças órfãs evitando que a pobreza as empurrasse para a prostituição, foram práticas de controle que se disseminaram, juntamente com a preocupação religiosa de salvação das almas.

Pertencer ao quadro de uma irmandade da Misericórdia era uma alta dignidade. Seus membros achavam-se hierarquizados em duas classes e para ambas, a exigência de boa reputação social: a dos irmãos nobres, que incluía também os fidalgos, proprietários e algumas classes de profissionais; e a dos irmãos de menor condição, onde se encontravam certos tipos de artesãos mais ricos, comerciantes e proprietários menores. Contudo, o ingresso de todos na irmandade estava condicionada ao estatuto da pureza de sangue (não ter ascendência não-branca, judia ou moura) e não ser casado com mulher não aceita socialmente ou que não se enquadrasse nos critérios daquele estatuto.¹⁵³ Apesar de raramente receberem recursos da Coroa, obtinham desta vários privilégios como o monopólio dos enterros, com a obrigação do sepultamento gratuito de pobres e escravos quando seus senhores fossem pobres demais para arcar com as despesas, a cobrança de certos dízimos e esmolas, ou a obtenção das rendas de um açougue, como foi o caso da Misericórdia da Bahia.¹⁵⁴ À irmandade estava também

¹⁵³Ver: RUSSEL-WOOD. *Fidalgos e...*, op cit., p. 95

¹⁵⁴Ver: Idem, p. 237.

reservada a “graça aos enforcados”, a tradição de salvar da forca os condenados que não morressem ao primeiro arranco da corda, ou quanto esta se partia, cobrindo-os com a bandeira da Misericórdia.¹⁵⁵ Havia também o “direito de santuário”, compartilhado com outras irmandades leigas e ordens religiosas, que era a guarida aos escravos fugidos e criminosos em suas igrejas e sacristias, apesar das ameaças das autoridades portuguesas.¹⁵⁶ Sabe-se, entretanto, que as benesses obtidas não se limitavam à irmandade enquanto associação, mas acabariam por se estender aos irmãos, enquanto membros individuais. Além do prestígio de pertencer à elite e da possibilidade de ascensão social que oferecia aos irmãos menores, a aglutinação de pessoas da classe dominante em torno da caridade propiciava também o fortalecimento desta classe visando seus interesses. Parece ter sido uma prática generalizada das Misericórdias funcionarem como banco de empréstimos de dinheiro a juros, com o intuito de fazer render as doações e as heranças que recebiam ou administravam. Encontram-se registros destas práticas em várias filiais. Empréstimos concedidos sem garantias seguras de pagamento, a fundo perdido, levaram várias delas à bancarrota.¹⁵⁷

Alardeavam ao rei e às autoridades locais a sua penúria, a falta de

¹⁵⁵Ver: Idem. p. 277.

A respeito da graça aos enforcados, Laima Mesgravis contesta: “Essa lenda(?) sempre contada sem referência a casos específicos, tem poucas probabilidades de ser verdadeira, se nos lembrarmos de que o regime político de Portugal nesta época era o absolutista e qualquer interferência à execução das leis seria considerada crime lesa magestade. Ora, a Misericórdia era uma Irmandade privilegiada mas estreitamente dependente de favor real e, portanto, pouco inclinada a desafiar-lo”. *A Santa Casa de...*, op. cit., p. 200.

¹⁵⁶Ver: RUSSEL-WOOD, Fidalgos e..., op. cit, pp. 190 e 191.

No caso do direito de santuário Russel-Wood cita o caso ocorrido em 1713, na Bahia, quando “Joseph da Costa Ferreira, irmão da Misericórdia”, escoltava um pequeno criminoso no cumprimento de seu dever oficial de sargento da guarnição. Ao passar diante da Misericórdia, o criminoso escapou da escolta, correu à igreja da irmandade e agarrou-se à fechadura principal. Joseph da Costa Ferreira arrancou-o de lá e prendeu-o novamente. Por essa violação do direito de santuário, o zeloso sargento foi expulso da irmandade pelo corpo de guardiães”. Idem, p. 191.

¹⁵⁷A concessão de empréstimos foi praticada pelo menos nas filiais de Goa, Macau, Luanda e na Bahia. Esta última chegou a ficar, no século XVIII, “em situação deplorável devido a grupelhos no corpo de guardiães e à prática de fazer empréstimos com garantia inadequada”, registra RUSSEL-WOOD, idem, p. 239.

recursos para continuar mantendo seus serviços, esmolando doações e testamentos dos mais ricos, a fim de distribuí-los aos que só poderiam viver de esmolas. Não poderia ser de outro modo dentro da lógica de um mundo onde somente a caridade poderia prover o socorro aos necessitados - a Santa Casa precisava ser pobre para receber esmolas. De qualquer maneira, passando muitas vezes por crises, misérias e ameaças, foram no geral prósperas e opulentas, cumprindo a contento¹⁵⁸ sua missão como a única iniciativa da caridade que, durante quase três séculos, socorreu gratuitamente os indigentes.

Parece que, até o final do século XVIII, as obras da Misericórdia receberam poucas críticas, apesar do que hoje veríamos como precariedade a situação dos hospitais e do fausto das igrejas que as diversas irmandades da Misericórdia mandavam construir. É que esta também era a lógica de uma sociedade que, sob o pretexto da conversão e da salvação das almas, privilegiava as aparências e a ostentação do poder - "(...) festas religiosas davam mais prestígio à irmandade do que o tratamento dos doentes (...). Um funeral bem organizado, ou uma missa brilhante traziam mais irmãos e mais legados à irmandade do que poderiam fazer o tratamento médico de todos os mendigos esfarrapados e escravos famintos do Recôncavo inteiro. A Misericórdia agradava à sociedade do seu tempo",¹⁵⁹ confirma Russel-Wood. A Misericórdia de São Paulo, uma das mais pobres do Brasil Colônia, preferia atender os serviços funerários do que manter hospitais, que só foram construídos no início do século XIX (o Hospital da Caridade e a Roda dos Expostos).¹⁶⁰

¹⁵⁸No limite da bibliografia pesquisada, parece que as críticas ao funcionamento das Misericórdias só começaram a surgir no final do século XVIII e começo do século XIX.

¹⁵⁹*Fidalgos e...*, op. cit., p. 214.

¹⁶⁰Ver: MESGRAVIS, Laima, *A Santa Casa de...*, op. cit., pp. 236 e 237.

Gilberta Januzzi, em seu livro *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil* (São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1995, p. 21) afirma, com base em textos do Ministério da Educação (MEC-CENESP, 1974-75) que "o atendimento escolar começou com este deficiente físico [o incapacitado físico e moral] (o grifo é da autora) em instituição especializada (...), particular, em São

A irmandade recebia legados destinados a obras específicas como o hospital ou dotes para órfãs. Não raras vezes era obrigada a mandar rezar um número infundável de missas (que chegou uma vez na Bahia a 11 mil missas!) pela alma do falecido doador, condição imposta no testamento, o que saía por vezes muito caro, dadas as despesas com o padre e os paramentos. Pelo menos na irmandade de Salvador poucos eram os legados para a alimentação de presos ou a criação dos enjeitados.¹⁶¹ Em geral, a maior parte dos recursos provinha de fontes particulares, sendo que as contribuições de fundos públicos, além de bem menores, eram irregulares. Contribuições das câmaras municipais sempre foram insignificantes, mesmo quando transferiam para a Misericórdia o encargo que tinham da manutenção dos enjeitados. Até a Coroa, um pouco mais generosa que as câmaras, já que as Santas Casas atendiam soldados a serviço do rei, oferecia recursos insuficientes.

Durante todo o período colonial, as principais cidades brasileiras contaram apenas com o único hospital mantido pela irmandade. Governadores e câmaras municipais pouco se importavam com os destinos dos doentes, desvalidos, inválidos ou indigentes. Nem mesmo para assistir a comunidade branca que havia

Paulo, junto à irmandade da Santa Casa de Misericórdia, em 1600, portanto ainda no Brasil-Colônia". É muito pouco provável que uma tal "instituição escolar especializada" tenha existido. Por várias razões. A não ser os jesuítas preocupados com os indígenas, um ou outro cristão-novo mestre de primeiras letras do seu povo, não havia nesta época nenhuma preocupação das organizações da caridade com a escolarização. Desconhecia-se também qualquer "especialização" por ser inteiramente desnecessária ao mundo de então. Laima Mesgravis, em suas detalhadas pesquisas sobre a Misericórdia de São Paulo afirma que não há registro da existência sequer de um hospital, que só será construído no século XIX. "A pobreza e a pequena densidade demográfica da vila de São Paulo, como de todas as outras do planalto, não permitia a construção de um hospital" (p. 40). E apresenta ainda uma outra razão ainda mais constringente para a falta de fundamento daquela afirmação: "A dificuldade inicial com que defrontamos no nosso estudo não foi apenas o desaparecimento quase total da documentação da Santa Casa, da qual só restaram os "Livros de Atas das reuniões da Mesa" da Irmandade, a partir de 1703, mas também a lamentável falta dos anteriores referentes ao século XVII (...)". *A Santa Casa de...*, op. cit., p. 16.

¹⁶¹ Mesmo antes da criação da roda dos expostos, em 1726, a irmandade da Bahia assumiu a assistência aos enjeitados, uma responsabilidade que afinal era das câmaras municipais. Russel-Wood descreve as dificuldades que a Misericórdia enfrentou, sem legados para tal fim e sem os recursos da municipalidade que deliberadamente abandonou sua obrigação legal para com a criação dos enjeitados.

emigrado para a Colônia. Do mesmo modo que muito poucas medidas efetivas foram tomadas quanto à limpeza das cidades. Além das doenças da terra, os portos recebiam as pragas dos continentes europeu e africano: soldados, marinheiros e escravos portadores das mais variadas enfermidades. Nestas condições, não é difícil deduzir os inúmeros surtos epidêmicos, além das doenças que permaneciam constantes dada a insubridade e das péssimas condições de vida da população (desnutrição e excesso de trabalho, principalmente entre os escravos). As autoridades portuguesas freqüentemente promulgavam leis para a fiscalização da limpeza dos mercados, dos matadouros, dos currais e das ruas, prevendo penas severas que raramente eram aplicadas.¹⁶² Aos navios provindos da África foi instituída a quarentena, após a passagem da inspeção médica,¹⁶³ uma das práticas de isolamento dos doentes, que também dominou os hospitais. Fechar os doentes para que não contaminassem o resto do povo da cidade, ou isolar soldados para que não se contaminassem com os outros internos, foi uma prática que não se limitou aos leprosários. Gradativamente, marinheiros e soldados passaram a ser melhor tratados e vigiados para que não desertassem.¹⁶⁴

Mesmo que os tratamentos e as visitas médicas tivessem alguma

Ver: *Fidalgos e...*, op. cit., cap. 12.

¹⁶² Quanto à Bahia, ver: *Fidalgos e...*, op. cit., p. 209.

¹⁶³ Na verdade, a fiscalização dos navios nunca teve, até o século XIX, continuidade. Ela só era efetiva frente ao perigo já manifesto das epidemias. Não há, portanto, nesta e em outras medidas, qualquer indício de um projeto preventivo para a Colônia. "A presença de um perigo dita medidas de defesa que não implicam a idéia de periculosidade e o projeto de prevenção". *Danação da norma ...*, op. cit., p. 51.

¹⁶⁴ As descrições de Russel-Wood sobre o hospital da Misericórdia de Salvador, confirmam a tese de Foucault em *O nascimento do hospital* (In: *Microfísica do poder...*, op. cit., pp. 99 a 111), segundo a qual a disciplina que transformou o hospital numa instituição propriamente médica, iniciou-se com o tratamento dos soldados, cujo treinamento passou a ser mais custoso com a invenção do fuzil. Saía mais barato pagar pelo tratamento de um soldado doente, do que deixá-lo morrer e ter que treinar outro. Além disso, tornou-se necessário fiscalizá-lo porque havia os casos de deserção durante o tratamento (e a Misericórdia ficava sem receber os custos), e os que fingiam estar doentes. A esse respeito Russel-Wood cita os baixos índices de mortalidade entre os soldados em relação aos outros internos: "O número de mortes entre os soldados que se tratavam no hospital era surpreendentemente baixo: vinte e três, de um total de 1.425 (...). Os algarismos sugerem (...) que as queixas de fingimento dos soldados por parte da Misericórdia tinham fundamento". *Fidalgos e...*, op. cit., p. 224.

regularidade, até o século XIX os hospitais no Brasil não serão lugares de cura, mas de salvação. Almas de quem morria cristãmente no arrependimento dos seus pecados e assim passariam ao paraíso, almas caridosas que encontrariam, na penitência do trabalho com os doentes, mais tarde, o seu lugar no céu. Cada enfermaria, onde se amontoavam vários enfermos no mesmo leito ou em esteiras (que traziam para o hospital e que por vezes lhes serviam de mortalha), contava com um altar para missas dominicais e dias santos e um cura de plantão, o padre das agonias, que morava ao lado hospital a fim de ministrar com presteza a extrema-unção aos moribundos. Pouquíssimos médicos para centenas de doentes no Hospital de São Cristóvão, na Bahia. Russel-Wood descreve: “Durante o século XVII ou um médico e um cirurgião foram suficientes. No século XVIII, com o aumento da população urbana e maior número de soldados que necessitavam de tratamento hospitalar, foi necessário aumentar a equipe. Em 1711 foi nomeado mais um médico e em 1732 mais um cirurgião”.¹⁶⁵ Eles visitavam os doentes duas vezes por dia e ainda cuidavam dos presos que a Santa Casa escolhia para prestar assistência, segundo alguns critérios.¹⁶⁶ Fácil imaginar o tempo de atenção que uma “equipe” tão exígua poderia dispensar aos enfermos, numa cidade que vivia às voltas com os constantes surtos epidêmicos. Nada nos relatos do funcionamento dos hospitais nos autoriza a identificá-los como uma instituição médica, nem que ali houvesse iniciado

¹⁶⁵Idem, op. cit., p. 219.

A situação do hospital da Santa Casa do Rio de Janeiro, não era muito diferente: “... limitava-se no começo do século XVIII a apenas dois médicos, um cirurgião e um enfermeiro auxiliado por um ajudante e mais dois escravos para uma população de mais ou menos duzentos e cinquenta doentes. Além disto, não é diária a presença destes médicos nos hospitais, sendo ainda irregulares as suas visitas”. *Danação da norma...*, op. cit., p. 59.

¹⁶⁶Mordomos de presos da irmandade visitavam as prisões e preparavam listas de presos que poderiam merecer a assistência jurídica, médica e de alimentação. Mas havia condições: o prisioneiro deveria ter passado do prazo de 30 dias de encarceramento, ser indigente, não estar condenado por dívida, quebra de promessa ou aguardando degredo. Russel-Wood descreve as condições das prisões da Bahia (que, de resto, parecem ter sido as mesmas em todo o Brasil): “(...) eram lamentáveis. Uma sentença de encarceramento (...) equivalia a uma sentença de morte. A atitude afinal em relação aos criminosos era a de que, uma vez trancados, deixavam de existir”. (op. cit., p. 196) A Santa Casa prestava

uma medicina hospitalar.¹⁶⁷ Enfermeiros não tinham qualquer formação: bastava que fossem brancos, cristãos-velhos, em geral analfabetos, condição que favorecia administrar remédios trocados aos pacientes.

Quem eram os doentes? A dificuldade desta resposta não cabe apenas ao fato dos livros mais antigos das Misericórdias no Brasil terem desaparecido.¹⁶⁸ Neles, como nos demais que foram preservados, certamente não conteriam informações detalhadas sobre a situação da pessoa assistida (seja por esmolas, seja nos hospitais, prisões, na roda ou recolhimento). É que os registros individuais, que hoje tanto nos interessam, onde se acumulam informações de identificação, origem, entrada, diagnósticos, laudos, exames, medicamentos, evolução, acompanhamento, saída, cura ou morte e causa da morte, que permitirão mais tarde a produção de um saber hospitalar e/ou institucional, simplesmente não existiam. Os livros registravam informações de outra ordem (de onde os historiadores extraíram algumas pistas): contabilidade, patrimônio, empréstimos, material, pessoal, ordens, regulamentos, contratos, doações, testamentos etc., nunca as ocorrências cotidianas dos assistidos, muito menos procedimentos médicos que seriam, mais tarde, uma espécie de “jurisprudência” onde os

também alívio espiritual aos condenados à morte. Ver: Idem, p. 201.

¹⁶⁷Os médicos eram apenas um ou dois funcionários submetidos, como os demais, à administração de leigos das Santas Casas, e muitas das tarefas do tratamento eram desempenhadas por cirurgiões-barbeiros, muitas vezes um escravo que conhecia a arte de sangrar. Como observa Foucault: “Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. Por estas razões, o hospital deve estar presente tanto para recolhê-lo, quanto para proteger os outros do perigo que ele encarna. O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. É alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento” (p. 101). E, mais adiante: “A partir do momento em que o hospital é concebido como um instrumento de cura e a distribuição do espaço torna-se um instrumento terapêutico, o médico passa a ser o principal responsável pela organização hospitalar” (p. 109). *O nascimento do hospital*. In: *Microfísica...*, op. cit.

¹⁶⁸Segundo Russel-Wood “não há registros existentes nos arquivos da irmandade que contenham informações sobre a identidade, lugar de origem, estado civil e cor dos doentes tratados no hospital. Também não há registro do número de pacientes tratados no hospital, nem da natureza das suas doenças”. *Fidalgos e...*, op. cit., p. 221.

médicos puderam confrontar sua experiência. Sabe-se, entretanto, que a Santa Casa acolhia gratuitamente e sem distinção qualquer doente que a procurasse, se fosse pobre: negros forros,¹⁶⁹ mestiços, brancos pobres, estrangeiros,¹⁷⁰ soldados da terra, soldados e marinheiros dos navios de guerra e barcos de comércio. A respeito da população indígena na Bahia, Russel-Wood nos informa: “Poucos índios eram tratados no hospital. A população indígena se retirara da área urbana muito antes, e no século XVIII já havia fugido do Recôncavo. Além disso, poucos índios sobrepujavam sua desconfiança da medicina praticada pelos europeus. Muito ocasionalmente, um tupi desgarrado aparecia no hospital para tratamento. Mais freqüentemente os pacientes índios eram os que vinham presos para a Bahia, de Jacobina ou de Rio das Contas, para serem julgados na Bahia. Sucumbiam às condições da prisão ou à severidade do castigo e eram mandados para o hospital da Misericórdia”.¹⁷¹ Nenhuma pessoa que tivesse algum recurso procurava o hospital - era atendida em casa por um médico pago. Ademais, para o resto da população, o hospital era temido como um sinal de aproximação da morte.

Embora não fosse ainda uma prática generalizada, o internamento de loucos e leprosos tem início no século XVIII, com o aparecimento de poucos asilos especializados. A referência mais antiga que pudemos encontrar está em Russel-Wood. Trata-se da construção conhecida como “casinhas de doudos”, em 1706, de iniciativa da Santa Casa de Salvador, cujos guardiães eram carregadores de essas “também alojados

¹⁶⁹Pretos forros eram atendidos gratuitamente. Já os escravos teriam que ter seu tratamento custeado pelos senhores que, muitas vezes, preferiam deixá-los morrer fora do hospital a ter que pagar à Misericórdia. Com a proibição do tráfico o preço do escravo encareceu muito e ficou mais freqüente o escravo receber algum tratamento.

¹⁷⁰“Os estrangeiros não eram bem-vindos no Brasil colonial. As histórias de capitães ingleses que teriam achado ouro no Amazonas punham a corte portuguesa em pânico cada vez que um navio estrangeiro chegava a um porto brasileiro (...). Assim, há poucos registros de estrangeiros tratados no hospital da Misericórdia: alguns marinheiros de um navio francês; marinheiros espanhóis; dois cidadãos de Hamburgo e até mesmo um inglês louco, registrado solenemente como tendo 130 anos de idade!”. RUSSEL-WOOD, *Fidalgos e...*, op. cit., 222.

¹⁷¹Idem, pp. 221 e 222.

nessa parte da Misericórdia”.¹⁷² Como, segundo o citado autor, não há registros sobre este asilo, pode-se apenas supor fossem celas onde os loucos ficavam trancafiados.

Quanto aos leprosos, o primeiro estabelecimento foi construído em 1737, no Rio de Janeiro¹⁷³ pela irmandade da Candelária. Como se vê, nem todas as Misericórdias tinham sob o seu encargo a manutenção dos asilos de leprosos, o que era o caso também da Bahia, onde os leprosos eram abrigados pela Irmandade de São Lázaro.¹⁷⁴ Em São Paulo, porém, a Misericórdia chamou a si a assistência aos leprosos, de início fornecendo pequena verba para que deixassem de esmolar e permanecessem em casa. Mas, “o sistema de concessão de esmolas não resolvia o problema do confinamento daqueles doentes que abundavam na capitania, especialmente nas vilas do norte, conforme afirmava Francisco Martins de Almeida”.¹⁷⁵ Até que em 1802 foi

¹⁷²Idem, p. 217.

¹⁷³Em Portugal os leprosários foram conhecidos como gafarias. Surgiram em território português antes mesmo da independência, pois, segundo registra Joel SERRÃO, “há referências a leprosários em 1107 (...)”. De um modo geral eram (...) pequenos edifícios gênero das albergarias, onde se recolhiam, ou melhor, se isolavam forçadamente os leprosos, que nem sempre eram morfeicos, mas também ulcerosos de várias espécies, eczematosos, psoriáticos etc. (...). A piedade pelos leprosos era grande e por isso as gafarias recebiam valiosas dádivas de alguns ricos testadores (...). Pode-se dizer que não havia lugar de certa importância que não tivesse sua leprosaria, geralmente edificada longe do povoado, pois o terror do contágio levava as autoridades a obrigar os gafos a tangerem uma campânula ou rela quando saíssem do recolhimento, a fim de prevenirem os transeuntes de sua passagem (...)”. (*Dicionário...*, vol. II, op. cit., p. 315). O mesmo *Dicionário* registra data posterior para a fundação do primeiro leprosário no Rio de Janeiro, em 1741 (p. 311). Parece que até meados do século XVIII, os leprosos no Brasil, embora evitados pela população, não estavam sujeitos à exclusão nos lazaretos. Sobre o isolamento dos lázaros no Rio de Janeiro, ver: *Danação da norma...*, op. cit., pp. 134 a 142.

¹⁷⁴*Fidalgos e...*, op. cit., p. 226.

Braz do Amaral nos conta: “O mal dos lázaros, morfêia ou elefantíase dos gregos, se desenvolveu muito na Bahia nos tempos coloniais, provavelmente importado da Ásia e África, pois escalavam ordinariamente aqui os navios que de lá se dirigiam para Lisboa ou vinham diretamente para a Bahia (...). Conheceu o governo a necessidade de separar os lázaros da população e daí as medidas que foram tomadas (...)”

“A gafaria, ou Hospital dos Lázaros, existiu primeiro num pequeno asilo por casinhas próximas à capela de S. Lázaro (...) na freguesia da Vitória. Era aí que se recolhiam as pessoas pobres da cidade afetadas da terrível moléstia, assim como os pretos que chegavam da África doentes dela.”

“D. Rodrigo José de Menezes e Castro, em Provisão de 27 de março de 1762, resolveu o estabelecimento de um hospital para os morféticos, até aí abrigados no lazareto mencionado, ou em pequenas casinhas que para isso serviam.” In: VILHENA, Luís dos Santos, *A Bahia no século XVIII...*, op. cit., vol. I, pp. 168 e 169.

¹⁷⁵MARTINS DE ALMEIDA, Francisco. *Primeiro relatório sobre a Santa Casa de Misericórdia - 1874-1875*, Tip. Jorge Seckler, 1876, 2ª edição, 1909, p. 27. *Apud*: MESGRAVIS, Laima, *A Santa Casa...*, op. cit., p. 124.

construído um asilo numa pequena casa que, “segundo o relatório da ‘comissão de visita...’ de 1833, ‘nem é forrada, nem assoalhada com dous corredores divididos por uma parede, e em um destes corredores existem os homens, e outro as mulheres. Alguns quartos há espalhados, mas não só do lado dos homens, de maneira que as mulheres não podem aproveitar deste cômodo’ ”.¹⁷⁶ O sistema de asilo aos leprosos resumiu-se ao confinamento obrigatório dos doentes “quase sempre à força, que preferiam fugir na primeira oportunidade para viverem com a família ou esmolar pelas ruas”.¹⁷⁷ Considerados incuráveis, durante muito tempo os serviços médicos nos leprosários eram ainda mais raros do que nos hospitais comuns. Essa mesma situação caracterizou, mais tarde, as separações nos asilos de inválidos, velhos e portadores de doenças crônicas, também considerados incuráveis.¹⁷⁸

A existência de crianças abandonadas no Ocidente é bastante antiga, mas nem sempre constituiu problema. A alta idade média, por exemplo, não precisou de nenhum mecanismo especial para recolher e criar os enjeitados. Graças aos pecados instituídos pela Igreja, eles foram, em grande parte, frutos rejeitados de amores ilícitos, mas poderiam até ser bem vindos a um mundo assolado pela mortalidade e carente de braços para o trabalho. Eram, por isso mesmo, acolhidos pelos camponeses, aproveitados como soldados do senhor feudal ou abrigados para os serviços nos mosteiros. O mesmo se pode dizer das fazendas da sociedade colonial brasileira: o bastardo, fruto da exploração sexual da mulher índia ou negra pelo senhor português,

¹⁷⁶NUTO SANTANA, *Relatório da Comissão de Visita... 2240-1833*. In: *Documentário histórico*, vol. II, p. 94. *Apud*: MESGRAVIS, Laima, *A Santa Casa...*, op. cit., p. 124.

¹⁷⁷Idem, p. 129.

¹⁷⁸Ver: ABREU, Sérgio França Adorno e CASTRO, Myriam M. Pugliese de, *A arte de administrar a pobreza - Assistência social institucionalizada em São Paulo no século XIX*. In: *Foucault vivo*, Italo Tronca (org.), Campinas, Pontes, 1987, pp. 101 a 109, p. 103.

quando abandonado, ou era escravizado ou absorvido como agregado a serviço da defesa paramilitar das propriedades, como capitão-do-mato, ou em outras tarefas para as quais o escravo não era indicado. Crianças negras, mesmo órfãs, raramente foram abandonadas neste mundo rural - eram acolhidas pela comunidade de escravos, adotadas por outras mães e outros pais, até porque não eram freqüentes os nascimentos de crianças negras, dado o baixo padrão de reprodução do escravo no Brasil.¹⁷⁹

Os expostos só foram problema nas cidades. Inúmeros são os depoimentos antigos sobre a presença de "miseras criancinhas" abandonadas e seus corpos apareciam mutilados, comidos pelos animais soltos nas ruas. E a principal questão não era apenas a vida de um pequenino que se perdia de forma tão hedionda, mas uma alma que se fôra sem o batismo cristão. Pela legislação portuguesa eram as câmaras municipais as responsáveis pela criação dos órfãos e enjeitados. O sistema adotado era uma espécie de contrato de uma ama com pagamento para tal fim. Não só as câmaras não fiscalizavam o tratamento recebido pelas crianças (que eram muitas vezes mal tratadas ou morriam e a pensão continuava sendo paga), como em muitas regiões elas se desvencilhavam da tarefa, passando para as irmandades o encargo dos enjeitados. Na maioria das cidades brasileiras foram as Misericórdias que assumiram os expostos, cuja responsabilidade legal era do poder público que nem sempre repassava as verbas ou, quando o fazia, eram bastante insuficientes.¹⁸⁰ Por outro lado, como raramente as

¹⁷⁹Essa questão foi tratada no Capítulo III desta tese.

¹⁸⁰Pesquisadores da história das Santas Casas no Brasil, como Russel-Wood na Bahia (op. cit., p. 236 e ss.), e Laima Mesgravis em São Paulo (op. cit., p. 178 e ss.) apontam a polêmica entre as Misericórdias e as câmaras municipais sobre a responsabilidade de criação dos expostos. Em Minas Gerais, Laura de Mello e Souza (*O senado da câmara e as crianças expostas*, in: *História da criança no Brasil*, Mary del Priore, org., São Paulo, Contexto, 1991, pp. 28 a 42), cita Caio Cesar Bastos (*O assistencialismo na capitania do ouro*, in: *Revista de história - nova série*, nº 116, jan-jun 1984, p. 152), segundo o qual, a criação dos expostos era dividida entre as irmandades e as câmaras, e que a omissão destas últimas quanto ao pagamento das amas explicaria o alto índice de mortalidade dos enjeitados.

irmandades recebiam legados ou esmolas destinadas à criação dos expostos, o atendimento era precário, o que certamente contribuía, segundo Laura de Mello e Souza, “para que grande parte das crianças expostas morressem antes mesmo de serem matriculadas nos assentos camerários”.¹⁸¹ A mesma autora encontra neste fato uma possível explicação para o número menor de enjeitados na Colônia do que na Europa.¹⁸² Mesmo após a criação das rodas¹⁸³ no século XVIII, na Bahia (em 1726, e no Rio de Janeiro em 1738), pela necessidade de se usar um dispositivo discreto onde se depositassem os expostos para evitar o abandono nas ruas, a polêmica sobre o sustento destas crianças continuou, e muitas Misericórdias tiveram que arcar sozinhas com as despesas.

A dificuldade em identificar quem eram os expostos, antes da instituição da primeira roda no Brasil, repousa na ausência de registros. Russel-Wood, referindo-se a mais importante das Santas Casas da Colônia, assinala que “a assistência a enjeitados é a menos documentada de todas as obras da caridade da Misericórdia. (...) Não havia registros. O primeiro registro de enjeitados começou em 1726, e tanto este quanto o segundo volume se perderam”.¹⁸⁴ Mas, é possível supor que os fatores que levavam ao

¹⁸¹SOUZA, Laura de Mello e. *O senado da câmara e as crianças expostas*, In: *História da criança...*, op. cit., p. 31.

¹⁸²Esta comparação, citada por Laura de Mello e Souza (*O senado da câmara...*, op. cit.), encontra-se em Maria Beatriz Nizza da Silva, que justifica o menor índice de abandono de crianças no Brasil pela escassez de população que “certamente levava os pais, mesmo os mais pobres, a encararem os filhos mais como um benefício do que como uma sobrecarga”. Por esta mesma razão se pode supor, afirma a autora, “que os enjeitados do Brasil Colônia fossem resultado das relações ilícitas de mulheres de condição social elevada, para as quais se colocava a questão de salvaguarda da honra”. (*O problema dos expostos na capitania de São Paulo*. In: *Anais do museu paulista*, nº 30, 980-1981, pp. 147 a 157, p. 148). Russel-Wood apresenta índices que confirmam a afirmação de Nizza da Silva: “Na Bahia era de 0,4 por mil, enquanto que em Lisboa de 3,6 por mil”. *Fidalgos e...*, op. cit., p. 247.

¹⁸³A roda era um mecanismo cilíndrico de madeira que girava por um eixo vertical, aberto num dos lados, comumente encontrada nos conventos de freiras e frades reclusos, onde eram colocados alimentos, cartas e outras mercadorias, sem que houvesse qualquer contato com o mundo externo. Passou, com o tempo, a ser usada pelas mães que entregavam seus filhos à caridade das religiosas. A primeira roda construída para tal fim foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198.

¹⁸⁴*Fidalgos e...*, op. cit., p. 243.

abandono de crianças, antes e depois da instituição das rodas, não seriam muito diferentes. O primeiro que se pode deduzir, pelas indicações que acompanhavam as crianças (uma trouxa de roupas, uma nota explicativa e a data do batismo, às vezes), e as próprias condições de saúde (doentes, nuas, pele esticada sobre os ossos)¹⁸⁵ é a extrema pobreza das famílias. Muitas de tais indicações permitiam às mães reclamarem seu filho de volta, em caso de arrependimento. A grande maioria das crianças abandonadas por falta de condições econômicas dos pais era legítima. Eram muitas vezes filhos de mulheres livres de cor ou mestiças, abandonadas por seus maridos ou amantes que saíam à cata de melhor ocupação, atraídos pelas aventuras do ouro ou chamados de volta a Portugal e que ficavam, portanto, sem condições de subsistência. Mesmo porque a ilegitimidade não era o motivo mais forte, entre os pobres, para enjeitar uma criança, pois não se constituía para estes em condição de desonra. Talvez seja por tal razão que vários autores afirmam, com base nos registros dos séculos XVIII e XIX, que a maior parte dos expostos era branca, graças à mancha desonrosa definitiva e sem redenção que acompanhava a mãe solteira das famílias socialmente bem postas. Russel-Wood é minucioso a esse respeito: “Os registros feitos nos livros de enjeitados especificam a cor de cada criança deixada na roda. Esses registros datam apenas de outubro de 1757, mas não há motivos para acreditar que a composição racial desses expostos diferisse substancialmente da dos períodos anteriores. Nos últimos três meses daquele ano, foram deixadas vinte e três crianças na roda; somente quatro dessas eram de cor, e as dezenove

¹⁸⁵Segundo Otto Marques da SILVA, no livro *A epopéia ignorada - a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje* (São Paulo, CEDAS, 1986, p. 275): “muitos (o grifo é nosso) recém-nascidos com deformações foram abandonados [na roda] por mães desesperadas”. O autor, porém, não cita qualquer registro a esse respeito, o que parece ser, por enquanto, apenas suposição. Historiadores por nós consultados não se referem às deformidades ao descrever as características das crianças expostas. É provável que tais casos fossem muito mais raros do que supõe o supracitado autor e que, sendo na maioria inviáveis, morressem antes mesmo da exposição. De qualquer maneira, para sairmos do campo das suposições sem valor histórico, seria necessária pesquisa detalhada nos arquivos das

resultantes eram brancas. Em 1758, o primeiro ano sobre o qual existem registros completos, foram deixadas na roda setenta e nove crianças; cinquenta e cinco destas crianças eram brancas e somente vinte e quatro eram de cor. Os registros dos anos subseqüentes mostram uma predominância semelhante de crianças brancas”.¹⁸⁶

Escravas raramente abandonavam seus filhos na roda, até porque tinham a gravidez fiscalizada pelos senhores a quem não interessava perder a prole da escravaria, uma vez que a condição de exposto poderia garantir o estatuto de liberdade à criança. A não ser em situações em que os proprietários viviam do aluguel das amas-de-leite,¹⁸⁷ ou dos que precisavam de um leite mais forte para seus próprios filhos - nestes casos a escrava poderia ter seu filho roubado e exposto na roda. Além disso, a condição de mãe solteira entre os escravos, ou mesmo entre os negros livres, não era infamante. Uma criança sem pai seria absorvida pela família da mãe, mesmo que fosse bem pobre. Seria também protegida pelos padrinhos que, por compromisso do batismo, quase sempre se esforçavam em ajudar a criação de seus afilhados.¹⁸⁸

rodas, da qual não tivemos conhecimento.

¹⁸⁶Fidalgo e..., op. cit., p. 247.

A esse respeito, Emanuel Araujo comenta: “Como havia cinquenta anos em Salvador, igualmente na Vila Rica de 1804 predominavam os enjeitados brancos: ainda que de 91 não saibamos a origem racial, 24 eram brancos (17,91% do total), contra 17 mulatos (12,68%) e só dois negros (1,49%). *Teatro dos...*, op. cit., p. 179.

¹⁸⁷A esse respeito, Lana Lage da Gama Lima e Renato Pinto Venâncio registram: “Nas sociedades do Antigo Regime europeu, era bastante difundido o costume de entregar recém-nascidos a amas-de-leite que cuidavam da criança durante a primeira infância. Transplantada para o Brasil, essa prática tornou generalizados o aluguel e a compra de escravas para amamentarem os bebês das famílias brancas (...) e os anúncios de jornais do Rio de Janeiro indicam isso de maneira bastante clara...”:

‘Na rua do Espírito Santo há uma ama-de-leite para alugar, parida de 8 dias, sem pensão de filho’ (Jornal do Commercio, 24 de fevereiro de 1850).

‘Vende-se uma preta da nação, com bastante leite e da primeira barriga, sem cria, mui vistosa rapariga’ (Diário do Rio de Janeiro, 4 de julho de 1850).

‘Aluga-se uma preta, para ama com muito bom leite, de 40 dias e do primeiro parto, é muito carinhosa para crianças, não tem vício algum e é muito sadia e também se vende a cria’ (Jornal do Commercio, 3 de agosto de 1850).

LIMA, Lana L. da Gama e VENANCIO, P.R. *O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: História da criança...*, op. cit., pp. 61 a 75 e pp. 67 e 68.

¹⁸⁸Lana Lage da Gama Lima e Renato Pinto Venâncio registram, a propósito do abandono de criança negras: “(...) no Rio de Janeiro, após 1871, houve um significativo aumento do número de crianças pardas e negras enjeitadas, (...). De 1864 a 1881, o número de crianças entregues à Santa Casa

O Brasil Colônia assistiu, principalmente em Minas Gerais, à proliferação de outras irmandades e confrarias, a maioria de ajuda mútua, que ao lado dos objetivos devocionais (de perfeição da vida cristã, como as Ordens Terceiras), procuravam socorrer seus membros nos momentos de dificuldades: nas perdas, doenças, invalidez, na velhice e na morte. Destas, as mais elitistas eram as Ordens Terceiras, e conquanto fossem vinculadas e dependentes de aprovação das ordens religiosas correspondentes, seus membros eram leigos, selecionados após rígida sindicância, o que lhes propiciava privilégios reais, graças e indulgências da Santa Sé. Mas, grande número de irmandades não se constituiu pelas elites. Foi muito comum no interior do Brasil, principalmente nas Gerais, aventureiros atrás de melhor sorte, gente de pouca ou nenhuma posse, homens pardos, forros e escravos agruparem-se, segundo sua categoria, em associações de cunho religioso, mandarem construir capelas e igrejas para participar juntos dos ofícios religiosos, dividirem suas atribulações e auxiliarem-se mutuamente. Cada uma escolhia um padroeiro comum para sua devoção (um orago), formalizava um compromisso que não significava apenas o ingresso na irmandade, mas uma participação ativa na comunidade assim formada. São Gonçalo, por exemplo, era o padroeiro dos homens pardos, enquanto São José foi ao mesmo tempo protetor dos artífices e dos traficantes de escravos no Rio de Janeiro.¹⁸⁹ Homens pretos escolhiam Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês, São Benedito, São Elesbão, Santa Efigênia e Santo Antônio de Catagerona, seja por semelhança da cor da pele, seja por afinidade com seus padecimentos. Se as irmandades eram um espaço um pouco mais democrático para os

praticamente dobrou, no caso dos pardos (de ± 130 para 260 por ano) e triplicou no caso de negros (de ± 30 para 90 por ano). E, embora esses registros não mencionem a origem social das mães dessas crianças, parece-nos difícil não ver aí uma relação entre a evolução desses índices de abandono e a promulgação da Lei Rio Branco". Idem, op. cit., pp. 68 e 69.

¹⁸⁹Ver: CONRAD, Robert. *Tumbeiros - o tráfico de escravos no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 65.

homens livres que viviam sob jugo absolutista dos prepostos do rei, para os homens pretos significaram os únicos momentos em que podiam exercer alguma autonomia. Caio Cesar Boschi, evocando Julita Scarano, afirma: "As relações comunitárias faziam-se na medida exata da identificação entre os que delas participavam. Simultaneamente, integravam os indivíduos e liberavam seus anseios de libertação, passando, assim, a ser o canal de manifestação de seus membros, o veículo de suas queixas, o palco de suas discussões. Isto se dá, particularmente, em relação às irmandades de negros, únicas instituições nas quais o homem de cor podia exercer, dentro da legalidade, 'certas atividades que pairavam acima de sua condição (...) onde, esquecida a sua situação de escravo, poderia viver como um ser humano'.¹⁹⁰ Em síntese, as irmandades funcionavam como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social".¹⁹¹

Objetivos religiosos e sociais encontravam-se indiscerníveis no movimento da caridade levados a efeito pelas irmandades e confrarias, mesmo no caso das Misericórdias que se voltaram mais para as obras sociais que as devocionais. Dentro dos limites estreitos de seu espaço de atuação, também foi esse o caráter das irmandades dos negros. Forçosamente cristãos (pois a conversão era obrigatória para integrar o quadro das irmandades), adeptos contritos das devoções da Igreja Católica, os irmãos negros praticavam o auxílio caritativo aos membros necessitados e moribundos, compravam alforrias e amparavam libertos. Porém, não se tem certeza se estendiam as obras de caridade aos demais homens pretos na medida de seus poucos recursos, se os

¹⁹⁰SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantina no século XVIII*. São Paulo, Nacional, 1976, p. 145. *Apud*: BOSCHI, Caio Cesar, *Os leigos e o poder - irmandades e política colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo, Ática, 1986, p. 14.

¹⁹¹Idem, *ibidem*.

presos que alimentavam nas galés eram somente os membros da irmandade.¹⁹² E, apesar de lutar contra os maus tratos dispensados aos cativos e de arregimentar fundos para as alforrias, não foram, todavia, contra o regime escravocrata. De outro modo não teriam a aprovação e o incentivo da sociedade dos brancos. Em Minas Gerais, onde proliferaram em maior número,¹⁹³ os senhores não podiam ser impedidos de entrar nas irmandades, o que muitas vezes era aceito de bom grado, já que havia necessidade de pessoas alfabetizadas, em geral brancas, para certos cargos como o de tesoureiro, e de preferência que fossem ricas capazes de adiantar algum recurso.¹⁹⁴ Mas esta participação era restrita pelo próprio interesse do branco na fiscalização das atividades dos negros que, para isso, não precisava transferir-se em massa para essas irmandades, até porque seria para sempre reconhecido como um benfeitor.

Em Minas, no início do século XVIII, brancos, forros e pardos (além dos cativos) constituíram associações separadas, até que, com o empobrecimento ainda maior no final do ciclo da mineração passasse a haver aproximação entre os pobres e a mistura de brancos e forros, integrando as mesmas irmandades. Mas, a aproximação entre oprimidos não era regra geral. Além das separações pela cor e pela condição de forro ou cativo, as uniões se davam também pelas nações africanas de origem, como em Pernambuco. Entretanto, em Minas Gerais, Julita Scarano assinala que, “apesar das rivalidades entre os diversos grupos africanos terem sido freqüentes, como o provam a denúncia de pretos contra pretos e outras questões de igual teor, a confraria foi,

¹⁹²Ver: SCARANO, Julita, *Devoção e...*, op. cit., p. 92.

¹⁹³Irmandades de homens pretos não existiram somente em Minas. Segundo Boschi, “Frei Agostinho de Santa Maria afirma que na Bahia, no início do século XVIII, havia trinta e uma irmandades aprovadas, dentre as quais seis (o grifo é nosso) da invocação de Nossa Senhora do Rosário e cinco de pardos”. SANTA MARIA, Agostinho de, Fr. *Santuário mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora*, Lisboa, Ofic. de Antônio P. Gabram, 1707/23, t. 9, livro primeiro, pp. 1 a 258. *Apud*: BOSCHI, Caio Cesar, *Os leigos...*, op. cit., p. 24.

¹⁹⁴Ver: SCARANO, J. *Devoção e...*, op. cit., pp. 129 e 130.

entretanto, veículo de união. Agrupando as mais diversas nações colocadas debaixo de uma condição comum - a escravidão - a irmandade procura proteger e melhorar a sorte de seus membros, resolvendo seus problemas específicos. O interesse coletivo os levava a empreender uma ação conjunta ligando etnias inimigas em suas terras de origem. Era à confraria que o homem de cor podia recorrer, quando às voltas com a doença, a miséria, o abandono ou quando desejasse conseguir sua liberdade sem precisar fugir”.¹⁹⁵

Pela capacidade de reunir as diversas camadas sociais, o peso da fiscalização da Metrópole sobre as irmandades era ainda maior em Minas Gerais, onde o perigo dos focos de rebelião contra o fisco rondava as autoridades. Temor infundado, “pois que essas associações nunca chegaram a colocar em cheque as instituições básicas do Antigo Regime, como, por exemplo, a escravidão”,¹⁹⁶ afirma Boschi, assim também, “presas ao Estado, as irmandades passaram ao largo dos movimentos separatistas”.¹⁹⁷ Grupos subalternos que nelas encontraram um veículo, embora limitado, de expressão de suas diferenças sociais e étnicas “não perderam o seu traço de instituição europeia, identificadas com a política colonizadora”.¹⁹⁸ Sábia micropolítica que, ao lado da oportunidade da manifestação popular das festas religiosas, das artes, dos mutirões e da aglutinação das forças comunitárias em tudo que promoviam, fazia limitar os conflitos às rivalidades entre elas. Instrumentos ao mesmo tempo de auto-defesa e de conformismo, produziram no dizer de Boschi, o enquadramento do negro ao mundo do branco, “uma espécie de sincretismo planejado”¹⁹⁹ que trazia para o negro o consolo religioso da caridade entre os seus pares, a garantia do sepultamento cristão nas suas igrejas e a

¹⁹⁵ *Devoção e...*, op. cit., p. 149.

¹⁹⁶ *Os leigos e o poder...*, op. cit., pp. 108 e 109.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 109.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 69.

¹⁹⁹ *Idem*, *ibidem*.

promessa de uma remota alforria.

A caridade moderna contou, no Brasil, com uma vasta rede de agentes a serviço da salvação das almas e da sustentação do sistema colonial. Enquanto os religiosos de ofício, em sua maioria, rezavam missas, faziam sermões, batizados, davam extrema-unção, aplicavam castigos e penitências no Tribunal do Santo Ofício, ou nos confessionários, ou viviam à sombra de suas ordens religiosas e administravam alguns poucos seminários e colégios,²⁰⁰ leigos chamaram a si as tarefas sociais da caridade²⁰¹ - na ingente esperança de alcançar a sua própria salvação. Ciosos guardiães dos privilégios sociais que desfrutavam, socorriam miseráveis, inválidos e moribundos. Domínio privado sobre as almas da Colônia, jamais teve a pretensão de erradicar a pobreza, mas de viver dela, nesta e na vida eterna. A não ser pelo sentido religioso que se enfraqueceu no correr dos séculos, o caráter piedoso e privado das iniciativas permaneceu quando a promoção de novos valores para a preservação dos corpos surgiu da aliança com o poder médico, no século XIX. Continua presente em nossos dias nas formas assistencialistas fomentadas pelo Estado liberal que, ao assumir o caráter de obrigação do poder público, como guardião do igualitarismo burguês, sustenta-se no desamparo e na miséria que supostamente pretende erradicar.

²⁰⁰ Abre-se exceção aos membros da Companhia de Jesus, expulsos do Brasil no século XVIII, cujo catolicismo militante valorizava muito mais as obras que as palavras. Assim mesmo, comparados à iniciativa leiga, a extensão de suas obras sociais foi bem menor no Brasil.

²⁰¹ Como diz Sônia SIQUEIRA: "No Brasil o colono era um pouco missionário e o clero um pouco colono". *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*, São Paulo, Ática, 1978, p. 111.

3. *As Novas Vigilâncias: Aliança Médico-Filantrópica*

Mesmo sem estatísticas seguras, já que os primeiros recenseamentos eram eclesiásticos e buscavam levantar o número de pessoas em idade de comunhão, é possível observar o aumento gradativo da população das principais cidades brasileiras no século XVIII. No Rio de Janeiro, por exemplo, que passou a ser a sede do Vice-Reinado em 1763, habitavam no final desse século 50.000 pessoas, seguindo-se Salvador com 45.500, Recife com 30.000, São Luis com 22.000 e São Paulo (única cidade distante do mar, mas considerada a boca do sertão) com 15.000 habitantes.²⁰² Contudo, apesar da crescente emigração de portugueses para o Brasil e do aumento do número de mulheres brancas,²⁰³ da mudança do domicílio de muitos proprietários rurais para as cidades, a população das cinco principais cidades brasileiras somadas representavam apenas 5,7% do total de habitantes do país, calculados em aproximadamente 2.850.000.²⁰⁴

Como se pode observar, o mundo rural foi dominante na Colônia. Até mesmo a legislação que surgiu com a independência não chegou a conferir às cidades, maior autonomia, limitando seus recursos financeiros e submetendo-as ao poder provincial. Até aproximadamente os anos 70 do século XIX, as populações urbanas permaneceram cercadas no seu papel de clientela dos senhores rurais, apoiando dos chefes locais que recebiam votos dos que podiam votar, em troca de pequenos benefícios

²⁰²Ver: COSTA, Emília Viotti da, *Da monarquia à...*, op. cit., p. 180.

²⁰³Ver: RUSSEL-WOOD, *Fidalgos e...*, op. cit., p. 178.

²⁰⁴GEIZER, Pedro Vinhas. *Evolução da rede urbana brasileira*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1963, p. 70. *Apud*: COSTA, Emília Viotti da, *Da monarquia à...*, op. cit., p. 180.

e favores²⁰⁵ dos que seriam para sempre reverenciados como benfeitores.²⁰⁶

A segunda metade do século XVIII o Vice-Reinado do Conde Cunha começa a tematizar a desordem social e a segurança das cidades. O que estava em jogo era não só o perigo de invasão estrangeira, como a incapacidade da população, ao mesmo tempo devassa, revoltosa e vadia, em defender esta terra. Todavia, a ameaça dispersa por todo o território concentrava-se nas cidades, e em especial no Rio de Janeiro,²⁰⁷ capital da Colônia que, por sua importância como centro administrativo, núcleo de comércio e porto de escoamento das minas, constituía-se em base estratégica de defesa do domínio português. O espaço da cidade se torna alvo do conhecimento militar: reconstrução das fortalezas em ruínas, estudo sobre a sua melhor localização, condições de abastecimento e movimentação das tropas, destruição das matas ao seu redor a fim de dificultar fugas e deserções. Não somente a análise do território compõe a militarização da cidade, mas a dos homens, aqueles que constituíam e os que poderiam vir a constituir os contingentes armados da defesa.

Toda a sorte de dificuldades apontadas na população dispersa acompanhava o recrutamento dos soldados. “O Conde Cunha expõe a situação claramente, afirmando os dois motivos fundamentais por que as tropas estão desordenadas: falta de disciplina e falta de homens. Dois fatores que não podem ser considerados independentes, como se vê na crítica ao seu antecessor, o Conde de

²⁰⁵Favor e benefício são termos de origem medieval ligados, no primeiro caso, às relações de vassalagem, e à administração de bens dos mosteiros com finalidade caritativa, no segundo. Embora em outro contexto, foram aqui propositalmente utilizados para explicitar o autoritarismo e a dependência que marcaram (e ainda marcam) as relações de poder no Brasil.

²⁰⁶Ver: COSTA, Emília Viotti da, *Da monarquia à...*, op. cit., pp. 179 a 193.

²⁰⁷Além da ameaça de invasão por espanhóis e ingleses, “por estranho que pareça, a cidade do Rio de Janeiro fora extremamente vulnerável, (...) à investidas de duas expedições francesas: a de Duclerc, em 1710, e a de Duguay-Trouin, em 1711. Este último só deixara a sede da capitania mediante resgate de 610 mil cruzados, duzentos bois e cem caixas de açúcar; tudo isso afora a pilhagem, calculada em 12 milhões de cruzados”. *Teatro dos...*, op. cit., p. 301.

Bobadella, que 'teve sempre os regimentos muito mais números, porém para assim conseguir conservava com praça neles os velhos e entrevados, os doente incuráveis e as crianças de menor idade' o que tornava a terça parte da tropa inútil e suposta".²⁰⁸ Com tais soldados, só um milagre justificaria o Rio de Janeiro não ter sido dominado pelos inimigos estrangeiros. No entanto, a situação degradada das milícias não se circunscreve ao Rio de Janeiro. Parece característica generalizada da Colônia: soldados atrasados, soldados famintos e esfarrapados, sendo que alguns não passam de meninos de 10-11 anos de idade, velhos com mais de 60 anos, indivíduos sem qualquer ofício, vadios e mendigos recrutados à força. Em meados do século XVIII, o Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo sob seu encargo a defesa de uma região tão vasta, se queixa: "Achei nestas terras introduzido um tal ódio ao serviço militar que, antes, qualquer sujeito quer exercer a ocupação mais vil que sentar praça de soldado, e daqui nasce que os poucos que há são feitos violentamente, e para se livrarem costumam muitos por os filhos a aprender ofícios, somente no nome, para com este pretexto ficarem isentos, do que lhes resulta nem serem oficiais nem tampouco soldados".²⁰⁹ Desclassificados compunham as milícias em qualquer lugar do Brasil. Em Minas "a 18 de novembro de 1773 era expedida uma ordem aprovando a organização de uma tropa de pedestres destinada a reprimir ataques botocudos e prender escravos fugidos, compunham-na vadios e facinorosos".²¹⁰ O próprio Marquês do Lavradio, tão preocupado com a disciplina dos soldados no Rio de Janeiro, não tem outro recurso

²⁰⁸ *Ofício do Conde da Cunha a F.X. de Mendonça Furtado acerca da falta de disciplina da força militar e tomada da Praça da Colônia do Sacramento, 16 de junho de 1764. In: Arquivo do Conselho Ultramarino, volume 29, p. 51. Apud: Danação..., op. cit., p. 109.*

²⁰⁹ *A amazônia na era pombalina: correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. Marcos Carneiro de Mendonça (ed.), 3 vols., Rio de Janeiro, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1963, vol. 1, p. 60 (carta de 12-11-1751). Apud: Teatro dos..., op. cit., p. 301.*

²¹⁰ SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do..., op. cit., p. 85.*

senão recomendar ao governador de São Paulo que aproveitasse os vadios: "... importa muito pouco que o regimento de voluntários vá menos bem regulado, antes pelo contrário esta qualidade de gente, e aquela tropa tira as suas maiores vantagens da própria irregularidade. (...) Nunca foram vestidos regularmente [referindo-se aos desbravadores paulistas]; eram armados à sua fantasia; alguns iam calçados; a maior parte deles descalços: as selas de seus cavalos eram uns couros; assim atravessando os pântanos, os rios; subiam e desciam as serras; atacavam os inimigos, e se faziam formidáveis. Sempre que estes homens foram chamados ao Rio Grande nas Companhias Aventureiras, iam quase em igual desordem; assim trabalhavam; e alguma coisa que por lá se fez boa, quase sempre se lhe deveu a eles (...)"²¹¹ Tratava-se de tropas que seriam enviadas para o sul, face à ameaça de hostilidades espanholas. Mas, à medida que chegavam a São Paulo, recrutadas em Minas, Mato Grosso e Goiás, o governador de São Paulo passava-lhes revista para delas retirar tamanho contingente de "quebrados, aleijados e idosos (...)"²¹²

Com tanta dificuldade para o recrutamento de gente apta, serão portanto os habitantes o alvo principal das propostas de ordenação militar da cidade. É o grande problema será o vadio e o "vadio passante", e aquele que além de não trabalhar se embarafusta pelos matos e vive feito fera: sem fé, sem lei e sem rei, em geral fugitivos das galés, do degredo e da forca. O escravo fugido, o quilombola embrenhado no mato, associado ao branco condenado ou desertor, ao índio rebelado eram, naquele tempo, a pior raça de gente.²¹³ "Vivendo feito brutos", assaltavam viajantes, pilhavam

²¹¹ *Carta de Lavradio a Martim Lopes Lobo de Saldanha - 26-XI-1775*, D, nº 17, 1895, pp. 44 e 45. Apud: SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do...*, op. cit., pp. 85 e 86.

²¹² *Idem*, p. 87.

²¹³ John Luccock, em viagem a Minas Gerais no início do século XIX, relata os temores da população de uma fazenda, a respeito de "uma criatura a que chamavam de "homem do mato" que vagueia pelas florestas: "denota esses entes humanos que demonstram ter-se degradado ao mais baixo ponto da

propriedades para poder sobreviver. Há muito as entradas do século XVI haviam estimulado a busca de vida melhor e de enriquecimento fácil, fazendo aquele povo de mamelucos e brancos portugueses, cristãos-novos e velhos, enveredar pelos sertões e adotar os costumes dos gentios. Sônia Siqueira cita exemplos interessantes: “Sebastião Madeira e Cristóvão da Rocha denunciaram Marçal de Aragão, por eles encontrado nas matas despido, com as pestanas depenadas ajudando o gentio na guerra contra o branco. De volta à cidade, o próprio Marçal de Aragão foi ao Santo Ofício formular acusações semelhantes contra Lázaro Cunha, que andou ‘feito todo ao modo gentilico, nu, com as pestanas arrancadas e as sobrancelhas rapadas e as pernas tintas de jenipapo, e com o cabelo rapado tudo ao uso e costume dos ditos gentios segundo ele denunciante viu ...’²¹⁴ Esse mesmo Lázaro da Cunha teria dito que enquanto estava no sertão do Rio São Francisco entre os índios, sem conhecer a Deus tudo lhe andava bem e depois que se chegara a Deus, tudo ia de traves”.²¹⁵ A dispersão e o meio livre dos sertões dissolviam os preceitos do colonizador, facilitavam as fofocas, as blasfêmias, as sodomias e os sincretismos. Pura selvageria que no final do século XVIII terá atenuado o seu caráter de perdição das almas para se tornar ameaça à incipiente ordem das cidades.

Importa civilizar esta gente e eleger a cidade como lugar estratégico, ao mesmo tempo de defesa, regeneração e controle. A cidade é o lugar da lei que o sertão desconhece - ela será o centro de irradiação da ordem para as periferias. E o principal recurso: a militarização através do alistamento de todos os seus moradores a fim de

natureza humana”. Refere-se também a uma outra classe de homem do mato, que não vive sozinho nem nu como o primeiro, “formam sociedades, vestem-se, cozinham seu alimento, mas não constroem habitações, nem plantam nunca; descem, por vezes, aos campos, a fim de roubar, são (...), uma corja, sem lei (...)”. *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, op. cit., pp. 299 e 299.

²¹⁴*Confissão. Processo de Lázaro da Cunha*, Inquisição de Lisboa no ANTT, proc. nº 10.776: *Apud: A Inquisição Portuguesa...*, op. cit., pp. 106.

²¹⁵*Idem*, pp. 106 e 107.

selecionar os que podem servir nas tropas auxiliares. E a lógica da eficácia desse poder que, ao invés de punir, busca o aliciamento disciplinar é simples: “A boa ordem e disciplina dessas tropas auxiliares traduz (sic.) a ordenação desejável de uma população inteira”.²¹⁶ José Arouche de Toledo Rendon, preocupado com a situação da agricultura na Capitania de São Paulo em 1788, atribui à vadiagem a causa principal do “estado deplorável” em que se encontra: “Eu poderia aqui fazer ver quantas desordens se seguem e quantas se estão diariamente seguindo desses ajuntamentos em que todos ficam embriagados; porém meu intento é somente fazer ver que os lavradores desta capitania são tão vadios que, para haverem de trabalhar dois ou três meses no ano, é preciso serem conduzidos como para a folia e não para o trabalho (...). Deve ser, portanto, o primeiro cuidado aplicar os meios úteis para que os homens trabalhem”.²¹⁷ E a proposta para a salvação da lavoura em São Paulo é também a disciplina militar: “Os dois regimentos pagos desta cidade podem dar saída a uma parte dos vadios. Um rapaz robusto, que não tem outro defeito mais do que o de ser vadio, ou porque a natureza assim lho pede ou porque a sua educação o pôs unicamente aplicado aos divertimentos e à folia; esse mancebo, que até aqui é pesado ao Estado, pode ser útil assentando praça; há de trabalhar à força e o longo uso lhe à de formar uma nova natureza. Se por este método se fizerem recrutas e se os capitães-mores, com medo do castigo, observarem as ordens a este respeito exatamente, será esse o meio de se aumentar a lavoura, porque o que é vadio fica sendo empregado no serviço da República²¹⁸ e outros, com medo do cativoiro militar, resolvem-se trabalhar (...).²¹⁹

Mas, assim como os ares da cidade civilizavam os brutos que o

²¹⁶ *Danação da...*, op. cit., p. 115.

²¹⁷ *Obras...*, op. cit., p. 2.

²¹⁸ República no sentido de “res-publica”, coisa pública.

²¹⁹ *Idem*, pp. 4 e 5.

isolamento dos matos, o comércio com índios e negros aquilombados, levavam fugitivos e desertores a adquirirem hábitos selvagens, a cidade também foi alvo não só do ataque externo do invasor estrangeiro, como o habitat do perigo interno do heterogêneo, da revolta, do vício e da doença. Era essa a realidade confusa que precisava ser conhecida, mapeada pelo alistamento de todos os seus habitantes, além de assegurar a defesa pela intervenção nos matos dos arredores porque escondiam focos da desordem. Sob o pretexto da carência de defesa da cidade do Rio de Janeiro pelo deslocamento de soldados para o sul do país, o Marquês do Lavradio constituiu tropas auxiliares formadas pelos moradores não-militares, ocupando as horas vagas dos indivíduos produtivos. Mais do que a preocupação com a adestramento para a defesa, o que se desenha é o agrupamento e as separações nos terços auxiliares dos mais capazes para as armas e dos menos capazes para outros serviços - uma composição hierarquizada, de certa forma dividida e individualizada, de vigilância e subordinação ao poder real.²²⁰ Disciplinar a tropa é necessariamente militarizar os moradores da cidade, ocupando seu tempo vago, uma estratégia de prevenção da desordem.²²¹ Por outro lado, a questão não está apenas em ordenar e fixar os habitantes, mas dizer quem nela deve morar e quem deve ser expulso, como recomenda Vilhena, no final do século XVIII: “fazer evacuar das cidades os preguiçosos e vadios e povoar de agricultores as campanhas”.²²² Abriria exceção apenas para “alguns destes passeantes e vadios [que] poderiam ser acomodados nas

²²⁰Ver: *Danação da...*, op. cit., pp. 118 e 119.

²²¹Nesta época existiram grandes tensões entre os três poderes da Colônia: o estado absolutista português, o clero e os grandes proprietários brasileiros. A expulsão dos jesuitas em 1759, acusados de facilitarem alianças com inimigos ingleses resolveu em parte o problema. Mas restou ainda o perigo das causas emancipacionistas que vieram a mobilizar alguns militares. Neste contexto, a militarização da cidade, além de não ter conseguido recrutar as elites que, apesar de certos privilégios concedidos, furtavam-se à convocação, poderia ainda fornecer aliados armados para as revoltas.

²²²*A Bahia do século XVIII...*, op. cit., p. 926.

tropas de linha que houvesse, contanto que fossem naturais do país”.²²³ Limpeza do lixo humano das cidades, mais tarde no século XIX, advogada pelos higienistas e pelos deputados emigrantistas de São Paulo, que se concentrou na figura do escravo, presença abundante no espaço público urbano.

Contudo, todas as questões que afligiam o colonizador quanto à manutenção da ordem e defesa do espaço da cidade, toda a contradição entre o seu efeito regenerador e civilizador dos homens em oposição ao vício e a libertinagem que nele campeariam, não foram suficientes para problematizar um novo objeto de saber: o urbano, que no século XIX rompe com a cidade enquanto lugar onde se desenrolam os acontecimentos e passa tomá-la em si mesma como problema, como objeto de conhecimento e dominação. É Robert M. Pechman quem nos esclarece essa ruptura que significou a “invenção do urbano”: “Todo o esforço que se observa no século XIX de se elaborar uma visão do mundo e de sociedade terá, portanto, como centralidade, a cidade como expressão física, e o urbano, como síntese das múltiplas relações tecidas nesse espaço. Assim, é a partir da literatura, dos relatórios oficiais sobre as condições de vida dos pobres, dos diagnósticos médicos sobre a saúde dos trabalhadores, das invectivas dos moralistas, do temor dos filantropos, do arrazoado dos políticos e das teorias dos reformadores sociais, que interagem com a vida que emana das ruas, que o urbano será conceituado e representado”.²²⁴ Novas disciplinas para enfrentar o fenômeno urbano: a medicina social, o higienismo, a sociologia, a psicologia, a estatística, novas práticas de

²²³Idem, *ibidem*.

²²⁴PECHMAN, Robert Moses. *A invenção do urbano: a construção da ordem da cidade*. In: *Brasil, território da desigualdade - descaminhos da modernização*, Rosília Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro (org.), Rio de Janeiro, Zahar, 1991, pp. 123 a 133, pp. 130 e 131.

Segundo Pechman “o urbano fala, portanto, de um novo objeto, no campo dos discursos em construção. Por isso mesmo não se pode dizer que ele seja “natural” da cidade, isto é, tenha surgido com a cidade: onde existe a cidade não existe necessariamente o urbano; mas onde existe o urbano existe a cidade”. Assim, “o urbano não se configura como simples oposição ao rural e nem se transfigura em mera

intervenção - “o deslocamento do olhar dos problemas específicos e pontuais para a cidade como um todo”,²²⁵ que não deixará de esquadrihá-la nos mínimos detalhes, que desconfiará das multidões e das aglomerações, da proximidade num mesmo espaço de ricos e pobres, palacetes e cortiços, patrões e operários, prostitutas e desocupados. A cidade não será mais o cenário das práticas sociais como os “dramas” da caridade dos tempos da Colônia. Ela é o próprio campo das intervenções de um saber científico, neutro e verdadeiro, que legitima a norma e impõe uma ordem naturalizada e universal. Campo de exercício das disciplinas; não apenas nas separações dos espaços institucionais (asilos, prisões, hospitais, fábricas, escolas), na reconstrução da arquitetura do meio urbano e de seus serviços públicos, como também no mundo privado das moradias, dos hábitos e rotinas familiares. Formas de um poder ao mesmo tempo de controle massivo sobre as populações, e individualizador das condutas que produzirá também almas urbanizadas, objetos psi com seus meandros interiores, mundo privado das intenções e dos intimismos, sustentáculo da emergente ordem burguesa, o “triunfo das desigualdades”²²⁶.

Eram os valores de preservação da vida que se faziam anunciar na cidade e seus primeiros arautos, os médicos higienistas. A valorização do corpo, a normalização das condutas, a moralização de almas laicizadas porque não mais se buscava a salvação eterna, e sim a sua relação com o corpo, a saúde e a doença - se a alma se entrega às paixões desenfreadas, o corpo padece. Mas a quem se referiam os higienistas do século XIX? “No sistema escravagista (...), seria quase ingênuo imaginar

materialidade de uma cidade em processo de crescimento”. Idem, p. 126.

²²⁵Idem, p. 131.

²²⁶Nenhuma outra ordem social anterior à implantação do capitalismo liberal-burguês propôs para si, como questão, a desigualdade de direitos entre os homens. Nenhuma outra precisou, por isso, inventar tantas justificativas para as desigualdades sociais que ela própria produz, para fazê-la triunfar como ordem natural das coisas.

que as preocupações dos higienistas se voltassem para as famílias dos desclassificados da ordem social. O discurso médico tinha endereço certo. Ele se dirigia à família da elite, que podia educar os filhos e aliar-se ao Estado".²²⁷ Mas não era somente ao latifundiário e sua família que a medicina dirigia o seu arsenal de reconversão. A transformação dos valores senhoriais herdados da Colônia teria que atingir outros setores da população. É que, "na Colônia, onde quer que se encontre uma família constituída e funcionante ela será senhorial, mesmo sem terra, mesmo sem propriedades. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito aos setores médios da população. Pequenos comerciantes, militares, profissionais liberais, etc., modelaram suas famílias de acordo com os cânones senhoriais",²²⁸ nos esclarece Jurandir F. Costa. Pobres e principalmente escravos e indigentes teriam ação indireta nesta modernização das almas de elite: fonte de todos os malefícios (epidemias, vícios e degenerações), eles funcionavam como admoestação à obediência dos preceitos higiênicos, e por isso deveriam ser afastados do convívio urbano, internos em espaços próprios como os depósitos de mendigos, prisões, asilos e hospícios ou, no caso dos escravos, enviados para o trabalho rural. Com o tempo, a medicina social irá tomar a caridade das mãos dos leigos, estendendo discursos e práticas normalizadoras ao resto da população. Se articulará à filantropia, transformando o hospital num estabelecimento propriamente médico e deixará sua marca normalizadora nos demais: escolas, asilos, fábricas e prisões.

²²⁷COSTA, Jurandir Freire, *Ordem médica e norma familiar*, Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 69.

²²⁸Idem, p. 47. O autor nos mostra que, ao lado da europeização da sociedade colonial era preciso reverter para o Estado o vínculo prioritário do clã familiar com a propriedade, com o interesse privado, que a elite disseminou no país, a fim de obter a aliança deste no combate às revoltas populares e às guerras separatistas, e com isso manter a unidade nacional. Formas coercitivas (como a militarização da cidade e as expropriações) haviam provado ser contrárias à formação dessas alianças. Propagandas nacionalistas foram então adotadas pelos higienistas que, para tanto, incluíram dentre os hábitos morais, e por isso mesmo saudáveis, o amor à pátria e o conseqüente dever de sujeição ao Estado. "Após a Abdicação, o poder central entendeu que não bastava urbanizar a família, era preciso estatizar os indivíduos" (p. 56).

A Fisicatura dos tempos coloniais era um órgão do Estado que “não exercia nenhum poder além das magras fronteiras da fiscalização da prática médica (...), não exercia nenhuma função terapêutica, normalizadora. Como tribunal que julgava e punia os infratores, sua função era mais jurídica do que médica”.²²⁹ Nem mesmo as outras práticas médicas tinham função preventiva ou tomavam para si como questão a produção da saúde. Atuavam pontualmente quando o mal já se havia instalado. Por sua vez, a medicina do século XIX já nasce social e política, emiscuindo-se nos detalhes do espaço urbano “antes mesmo do aparecimento de grandes transformações industriais”,²³⁰ ela prepara a organização de um novo tipo de Estado,²³¹ fornece a este nova racionalidade de controle político contínuo que é ao mesmo tempo coletivo e individualizado.²³²

John Luccock, comerciante inglês em viagem ao Brasil entre 1808 e 1818, horrorizado com as “espessas abominações sempre frescas” despejadas nas praias, nos terrenos baldios e nos becos escuros, descreve a sujeira e o “fedor que impregna a

²²⁹ *Danação da...*, op. cit., p. 157.

²³⁰ *Idem*, p. 156.

²³¹ Na relação entre o poder médico e o Estado, os autores de *Danação da norma* ressaltam dois aspectos: “Imanência e homogeneidade que concretamente se realizam em termos de luta. Observando uma inadequação entre seu projeto e o modo de ação dos aparelhos de Estado, os médicos impõem sua racionalidade através de táticas variadas, como as de assessoria, de crítica e de penetração tanto nos órgãos do Estado quanto nas instituições da sociedade civil”. *Op. cit.*, p. 158.

²³² Segundo Michel Foucault, o Estado moderno integrou a “velha técnica de poder nascida nas instituições cristãs”, esta engenhosa técnica de individualização e procedimento de totalização, na qual o pastor deve conduzir seu rebanho para a salvação num outro mundo, ao mesmo tempo em que reconhece cada ovelha, a ponto de identificar aquela que se desgarrou e levá-la de volta ao aprisco, mesmo arriscando sua própria vida. “... Esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento do interior da mente das pessoas, sem explorar suas almas sem fazê-las revelar seus segredos mais secretos. Isto implica um conhecimento da consciência e uma habilidade em dirigi-la (...). De certo modo, o Estado pode ser visto como a matriz moderna da individualização, ou uma nova forma de poder pastoral” (“... this form of power cannot be exercised without knowing the inside of people's minds, without exploring their souls, without making them reveal their innermost secrets. It implies a knowledge of the conscience and an ability to direct it (...). In a way, we can see the state as a modern matrix of individualization, or a new form of pastoral power”). *The subject and power (afertword)*. In: DREYFUS, Hubert L. and RABINOW, Paul, *Michel Foucault: beyond structuralism*

atmosfera de toda a cidade” do Rio de Janeiro: “Uma parte das inconveniências de que a cidade se encontra infestada pode provir do clima e não seria justo deixar de lado uma grande margem por conta desse fato. No entanto, (...) a grande massa daquilo que é repugnante deve ser atribuída a hábitos inveterados e à insensibilidade por eles provocada. Não é de estranhar que haja estrangeiros que, movidos pelo testemunho irrecusável de seus sentidos diferentes, considerem o Rio como o mais imundo dos ajuntamentos de seres humanos debaixo do céu.²³³ Não é de admirar que eles temam que, por causa do aumento da população, venha a se tornar um centro de pestilência”.²³⁴ Note-se que Luccock não se refere ao Rio de Janeiro como uma cidade, mas um “ajuntamento humano”, tamanho o descuido com a higiene, fato, aliás, generalizado entre ricos e pobres. Só que seu sensível nariz britânico talvez nunca tivesse deixado os ares da Londres civilizada, a “city”, para entrar na “cidade profunda”, “aquela cujo mau-cheiro multiforme todos os habitantes e turistas estigmatizam, a cidade mais fétida da Europa”,²³⁵ segundo a descrição de Claude-Laurence Lacassagne, que leva seu personagem cego Tyrell a passeios olfativos na gigantesca Londres, com seus 2.362.236 habitantes em 1851,²³⁶ a maior cidade da Europa, cidade de todas as riquezas, de todas as indústrias e de todas as misérias.²³⁷

and hermeneutics, Chicago, the University of Chicago Press, 1982, pp. 208-226, pp. 214 e 215.

²³³O grifo é nosso.

²³⁴*Notas sobre o Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 90.

²³⁵LACASSAGNE, Claude-Laurence e DAVIE, Neil. *Luxo, algazarra e mau cheiro. In: Londres, 1851-1901 - a era vitoriana, ou o triunfo das desigualdades*, Monica Charlot e Roland Marx (orgs.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, pp. 47-58, p. 51.

²³⁶Em 1891 a população de Londres chegou a 4.211.056 ou 5.633.806 se somados os moradores dos subúrbios. Ver: Idem, p. 37.

²³⁷“A leste de Farringdon Street e de Blackfriars, a impressão é de estar-se mergulhando no sistema digestivo da metrópole. Ora se sentem os odores potentes do alimento bruto. Nos arredores de Smithfield, para onde convergem os rebanhos de carneiros e bois (...), inquietos com a agitação urbana, arrastam-se basejos adoeirados de carne exposta (...). Ora, a pestilência das funções excretoras desse grande corpo urbano provoca náuseas. Se há muito tempo as fossas sanitárias estão proibidas (1848), os esgotos coletivos estão em processo de construção e nos bairros modestos a higiene deixa a desejar. Tyrell franze o nariz, agredido pelo lixo ao longo das ruas (...) e por todos os detritos produzidos por uma humanidade amontoada em locais insalubres, onde é impossível viver, preparar

Se Londres não ficava a dever ao Rio de Janeiro em matéria de sujeira, o Rio de Janeiro, por suas dimensões acanhadas de território e população, nem de longe poderia ser comparada a uma metrópole como Londres. Com a chegada, em 1808, da comitiva real de mais de 15.000 pessoas, fuga de Napoleão, a sede da Colônia virou sede do Reino. De repente a cidade recebeu quase um terço a mais de sua população, sem dispor de moradias e outros serviços públicos para atender as exigências de tanta gente aristocrática, letrada, e de burocratas e serviçais do Príncipe. Logo a cidade iria sofrer modificações. A abertura dos portos, uma semana depois da chegada da família real, integrou o Brasil no mercado mundial, beneficiando principalmente os empreendimentos capitalistas da Inglaterra, fez transferir para a Corte uma multidão de negociantes estrangeiros e nacionais, além dos potentados rurais que deixaram a sede de suas fazendas atraídos pelo novo centro político e econômico. Não é difícil imaginar a confusão que esse intempestivo acontecimento provocou.

O Estado português tratou logo de usar medidas coercitivas, típicas de seu antigo modo de ação sobre a Colônia e que, certamente sem a barganha com as elites locais, só provocaram hostilidades. Centralizou o patrulhamento da cidade através da criação de uma Intendência Geral, cujas funções iam além da simples vigilância repressiva. Tratava-se de uma “polícia” da cidade com atribuições que iam desde o calçamento das ruas, construção de pontes e abastecimento de água, até a organização de festas populares.²³⁸ Em face da falta de acomodações para tanta gente recém-

comida ou lavar roupa” (Idem, p. 51). A maior cidade da Europa fede e dos miasmas do mau-cheiro não escapam o cemitério e o hospital: “Até os mortos se fazem lembrar (...) - no coração de Saint Giles por exemplo - continua-se a fazer enterros em território urbano, e as exalações fétidas de ‘algum antigo campo-santo transformado em lamaçal público’ (...) flutuam aos arredores. Na verdade, (...), não se pode dizer com certeza se são os cadáveres ou os vivos que fedem tanto. O hospital São Bartolomeu não está longe, e todos conhecem as suas más condições de higiene” (Idem, pp. 51 e 52).

²³⁸Tantos poderes atribuídos à polícia “politizou a polícia e levou-a a tomar partido em ocasiões de lutas pelo poder”, afirma Jurandir F. Costa. Em 1831 “a polícia aderiu às forças que se opuseram a Feijó e

chegada, a lógica repressiva estendeu-se ao uso da lei das aposentadorias que expropriava residências escolhidas para uso das pessoas indicadas pelo governo, sem direito à indenização. A recusa significava a prisão e um “P.R.” (Príncipe Regente) rabiscado bem à vista na porta de entrada e que o povo logo traduziu como “Ponha-se na Rua” decretava o confisco. Gilberto Freyre²³⁹ descreve bem estas práticas autoritárias: as rótulas e gelorias de madeira, marcas de herança árabe nas construções portuguesas da Colônia, consideradas símbolos do atraso e do mau gosto, foram proibidas imediatamente à chegada da Corte e tiveram que ser substituídas por vidraças.²⁴⁰ Pois tais medidas atingiram em cheio as elites locais, que tiveram as mansões expropriadas e dinheiro para gastar com grades e vidraças e que, acostumadas aos privilégios, logo se deram conta do caráter absolutista do poder que desta vez se abatia sobre elas, e a serviço de quem esse poder se colocava: de uma aristocracia portuguesa cada vez mais enriquecida com a aliança com o capitalismo europeu na exploração da Colônia. E o resultado de métodos tão estreitos de dominação não se fez esperar: logo o fortalecimento das resistências, e a união dessas elites brasileiras que se sentiam espoliadas, levaram a hostilidades contra o governo português, apressando a Independência e a Abdicação. Mesmo a intervenção mais sutil que mudou rapidamente hábitos coloniais que se conservaram durante séculos, redimensionando a família e remanejando a centralização do poder patriarcal, não enfraqueceu a defesa dos interesses

foi dissolvida”. *Ordem médica...* op. cit., p. 22.

Nesse mesmo ano, Feijó cria, com a concordância da elite, o Corpo Municipal de Permanentes, com a função específica de manutenção da ordem e “limpar a cidade” dos miseráveis.

²³⁹Ver: FREYRE, Gilberto *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento urbano*, Rio de Janeiro, José Olympio/Brasília, Fundação Pró-Memória, 1985, 2V.

²⁴⁰ Sob o pretexto de garantir a integridade do Príncipe por sua guarda de segurança, já que os moradores poderiam de suas janelas acompanhar os passantes nas ruas sem serem vistos, a troca obrigatória das rótulas e gelorias garantiu também bons lucros e indústria europeia de vidros e grades de ferro.

dessas elites. “Quanto mais as famílias secularizavam seus costumes, racionalizavam suas condutas e administravam melhor suas riquezas, mais reforçavam seus vínculos de solidariedade interna. O aburguesamento citadino equipou-as com instrumentos de combate aos portugueses”,²⁴¹ assinala Jurandir F. Costa.

A mudança da Corte não se limitou a medidas repressivas; trouxe também uma série de melhoramentos e novos estabelecimentos culturais, dentre os quais a Biblioteca Real, o Museu Real, o Jardim Botânico, um curso de agricultura. John Luccock registra a fundação do “Correio Brasiliense” e o “Patriota”, jornais que “circulavam amplamente e difundiam entre o povo um conhecimento melhor dele próprio e do mundo”, e a publicação das primeiras “obras úteis além das que se referem a questões militares”.²⁴²

Escandalizado com os costumes bárbaros da Colônia o mesmo autor descreve a rudeza das casas e, mesmo nas mais opulentas, o mobiliário escasso, o mau cheiro dos sobrados proveniente do estábulo onde se guardavam cavalos e carruagens, no andar térreo. As famílias desconheciam o talher: homens usavam facas, mulheres, escravos e crianças comiam com as mãos. Os refugos da casa ficavam aguardando numa tina, por vezes uma semana até serem esvaziados pelos escravos na praia ou em plena rua, “por meio de canais que passam por debaixo do soalho da casa”, ou “nas casas em que não se usa desses barris, toda a espécie de detrito é atirada no pátio, formando uma

²⁴¹ *Ordem médica...* op. cit., p. 56.

²⁴² Dentre as primeiras obras que Luccock registra encontram-se: o *Tesouro dos meninos*, que trata de “moral, virtude e boas maneiras”, *Lições de filosofia* e um *Tratado das doenças dos negros*, op. cit., p. 380.

Sem dúvida, a cidade colonial do Rio de Janeiro, com suas ruas estreitas e sua vida acanhada, transformou-se no esplendor da Corte, a atração das novas casas de comércio, a abertura dos salões de recepção, novos costumes, novos refinamentos. Contudo, a abertura dos portos, da imprensa e das fábricas limitou-se ao Rio de Janeiro e à Bahia. No restante da Colônia permanecia a rotina madorrenta das pequenas vilas.

montoeira mais repugnante do que é possível a uma imaginação limpa fazer idéia”.²⁴³

No interior das casas, nenhuma marca da hierarquia social que as boas famílias ostentavam nas poucas vezes que saíam às ruas: o exagero dos enfeites, das jóias, das rendas, sedas e mantilhas ibéricas com que as mulheres se cobriam (que se tornou símbolo do atraso colonial). Tudo isto desaparecia para dar lugar, dentro da casa, aos camisolões, pés descalços, seios nus, cabelos despenteados, homens de ceroulas, camisas desabotoadas e chinelas. Em meio a esta aparente igualdade do desleixo, toda a autoridade na figura do pai, senhor, marido e patrão, em torno da qual girava a obediência hierarquizada da mulher, dos filhos legítimos e ilegítimos, dos outros parentes, dos agregados, escravos e concubinas. Para um estrangeiro, na época uma incrível confusão, mas perfeitamente integrada na ordem social vigente. Pelas ruas transitavam somente os escravos e os desclassificados. “A família em geral fica na varanda, na parte de trás da casa, lugar em que se acha quase tão isolada do mundo como se encontrasse nas profundas de uma floresta”,²⁴⁴ observa Luccock. Pois a europeização dos costumes vai apagar esse horror das ruas, abrir as portas para os salões de recepção, ao mesmo tempo em que introduzirá a privacidade no interior das casas, individualizando cada membro, privatizando as condutas, retirando do espaço comum a convivência permanente com escravos, amas e agregados. Médicos recomendarão o arejamento dos cômodos, os passeios ao sol e ao ar livre para as mulheres, exercícios físicos de ginástica para os rapazes. Crianças de elite serão enviadas para a educação nos colégios internos, mães serão instadas a amamentar seus filhos, dispensando os serviços da escrava ama-de-leite. Mudam os sentimentos com relação à infância.²⁴⁵

²⁴³Idem. p. 89.

²⁴⁴Idem. p. 81. (o grifo é nosso).

²⁴⁵É Philippe ARIÈS quem define a expressão “sentimento da infância”: “... não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que

Na casa colonial crianças trançavam nuas até atingirem a idade de 5 anos; “quando, em raras ocasiões, têm de ir à igreja ou em visitas, vestem-nas com toda a elegância rígida de uma época que já passou;²⁴⁶ não há diferença, salvo nas dimensões, entre os trajes de rapaz que faz pouco adquiriu o garbo viril e os de seu pai, entre os de uma menina e os de sua majestosa mãe”.²⁴⁷ Outra observação de Luccock, sobre os sentimentos das mães em relação aos filhos, demonstra claramente a ruptura que mais tarde ocorreria:

“Pareceram-me, em geral, as crianças de uma indole afetiva, particularmente em relação a suas mães. Não se pode deixar de atribuir essa afetividade à maneira com que eram tratadas. Havia, é verdade, muito desleixo, mas provavelmente não havia nenhuma indiferença real quanto ao bem-estar das crianças, sua vida e sua morte. No entanto, notei uns tantos fatos curiosos ocorridos por ocasião dos funerais de crianças; entre os parentes mais distantes, maior complacência que pesar e, mesmo na mãe, nenhuma dor profunda, nada que pudesse ao menos distinguir dos outros acompanhantes.

Em uma dessas ocasiões foi ouvida uma mãe que assim se exprimia: ‘Ó como estou feliz! Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: Entra Mãe, entra! Ó que feliz que sou!’; repetiu ainda, rindo a grande. Se isso fosse um exemplo isolado de sentimentos maternais estranhos, poderia ainda ser considerado efeito de um desvio mental passageiro; o caso, porém, é que a satisfação em tais momentos é geral demais, e por demais ostensiva, para que deixe lugar a desculpa dessa espécie.”²⁴⁸

distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”. *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 156.

²⁴⁶ Trata-se de um anacronismo medieval da sociedade brasileira do início do século XIX, bem observado por Luccock. “Nada no traje medieval separava a criança do adulto. Não seria possível imaginar atitudes mais diferentes com relação à infância”, evoca Ariès. Já no século XVII na França, “a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como adulto”. ARIÈS, Philippe, *História social...*, op. cit., p. 70.

²⁴⁷ *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 79.

²⁴⁸ *Idem*, pp. 79 e 80.

Trata-se de outro anacronismo da sociedade brasileira. Philippe Ariès observa: “A criança muito pequenina, demasiado frágil ainda para se misturar à vida dos adultos, ‘não contava’: essa expressão de Molière comprova a persistência no século XVII de uma mentalidade muito antiga (...). ‘Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero’, reconhece Montaigne” (*História social da...*, op. cit., p. 157). É ainda bem recente o costume no nordeste do Brasil, nas regiões mais pobres assoladas por brutal mortalidade infantil, pais guardarem a foto de seus filhos mortos no caixão, como única lembrança das crianças que perderam. Ariès registra o aparecimento de costume semelhante no século XVI. Ver: *Idem*, p. 58.

Como se pode ver, a infância enquanto instituição, forma histórica tal como hoje conhecemos e valorizamos, não existia. Não se achava constituída como uma fase da vida à qual deveriam ser atribuídas particularidades diferentes dos adultos, práticas especiais de conservação e educação e de discursos médicos-pedagógicos preventivos e normalizadores. A criança como objeto ao mesmo tempo de cuidados e saberes especializados, produzida no recesso de uma família intimizada por valores burgueses e culpabilizada de ante-mão pelos possíveis desvios de sua criação, era algo impensável nos tempos da Colônia. A preocupação era de outra ordem: com exceção dos escravos que tinham o destino de sua prole fatalmente marcado pelas dores da escravidão, entre ricos e pobres livres filhos eram quase sempre bem vindos, dado o alto índice de mortalidade infantil. Para a família senhorial representavam a ocupação das diversas atribuições de seus membros na defesa da propriedade, do prestígio político, na conservação e aumento do patrimônio. Daí a necessidade de instrução para alguns de seus filhos homens, realizada no interior da casa grande por mestres contratados para este fim, até que seguissem carreiras como médicos ou advogados mandados a estudar em Coimbra, ou como padres em algum seminário. Mulheres eram destinadas à aprendizagem dos afazeres domésticos, à espera de um bom casamento contratado pelo pai. Nada além do que saber ler algumas orações e rabiscar receitas de doces que passavam de geração em geração, durante 3 séculos. Entre os pobres, crianças eram mais braços para o trabalho, mais agregados nas fazendas, a possibilidade de algum descanso dos pais em futuro bem próximo.

Além da pedagogia jesuítica, seus colégios e todo o seu esforço em

defender o desenvolvimento da instrução e da escolarização,²⁴⁹ as escolas na Colônia eram bem raras e se tornaram ainda mais com a expulsão da Companhia de Jesus por Pombal, no século XVIII. Nesta época, foram abertos concursos para professores régios que deveriam substituir os jesuítas nas tarefas de ensinar. Como as escolas não eram muitas, as vagas para tal concurso eram escassas, principalmente nas regiões mais pobres como São Paulo, por exemplo. Além do concurso para professor régio, havia o licenciamento para ensinar, embora a profissão de mestre de primeiras letras só se ocupasse quem não tinha condições de fazer mais nada na vida. Um requerimento, citado por Maria Beatriz Nizza da Silva, de um candidato a licenciado a mestre, aludindo “a deformidade física como razão forte para lhe ser concedida a licença, dado que não podia exercer outra profissão”, confirma este fato:

“O suplicante não pretende ordenado, só licença para ensinar os que quiserem ouvir suas lições; se tem capacidade para isso como faz ver pelo atestado de pessoas interessadas neste negócio, e pela amostra da sua letra, confia merecer a licença pedida (...). Se porém suas moléstias o impedirem do exercício, a que se propõe, seus discípulos o largarão, e o monopólio do ensino recairá naturalmente nas mãos do mestre hábil: lembrando que o aleijão do suplicante é menos um impedimento que um motivo para o exercício a que se propõe, no que será mais assíduo, por não poder lançar mão de outro: a boa polícia tem mesmo sempre em vista esta apropriação para não ficarem no ócio e miséria braços imperfeitos, havendo empregos acomodados à sua capacidade”. Pedia portanto licença para ensinar por ser este o ‘único emprego’ que podia exercer.”²⁵⁰

Se ensinar as primeiras letras era profissão desprezível (como hoje, em outro contexto, ainda o é), sujeitando-se a ela os incapazes para qualquer outra

²⁴⁹Uma das razões de atrito dos jesuítas com o governo português que culminou com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, foi a defesa da escolarização.

²⁵⁰*Apud*: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia, Petrópolis, Vozes*, 1981, pp. 121 e 122. Pesquisa que autora realizou no Arquivo do Estado de São Paulo (Ordem 337, Lata 90). O grifo é nosso.

ocupação, pode-se supor os sucessos de tal aprendizagem para os alunos. O reverendo Daniel Kidder, em viagem à Paraíba em meados do século XIX, reproduz uma conversa que teve com um garoto de 14 ou 16 anos enquanto esperava transporte para seguir viagem, que ilustra bem essa situação:

- “Há alguma escola por aqui?
- Sim, há uma.
- Onde?
- No Palácio.
- Quanto alunos tem?
- Não sei. Uns três bancos cheios.
- Você também a frequenta?
- Não. Terminei o curso o ano passado.
- Sabe escrever?
- Não. Nem ler nem escrever.
- Então, o que foi que você aprendeu na escola?
- Nada.”

Kidder segue comentando: “Não duvidamos da veracidade desta última afirmativa, conquanto nos penalizasse essa incompreensível indiferença pela instrução que o governo ministra aos seus súditos, ricos e pobres, através de uma política liberal, mas um tanto errada. Esse garoto nos disse depois, que, ao deixar a escola, voltara a atenção para a pescaria. Era o mais moço de diversos irmãos, todos do mesmo grau de desenvolvimento. Ninguém da família sabia ler: contudo a julgar pela casa que

ocupavam na praia, parece que estavam em situação igual à de seus vizinhos”.²⁵¹ Pois essa “indiferença pela instrução”, principalmente no que tange aos pobres, ainda se prolongará até o século XX para que seja então atenuada com a criação das redes escolares de ensino público.²⁵²

Para os ricos o século XIX reservou o grande movimento de internação das crianças nos colégios. Graças à intervenção dos médicos nas práticas pedagógicas, torna-se inquestionável a necessidade de reclusão das crianças, face às más influências do mundo externo e a permissividade da educação familiar: “Os pais, que por complacências e amores mal entendidos contribuíram no primeiro período da vida para a ruína do temperamento e constituição de seus filhos, continuam desgraçadamente, em nosso país, a exercer sua funesta influência sobre eles, no interior dos estabelecimentos a que foram confiados”,²⁵³ afirma o doutorando J.J. de Oliveira Mafra. A família, recém-saída do mundo colonial, guardava ainda resquícios perniciosos à formação de uma nova elite, que deveria ser guardiã zelosa dos valores burgueses, capaz de governar a nova ordem nacional. Por isso, era preciso começar pelas crianças, resguardá-las das más influências em “lugares consagrados à educação”, restringir ao mínimo a saída dos

²⁵¹KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (províncias do norte)*. São Paulo, Martins Fontes, Editora da Universidade de São Paulo, 1972, pp. 114 e 115.

A esse respeito, Augusto-Emílio Zaluar, em viagem ao interior de São Paulo em meados do século XIX observa: “A instrução pública estaria aqui também em completa decadência se não fosse o povo manter à sua custa, há mais de vinte anos, uma escola de ensino primário, e, há cerca de oito anos, um colégio para meninas! Entretanto, acha-se decretada pela assembléia provincial a exígua e até ridícula quantia de trezentos mil réis para a cadeira pública de instrução primária do sexo masculino! É irrisório!”. *Peregrinação pela...*, op. cit., p. 54.

²⁵²Na verdade, não conquistamos até hoje o ensino público, gratuito e universal, em todos os níveis e independente das condições físicas, mentais e de classe social. Por diversas razões, cuja discussão não cabe no limite deste trabalho, o ensino no Brasil é altamente excludente, condenando ao fracasso escolar uma multidão de crianças e adolescentes que sequer consegue terminar as primeiras séries do 1º grau.

²⁵³MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais*,

alunos²⁵⁴ e a visita dos pais. Sendo de todo impossível suprimir o contágio com o mundo no tempo das férias, que os pais recebam, pelo menos, instruções para não contrariar o sistema do colégio: “Os pais ou correspondentes dos alunos internos terão permissão de vir de quinze em quinze dias visitá-los; durante suas recreações. Se esta regra, apesar de sua imensa importância e utilidade, parecer demasiadamente severa, dever-se-á proibir a saída ao menos durante o curso letivo e restringí-la ao tempo de férias. Mas então será preciso dar aos pais uma instrução particular sobre o que devem fazer para não contrariarem o sistema de educação que se segue”,²⁵⁵ recomenda em 1854 Balbino Cândido da Cunha.

Afastar as crianças dos pais e do mundo externo significava também afastá-las da cidade, lugar das aglomerações e dos abafamentos. As regras de higiene prescreviam as condições de salubridade dos colégios, a começar pela localização longe do centro da população, em situação mais elevada, em edifício espaçoso, vizinho à vegetação: “... que o estabelecimento tenha um pátio ou quintal com proporções convenientes, onde debaixo de ar puro e o céu descoberto as forças físicas dos meninos possam expandir-se e o espírito desabafar-se”, responsabilizando o Dr. Balbino o governo “verdadeiro pai da mocidade” pela escolha da localização dos colégios “impedindo que por interesses e conveniências se fundem nas ruas mais impróprias do centro da cidade, e aí se conservem em edifícios acanhados, sem uma só das condições requeridas para tal fim, habitadas por centenas de indivíduos, simulando cortiços, que

segundo as quais se devem reger nossos colégios. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Empresa Tipográfica Dous de Dezembro de Paula Britto, 1855, p. 5.

²⁵⁴ “As saídas dos alunos, freqüentes e indispensáveis no sentir dos pais, facilitando-lhes os entretenimentos perigosos do exterior; conversas indiscretas, leitura de romances e outras obras quejandas: quantos tropeços não acarretam à educação?!”, assim justifica o doutorando Mafra (idem, *ibidem*) o enclausuramento das crianças.

²⁵⁵ CUNHA, Balbino Cândido. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais.*

infestam a cidade e que têm tão merecidamente atraído as vistas da polícia”.²⁵⁶ Daí também a crítica dos higienistas quanto à ausência dos exercícios ao ar livre, da prática de educação física nos colégios: “... sobretudo no de Pedro Segundo, onde (mirabile dictu!) em maior escala se cometem as faltas que lamentamos”,²⁵⁷ observa indignado o doutorando Mafra.

Cientes da importância da educação das crianças da elite na modernização da sociedade, os higienistas assumiram o papel dos verdadeiros pedagogos de vanguarda na luta contra os arcaísmos dos colégios. Praticamente nada das práticas escolares escapou da normalização médica: dos preceitos higiênicos quanto as instalações, mobiliário, uso de uniformes, alimentação e horários da rotina nos colégios, à postura que deveria ter o diretor; da rígida separação das classes, recreios e dormitórios por idade, às observações das diferenças individuais dos alunos quanto às capacidades físicas, sensoriais e psicológicas; da vigilância estrita para evitar os perigos da masturbação, da condenação ao abuso dos castigos corporal e moral, às advertências sobre os efeitos maléficos do excesso de trabalho intelectual, a que chamavam de “surmenage”. Interferiram diretamente no processo de aprendizagem, não apenas no espaço maior dos colégios, mas na “intimidade” da sala de aula ao proporem regras didáticas para o ato de

segundo as quais se devem regular os nossos colégios. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Universal Laemmert, 1854, p. 25.

²⁵⁶Idem, p. 27. O grifo é nosso.

“O burguês desodorizado vê nestes lugares de amontoamento dos pobres o perigo das emanções pútridas, da massa dos ‘vapores’ acumulados pela reunião de massas confusas e misturadas. (RAGO, Margareth, *Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 165). Era a época da teoria dos fluídos, segundo a qual as doenças se transmitiam pelas emanções fétidas do ar e da água, os miasmas, ou produzidos por geração espontânea de organismos nas fermentações fétidas.

²⁵⁷MAFRA, J.J.O., op. cit., p. 8.

A esse respeito escrevia em 1846 Joaquim Pedro de Mello: “... quando consideramos, que na corte do Rio de Janeiro incontestavelmente o foco da civilização do Império, não existe um só estabelecimento público, ou privado, em que se proporciona a mocidade uma educação física, dirigida segundo as bases, que hoje são reconhecidas na ciência...”. MELLO, Joaquim Pedro de, *Generalidades acerca da educação física dos meninos.* Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia de Teixeira e Comp., 1846, p. VII.

ensinar. A esse respeito, é interessante observar o senso de atualidade desses médicos:

“É defeito imenso da educação comunicar aos meninos idéias e juízos sobre todas as coisas, é tirar-lhes os caracteres da originalidade, de iniciativa e de sagacidade; é impedi-los de formar juízos sobre os objetos assás numerosos que não lhes tenham sido revelados.

“O fruto da experiência, o que pela própria pessoa é comprovada é o que mais aproveita ao homem tanto como aos meninos, e os juízos que por ventura se lhes transmite devem ser sãos e exatos para que possam servir de base a outros.”²⁵⁸

Pedagogos ativos na produção de normas adequadas às particularidades das crianças e dos moços,²⁵⁹ propõem desde o século XIX a inspeção médica nos colégios, medida que só se efetivará oficialmente no século XX: “Em todos os colégios de uma certa ordem haverá um médico de partido que, além das ocasiões em que for reclamado para casos de urgência, obrigue-se a submeter a uma séria inspeção, ao menos uma vez por semana o estado moral e sanitário dos seus moradores, a examinar com religiosa atenção tudo o que for suscetível de desenvolver uma epidemia de natureza contagiosa, ou miasmática, (...) : esta visita será diária em tempos de epidemia”.²⁶⁰

Para o limite da norma, o desvio será sempre o abismo aonde fatalmente despencará o transgressor: “Vês tu este pequeno esqueleto ambulante, que lá vai, olhos baços, membros desfalidos (...) ? Não lês a vergonha e a desconfiança esculpídas naquela

²⁵⁸ GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios: esboço e regras principais, tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Imparcial de J.M. Nunes Garcia, 1858, p. 59.

²⁵⁹ Os higienistas do século XIX poucas vezes usam o termo “adolescente”, como raramente se referem às moças dos colégios. Uma exceção encontra-se em Antenor Augusto Ribeiro Guimarães (Idem, p. 50): “Uma descrição da organização da mulher então nos faria ver que os seus destinos se encerrarão nas palauras - beleza, maternidade e fraqueza”.

²⁶⁰ ANDRADA JÚNIOR, José Bonifácio Caldeira. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional J. Villeneuve e Comp., 1855, p. 21.

fronte inclinada (...)? É uma das vítimas deste odioso procedimento: extrema debilidade do seu sistema muscular (...); para mais adiante, se progredir na carreira encetada, verá extintas as mais belas qualidades da sua alma (...) no idiotismo ou na mania, no marasmo, na paralisia, em congestão cerebral; na tuberculização (...), e em tantas outras moléstias que poderão produzir a morte ou uma inteira degradação do físico, como do moral”.²⁶¹

Não há saída para o pequeno masturbador - além da ameaça da morte, uma vida reduzida “a mais completa estupidez, e ao idiotismo, e incapacidade de se dedicar com êxito a qualquer profissão, porquanto estanca-se, e embota-se todo o vigor das faculdades intelectuais”.²⁶² Aliás, a figura do idiota tanto serviu como ponto final das carreiras de vícios e transgressões, como de freio ao exagero das exigências dos colégios quanto à instrução dos alunos, quer seja pela precocidade do início da escolarização de crianças muito jovens de constituição fraca, quer pelo excesso de horas de estudo com que se sobrecarregavam os estudantes, “... que ultrapassam as forças de seu espírito; suas faculdades ainda rudimentares se aniquilam; aquele que era estúpido fica completamente idiota, e aquele que prometia uma inteligência de Newton torna-se o mais estúpido dos homens”.²⁶³ Até o início do século XX, o “surmenage” escolar será

²⁶¹Idem. p. 30. O grifo é nosso.

²⁶²MELLO, Joaquim Pedro de, *Generalidades acerca da...*, op. cit., p. 38. O grifo é nosso.

Jurandir Freire Costa descreve bem o processo deste e de outros meios de intimidação moral dos colégios, comparando certos efeitos similares de submissão da pedagogia jesuítica com a disciplina higienista (*Ordem médica...*, op. cit., pp. 204-208). A docilidade era engendrada pela aceitação do castigo, mesmo que o indivíduo ignorasse qual a natureza da transgressão cometida: “você está sendo punido porque, embora não se dê conta, está fazendo um mal a você mesmo”. Assim, tanto o conformista quanto o transgressor “caucionavam o sistema repressivo (...). O primeiro, adaptando-se reproduzia a norma. O segundo, porque, rebelando-se mas aceitando a falta, justificava a necessidade de repressão. E, sobretudo, servia de antinorma ao comportamento exemplar” (Idem, pp. 206 e 207). É dessa maneira que a disciplina, produzindo ativamente conformistas e transgressores, tem necessidade vital destes últimos, indo buscá-los no crime, na doença, na loucura e na idiotia. E será desse corpo que resiste que ela irá capturar-lhe o saber para reincrevê-lo no universo da norma.

²⁶³GOMES, Antônio Francisco. *Influência da educação física do homem*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Empresa Tip. Dous de Dezembro de Paula Britto, 1852, p. 12. O grifo é nosso.

considerado uma das causas das “deformações psíquicas”²⁶⁴ e das “depressões da inteligência”.²⁶⁵ Curioso é que o idiota, ausente das preocupações pedagógicas dos médicos, é utilizado para conter tanto os excessos dos alunos, como dos professores...

Todavia esses higienistas do século XIX, preocupados com os mínimos detalhes de cada minuto da vida dos estudantes nessas escolas-prisões higienizadas, locais de salvação do corpo e da moral, nem de longe preconizaram uma disciplina preventiva para os pobres, muito menos para as crianças defeituosas. Tal como os escravos, elas só habitaram os discursos médicos como elemento regulador dos casamentos e das condutas morais, frente à disseminação das degenerescências.²⁶⁶ Os primeiros estabelecimentos oficiais especializados para cegos e para surdos, que surgiram na década de 50 como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto de Surdos-Mudos, não foram frutos das intervenções ou dos esforços do movimento higienista, como veremos mais adiante. Por sua vez, a figura da criança anormal (de inteligência ou moral) só surgirá como objeto de saber médico-pedagógico no início do século XX. Com exceção dos expostos, instituição anterior do século XIX, que passou a ser objeto da vigilância médica,²⁶⁷ a criança pobre ou desvalida está ausente da preocupação dos

²⁶⁴... tudo pode produzir a deformação psíquica: a hereditariedade mais ou menos distante, a profissão dos pais, o seu estado de saúde, um traumatismo durante o curso da gravidez ou do parto, uma insuficiência glandular, uma alimentação defeituosa, uma higiene irracional, as perturbações do crescimento, surmenage (o grifo é do autor) escolar, etc.”. QUAGLIO, Clemente, *A solução do problema pedagógico-social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil*, São Paulo, Tipografia Espínola & Comp., 1913, p. 6.

²⁶⁵Médicos ingleses julgaram ver a proporção dos coreicos aumentar nas escolas à medida que os programas de estudos eram mais sobrecarregados, onerados. Outros, como Charcot, Levillain, exprimiram a opinião de que um apelo prematuro ou excessivo feito às funções intelectuais dos cérebros dos moços era uma causa de perturbações e de depressão da inteligência (...). BARROS, Joaquim Sergio de, *Higiene escolar*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tipografia Bernard Frères, 1903, p. 54.

²⁶⁶Degenerescências: assunto tratado no Capítulo I desta tese.

²⁶⁷Pelo menos no Rio de Janeiro, a vigilância médica ao tratamento dado aos expostos não ocorreu sem resistências da Santa Casa da Misericórdia. Entidade poderosa, enfrentou também o poder médico na luta pelo controle do Hospício de Alienados, até ser vencida pelos psiquiatras, no final do século. Em 1858, o doutorando José Vieira dos SANTOS descreve suas dificuldades em ser recebido para uma visita à Roda dos Expostos: a irmã superiora fecha-lhe a porta alegando já ter sido molestada por

primeiros higienistas.

Aos pobres restarão, além das iniciativas da caridade, os controles repressivos da polícia e da filantropia que, no final do século XIX, começam a se fazer dominante. Desde 1809, quando foi criada a Guarda Real, torna-se manifesta a preocupação com a ordem das ruas, apinhadas de escravos, forros, desclassificados e miseráveis. A maioria ganhava a vida como escravo de ganho (quitandeiras, barbeiros, prostitutas e mendigos), forros biscateiros, inválidos, ou desocupados que cometiam pequenos delitos e engrossavam arruaças. Perigoso transitar à noite pelas ruas estreitas da cidade à luz mortiça do óleo de baleia. Guardadas as devidas proporções, um novo personagem - a violência urbana - emerge do confronto das ruas e da força repressiva, agora melhor organizada.²⁶⁸

Segundo Thomas Holloway,²⁶⁹ em 1831, Feijó, num momento politicamente tenso, cria o Corpo Municipal de Permanentes, uma polícia militar, fora

censuras de outros seus colegas e exige-lhe ordem escrita do Provedor (*Que regimem será mais conveniente para a criação dos expostos da Santa Casa da Misericórdia...*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. J.X. de Souza Menezes, 1858, p. 19). Em 1878, Francisco de Paula VALLADARES, em visita ao mesmo estabelecimento, não consegue ver as crianças e, apesar de ter levado carta de apresentação, "todos os rogos e súplicas foram infrutíferos" (*Dos hospitais e hospícios*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1878, p. 87). Em 1905 FRANCO VAZ, em relatório ao Ministro da Justiça, não consegue seu intento de visitar a mesma Casa dos Expostos porque a superiora exige-lhe ordem escrita do Provedor. *A infância abandonada*, trabalho apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. In: *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, vol. II, 2ª parte, p. 31.

²⁶⁸John Luccok (op. cit.), desejando reaver sua escrivania que lhe fora roubada, relata um caso de violência policial ocorrido entre 1808 e 1818, período de sua permanência no Brasil. Tendo procurado pela segunda vez o Ministro da Polícia, este informou-lhe "que o ladrão fora preso desde a noite que se seguira ao furto e que tendo tido os polegares torturados não confessara o delito; (...) lembrando a conveniência de uma segunda tortura". Alarmado com a idéia, o autor pede "que não se recorresse a tal medida (...). [O Ministro] sorriu da nossa sensibilidade que, está visto, achou deslocada, convidando-nos a comparecer de novo na semana seguinte" (p. 92.).

²⁶⁹Thomas HOLLOWAY é um pesquisador dos arquivos da polícia do Rio de Janeiro, autor do livro recentemente lançado nos Estados Unidos *Policing Rio de Janeiro - repression and resistance in the XIX century*, da Editora da Universidade de Stanford.

das forças armadas, com a concordância das elites, “porque entenderam que as ruas da cidade precisavam de uma instituição específica para manter a ordem.”²⁷⁰ Um dos primeiros comandantes dessa nova polícia foi o Duque de Caxias. Foi ele quem fez com Feijó uma espécie de acordo (...). Caxias aceitou a incumbência de ‘limpar a cidade’, trazer a paz para a burguesia, mas com a condição de que tivesse força e autonomia sobre os seus atos e a instituição que comandava. Essa liberdade (...) era muito grande e a sociedade, desde o início, fechou os olhos aos possíveis abusos de autoridade, à violência e à corrupção. O resultado é que a população mais pobre resistiu como podia e a capoeira teve um papel fundamental”. Holloway segue descrevendo a repressão policial: “Há um relato da prisão de um negro que foi tão espancado pelos policiais que ficou inválido.”²⁷¹ O regente Feijó escreveu (...) um texto condenando o abuso e exigindo limites no espancamento (...). O espancamento era natural e esperado, o problema era o limite. O juiz do caso respondeu que os negros estavam se reproduzindo entre os brancos de forma assustadora e que era preciso um ‘saudável terror’.”²⁷²

A questão da limpeza da cidade dizia respeito não só às desordens das ruas, como aos focos das doenças, ambas oriundas da pobreza. Segundo Emanuel Araújo, “a referência mais antiga está em uma carta do padre Manuel da Nóbrega, datada de 1549, na qual ele se refere a outro religioso que ‘se acha mal das pernas, que lhe arreentaram depois das maleitas que teve’.”²⁷³ Era a malária, também chamada de

²⁷⁰ O medo do potencial de rebeldia dos pardos e pretos era real. As várias insurreições que eclodiram antes e depois da Independência traduziram uma revolta contra os portugueses e que, com a participação do povo das ruas podia rapidamente voltar-se contra os brancos, o que aliás já havia acontecido na Bahia.

²⁷¹ O grifo é nosso.

²⁷² HOLLOWAY, Thomaz, *Saudável terror da elite*. Entrevista ao Jornal do Brasil, Caderno B, 30 de julho de 1995, p. 5.

O mesmo autor conclui: “Vem daí essa brutalidade contra os negros e as camadas mais pobres da sociedade. É uma intolerância antiga contra estes e uma tolerância, também antiga, em relação à polícia”.

²⁷³ *Teatro dos...*, op. cit., p. 55.

febre terçã, sezão, paludismo, carneirada. Assim intermitentemente grassavam de norte a sul as febres, as gripes, o sarampo, a varíola, as disenterias, etc., dizimando índios e negros, sem deixar de fazer estragos entre os brancos e senhores, atingindo sobretudo as crianças. Nem a parte nobre das vilas, onde havia menor acúmulo de sujeira, era poupada. As epidemias começavam em geral nas zonas portuárias ou nas senzalas e se espalhavam pelas áreas periféricas das cidades, atingindo também o centro dos ricos, alargando-se pelo interior, pelas fazendas. O contágio era rápido, conforme o tipo de epidemia, devido à aglomeração das casas e, mesmo os sobrados mais nobres e um pouco mais espaçosos, abrigavam muitos moradores, em torno de 15 a 20 pessoas, contando parentes, agregados e escravaria, em convivência próxima e permanente. As casas térreas dos pobres, tão precariamente construídas que muitas vezes não resistiam às chuvas fortes do verão e à invasão dos cupins, eram de dimensões acanhadas e não raro abrigavam mais de uma família. Pois será nesses amontoamentos tão típicos da Colônia que o século XIX irá produzir separações.

Em 1864, o presidente da Junta Central de Higiene Pública, o médico José Pereira Rego, em relatório ao Ministro do Império descrevendo o “estado sanitário da Capital”, refere-se à “atual epidemia de diarreias e disenterias”: “A epidemia não tem respeitado condição alguma social, nem idades ou sexos: tão atacado tem sido o pobre como o rico; as crianças como os adultos; o homem da mais alta posição social, como o da mais inferior; as mulheres, como os homens; porém parece ter sido mais grave nos homens, mais nas maiores idades do que nas outras.

“Revelando-se sua invasão em fins de outubro por alguns casos dispersos, sem filiação e de pouca gravidade, foi gradualmente crescendo, estendendo-se a todos os pontos da cidade e seus subúrbios, e ganhando de intensidade, de modo que em janeiro

inúmeros eram os casos observados na clínica, e alguns de marcha rápida, e de tal gravidade, que arrebatavam os doentes em poucos dias”.²⁷⁴ Fala com minúcias das fases da doença, mas considera que “apesar de sua gravidade e generalização, a mortandade por ela causada não tem sido excessiva”.²⁷⁵ Reserva, no entanto, apenas uma linha para a febre amarela: “A febre amarela, porém, não tem aparecido nem no mar, nem em terra”.²⁷⁶ Curioso é que em 1866, o mesmo autor, em relatório resumido nos *Anais Brasilienses de Medicina*, preocupado em elogiar a salubridade do clima e do “ar vivificante” da cidade do Rio de Janeiro, à qual “se lhe tem emprestado o título de insalubre, depois de algumas epidemias pestilências importadas, e não originadas de seus próprios elementos patogênicos”,²⁷⁷ passa também de raspão pela febre amarela, a grande epidemia de 1850, que aterrorizou a população: “Sem ir buscar provas na investigação e estudo das mais importantes dessas epidemias, febre tifóide de 1836, escarlatina de 1837 a 1838, e de 1842 a 1843, da febre amarela e coréia morbo, para apoiar a minha asserção estabelecendo o exame comparativo dos estragos que aqui fizeram essas moléstias com os que fazem em outros países que têm elas devastado segundo rezam os anais da ciência (...)”.²⁷⁸ Minimiza também os efeitos das escavações profundas da construção dos esgotos pela companhia inglesa “City Improvements” (obras iniciadas em 1862): “... a cidade do Rio de Janeiro não tem sofrido abalos profundos em seu estado sanitário, apesar do revolvimento de todas as suas ruas e praças pelas obras da nova companhia de esgotos (...)”, não houve uma só epidemia “que viesse

²⁷⁴REGO, José Pereira. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro do Império, pelo Sr. Dr. José Pereira Rego, presidente da Junta Central de Higiene Pública*. In: *Anais Brasilienses de Medicina*, ano XVI, julho de 1864, n. 2, p. 30. O grifo é nosso.

²⁷⁵Idem, p. 31.

²⁷⁶Idem, *ibidem*.

²⁷⁷REGO, José Pereira, *Relatório da Junta Cental de Higiene Pública*. Redação do Dr. Gama Lobo. *Anais Brasilienses de Medicina*, Tomo XVII, maio de 1866, n. 12, p. 532. O grifo é nosso.

²⁷⁸Idem, *ibidem*.

justificar os receios dos homens da ciência e da população sensata”.²⁷⁹ Nem mesmo o surto de disenteria e diarreia em 1864 pôde ser atribuído às obras “porquanto a moléstia não só se desenvolveu nos lugares em que então se davam os trabalhos da companhia de esgotos, como em outros pontos da cidade e seus arrabaldes, sem que se pudesse explicar pela irradiação o seu desenvolvimento nesses lugares (...)”.²⁸⁰ Entende-se que o autor quisesse preservar das críticas os incômodos causados pela construção dos esgotos que, afinal, foi o objetivo alcançado depois de ativa campanha empreendida pelos médicos.²⁸¹ Mas, por que passaria por cima de um acontecimento de grandes proporções, como a epidemia de febre amarela de 1850,²⁸² e se empenharia tanto em atribuir causas estrangeiras às pestilências? Medo de que a propaganda nefasta das doenças diminuísse a corrente migratória européia para o Brasil e, em especial, para o Rio de Janeiro? Como ficaríamos, então, sem a depuração pelo embranquecimento que o imigrante traria para a formação da “nacionalidade”?²⁸³

A construção dos esgotos fazia parte de um projeto maior de desodorização e desinfecção do espaço urbano. A condenação dos enterros no interior e nos arredores das igrejas já estava presente no discurso médico desde o final do século

²⁷⁹Idem. p. 533.

²⁸⁰Idem. p. 534.

²⁸¹“Apesar de quantitativamente eficaz, o serviço prestado pela companhia inglesa foi sempre criticado como péssimo, tanto nos relatórios oficiais, que mencionavam as queixas dos moradores, como nas memórias, artigos e livros de médicos e engenheiros. A cidade tornara-se aparentemente mais asseada. As valas foram esvaziadas, o mau cheiro melhorou, a aparência geral modificou-se. Mesmo assim, as condições de salubridade pioravam, e os defeitos, agora, estavam escondidos no subsolo”. BENCHIMOL, J.L., *Pereira Passos, um Haussmann tropical*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 72 a 75. *Apud*: BATISTA, Luís Antônio dos Santos, *A cidade dos sábios*. Tese apresentada ao concurso de Professor Titular, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993, p. 83.

²⁸²Para se ter uma idéia da importância da epidemia de febre amarela, cujos primeiros casos apareceram em dezembro de 1849, basta dizer que ela matou mais de 4 mil pessoas e provocou a reformulação do combate às epidemias com a criação em 1851 da Junta Central de Higiene Pública, órgão do qual o autor dos citados relatórios é o presidente.

²⁸³A tese do embranquecimento é assunto tratado no Capítulo II, no item *Teorias do Racismo: Domesticação e Disciplina*.

XVIII. As emanções pútridas, a pestilência do ar, o amontoamento de cadáveres era o quadro descrito pela morte, prejudicial aos vivos. Mas ainda demorariam os primeiros passos para a medicalização da morte. Somente em 1839 é construído o primeiro cemitério fora da cidade pela Santa Casa, ao mesmo tempo em que se desativa o antigo, vizinho ao hospital.²⁸⁴ E assim, no esquadramento do espaço urbano, o poder médico atravessa do bordel à fábrica, do navio à prisão, implantando a norma higiênica das separações, atingindo o pior de todos os amontoamentos: a moradia dos pobres. “Apavorado com o aumento vertiginoso dos cortiços e favelas cariocas, o poder médico registra que, em 1869, existiam cerca de 642 cortiços na cidade do Rio de Janeiro, contendo 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas, das quais 13.555 homens e 8.374 mulheres. Em 1888, os cortiços aumentavam para 1.331 com 18.966 quartos habitados por 46.680 pessoas, de acordo com dados fornecidos pela Inspetoria Geral de Higiene”.²⁸⁵ No final do século XIX a intervenção se fará pela inspeção médica nos

²⁸⁴Ver: *Danação da...*, op. cit., p. 294.

“Igrejas e cemitérios eram os locais de enterros. Nas igrejas, os cadáveres eram sepultados por todos os lados: no pavimento, pelas paredes, debaixo dos altares, mesmo por cima deles. Só os católicos podiam aí ser recebidos, sendo excluídos ‘os gentios, os hereges, os excomungados, os pecadores públicos que morreram sem sinal de penitência, e os que por crimes horrosos se fizeram indignos da comunhão dos santos’ (SANTOS, Luis Gonçalves dos, *Dissertação sobre o direito dos católicos de serem sepultados dentro das igrejas, e fora dela nos seus adros, cemitérios ou catacumbas*, resposta à correspondência publicada no Diário Fluminense, n. 148, 27 de dezembro de 1825, Rio de Janeiro, 1839. *Apud: Danação...*, op. cit., p. 288). “Existem dois tipos de cemitérios: os que ficam perto das igrejas (...) e o da Misericórdia.”

“A localização e o funcionamento destes locais fazem deles temerosos espaços portadores de doença e morte. Nas igrejas, as emanções dos cadáveres penetram nas paredes e o ar é úmido e parado (...). Quadro da confusão do amontoamento, do imóvel, do asfixiante, da morte. Nos cemitérios, ‘os cadáveres ali se atiram amontes em um grande valado; são mal cobertos de terra e ainda pior socadas as camadas que neles lançam (...). Quando os valados se abrem ainda se não acha completada esta decomposição; os ossos saem ainda pegados pelos ligamentos e a putrilagem dos outros tecidos brandos sai com lama nas enxadas (...)’ (*Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*, 17 de dezembro de 1831. *Apud: Idem*, p. 289). “Descrição cheia de medo e horror do amontoamento e exibição dos cadáveres decompostos (...), cercados de casas no meio de ruas tortuosas e estreitas, sua localização só faz com o ar se torne mais carregado de emanções mortíferas, ativadas pelo ‘pouco cuidado’ com o sepultamento. E por ficarem no meio da cidade, há pouco terreno para conter os mortos”. *Idem*, pp. 288 e 289.

²⁸⁵Margareth Rego (*Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 166) extraiu esses dados de: PIMENTEL, H.M., *Subsídios para o estudo da higiene no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tipografia de Carlos G. da Silva, 1890, p. 185.

cubículos de miséria, reduto da sujeira, das doenças, do crime e da imoralidade. A esse respeito, Berenice de O. Cavalcante evoca os documentos da época: “A leitura dos relatórios dos chefes dos Distritos de Higiene comprovam a prática sistemática da invasão de moradias para a desinfecção. A autoridade sanitária reconhecia-se o direito de invadir as casas para inspecionar suas condições de higiene e arquitetura do prédio. Seu parecer decidia pela interdição ou não do local”.²⁸⁶ Atropelando os protestos dos moradores, a inspeção médica, a pretexto de preservar a saúde pública, invade o espaço privado do pobre, examina seu quarto, remexe sua cama e o expulsa de casa. Uma vez que asseio, moralidade, ordem e beleza, que definiam os ideais da noção de público, não se encontravam naquela camada da população, ela deveria ser afastada do espaço comum dos que apresentavam tais qualidades. Identificada a noção de público ao poder arbitrário do Estado, subtraía-se da população a condição de agente social da esfera pública e, conseqüentemente, seu poder de participação e decisão no processo político.²⁸⁷ Mecanismo repressivo porém engenhoso que produzia a culpabilização do pobre pela exclusão a que estava sujeito, por causa de sua miséria moral e material, por sua resistência ao progresso, pelo atraso da nação, além de ser o foco de todas as moléstias, de todos os males que enfeiam e contagiam a sociedade. A relação “classes pobres, classes perigosas”, no dizer de Morel,²⁸⁸ a disseminar toda a sorte de degenerados, aqui foi levada às últimas conseqüências: a demolição dos cortiços, estes antros de miséria, viria como um verdadeiro combate, em geral acompanhada de força

²⁸⁶CAVALCANTE, Berenice O., *Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX*. In: *Revista Rio de Janeiro*, Niterói, n. 1, pp. 95 a 103, p. 101.

²⁸⁷Ver: Idem.

²⁸⁸Morel, autor da teoria da degenerescência estabeleceu esta relação, em 1857, em seu livro: *Traité des dégénérescences*. Este assunto foi tratado no Capítulo I.

policial e muita violência.²⁸⁹

Até o final do século XIX os grandes esforços da normalização médica não se dirigirão diretamente aos pobres, muito menos aos escravos. Mas o hospital, este sim, será objeto das intervenções desde o início, isto porque virá a se tornar o lugar áureo da obtenção de um saber de garantia do poder médico, local da apropriação do corpo doente e do corpo morto, peças imprescindíveis aos estudos científicos. Médicos irão intervir tanto na arquitetura como no funcionamento do hospital. Recomendarão seu afastamento do centro da cidade, examinarão as condições climáticas das regiões mais adequadas, as dimensões dos prédios, a ventilação, a separação das enfermarias, os leitos, os materiais de revestimento do chão e das paredes, os registros dos doentes, as papeletas, todas as rotinas de higiene e alimentação, selecionarão enfermeiros, tornarão obrigatória a autópsia. Há muito o hospital vinha sendo objeto de críticas.²⁹⁰ Viajantes estrangeiros como Maria Graham referem-se ao Hospital da Misericórdia no Rio de Janeiro, na década de 20 como “um belo edifício, bastante amplo, mas não está em bom estado que seria de desejar. Há geralmente quatrocentos doentes e o número de mortes é muito grande”.²⁹¹ Enaltecendo o estado em que se encontrava o mesmo hospital em

²⁸⁹Sidney CHALHOUN descrevendo a violência utilizada na demolição do “Cabeça de Porco”, cortiço da Rua Barão de S. Felix, em 1893, no Rio de Janeiro, localiza neste episódio um marco de “toda a forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade”. Distingue nesta concepção dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, a assimilação da pobreza ao perigo social como uma mesma realidade; em segundo, o surgimento de uma administração técnica, neutra e científica das cidades, ou seja, a condução não política e “eficiente” das políticas públicas. E conclui, apontando a proveniência do atual quadro violento da realidade urbana no Brasil: “Essas duas crenças, combinadas, têm contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos”. *A guerra contra os cortiços: cidade do Rio de Janeiro, 1850-1906*, Campinas/FCH/UNICAMP, 1992, p. 34. *Apud*: BAPTISTA, Luís Antônio, *A cidade dos sábios...*, op. cit., pp. 87 e 88.

²⁹⁰Em 1853, a tese de Polycarpo A.A. do AMARAL, apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia (*Breve descrição do estado atual dos principais hospitais da cidade*, Tip. de Lellis Masson) descreve as péssimas condições dos hospitais de Salvador.

²⁹¹GRAHAM, Maria, *Diário de uma...*, op. cit., p. 366.

A mesma autora assim se refere ao lugar destinado aos loucos no Hospital da Misericórdia: “As celas dos loucos interessaram-me mais do que tudó. Ficam no andar térreo, muito frio e úmido, e muitos dos que são ali depositados morrem depressa de tísica”. *Idem*.

1865, outro viajante, Agassiz, o compara às condições que tinha “na época em que o Brasil conquistou a independência”: “compunha-se de algumas salas baixas a que se chegava por escadas estreitas e íngremes, de degraus escuros e difíceis. No dizer dos médicos, que eram nessa época estudantes, a organização interna era tão miserável quanto o aspecto geral; o soalho era úmido e cheio de pó, os leitos lastimáveis, as roupas mal asseadas e a ausência de qualquer sistema de arejamento se fazia sentir tanto mais quanto a falta de cuidados era geral. Os cadáveres esperavam pelo enterro numa saleta em que os ratos se regalavam, e um médico, que depois ocupou no Rio distinta posição, contou-nos que, muita vez, quando ia buscar ali material para seus estudos anatômicos, teve a vida em risco nessa câmara dos mortos e só com muito custo expulsava os imprudentes visitantes”.²⁹² Em 1828 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro designa uma comissão para visitar diversos estabelecimentos, dentre eles o Hospital da Misericórdia: “... tudo ali é mesquinho, tudo indica uma ignorância absoluta da Higiene (...). Nada do que é indispensável para um bom hospital...”.²⁹³ Parece que, pelo menos até 1844, pouca coisa iria mudar, como se pode constatar nas observações de Francisco Antônio de Azeredo: “Consta-se que desde o princípio este pio estabelecimento fora feito a retalhos, a medida que o número de enfermos crescia, cujas salas eram dispostas sem ordem alguma econômica e salubre, como hoje ainda se nota, mormente nas duas

Parece que esta situação descrita por Maria Graham na segunda década do século XIX permaneceu inalterada até 1846, quando Manoel Maria Moraes VALLE escreve em sua tese de doutoramento: “... deveriam ser estes homens levados para a chácara dos doudos pertencente à Misericórdia, e não para a enfermaria competente do hospital, que é mais calabouço da idade antiga que casa de caridade”. E em nota de pé de página acrescenta: “A casa forte, ao nível da rua, sem soalho, com escassa luz, e paredes denegridas, mais parece um cárcere, do que lugar destinado ao curativo daqueles que têm infelizmente perdido o uso da razão”. *Algumas considerações sobre a mendicidade*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Ostensor Brasileiro de J.J. Moreira, 1846, p. 5.

²⁹² AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth, C. *Viagem no Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975, pp. 272 e 273.

²⁹³ ARAUJO, Achilles, R. *A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultura, 1982, p. 38. *Apud*:

enfermarias térreas abaixo do nível das ruas, apinhadas de enfermos, mui baixas e sem arejamento algum. As enfermarias das mulheres em número de quatro, apresentando quase a forma de ziguezague, posto que assobradadas (...), todavia também destituídas de arejamento, são mui úmidas em consequência da contigüidade do mesmo morro, e coberta de telhas vãs (...). Finalmente uma pequena sala em segundo andar para algumas moléstias contagiosas, muito mal arejada está exposta a exalações de duas enfermarias (...). Ora, admira como em um tal hospital tenha-se conseguido curas tão maravilhosas, tanto em Medicina como em Cirurgia apesar de algumas dificuldades, devidas a certas complicações miasmáticas”.²⁹⁴ Era de certo razão de admiração um tal estabelecimento conseguir curar. A grande mortalidade dos enfermos era atribuída não só à falta de higiene, mas, o que é curioso, aos próprios doentes que procuravam o hospital já moribundos: “... ao nímio desleixo da classe pobre em procurar neles [os hospitais] os recursos médicos, quando acham-se inteiramente fora de os obter”.²⁹⁵ O mesmo autor deposita suas esperanças de melhoramento do Hospital da Misericórdia no novo prédio em construção, que servirá para a “juventude médica como Escola prática completa”.

Aquele mundo recém-saído da Colônia ainda convivia com o pelourinho, a força que aos poucos foram desaparecendo das praças, mas ainda funcionavam um pouco mais distantes da exposição pública. Valores de conservação e expansão da vida não se aplicavam aos escravos,²⁹⁶ e assim, por extensão, aos forros e a todos que por sua

REZENDE, João Batista, *Acerca do surgimento do hospital*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986, (mimeo), p. 4.

²⁹⁴AZEREDO, Francisco Antônio de. *Da importância e higiene dos hospitais civis*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. do Diário de N.L. Vianna, 1844, p. 10.

²⁹⁵Idem, p. 14.

²⁹⁶Até a Independência a lei que regia a punição aos infratores, livres ou escravos, era o Código Filipino português, onde se achavam prescritas as penas de suplícios corporais feitos em espaço aberto, em espetáculos públicos e tinham caráter punitivo, exemplar e preventivo. Dependendo da gravidade do crime as penas variavam do enforcamento, castigo ou morte pelo açoite, nos patíbulos e pelourinhos das praças públicas, à prisão ou o trabalho forçado nas galés. A partir de 1830, sob a influência de uma nova filosofia punitiva vigente nos grandes centros europeus, é sancionado o Código Criminal

aparência poderiam ser considerados “escravizáveis”. É certo que o pobre enfermo indigente será colocado sob os “olhares médicos” no hospital e que substituirão as “últimas palavras” do sacerdote. Afinal, boa parte do saber hospitalar será produzido pela captura que esse olhar fará nesses corpos doentes. Mas eles serão em número por demais abundantes para serem todos vistos, observados e curados pela ciência. Desnecessários ao saber médico e incômodos à limpeza e à boa ordem, essa sobra humana era recolhida das cidades vizinhas aos estabelecimentos para indigentes no Rio de Janeiro. Citando Helio Aguinaga, João Batista Rezende descreve a cena macabra da “carroça da misericórdia”, que persistiu até o final do século XIX:

“... descia a carroça, lentamente, pela rua mal calçada (...). Na noite escura parcamente iluminada, o silêncio só era perturbado pela ritmada batida dos cascos dos animais contra as pedras irregulares (...). Os animais conheciam o caminho e não era necessário nenhuma intervenção para que eles seguissem o itinerário’. Diante da inexistência de hospitais em algumas cidades vizinhas e colocada a exigência de se livrar de certos indivíduos, as autoridades municipais, prefeitos e delegados de polícia, colocavam em um vagão do trem da Estrada de Ferro Central do Brasil ‘todos os doentes e indigentes incuráveis e crônicos, a maioria moribundos, e os enviava para a Capital’. Quando o trem chegava à estação central por volta das 22 e 22:30 (isso quando não havia os atrasos freqüentes), ‘já tinha duas carroças preparadas para o transporte desse rebotalho humano, que se amontoava de qualquer maneira e mandava deixar na porta da Santa Casa da Misericórdia’ (...). ‘Figuras que se amontoavam como podiam... era preciso imaginação para poder encará-los como criaturas humanas’. Mas tratava-se apenas de corpos descarnados, enrolados em trapos, minados pela doença e pelas horas intermináveis de viagem, ‘sem conforto, sem ter o que comer ou beber (...) aquelas criaturas semi-vivas, algumas já nem podendo engolir, eram levadas para o saguão interno da Casa, onde eram depositados’. O médico da porta começa então a revisão sumária desses moribundos: a

Brasileiro que suprime os castigos físicos para a população livre, nacional ou estrangeira. Mas para o escravo nada muda. E, apesar dos “excessos” que muitas vezes levavam à morte os condenados apenas ao castigo corporal “... a pena de açoites continuou a ser aplicada aos escravos até o dia 15 de outubro de 1886, quando o parlamento em virtude de pressão do movimento abolicionista, aprovou uma lei que a revogava”. Somente a partir de então os escravos infratores passaram a sofrer as mesmas penas dos homens livres. SOARES, Luiz Carlos, *O estado e a punição dos escravos infratores da lei no Brasil do século XIX*. In: *Cadernos do ICHF: Estudos sobre a escravidão*, Universidade Federal Fluminense, nº 19, 1990, p. 28. Ver também: idem, pp. 21 a 33.

irmã de caridade do serviço noturno providenciava um pouco de chá - 'o único alimento possível àquela hora'. Estavam dados os primeiros cuidados; agora era só esperar o amanhecer do dia para ver os que ainda continuavam a viver. Conta-se que, dada a situação precária, 'quase todos amanheciam mortos'. Estava assim instituída a 'lenda' do 'chá-da-meia-noite' (...). 'Chá que seria altamente mortífero e distribuído à meia-noite, entre os doentes incuráveis, para que mais depressa conseguissem o descanso pela morte'.²⁹⁷

Mortífero ou não, o chá servido à guisa de "primeiros cuidados" àquele amontoado maltrapilho de gente desfigurada pela proximidade da morte, resumia bem a "racionalidade empresarial" que a filantropia da Santa Casa aos poucos assumiu, a partir de 1850.²⁹⁸ Se bem que, como vimos anteriormente, a antiga caridade praticada pela Misericórdia jamais tivesse se afastado de uma certa atividade empresarial, esta não era marcada pelo caráter de racionalidade burguesa na gestão dos negócios. Mesmo imbuídos da justificativa religiosa da salvação das almas, para si e para os pobres que socorriam, os "homens bons" da Colônia, membros da mesa da Irmandade, usufruíam prestígio e privilégios da Coroa e faziam-na funcionar como um verdadeiro banco de empréstimos. Nem sempre obtinham lucros, por isso a entidade oscilava entre a opulência e a falência, empregando dinheiro muitas vezes no que hoje consideraríamos obras inúteis ou desvirtuadas de seus objetivos: grandes festas religiosas e construção de templos suntuosos. No século XIX, atenuadas as justificativas da fé para seus empreendimentos, as Misericórdias continuaram mantendo a predominância de atendimento à populações pobres, já que o Estado brasileiro, tal como o português, eximia-se de participar diretamente desses serviços. Mas agora, embuído de uma outra

²⁹⁷ AGUINAGA, Hélio. *História do hospital...*, op. cit., pp. 25 a 27. Apud: REZENDE, J.B., *Acerca do surgimento...*, op. cit., pp. 23 e 24.

²⁹⁸ Ver: COIMBRA, Luiz Octávio, *Filantropia e racionalidade empresarial (a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro de 1850 a 1920)*. Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. 1, nº 3, maio/agosto, 1986, pp. 41 a 51.

lógica de governo, repassava regularmente alguns recursos (ao contrário do Estado português) à iniciativa privada para assistência aos necessitados.²⁹⁹ Segundo Luiz Octávio Coimbra “o apoio estatal à entidades privadas se realizava também através de subsídios, taxas alfandegárias, concessão de loterias, isenção de impostos e outros meios indiretos (...). Entre 1850 e 1920, além dos recursos financeiros cedidos pelo Estado, a Irmandade usufruía de outras importantes fontes de recursos, tais como: a renda imobiliária; a renda patrimonial; a emissão de letras de câmbio; a venda de comendas e títulos honoríficos; os legados, donativos e contribuições periódicas particulares; a exploração em regime de monopólio dos serviços funerários; e outros benefícios oferecidos em troca das atividades filantrópicas”.³⁰⁰ A racionalidade empresarial objetivada pela maximização dos lucros fica demonstrada no quadro que o mesmo autor nos apresenta: “Em 1873, o patrimônio total da Santa Casa foi avaliado em 18.400:000\$000 - quase o dobro do capital nominal do Banco do Brasil, criado em 1853 (10.000:000\$000). A receita total obtida pela Irmandade no ano orçamentário 1876/1877 atingiu 1.954:421\$000, valor equivalente ao capital somado de todas as indústrias metalúrgicas estabelecidas na Corte em 1882. Entretanto, o crescimento das rendas não foi acompanhado por um equivalente incremento na oferta de serviços

²⁹⁹Na verdade o Estado brasileiro sempre deixou ao encargo de particulares a assistência aos necessitados (no caso dos hospitais, este padrão só irá modificar-se em parte com a criação da assistência hospitalar previdenciária através da fundação de hospitais públicos, na terceira década do século XX). O repasse de recursos do governo à Misericórdia do Rio de Janeiro não constituía a principal fonte de manutenção da entidade. Parece, também, que o auxílio financeiro estatal às obras assistenciais não se estendia necessariamente a outras regiões do país. A propósito da Misericórdia de São Paulo, escreve L. Mesgravis: “No que se refere ao auxílio governamental, não deixa de ser curioso constatar que o governo de modelo liberal, implantado depois da Independência, chegava a demonstrar menos interesse pelas instituições assistenciais do que o colonial (...). O governo brasileiro abandonou inteiramente o problema assistencial aos particulares (...). A sociedade brasileira, e particularmente a paulista durante o século XIX, sofreu um processo de transição do patriarcalismo dominador, mas que, de certo modo, absorvia e resolvia certos problemas sociais, para um de tipo mais atenuado, que deixou entregue à própria sorte os marginalizados do sistema escravocrata”. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo...*, op. cit., pp. 232 e 233.

³⁰⁰Idem, pp. 42 e 43.

médicos e hospitalares gratuitos”.³⁰¹ A Santa Casa acumulou tal patrimônio que, em 1908, “era proprietária de 406 prédios de aluguel por toda a cidade”,³⁰² e dentre eles, dezenas de cortiços insalubres, muitos intimados e interditados pela Saúde Pública, cujos inquilinos pagavam aluguéis extorsivos à Irmandade.³⁰³ Em contrapartida, ao mesmo tempo em que fazia crescer seu patrimônio e abarrotar seus cofres, “os hospitais permaneciam superlotados e os enfermos que conseguiam internação se espalhavam pelos cantos das enfermarias, sem esperança de obter atendimento médico”.³⁰⁴ E essa “racionalidade” também se dava pela utilização dos asilados órfãos em extenuante regime de trabalhos forçados nas enfermarias, nas lavanderias e nas faxinas, enquanto a tuberculose grassava nestes menores internos.³⁰⁵ Gradativamente a racionalidade na gestão dos recursos passa a estabelecer prioridades nos atendimentos: diminuição dos serviços gratuitos, instituição das “salas do banco”,³⁰⁶ uma espécie de ambulatório que substituíam o isolamento dos doentes nas internações julgadas desnecessárias, atendimento prioritário à criança (mão-de-obra em potencial) e ao nascente operariado, em detrimento dos velhos e dos indigentes.

Essa era uma das faces distintivas entre a filantropia e a caridade: a preocupação pragmática na escolha de seus objetivos, de tal sorte que, com o tempo, todos os considerados incuráveis (velhos, doentes e inválidos), ficariam sob o domínio da caridade. “Antes a criança do que o velho pois, ‘para além da infância há toda a idade viril, ao passo que a maior parte dos velhos indigentes vivem a sua idade viril como

³⁰¹ Idem, p. 43.

³⁰² Idem, ibidem.

³⁰³ Ver: Idem, p. 51.

³⁰⁴ Idem, p. 44.

³⁰⁵ Ver: Idem, p. 45.

³⁰⁶ “Esses ambulatórios - conhecidos como “salas do banco”, onde ‘(...) centenas de pessoas humildes permaneciam horas seguidas, pacientemente, com fome, aguardando o médico (...)’ “. ZARUR,

homens indignos de serem socorridos mais tarde'.³⁰⁷ Antes a mulher que o homem, pois, através dela se socorre também a criança (...). Em vez do dom o conselho, pois este não custa nada (...), a longo prazo esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros. A caridade desconhece esse investimento pois só pode arder no fogo de uma extremada miséria, com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber, em troca, através do consolo imediato que fornece, o sentimento de engrandecimento do doador".³⁰⁸ Aos poucos, porém, os motivos da caridade assimilam os objetivos da filantropia e o seu cientificismo, não sem antes ter havido competição entre ambas³⁰⁹ nas primeiras décadas do século XX, tendo a segunda assumido o caráter dominante.

Enquanto perdurar o regime escravista, predominarão os controles coercitivos sobre os pobres. Viajantes estrangeiros no Brasil, no início do século XIX, lançam seus olhares para os espaços públicos das cidades brasileiras e denunciam as sujeiras, os aglomerados humanos de gente maltrapilha, esmolante, não raro escravos de ganho a explorar a caridade pública em proveito dos seus proprietários. Cegos, doentes, velhos e aleijados misturados aos mendigos válidos desocupados, aos vendedores ambulantes e biscateiros ocasionais. "O Rio de Janeiro é, nesta fase, o paraíso do esmolante",³¹⁰ afirma Delso Renault. Muitos higienistas dirigirão suas atenções aos efeitos doentios das aglomerações e das promiscuidades, mas poucos falarão diretamente

Dahas. *história da Santa Casa*, Rio de Janeiro, Grafia Itambé, 1978, p. 73. *Apud*: COIMBRA, L.O., *Filantropia e racionalidade...*, *op. cit.*, p. 46.

³⁰⁷DUPIN, Charles, *L'ouvrière*, 1828. *Apud*: DONZELOT, Jacques, *A polícia das famílias*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 65.

³⁰⁸Idem, *ibidem*.

³⁰⁹Sobre a "caridade irrefletida" e o "espírito de impiedade" da filantropia, ver adiante, p. 442.

³¹⁰RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870)*, Rio de Janeiro, IML/Civilização Brasileira, 1978, p. 93.

da miséria e da mendicidade. Em 1846 Manoel Maria de Moraes Valle dirá que esta é uma “lepra contagiosa” e, contrariando os relatos dos viajantes, ainda “pouco numerosa”, mas que “adquirirá incremento logo que a população aumentar”.³¹¹ Insistirá em afirmar que “raras vezes vê-se um Brasileiro pedir esmolas”, que “entre nós haverá quem seja pobre, mas mendigo não se encontra facilmente” e, dada a “fertilidade do solo” e a “falta de braços”, a população embora “propensa à indolência”, prefere “o trabalho à miséria”.³¹² Criticando o abandono do escravo velho, porque o senhor “pouco perde em libertá-lo”, acrescenta que ainda assim “não há escravo mendigo, indigente”.³¹³ Citando suas “observações, conclui que o número de mendigos do município neutro não passa de 500, que a maioria é “gente de cor” alforriada, que dentre os brancos, a maior parte é de estrangeiros e que “as mulheres formam dois terços da mendicidade”, sendo a maioria “filhas do país”.³¹⁴ Mesmo esforçando-se por minimizar a miséria, ele se horroriza com os vícios, “libidinagem a mais hedionda”, a voracidade, a preguiça, a avareza desses “consumidores inúteis”, a maior parte propensa ao crime e disseminadores de doenças. Por isso propõe a criação de asilos para os incapazes de trabalhar (cegos, aleijados, amputados, decrepitos e os que sofrem de deformações físicas) e também para os que “são trabalhadores porém seu ganho não chega para sua

³¹¹ VALLE, Manoel Maria de Moraes, *Algumas considerações sobre a mendicidade...*, op. cit., p. 2.

³¹² Idem, p. 10.

³¹³ Idem, pp. 11 e 12.

³¹⁴ Idem, p. 17.

Por que tantos estrangeiros e tantas mulheres? O dr. Valle responde: apesar da legislação ser favorável ao estrangeiro, “as causas mórbidas do país obram mais energicamente sobre eles” o que contribui para que caiam na pobreza. Além disso, “é raro um homem industrioso, que está bem no meio da sua família deixe a Europa (...)”. Quanto às mulheres: “O sexo feminino entra por muito no número de indigentes por sua natural fraqueza, pela dificuldade de viver sem proteção, pela raridade de obtê-la a não ser desonrando-se, pela facilidade com que a desonra leva à prostituição que (...) é ingente causa da mendicidade”. Idem, pp. 17 e 18.

A propósito da assistência aos imigrantes portugueses indigentes no Rio de Janeiro no século XIX, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Filantropia e imigração - a caixa de socorro de D. Pedro V*, Publicação comemorativa do 125º aniversário da Fundação Real e Benemerita da Sociedade Portuguesa, Caixa de Socorros D. Pedro V, Rio de Janeiro, 1990.

família”,³¹⁵ e enfim para “a maior parte que são os vadios”, obrigando-os a trabalhar, citando a Casa de Correção como lugar de recolhimento destes últimos.³¹⁶

Mais importante do que a intenção de minimizar a mendicância no Rio de Janeiro é a concepção que nos apresenta sobre a miséria: a utilização da mão-de-obra ociosa, a regeneração pelo trabalho, e principalmente a separação em espaços diferentes das diversas categorias de mendigos - não mais o abrigo indiferenciado, mas o lugar especializado de recuperação. Todavia, será somente na década de 50 que uma medida prática será tomada a esse respeito: a adaptação do antigo Matadouro de Santa Luzia para o estabelecimento de um albergue de mendigos inválidos. A partir de 1854 a polícia poderá encaminhá-los então para locais diferentes: inválidos para o albergue, doentes para a Misericórdia, vadios válidos para a Casa de Correção e, em 1852, loucos para o Hospício de Pedro II.³¹⁷

Por outro lado, não se deve pensar que a simples existência de locais diferenciados teria mudado a percepção das diferenças dessas populações por parte das autoridades que as encaminhavam e das que as recebiam nos estabelecimentos. Até que os médicos conquistem o poder de periciar e diagnosticar essas separações, eles irão denunciar os horrores das misturas. Os autores de *Danação da norma*, citando Teixeira Brandão, descrevem bem esta situação: “No Asilo de Medicina são depositados todos os que ‘não tinham domicílio ou não sabiam dizer onde era ele’”.³¹⁸ Crianças, velhos,

³¹⁵Idem, p. 19.

³¹⁶A Casa de Correção, fundada em 1833, cuja forma arquitetônica é uma variedade do panopticum de Bentham, foi a “primeira prisão a se dar como objetivo a recuperação dos criminosos”. *Danação da...*, op. cit., p. 321.

³¹⁷Dada a situação em que se encontravam os loucos no Hospital da Santa Casa, encarcerados em cubículos escuros e mal arejados; e a quantidade deles que enxameavam as ruas, é criado em 1841 o Hospício de Pedro II (que só começou a funcionar em 1852) e que embora tenha sido uma reivindicação dos médicos, ficou sob a administração leiga da Santa Casa.

³¹⁸BRANDÃO, J.C. Teixeira, *Os alienados no Brasil*, Rio de Janeiro, 1886, p. 47. *Apud: Danação da...*, op. cit., p. 476.

vagabundos e alienados - população especificada no Regulamento de 1884. (...).

‘Crianças, velhos, loucos e vagabundos, homens e mulheres vivem aí uma promiscuidade revoltante. A atmosfera do Asilo é empestada pelas emanções que se desprendem de todo esse acervo de indivíduos andrajosos, imundos, aos quais tudo falta, até água para banharem-se. Por leitos não têm senão tábuas, sem colchões nem travesseiros, nem ao menos coberturas que lhes ocultem a nudez e os resguardem dos rigores do inverno! (...)

(...)

‘As cenas que resultam de uma tal aglomeração não realmente indescritíveis (...).

‘Que polícia pode haver em estabelecimento de tal ordem? Como é possível conciliar elementos tão heterogêneos?’³¹⁹

A situação descrita por Teixeira Brandão em 1884 nesta época já era bastante antiga. Desde a fundação, em 1854, o primeiro albergue de mendigos sempre subordinado ao chefe de polícia, abrigava um contingente maior que sua capacidade permitia,³²⁰ recebendo também alienados (loucos e idiotas) não aceitos pelo Hospício D. Pedro II. Em 1878 nele havia sido recolhido quase o quádruplo de sua lotação. Na época da inauguração do novo Asilo S. Francisco de Assis, em 1879, para lá foram removidas 260 pessoas, quase todas alienadas, idiotas ou afetados por moléstias incuráveis, quando a parte construída só tinha capacidade para no máximo 120. Um decreto imperial de 1884 estabelece um novo regulamento e distingue quatro classes de

³¹⁹*Os alienados no...*, op. cit., p. 49. *Apud*: Idem, *ibidem*.

“A Casa de Correção também abriga loucos criminosos e criminosos que enlouqueceram, tendo sido construídas cinco celas para seu isolamento. Fora da cidade, na província do Rio de Janeiro e nas outras províncias, as prisões abrigam grande número de alienados que ‘por perturbarem a tranquilidade pública’ (BRANDÃO, J.C. Teixeira, *Os alienados...*, op. cit., p. 54. *Apud*: *Danação da...*, op. cit.) são encarcerados.” Idem, p. 477.

³²⁰Em 1855, com a epidemia de cólera morbus o chefe de polícia, como medida preventiva, mandou prender todos os mendigos no Albergue, sob o mesmo regime dos presos comuns. Ver: *Assistência*

indigentes dos dois sexos: menores de 14 anos, encontrados em estado de abandono e ociosidade; mendigos incapazes de trabalhar; pessoas em estado de absoluta indigência; e, por último, alienados, imbecis e idiotas que não foram recebidos no Hospício de Pedro II. Mantém os mendigos à disposição da Chefia de Polícia e coloca os mentecaptos e menores sob a autoridade do Juiz de Órfãos. Nem o decreto, nem os donativos dos beneméritos para os quais o poder público sempre apelava, conseguem mudar a situação promíscua do Asilo: um grande internamento de menores, velhos, incuráveis, alienados, mendigos, ébrios e vagabundos. Nem mesmo a criação em 1888 da Casa de S. José para menores indigentes alterou significativamente esta situação. Crianças continuarão a conviver com adultos neste “depósito de todas as misérias” até 1895, quando um novo regulamento as separa em definitivo.³²¹

Mas, a situação precária do Asilo S. Francisco de Assis se perpetua. Em 1904, o Chefe de Polícia do Distrito Federal, Antônio Augusto Cardoso de Castro, em relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, confirma a insuficiência do Asilo para os casos de mendicância existentes no Rio de Janeiro que “na verdade só podem viver esmolando (...) inaptos para o trabalho pela velhice, pela cegueira e por outros muitos males e circunstâncias diferentes”, sem deixar, contudo, de mencionar “o espetáculo público dado por essa pobre gente nos lugares de maior freqüência” que representa “uma vergonha para toda e qualquer cidade civilizada e policiada”.³²² Por isso apela para os “sentimentos filantrópicos dos abastados”, apresentando interessantes

pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil - história e estatística), Comemoração do Centenário da Independência Nacional, Rio de Janeiro, Tip. do Anuário do Brasil, 1922.

³²¹ Como veremos mais adiante, a mesma mistura entre adultos e crianças permanecerá entre os internos do Hospício de Pedro II até 1904 (agora denominado Hospício Nacional), quando é instituído um pavilhão especial para crianças.

³²² “Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”. Anexo: *A mendicância*, Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Antônio Augusto Cardoso de Castro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904, p. 61.

considerações acerca do papel do Estado e o da iniciativa privada, separando bem as atribuições para que não se caia no “socialismo de Estado”:

“É certo que todos os países cultos inscrevem em seus orçamentos uma quantia destinada não só a socorros nas calamidades públicas, mas também a minorar a sorte dos desvalidos e dos miseráveis.

“Essa atitude do Estado perante a miséria particular, cuja legitimidade aliás tem sido contestada por eminentes autoridades, não deve exceder os naturais limites traçados pelos princípios da ordem, que constituem a função capital dos governos, de modo a evitar a queda no socialismo de Estado.

“Nos institutos da assistência, criados por este, não deve haver portanto, a preocupação sentimental, que é apanágio do indivíduo. E quando seja forçado a correr ao encontro de necessitados ou abandonados para reabsorvê-los, que a sua ação limite-se a remover dos logradouros as pessoas inertes ou inconscientemente malfazejas e que pela aglomeração possam ocasionar o atropelo do trabalho e perturbar a ordem pública.

“Aos particulares compete no presente transformar a hospitalidade difusa do passado em instituições livres dedicadas à beneficência.

“Não cabe, todavia, ao Estado organizá-la, nem tampouco dirigi-la, nem mesmo presidi-la.

“Nada impede, porém, que o Estado a anime, a apoie e a favoreça, dentro da esfera das suas atribuições policiais (...).

“Neste pressuposto, repelindo toda idéia direta neste assunto, mas por outro lado, considerando oportuno excitar a ação dos particulares no sentido indicado, isto é, da fundação de institutos de assistência que venham completar os intuitos de ordem pública mantidos pelo Governo nessa esfera de atividade, afaguei a idéia de que

poderia promover uma corrente auspiciosa de esforços generosos (...).³²³

É interessante observar a justificativa política que vem explícita nesse discurso, no sentido de incitar as iniciativas privadas da caridade (e por extensão da filantropia), apresentadas como formas preventivas contra o socialismo, ao mesmo tempo em que limita a ação do Estado. Trata-se de estratégias de manutenção do domínio sobre a pobreza e a concomitante reconciliação entre pobres e ricos. Do momento em que o mundo burguês problematizou a pobreza, criando a responsabilidade do Estado pelos problemas sociais, a questão será manter o pobre sob a tutela do rico, deixá-lo desassistido (como até hoje acontece no Brasil) e assim docilizá-lo através de gratidão para a obediência, diminuir-lhe a potência de conquista não de um dom, mas de um direito. Esta relação perversa entre a assistência pública e privada está na base, até hoje, da insuficiência crônica na dotação de recursos para os serviços públicos do Estado,³²⁴ e a canalização de boa parte desses recursos para entidades privadas de atendimento (como são, principalmente, os serviços destinados aos deficientes) e que mascaram a maximização dos lucros sob a égide da filantropia, com a qual obtêm as vantagens de isenção de impostos.³²⁵ E assim mantém a irregularidade dos serviços o que justifica, de tempos em tempos, o apelo na mídia aos pruridos de consciência dos mais ricos ou à caridade popular, cujas doações e suas aplicações jamais são tornadas

³²³Idem, p. 62.

³²⁴O desmonte e o desaparecimento dos serviços públicos (escolas, universidades, hospitais, etc.) que se vêm observando no Brasil com a introdução da chamada política "neo"-liberal das privatizações, dá bem a medida do retrocesso da ação do Estado no campo do bem-estar social, cujas condições mínimas jamais puderam ser alcançadas em nosso país.

³²⁵"Apesar da criação do sistema previdenciário dos Institutos de Pensões e Aposentadorias durante a década de 1930 [hoje INSS] e da construção de hospitais, sanatórios e asilos pelos poderes públicos e por outras entidades religiosas, a esmagadora maioria dos nosocômicos do país são fundados e mantidos pelas Misericórdias. Atualmente [em 1976], só no Estado de São Paulo existem 326 Santas Casas e o total para o país é calculado em 1.500, o que já basta para dar uma idéia da sua importância. A tendência atual parece ser a de associar a ação do Estado com a iniciativa particular (...), mediante o tratamento financiado dos segurados do INPS [hoje INSS] nos hospitais da Santa Casa", MESGRAVIS, Laima, *A santa casa de...*, op. cit., p. 16.

públicas.

Pois bem: o mesmo chefe de polícia, que apela ao óbulo dos abastados para a fundação de um instituto de assistência aos mendigos,³²⁶ revela em ata transcrita em seu relatório que, dentre outros empreendimentos da sua gestão, estabeleceu o que se poderia chamar de “caminho de volta da carroça da misericórdia”, depositando os refugos humanos da cidade do Rio de Janeiro nas cidades vizinhas: “Resta-lhe [ao chefe de polícia], porém, a mendicidade que ainda não conseguiu regularizar, malgrado ter durante uma quinzena, como é sabido, feito transportar gratuitamente, para fora desta Capital, uma média de cento e cinqüenta mendigos, diariamente”,³²⁷ que o Asilo São Francisco de Assis não dava conta de abrigá-los. Esmola e exclusão, quer no modelo da internação nos asilos, quer no modelo da lepra, neste caso, a expulsão para fora do perímetro da cidade - eis o destino do último reduto da hierarquia negativa dos socialmente indesejáveis. Fica claro, portanto, que a filantropia esclarecida jamais se interessará por esses resíduos. Permanece a mesma ambigüidade entre a exclusão e o tratamento. “Sem dúvida não será por acaso que as últimas manifestações do sentimento caridoso irão se fixar, (...), nos incuráveis, resíduo bastante restrito do antigo domínio da miséria, do sofrimento e do horror”.³²⁸ Enquanto forem considerados imprestáveis serão relegados à exclusão da cidade ou ao abandono nos asilos. É o que dolorosamente nos revela Luiz P. Barbosa em 1908, ao enumerar os estabelecimentos pertencentes à Santa Casa do Rio de Janeiro, Dentre estes, o Asilo das Velhas, fundado em 1884 e anexado

³²⁶Trata-se do Conselho de Assistência da Candelária, cuja ata de uma sessão o Chefe de Polícia reproduz em seu relatório. Mas, parece que tal entidade teve vida curta, o que o faz apelar, em 1905, para os serviços da Santa Casa no recolhimento dos mendigos. Ver: *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A repressão das contravenções e o problema da assistência pública*, 1ª parte, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, pp. 189 a 193.

³²⁷*Relatório do Ministério...*, 1904, op. cit., p. 62

³²⁸DONZELOT, J., *A polícia das...*, op. cit., p. 66.

ao Asilo Santa Maria para órfãs, onde na época estavam internadas 43 velhas: “Esta seção da Santa Casa bem se assemelha, no seu mister, a do refugio dos Correios, porquanto nela ficam as velhas não reclamadas, como naquela as cartas sem dono; as primeiras esperando a destruição pela morte e as segundas pelo fogo”.³²⁹ Situação semelhante, como vimos, a dos mendigos detidos em geral pelo delito de vadiagem: “são imbecis, idiotas e pusilânimes, de forma que nem mesmo a fome os arrasta à prática de qualquer ato de energia. Se não fosse o pão da cadeia ou a caridade pública deixar-se-ão morrer como cães à míngua (...). São verdadeiros vencidos que estão a espera de sua eliminação”,³³⁰ afirma um autor português em 1892.

O século XIX pouco discriminou, nas camadas mais pobres, as crianças dos adultos. Embora já houvesse, em torno de 1850, a preocupação com a mortalidade das populações por conta das doenças e epidemias e, por conseguinte, com a mortalidade infantil,³³¹ principalmente em relação a dos expostos da Roda,³³² a criança pobre não foi objeto privilegiado de práticas especiais. Mesmo a criação de um instituto para cegos e de um instituto para surdos-mudos (em 1854 e 1856 respectivamente) e, embora tenham significado a emergência de novos dispositivos de diferenciação e

³²⁹ BARBOSA, Luiz P., *Serviços de assistência no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. Ao Luzeiro, 1908, p. 37.

³³⁰ GOMES, Antônio Luiz. *Ociosidade, vagabundagem e mendicância - estudo moral e jurídico*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892, p. 36. Os grifos são nossos.

³³¹ Alguns artigos publicados em revistas médicas anunciam essa preocupação:

REGO, José Pereira. *Algumas considerações sobre as causas da mortandade das crianças do Rio de Janeiro*. In: *Anais Brasilienses de Medicina*, volume 3, 1847.

Idem. *Considerações sobre algumas moléstias de crianças mais freqüentes no Rio de Janeiro*. In: idem, volume V, 1848 e volume 6, 1850.

Idem. *Algumas reflexões sobre o acréscimo progressivo da mortandade no Rio de Janeiro*. In: idem, volume 6, 1850.

³³² Inúmeras teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro citam os altos índices de mortalidade dos expostos. Dentre estas:

SANTOS, José Vieira dos. *Que regime será mais conveniente para a criação dos expostos...*, 1858, op. cit.

separação, por suas dimensões bastante acanhadas, não produziram práticas que pudessem disseminar, durante o século XIX, essas especializações.³³³ Por outro lado, apenas dois outros estabelecimentos semi-oficiais para crianças foram fundados: o “Asilo dos Meninos Desvalidos”, por decreto de 1854, mas que só começou a funcionar em 1875 e passou mais tarde a denominar-se Instituto Profissional João Alfredo; e a Casa de São José, inaugurada em 1887, construída com doações da população e do comércio da capital e sustentada com o produto dos impostos sobre bebidas alcóolicas. O citado texto de 1922 que descreve a *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro*, demonstra o desinteresse oficial por este asilo de crianças para separá-las dos mendigos adultos: “Desde a fundação do estabelecimento até 31 de dezembro de 1912 tiveram nele entrada cerca de 2 mil menores abandonados. Essa cifra dá bem idéia do grande número de crianças indigentes que encontram abrigo e agasalho numa casa de assistência (...).³³⁴ Ao considerar-se que, em outra passagem, o texto faz menção à insuficiência da Casa para atender a demanda,³³⁵ essa cifra também dá uma idéia do grande número de crianças que perambulavam e mendigavam pelas ruas da cidade naquele tempo. Mas, o desinteresse não se revela apenas na ausência de outros abrigos para crianças, mas sobretudo na anarquia dos processos educativos, na incapacidade de formar para o

MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Que regime será mais conveniente para a criação dos expostos...*, Tipografia Universal Laemmert, 1859.

³³³Os dois estabelecimentos para cegos e para surdos serão assuntos tratados mais adiante.

³³⁴*Assistência pública e privada no Rio de Janeiro...*, op. cit., p 10.

A Casa de São José foi criada para receber crianças egressas do Asilo de Mendicidade que conviviam com adultos entre “os quais doentes, alguns lázaros e até mesmo idiotas”(idem, p. 463). Acolhia crianças mais novas até 12 anos, quando eram encaminhadas ao Asilo dos Meninos Desvalidos, onde permaneciam até 14 anos. Seu futuro a partir daí seria o retorno ao abandono, à mendicidade.

³³⁵Em 1892, o Diretor da Casa de São José, conquanto elogie as condições de higiene e alimentação que a casa oferece, demonstra a “nítida exigüidade do espaço atual do edificio do asilo” que “está atualmente com sua lotação regularmente completa (150 asilados) e sem exagero afirmo-vos que está literalmente abarrotado. Serviços dos mais importantes, como o de arrecadação, almoxarifado, dispensa, a oficina de trabalhos manuais, a enfermaria, estão ou suspensos ou pessimamente acomodados, para dar espaço a dormitórios”. MEDEIROS, Alberto Saboia Viriato de. *Relatório do Diretor da Casa de São José. In: Relatório ao Ministério dos Negócios do Interior (Anexos ao)*, vol., 1892, p 9.

trabalho: "... nunca houve a mais leve sombra de orientação harmônica no sentido de se fundar uma organização metódica na qual a pessoa do asilado haurisse proveito eficaz (...), sobre o futuro da sua adaptação ao meio social (...), jamais se cogitou, nessa casa, de fazer efetivo o ensino profissional".³³⁶ Com muita razão, o mesmo texto aponta a negligência oficial com a assistência pública, que não passava de um "mero rótulo" de uma repartição de higiene que só se preocupava em combater epidemias.³³⁷ Pauperismo, infância e invalidez para o trabalho não eram ainda consideradas questões de Estado ou objeto das práticas médico-filantrópicas, assim também a prevenção, e principalmente a recuperação, não se generalizavam às camadas mais pobres.

Moncorvo Filho será a figura mais representativa do esforço em estender a norma médica à infância pobre e desvalida. Em um histórico sobre a assistência médica à infância no Brasil,³³⁸ ele apontará a negligência do Estado como responsável pelo desamparo e pelos altos índices de mortalidade infantil. Empreenderá com sua equipe verdadeira cruzada de conferências e conselhos gratuitos pelo Brasil a fora dirigidos principalmente às mulheres, em seus papéis de mães e esposas. Nas mães procurará inculcar-lhes a importância do aleitamento natural e do exame médico das nutrizes, as normas de higiene infantil, desqualificando, em contrapartida, todo um saber popular dos chás, das crendices e simpatias no trato do bebê e suas moléstias. Às esposas atribuirá a responsabilidade pela limpeza do lar, pela separação das crianças do quarto dos pais, pela permanência do marido em casa para evitar a frequência aos botequins, aos bordéis.³³⁹

³³⁶ *Assistência pública e privada...*, op. cit., p. 10.

³³⁷ *Idem*, p. 59.

³³⁸ MONCORVO FILHO. *História da proteção à infância no Brasil*, Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Editora Paulo Pongetti e Cia., 1926.

³³⁹ Alguns trabalhos de Moncorvo Filho e sua equipe:

A obra de proteção à infância, discurso, *Arquivos Latinos de Pediatria*, Buenos Aires, nº 6, 1920.

Infância da primeira idade, trabalho do Dispensário, Nota apresentada no 4º Congresso Médico Latino Americano, Rio de Janeiro, 1909.

Em 1901, funda no Rio de Janeiro o “Instituto de Proteção e Assistência à Infância”, o primeiro de uma série que logo espalhará filiais em muitas regiões do país.³⁴⁰ O Instituto tinha principalmente objetivos preventivos quanto ao nascimento de prematuros e de crianças doentias ou defeituosas, dando assistência às mães na gravidez, no parto e no aleitamento - o que politicamente traduzia preocupações de ordem eugênica e nacionalista, no sentido não apenas de aperfeiçoamento da raça das populações,³⁴¹ como de povoamento do solo brasileiro. Mas, perseguia outros alvos também ambiciosos: inspecionar as condições de vida das crianças pobres, dispensar proteção às crianças que recebiam maus tratos, entregues à mendicância ou moralmente exploradas e abandonadas; inspecionar as escolas públicas e particulares, o trabalho da mulher na indústria e o trabalho infantil. E os que nos interessam mais de perto: “manter o ‘Dispensário Moncorvo’ para tratamento das crianças pobres com preferência as que forem fisicamente defeituosas, anêmicas, raquíticas, debéis, etc., prodigalizando-lhes todos os recursos modernos da terapêutica e da higiene”, além de “concorrer para que sejam criadas, nos hospícios e casas de saúde, escolar para imbecis, idiotas, etc.”³⁴² Atendendo seu programa de tratamento dessas crianças, o Instituto mantinha serviço especializado, cujas instalações já prontas em vias de iniciar o funcionamento Franco Vaz

Cruzada humanitária, algumas palavras em torno do Instituto de Proteção à Infância, Rio de Janeiro, 1923.

Da assistência pública no Rio de Janeiro e particularmente da assistência à infância, Rio de Janeiro, 1907.

Proteção à infância, Rio de Janeiro, 1911.

Higiene infantil - preleções de curso popular, Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, 1917.

Higiene infantil - às mães pobres, Conferências no Dispensário Infantil, Rio de Janeiro, 1907.

³⁴⁰Margareth Rago registra, no início do século XX, as filiais do Instituto de Proteção e Assistência à Infância: Minas Gerais, Curitiba, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Santos. (Ver: *Do Cabaré ao...*, op. cit., p. 130); além da filial da Bahia. Ver: MAGALHÃES, Alfredo Ferreira de, *Album histórico do Instituto de Proteção e Assistência à Infância*, Bahia, Estabelecimentos dos Dois Mundos, 1920.

³⁴¹*Sobre a eugenia*, ver Capítulo II.

³⁴²FRANCO VAZ, *A infância abandonada*, Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Anexo a, Vol. II, 2ª. parte, 1905, p. 34.

descreve em 1905:

“Na sala de pedagogia, destinada à ortofrenopedia, isto é, à educação e tratamento das crianças epiléticas, idiotas, retardadas, etc, (...), vimos os variados aparelhos destinados a tão nobres fins, entre eles um quadro com uma lixa muito grossa e um retalho de veludo muito macio, para habituar os educandos, pelo tato, às duas espécies de sensações perfeitamente antagônicas - de aspereza e de doçura, de suavidade.”³⁴³

O serviço não se limitava a esta sala, incluía a seção de ginástica médica, além de atender também crianças surdas. Em 1907, Coelho Neto escreve no Suplemento Literário do Correio da Manhã sobre o Instituto que funcionava na rua Visconde de Rio Branco:

“Era de ver-se, à hora da consulta, na sala de espera a multidão de mulheres, algumas andrajosas, todas jungindo ao colo pequeninos enfermos. E o que os olhos contemplam naquela turba era comovedor - desde o monstro até a beleza: o deformado, produto de pais sífilíticos, trapos humanos, pele amarfanhada sobre esqueletos frágeis, cegos, apostemados, com corpos minando pus, sem força sequer para um vagido queixoso; outros desfalecendo, abrasados em febre, já consumidos pela tuberculose; outros ventrudos, pandeados pelo impaludismo; e ictéricos, cor de açafão, e verminosos, em escabujamento convulsivos, aleijados e, finalmente, os lindos, robustos filhos da gente sã, com uma camisinha de morim sobre o corpo rechonchudo, sorrindo, os gordos braços nus a espera da vacina. E todo esse pequeno mundo chorando, vagindo, tartareando, enchia a sala de um barulho de vida, na qual, infelizmente, predominava o acento doloroso.”³⁴⁴

E, mais adiante, outra cena no pátio:

“... um pequeno idiota taramelava um balbucio arrevezado, por vezes gritava em súbitos enfezamentos, arrepelava-se, churamingava,

³⁴³Idem, p. 32.

³⁴⁴COELHO NETO. *O instituto de Proteção e Assistência à Infância*. Crônica publicada no Suplemento Literário do “Correio da Manhã” em 30 de junho de 1907, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907, p. 10.

acolhendo-se aos braços de uma velhinha que o recebia compadecida, e um pequeno cego a um canto, enrolava uma caneta de papel sorrindo misteriosamente.³⁴⁵

A obra de Moncorvo Filho, nem tanto pelas práticas médico-pedagógicas especializadas que dispensava às crianças defeituosas, mas principalmente pela enorme difusão que tiveram seus preceitos preventivos, despertou a atenção para a necessidade de cuidados especiais àquelas crianças. Sob este ponto de vista, às poucas e acanhadas iniciativas oficiais não se pode atribuir a mesma importância. Desde meados do século XIX, quando foram fundados institutos para cegos e para surdos, estes pouco divulgaram seu trabalho, mesmo considerando os limites da cidade do Rio de Janeiro.

No início do século XX a elite brasileira havia despertado para os perigos que o sistema de trabalho nas fábricas produzia, enquanto resistência dos operários (greves, paralizações, sabotagens),³⁴⁶ ao lado das arruaças dos ajuntamentos populares. Era preciso ir mais além da disciplina estrita, da vigilância despótica sobre o comportamento do operário,³⁴⁷ e da aliança com a força policial. Attingir a criança, o futuro trabalhador, higienizar os hábitos maternos, interferir nas relações familiares e no espaço doméstico³⁴⁸ era uma tática bastante eficaz, não só de prevenir novas

³⁴⁵Idem, p. 16.

³⁴⁶As primeiras greves organizadas por trabalhadores na cidade são da mesma época [em torno de 1860]. Em 1857, registrou-se uma greve de tipógrafos; em 1866 uma greve de caixeiros; em 1890, o Deputado Tenente José Vinhais, eleito pelo Partido Operário, convoca uma greve geral para derrubar o governo de Deodoro da Fonseca; em 1898, greves dos cocheiros e condutores de bonde, dos funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil e dos operários de uma fábrica de tecidos." COIMBRA, Luiz Octávio, *Filantropia e realidade...*, op. cit, p. 45.

³⁴⁷A vigilância sobre o operário, a produção de uma eficiência para o trabalho e do fardo social que representavam aqueles que não queriam ou não podiam trabalhar são assuntos do Capítulo III desta tese.

³⁴⁸Essa intervenção era feita através de visitas domiciliares. Ao contrário da caridade que levava até a casa do pobre o pão para os que têm fome e a palavra de Deus para os espíritos famintos, as visitadoras distribuíam conselhos de moral e higiene e propagavam os princípios da obra filantrópica.

transgressões, como de abrandar as rebeliões dos adultos às imposições dos patrões, de evitar que as diversas associações de auto-proteção ao desamparo do trabalhador ganhassem caráter combativo de defesa e conquista de seus interesses. E, enquanto o Estado não assumir a responsabilidade pela assistência, a filantropia, atuando praticamente sozinha, viverá dos corações generosos dispostos a manter suas obras. Neste ponto, o Instituto é exemplar. O esforço militante de sua equipe nas principais regiões do país, a propaganda em torno da importância de sua missão disseminaram a simpatia e a adesão de novos colaboradores. Tal como as iniciativas da caridade, o Instituto vivia de esmolas,³⁴⁹ principalmente de seus beneméritos sócios. Distribuía alimentos, além de leite para as crianças (o serviço da “Gota de Leite”), contava com o trabalho das “Damas da Assistência”,³⁵⁰ que, segundo Coelho Neto: “... tem concorrido grandemente com a manutenção do Instituto, não só com a contribuição das associadas, como também promovendo a caridade e despertando nos corações bem formados interesse para a casa em que se salvam tantas criancinhas desvalidas”.³⁵¹

Como se pode ver, a obra filantrópica não esteve marcada pelo “espírito de impiedade” de que lhe acusava a caridade religiosa.³⁵² O pobre, o defeituoso, o desvalido, seguirão sendo o pobre-coitado das obras caridosas. Com a diferença que sobre ele cairá o autoritarismo das verdades científicas, que irão transferir a virtude e o pecado para a ordem moral e a doença. A esse respeito, o relatório de 1922 sobre a *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro*, ao lado das críticas que faz à falta de “método” e à desorganização das iniciativas na distribuição dos benefícios, a uma

³⁴⁹O texto de Coelho Neto traz a foto de uma incubadora com um incubado nascido com 6 meses e oito dias. Embaixo uma tabuleta: pede-se uma esmola. Op. cit., p. 21

³⁵⁰Ver: RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil - uma análise de sua construção*, Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Irsula, 1993, pp. 2 e 82.

³⁵¹*O instituto de proteção...*, op. cit., p. 15.

³⁵²Ver: RIZZINI, Irma, *Assistência à infância...*, op. cit., p. 60.

“assistência mal praticada e à caridade irrefletida” que só conseguem multiplicar o número de indigentes, naturaliza a pobreza, tanto no que se refere a causas individuais como sociais. Individualmente ela seria conseqüência da “fraqueza física e dos desfalecimentos morais”,³⁵³ e do ponto de vista social, um “fenômeno natural”, “uma enfermidade do organismo social, como a gota é uma enfermidade do corpo humano. Pode-se combater suas causas; pode-se paralisar o seu desenvolvimento e enfraquecer sua intensidade (...). Mas ninguém tenha a ilusão de que dia virá em que a gota tenha desaparecido da humanidade, não sendo menos quimérico esperar que desponte a aurora para uma sociedade que jamais tenha sofrido o flagelo da indigência”.³⁵⁴ E assim como uma doença endêmica, cujo mal não se consegue debelar por completo, mas ao menos remediar, a miséria entre nós brotava por todo lado e ainda contava com o descaso pela falta de uma “legislação adequada”: “Dez vezes multiplicando o número de instituições, ainda assim ele não seria bastante para as necessidades prementes”.³⁵⁵ A questão estaria em fazer o Estado administrar com mais eficiência a pobreza e não apropriar-se dela, o que seria promover o direito à assistência como um perigoso privilégio, e sim distribuí-la entre os ricos como um dever e um exemplo. “Um Governo que anunciasse que só ele concederia socorros completos aos indigentes, quaisquer que fossem as idades destes, carregaria um fardo enorme, aniquilaria a indústria, favoreceria a indolência do rico, do pobre mesmo, e quebraria a grande mola da sociedade - a beneficência privada. Dois laços poderosos devem ser empregados para socorrer a massa dos pobres: a beneficência governamental e a beneficência particular - uma limitada, variável e considerada sob todos os pontos de vista, como exemplo às classes abastadas; a outra respeitada como

³⁵³ *Assistência pública e privada...*, op. cit., p. 50.

³⁵⁴ *Idem*, *ibidem*.

³⁵⁵ *Idem*, p. 4.

um dever”.³⁵⁶ Liberar a assistência à iniciativa privada, incentivá-la com subsídios, manter a racionalidade do equilíbrio entre ricos e pobres, mesmo que para isso seja necessário aumentar ainda mais o fosso que os separa. Eis a tática do Estado liberal que, utilizando artificios sempre mais sofisticados, vem se consolidando a cada dia no Brasil.

Esse Estado que tem por objetivo gerir a população e cuja origem remonta ao século XVIII na Europa, veio se desenvolvendo no Brasil desde o século XIX, com a importante e pertinaz intervenção do poder médico. Trata-se do que Foucault chama de “governamentalização”, táticas de governo que definem “o que deve ou não competir ao Estado”,³⁵⁷ que postulam seus limites e astuciosamente permitem sua sobrevivência, e que se utilizando da “instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada por dispositivos de segurança”.³⁵⁸ Uma nova figura de governo se anuncia: a população. Não apenas o território que ela ocupa, mas principalmente seus movimentos, sua densidade, suas diferenças. Importante esquadrihá-la nos mínimos detalhes: as disciplinas e as estatísticas serão seus preciosos aliados. A primeira organizando-a individualmente no espaço, demarcando o tempo e a precisão de cada movimento, a segunda fotografando sua figura de corpo inteiro, revelando sob as lentes do detalhe a sua imperceptível anatomia.

O *Resumo histórico dos inquéritos censitários no Brasil* de 1920 revela que o “primeiro recenseamento da população do Brasil efetuou-se em 1808”, cujos resultados não mereceram crédito por ter sido feito para fins militares, “em vista da prevenção sempre presente da parte do povo contra operações censitárias, destinadas

³⁵⁶ Idem, p. 60.

³⁵⁷ FOUCAULT, Michel, *A governamentalidade*. In: *Microfísica do poder...*, op. cit, p. 292.

³⁵⁸ Idem, p. 293.

principalmente a orientar o Governo em matéria de recrutamento”.³⁵⁹ Em 1818, elevada a Colônia à categoria de Reino “determinou-se que se consultasse sobre a divisão dos antigos bispados e a criação dos que mais necessários parecessem”.³⁶⁰ As informações resultantes foram fornecidas em sua maioria pelos párocos, deixando de fora categorias não recenseadas e acrescentadas aos totais por cálculo arbitrário.

A população sempre via com desconfiança, senão com revolta, as tentativas de recenseamento por parte do governo. Foi o que aconteceu, principalmente nos estados do nordeste, “onde foi preciso reprimir os motins pelo emprego da força armada”,³⁶¹ onde a lei censitária de 1851 fora tomada como medida governamental de reescravização dos homens livres de cor. Não se tratava simplesmente de um boato sem fundamento, difundido por “agitadores que convenceram os habitantes incultos do interior”.³⁶² Há muito os donos da terra vinham tentando a aprovação do trabalho compulsório, e o decreto determinando o registro dos nascimentos e dos óbitos segundo a cor fizeram eclodir as revoltas. Em Pernambuco, “os rebeldes - conhecidos também por ‘maribondos’(sic) - temiam que o novo registro ajudasse as autoridades a forçar os homens de cor a trabalhar, e reuniram mil homens em Pau d’Alho. O governo provincial enviou dois batalhões de infantaria ao seu encontro, mas os rebeldes, tendo recebido garantias tranqüilizadoras, debandaram sem combater”.³⁶³

Finalmente, em 1872 se deu a execução de um recenseamento

³⁵⁹Trata-se de uma publicação que inclui dois trabalhos:

Investigação sobre os recenseamentos da população geral do império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje, de Joaquim Norberto de Souza e Silva; e *Resumo histórico dos inquéritos realizados no Brasil - recenseamento do Brasil, 1920*, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p. 171.

³⁶⁰*Resumo histórico...*, op. cit., p. 172.

³⁶¹Idem, p. 177.

³⁶²Idem, ibidem.

³⁶³EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança - a indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, UNICAMP, 1977, p. 213.

estatisticamente confiável, “o primeiro inquérito demográfico que realmente merece essa designação no Brasil”,³⁶⁴ ao mesmo tempo em que fora criada a “Diretoria Geral de Estatística”, por decreto de 1871. Foi também o primeiro censo que, além de esquadrihar a população por raça (brancos, pardos, pretos e caboclos), por sexo e pela condição livre ou escrava, distinguia por categorias as pessoas consideradas defeituosas: cegos, surdos-mudos, aleijados, dementes e alienados, num total de 83.621, para 9.930,478 habitantes,³⁶⁵ número posteriormente corrigido para 10.112.081.³⁶⁶

Encontravam-se assim distribuídos:

Cegos:

livres	:	13.339 (Homens: 7.949; Mulheres: 5.390)
escravos	:	2.504 (Homens: 1.515; Mulheres: 989)
total	:	15.843

Surdos-Mudos:

livres:	:	10.284 (Homens: 6.437; Mulheres: 3.847)
escravos	:	1.311 (Homens: 720; Mulheres: 591)
total	:	11.595

Aleijados:

livres:	:	33.253 (Homens: 23.437; Mulheres: 9.816)
escravos	:	7.598 (Homens: 4.689; Mulheres: 2.889)
total	:	40.831

³⁶⁴ *Resumo histórico...*, op. cit., p. 181.

³⁶⁵ *Quadros gerais - recenseamento da população do império, 1872.*

³⁶⁶ *Resumo histórico*, p. 182.

Dementes:

livres:	:	8.294 (Homens: 4.821; Mulheres: 3.473)
escravos	:	1.239 (Homens: 657; Mulheres: 582)
total	:	9.533

Alienados:

livres:	:	5.113 (Homens: 3.112; Mulheres: 2.001)
escravos	:	756 (Homens: 374; Mulheres: 332)
total	:	5.819

Depois do censo de 1872, outros que se seguiram procuraram incluir categorias de defeitos físicos, como os de 1890, 1990³⁶⁷ e 1920, sendo que este último arrolou somente cegos e surdos-mudos.³⁶⁸ O que se pode observar é que o censo de

³⁶⁷O IBGE não possui, em seus arquivos, documentos específicos sobre o levantamento de dados relativos às categorias dos defeitos físicos nos censos de 1890 e 1900. A esse respeito, foi possível apenas encontrar um volume sobre o recenseamento de 1890 onde consta um estudo sobre a população da cidade do Rio de Janeiro, de autoria de F. de A. BARBOZA: *Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890, Distrito Federal, cidade do Rio de Janeiro*, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1895

³⁶⁸Uma publicação sobre o censo de 1920 nos fornece as decisões internacionais para inclusão ou exclusão de algumas categorias de defeitos físicos: "Convém assinalar, entretanto, que o Congresso de São Petersburgo, realizado em 1872, ao contrário do que havia resolvido o Congresso de Londres em 1860, - restringindo à cegueira e à surdo-mudez o questionário referente aos defeitos físicos, - ampliou a órbita das indagações, considerando necessárias, além das respostas àqueles dous quesitos, outras pesquisas sobre várias espécies de imperfeição orgânica - idiotismo, cretinismo e alienação mental, - o que foi posteriormente confirmado pelo 'Instituto Internacional de Estatística', na sua sessão efetuada, 25 anos depois, na antiga capital da Rússia.

"Não obstante a autoridade dessa resolução, até agora em vigor, não tem sido, na prática, uniforme e regularmente adotada na maior parte dos países, procedendo da mesma forma o Brasil em 1920, contrariamente ao que havia feito em 1872, 1920 e 1900". E a justificativa para a inclusão de apenas duas categorias aparece mais adiante: "De acordo com a opinião de Block, que considera a cegueira e a surdo-mudez as mais importantes enfermidades aparentes (...) só deviam ser objeto de indagação obrigatória os dous aludidos defeitos físicos, - conforme fora recomendado em 1860 (...); entendendo, como Levasseur, que ao asilos de alienados compete o inquérito sobre as várias espécies de demência, por serem muito mais precisas as informações desses estabelecimentos de assistência no que diz respeito aos indivíduos anormais e imperfeitos, embora nem sempre os resultados obtidos representem a verdadeira medida da alienação mental". *Recenseamento do Brasil - realizado em 1 de setembro de 1920 - população do Brasil por estados e municípios, segundo defeitos físicos por idade, sexo e*

1872, ao contrário da decisão do Congresso de Londres de 1860, que restringia à cegueira e a surdo-mudez a levantamento dos defeitos físicos, ampliou a investigação aos dementes, alienados e aleijados. Na ausência de documentos específicos sobre o censo de 1872, a resposta à indagação sobre qual teria sido o critério para considerar um defeito físico relevante, a ponto de ser incluído nos quesitos do inquérito, será encontrada num relatório oficial sobre o censo de 1890 - em ambos o objetivo era verificar os índices de invalidez para o trabalho: "Procura-se com esta pesquisa conhecer a parte inválida de uma população para o trabalho comum e em certas regiões ela até abrange acidentes patológicos. O recenseamento de 1872 a incluiu no seu questionário (...)"³⁶⁹

A inclusão da demência e da alienação no censo de 1872 (sobre as quais não encontramos documentos da época que pudessem orientar os recenseadores quanto à sua distinção) pode denotar a influência do alienismo nessas classificações. Tal hipótese parece confirmar-se por ocasião do primeiro censo republicano de 1890, quando a cadeira de psiquiatria já havia sido criada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desde 1884.³⁷⁰ Este recenseamento foi mais minucioso, não só nos dados gerais da população, nas subdivisões das categorias de defeitos físicos, como

nacionalidade, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1928, Vol. IV, 3ª parte, pp. V e VI.

³⁶⁹ *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, em dezembro de 1890, Distrito Federal, cidade do Rio de Janeiro*, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1895, p. XXVIII.

Não foi possível descobrir no censo de 1890 o que foi considerado "acidentes patológicos" e em que "regiões" foi feita tal investigação.

³⁷⁰ "Até a década de 1880, é possível detectar-se o esboço de um saber alienista no Brasil expresso nos escritos médicos dedicados ao estudo da alienação mental e temas afins - entre os quais, teses das Faculdades de Medicina e memórias apresentadas à Academia Imperial de Medicina - que manteria, em linhas gerais (...) nos textos da década de 1830. Evidentemente que durante meio século as concepções se sofisticariam e incorporariam algumas reformulações e inovações desenvolvidas pela medicina mental, sobretudo francesa. Entretanto, as renovações que teriam assegurado a recuperação da credibilidade e a consolidação do alienismo francês só seriam absorvidas de maneira mais ampla e profunda pelos médicos brasileiros a partir dos anos 1880." ENGEL, Magali Gouveia, *A loucura na*

procurava também investigar os efeitos da consangüinidade, o que se pode observar nos itens do inquérito: “O recenseamento foi efetuado por meio de boletins, ou listas de família, nos quais se perquiriam as condições da população: 1º, quanto às características dos habitantes isoladamente (nome, sexo, idade, estado civil, cor, filiação, naturalidade, nacionalidade dos pais, defeitos físicos e residência); 2º, quanto à família (nome de cada um dos conjuges, ano de nascimento, número de matrimônios, grau de parentesco do casal e número de filhos vivos e já falecidos, segundo o sexo e também relativamente aos defeitos físicos); 3º, quanto à sociedade (nome, nacionalidade, relação com o chefe da casa, instrução, culto, profissão, título científicos, literário ou artístico e renda)”³⁷¹ Será no já citado relatório oficial sobre a população da cidade do Rio de Janeiro, que inclui uma ampla análise das estatísticas quanto aos efeitos da consangüinidade, que encontraremos a marca do saber psiquiátrico na maior precisão das categorias e nos critérios de invalidez para o trabalho: “Na exposição de motivos do plano que propôs e foi seguido, o Dr. Timótheo da Costa, preferiu, por mais apropriado, o termo idiota ao termo demente, adotado em 1872, suprimiu a alienação mental, por ser moléstia de possível cura e acrescentou a surdez, causa orgânica de inabilitação

cidade do Rio de Janeiro - idéias e vivências (1830-1930), Campinas, Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História, UNICAMP, 1995, p. 152. Op. cit.

³⁷¹ *Resumo histórico...*, op. cit., p. 183. Os grifos são nossos.

“Lembre-se que o governo republicano acabaria por aprovar uma lei que proibia os casamentos consangüíneos na qual a consangüinidade incluía não apenas os irmãos e irmãs - mas também primos e primas, tias, tios, sobrinhos e sobrinhas (ef. Art. 7º, Decreto nº 181, de 24-01-1890).” ENGEL, Magali Gouveia, *A loucura na cidade do...*, op. cit., p. 232.

parcial".³⁷² Ou seja: idiotas não serão mais dementes e os loucos não serão mais inválidos.

Dos poucos documentos encontrados pode-se extrair algumas observações interessantes, ainda que provisórias. Em primeiro lugar, a insistência médica na curabilidade dos alienados, o que supõe a possível reabilitação para o trabalho, e a conseqüente incurabilidade dos demais. Em segundo lugar, a existência dos estabelecimentos oficiais para educação de cegos e de surdos, com quase 40 anos de funcionamento em 1890, não foi suficiente para alterar os critérios de inabilitação para o trabalho - cegos e surdos continuarão incuráveis. E, por último, a constatação de que os índices dos considerados aleijados (sem distingui-los em mutilados, deformados ou paralíticos) atingiam quase a metade dos defeituosos,³⁷³ não provocou qualquer iniciativa pública ou privada de recuperação dessas pessoas.³⁷⁴ Sob este ponto de vista, o Brasil

³⁷² *Recenseamento geral... 1890...*, op. cit., p. XXVIII.

A mesma publicação apresenta o confronto entre o censo de 1870 e o de 1890, no que se refere aos defeitos físicos na cidade do Rio de Janeiro (idem, ibidem):

Números Absolutos

Defeitos Físicos	1872			1890		
	H	M	T	H	M	T
cegos	216	152	368	513	264	777
surdos-mudos	131	78	209	100	48	148
surdos	-	-	-	574	239	813
idiotas	-	-	-	289	138	427
aleijados	627	179	806	2.186	547	2.733
dementes	94	64	158	-	-	-
alienados	291	140	431	-	-	-
Totais	1.359	613	1.972	3.662	1.236	4.898

Proporcionalidade 1: 10.000 (p XXIX)

Defeitos Físicos	1872			1890		
	H	M	T	H	M	T
cegos	7	5	12	10	6	16
surdos-mudos	4	2	6	2	1	3
surdos	-	-	-	11	5	16
idiotas	-	-	-	6	3	9
aleijados	22	6	28	42	11	53
dementes	3	2	5	-	-	-
alienados	10	6	16	-	-	-
Totais	46	21	67	71	26	97

População total de direito: 515.559, (p 245).

População de fato: 522.651: homens: 293.657 e mulheres: 228.994, (p. 36).

³⁷³ No Rio de Janeiro, em 1890, os aleijados constituíam mais da metade dos considerados defeituosos. Ver nota anterior.

³⁷⁴ É bem possível que neste contingente comparativamente tão alto dos considerados aleijados estivessem incluídos os soldados da Guerra do Paraguai. Para estes, foi construído o Hospital dos

permanecia atual. No século XIX a França, com raras exceções, não dispensou melhor tratamento aos seus incuráveis: quando a família se achava impossibilitada de mantê-los, o seu destino era o hospital - espaço asilar de reclusão da miséria.³⁷⁵ Mesmo no início do século XX, com a entrada em cena da criança anormal, o saber médico-pedagógico que, no seu afã classificatório já diferenciava uma gama imensa de inadaptados, assimilou certos defeitos físicos, como os portadores de perturbações motoras mais graves, aos atrasados mentais e, portanto, não dirigiu àqueles qualquer atenção especial.³⁷⁶

Corpos deformados ou descompassados no tempo da economia do gesto e dos movimentos para a eficiência disciplinar seguirão sendo, ainda por muitos anos, os corpos pesados do fardo social e da tutela médico-filantrópica.

4. *Institucionalizações da Psiquiatria e os Discursos Médico-Pedagógicos: A Criança Anormal*

Uma outra linha dos processos de institucionalização, além da que vem sendo delineada, deverá retomar agora o que em parte já havia sido enunciado em capítulos anteriores:³⁷⁷ a psiquiatrização do idiota e o nascimento da criança anormal. Antes, porém, algumas poucas considerações sobre o uso do termo institucionalização que nos tem acompanhado ao longo deste capítulo.

Inválidos da Pátria. inaugurado em 1868, na Ilha de Bom Jesus, na Baía de Guanabara. Trinta anos após a sua inauguração estava em completa decadência. Sofreu reformas naquele final de século para receber nova leva de soldados doentes e mutilados da Guerra dos Canudos. Ver: SILVA, Otto Marques da, *A epopéia ignorada...*, op. cit.

³⁷⁵Ver: STIKER, Henri-Jacques, *Corps infirmes...*, op. cit., pp. 125 e 126.

³⁷⁶Ver: VIAL, Monique. *Les enfants 'anormaux' - note sur les nomenclatures au début du XX siècle*. In: *Handicaps et inadaptations - Les cahiers du C.T.N.E.R.H.I.*, nº 50, 1990, pp. 49 a 55.

³⁷⁷Ver, principalmente, o final do Capítulo III.

Em primeiro lugar, institucionalização enquanto processo, acha-se referida à perspectiva genealógica da história, cuja pesquisa dos começos sacrificará o reconhecimento das identidades adormecidas no passado, lá onde repousariam em paz as origens do que nós somos. Começos não são causas, mas ebulição de rupturas, emergência de diferenças. Não existiriam, então, heranças do passado? Proveniências no tempo não são elos do desencadeamento de uma seqüência contínua e/ou causal pronta para explicar a história por espécie de atavismo das tradições - "... não nos enganemos; essa herança não é uma aquisição, um bem que se acumula e se solidifica, é antes um conjunto de falhas, de fissuras, de camadas heterogêneas que a tornam instável, e, no interior ou de baixo, ameaçam o frágil herdeiro".³⁷⁸ "O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos",³⁷⁹ nos adverte Michel Foucault.

Em segundo lugar, institucionalização refere-se, portanto, à produção histórica de formas gerais que são as instituições que, uma vez constituídas, produzem e reproduzem relações de força (dominações, lutas e resistências) que engendraram em determinada época e que se instrumentam nos estabelecimentos e nos dispositivos de poder que as mantêm. Sob este ponto de vista, o processo de institucionalização sustenta-se nas práticas mais ou menos discursivas das separações, não apenas a exclusão do leproso ou o enclausuramento do louco, por exemplo, mas também a validação que os saberes promovem através das classificações, das especializações e suas verdades estabelecidas.

Assim, as distinções/separações entre normalidade e anormalidade que permeiam toda a construção do saber psiquiátrico, não guardaram historicamente a

³⁷⁸FOUCAULT, Michel, *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: *Microfísica...*, op. cit., p. 21.

³⁷⁹Idem, p. 22.

seqüência lógica que lhes seria inerente: a normalidade como primeira e constitutiva da segunda, a anormalidade que é a sua negação. Ao contrário, a anormalidade foi a condição de possibilidade para a constituição da normalidade, tudo que excedia à ordem dominante, que transbordava dos controles sociais: transgressão necessária à instauração da norma, necessária também à sua manutenção.³⁸⁰ Do mesmo modo, a antecendência dos saberes infames e sua captura pela ciência, que os incorpora e reinscreve segundo novos rótulos de desqualificação do senso comum, não é novidade na psiquiatria. Sem questionar a fragilidade teórica do alienismo frente aos outros saberes científicos emergentes do século XIX,³⁸¹ o certo é que aquele absorveu e legitimou boa parte das visões leigas sobre a alienação. Das expressões fisionômicas (a fisiognomonia) às proporções da face e do crânio (a frenologia), da fealdade aos estigmas físicos das degenerescências, até mesmo os cheiros característicos de certas doenças (a osfresiologia),³⁸² muito do que popularmente se atribuía aos loucos e aos idiotas desde o século XVIII, ou mesmo antes, foi incorporado ao alienismo. Defeitos físicos ou mentais poderiam provir dos estados de alma dos pais no momento da concepção, o excesso de trabalho intelectual (“surmenage”)³⁸³ poderia levar à loucura e à idiotia, eram idéias médicas que se aproximavam das convicções do senso comum, sendo que algumas

³⁸⁰Ver: CANGUILHEM, Georges. *O anormal e o patológico*, op. cit., p. 216:

“O anormal, enquanto a-normal, é posterior à definição do normal, é a negação deste. No entanto, é a anterioridade histórica do futuro anormal que provoca a intenção normativa. O normal é o efeito obtido pela execução do projeto normativo, é a norma manifestada no fato. Do ponto de vista do fato há, portanto, uma relação de exclusão entre o normal e o anormal. Esta negação, porém, está subordinada à operação de negação, à correção reclamada pela anormalidade. Não há, portanto, nenhum paradoxo em dizer que o anormal, que logicamente é o segundo, é existencialmente o primeiro.

³⁸¹Ver: CASTEL, Robert, *A ordem psiquiátrica...*, op. cit., p. 117.

³⁸²A respeito da osfresiologia escreve Franco da Rocha: “Como quer que seja, a osfresiologia (o grifo é do autor) é um estudo que pode dar resultados na prática, e a prova é que todos os autores de bons livros fazem referências aos diversos cheiros na semeiologia de quase todas as moléstias. A diferença toda, nesta espécie de sintoma, é que os cheiros só podem ser definidos por comparação, mas àqueles que adquirem prática para seu uso, pouco importa o nome do cheiro” (o grifo é do autor). *Fragments de psiquiatria*, Hospício de São Paulo, Tipografia Litografia Ribeiro, 1895, p. 49.

³⁸³O ‘surmenage’ já foi mencionado em páginas anteriores deste capítulo.

sobrevivem até nossos dias.

Já vimos no Capítulo II, através dos registros das visitas do Santo Ofício ao Brasil no final do século XVI, como o saber popular distinguia o mentecapto (fraco de juízo) do doido (de atirar pedras), a propósito do julgamento de Brites Fernandes. Essa visibilidade que o senso comum atribuía à fraqueza de entendimento e às manifestações de agressividade perdurará, de certo modo, nos trabalhos dos primeiros médicos brasileiros com a associação da loucura ao delírio e à fúria como sinal de enlouquecimento, assim como à idiotia o enfraquecimento da inteligência. Perderá, entretanto, ao longo do século XIX, com a teoria da degenerescência, a evidência das marcas das superfícies, deslocando-se para as profundezas invisíveis do corpo, até constituir-se, de forma mais abrangente, como doença mental.³⁸⁴ Nem sempre visível aos olhos leigos, só um especialista estaria, então, apto a diagnosticá-la nos hospitais ou a periciá-la nos tribunais. O verdadeiro sujeito desse saber está aí constituído - o psiquiatra.

Marcada por causas orgânicas, por estigmas físicos, considerada incurável, questionada enquanto doença, a idiotia custou mais a adquirir essa invisibilidade nosográfica da psiquiatria. Nem por isso deixou de ser, desde o início, assimilada à alienação e à doença mental, quer nos discursos, quer nas práticas de enclausuramento. É este ponto que nos interessa: a institucionalização do idiota pelo psiquiatra e que, por extensão, fez nascer no início do século XX a criança anormal.

Sabe-se que “o ato fundador de Pinel não é retirar as correntes dos alienados, mas sim o ordenamento do espaço hospitalar. Através da ‘exclusão’, do

³⁸⁴Ver a respeito da constituição histórica da loucura como doença mental no Rio de Janeiro: ENGEL, Magali Gouveia, *A loucura na cidade do...*, op. cit.

'isolamento', do 'afastamento' para prédios distintos, as categorias misturadas no enclausuramento são desdobradas em tantas quantas forem as razões para se tornar um assistido: pobreza, velhice, solidão, abandono pelos parentes, doenças diversas. A categoria de loucura se destaca, então, em sua especificidade decantada dessas cumplicidades ligadas pela universalidade da desgraça. E, dessa maneira, ela se tornou doença. A partir do momento em que é isolado em seu próprio espaço, o insano aparece, sem dúvida, seqüestrado como os outros, porém, por outras razões. Por causa de doença. O que quer dizer isso? O que é doença mental?"³⁸⁵ Esta indagação de Castel encontra, pelo menos em parte, resposta na "distribuição metódica dos insanos" e que introduziu, por si própria, uma racionalidade da doença",³⁸⁶ cuja justificativa é dada pelo próprio Pinel, quando propõe a classificação dos internos: "Um hospício de alienados (...) é destituído de um objeto fundamental se, através de sua disposição interior, não mantiver as diversas espécies de alienados num tipo de isolamento, não for capaz de separar os mais furiosos daqueles que são tranquilos, não evitar suas comunicações recíprocas a fim de impedir recaídas e facilitar a execução de todos os regulamentos de polícia interior ou a fim de evitar anomalias inesperadas na sucessão do conjunto de sintomas que o médico deve observar e descrever".³⁸⁷

Foi, portanto, neste conjunto das "diversas espécies de alienados" que o idiota foi incluído. Como isto aconteceu? Desvalido, abandonado, inútil para o trabalho, e sobretudo incurável, ele o era tal como os demais. Às vezes era ao mesmo tempo surdo, cego ou paralítico. Outras vezes, considerado capaz para certos trabalhos, como o imbecil. O que o aproximou do alineado, já que não apresentava a característica

³⁸⁵CASTEL, Robert, *A ordem psiquiátrica...*, op. cit., p. 83.

³⁸⁶Idem, *ibidem*.

³⁸⁷PINEL, P., *Traité médico-philosophique sur l'aliénation ou la manie*, 2^a ed., Paris, 1809, pp. 193 e 194. *Apud*: CASTEL, Robert, *A ordem psiquiátrica...*, op. cit., pp. 83 e 84.

fundamental da alienação que era o delírio? Por que, reconhecido desde logo em sua organicidade, não foi absorvido pela medicina clínica? Não foi assim tão evidente a assimilação do idiota pela psiquiatria como pode parecer à primeira vista. Se poderia pensar que a proposta de Pinel não separava o idiota do alienado por ausência de distinção desta categoria na composição dos critérios que seu saber médico propunha. Entretanto, Pinel sabia do que estava falando: considerava o que chamou de “idiotismo” a “abolição mais ou menos absoluta seja das funções do entendimento, seja das afecções do coração”,³⁸⁸ de origem inata ou adquirida; como também, o distinguia da demência: “No idiota há uma paralisia, uma sonolência de ‘todas as funções do entendimento e das afecções morais’, seu espírito permanece imobilizado numa espécie de estupor. Na demência, pelo contrário, as funções essenciais do espírito pensam, mas pensam no vazio e, por conseguinte, com extrema volubilidade”.³⁸⁹

Contudo, não se deve pensar que tal distinção significa uma evolução de conceitos anteriores sobre a idiotia porque, como afirma Foucault: “Pode ser que, de um século para outro não se fale ‘das mesmas doenças’ com os mesmos nomes, mas isso é porque, fundamentalmente, não se trata ‘da mesma’ doença.”³⁹⁰ Apenas o que transparece no decorrer do século XVIII é o ganho de positividade das antigas figuras do desatino; “como aí conseguiram, cada uma delas, uma coesão própria e como chegaram a manifestar de modo positivo a negatividade da loucura”,³⁹¹ observa Foucault. Positividade do negativo que terá sua expressão mais radical no século XIX,

³⁸⁸PINEL, P., *Traité médico-philosophique sur l'aliénation ou la manie*, an IX, pp. 166 a 174. *Apud*: GATEAUX-MENNECIER, Jacqueline, *Bourneville et l'enfance aliénée - l'humanisation du déficient mental au XIX^e siècle*, Paris, s/d., p. 57.

³⁸⁹FOUCAULT, Michel, *História da loucura...*, op. cit., p. 261.

³⁹⁰Idem, p. 214.

³⁹¹Idem, p. 251.

na monstruosidade do idiota.³⁹² Assim, o que os séculos XVII e XVIII reconhecia como ‘dementia’, ‘amentia’, ‘morosis’, ‘stupiditas’, ‘fatuitas’, não se tratava da mesma categoria que o século XIX passou a chamar de idiotia ou imbecilidade. A demência, por exemplo, considerada como uma perturbação dos órgãos do pensamento, era “a possibilidade aberta de todos os sintomas possíveis da loucura”.³⁹³ A ela também era atribuída, no século XVII, a ‘stupiditas’, a falta de juízo e da razão, embora não fosse este seu defeito primeiro. No século XVIII a demência passa a ser considerada uma perturbação das fibras que chegam ao cérebro e comunicam impressões sensíveis trazidas pelos espíritos animais. Essas perturbações podem ser causadas pelas intoxicações do ópio, pela mandrágora e a cicuta, por mordidas de morcego ou por certas doenças incuráveis. Com mais freqüência “deve-se procurar a causa da demência no cérebro, quer por apresentar uma malformação congênita e ter um volume demasiado pequeno para o bom funcionamento das fibras e a boa circulação dos espíritos”.³⁹⁴ O distúrbio das fibras é também descrito por Sauvages no que é chamado de ‘amentia’: ‘amentia seniles’, por rigidez das fibras; ‘amentia serosa’, por acúmulo de serosidade no cérebro; ‘amentia a venenis’, causada pelo ópio; ‘amentia microcephalica’, pela cabeça demasiado pequena; ‘amentia a siccitate’, pelo esfriamento ou coagulação das fibras. Seja qual for a causa da demência (rigidez, resfriamento das fibras, moleza do encéfalo, uso do ópio, tumor, vermes encefálicos, pequenez ou deformações do crânio) são “todas elas causas positivas, mas que levam sempre ao mesmo resultado negativo - à ruptura do espírito com o mundo exterior e com o verdadeiro”.³⁹⁵ Certas distinções no grupo das demências começam a aparecer, tanto no que concerne às idades em que se manifestam,

³⁹²A monstruosidade do idiota é assunto do Capítulo I.

³⁹³Idem, p. 253.

³⁹⁴Idem, p. 255.

³⁹⁵Idem, p. 257.

quanto à diferenciação entre demência e estupidez. Embora a classificação por idade não signifique diferença nos sintomas, tampouco na natureza da doença, no começo do século XVIII a demência, como incapacidade de raciocinar, recebeu denominações diferentes quando manifestada na infância, chamada 'besteira ou patetice', imbecilidade na idade adulta; e, na velhice, 'disparate' ou 'condição infantil'.³⁹⁶ Curiosa é uma das distinções que o século XVIII estabelece entre demência e imbecilidade: "A estupidez age no próprio domínio da sensação; a imbecilidade é insensível à luz e ao ruído; o demente é indiferente a isso; o primeiro nada recebe, o segundo não cuida do que lhe é dado. A um é recusada a realidade do mundo exterior; ao outro, sua verdade não importa. (...) Tratando a demência como uma perturbação do juízo e a estupidez como deficiência da sensação, não se está correndo o risco de confundir um cego ou um surdo-mudo com um imbecil?".³⁹⁷ A questão talvez tivesse mais a ver com a surdo-mudez do que com a cegueira, segundo informação que Foucault nos dá em nota de pé de página: "Durante muito tempo, na prática, se considerará a imbecilidade como uma mistura de loucura e enfermidade sensorial. Uma ordem de 11 de abril de 1779 prescreve à Superiora da Salpêtrière que receba Marie Fichet, conforme relatórios assinados pelos médicos e cirurgiões, 'que constatam que a dita Fichet nasceu surda-muda e demente'.³⁹⁸ Portanto, não se pode dizer que se trata da mesma enfermidade que o século XIX chamou de idiotia: "O que existe na alma ou na atividade do espírito mais próximo da sensação é como que paralisado pelo efeito da imbecilidade, enquanto na demência o que é perturbado é o funcionamento da razão, no que ela pode ter de mais livre, de mais isolado da sensação".³⁹⁹ De qualquer forma, seja por um defeito na recepção das

³⁹⁶Idem, p. 260.

³⁹⁷Idem, ibidem.

³⁹⁸Idem, p. 261.

³⁹⁹Idem, ibidem.

sensações (no imbecil), seja pelo completo desinteresse pelo que lhe chega através dos sentidos (no demente), em ambos o mesmo erro do delírio.

O século XIX, embora admitindo graus para a idiotia, fixou-a definitivamente na abolição das faculdades intelectuais. Esquirol será um marco a orientar boa parte das teses brasileiras a esse respeito. Reconhecendo a idiotia não como uma doença mas como um estado, uma parada no desenvolvimento, ele afirma: "A idiotia não é uma doença, é um estado no qual as faculdades intelectuais não se manifestam jamais, ou não puderam se desenvolver o suficiente para que o idiota pudesse adquirir os conhecimentos relativos à educação que recebem os indivíduos de sua idade, e colocados nas mesmas condições que eles. A idiotia começa com a vida ou na idade que precede o desenvolvimento completo das faculdades intelectuais e afetivas; os idiotas são aqueles que o serão durante todo o curso de sua vida, e neles tudo revela uma organização imperfeita ou uma parada no seu desenvolvimento. Não se concebe a possibilidade de mudar tal estado".⁴⁰⁰ E, ao diferenciá-la da demência, apresenta a metáfora bem conhecida dos historiadores da psiquiatria: "O homem demente acha-se privado dos bens que gozou outrora. É um rico que ficou pobre; o idiota esteve sempre no infortúnio da miséria".⁴⁰¹

⁴⁰⁰ESQUIROL, E. *Des maladies mentales, considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-légal*, Paris, Chez J.B. Baillière, 1838, 2 V., p. 284 (Tome Second).

"L'idiotie n'est pas une maladie, c'est un état dans lequel les facultés intellectuelles ne se sont jamais manifestées, ou n'ont pu se développer assez pour que l'idiot ait pu acquérir les connaissances relatives à l'éducation qui reçoivent les individus de son âge, et placés dans les mêmes conditions que lui. L'idiotie commence avec la vie ou dans cet âge qui précède l'entier développement des facultés intellectuelles et affectives; les idiots sont ce qu'ils doivent être pendant tout le cours de leur vie, tout décèle en eux une organisation imparfaite ou arrêtée dans son développement. On ne conçoit pas la possibilité de changer cet état."

⁴⁰¹Idem, p. 285.

"L'homme en démence est privé des biens dont il jouissait autrefois. C'est un riche devenu pauvre; l'idiot a toujours été dans l'infortune de la misère."

Em comparação com o louco, o alienismo livresco dos médicos brasileiros pouco se interessou diretamente, no século XIX, em pelo menos descrever ou reproduzir com mais detalhes o que encontravam nos manuais estrangeiros, principalmente franceses, sobre o idiota.⁴⁰² Poucas linhas resumiam a obra de Esquirol, suas classificações (mania, monomania, idiotia e demência), as distinções entre idiotia e demência, as rápidas menções à incurabilidade do idiota e observações sobre o seu comportamento moral. É o caso da primeira tese brasileira sobre a alienação mental, defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pelo doutorando Antônio Luiz da Silva Peixoto, em 1837. Ele descreve em poucas linhas os imbecis (“aqueles que sem ter bastante inteligência para exercer as funções ordinárias da sociedade, são todavia suscetíveis de algum fundo de educação”),⁴⁰³ e estende as características da demência ao idiotismo, “com a diferença, porém que aquela provém da oblituração ou o

⁴⁰² Algumas teses brasileiras e trabalhos publicados sobre a alienação mental que se referiram à idiotia no século XIX:

PEIXOTO, Antônio Luiz da Silva, *Considerações gerais sobre a alienação mental*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. e Livraria de L.A. Burgain, 1837.

LEÃO, Geraldo Franco de, *Analogias entre o homem são e o alienado, e em particular, sobre a monomania*, Tese, idem, Tip. Universal de Laemmert, 1842.

FIGUEIREDO, Agostinho José Ignácio da Costa, *Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental*, Tese, idem, Tip. de Teixeira e Cia., 1847.

MONTEIRO, Manoel Antônio Dias de Castro, *Alienação mental debaixo do ponto de vista médico-legal*, Tese, idem, Tip. de Nicolao Lobo Vianna Junior, 1852.

FONSECA, Cândido José Coutinho, *Da alienação mental debaixo do ponto de vista médico-legal*, Proposições da tese, idem, Tip. Universal de Laemmert, 1853.

REIS, Antônio Freire da Silva, *Dos sintomas fornecidos pelas funções intelectuais*, Proposições da tese, idem, Tip. Universal de Laemmert, 1860.

CULLEN, João, *Das doenças do cérebro e suas membranas*, Tese, idem, para o exercício da medicina no Brasil, Tip. Francesa de Frederico Arfvedson, 1862.

REIS, Dionízio Carlos de Azevedo, *Sintomas fornecidos pelas funções intelectuais*, Proposições da tese, idem, Tip. da Atualidade, 1863.

SANTOS, Augusto Ferreira dos, *Legislação e jurisprudência relativas às afecções mentais. Da influência de certos estados fisiológicos e patológicos sobre a liberdade moral*, Tese, idem, Tip. Acadêmica, 1875.

ANDRADE, Nuno de, *Da natureza e do diagnóstico da alienação mental* (artigo), *Anais Brazilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, jun-dez, 1879, nº 1 e 2, pp. 4 a 30, 156 a 184; jan-dez, 1880, nº 1 a 4, pp. 18 a 41, 141 a 214, 311 a 326, 488 a 517; jan-mar, 1881, nº 3, pp. 255 a 292.

ROCHA, Franco, *Fragmentos de psiquiatria*, Hospício de São Paulo, Tip. Lit. Ribeiro, 1895.

⁴⁰³ *Considerações gerais sobre a alienação mental*, op. cit., nota anterior, p. 2.

enfraquecimento acidental da inteligência, no entanto que este é primitivo ou congênial.⁴⁰⁴ Paradoxalmente, após atribuir ao idiota os caracteres do demente (apatia, não ouvem, não falam, insensibilidade à dor e ao frio, imundície), acrescenta ao idiota, além dos aspectos libidinosos, o roubo, a astúcia “capaz de enganar qualquer pessoa”.⁴⁰⁵ Em 1847, a tese de Agostinho José Ignácio da Costa Figueiredo introduz por sua “própria conta” a imbecilidade, não como uma variedade da idiotia, mas como uma outra ‘entidade nosográfica’ que, segundo o autor, “nem é idiotia, nem demência; o idiota nasce tal, o imbecil pode assim nascer ou depois tornar-se tal em consequência de alguma enfermidade”,⁴⁰⁶ acrescentando outras características na distinção: “aquele tem vício de conformação, no entanto que neste podem encontrar-se harmoniosas conformações; o idiota não tem expressão alguma em sua fisionomia, no entanto que o imbecil apresenta; o idiota não faz esforços para compreender coisa alguma, no entanto que o imbecil claramente mostra que se entrega a esse trabalho; e até é suscetível de afetos, circunstância que se não nota em nenhum idiota; o imbecil é suscetível de cura, o idiota não (...)”.⁴⁰⁷

Aliás não é difícil entender tantas imprecisões, tantas hesitações, não só no domínio da idiotia, que afinal não era o foco das atenções desses doutorandos, como o domínio da própria loucura, que talvez lhes despertasse maior curiosidade. Magali Engel nos fornece uma boa razão para o fato: “...Por outro lado, a ausência de uma cadeira especialmente destinada aos estudos sobre a doença mental nas Faculdades de Medicina do Império faria com que poucos desenvolvessem suas teses num terreno tão movediço da medicina. Por outro lado, não havia a menor articulação entre a produção

⁴⁰⁴Idem, p. 18.

⁴⁰⁵Idem, ibidem.

⁴⁰⁶*Breve estudo sobre algumas...*, op. cit., nota anterior, p. II.

⁴⁰⁷Idem, ibidem.

das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e as vivências cotidianas das instituições asilares destinadas, exclusivamente, aos alienados. Conforme observaria o Dr. José Pereira Rego, ao contrário dos asilos europeus, o Hospício de Pedro II (inaugurado em 1852, no Rio de Janeiro) nunca teria aberto suas portas a ‘médicos ou estudantes estranhos ao estabelecimento’, interessados no estudo clínico das moléstias mentais. Deste modo, diferentemente do que ocorria em alguns países europeus onde o surgimento do asilo esteve desde o início associado à produção de um saber especializado e, portanto, à própria constituição da medicina mental, no Brasil, o Hospício de Pedro II permaneceria até meados da década de 1880 como um espaço distante do mundo acadêmico e, como este, limitado à mera reprodução do saber alienista, sobretudo de origem francesa”.⁴⁰⁸

Mas, se por um lado essa nossa ‘protopsiquiatria’ era unânime nas ralas considerações sobre a idiotia, principalmente quanto à sua incurabilidade, ao caráter visível de sua organicidade, por outro, a medicina higienista ampliou a visibilidade moral da idiotia e fê-la atravessar quase todos os seus discursos: ela esteve presente quando se tratava da higiene dos casamentos, da consangüinidade, da influência dos pais sobre a prole no momento da concepção, da herança das degenerescências, do regime dos colégios internos. É que, além da monstruosidade orgânica, o idiota serviu de modelo à monstruosidade moral,⁴⁰⁹ deslocando a animalidade do louco para segundo plano. Vejamos como isto se deu:

Segundo Foucault, a época clássica (séculos XVII e XVIII) não fez com clareza a exclusão distintiva entre loucura e crime, ao contrário, fazia implicarem-se em

⁴⁰⁸ *A loucura na cidade...*, op. cit., pp. 152-3.

⁴⁰⁹ Ver no Capítulo I: *O idiota: monstro completo*, e no Cap. II: *Sexo anormal dos anormais*.

ambos a mesma marca da maldade, a mesma vontade insana. “No mundo do internamento, a loucura não explica nem desculpa coisa alguma; ela entra em cumplicidade com o mal a fim de multiplicá-lo, torná-lo mais insistente e perigoso e atribuir-lhe novas caras”.⁴¹⁰ Na Bastilha ou em Bicêtre era possível encontrar as mesmas formas desvairadas de loucura, de quimera, de crime, de desregramentos dos costumes e de demência. Entretanto, a imoralidade irracional comportava modulações. O enclausuramento dos desatinados os retirava dos olhares públicos, muitas vezes a pedido das famílias, por suscitar vergonha ou perigo social, evitava a exposição para salvar a honra e a religião e para que o castigo se tornasse ainda mais efetivo pelo esquecimento. Mas, “nesse segredo existe uma exceção. A que é feita em relação ao louco”.⁴¹¹ Mesmo após o fechamento dos grandes asilos-prisões, aqueles loucos considerados bestas-feras eram exibidos aos domingos por um ‘penny’ nos hospitais de Bethlem, como distração dominical em Bicêtre, na feira de Saint-Germain, ou nos espetáculos de Chareton no início do século XIX. Exposição da inumanidade do louco da qual a humanidade do homem já havia sido abolida. Exposição de monstros que a indignação dos alienistas irá incumbir-se de proibir, logo no início do século XIX.

Pois essa animalidade, a destituição completa da condição humana, esse reino da bestialidade será gradativamente ocupado pela figura do idiota, não apenas na

⁴¹⁰*História da loucura...*, op. cit., p. 138.

Segundo Foucault, não foram tão homogêneas as composições e exclusões dos desatinados na época clássica. O grande internamento, que misturava criminosos suspeitos, loucos, venéreos, imorais e insanos, conviveu por muito tempo com a separação dos lunáticos curáveis no hospital de Bethlem e loucos no Hôtel Dieu. Estes últimos, embora não tivessem o mesmo caráter médico dos hospitais de nossos dias, não eram casas de correção como o grande internamento do Hospital Geral, onde os internos foram muito mais numerosos. Contudo, aqueles estabelecimentos de tratamento não significavam um progresso em relação ao internamento - foram tão somente formas residuais arcaicas, de origem árabe (principalmente na Espanha), que tenderam ao desaparecimento a partir do século XVIII. A reforma de Pinel e a objetivação da doença mental pela medicina psiquiátrica não podem ser consideradas um aperfeiçoamento daquelas antigas formas de tratamento. Ver: Idem, pp. 111 a 134.

⁴¹¹Idem, p. 146.

curiosidade popular, nas feiras ou nos circos,⁴¹² mas principalmente nos estudos dos sábios que há muito buscavam em suas especulações os traços do homem no estado puro da natureza, o verdadeiro selvagem. O que sucederia a um ser humano que, diferentemente do louco, tivesse vivido em tal estado de isolamento que nele jamais tivessem sido impressas as marcas da civilização? Uma resposta a esta questão traria luzes ao debate entre os adeptos das idéias inatas, para os quais o homem já nascia com os traços de sua humanidade, e aqueles para quem o homem era nada mais do que aquilo que dele fizeram, pela força da imitação e pela influência do pensamento.

A descoberta, no final do século XVIII, de um garoto selvagem nos bosques de Aveyron será, então, a oportunidade de ouro para sair do campo das meras especulações. Será objeto da curiosidade popular: “Acorreram multidões, viram-no sem o observarem, julgaram-no sem o conhecerem e deixaram de falar no assunto”.⁴¹³ Suscitará nos mais ilustres as esperanças de nele encontrar o estado puro da natureza humana: “... várias pessoas, muito dignas pela sua ilustração, (...) julgaram que a educação deste indivíduo seria assunto para alguns meses e que não tardaria que o ouvíssemos dar-nos os mais curiosos pormenores acerca da sua vida passada. Em vez de tudo isso, que se lhes deparou? Uma criança repugnante de sujidade, atacada por movimentos convulsivos, que se balançava sem cessar como alguns animais encarcerados, que mordía e arranhava os que a serviam: em suma, indiferente a tudo e sem prestar atenção a nada”,⁴¹⁴ escreverá em seu relatório de 1801 Jean Itard,⁴¹⁵ o jovem

⁴¹²Ver no Capítulo I: *Monstros famosos das feiras, monstros infames da ciência*.

⁴¹³ITARD, Jean Marc Gaspard. *Memória acerca dos primeiros progressos de Vitor de Aveyron (1801)*. In: MALSON, Lucien, *As crianças selvagens - mito e realidade*, Porto, Livraria Civilização, 1978, p. 137.

⁴¹⁴Idem, *ibidem*.

⁴¹⁵Jean Marc Gaspard Itard tinha apenas 26 anos em 1800, quando acabara de ser nomeado médico-chefe do Instituto Imperial de Surdos-Mudos de Paris, o mesmo instituto dirigido pelo padre Sicard, sucessor do padre L'Épée, dois conhecidos educadores de surdos. Neste mesmo ano, a criança

médico diretor do Instituto Imperial de Surdos-Mudos, na França, a quem foi confiada a guarda do menino. Adepto convicto das idéias de Condillac, Itard irá apegar-se fervorosamente a chance de desenvolver com seu pupilo um método de educação que comprove a certeza de suas convicções.⁴¹⁶

Deixando de lado as considerações sobre a validade de suas concepções pedagógicas e sobre a novidade de seu método,⁴¹⁷ o que mais nos interessa é o debate que Itard estabeleceu com Pinel, cujas idéias acerca da idiotia tiveram muito mais aceitação que as do mestre do garoto selvagem, durante boa parte do século XIX. Tendo examinado o menino, Pinel apresenta suas conclusões, das quais Itard irá discordar. Sob o ponto de vista das funções sensoriais Pinel dirá “que este infeliz (...) era inferior a alguns animais domésticos”,⁴¹⁸ desprovido de qualquer meio de comunicação, “insensível a qualquer espécie de afeição moral; o seu discernimento não passava de um cálculo de glutão, o seu prazer de uma sensação agradável dos órgãos do gosto, a sua inteligência reduzia-se à suscetibilidade de produzir algumas idéias incoerentes, relativas às suas necessidades; numa palavra, toda a sua existência se

selvagem já tinha sido assunto das notícias de jornais, fora examinada pelos naturalistas e por Pinel e levada para o asilo de surdos-mudos. Itard, então se oferece para educá-la, contrariando a opinião de Pinel. Publica a respeito dois relatórios, em 1801 e 1807. Quando o menino (depois chamado de Vitor por Itard) atingiu a idade de 18 anos, foi entregue a Sra. Guérin, sua mãe substituta desde a sua chegada a Paris, passando “a viver numa dependência do Instituto (...) e morreu quadragenário em 1828”. MALSON, Lucien, *As crianças selvagens...*, op. cit., p. 98.

⁴¹⁶Itard mostrava-se esperançoso em trazer contribuições ao debate sobre as relações entre natureza e cultura que, para ele, resumia-se a uma simples operação aritmética de soma, da qual subtraindo-se uma parcela é possível encontrar a outra. Assim, colocando-se como observador atento, ele seria “alguém que, recolhendo com cuidado a história de um ser tão espantoso, determinaria o que tem e deduziria do que lhe falta, a soma, até agora incalculada, dos conhecimentos e das idéias que o homem deve à educação”. Idem, p. 132.

⁴¹⁷Maria Montessori e Decroly inspiraram-se em Itard para construção de seus métodos pedagógicos. Montessori chegou a copiar os relatórios de Itard, uma vez que eles só foram publicados aproximadamente em 1963, na França.

A respeito do método de Itard, ver o comentário crítico de Octave Mannoni: “Itard e seu selvagem”, no livro do mesmo autor: *Chaves para o imaginário*, Petrópolis, Vozes, 1973, pp. 191 a 209.

⁴¹⁸MALSON, Lucien, *As crianças selvagens...*, op. cit., p. 138. O grifo é nosso.

resumia a uma vida puramente animal.⁴¹⁹ Por isso, Pinel irá compará-lo aos idiotas de Bicêtre e entre ambos não verá qualquer diferença - “a identidade quase completa e perfeita entre estes jovens idiotas e o Selvagem de Aveyron. Esta identidade levava à conclusão de que, afetado por uma doença até agora considerada incurável, não era suscetível de qualquer espécie de sociabilidade e de instrução”.⁴²⁰ Animalidade que torna ambos insensíveis ao frio, ao calor, às exalações fétidas e à dor. Animalidade que atingirá o “último termo da degradação humana, onde não há nem mesmo o instinto, onde o homem, privado de todos os seus atributos, não é mais que um monstro que vegeta”.⁴²¹ E o será tanto mais monstruoso quanto maior for a incapacidade para a linguagem,⁴²² dirá Esquirol em 1838.

Mas, a partir das gradações “insensíveis” da idiotia, da noção de loucura sem delírio das considerações de Pritchard sobre a loucura moral e finalmente (e ainda mais importante) a teoria das degenerescências será possível então estender a monstruosidade aos comportamentos morais e reforçar a assimilação do idiota ao louco

⁴¹⁹Idem, p. 139. O grifo é nosso.

⁴²⁰Idem. *ibidem*.

⁴²¹ESQUIROL, *Des maladies mentales...*, op. cit., p. 322.

“... ne faut-il point, par de nouveaux faits, arriver à ce degré de l'idiotie qui est le dernier terme de la dégradation humaine, où il n'y a plus même d'instinct, à ce terme où l'homme, privé de tous ces attributs, n'est plus qu'un monstre qui végète?”

A esse respeito, Jacqueline Gateaux-Mennecier faz o seguinte comentário: “Monstro para o alienista Georget, o idiota é ‘colocado abaixo da besta’ para Ferrus; ele não é nem mesmo comparável ao animal porque não possui o instinto de conservação: os idiotas são ‘reduzidos, no entanto, à condição de insensibilidade aparente de um molusco ou a de uma planta parasita que vegeta miseravelmente, sem utilidade’. Para Belhomme, o idiota ‘está submetido às leis do organismo animal’. Espécie de abjeção e aviltamento, segundo Calmeil, os idiotas assemelham-se ‘aos animais mais estúpidos e mais limitados’. Para Voisin, os idiotas são os ‘rudimentos da espécie’ aos quais ele atribui características simiescas: ‘Eu jamais vi esta espécie de balanceamento a não ser nos macacos fechados em nossos bestiários’.

“Longe de desaparecer, estas referências às formas inumanas continuarão a marcar as representações dos alienistas; ao fim do século, Sollier [1891] estima que ‘o idiota ocupa um dos termos inferiores da série animal’. GATEUX-MENNECIER, J., *Bourneville et l'enfance aliénée - l'humanization du déficient mental au XIX^e siècle*, Paris, Centurion (s/d), p. 56.

⁴²²Esquirol estabelece gradações, segundo a capacidade de linguagem, que vão do 1º grau de imbecilidade, onde a palavra é livre e fácil, aos graus de idiotia: no 1º grau o idiota expressa-se por palavras soltas e frases curtas; no 2º por monossílabos e gritos; no 3º não há fala, nem frase, nem

no campo ainda discutível das alienações. Serão, portanto, tais noções que permitirão a Franco da Rocha, por exemplo, afirmar em 1895: “A obsessão, a idéias fixa, a impulsão e a aberração sexual no que ela tem de mais monstruoso, são os estigmas comuns aos degenerados superiores, e que os colocam a par dos débeis e imbecis”.⁴²³ Vamos por partes:

No início do século XIX, a demência era considerada como o resultado de um processo de agravamento da loucura. Em Esquirol, a distinção entre o demente e o idiota faz permancer naquele os fragmentos do passado (do rico que ficou pobre) e apagá-lo inteiramente no idiota, a ponto de subtrair-lhe a história (o idiota sempre foi pobre, nunca teve riqueza que pudesse ter deixado rastros).⁴²⁴ Embora esteja aí a separação entre o idiota e o alienado, Esquirol acaba por sugerir nova aproximação ao estabelecer gradações para a idiotia. Admitindo a imbecilidade como desenvolvimento parcial da inteligência que acarreta, proporcionalmente a este desenvolvimento, tendências perversas, ele propõe, todavia, uma ressalva que a aproxima da mania sem furor: “Nem todos os imbecis são desprovidos de sensibilidade moral (...) eles podem tornar-se melancólicos”.⁴²⁵ A própria concepção de que “a idiotia oferece inumeráveis variedades relativamente à sensibilidade e à capacidade intelectual e moral”⁴²⁶ sugere também que muitas manifestações dos imbecis são imperceptíveis aos olhos leigos, tanto

palavras, nem monossílabos - seria o ponto zero da negatividade. Ver: *Des maladies mentales...*, op. cit., p. 340.

⁴²³ROCHA, Franco da, *Fragmentos de psiquiatria*, Hospício de São Paulo, Tipografia Litografia Ribeiro, 1895, p. 31.

⁴²⁴A esse respeito diz Esquirol: “L’état de l’homme en deméce peut varier; celui de l’idiot est toujours le même. Celui-ci a beaucoup de traits de l’enfance, celui-là conserve beaucoup de sa physionomie de l’homme fait. Chez l’un et l’autre, les sensations sont nulles, mais l’homme en deméce montre, dans son organisation et même dans son intelligence, quelque chose de sa perfection passée, l’idiot est ce qu’il a toujours été, il est tout ce qu’il peut être relativement à son organisation passée”. *Des maladies mentales...*, op. cit., p. 285

⁴²⁵Idem, op. cit., p. 301.

⁴²⁶Idem, p. 339.

que atribui “a palavra livre e fácil”⁴²⁷ aos imbecis de primeiro grau (à diferença da linguagem defeituosa dos idiotas), o que torna esta categoria, no que tange à linguagem, indiscernível dos outros tipos de alienação, como também dos indivíduos considerados normais. Tamanha variedade de traços dos tipos intermediários reservaria somente aos especialistas o diagnóstico correto dos imbecis. É que “a passagem para o que chamaríamos de imbecilidade faz-se insensivelmente, por gradações (...). O mesmo se dá entre o imbecil e o fraco de espírito”,⁴²⁸ afirma Franco da Rocha. Dessa forma, os nossos médicos, leitores de Esquirol, descrevem para os imbecis gradações tão “insensíveis” quanto contraditórias: eles poderiam ser habilidosos para ofícios mecânicos, preguiçosos, vagabundos ou bons trabalhadores; ter raciocínio quase nulo ou grande memória; ser afetuosos ou perversos e obscenos, dados à embriaguês, ao roubo; extravagantes, atordoados, crédulos, vítimas de velhacos ou ardilosos; impulsivos, violentos, vaidosos, egoístas, caluniadores, mentirosos ou sinceros; agitados ou calmos e alegres. Ou, ainda, como afirma a tese de Geraldo Franco Leão, em 1842: “Apesar de toda a aparência de estupidez intelectual, têm discernimento e vivacidade admiráveis para dirigirem seus próprios interesses”.⁴²⁹ A esse respeito, cinquenta anos depois, Franco da Rocha, do alto de sua autoridade psiquiátrica, confirma: “Conhecemos um indivíduo francamente imbecil, e que, no entanto, se não deixa lograr por pessoa alguma, e já tem aumentado bastante a sua fortuna à vista de excessivas economias”.⁴³⁰

Assim também, na medida que as afecções mentais vão se afastando da desrazão, do furor, do delírio, enfim das manifestações visíveis da loucura (não é só o

⁴²⁷Idem, p. 340.

⁴²⁸ROCHA, Franco da, *Esboço de psiquiatria forense*, São Paulo, Tip. Laemmert, 1905, p. 45.

⁴²⁹LEÃO, Geraldo Franco de. *As analogias entre o homem são e o alienado e em particular sobre a monomania*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1842, p. 10.

⁴³⁰*Esboço de psiquiatria...*, op. cit., p. 415.

delirante que é louco),⁴³¹ atenuam-se os traços distintivos entre loucos e não-loucos.⁴³² Isto permitirá introduzir nas classificações e subclassificações intermediárias da imbecilidade os pormenores de toda a sorte de comportamento desviantes.⁴³³ Será, portanto, por esta via que o psiquiatra irá apropriar-se da delinqüência - uma disposição tão invisível, tão latente para o delito que somente o bom perito poderia diagnosticar.⁴³⁴ É o que defende em 1937 uma tese de concurso à cátedra de medicina legal e higiene da Faculdade de Direito do Ceará sobre o caso de Antônio Pereira de Oliveira, o “Castanha Chocha”, acusado de assassinato, classificando-o como “oligofrênico larvar”.⁴³⁵

“Um Caso Concreto”

“Em a noite de 5 de março do corrente ano (1937) ocorreu um crime dos mais estúpidos que se possa imaginar, e foi o seguinte:

O chofer Antônio Pereira de Oliveira, vulgo ‘Castanha Chocha’, assassinou com onze (11) punhaladas a mundana Maria Holanda Brasil, na mata de Urubu, arrabal de Fortaleza.

O ato do delito revestiu-se de uma perversidade inexcedível: ‘Castanha Chocha’ é casado, abandonou a mulher e uma filhinha única e vivia, senão maritalmente, mas preferentemente com Maria Brasil; chocado com o acolhimento que Maria Brasil dava a outro chofer, ‘Castanha Chocha’ parecia aguardar pretexto para dar ‘o fora’ a Maria Brasil, quando lhe surgiu o momento azado: - era ele despedido da empresa onde trabalhava e não tinha dinheiro para atender aos pedidos de Maria Brasil. Maria

⁴³¹“A loucura não é o delírio, mero acidente na ideação pervertida, convulsão de imagens no pensamento. Não é só o delirante que é louco. O delírio é a epilepsia das idéias, assim como a convulsão é o delírio dos músculos.” FERNANDES, A., *Moral insanity*, Rio de Janeiro, Luizinger, 1898, p 7. *Apud*: ENGEL, Magali, *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 166.

⁴³²A esse respeito, Franco da Rocha acentua a pouca tendência do débil mental para delirar. *Esboço de psiquiatria...*, op. cit., p. 47.

⁴³³Entre as mulheres, os casos apontados são sempre o da prostituta imbecil e pervertida.

⁴³⁴Para Magali Engel (*A loucura na cidade...*, op. cit., pp. 461 e 462): “É importante ressaltar que, segundo alguns alienistas, a manifestação de idéias e posturas políticas consideradas radicais ou revolucionárias deveria ser vista como traço característico de um certo tipo de doente mental, ou seja, o louco moral, via de regra, definido como um indivíduo sem lugar (...) Em sua tese sobre a loucura moral, defendida em 1898, Alvaro Fernandes faz questão de frisar que este tipo de doença mental possuía uma sintomatologia bastante clara: ‘O tipo de louco moral no momento presente é o anarquista, que corresponde a um estado definitivo da loucura, nascendo da luta social, da desarmonia entre o capital e o trabalho’”. *Moral insanity*, op., cit., p. 200. *Apud*: ENGEL, M.G., op. cit.

⁴³⁵MARANHÃO, J. Leite. *Aspecto médico-legal da oligofrenia larvar (a propósito de uma perícia)*. Tese de concurso à Cátedra de Medicina-Legal e Higiene, na Faculdade de Direito do Ceará, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1937.

procura-o, exige dinheiro; 'Castanha Chocha' desculpa-se, e liquida-se a situação com a quebra de relações entre ambos. Maria retira-se em companhia de outro chofer (...); Antônio fica indiferente; horas depois resolveu matar Maria Brasil; toma um automóvel em companhia de seu ajudante, "Panelada" (...); vai à casa de Maria, encontrando-a alegre; disfarça com bons modos, seduz a acompanhá-lo num passeio, sob pretexto fútil; no lugar apropriado, à noite, deixa o automóvel (...) e penetra na mata com Maria Brasil, amistosamente; "Panelada" suspeita e vai a procura de ambos; encontra-os e testemunha o que ocorre: Maria está de joelhos aos pés de Antônio; este procura humilhá-la friamente (...); Maria pede-lhe "perdão pelo amor de Deus" (...); quando seu colega vem convidá-lo a voltar; na voz de 'Antônio, vamos, que aí vem gente', "Castanha Chocha" saca o punhal e crava onze (11) vezes em Maria que, ainda de joelhos, cai aniquilada! Em seguida, "Castanha Chocha" procura a casa de seu sogro, onde se encontram sua mulher e filha; confirma o crime, arrepentido, chorando, entrega o punhal; é entregue à polícia, onde narra calmamente os episódios de sua conduta, mostrando-se sempre arrependido."⁴³⁶

A partir do laudo de sanidade mental solicitado pela justiça aos peritos, "Castanha Chocha" não mais será um homem comum desempregado que, sentindo-se traído e desprezado pela mulher com quem vivia, cheio de ódio, tornou-se um assassino e, por isso, seria aprisionado pelo veredicto do juiz. Daí em diante, passará também a habitar um outro cárcere que a sentença das separações nosológicas da psiquiatria preparou para ele: "oligofrênico larvar". Lamentando o defeito da lei penal que não prevê condições dos casos intermediários,⁴³⁷ o autor denuncia "a insuficiente cultura psicológica dos órgãos da justiça". Parece que tudo na vida de Antônio corroborou o diagnóstico: mau filho, mau pai, mau marido, e ainda pobre e sem instrução: "No caso

⁴³⁶Idem, pp. 95 e 96. Os grifos são do autor.

⁴³⁷Além do Código Penal, especialistas criticaram também o código civil. Segundo Magali C. Engel, "(...) a amplitude dos estados intermediários da capacidade mental justificaria a necessidade de medidas legais também intermediárias (...). As posições expressas pelos legistas e psiquiatras seriam ratificadas pela noção de apoio à propostas de reformulação do Código Civil formuladas por Raul Camargo, aprovada pela Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal na sessão de 17 de maio de 1920. Neste documento, enviado ao Congresso Nacional, a SBNPML propunha não apenas a substituição da expressão 'loucos de todo o gênero' por 'alienados de todo o gênero' ou 'loucos e deficientes mentais' e a inclusão no Código Civil da interdição parcial, mas também a criação de um conselho legal para questões relativas à capacidade mental, que deveria ser composto

em apreço, há um estado larvado, uma bradpsiquia, de aparência normal que será inofensiva se o indivíduo tiver cultura, educação e viver num meio social elevado (...).⁴³⁸

E quais seriam as características psicológicas deste estado oligofrênico que, de tão larvar, seria evidente apenas para o perito?⁴³⁹ Taciturno, misantropo, impulsivo (hiperestérico), alternância depressiva (hipoestesia psíquica), ardiloso, ausência de afeto pela família, especialmente pela filha, um caso de loucura na sua família (aritmia genética ou hereditária), perversidade requintada na execução do crime, carência de auto-crítica, autismo, enfim: “... a crise de choro e a confissão espontânea do crime demonstram a labilidade de sua organização psíquica, evidentíssima no larvário oligofrênico (...), o larvário disfarça entre os indivíduos hígidos, confundindo com estes em percentagem bastante elevada (...). Antônio agiu por imperativo de sua constituição esquizóide, larvar oligofrênica,⁴⁴⁰ pela falta de auto-crítica, desenvolvendo a sua tendência natural para o delito”.⁴⁴¹ Meio louco ou meio imbecil, a distinção não importa muito. “Castanha Chocha” seria portador de algo intermediário que os aproximaria: a insanidade moral. Uma esquizofrenia ou uma oligofrenia potenciais, um agregado de classificações nosográficas que justificaria a fatalidade do crime. Desde o século XIX “... a própria ciência alienista, através de seus mais qualificados porta-vozes, não cessa de advertir para o aspecto de que raramente uma doença mental vem desacompanhada de outras, dificilmente aparece nos hospícios a loucura em suas formas puras descritas nas

pelos psiquiatras Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e Henrique Roxo”. *A loucura na cidade...*, op. cit., pp. 170 e 171.

⁴³⁸ *Aspecto médico-legal da...*, op. cit., p. 100. os grifos são do autor.

⁴³⁹ A esse respeito, escreve Teixeira Brandão em 1918: “Todas as manifestações anômalas, intelectuais ou morais apresentadas pelos degenerados, não são portanto doenças ou moléstias na acepção científica desses vocábulos. Existem de fato ou permanecem em estado virtual, latente com a possibilidade de explodirem em momento azado”. BRANDÃO, Teixeira, *Elementos fundamentais de psiquiatria clínica e forense*, Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro e Maurillo, 1918, p. 107.

⁴⁴⁰ Os grifos são do autor.

⁴⁴¹ *Aspecto médico-legal da...*, op. cit., p. 103 e ss. O grifo é nosso.

nosografias”,⁴⁴² assinala Maria Clementina P. Cunha. Labilidade dos laudos justificada pela labilidade dos pacientes. A esse respeito, a mesma autora relata o prontuário de Antônio P.C., 35 anos, interno no Juquery, São Paulo, em 1908, cujo diagnóstico “agrega várias síndromes e registros nosográficos - ‘imbecil’, ‘crises de excitação’, ‘depressão’, ‘episódios delirantes’ presumidos”⁴⁴³ - e para o qual, dentre várias alternativas, só restou a exclusão definitiva do asilo:

“Tem estigmas físicos de degeneração muito acentuados. Teve um irmão louco. Era bom trabalhador como marceneiro, embora fraco de espírito. Surgiu-lhe um dia a idéia de casar-se e, como não foi bem aceito pela dulcinéia dos seus sonhos, começou com extravagâncias de toda sorte, a passear de carro e gastar dinheiro que não tinha; não trabalhava mais como em outros tempos; isto tudo, parece, cedeu logo, ficando só a idéia de casar-se e ‘por esse motivo importunava um pouco o grande senhor cuja filha desejava’. Este pediu às autoridades que o recolhessem ao hospício. Assim se fez.

No hospício, o doente conversava tão bem e mostrava-se tão sentido de deixar a mãe, velha, sem arrimo, que lhe foi concedida alta depois de quinze dias de observação. Onze anos depois é internado de novo.

Narra que após sua saída do hospício (...), esteve preso quinze dias na polícia central, depois três meses na cadeia de Tietê, em duas vezes consecutivas até que finalmente o prenderam em uma casa de tábuas onde vivia triste e descontente durante sete anos e cinco meses. Foi depois desta reclusão que voltou ao hospício. Sua permanência nas prisões não foi continuada, mas sim intermitente (...). Atualmente, tem excelente memória dos fatos antigos e recentes. É apático e indiferente: vive sentado pelos cantos, com a cabeça coberta pelo paletó. Não delira, não tem alucinações (...).”⁴⁴⁴

Não sendo propriamente um delirante, Antônio era todavia um degenerado marcado pelos estigmas físicos e pela fatalidade de suas taras hereditárias, sobre as quais a teoria das degenerescências confirmou o perigo de contágio social.

⁴⁴²CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 137.

⁴⁴³Idem, p. 138.

⁴⁴⁴Idem. *ibidem*.

Neste sentido, a teoria de Morel (em 1857) ofereceu considerável subsídio tanto às concepções organicistas da loucura e da idiotia, quanto à invisibilidade das monstruosidades morais dos idiotas e principalmente dos quadros intermediários. Se bem que sobre o idiota jamais pairasse qualquer dúvida sobre sua organicidade, diferentemente do louco cuja doença poderia surgir de sofrimentos morais ou choques da civilização, a teoria das degenerescências possibilitou acrescentar à descrição dos sintomas, uma causalidade oculta, uma etiologia hereditária de base orgânica - o que possibilitou incluir definitivamente a psiquiatria no corpo do saber da medicina clínica.⁴⁴⁵

A origem de uma predisposição mórbida poderia provir de fatores ambientais (clima, umidade, alimentação), doenças como a sífilis e a tuberculose, desregramentos morais (alcoolismo, promiscuidade, excessos venéreos), além da miscigenação, que produziriam traços degenerativos e se transmitiriam a outras gerações por um mecanismo muito mais imprevisível e ameaçador que a herança dos traços comuns: a hereditariedade mórbida, circular e regressiva, do dessemelhante.⁴⁴⁶ Doenças do tipo moral teriam, então, definitivamente estabelecida a base orgânica no sistema nervoso, cuja lesão original ao se expandir degeneraria todo o resto. O idiota, lesionado maior, mais do que o louco, que foi classificado como degenerado superior, seria o representante do último grau da escala regressiva de degenerescência, a ameaça da deterioração completa das características da espécie. Nestas condições, teriam pouca aceitação as teses sobre a perfectibilidade da idiotia.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵Para Esquirol, por exemplo, a etiologia da loucura repousava numa causa moral, num desarranjo das paixões, embora tenha tido a preocupação de fazer autópsias nos internos que morriam no asilo, abrir crânios, descrevê-los e apresentar medições. Ver: *Des maladies mentales...*, op. cit.

⁴⁴⁶Segundo Morel, a herança dos traços comuns, a reprodução do idêntico, se faz pelo princípio serial e progressivo. Ver mais detalhes da teoria de Morel no Capítulo I.

⁴⁴⁷Observa Foucault que a noção de degenerescência foi elaborada independentemente das concepções do evolucionismo biológico, ao contrário do que pensam alguns psiquiatras. Ver: FOUCAULT, M.,

Malgrado todo o relevo à monstruosidade da figura do idiota, ele não foi objeto de estudo privilegiado pela maioria dos alienistas franceses, menos ainda do incipiente alienismo brasileiro do século XIX. Com exceção de alguns trabalhos como os de Belhomme, Voisin e principalmente Séguin (que, por sinal, não era médico), o estudo da idiotia vinha a reboque da alienação mental, da discussão da sua inclusão ou não nesta última categoria, na distinção entre a doença (do louco) - e daí a possibilidade de tratamento e de cura - e de enfermidade (do idiota), como estado permanente e incurável. Entretanto, tais discussões não foram suficientes no século XIX, na França, como no Brasil,⁴⁴⁸ para a separação de ambos em espaços institucionais diferentes.⁴⁴⁹ E, embora a incurabilidade do idiotas estivesse fora de questão, a sua perfectibilidade através do tratamento ou da educação, na medida do limite da lesão, foi alvo de algum debate. A primeira metade do século foi dominada pelo pensamento de Esquirol: se para o imbecil ainda se poderia aplicar algum tratamento para a formação de hábitos para o trabalho mecânico, ao idiota nada restava do instrumental médico que pudesse melhorar as suas condições. Mesmo assim com Belhomme, Voisin e principalmente com o método formulado por Séguin surge a perspectiva contrária à dominante, abrindo a discussão sobre a educabilidade do idiota, a partir da revisão da noção de desenvolvimento. Foucault verá aí um marco no processo de psiquiatrização da infância: o surgimento de uma forma mista de disciplina médico-pedagógica, cuja difusão fez nascer a criança anormal.⁴⁵⁰ Antes, porém, de desenvolver a tese proposta por Foucault,

Constituição da psiquiatria, 12 conferências no Collège de France, Paris, 1973-1974. Resumo de Roberto C.M. Machado e Jurandir F. Costa, Rio de Janeiro, mimeo, 9ª conferência.

⁴⁴⁸A questão das separações, no Brasil, entre curáveis e incuráveis em estabelecimentos diferentes será tratada no próximo item.

⁴⁴⁹Na França a separação unanimemente defendida no século XIX pelos alienistas era a criança dos adultos, e ainda assim em pavilhões do mesmo espaço asilar.

⁴⁵⁰Ver: *Constituição da psiquiatria...*, op. cit., 9ª conferência.

retornaremos num intervalo à situação brasileira no momento em que a não-perfectibilidade do idiota era colocada em questão na França.

Por volta dos anos 40 trabalhava-se ainda para a instalação do primeiro hospital de alienados, o Hospício D. Pedro II, que só viria a funcionar em 1852. Em 1844 uma comissão fora designada pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Clemente Pereira, para visitar os principais hospitais da Europa, cujo relatório referente aos hospitais da França, de autoria de A.J.P. Neves, encarregado da comissão, é publicado nos Anais de Medicina Brasiliense, em 1848.⁴⁵¹ É curioso observar que, apesar da distância histórica entre a França e o Brasil naquele momento, os médicos brasileiros tiveram oportunidade de conhecer, ao menos na versão do relatório, o que existia de mais atual nas práticas do alienismo na Europa. Enquanto isso o Brasil vivia da mão-de-obra escrava, ao mesmo tempo em que ensaiava os primeiros passos para a imigração, voltava-se para a urbanização das cidades e a descolonização das elites. Estava longe, portanto, de produzir separações institucionais especializadas. Por sua vez a França, há muito envolvida no processo de industrialização, criava um número cada vez maior de espaços para crianças débeis e idiotas em seus hospitais de alienados, cujo objetivo era liberar os pais para o trabalho.⁴⁵² Não se tratava, na grande maioria, de lugares de tratamento e/ou educação, mas da assimilação crescente do idiota ao louco no mesmo espaço físico do hospício. Em 1844, época da visita da citada comissão, Voisin já havia criado o seu Instituto de Ortofrenia (em 1834), estava trabalhando em Bicêtre onde Séguin, desde o Hospício de Incuráveis, vinha desenvolvendo seu método de

⁴⁵¹ NEVES, Antônio José Pereira das. *Relatório acerca do tratamento dos alienados e seus principais hospitais em França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Bélgica e Portugal*. Anais de Medicina Brasiliense, volume 1847-48, nº 7, pp. 161 a 166 (1ª parte), nº 11, pp. 271 a 274 e nº 12, pp. 292 a 295 (2ª parte); volume 1848-49, nº 1, pp. 12 a 16 e nº 2, pp. 42 a 47 (3ª parte). Neta tese foi utilizada apenas a 3ª parte.

⁴⁵² Ver: FOUCAULT, M., *Constituição da psiquiatria...*, op. cit, 9ª conferência.

tratamento de crianças idiotas. É interessante ouvir a versão do nosso médico sobre os trabalhos de Voisin e Séguin.

Sobre a inspiração cirúrgica de Voisin, ele comenta: “A cirurgia deu o exemplo a Mr. Voisin, pois inventando esta multiplicados meios para o ‘endireitamento’ das deformidades físicas, ele acreditou-se autorizado a fazer o mesmo para o ‘endireitamento’ das propensões perigosas do espírito e cura dos vícios do coração: semelhantes meios, porém, diferem entre si, assim como diferem as deformidades que se pretende curar”.⁴⁵³ A seguir apresenta a classificação de quatro categorias de meninos idiotas, colhidos pelas observações da longa experiência do médico francês:

“Na 1ª categoria (...) ‘as crianças nascidas pobres de espírito’: isto é, com uma organização cerebral abaixo da organização comum à espécie em geral, e que na hierarquia dos diferentes poderes cerebrais ocupam os graus intermediários entre o idiota e o homem de inteligência ordinária. Na 2ª categoria (...) ‘as crianças nascidas como todo o mundo’ dotadas da organização à espécie em geral, as quais porém tomaram uma direção viciosa em virtude de sua educação primária ter sido mal dirigida. A 3ª (...) ‘de meninos nascidos extraordinários’: isto é, com um cérebro volumoso em sua massa total ou em alguma de suas partes, de modo que as faculdades nobres e benfazejas sendo mediocrementemente pronunciadas, estes meninos se fazem em geral notar por um caráter caprichoso, uma dissimulação profunda, um amor próprio demarcado, um orgulho sem limite, paixões violentas, propensões terríveis etc. Tais indivíduos não podendo ser medíocres em cousa nenhuma, são aptas, tanto para os grandes vícios, como para os grandes crimes, ou grandes ações, segundo o concurso das circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis, no meio das quais eles vivem os primeiros tempos de sua existência. Na

⁴⁵³Relatório acerca do tratamento..., op. cit, p. 15. Os grifos são do autor.

4ª categoria (...), os meninos, que ‘nascidos de pais alienados são por esta causa fatalmente dispostos à alienação mental’, ou a qualquer outra afecção nervosa”.⁴⁵⁴

Alguns pontos nos chamaram a atenção nessa versão do Dr. Neves: - Em primeiro lugar, é que mais além da fatalidade hereditária que o século XIX atribuiu a quase todas as características individuais, aparece aqui acentuada a ação dos estímulos do meio. Se algumas crianças poderiam ter adquirido um certo grau de idiotia pela influência de uma educação primária mal dirigida, se outras poderiam pender para grandes vícios ou grandes ações conforme as circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis, então seria possível que, também pela ação do meio, a educação poderia não só corrigi-las, como também recuperar aquelas outras “nascidas fracas de espírito”. Abria-se a possibilidade de lutar contra as características inatas”.⁴⁵⁵ Além disso, trata-se da enunciação dos primeiros princípios de educação preventiva para crianças que mais tarde serão classificadas entre as anormais: instáveis, indisciplinadas, inadaptados ou pré-delinquentes. Em segundo lugar, observa-se que não é apenas a diminuição da inteligência que orienta os critérios das subdivisões da idiotia infantil - estão nítidas aí as características morais sem que o déficit de inteligência esteja necessariamente presente. Eis o mesmo esboço da captura do delinquentes que se reforçará no final do século com caracterização, dentre as anormalidades infantis, da figura de indisciplinado, como

⁴⁵⁴Idem, ibidem. Os grifos são do autor.

⁴⁵⁵O Relatório do Dr. Neves descreve os objetivos que o trabalho educativo individualizado de Voisin pretendia alcançar: “... aumentar a esfera intelectual e moral de uns, multiplicar as relações de outros, reprimir as faculdades naturalmente muito enérgicas nestes; desenvolver naqueles as faculdades que constituem o atributo exclusivo da espécie humana; dominar aqueles que de preferência mais impressionam a criança, criar-lhes um mundo de existência calculado segundo as particularidades de seu ser intelectual e moral, deixar em repouso as faculdades dominantes, e pôr em ação todas as outras amortecidas, enfraquecer as primeiras para diminuir seu predomínio, avivar, entreter, nutrir as segundas, a fim de que desenvolvidas façam sentir sua influência; fazer contrair hábitos exclusivos, ter o cérebro em calma prolongada e fatigar o corpo por meio de jogos ginásticos; tais são os recursos que Mr. Voisin lutava com vantagem contra as disposições inatas; modificava o organismo; subtraía seus discípulos à fatalidade que pesava sobre sua cabeça, ou que já os tinha excluído da harmonia social”. Op. cit., p. 16. O grifo é nosso.

veremos mais adiante. Em terceiro lugar, mesmo ressaltando os objetivos mais pedagógicos que psiquiátricos de tal classificação, a inclusão “dos meninos nascidos de pais alienados” dentre as categorias de idiotia confirma a observação de Foucault⁴⁵⁶ de que o século XIX não buscava a relação entre loucura e infância, mas sim a marca da hereditariedade, já na idade infantil da loucura ou de “qualquer outra afecção nervosa” (aí também, a mesma intenção de lutar contra essas disposições inatas). De qualquer modo, seguindo esta pista, será possível concluir, como veremos mais adiante, que não foi a criança louca, mas a idiota que deu origem à psiquiatrização da infância pela constituição de um saber médico-pedagógico e sua extensão nas práticas de escolarização.

Quanto à escola de Bicêtre, onde se desenvolvia o trabalho de Séguin, o nosso médico expõe “resumidamente os meios que Mr. Séguin empregava para o ensino físico, moral e intelectual dos idiotas”.⁴⁵⁷ De tal maneira ficou impressionado com o que viu que propõe a aplicação desses meios a todos os estabelecimentos de alienados. A reprodução das cenas tão vivas a que assistiu oferece a rara oportunidade de colocar o leitor em meio aos personagens tão singulares de Bicêtre:

“Freqüentes vezes assisti a estes exercícios ginásticos dirigidos por Mr. Séguin, que, com a maior satisfação e urbanidade tudo me fez ver; ao som do tambor tocado por um deles, todos os idiotas se formam em companhias: marcham fazendo diferentes evoluções militares. Foi para mim um espetáculo interessante ver muitos destes jovens idiotas marcharem com aquela hesitação e dificuldade que é própria de quem não possui firmeza de passo, nem equilíbrio de corpo; alguns apenas podiam alcançar na marcha os seus companheiros, fazendo com os braços e a cabeça toda a sorte de movimento; outros jazendo no chão se arrastavam sobre os quatro membros; outros me saudavam com riso imoderado e com um movimento incessante de uma ou ambas as mãos; muitas davam gritos tão selvagens que mais pareciam provenientes de uma fera do que

⁴⁵⁶ Ver: *Constituição da psiquiatria...*, op. cit., 9ª conferência.

⁴⁵⁷ *Relatório acerca do tratamento...*, op. cit., p. 42.

voz da espécie humana!

Em presença de discípulos tão singulares, Mr. Séguin em primeiro lugar procura imprimir, como disse, idéias de moralidade, dever, e obediência, regularizando as forças físicas para o desenvolvimento da inteligência. Os primeiros ensaios são para produzir a imobilidade do corpo e os movimentos regulares; para isto Mr. Séguin coloca todos os seus idiotas em linha; mas quanto não é difícil conservá-los no alinhamento? Uns cruzam as pernas, outros escorregam, a maior parte se agita, riem-se, gritam, e alguns enfim se debandam! O tambor dá o sinal de marcha: em princípio eles não distinguem o pé direito do esquerdo, é necessário Mr. Séguin repetir incessantemente as palavras - direito, esquerdo - e tocar sobre os pés dos discípulos, assim como sobre as pernas, braços, mãos, e orelhas para afinal compreenderem. Na falta de equilíbrio natural Mr. Séguin emprega uns pesos denominados 'dombelles' cujos pesos ele pendura em cada mão, a fim de servir à maneira de maromba para dar equilíbrio ao corpo.

Quanto ao exercício simultâneo dos braços e pernas, Mr. Séguin emprega uma escada de mão colocada de uma maneira mais ou menos oblíqua pela qual os idiotas sobem e descem de diversos modos.⁴⁵⁸

Quanto aos sucessos obtidos, o autor descreve:

“Relativamente ao ensino da articulação tanto das letras, como dos nomes e afinal da leitura, Mr. Séguin emprega um método variado, segundo a maior ou menor dificuldade física, e intelectual dos seus discípulos. Mr. Séguin mostrou-me um destes idiotas que pareceu-me ter 20 anos de idade, tão contrafeito que além de ser aleijado dos braços andava sobre os joelhos; este idiota, segundo me afirmou o professor, apenas produzia certos sons semelhantes ao ‘grunhido do porco, ao entrar na classe, mas agora já conhecia 6 letras vogais e três consoantes depois de 20 dias de ensino na escola!

Devo porém confessar, que com bastante dificuldade pude entender o que ele pronunciava com sua voz rouca e desconsertada.⁴⁵⁹

No final de seu relatório, ao propor a aplicação do método de Séguin a todos os alienados, o autor curiosamente inverte o movimento de assimilação: não é o idiota que é um alienado, mas o alienado que se converte em um idiota- “... semelhante aplicação e conveniência é de tal intuição, que para demonstrar-se sua utilidade basta que

⁴⁵⁸Idem, pp. 42 e 43.

⁴⁵⁹Idem, p. 43.

eu faça ver a identidade que existe entre os alienados e os idiotas (...). Os alienados, disse um autor antigo, e, depois dele todos os médicos, são crianças grandes; como tais convém sejam tratados. Ora o que se entende por isto senão que os loucos têm em si os germes de todas as qualidades boas e más; são indivíduos que formam para si uma idéia falsa de tudo que não dimana do seu próprio arbítrio! Eles se precipitam no caminho do vício se alguém os não desvia cuidadosamente, e uma vez entrados nessa carreira só a deixam com muita dificuldade; encontram por instinto um inimigo em tudo que revelar ordem e dever: não é esta a definição do idiotismo?".⁴⁶⁰ E, mesmo admitindo a distinção de Esquirol para a idiotia, ele confirma: "Neste estado da moléstia, o alienado é criança, em toda a força do termo, e não há outra diferença entre este e o idiota de nascimento senão nisto: que em um o intelecto nunca funcionou e nada fez no verdadeiro sentido; entretanto que no outro não existe senão na lembrança e faz hoje tudo às avessas; este porquanto é mais suscetível de receber as impressões exteriores quer artificiais quer naturais, e muito melhor será se alguma parte de seu intelecto, que existe intacta, pode ser chamada em socorro daquela, que é pervertida ou destruída". E, assim, acrescenta: "com estas probabilidades de sucesso uns e outros devem ser tratados da mesma maneira (...)"⁴⁶¹ E, com a sabedoria do olhar recém-chegado às novidades do instrumental da psiquiatria francesa, tocado pela prática de Séguin, nosso autor torna explícita uma outra semelhança: a do tratamento moral com a pedagogia. Ainda distante das disputas que os psiquiatras acirravam na afirmação do poder médico na França,⁴⁶² ele pôde propor:

⁴⁶⁰ Idem, ibidem. O grifo é do autor.

⁴⁶¹ Idem, p. 46.

⁴⁶² Segundo Jacqueline Gateaux-Mennecier, as disputas de poder sobre a idiotia entre médicos e educadores, no final do século XIX na França, tiveram como marco inicial na década de 40 o sucesso científico os trabalhos de Séguin que, mesmo sem ter formação médica, recebeu apoio do governo francês para a recuperação dos idiotas, desprezados como incuráveis. "Séguin parece ser o símbolo de uma ingerência estrangeira sobre um terreno até então considerado propriedade da medicina; de fato, ele será o alvo de vivas críticas da parte dos médicos, tão abundantes que permitiram ao mesmo tempo

“Estabelecendo-se uma escola elementar completa no hospício de alienados, dividindo-se os doentes em diferentes categorias par dar a cada um a instrução apropriada à sua capacidade de um lado; e à natureza de sua moléstia do outro e fazendo por meio desta instrução com que os alienados adquiram amor ao trabalho físico, se conseguirá fazer todos estes doentes ao mesmo tempo mais felizes e mais úteis a si mesmos (...)”⁴⁶³ Não será, portanto, fora de propósito que a disciplina psiquiátrica, ao transbordar dos asilos, irá finalmente introduzir-se na escola.⁴⁶⁴ Todo um processo de elaboração de novos conceitos e novas práticas institucionais pela psiquiatria francesa tornaram possível essa introdução na escola, principalmente através da composição múltipla da anormalidade infantil e do projeto médico-pedagógico de prevenção que chegaram até nós no início do século XX. Vejamos como isto se deu:

A educabilidade do idiota, mais precisamente da criança idiota (já que a idiotia, ao contrário da loucura, acontecia na infância), torna-se possível com a reformulação da noção de desenvolvimento e daí as novas peculiaridades da infância.

Durante quase todo o século XIX vigorou a certeza de que quem enlouquecia era o adulto, ou no máximo, o adolescente. E ainda assim, as questões da loucura, mesmo ao considerar sua origem moral (sofrimentos, perdas, paixões), não remontavam a acontecimentos da infância. Uma predisposição inata, um choque recente,

deslocar suas próprias rivalidades e seus conflitos de competência para este novo terreno: a idiotia. Quando evocam suas experiências ou suas obras, é para desvalorizar o conteúdo e contestar a pertinência, como também para dar caução à cientificidade exclusiva da medicina e, do mesmo modo, legitimar seu poder” (*Bourneville et l'infance alienée...*, op. cit., pp. 87 e 88). Hoje, porém, se pode dizer que essas questões corporativas não colocaram em risco o poder médico sobre os idiotas, até porque Séguin, por outra via, ajudou a legitimar a competência da medicina. Tudo o que publicou na França (mudou-se depois para os Estados Unidos) tem por base o saber médico: confirma e estende os métodos disciplinares da psiquiatria à educação dos idiotas.

⁴⁶³Relatório acerca do tratamento..., op. cit., pp. 46 e 47. O grifo é nosso.

⁴⁶⁴Ver: FOUCAULT, M., *Constituição da psiquiatria...*, op. cit., 8ª conferência.

ou ambos desencadeavam a doença mental. Ou seja: ninguém ficava louco por sua infância e muito menos no tempo de sua infância - a loucura não era um desvio da norma da idade infantil. Não que a educação da criança e seu caráter formador do humano, sua intervenção controladora dos instintos não pudesse fortalecer a vontade contra os excessos das paixões e não tivesse, portanto, ação preventiva. Mas não se buscava na infância o lugar da loucura, tampouco o momento em que ela poderia aparecer. Quais seriam, então, as justificativas? Para tentar responder a esta pergunta será necessário ir um pouco mais longe - à discussão da origem da própria loucura.

Duas correntes sustentaram a discussão sobre a explicação da alienação mental: a organicista com base na tradição anátomo-patológica da medicina clínica, defendendo a origem lesional, e a vitalista (ou psicológica) que buscava uma etiologia de ordem moral. Na prática cotidiana dos asilos, no entanto, fica difícil distinguir os meios terapêuticos de ambas as correntes, de vez que predominaram os de efeito moral. Até mesmo quando se aplicavam terapias medicamentosas nem sempre é possível desarticulá-las das práticas de normalização moral dos comportamentos. Para Esquirol, por exemplo, ficaram valendo ambas as etiologias: a organicista para os casos de idiotia e demência, e a vitalista para os casos de alienação. Mesmo assim, certas bases orgânicas e morais podiam interpenetrar-se nos casos intermediários (como na imbecilidade) ou nas alienações que causadas, via de regra, pelo acúmulo de exigências da civilização, produziriam um descompasso fisiológico na capacidade do organismo em regular o excesso de estímulos.⁴⁶⁵ De qualquer modo, quer os efeitos fossem orgânicos ou que existissem outras causas predisponentes, será sempre o desregramento das paixões a

⁴⁶⁵Ver, BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, pp. 31 e ss.

Obs.: Muitos dos comentários aqui expressos sobre Esquirol, e as relações entre paixão, loucura e civilização, terão por base este livro de Joel Birman.

origem das alienações. Na gravidez, por exemplo, arrolada como causa física, seriam as impressões maternas, a vergonha ou a tristeza, fatores que predisporiam ao enlouquecimento, ou constituiriam já no ventre as condições de uma parada no desenvolvimento, no caso da idiotia.⁴⁶⁶ Muitas das causas predisponentes seriam hereditárias, sobretudo as que aconteciam no ventre da mãe, porque a noção de herança biológica incluía o que hoje concebemos como caracteres adquiridos.⁴⁶⁷ E não apenas durante a gestação - a maior ou menor possibilidade das marcas hereditárias atuarem nos filhos dependia também do estado dos pais no momento da concepção. Por isso, Esquirol podia afirmar: "As crianças que nasceram antes que seus pais tinham ficado loucos, são menos sujeitas à alienação mental que aquelas que nasceram após (...)".⁴⁶⁸ Seria a certeza desta possibilidade que levou Voisin a incluir o atendimento preventivo dessas crianças em seu estabelecimento ortofrênico para idiotas. De fato, Joel Birman, comentando o texto de Esquirol, assinala: "Procura-se estabelecer relações entre alienação e hereditariedade, configurando-se um campo positivo que a fundamente do ponto de vista etiológico: a) a hereditariedade se marcaria nos descendentes dos alienados, através disso, ela poderia ser objeto de uma intervenção preventiva: as crianças, nascidas de pais alienados, seriam marcadas e deveriam receber uma educação especial; (...)".⁴⁶⁹

Mas, se a intervenção era apenas preventiva de uma afecção que só

⁴⁶⁶Várias teses brasileiras apontavam como causas da loucura e da idiotia as afecções morais da mãe durante a gravidez. Uma delas é a de José dos Santos Correia PINTO, como o sugestivo título *Influências físicas e morais dos pais sobre a prole*, tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, Tip. de Epihenio Pedroza, 1855.

⁴⁶⁷A noção de hereditariedade no século XIX foi assunto do Capítulo I. Por ora, basta assinalar que a explicação hereditária das doenças generalizou-se a partir da segunda metade do século, com a divulgação da teoria das degenerescências de Morel.

⁴⁶⁸*Des maladies mentales...*, op. cit., p. 65. Apud: BIRMAN, Joel, *A psiquiatria como discurso...*, op. cit., p. 80.

⁴⁶⁹*A psiquiatria como...*, op. cit., p. 79.

poderia surgir mais tarde era porque, estando a criança a salvo das paixões, não existiria loucura na infância: somente a idiotia pertenceria às particularidades desta etapa da vida humana. Sendo a loucura fruto do acirramento do conflito entre às exigências da natureza (necessidades da ordem do instinto de conservação e reprodução da vida) e os da civilização que, por sua vez, produziriam necessidades ilusórias, ela seria tanto mais freqüente quanto maior fosse a distância entre civilização e natureza. A paixão seria o afeto extremamente intenso que levaria à loucura pela incapacidade do organismo de regular esse conflito. Mas, paradoxalmente, a inserção do ser humano em duas ordens radicalmente opostas constituiria tanto a virtualidade da loucura quanto as condições mesmas da elevação do homem à humanidade, que o privaria da satisfação imediata e egoísta de seus instintos e o lançaria na sociabilidade altruísta. “A saúde mental adquire uma forma bem precisa, na conceituação do discurso psiquiátrico. Ela corresponde, no pensamento de Esquirol, a uma construção idealizada do que seria o equilíbrio entre as duas Ordens definidoras do conflito humano. Entre as duas tendências contrárias, a força dominante seria o movimento de se voltar para fora, para realização do ideal de sociabilidade. A ela se contrabalançaria a força oposta, de retorno às origens, ao mundo do egoísmo natural”⁴⁷⁰ Altruísmo e egoísmo, bem e mal constituiriam a polaridade normativa da vida social e da saúde mental. O indivíduo hígido buscaria a conservação da sua vida em harmonia com a conservação da espécie. O alienado, desprovido de sentimentos em relação aos outros, retornaria, através da criação de um mundo fictício, à satisfação egoísta e desenfreada dos prazeres que caracterizaria o instinto animal. Isto o levaria à destruição da condição humana: à morte física e/ou moral. Esse mesmo princípio de regulação do conflito entre natureza e domínio da civilização teria que

⁴⁷⁰Idem, pp. 156 e 157.

operar no processo de tratamento para reintroduzir o alienado nas normas morais tomadas imediatamente como humanas.

Ora, o homem nasce desprovido dessas normas que ele vai gradativamente adquirindo no decorrer da vida. A criança como ser da natureza não experimenta as paixões da civilização. Tem apenas paixões primárias provenientes de seus instintos. As exigências do meio são tênues para ela, o suficiente para não conflitar seu mundo instintivo. Por isso a criança é imune à loucura, e o que se poderia chamar de alienação na infância estaria restrito às causas não-morais como a idiotia e à imbecilidade.⁴⁷¹

Médicos brasileiros também tematizaram a relação entre loucura, paixões e civilização,⁴⁷² embora para muitos os fatores hereditários concorressem como causa principal que, a partir da difusão da teoria das degenerescências, acabavam por associar-se às causas sociais. Fortemente influenciados pela leitura das obras de Esquirol, nossos primeiros alienistas preocuparam-se em explicar a origem da loucura, a exemplo da primeira tese brasileira sobre a alienação:

“O aumento da civilização também concorre para aumentar o número de loucos; não porque os costumes sejam mais depravados, como crêem alguns autores,

⁴⁷¹Édouard Séguin, confirmando a tese de Esquirol, escreve em 1846:

“Si les enfants idiots ne sont pas des aliénés, et si l'on ne doit pas les confondre avec ces derniers, les enfants en général sont-ils susceptibles de tomber dans l'aliénation mentale?”

“La négative doit être pour deux raisons: la première, c'est qu'il n'existe aucune observation authentique que l'aliénation mentale recueillie sur un jeune sujet de moins de dix ans; la seconde tient aux conditions mêmes dans lesquelles se produit l'aliénation. Les passions avec toutes les conséquences individuelles, sociales, publiques et secrètes, qui en dérivent, jouent un rôle décisif dans la production de la folie, même quand la folie est un fait héréditaire, prévu (...). Por, jusqu'à quinze ou vingt ans, les passions viriles n'ont pas encore supplanté les instincts puériils, leur mode d'excitation n'a point agi sur le cerveau, ni réagi sur l'intestin; la folie, même quand on peut dire qu'elle existe à l'état occulte, c'est-à-dire, comme principe héréditaire, ne se produit pas sans cette première période de la vie”. SÉGUIN, Édouard, *Traitement moral, hygiène et éducation des idiots - et des autre enfants arriérés ou retardés dans leur développement, agités de mouvements involontaires, débiles, muets non sourds, bègues etc*, Paris, Chez J.B. Baillièrre, 1846, p. 93.

⁴⁷²Ver também a esse respeito em *Danação da norma...: Loucura, paixão e sociedade*, op. cit., pp. 410 a 422.

mas sim porque a atividade da vida intelectual e os reveses da fortuna são tão freqüentes no meio dos movimentos rápidos de uma civilização avançada, quanto são raros nas sociedades novas ainda, e pouco industriosas, nas quais o homem, tendo satisfeito suas necessidades físicas, tranqüilo, como qualquer outro animal, dorme no sono profundo da indiferença, até que novas necessidades se façam sentir. Daí vem que nos campos há menos loucos que nas grandes cidades (...); no entanto que nas cidades é as mais das vezes produzida pelo amor próprio lesado, a ambição frustrada, os reveses da fortuna. É por isso que na Inglaterra, diz mr. Esquirol, onde se acham reunidos todos os caprichos; onde as transações comerciais se aumentam progressivamente, e se arriscam em especulações longínquas, a alienação é tão freqüente”.⁴⁷³

Mencionando as relações que Esquirol propunha entre as alienações e as fases da vida, a tese de Antônio J.I. da Costa Figueiredo afirma: “... a infância está ao abrigo da loucura, a menos que nascendo o menino traga algum vício de conformação, ou que convulsões o lancem na idiotia, ou imbecilidade, (...) Pelo que fica dito poderíamos classificar a alienação conforme as idades (...): assim teríamos que atacando a um menino, ela nos dará um imbecil, é moço o afetado, um maniaco, ou monomaniaco; ataca um indivíduo na idade consistente, teremos um lipemaniaco, ou melancólico; se um velho, vê-lo-emos demente. Na infância não há idéias ou apenas se estão formando, na mocidade o cérebro é quase um vulcão, na idade consistente os pensamentos são firmes, na velhice o cérebro está extenuado, as idéias tornam-se quase as de uma criança”.⁴⁷⁴

⁴⁷³PEIXOTO, Antônio Luiz da Silva, *Considerações gerais sobre a alienação...*, op. cit., p. 5.

⁴⁷⁴FIGUEIREDO, Agostinho J.I. da Costa. *Breve estudo sobre...*, op. cit., p. 4.

Obs.: A tese de Antônio Luiz da S. Peixoto cita uma exceção: “Os meninos são isentos da loucura; entretanto, Mr. Esquirol cita um autor que diz observara um menino de dois anos maniaco. O mesmo refere que foi confiado aos seus cuidados um menino de nove anos, que ficara alienado em consequência de uma febre atáxica que sofrera. Como quer que seja, estes casos aparecem raras vezes, e diremos que a idade de 25 a 35 anos, em ambos os sexos, e em qualquer condição de vida, é a em que mais freqüentemente aparece a loucura”. *Considerações gerais sobre...*, op. cit., p. 3.

Encontra-se, portanto, em Esquirol o núcleo básico de duas noções muito importantes para a psiquiatria: a de desenvolvimento e a de instinto, que outros autores como Voisin e Séguin irão retomar em seus trabalhos com crianças.

Já vimos no Capítulo I como a explicação da origem da formação dos órgãos fez surgir, através da ciência da monstruosidade,⁴⁷⁵ uma embriologia. Tratava-se de determinar as normas naturais que regem o desenvolvimento do embrião, verificando o momento em que se deu a parada do desenvolvimento e a conseqüente fixação do órgão a uma fase que deveria ser ultrapassada por outra. Pois esta parada do desenvolvimento, este defeito de fabricação, passaram a estar presentes em todas as explicações sobre a idiotia - a fatalidade biológica das malformações inatas, permanentes e incuráveis. Parece que é dela que Esquirol se serve para diferenciar a idiotia da demência. Mas é nesta distinção que fica clara a idéia de desenvolvimento não como uma norma, uma lei natural da qual ninguém escapa, mas como uma propriedade que uns possuem outros não. Jogando a loucura no tempo, atribuindo-lhe particularidades para as etapas da vida onde ela acontece, ele imprime no louco e no demente as vicissitudes de uma história e as suprime inteiramente no idiota. Assim, a incurabilidade estaria marcada pelo desenvolvimento enquanto propriedade. A do demente pelo fim de uma história - é um proprietário que ficou pobre. A do idiota, por uma história que ele nunca teve porque já nasceu despossuído.

É em Séguin que veremos esta noção de desenvolvimento não mais apresentada como propriedade ou faculdade dos indivíduos, mas um processo universal, sujeito às contingências de uma velocidade ou de uma parada. O próprio título de seu

⁴⁷⁵A teratologia ou ciência da monstruosidade tem origem nas pesquisas de Etienne Geoffroy Saint-Hilaire que rejeita as afecções morais como causa da monstruosidade, argumentando que não há diferença de nascimentos monstruosos em filhos legítimos ou naturais, assim como não há nem mais

livro, *Traitement moral des idiots*⁴⁷⁶ enuncia esta tese. Enquanto processo, o desenvolvimento é a norma da infância, onde podem acontecer variações: “O idiota, mesmo superficial, apresenta uma parada do desenvolvimento fisiológico e psicológico; a criança retardada não tem essa parada, apenas se desenvolve mais lentamente que as crianças de sua idade; ela se atrasa em toda a linha do seu progresso; e este retardo, cada dia mais considerável, acaba por estabelecer entre elas uma diferença enorme, uma distância insuperável”.⁴⁷⁷ Com o tempo, esta noção de desenvolvimento irá conduzir uma dupla normatividade.⁴⁷⁸ Primeiro ao estabelecer que na criança, qualquer que seja o seu atraso, o que deve ser considerado é o retardamento, cuja norma será definida pelas demais crianças. Segundo, a idiotia (ou a imbecilidade) terá como norma o adulto, aquele que já completou o seu desenvolvimento fisiológico. Hoje dizemos: crianças são retardadas, adultos são deficientes mentais.

Ao definir a idiotia pelo desenvolvimento e ao defender um método para a educação dos idiotas, fica cada vez mais distante em Séguin a relação entre idiotia e doença, que em Esquirol transparecia na equivalência à incurabilidade de um estado crônico. Contudo, apesar de ter sido bastante questionado pelos psiquiatras pelo fato de não ser médico, ele priorizou um tratamento moral acima das técnicas propriamente pedagógicas, preconizando táticas bem próximas daquelas que a psiquiatria usava na domesticação do louco. É que a idiotia não significava apenas uma diminuição ou uma

nem menos monstros entre os animais que entre os homens. SAINT-HILAIRE, Geoffroy, E., *Philosophie anatomique des monstruosité humaines*, Paris, 1822.

⁴⁷⁶Trata-se do livro: *Traitement moral, hygiène et éducation des idiots, et des autres enfants arriérés ou retardés dans leur développement, agités de mouvements involontaires, débiles, muets non sourds, bègues etc.*, op. cit.

⁴⁷⁷“L’idiot, même superficiel, offre un arrêt de développement physiologique et psychologique; l’enfant retardé ne s’arrête pas dans le sien, seulement il se développe plus lentement que les enfants de son âge; il est arriéré sur toute la ligne de leurs progrès; et ce retard, chaque jour plus considérable, finit par établir entre lui et eux une différence énorme, une distance infranchissable.” Idem, p. 72.

⁴⁷⁸Ver: FOUCAULT, M., *Constituição da...*, op. cit., 9ª conferência.

parada do desenvolvimento da inteligência, mas sobretudo uma supressão da vontade moral - noção que irá fornecer positividade ao instinto e estender a todos os anormais o poder controlador que a psiquiatria já exercia sobre o louco. Tentaremos tornar mais clara cada peça dessa construção.

Retomando os princípios de Esquirol sobre a primasia da ordem moral na constituição do humano, Séguin a considera englobando três funções⁴⁷⁹: atividade, inteligência e vontade para as quais dirigirá as etapas do seu método.⁴⁸⁰ Na hierarquia dessas funções, a vontade será o eixo de dominação das demais. Assim, a partir do que observou nos idiotas ele poderá afirmar: “A idiotia é uma enfermidade⁴⁸¹ do sistema nervoso, que tem o efeito radical de subtrair todo ou parte dos órgãos e das faculdades da criança à ação regular de sua vontade que deixa livre seus instintos e a retrai do mundo moral. (...). O tipo idiota é um indivíduo que nada sabe, nada pode, nada quer, e cada idiota se aproxima mais ou menos do máximo de incapacidade”.⁴⁸² Ou melhor: não faltaria ao idiota uma vontade, mas ela seria puramente instintiva e, por isso, caótica - que o levaria a comer e beber em demasia, a gritar e a agitar-se descontroladamente, ou a imobilizar-se na inércia profunda de não fazer nada. Nele faltariam as dimensões superiores da vontade intelectual e moral, cuja ausência fazem do idiota aquela estranha figura que só é capaz de ter vontade de não querer ter vontade. Ele é uma vontade negativa que diz não a toda ordem, a tudo que não seja a satisfação imediata dos

⁴⁷⁹Séguin, preocupado em dar um cunho fisiológico ao seu método, descarta o que chama de teoria metafísica, procurando assentar suas explicações psicológicas no desenvolvimento e nas funções do organismo. Assim toma as faculdades como consequência do funcionamento dos órgãos.

⁴⁸⁰Séguin apresenta uma “fórmula” especial para seu método: “L’éducation doit embrasser: 1° l’activité, 2° l’intelligence, 3° la volonté, qui correspondent aux trois aspects de être humain: le sentiment, l’esprit, la moralité”. *Traitement moral...*, op. cit., p. 343.

⁴⁸¹O termo enfermidade refere-se não propriamente à doença, mas a uma afecção, a um grau permanente lesão do sistema nervoso que pode ou não ter origem numa doença.

⁴⁸²“L’idiotie est une infirmité du système nerveux, qui a pour effet radical de soustraire tout ou partie des organes et des facultés de l’enfant à l’action régulière de sa volonté qui le livre à ses instincts et le

instintos. A falta de uma vontade afirmativa superior, ao mesmo tempo frenadora dos instintos e impulsionadora do julgamento moral e da socialização do indivíduo, jogaria o idiota no caos da animalidade. A educação teria, então, a tarefa de retirá-lo da prisão da vontade negativa dos instintos e elevá-lo ao universo das possibilidades humanas. Por isso, todo o trabalho educativo deve ser eminentemente moral. Séguin resume em poucas palavras a essência de seu método, exposto num livro de mais de 700 páginas: “O tratamento moral é no meu método, o princípio de tudo, é o começo e o fim, é todo o método, porque é em si ‘a princípio’ ”.⁴⁸³ Um tratamento moral da vontade, uma vez que não é o desenvolvimento da inteligência (parada, atraso ou diminuição) a função definidora da idiotia: “... as desordens da vontade são muito mais graves na idiotia (...), que todas as outras desordens fisiológicas e psicológicas reunidas”.⁴⁸⁴ Ou seja, o que importa é a parada ou o atraso do desenvolvimento da vontade. Um tratamento moral em que a presença imperativa do mestre é imprescindível. Toda a sua autoridade será necessária para obter a obediência do aluno, que significa a aceitação da vontade superior do mestre, a transformação do não instintivo em sim moral. Retirar a criança da permissividade e do abandono aos seus instintos, a que se encontra, via de regra, relegada no interior de sua família.⁴⁸⁵ Colocá-la sob o império do corpo do mestre, de seu olhar, de suas palavras de ordem. É o gesto autoritário do mestre que promove a vontade superior do aluno, e que comprime a vontade primária dos instintos: “Com o idiota é preciso primeiro que o Mestre manifeste sua vontade sob forma intrínseca e

retranche du monde moral (...). L’idiot type est un individu qui ne sait rien, ne peut rien, ne veut rien, et chaque idiot se rapproche plus ou moins de ce summum d’incapacité.” Idem, p. 107.

⁴⁸³“Le traitement moral c’est, dans ma méthode, ce qu’est le principe en tout chose, c’est le commencement et la fin, c’est toute la méthode, car tout est en lui, ‘a princípio’”. Idem, p. 642.

⁴⁸⁴“(...) les désordres de la volonté sont beaucoup plus graves dans l’idiotie sans complication, que tous les autres désordres physiologiques et psychologiques réunis.” Idem, p. 663.

⁴⁸⁵Ver: Idem, pp. 665 e ss.

absoluta, que ele queira com todo aparelho da vontade, que ele queira de modo imperativo, o mais imperativo”.⁴⁸⁶

Uma medicina mental que tomava para si o encargo de instituir a ordem, de impedir o retorno à origem animal ou à degenerescência da espécie, teria que operar contra a maldade dos instintos e instaurar a regra amorosa da sociabilidade.⁴⁸⁷ Não mais a perdição do pecado ou a bem-aventurança da salvação. Não apenas a promoção do bem pela razão ou a sua destruição pela desrazão. Mas uma regra de separação entre bem e mal peculiar ao humano que, partindo do biológico, se transformasse em outra “natureza” no social. Um duplo movimento: a naturalização da moral e a moralização da natureza.

A criança foi o objeto e o instrumento privilegiados dessa construção. Mais próxima da origem, por isso sujeita à desordenação dos instintos, a apreensão de certas características regulares do seu desenvolvimento se deu através daqueles que apresentavam variações negativas destas mesmas características. A anormalidade como necessária e anterior à produção da norma, como diria Canguilhem.⁴⁸⁸ A transparência das normas da infância ofereceu a consistência necessária ao saber e às práticas de normalização de todas as demais etapas da vida. E mais, a todas as dimensões da vida social e individual. De fato: “As sofisticções introduzidas no estudo dos períodos evolutivos, as minúcias sobre os vários processos presentes nas várias etapas, a consideração de etapas cada vez mais curtas no tempo, serão sempre dirigidas para apreensão de regularidades iniciais do desenvolvimento, capazes de fornecer quer uma

⁴⁸⁶”Avec l’idiot il faut d’abord que le Maître manifeste sa volonté sous la forme intrinsèque et absolue. qu’il veuille avec tout l’appareil de la volonté, qu’il veuille avec le mode impératif, le plus impératif.”
Idem, p. 667.

⁴⁸⁷Ver: BIRMAN, Joel, *A psiquiatria como...*, op. cit., p. 160.

⁴⁸⁸Ver: CANGUILHEM, Georges, *O normal e o ...*, op. cit., p. 216.

racionalidade para o ser-de-loucura, quer a possibilidade de se intervir pedagogicamente (prevenção) no discurso infantil e familiar, a fim de evitar o surgimento da alienação”.⁴⁸⁹

A referência à massa profunda do tempo enquanto dimensão da subjetividade e a correspondência das etapas da vida a certas patologias mentais já se encontram presentes em Esquirol. Esse esboço de historicização do sujeito, marcado pelo acontecimento de sua inserção no mundo social, fez da loucura uma virtualidade do humano. Se a alienação é fruto do descontrole das paixões face às exigências da civilização na vida adulta, então ela poderia ter uma história anterior. Algo que teria começado na infância, uma disposição inata ou a influência da falta de disciplina dos instintos necessários à formação de todas as crianças, seriam seus antecedentes. Não fica difícil deduzir daí o caráter preventivo da educação. Família e escola seriam responsáveis pela aquisição de uma vontade superior para enfrentar os obstáculos da vida adulta. A falência da autoridade de pais e mestres, a disciplicência com o rigor de uma orientação moral e intelectual nos colégios, desviariam a criança da realização suprema de sujeição às normas da sociabilidade. Ora, o tratamento moral, fundado no discurso da autoridade e da submissão, não se destinava apenas ao louco, no sentido de curá-lo do desvio e fazê-lo retornar à ordem humana. Ele foi estendido, sob a forma de prevenção, à criança, cujo ingresso nessa ordem deveria ser preparado por uma higiene pedagógica. A infância seria em si mesma, não o lugar da loucura, mas de um risco, e de um risco ainda maior se apresentasse os defeitos da idiotia, do retardo, de uma educação mal administrada ou uma má disposição hereditária.

Antes de Séguin, Félix Voisin, discípulo de Gall o fundador da

⁴⁸⁹BIRMAN. Joel, *A psiquiatria como...*, op. cit., pp. 170 e 171.

frenologia,⁴⁹⁰ colocou em prática os fundamentos de uma educação preventiva, fundando em 1834 o seu Instituto de Ortofrenia.⁴⁹¹ O objetivo corretivo, ou de “endireitamento”, como descreve dr. Neves em seu relatório, acha-se enunciado na própria denominação do Instituto. Seu projeto preventivo semelhante ao de Séguin, era o de uma prática institucional de recuperação das faculdades mal formadas. Uma recuperação que não se destinava apenas aos idiotas, tal como Séguin os descreveu. A originalidade de Voisin que, a nosso ver, tornou-se peça importante na construção da figura da criança anormal e que atravessará o século XX, consistiu na inclusão na categoria de idiotia de outras crianças em risco: as viciosas, as suspeitas de taras hereditárias, aquelas cujo exame dos ossos do crânio demonstrasse propensões para o crime, além das que apresentassem algum grau de retardo de inteligência. Era principalmente a noção de instinto e as vicissitudes dos seus desvios que orientavam essa classificação. Eles não estariam presentes apenas na criança retardada, ou naquelas afetadas por uma lesão inata que estancou seu desenvolvimento. O instinto, para Voisin, era a animalidade latente em todo ser humano, o furor de uma besta fera a rugir nos abismos da alma que precisaria ser contido por um processo de domesticação,⁴⁹² o que traduz o princípio de uma educação preventiva: lutar contra os obstáculos da natureza antes que configurem a alienação no adulto. Com isso, amplia na prática o que já havia sido enunciado por Esquirol a respeito do fundamento instintivo das alienações - estende o tratamento moral como prevenção na infância de todos os desvios.

“Quando o discurso psiquiátrico explicitava sua estrutura preventiva

⁴⁹⁰Sobre a frenologia, ver no Capítulo I: *Espelhos da alma: os estigmas das degenerescências*.

⁴⁹¹ Parece que o apoio do governo francês não foi suficiente para manter em funcionamento o Instituto de Voisin. É o que nos relata o dr. Neves, em 1848: “Apesar dos ótimos resultados obtidos por Mr. Voisin, o seu estabelecimento ‘ortofrênico’ não pôde continuar a existir por falta de meios suficientes que cobrissem sua grande despesa”. *Relatório acerca do tratamento...*, op. cit., p. 16.

⁴⁹² Ver: BIRMAN, Joel, *A psiquiatria como...*, op. cit., pp. 161 a 165.

abrindo um horizonte de intervenção no mundo 'ingênuo' da infância, ele passava também a descobrir as vertentes 'malévolas' desta faixa do desenvolvimento humano, em que o sujeito não passava de uma montagem instintiva em busca de satisfação",⁴⁹³ assinala Joel Birman. É assim que, uma vez articuladas as noções de instinto e desenvolvimento, eles passaram a funcionar como charneira do processo de psiquiatrização da infância, elevando a investigação às fases cada vez mais remotas da vida humana. E não apenas quanto ao aspecto especulativo teórico. Segundo Foucault, foi a reelaboração do conceito de idiotia nos primeiros cinquenta anos do século XIX que permitiu a introdução paulatina daquelas duas noções (desenvolvimento e instinto) importantes no projeto disciplinar da psiquiatria e que acabou por escapar do limite do asilo e a invadir a escola, a família e a fábrica.⁴⁹⁴ Do ponto de vista discursivo, um duplo movimento, a nosso ver, aparentemente contraditório: 1º a distinção, através da neuropatologia, entre aqueles portadores de uma lesão no sistema nervoso (os idiotas) e os verdadeiros doentes mentais. Isto tornou possível o refinamento da noção de desenvolvimento e das normas da infância; 2º a assimilação do idiota ao louco pela noção de instinto que se traduziria na criança não pela alienação, mas pela anormalidade. De fato, veremos Bourneville no final do século XIX confirmar esta distinção/indistinção da idiotia. Por um lado ela é uma doença crônica do sistema nervoso central à diferença da loucura. De outro, não sendo apenas um atraso da inteligência, os idiotas tal como os

⁴⁹³Idem, p. 166.

⁴⁹⁴Ver: *A constituição da...*, op. cit., 8ª conferência.

Foucault descreve dois acontecimentos não discursivos, ao lado da elaboração teórica, que teriam levado a efeito, na prática, a assimilação do idiota ao louco, em meados do século XIX, na França: 1º liberar a mão-de-obra dos pais para o trabalho que, ocupados com essas crianças não tinham condições de ingressar no sistema de produção industrial. A consequência foi a reclusão delas nos asilos de alienados; 2º a lei francesa de 1838 que regia as normas de internamento dos alienados, tornava as coletividades responsáveis pela manutenção dos asilos - elas deviam custear a internação dessas crianças. Resultado: os médicos começam a exagerar o risco do louco, disseminando a idéia do louco perigoso, e do idiota, o indivíduo colérico que se masturba em público. Todos, numa ampla categoria,

loucos, estavam sujeitos aos desvios do instinto: "ladrões, mentirosos, onanistas, pederastas, incendiários, destruidores, homicidas, envenenadores etc."⁴⁹⁵

Todo esse longo processo engendrado pela psiquiatria francesa será o fundamento dos primeiros trabalhos dos nossos médicos e educadores sobre a criança anormal no início do século XX. Tamanha autoridade de suas afirmações encontravam legitimidade na psiquiatria estrangeira mais avançada. E o alvo privilegiado será a criança, não mais os meninos da elite reclusos nos colégios internos de que falaram nossos higienistas em meados do século XIX. Destes meninos os primeiros dispositivos disciplinares exigiam um bom comportamento, boa audição e visão⁴⁹⁶ para aprender. Neles não se estimulava uma individualidade, mas um comportamento de massa: as boas maneiras de sentar, de falar, a boa caligrafia, a obediência sob o olhar atento do mestre e sua palmatória.⁴⁹⁷ A vigilância sobre eles não os estimulava a falar de si mesmos ou a agir para que fossem observados, diferenciados, classificados. Não havia sido instituída no Brasil uma medicina mental, cujas normas irão, mais tarde, identificá-los de outra maneira.

passam a ser considerados perigosos para a sociedade, a fim de que a lei possa ser colocada em prática. Ver; Idem. 9ª conferência.

⁴⁹⁵BOURNEVILLE, D.M., *Assistance, traitement et éducation des enfants idiots et dégénérés*. Rapports au Congrès d'Assistance Publique, Lyon, 1894, Paris, Le Progrès médical, 1895, pp. 145 e 146. *Apud*: GATEAUX-MENNECIER, Jacqueline. *Bourneville et l'enfance...* op. cit., pp. 96 e 97.

⁴⁹⁶Ainda em 1888. Carlos Rodrigues VASCOCELOS, além de advertir para o perigo de excitar demais o sistema nervoso dos estudantes com os excessos de trabalho intelectual que poderiam levar ao 'surmenage' cerebral e às moléstias conseqüentes, recomenda o exame da visão e da audição e os cuidados que o professor deve ter com os alunos de 'ouvido duro' ". *Higiene escolar: suas aplicações à cidade do Rio de Janeiro*, Tese de concurso, Rio de Janeiro, Tip. Perserverança, 1888, p. 128. (O grifo é nosso).

⁴⁹⁷Além das prescrições sobre os cuidados higiênicos em geral, e em especial com os órgãos da visão e da audição para as crianças dos colégios, a tese de Antenor Augusto Ribeiro Guimarães, em 1858, assim se refere aos castigos: "... não se pode (...) admitir a supressão das punições". Recomenda, entretanto, moderação: "Os meios brutais e os castigos corporais devem ser banidos, reservando-se apenas o uso da palmatória (o grifo é nosso) com a maior discricção pelos diretores dos estabelecimentos". *Higiene dos colégios...*, op. cit., p. 57.

Como vimos no final do item anterior deste capítulo, datam do início do século XX os primeiros esforços de assistência à infância⁴⁹⁸ e assim também os primeiros trabalhos publicados. Segundo Basílio de Magalhães, a primeira obra brasileira a tratar especificamente da criança anormal foi do dr. Carlos Eiras em 1900, *Da educação e tratamento médico-pedagógico dos idiotas*,⁴⁹⁹ e que se referia “exclusivamente aos anormais mais graves da vida intelectual”.⁵⁰⁰ Em 1903, Fernandes Figueira publica na França um dos primeiros livros sobre pediatria: *Éléments de séméiologie infantile*.⁵⁰¹ Trata-se de um alentado estudo sobre as doenças infantis, onde defende uma terapêutica profilática de descoberta da hereditariedade mórbida, arrolando dentre outras afecções, a idiotia e as respectivas etiologia e semiologia de Bourneville. Inúmeras outras obras de caráter mais ou menos médico ou pedagógico são publicadas nesse período. Sem a preocupação de resenhá-las exaustivamente,⁵⁰² é interessante, no entanto, observar o que

⁴⁹⁸ Trata-se dos trabalhos de Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

⁴⁹⁹ EIRAS, Carlos. *Da educação e tratamento médico-pedagógico aos idiotas. Trabalho apresentado no 4o Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia - 1900. Apud: MAGALHÃES, Basílio, Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência - contribuição para o estudo desse complexo problema científico e social, cuja solução urgentemente reclamam, - a bem da infância de agora e das gerações porvindouras, - os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais da pátria brasileira*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1913, p. 8.

Obs.: Não nos foi possível encontrar esse trabalho do dr. Eiras.

⁵⁰⁰ Idem, p. 9.

⁵⁰¹ FERNANDES FIGUEIRA, *Éléments de séméiologie infantile*, Paris, Octave Doin Editeur, 1903.

⁵⁰² Foram pesquisadas as seguintes obras específicas sobre o tema (pela data de publicação):

MELLO, B. Vieira de, *A higiene na escola*, São Paulo, Tip. Diário Oficial, 1902.

FERNANDES FIGUEIRA, *Éléments de séméiologie infantile...*, op. cit.

_____, *Educação médico-pedagógica das crianças atrasadas*. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, ano VI (3-4), 1910, pp. 320 a 331, Rio de Janeiro, Ofic. Tip. do Hospício Nacional.

MAGALHÃES, Basílio de, *Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência - contribuição para o estudo desse complexo problema científico e social, cuja solução urgentemente reclamam, - a bem da infância de agora e das gerações porvindouras, - os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais, da pátria brasileira*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1913.

QUAGLIO, Clemente, *A solução do problema pedagógico-social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil*, São Paulo, Tip. Espínola & Comp., 1913.

GODOIS, A.B. Barbosa, *Higiene pedagógica para uso de normalistas*, Maranhão, Imprensa Oficial, 1914.

MELLO, B. Vieira de, *Escolas ao ar livre e colônias de férias - escolas especiais para tardos*, São Paulo, Gazeta Clínica de São Paulo, out., 1917.

elas têm em comum e como contribuíram para a produção da criança anormal em nosso país.

Tendo sido gerados pela psiquiatria, os estudos sobre as anormalidades infantis, quer sejam seus autores médicos ou educadores, levam sempre adiante o afã classificatório da medicina mental. Uma espécie de desvario nosográfico que parece perdurar até hoje para os chamados casos intermediários ou fronteiros à deficiência.⁵⁰³ No início do século XX encontram-se as acepções mais variadas em autores diferentes e, às vezes, confundindo-se num mesmo autor. Em princípio, anormal seria tudo que foge à norma. E nesse sentido tão amplo, nossos autores descrevem classificações estrangeiras que ora limitam o termo a idiotas, imbecis, surdos-mudos e cegos, ora estendem-no aos mais diversos tipos de 'déficit', doença, lesão ou perturbação de

_____, *Higiene escolar e pedagógica - para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino*, São Paulo, Casa Vanorden, 1917.

MAGALHÃES, Basílio de, *A educação da infância normal e das crianças mentalmente atrasadas - apreciação sumária dos modernos sistemas pedagógicos europeus e indicação das modificações imprescindíveis que devem sofrer no ambiente físico-social do novo mundo*. 1º Congresso Americano da Criança, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917.

PERNAMBUCANO, Ulysses, *Classificação das crianças anormais - a parada do desenvolvimento e suas formas: a instabilidade e a astenia mental*, Dissertação de concurso para professor catedrático da Escola normal Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, Imprensa Industrial, 1918.

FONTENELLE, José Paranhos, *Deficiência mental nos escolares*, A Folha Médica, Rio de Janeiro, ano I, nº 15, 18 de set., 1920.

COSTA, Antônio Luiz da, *Assistência às crianças anormais - sob o ponto de vista físico*, Tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia, Livraria e Tip. do Comércio, 1924.

FONTENELLE, José Paranhos, *Higiene mental e educação*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1925.

LIMA, Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos, *Higiene mental da educação*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1927.

PINTO, Norberto Souza, *A infância retardatária - ensaios de ortofrenia*, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1928.

FIGUEIRA FERNANDES, *Elementos de patologia e higiene infantil*, Rio de Janeiro, F. Friguiet & C., 1929.

⁵⁰³A propósito desses casos intermediários, ou o que hoje chamamos (dentre outras nomenclaturas) de "distúrbios de aprendizagem", Alan O. Ross confirma a confusão que ainda domina a área e propõe, como no início do século, o aperfeiçoamento das classificações: "... do conhecimento rudimentar que se tem desse campo, é de se ponderar que cada definição em uso focaliza o que não seja a condição de incapacidade, não considerando o que é indeterminado e, portanto, ambíguo. Outrossim, quando definido dessa maneira, o 'distúrbio de aprendizagem' classifica-se numa categoria heterogênea. Para progresso nesse campo requer-se aperfeiçoamento da definição e uma identificação em subcategorias". *Aspectos psicológicos dos distúrbios de aprendizagem e dificuldades de leitura*, São Paulo, Mc Graw-Hill, 1979, p. 28.

qualquer natureza ou grau. Desse modo encontram-se incluídos, além dos já citados: os atrasados pedagógicos, retardados mentais, débeis mentais, os fisicamente débeis, astênicos ou preguiçosos, os paralíticos, epiléticos, histéricos, os imbecis morais, instáveis, retardados instáveis ou mistos, indisciplinados, desequilibrados, as crianças maltratadas, viciosas, viciadas, abandonadas e as anomalias transitórias. Em geral, dentre as classificações que citam, nossos autores tiveram suas preferências, muitas vezes acrescentando novas categorias ou apresentando a sua própria classificação. Ninguém parecia estar satisfeito com alguma já feita. Em meio à balbúrdia, um traço comum a todas elas, sem exceção: o critério negativo da falta que a polaridade da norma institui a serviço das práticas institucionais da medicina, da educação e da justiça. De qualquer forma ou qualquer que seja o “avanço” dos critérios de separação, o olhar será sempre negativo - critérios que estarão inextricavelmente trespassados enquanto problema para o médico, o professor ou o juiz.

Mas, como já dissemos, nossos autores tiveram suas preferências. Crianças cegas, por exemplo, nunca figuraram entre as anormais, embora até fossem mencionadas em classificações estrangeiras, como a de Decroly, citado por Barbosa Godois e que este autor não considera anormais por não sofrerem de afecção do sistema nervoso.⁵⁰⁴ Por sua vez, os surdos-mudos, embora bem menos assíduos que os atrasados intelectuais e morais, também freqüentaram as páginas dos nossos especialistas. Em 1913, por exemplo, eles foram objeto das preocupações de Basílio de Magalhães.⁵⁰⁵ Em 1928, Norberto de Souza Pinto dedica a eles um capítulo de seu livro,

⁵⁰⁴GODOIS, A.B. Barbosa, *Higiene pedagógica...*, op. cit., p. 63.

Como já observamos em outra parte, os cegos escaparam dos higienistas e das degenerescências no século XIX, das classificações das anormalidades infantis e das preocupações dos eugenistas até a segunda década do século XX, quando então passam a compor as listas dos portadores de taras hereditárias, candidatos às medidas eugênicas das proibições dos casamentos e à esterilização.

⁵⁰⁵*Tratamento e educação das crianças...*, op. cit., pp. 135 a 144.

justificando: “Entre as anormalidades da infância a Surdo-Mudez se apresenta em primeiro plano com o seu quadro estatístico, indicador dos males que atacam e alteram profundamente certas funções de importância vital para o desenvolvimento das forças psíquicas (...)”,⁵⁰⁶ e “que as alterações sofridas pelo surdo-mudo não atacam de forma alguma a própria essência das faculdades, eles sofrem, no entanto, um atraso em seu desenvolvimento produzindo em sua inércia prolongada, uma simples debilidade”.⁵⁰⁷ Por isso, os classifica “entre os anormais mistos, cuja verdadeira anomalia sensorial deriva das muitas e recíprocas relações psico-físicas e alterações de mentalidade”.⁵⁰⁸ Crianças paralíticas, mutiladas, portadoras de defeito físico e motor também estiveram completamente ausentes dos textos médicos e pedagógicos. Quanto aos três primeiros defeitos, talvez agrupados no que os censos do século XIX chamou de aleijados,⁵⁰⁹ pudemos encontrar apenas uma menção no livro de Barbosa Godois, onde reproduz a classificação de Decroly que os denominou “anormais por defeito físico”.⁵¹⁰ Quanto aos portadores de defeitos motores, pode-se supor que não havia distinção entre estes e os idiotas, o que se observa no subtítulo do livro de Séguin, de 1846, *Traitment moral des idiots*,⁵¹¹ onde o autor os inclui como “agitados de movimentos involuntários”. De resto, nas obras pesquisadas o silêncio é completo - situação semelhante a da França, onde foram amalgamados aos retardados mentais profundos. Segundo Monique Vial: “Diferentemente dos cegos e dos surdos os portadores de handicapes motores não constituem então uma categoria claramente diferenciada (...). Que seja possível escolarizar crianças atingidas por handicapes motores severos nunca foi uma certeza: sob

⁵⁰⁶ *A infância retardatária...*, op. cit., p. 70. As letras maiúsculas e os grifos são do autor.

⁵⁰⁷ *Idem*, p. 75.

⁵⁰⁸ *Idem*, p. 76.

⁵⁰⁹ Sobre os censos do século XIX, ver item anterior.

⁵¹⁰ GODOIS, A.B. Barbosa. *Higiene pedagógica...*, op. cit., p. 63.

⁵¹¹ *Op. cit.*

este ponto de vista, estes são os últimos a chegar à educação dos deficientes”.⁵¹²

Na medida em que a escola cresce de importância, e mesmo sem abranger a todas as crianças (como a lei de 1881 do ensino obrigatório na França⁵¹³), os critérios médicos mesclam-se aos pedagógicos e a anormalidade infantil passa gradativamente a estar referida às possibilidades de escolarização. Ou seja: os sintomas que começam a aparecer com o ingresso da criança na escola, transformam-se em critérios de separação classificatória e demarcam a inclusão em espaços institucionais diferentes: crianças de escolas regulares, as de escolas especiais e as de asilo por serem ineducáveis.

De início, os primeiros trabalhos apresentavam uma orientação predominantemente médica, como o livro citado de Fernandes Figueira que, em 1903, sustentava as referências às degenerescências do sistema nervoso de Magnan e se utilizava dos critérios anátomo-patológicos de Bourneville para classificar os idiotas, sem contudo, referir-se à educação. Assim também as primeiras obras de higiene escolar, como a de Vieira de Mello em 1902, onde se encontra apenas uma rápida menção aos problemas de escolarização: “Os alunos reconhecidamente débeis, ou que apresentam predisposição para determinadas moléstias não devem ser submetidos ao mesmo regime escolar que os dotados de robustez física e intelectual”.⁵¹⁴ Em 1910 veremos o dr. Fernandes Figueira, embora preocupado com o asilo de idiotas, utilizar-se da expressão

⁵¹²VIAL, Monique, *Les enfants 'anormaux'...*, op. cit., pp. 54 e 55. “A la différence des aveugles et des sourds, les handicapés moteurs ne constituent pas alors une catégorie nettement différenciée (...) Qu’il soit possible de scolariser des enfants atteints de handicaps moteurs sévères n’a pas toujours été une certitude: à bien des égards, les handicapés moteurs sont les tard-venus dans l’éducation des déficients.”

⁵¹³Segundo Foucault, embora a distinção entre as crianças idiotas e as crianças normais tenha se iniciado na França bem antes da organização do ensino primário, foi a partir do final do século XIX, com a lei do ensino obrigatório, que a escola passa a servir de filtro, quando se aplicam questionários, inquéritos, e mais tarde, testes para descobrir idiotas, débeis ou retardados. De resto, o cuidado com essas crianças e a própria escolarização regular das demais, surgiram para que os pais pudessem tornar-se disponíveis para o mercado de trabalho. Ver, *Constituição da psiquiatria...*, op. cit., 9ª conferência.

⁵¹⁴*A higiene na escola...*, São Paulo, Tip. do Diário Oficial, 1902, p. 71.

'atrasados pedagógicos', e recomendar para estes assistência familiar, além da criação de escolas especiais para débeis e a inspeção escolar como meio de proteção à criança.⁵¹⁵ Critérios médicos e pedagógicos começam a ser concomitantemente usados, principalmente quando se trata de distinguir os anormais completos (ou ineducáveis), os incompletos (educáveis) das demais crianças escolares. Em 1913, Basílio de Magalhães utiliza-se da definição médica de Bourneville para a verdadeira anormalidade da inteligência: "... parada de desenvolvimento congênita ou superveniente das faculdades intelectuais, morais e afetivas, acompanhadas ou não de perturbações motoras ou perversão dos instintos".⁵¹⁶ Por outro lado, propõe a diagnose e processo de seleção dos anormais encarados do ponto de vista da escolaridade.⁵¹⁷ Aos anormais completos propõe graus e aos incompletos novas subdivisões: instáveis, astênicos, epiléticos, histéricos e sub-normais.

Não foi o idiota (ou o retardado mental severo) o grande problema da escola. Se sua resistência a tudo e a todos, se sua vontade negativa (Séguin) serviram de matéria bruta para a construção de muito do que se conhece hoje sobre a criança, como também para a extensão dos controles da psiquiatria às práticas psico-pedagógicas, ele mesmo sobrou no final da linha desse processo. Excluído da escola já estava, mesmo antes de entrar. Nunca foi preciso grande sutileza dos diagnósticos para deixá-lo de fora ou torná-lo um candidato ao asilo. A questão eram os outros, aqueles que, num primeiro momento poderiam passar despercebidos ao olhar do mestre. Perigosa invisibilidade desses seres intermediários que, misturados nas escolas regulares, espalhavam a

Em 1917, o mesmo autor escreve outro livro com referências muito mais minuciosas sobre a criança anormal: *Higiene escolar e...*, op. cit.

⁵¹⁵Ver: *Educação médico-pedagógica...*, op. cit.

⁵¹⁶*Tratamento e educação...*, op. cit., p. 29.

⁵¹⁷Ver: *Idem*, pp. 78 a 94.

desordem e a indisciplina e impossibilitavam qualquer trabalho pedagógico. Clemente Quaglio em 1913 confirma: “O deficiente mental ou o anormal de certa gravidade é facilmente reconhecível, mas quando os sinais são leves e mascarados é muito fácil tomar um normal defeituoso por um verdadeiro anormal”.⁵¹⁸ Por isso, escolhe este último como objeto de seu trabalho: “Ocupar-nos-amos, pois, somente dos retardados e instáveis (impulsivos e desequilibrados), isto é dos anormais psíquicos verdadeiros, segundo a classificação de Binet, de Sanctis (...), que devido a uma enfermidade congênita ou adquirida dos centros nervosos, apresentam distúrbios no desenvolvimento intelectual que os tornam incapazes de se adaptarem ao meio em que devem viver regularmente”.⁵¹⁹

Na instância extrema da maldade, no lugar onde reinavam o idiota masturbador e colérico e o imbecil pervertido, instalam-se novos ocupantes - os anormais psíquicos verdadeiros⁵²⁰ que, segundo Quaglio, são: “impacientes, irritáveis, coléricos, essas crianças causam desespero aos pais (...) postas na escola são a causa permanente de distúrbios (...). De modo que o único desejo do mestre é de se ver livre delas. O instável é, pois, tocado da escola. Que será desse infeliz que não está preparado para a vida? Irá certamente (...) aumentar o número de inúteis, dos depravados, dos alcóolicos, dos criminosos, dos loucos...”.⁵²¹ Portanto, será preciso,

⁵¹⁸ *A solução do problema...*, op. cit., p. 37. Os grifos são do autor.

⁵¹⁹ *Idem*, p. 5. Os grifos são do autor.

⁵²⁰ Sobre as causas da anormalidade Clemente Quaglio dá a seguinte explicação: “... tudo pode produzir a deformação psíquica: a hereditariedade mais ou menos distante, a profissão dos pais, o seu estado de saúde, um traumatismo durante o curso da gravidez ou do parto, uma insuficiência glandular, uma alimentação defeituosa, uma higiene irracional, as perturbações do crescimento, surmenage (o grifo é do autor) escolar etc.” E acrescenta: “Em razão de todas essas causas, as glândulas de secreção interna, lesadas ou esgotadas não podem mais desempenhar o seu papel de reguladoras da economia, elas não distribuem mais os alimentos necessários a cada órgão e a cada célula (...) Os indivíduos intoxicam-se, desagregam-se, tornam-se valetudinários e raquíticos, porque seu sangue empobrecera; são uns adormecidos ou instáveis (os grifos são do autor) porque seu sistema nervoso funciona mal”. *A solução do problema...*, op. cit., pp. 7 e 8.

⁵²¹ *Idem*, p. 8. O grifo é do autor.

mais uma vez, insistir na distinção entre os verdadeiros e os falsos instáveis, estes últimos inspiradores da única crítica que pudemos encontrar a uma situação escolar: "... todas as crianças difíceis não são instáveis e que existem duas espécies de indisciplinados: uma consciente, voluntária, espontânea, acompanhada de um bom equilíbrio nervoso; a outra mórbida, a qual não é senão a tradução do desequilíbrio psico-motor. Esta é a expressão de uma perturbação nervosa, a outra não é senão a reação espontânea dum ser ativo e em boa saúde ao qual pesa a imobilidade de uma aula prolongada, o aborrecimento de um ensino mal ministrado, os miasmas de uma sala muito acanhada ou mal arejada".⁵²²

Não se tratava, portanto, de uma crítica ao regime escolar, mas de um caso que poderia falsear os diagnósticos. Tanto que, o que estava em jogo não era a escola mas o aluno, para provar o perigo que representavam os anormais e defender a criação de escolas especiais, Quaglio apresenta os resultados do estudo que realizou em um grupo escolar e um jardim de infância de São Paulo, com a escala métrica de Binet-Simon. Conclui que, numa população de 149 crianças, 13% eram anormais de inteligência.⁵²³ Isto lhe permitiu generalizar para todo o Estado de São Paulo: num universo de 98.912 alunos, existiriam 12.058 anormais, aqueles que "não se podem adaptar bem na escola comum: perturbam a disciplina e o regular funcionamento das classes. Não aproveitam nada, e o que é pior, não deixam que os normais aproveitem como deveriam aproveitar".⁵²⁴

Não sendo obrigatória a escola no Brasil, quaisquer índices (como os citados) seriam meras suposições, afirmava em 1925 o dr. Ernani Lopes da Liga Brasileira de Higiene Mental. Por força dos critérios de escolarização, tornavam-se indiscerníveis os chamados falsos e verdadeiros anormais e, dentre estes, os anormais de

⁵²² Idem, pp. 9 e 10. O grifo é do autor.

⁵²³ Idem, pp. 32 a 34.

⁵²⁴ Idem, p. 34.

inteligência e morais. Estes últimos pertenciam a uma categoria difusa, semelhante aos que hoje transitam em fronteiras que facilmente se interpenetram: os problemas de aprendizagem e os problemas de conduta. A respeito dessas crianças, Ernani Lopes descreve “o incorrigível Franti”, personagem de Edmundo D’Amici, autor de *Coração*, livro italiano de histórias edificantes para crianças, muito usado nas escolas brasileiras na época. Franti, “caso manifesto de criança anormal, (...) que em nenhuma hipótese devia estar numa escola comum, mas, sim, numa escola de reforma”,⁵²⁵ é o anti-exemplo educativo, o avesso da criança idealizada pela escola:

“Quando algum pai vem à escola fazer queixa d’um filho, ele regojija-se; se alguém chora ele ri-se. Treme diante de Garrone, mas bate no pedreirinho, porque é um pequeno e atormenta Crossi porque tem o braço paralítico (...). Provoca todos os que são mais fracos do que ele, e quando dá soco é uma fera. Há qualquer cousa de repelente naquela testa baixa, naqueles olhos maus, quase escondidos debaixo da viseira do seu gorro encerrado. Não teme cousa alguma, ri na cara do mestre, rouba quando pode, nega com uma cara desavergonhada, e está sempre em briga com alguém; traz para a escola alfinetes para picar os vizinhos, arranca os botões de sua jaqueta e das dos outros e joga-os, e tem tudo esfrangalhado, despedaçado e sujo; a régua cheia de dentes, a caneta meio comida, as unhas roídas, o fato cheio de gordura e de rasgões de brigar. Dizem que a mãe está doente dos trabalhos que ele lhe dá, e que o pai já o expulsou de casa três vezes; a mãe vem de vez em quando pedir informações ao mestre, e volta sempre chorando. Ele odeia a escola, odeia os companheiros, odeia o mundo.”⁵²⁶

Esta figura do indisciplinado, vicioso, instável, contumaz, desequilibrado, impulsivo, qualificado sob inúmeras outras denominações, povoou toda a literatura médico-pedagógica sobre a criança anormal. Com ou sem retardo mental, foi pela via do instinto em estado livre que seu desenho pôde constituir-se, e sobre ele a prevenção

⁵²⁵ *Trabalhos da liga*. Conferência realizada na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, ano 1, nº 2, dez., 1925, p. 160.

⁵²⁶ *Idem. ibidem.*

fechará o círculo: “Cumpre convencer-mo-nos de que a educação especial, física, moral e intelectual, é o melhor sistema de prevenção contra os futuros atos delituosos das crianças anormais”,⁵²⁷ dirá Norberto de Souza Pinto em meio ao vozerio semelhante de médicos e pedagogos.

Com o tempo, uma outra denominação institucional já agora de ordem jurídica e judiciária, entra em cena: o menor e seu prolongamento, o menor anormal. A situação irregular do ponto de vista jurídico ou familiar (orfandade, abandono, delito) acabou por generalizar-se atualmente a toda criança ou adolescente pobres. Vemos no Brasil que não apenas as crianças abandonadas, de rua ou delinqüentes, são hoje chamadas menores, mas o termo designa outras situações quando se trata da pobreza: trabalho do menor, assistência à menores etc. Em 1892, J.C. Teixeira Brandão referia-se à infância desvalida e queixava-se do comportamento de alguns internos do Asilo de Meninos Desvalidos (...) “que se têm mostrado tão incorrigíveis, que os diretores têm sido obrigados a exigir a remoção para o exército ou armada, e compreende-se o efeito que podem produzir sobre a educação dos outros alunos atos de insubordinação (...)”.⁵²⁸ Em 1925 veremos essas figuras do desvalido e do incorrigível transformadas respectivamente em “menor” e “menor anormal”, por ingerência médico-pedagógica. Comentando o Código de Menores, Beatriz Sofia Mineiro, saúda os decretos de 1923 e 1924 que instituíram o exame médico e a observação demorada “de todo o menor logo à entrada do abrigo (...) tão patente é a necessidade do exame médico, sobretudo mental, de todos os menores apresentados em juízo que a já citada lei criou um lugar de médico

⁵²⁷ *A infância retardatária...*, op. cit., p. 17.

⁵²⁸ Relatório do Ministério dos Negócios do Interior. Anexo: *Assistência à infância desvalida*, Inspeção Geral de Higiene, relatório de João Carlos Teixeira Brandão, Superintendente da Assistência à Infância Desvalida, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892, p. 4.

psiquiatra para esses exames”.⁵²⁹ Principalmente quando se tratava de crianças que ficariam sob a guarda do Estado. Nestes não bastaria reconhecer os tipos de anomalia, os “dois exemplos mais encontrados”: o anormal de caráter e a criança deficiente de inteligência. Era preciso classificá-los e separá-los pela “inconveniência de tal promiscuidade”.⁵³⁰ Defendendo a construção de um pavilhão no Hospício Nacional para observação e triagem dos menores, a autora se baseia em estatísticas americanas: “Não se argumente que o número de menores anormais é diminuto, e que não justifica um estabelecimento da natureza do que propomos. As estatísticas americanas admitem que há nos Estados Unidos 400.000 débeis mentais, dos quais 50.000 internados em institutos especiais e recebendo educação apropriada. Se nós fizermos um cálculo proporcional à população do Brasil, veremos que aqui existem pelo menos 120.000, dos quais 6.000 só no Rio. Convém notar que nem uma vigésima parte destes está submetida a regime adequado; e nem tem sido reconhecida como anormal por falta de exame psicológico sistemático”.⁵³¹ Em 1937, quando já se havia instalado o Laboratório de Biologia Infantil para a seleção de menores, seu diretor Leonídio Ribeiro reassegurava a importância de suas funções: “Até agora passaram pelos serviços do Laboratório duzentos menores dos nossos institutos e asilos. Para dar uma idéia do valor e da utilidade dessa organização técnico-científica, basta dizer que, desses menores examinados, não encontramos um único que fosse absolutamente são (...). Confirma-se assim, entre nós, a estatística do professor Vervaeck, da Bélgica, quando afirma que dois terços dos menores que são levados à prática dos crimes, são portadores de taras hereditárias, anormalidades ou doenças físicas e mentais. Isso explica largamente a

⁵²⁹MINEIRO, Beatriz Sofia. *Código dos menores comentado*, São Paulo, Comp. Edit. Nacional, 1929, p. 418.

⁵³⁰Idem, p. 419.

⁵³¹Idem, p. 423.

tendência da maioria desses menores para as reações anti-sociais”.⁵³² Daí a importância da sala de observações para os diagnósticos feitos através da pesquisa das minúcias reveladoras não apenas dos atos, mas principalmente das tendências latentes do menor em exame: “Dessas pequenas observações, aparentemente sem importância, resultam diagnóstico de valor incalculável sobre a personalidade do menor. São pesquisas iniciais do domínio da psicanálise, que revelarão o estado físico e moral do examinado”.⁵³³

Como observa Monique Vial, novas categorias vão surgindo e sendo definidas em função das instituições: o anormal de asilo (em princípio excluído da escola), o anormal escolar, que considerado educável, precisava de outras instituições especializadas: a escola especial ou o reformatório. “A cada anormal sua instituição. A cada instituição, seus anormais e somente estes. (...) E mais adiante: “é preciso para certas categorias ‘intermediárias’ uma nova estrutura (...) que não será nem hospital, nem prisão, nem escola regular, mas ‘educação especial dentro de condições especiais’”,⁵³⁴ assinala a autora, citando Philippe e G. Paul-Boncour.⁵³⁵ No Brasil, tal recomendação ficaria por um bom tempo somente no nível do discurso - eram as escolas especiais praticamente inexistentes em todo o país. Até mesmo os hospícios, muito poucos mantinham seções especiais para crianças.⁵³⁶ Mesmo o crescimento da rede

⁵³² RIBEIRO, Leonídio, *Laboratório de Biologia Infantil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937, vol. I, p. 419. (O grifo é nosso).

Segundo o autor, a fundação do Laboratório era recente (p. 418). O Chefe da Seção de Psicopatologia era Leme Lopes. A Seção de Psicotécnica, chefiada por Lourenço Filho, avaliava as aptidões dos internos para determinadas profissões (pp. 420 e 421).

⁵³³ Idem, p. 420.

⁵³⁴ *Les enfants ‘anormaux’...*, op. cit., p. 51. “A chaque anormal, son institution. A chaque institution, ses anormaux et eux seul (...) il faut, pour certaines catégories ‘intermédiaires’, une nouvelle structure (...) qui ne serait ni hôpital, ni prison, ni école ordinaire, mais ‘éducation spéciale, dans des conditions spéciales’.”

⁵³⁵ PHILIPPE, J. e PAUL-BONCOUR, *Les anomalies mentales chez les écoliers*, Paris, Alcan, 1905 (éd. cit. 1935), pp. 28 e 30. *Apud*: Idem, *ibidem*.

⁵³⁶ Em 1923, Gustavo Riedel, fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental, descreve essa situação: “O pavilhão Bourneville no Hospital Nacional de Alienados, uma seção da Colônia de Juquery em São Paulo, e uma outra no Rio Grande do Sul são estabelecimentos insuficientes para a educação de

pública de ensino regular, ainda que insuficiente para absorver toda a população infantil, apenas acelerou o processo de seleção das crianças, cujo objetivo não foi propriamente a inclusão dos inadaptados em outro espaço escolar, mas a sua simples exclusão da escola. Médicos e educadores foram porém insistentes em suas queixas quanto à necessidade urgente de se criar estabelecimentos especiais. Em 1913, o próprio título do livro de Basílio de Magalhães é um libelo em defesa da educação dos anormais. Ele diz: “É assombroso que o governo federal se haja descuidado, (...), de enfrentar este sério problema, solvido já e há muito tempo em todas as nações cultas da Europa, assim como nos Estados Unidos da América do Norte”.⁵³⁷ E, para evitar os “danos incalculáveis” que a presença dos anormais nas escolas provocava, ele defende com veemência a segregação: “É isso, (...), só se poderá conseguir segregando, até certo ponto, dos ainda não viciados, nem viciosos, os que são ‘débeis de espírito’, e educando-os e dando-lhes tratamento às moléstias, sempre suscetíveis de modificação profunda, quando não de cura radical”.⁵³⁸ Neste mesmo ano Clemente Quaglio descreve indignado: “... já se vão anos que a lei sobre a instrução gratuita fora promulgada, e no entanto até agora essas desventuradas crianças anormais não usufruíram como seus irmãos privilegiados, para os quais a natureza lhes foi tão pródiga, dos preciosos benefícios da Educação”.⁵³⁹ E mais adiante: “A sociedade, pois, tem a obrigação de cuidar da educação conveniente das crianças anormais, criando escolas apropriadas (...)”.⁵⁴⁰ Manifesta-se, contudo, radicalmente contra as classes especiais anexas aos grupos escolares, justificando a

crianças anormais perfectíveis”. *L’hygiène mentale au Brésil*, Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Commercio, 1923, p. 15.

⁵³⁷ *Tratamento e educação...*, op. cit., p. 7.

⁵³⁸ *Idem*, p. 180.

⁵³⁹ *A solução do problema...*, op. cit., p. 4.

⁵⁴⁰ *Idem*, p. 35.

criação dos internatos: “O anormal precisa de uma assistência continuada desde manhã até a noite, sem interrupção de férias, ele sobretudo precisa ser treinado ao trabalho (...) continuamente sob vigilância carinhosa dos competentes”.⁵⁴¹ Em 1928, nova queixa indignada no livro de Norberto de Souza Pinto⁵⁴²: “Toda a gente está cansada de saber que a respeito de educação e aproveitamento das crianças anormais, principalmente das mentalmente retardadas, São Paulo só pode apresentar dados negativos. Não há nada nesse capítulo. Oficialmente, então, a falta de institutos desse gênero é completa e total. Não temos nem sequer uma escola para surdos-mudos, nem mesmo para cegos. E chegamos ao ponto de não cumprir as leis existentes, criando colônias de férias e escolas para débeis e para anormais, negando-nos a atacar o problema em 1917, quando surgiu a primeira lei e mantendo-nos nessa atitude ainda 10 anos depois”.⁵⁴³

Como se pode ver, nunca houve no Brasil muita correspondência entre a institucionalização dos discursos e as práticas de inclusão institucional, a não ser em casos extremos considerados como perigo social iminente: prisões, reformatórios e hospícios. Dessa maneira, a inspeção médica nas escolas, limitada à seleção de alunos e à profilaxia das contaminações de doenças físicas ou mentais, não foi acompanhada de providências efetivas de tratamento e/ou recuperação dos casos encontrados. Parece também que a entrada do médico nas escolas, pelo menos no Rio de Janeiro, não se deu

Face à inexistência oficial, ou mesmo desejando conchamar a consciência filantrópica com relação problema dos anormais, Basílio de Magalhães e Clemente Quaglio propuseram a criação de “Sociedades Protetoras dos Anormais”.

⁵⁴¹ Idem, p. 36 (o grifo é do autor).

Assim como, via de regra, pronunciavam-se contrários às experiências estrangeiras das classes especiais nas escolas regulares, nossos autores preconizavam a segregação até mesmo no período de férias escolares: Basílio de Magalhães, Vieira de Mello e Norberto de Souza Pinto defendiam a criação de colônias de férias para as crianças anormais.

⁵⁴² Segundo Gilberta Januzzi, Norberto de S. Pinto, iniciou em 1915 uma classe em sua casa para crianças repetentes, em Campinas (Ver: *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*, op. cit., p. 57). Parece ter sido este o germe de uma escola especial que fundou mais tarde, conforme consta em nota no livro daquele autor. Ver: *A infância retardatária...*, op. cit., p. 101.

⁵⁴³ Idem, p. 107.

sem alguma resistência. A esse respeito, Margareth Rago cita um incidente: “Em 1907, o Dr. Moncorvo quer entrar nas escolas públicas para trazer os pequenos doentes ao seu Dispensário, mas é barrado pelos poderes públicos, segundo seu próprio depoimento. No entanto, ele consegue fazer uma inspeção entre os aprendizes da Imprensa Nacional e também na Casa da Moeda, onde conclui que das 88 crianças examinadas, 63 eram tuberculosas. Nos institutos profissionais municipais, registra uma taxa de 65% de menores tuberculosos”.⁵⁴⁴ Teria o Dispensário de Moncorvo Filho capacidade para recolher tantas crianças? Ainda que outras pesquisas históricas possam oferecer resposta a esta questão, um fato merece registro: o índice tão alto de crianças doentes que permaneciam naquelas escolas sem tratamento. Ao que parece, a resistência a entrada do médico na rede escolar do Rio de Janeiro não durou muito. Em 1909, o então prefeito Inocêncio Serzedello Corrêa apresenta o projeto de Moncorvo Filho para a organização de um serviço de inspeção médica nas escolas. Dentre outros objetivos, como dar pareceres sobre as condições de higiene das instalações, material escolar, proceder à vigilância, desinfecções, instruir os professores, realizar exames físico e mental, o projeto prevê vagamente: “providenciar sobre escolares que tiverem anormalidades físicas e mentais”.⁵⁴⁵ De outra parte, quando se trata de detectar essas crianças, nossos autores costumam ser mais minuciosos. Vieira de Mello, por exemplo, propõe em 1917 um esquema de exame clínico dos anormais.⁵⁴⁶ Por sua vez, em 1918, J.P. Fontenelle⁵⁴⁷ vinha trabalhando na adaptação do teste de Binet-Simon com a população de dois bairros da zona oeste do Rio de Janeiro, de modo a poder ser aplicado

⁵⁴⁴ *Do cabaré ao...*, op. cit., p. 130.

⁵⁴⁵ SERZEDELLO CORRÊA, Inocêncio, *Inspeção sanitária escolar - apontamentos sobre as primeiras medidas postas em prática para a organização do serviço*, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do País, 1909, p. 32.

⁵⁴⁶ *Higiene escolar e...*, op. cit., p. 103.

⁵⁴⁷ *Deficiência mental dos...*, op. cit.

com facilidade nas escolas. Em 1923, Gustavo Riedel deposita as esperanças do seu ideal eugênico na psicometria e nos aparelhos da psicologia experimental: serão instrumentos, num futuro próximo, “para estabelecer o tipo normal do brasileiro e o tipo degenerado, pelo menos no Distrito Federal”⁵⁴⁸

Mas a generalização do uso de testes psicológicos nas escolas só se efetivaria a partir da década de 20, quando se acentuariam os debates sobre a importância da educação para a formação da nacionalidade e o progresso da nação, e a implantação de reformas de ensino em vários estados brasileiros. A expansão do movimento da Escola Nova assumido pelos educadores da Associação Brasileira de Educação em aliança com a Liga Brasileira de Higiene Mental, ao lado da organização das redes de ensino primário no Brasil, introduziram o poderoso instrumental da psicologia nas escolas e nos cursos normais. Inicia-se, então, com a racionalização do sistema a verdadeira caçada aos anormais.⁵⁴⁹ Serviços de psicologia são organizados para selecionar crianças conforme sua capacidade de aprendizagem e aptidões para o trabalho.⁵⁵⁰

⁵⁴⁸ RIEDEL, Gustavo, *L'hygiène mentale au Brésil*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1923, p. 13.

⁵⁴⁹ Essa caçada deveria começar o mais cedo possível. Em 1927 a Liga Brasileira de Higiene Mental dirigiu uma circular às professoras das escolas maternas e jardins de infância “em ordem a possibilitar o mais precoce reconhecimento dos anormais”. LIMA, Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos, *Higiene mental e educação...*, op. cit., p. 23.

⁵⁵⁰ Em 1925, Henrique Roxo, utilizando o instrumental da psicologia, recomendava: “O ensino deve ser ministrado de acordo com a evolução psicológica de cada um e as classes devem ser discriminadas de acordo com os ensinamentos dos psicólogos e não consoante o critério falível da idade. Da mesma forma há crianças que têm grande habilidade manual e podem ser muito proveitosas na vocação que evidenciam, ao passo que no manuseio obrigatório dos livros se enervam e nada produzem. A seleção para as profissões deve logo ser feita”. *Higiene mental*. In: Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, ano 1, nº 2, dez., 1925, pp. 1-9, p. 5.

Segundo o relato de Anita Paes BARRETO, neste mesmo ano é criado o Instituto de Psicologia em Pernambuco, que acabou por preencher parte das funções de uma escola especial, cujo projeto de Ulysses Pernambucano, aprovado pelo Governo do Estado, ficou no papel. Outro fato merece registro: somente em 1941 a escola seria inaugurada sem a presença de seu idealizador que, acusado de comunismo, havia sido preso e demitido a bem do serviço público, em 1935. Ver: *Ulysses Pernambucano como educador*, In: Revista: Psicologia, Ciência e Profissão, Conselho Federal de Psicologia, nº 1, 1992, pp. 14 a 17.

Há muito médicos e educadores vinham advertindo os poderes públicos para a vantagem econômica que significava separar os anormais das escolas primárias. Basílio de Magalhães é dos mais veementes. Examinemos seus argumentos. Em primeiro lugar, o da racionalização do aproveitamento dos normais: “Um ‘atrasado intelectual’, mais ou menos grave, é, nas classes ordinárias, um grande óbice ao adiantamento dos alunos normais. O tempo que com ele despende o professor, quer para ministrá-lhe as mais simples noções de leitura e de escrita, quer para tentar incutir-lhe hábitos de disciplina, é completamente perdido, e melhor fora que se aplicasse àqueles, que daí tirariam lucro seguro. Os capazes de progredir são assim prejudicados e em muito, se se atender também à falta de homogeneidade e à desatenção, que nas aulas confiadas aos melhores pedagogos implanta essa mescla deplorável”.⁵⁵¹ Em segundo lugar, o argumento do perigo e do fardo social: “(...) - quer se trate das ‘anormais completas’, quer se trate das ‘anormais incompletas’, - constituem fardos materialmente pesadíssimos tanto aos seus parentes como aos poderes públicos. Umas são de todo (...) incapazes de trabalhar e requerem vigilância incessante, porque as suas mórbidas impulsões se tornam perigosas à vida, à honra e à propriedade dos seus semelhantes mais bem dotados pela natureza”.⁵⁵² Em terceiro lugar, o argumento do desperdício econômico: “Ora, tudo isso, que esboçamos a traços largos (...) não representa capital improdutivamente desbastado às mancheias?

“E as verbas vultosas, que os governos são forçados a aplicar em cárceres e em colônias correcionais ou institutos disciplinares, não terão de ser infalivelmente acrescidas com o proliferamento dos infelizes povoadores de tais fundações de defesa

⁵⁵¹ *Tratamento e educação...*, op. cit., p. 177.

⁵⁵² *Idem*, p. 176.

social?”⁵⁵³

O crescimento industrial, a reurbanização das cidades como Rio São Paulo, tornaram mais patente a questão econômica como questão do Estado e a consequência de sua participação: para quem são dirigidos os gastos, estes devem ser devolvidos com aumento da produção. Seleção e hierarquização de trabalhadores conforme sua eficiência, seleção de alunos, homogeneização das turmas para maior eficiência do sistema de ensino. As vertentes da economia dos gastos e dos controles se tornam neste momento mais visíveis pela apropriação por parte do Estado dos argumentos de médicos e pedagogos. Elas seguem uma ordem de prioridades: primeiro o aproveitamento dos mais capazes,⁵⁵⁴ segundo, a recuperação dos menos capazes; e terceiro, a manutenção em uma zona de sombra dos que sobraram dos dois primeiros dispositivos. Trata-se de um universo constituído, em sua maioria, de trabalhadores de reserva (cuja mão-de-obra disponível assegura o rebaixamento dos salários), como também dos considerados irrecuperáveis, os que povoam asilos, hospícios, prisões, reformatórios, abrigos, assim como a maioria dos atendimentos especiais que, hoje em dia, são realizados por estabelecimentos em regime aberto. Cada vez mais, as separações institucionalizadas deixam de operar pela fixação dos indivíduos em espaços segregados. Para estes indivíduos persiste, pelo menos no nível dos discursos, a justificativa da recuperação e da integração, metas que quase nunca são alcançadas. Eles

⁵⁵³ Idem. p. 177.

⁵⁵⁴ Parece que em 1925 o aproveitamento dos mais capazes não incluía as chamadas “crianças prodígio”. Sua condição excepcional as aproximava das anormais: “Não nos iludamos com as aparências, porque esses que assim se apresentam como privilegiados mentalmente, são, na verdade, doentes”; dizia o Dr. Raymundo Vianna, delegado da Liga Brasileira de Higiene Mental no Rio Grande do Sul (*Os rumos da medicina social*. In: Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, ano 1, dez., 1925, pp. 175 a 181, p. 176). Não demorará muito tempo e essas crianças, antes candidatas à astenia e ao parasitismo na vida adulta, se converterão em “supra-normais”, sujeitas ao progresso da economia e ao sucesso do advento do nazismo: serão consideradas formadoras de “uma elite intelectual a que deverá ser confiado o futuro da nacionalidade”, e o desleixo com sua educação especial se constituirá em “um prejuízo irreparável”. MINEIRO, Beatriz Sofia, *Código dos menores...*, op. cit., p. 421.

não conseguem pagar a dívida social e por que ainda assim permanecem nos dispositivos institucionais? Talvez porque, impedidos de se expressar no mundo, funcionem como a anti-norma para toda a sociedade. Segregados ou não em estabelecimentos fechados, eles habitam o espaço de outra clausura que os saberes técnicos lhes reservaram. Uma tutela que prescreve o ideal de integração à corrente dominante ("main stream"), como se ela fosse em si mesma um bem.

Enquanto a diferença estiver referida à eficiência, à norma que instaurou no desvio a falta, será difícil escapar da negatividade. Qualquer que seja a substituição do termo deficiência (e já houve muitas), até mesmo a supressão ou a diminuição do prefixo que indica a negação (a forma em voga: deEficiência), e mesmo que se possa esperar que essa supressão provoque a saída de algumas categorias desse universo, alguém, com certeza, será sempre candidato a ocupar o lugar vago. Deficientes são os outros.

5. Dispositivos Institucionais: Os Primeiros Estabelecimentos Especializados

Num sentido geral, os dispositivos de institucionalização, enquanto práticas discursivas e não discursivas funcionam como um mecanismo de separação dos indivíduos, empregando cada um tecnologias próprias de sujeição. Dispositivos discursivos dispõem de todo o conjunto de saberes de uma época que, articulados a objetivos de poder, produzem uma racionalidade aos objetos que constróem. Assim, por exemplo, a psiquiatria apropriando-se do saber popular, das filosofias do iluminismo, da medicina clínica e dos conteúdos morais da religião objetivou o doente mental, ao

mesmo tempo em que garantiu a competência exclusiva de quem pode falar sobre ele - um novo objeto de sujeição para um novo sujeito do saber. Por seu turno, dispositivos não-discursivos instrumentam os saberes e seus novos objetos na forma geral das instituições (escola, hospício, prisão, etc), materializadas na fundação dos estabelecimentos com seus regimentos, distribuição arquitetônica do espaço, regulação de tempo, dos movimentos e das necessidades de seus habitantes.⁵⁵⁵ Em ambos podemos observar a estratégia normalizadora,⁵⁵⁶ embora nem sempre haja correspondência entre prescrições teóricas e realizações concretas. Verifica-se ao longo da investigação histórica que os dispositivos se entrecruzam, transbordam de seus limites iniciais e refinam procedimentos sempre mais especializados. Será, portanto, no desenho histórico de cada época, em circunstâncias bem localizadas e pontuais que os efeitos de suas combinações e/ou defasagens irão ganhar maior ou menor visibilidade, afirmar-se enquanto poder de objetivação de sujeitos e sujeição de corpos mais adequados às instituições.

Sob esse ponto de vista, inserir por último o tema dos estabelecimentos não significa entendê-los como meros efeitos de construção daquilo que denominamos “instituição da deficiência”, mas trabalhar outra linha de refinamento desse processo, em seu movimento próprio, em meio as articulações já descritas - nada mais do que a simples escolha de uma seqüência para os assuntos aqui expostos. Por outro lado, não se trata também de fazer a história desses estabelecimentos, até porque em alguns casos

⁵⁵⁵ Trata-se do que Foucault denomina de “dispositivo disciplinar”. A esse respeito ver principalmente *Vigiar e punir...*, op. cit.

⁵⁵⁶ A norma, essa nova estratégia de ordenação dos corpos surgida no século XVIII, passa a ocupar então os intervalos da lei. Esta, bem mais antiga, impõe-se por seu caráter coercitivo e punitivo do ato cometido. A norma, embora ocasionalmente se utilize da tática repressiva, visa essencialmente a prevenção do ato e o traço virtual de suas intenções. Por isso, ao mesmo tempo em que constrói um padrão e seus desvios como fontes de admoestação, ela incentiva, estimula e diversifica comportamentos, fazendo surgir intenções até então inexistentes. Interferindo naquilo que a lei não

será remetida a trabalhos historiográficos já realizados, e em outros, à sugestão de pesquisas futuras. Por fim, o que se pretende é levantar alguns traços bem peculiares de suas participações no processo de objetivação das deficiências em nosso país.

O território das separações dos indivíduos considerados defeituosos em espaços físicos diferentes começa a delinear-se em meados do século XIX com a criação (seguindo a ordem de sua cronologia) do Hospício de Pedro II, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, do Instituto de Surdos-Mudos e, já no início do século XX, do Pavilhão Bourneville para crianças anormais, no interior do então Hospício Nacional de Alienados. Embora os três primeiros fossem quase contemporâneos, eles nasceram de movimentos diferentes, assim como tiveram diferentes graus de intensificação dos processos de institucionalização. Os institutos de cegos e surdos-mudos, por exemplo, permaneceram por longo tempo como espaços sub-ocupados, por razões que discutiremos mais adiante. De resto, os três tiveram algo em comum, além da função de separar as diferenças - ficaram durante quase todo o século XIX ausentes da produção de saber.⁵⁵⁷

Como vimos anteriormente, até o século XIX não se instituíram no Brasil grandes espaços de exclusão como os hospitais gerais da Europa, o que não implica em dizer que inexistissem práticas isoladas de exclusão. Como descreve Magali G. Engel, “apesar da presença significativa dos loucos nas ruas da cidade do Rio de Janeiro durante

alcançava, ela acabou por invadir o espaço da lei, impondo sua tecnologia ao funcionamento do Estado moderno, em suas urgências políticas de controle das populações.

⁵⁵⁷ A propósito dessa despreocupação com a produção de saber do Hospício sob a administração da Santa Casa, Juliano Moreira, em 1905, comenta: “Pena é que os livros de registro de doentes, mandados imprimir pelo modelo francês, nunca tivessem sido escriturados. Quanto lucraria o estudo da alienação mental no Brasil se dispuséssemos hoje do material desde aquela época acumulado?” *Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. In: Relatório do Ministério da Justiça*

as primeiras décadas do século passado, as práticas de exclusão também eram relativamente freqüentes mesmo antes do aparecimento do primeiro hospício da cidade, em 1852".⁵⁵⁸ Em geral, loucos, mentecaptos e defeituosos eram confiados às suas famílias e, salvo se perturbassem a ordem pública quando então eram recolhidos às Santas Casas ou às prisões, poderiam perambular livremente pelas ruas. As famílias abastadas mantinham-nos dentro de casa, longe dos olhares indiscretos, muitas vezes em recintos fechados. No caso do Rio de Janeiro, sabe-se que desde meados do século XVIII a cidade vinha em processo de expansão, não apenas em sua atividade portuária, como pela transformação em sede de governo da Colônia. No início do século XIX, os transtornos da transferência da Corte para a cidade acabaram por produzir uma série de transformações, com a participação cada vez maior dos higienistas.⁵⁵⁹ Dentre elas estava a criação de um hospital para loucos - um avanço das luzes da civilização que enfim chegavam até nós. Tornara-se insuportável o espetáculo de miséria, vagabundagem e loucura que enxameava as ruas. Uma modernização que teria que conviver por muito tempo com o sistema escravista. Com dados citados de Eulália Lobo, Magali G. Engel descreve: "Observa-se, pois, que durante a primeira metade do século passado, a presença de escravos na cidade era profundamente significativa - em 1799 representava 34,5% da população total; em 1821, 48,8%; em 1838, 42,7% - o que lhe conferia feições nitidamente escravistas, bastante distintas daquelas que caracterizavam as principais cidades européias na mesma época".⁵⁶⁰ Povoada de escravos o espaço das ruas era o reduto da insalubridade, da miséria e do vício. A limpeza deveria estender-se a este

e Negócio Interiores, Diretoria do Interior, segunda parte, anexo E, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, p. 10.

⁵⁵⁸ *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 239.

⁵⁵⁹ A propósito da intervenção dos higienistas na transformação do espaço urbano, ver neste capítulo *As novas vigilâncias: a aliança médico-filantrópica*.

⁵⁶⁰ *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 257.

degradante panorama humano e, nele, os loucos que, reclusos, deixariam de ser um perigo para a sociedade e seriam também defendidos dos riscos à sua sobrevivência provocados por sua própria insanidade.

O recolhimento da Santa Casa de Misericórdia não resolvia o problema. A situação do hospital era lastimável: “a enfermaria de alienados parece um lugar construído mais para conservar bestas feras do que para homens (...)”, dizia em 1837 o mordomo da fazenda daquela Irmandade.⁵⁶¹ Denúncias sobre o uso do tronco, como as de Silva Peixoto,⁵⁶² levaram o Dr. De-Simoni, médico responsável pela enfermaria de alienados, a defender-se acusando a precariedade das instalações e principalmente os limites do poder do médico dentro do Hospital.⁵⁶³ Mesmo após o lançamento, em 1842, dos alicerces do novo Hospício, a situação dos loucos da Santa Casa não se alterou. Em 1846, Manoel Maria Moraes Valle escreve: “A casa forte, ao nível da rua, sem soalho, com escassa luz, e paredes denegridas, mais parece um cárcere do que um lugar destinado ao curativo daqueles que têm infelizmente perdido a razão”.⁵⁶⁴ Além disso, segundo nos conta Magali G. Engel, “a reclusão dos alienados na Santa Casa de Misericórdia não se caracterizava por um isolamento absoluto, transformando-os em objeto de ‘divertimento para os visitantes e curiosos’. Segundo o Dr. De-Simoni, eles ficavam ‘em aberta comunicação com muitas pessoas, expondo-os aos ludibrios e insultos que fazem deles objeto de divertimento’”.⁵⁶⁵ A mesma autora relata com

⁵⁶¹Apud: LOPES, Cunha, *Notícia histórica da assistência a psicopatas no Distrito Federal*. In: *Arquivos brasileiros de neuriatria e psiquiatria*, Rio de Janeiro, ano XXII, mar. abr., 1939, nº 2, pp. 79 a 118, p. 81.

⁵⁶²Ver: PEIXOTO, Antônio Luiz da Silva, *Considerações gerais...*, tese FMRJ, 1837, op. cit.

⁵⁶³Ver: ENGEL, M.C., *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 249.

⁵⁶⁴*Algumas considerações sobre a mendicância...*, tese FMRJ, op. cit., p. 5.

⁵⁶⁵*A loucura na cidade...*, op. cit., p. 250.

A respeito da exposição dos loucos no Hospital da Misericórdia, escreve Juliano Moreira: “Os doentes lá estavam acumulados em 12 pequenas células. O corredor do local recebia ar pelas janelas abertas para o jardim e para o pátio interno do hospital, lugares de passagem para o serviço do mesmo,

detalhes o movimento dos médicos da Academia Imperial de Medicina, cuja campanha “aliada às insistentes reclamações dirigidas ao Ministro do Império pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia, José Clemente Pereira, através dos Relatórios de 1839 e de 1841 - onde insistia na ‘necessidade de dar-se princípio a um hospital destinado privativamente para o tratamento de alienados’ - acabaria surtindo efeito. Assim, através do Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, o Imperador, ‘desejando assinalar o fausto dia’ da sua sagração com a criação de um estabelecimento de pública beneficência’, fundou ‘um hospital destinado privativamente para o tratamento de alienados, com a denominação de - Hospício de Pedro Segundo (...)’⁵⁶⁶ Logo após, para assinalar a data da fundação, foram retirados às pressas nove alienados das enfermarias da Santa Casa para as instalações provisórias de uma chácara em Vigário Geral, enquanto a maioria permanecia ainda nos velhos calabouços da Santa Casa.⁵⁶⁷

Somente dez anos depois o suntuoso prédio do Hospício foi inaugurado “numa solenidade onde a fé, a filantropia e a ciência davam-se as mãos, comemorando uma vitória comum. Segundo o Dr. Manoel José Barbosa, primeiro diretor do serviço clínico do hospício, o estabelecimento começou efetivamente a funcionar a partir de 9 de dezembro de 1852, com 144 alienados, sendo que 76 (41 homens e 35 mulheres) eram provenientes do Hospital da Misericórdia e 68 (33 homens e 35 mulheres) da enfermaria provisória da Praia Vermelha”.⁵⁶⁸ Localizado em lugar tão aprazível, a Praia da

expostos por conseguinte os doentes, à curiosidade dos que iam e vinham e por vezes às suas provocações”. *Notícia sobre a evolução...*, op. cit., p. 5.

⁵⁶⁶ *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 259.

⁵⁶⁷ Ver: VALLE, Manoel Maria Moraes, *Algumas considerações sobre a mendicidade...*, op. cit., p. 5.

⁵⁶⁸ *A loucura na cidade...*, op. cit., pp. 260 e 261.

Nesse mesmo ano, quase simultâneo ao Hospício Pedro Segundo é inaugurado o Asilo Provisório de Alienados de São Paulo. Ver: CUNHA, Maria Clementina P., *O espelho do...*, op. cit., p. 59. *Apud*: ENGEL, M.C., op. cit., pp. 260 e 261. A partir da fundação do Hospício Imperial, vários estabelecimentos para alienados começaram a surgir, espalhados pelo Brasil. Heitor RESENDE nos apresenta a ordem cronológica de suas fundações. Ver: *Política de saúde mental no Brasil: uma visão*

Saudade, no final de Botafogo, tanta beleza arquitetônica “acabaria se transformando numa opção para os passeios dominicais”,⁵⁶⁹ se não a todo o seu interior, mas pelo menos às salas públicas: eram visitas onde a “grande estrela” do espetáculo não era o interno, mas a grande obra médico-filantrópica, conforme assinala Magali G. Engel.⁵⁷⁰

Parece que a ameaça de que o novo Hospício não cumpriria a sua missão de separar os alienados pairava ainda no período que levou para ser construído. Em 1847, a Seção de Variedades do *Arquivo Médico Brasileiro* publicava: “O Doutor Antônio José Pereira Neves em um artigo sobre os alienados do Rio de Janeiro assegura-nos que o soberbo edifício, que se está construindo na Praia Vermelha, será destinado a recolher as pessoas acometidas de moléstias mentais, em vez de ser reservado para outras classes de enfermidades, como por aí corria, havendo-se que um tão grande edifício devia ser consagrada a todas as moléstias humanas, e particularmente aos surdos-mudos, e aos cegos de nascimento, e, ajuntavam ainda alguns, aos inocentes órfãos dos servidores do Estado”.⁵⁷¹ De fato, o regimento de 1858 estabelecia que o Hospício só deveria receber alienados que fossem curáveis. Aqueles que fossem “reconhecidos como idiotas, imbecis e epiléticos ou paralíticos dementes, que se reputam incuráveis e podem viver inofensivos no seio das famílias não devem ocupar (...) os lugares destinados principalmente aos enfermos curáveis ou que tenham probabilidade de recobrar a razão”.⁵⁷² Não se tratava, portanto, de estabelecimento para alienados em geral, e dentre estes, os idiotas e os imbecis. A não assimilação do idiota ao louco aqui

histórica. In: *Cidadania e loucura - políticas de saúde mental no Brasil*, vários autores, Petrópolis. Vozes, 1994, pp. 48 a 50.

⁵⁶⁹ *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 262.

⁵⁷⁰ *Idem*, *ibidem*.

⁵⁷¹ *Arquivo Médico Brasileiro*, Gazeta mensal de medicina, cirurgia e ciências acessórias, Tomo IV, nov., 1847, p. 26.

⁵⁷² *Apud*: ENGEL, M.G., *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 313. Ver também: *Danação da...*, op. cit., p. 474.

não se daria pela especificidade da idiotia, mas pela inclusão em outra categoria indistinta, a dos incuráveis. E, desde que tranquilos, remetidos à responsabilidade de suas famílias. Mas, como ressaltam os autores de *Danação da norma*, a inexistência de outro estabelecimento para estes casos acabou por desviar as finalidades iniciais do Hospício. Os mesmos autores nos revelam que “em 1877, permaneciam no Hospício alienados de 1848; em 1886, é de 2/3 a proporção de incuráveis”.⁵⁷³ No período de 1886 a 1887, Teixeira Brandão, diretor do serviço clínico, queixava-se do excesso de incuráveis, ao mesmo tempo em que criticava “as disposições do regimento ‘por serem por demais exclusivas’ ”.⁵⁷⁴ Argumentava que além dos “epiléticos portadores de perturbações mentais” que eram perigosíssimos, “alguns ‘idiotas e dementes’ viviam perfeitamente tranquilos; outros, porém, agitam-se de tempos em tempos, tornando-se nessas ocasiões prejudiciais e difíceis de serem contidos”. Assim, ele procurava garantir, segundo observa M. Engel, a competência exclusiva do alienista “de identificar os ‘falsos inofensivos’ e, portanto, de estabelecer quem deveria ser tratado pela família e quem deveria ser internado no hospício - prerrogativa que não era tão claramente garantida pelas determinações do artigo 23 do Regimento Interno”.

A fundação do Hospício não resolveu o problema dos alienados perambulando pelas ruas da cidade. A Santa Casa alegava a superlotação para não

⁵⁷³ *Danação da...*, op. cit., p. 475. Os autores extraíram os dados citados de : João Carlos Teixeira Brandão, *Os alienados no Brasil*, Rio de Janeiro, 1886, p. 43.

Essa situação não parecia ser muito diferente dos hospícios da França. Robert Castel (*Ordem psiquiátrica...*, op. cit., p. 255) cita a intervenção de Morel, em 1864, quanto à superpopulação e a mistura dos doentes nos asilos: “Esses estabelecimentos se tornaram inteiramente insuficientes. Mas não é nisso que consiste o mais grave de uma situação já tão deplorável. Não somente estamos assoberbados pelos alienados, como também por categorias de enfermos que poderiam ser tratados em hospitais ou hospícios comuns. (...) Os idiotas, os imbecis, os cretinos, os epiléticos, em outras palavras, uma multidão de não-valores sociais tendem a fluir para os asilos onde se imobilizam e tomam o lugar dos verdadeiros alienados”. *In: Annales médico-psychologiques*, 1864, pp. 137 a 142. *Apud: CASTEL, idem.*

⁵⁷⁴ *Apud: ENGEL, M.G., A loucura na cidade...*, op. cit., p. 313.

Obs.: As demais citações até o final do parágrafo são da mesma autora, à mesma página.

receber os indigentes, já que o poder administrativo pertencia ao provedor da Irmandade da Misericórdia, a quem cabia o despacho da matrícula no Hospício. Juliano Moreira nos conta que “até 1862 o Hospício recebia todos os alienados que eram remetidos pelas autoridades públicas. Em maio desse ano, porém, o provedor Marquês de Abrantes, à vista do número excessivo de doentes, resolveu representar ao Governo Imperial e comunicou ao Chefe de Polícia que se tornava impossível a admissão de novos enfermos, ‘visto começar já, por efeito de sua excessiva aglomeração, a correr perigo a saúde e vida dos que existiam’ (...), ficou estabelecido que o provedor fosse ouvido quando as autoridades públicas houvessem de remeter qualquer alienado para o Hospício (...). O Governo, deixando-se privar de um direito que sempre lhe assistiu, o de requisitar a internação dos alienados consentiu em que pouco e pouco se fossem enchendo de loucos o Asilo de Mendicidade e até as prisões”.⁵⁷⁵ O antigo albergue vivia superlotado, e mesmo a criação de um novo Asilo (São Francisco de Assis) em 1879 não alterou muito a situação. Como vimos anteriormente,⁵⁷⁶ na data da sua inauguração, o asilo recebeu 260 pessoas, quase todas consideradas alienadas e, dentre estas, os idiotas e os dementes incuráveis. Se de um lado, a presença de loucos no asilo de mendicidade era repudiada pelos médicos, de outro, a mistura de paralíticos, idiotas, epiléticos e outros doentes crônicos com os loucos era um verdadeiro fardo que o Hospício deveria carregar.

Citando dados do relatório de Teixeira Brandão em 1894, Magali G. Engel nos revela “um dado surpreendente: durante quase cinco décadas teriam sido recolhidos ao Hospício de Pedro II 6.040 doentes alienados, enquanto entre janeiro de 1890 e novembro de 1894 teriam sido internados no Hospício Nacional 3.201 doentes

⁵⁷⁵ *Notícia sobre a evolução...*, op. cit., p. 11.

⁵⁷⁶ Ver neste capítulo: *Novas vigilâncias - a aliança médico-filantrópica*.

alienados. Mas talvez mais expressivo ainda do que esse espantoso aumento numérico das internações seja o crescimento qualitativo da população internada, através da diversificação e ampliação dos diagnósticos da doença mental formulados a partir da teoria da degenerescência de Morel”.⁵⁷⁷ Tratava-se do “degenerado atípico” que perfazia, segundo Heitor Resende, “quase 90% dos diagnósticos dessa época” e neles os casos de “ídiotia adquirida”.⁵⁷⁸ Magali Engel nos oferece uma interessante análise para esse fato. Enquanto os estatutos que vigoravam durante o período monárquico restringiam as admissões gratuitas aos indigentes, aos escravos cujos senhores provassem falta de recursos e aos marinheiros dos navios mercantes, estipulando que, fora estes casos, as outras admissões deveriam ser pagas, o novo decreto da reforma republicana omitia essas condições ao estabelecer que: “Todas as pessoas que, por alienação mental adquirida ou congênita, perturbarem a tranqüilidade pública, ofenderem a moral e os bons costumes, e por atos atentarem contra a vida de outrem ou contra a própria, deverão ser colocadas em asilos especiais, exclusivamente destinados à reclusão e ao tratamento de alienados (Art. 13, Decreto nº 206-A, de 15-02-1890)”.⁵⁷⁹ Muito mais sensível às reivindicações dos médicos, o governo republicano desanexou o Hospício da administração da Santa Casa, por decreto de 11-01-1890 (portanto, menos de 2 meses após a proclamação), denominando-o Hospício Nacional de Alienados, criando também no mês seguinte a “Assistência Médico-Legal de Alienados”. “Assim, o que, (...), era apenas uma intenção implícita quanto ao papel que o Hospício de Pedro II deveria desempenhar, tornava-se meta explícita e oficial do asilo republicano”,⁵⁸⁰ acrescenta a

⁵⁷⁷ *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 345.

⁵⁷⁸ RESENDE, Heitor. *Política e saúde mental no Brasil: uma visão histórica*. In: *Cidadania e loucura...*, op. cit., p. 43. Ver também: *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 345.

⁵⁷⁹ *A loucura na cidade...*, op. cit., pp. 345 e 346.

⁵⁸⁰ *Idem*, p. 346.

referida autora.

Juliano Moreira nos conta um incidente que parece ter apressado a desanexação: “Proclamada a República, poucos dias depois, uma requisição ministerial, para que fosse admitido um doente, ficando sem resposta convenceu o ministro Aristides Lobo da necessidade de prestar à questão da assistência aos alienados a atenção que lhe era devida. Daí resultou o Decreto nº 142-A, de 11 de janeiro de 1890 que desanexou da Santa Casa de Misericórdia o Hospício de D. Pedro II (...)”.⁵⁸¹ Em 1897 Teixeira Brandão, o mais acerbo defensor da estatização da assistência aos alienados, replica críticas⁵⁸² como a de que, com a desanexação, o Estado teria se apropriado de bens que não lhe pertenciam e que a assistência aos alienados oneraria os cofres públicos. Ele argumenta que a construção do prédio fora feita com a contribuição de donativos,⁵⁸³ enquanto os cofres da Santa Casa “permaneciam em estado de anemia profunda”⁵⁸⁴ e que, em 1880, o governo do Império teria comprado os terrenos da Praia da Saudade porque pretendia fundar lá uma universidade. “Entregue à irmãs de São Vicente de Paulo [o Hospício] assemelhava-se mais a um convento do que a um hospital”.⁵⁸⁵ Para ele, o poder abusivo das irmãs lhes facultava imiscuir-se nos serviços hospitalares e como não aceitaram subordinar-se aos médicos, simplesmente abandonaram o serviço sem

⁵⁸¹ *Notícia sobre a evolução...*, op. cit., p. 12.

⁵⁸² Trata-se das críticas proferidas no discurso do senador Leite Otizica, na sessão de 9 de novembro de 1894.

⁵⁸³ A propósito dos donativos para a construção do prédio do Hospício, Luiz e Elizabeth Agassiz, viajantes norte-americanos em expedição científica ao Brasil, assim descrevem: “Boa parte dos fundos necessários para essa Instituição foi conseguida de forma bastante original, e que mostra que Clemente Pereira conhecia bem o fraco da gente da sua terra. Os brasileiros têm amor pelos títulos; o governo ofereceu distinções dessa espécie aos cidadãos ricos que se mostrassem generosos para com o novo hospício. Fizeram-se comendadores, barões, e a importância do título se media pela dos donativos. Grossas somas foram assim realmente obtidas, e vários titulares do Rio de Janeiro compraram por essa forma os seus títulos de nobreza”. *Viagem ao Brasil*, op. cit., pp. 274 e 275.

⁵⁸⁴ BRANDÃO, João Carlos Teixeira, *Questões relativas à assistência médico-legal a alienados e aos alienados*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897, p. 11.

⁵⁸⁵ *Idem*, p. 16.

aviso prévio, deixando o hospital em situação bastante difícil. Além disso, “as portas desse estabelecimento, fundado pelos poderes públicos, para tratamento de infelizes alienados, só abriam-se para recolher os favorecidos por proteção dos poderosos, ou para os que podiam pagar. As requisições das autoridades públicas e até os ministros eram indeferidos alegando-se não haver vagas...”⁵⁸⁶ A Santa Casa negava-se a receber indigentes alienados que vagavam pelas ruas e eram indevidamente reclusos no asilo de mendicidade e nas prisões e, dentre eles, havia muitos idiotas e imbecis. Teixeira Brandão defende a internação destes no Hospício: “Entre o que hoje e o que acontecia antigamente, há entretanto, diferenças que cumpre assinalar. Atualmente têm ingresso os míseros e idiotas e imbecis que a autoridade pública envia”⁵⁸⁷ Embora não nos tenha sido possível consultar os arquivos do Hospício Nacional⁵⁸⁸ é bem provável que, com o espantoso crescimento da população do hospital, a ampliação e diversificação dos diagnósticos (as graduações “insensíveis” dos casos intermediários descritos no item anterior), e principalmente a defesa de seu diretor, Teixeira Brandão, quanto à admissão de idiotas e imbecis, o número de casos assim diagnosticados tenha aumentado consideravelmente.

Preocupados com as degenerescências, nossos psiquiatras passaram a produzir cada vez mais obras sobre as alienações, já agora com base não apenas em

⁵⁸⁶Idem, pp. 15 e 16.

⁵⁸⁷Idem, p. 21.

⁵⁸⁸Na época em que foram iniciadas as pesquisas às fontes, os arquivos do Hospício Nacional haviam sido recolhidos à Colônia Juliano Moreira. Inacessíveis à consulta, encontravam-se trancados em sala da escola municipal existente no interior da Colônia, aguardando, em péssimas condições de armazenamento, profissionais especializados para sua organização. Na Seção de Arquivo da Colônia pudemos consultar os livros transcritos do Hospício Nacional e das Colônias da Ilha do Governador de pacientes transferidos para a Colônia Juliano Moreira. Embora bastante falhos, o que nos impede de apresentar qualquer índice, verificamos que nessas transcrições, que vão de 1890 a 1930, os diagnósticos de imbecilidade e principalmente de debilidade mental não eram pouco frequentes. Os de idiotia sim, eram bem mais raros.

observações estrangeiras, mas em suas próprias experiências. Relatam casos, apresentam teses, descrevem estigmas, propõem novas classificações, dedicam também capítulos um pouco mais longos aos degenerados inferiores. Observa-se que, a partir do final do século XIX, com a tomada das rédeas dos hospícios pelos psiquiatras, avoluma-se a produção de saber, não apenas com a publicação de livros, mas de artigos nas revistas médicas, assim como de publicações isoladas. É o caso do dr. A. Autregésilo e seu pequeno e curioso trabalho publicado pelo Hospício Nacional, em 1906, intitulado *Mimetismo nos imbecis e idiotas*. Tamanha sisudez do autor para comprovar a inferioridade desses degenerados merece ser trazida à luz em contraste com a comicidade dos personagens infames de suas observações clínicas, capazes de rir e de fazer rir da tragédia de suas existências. Machadinho, Pedro e Thomaz, três comediantes do Hospício Nacional:

“I. Machadinho, imbecil manso e conhecido no Hospício como mimetista e instintivo. Imita com perfeição todos os indivíduos com os quais convive. Surpreende os hábitos, as pequenas estereotípias ou cacoetes das pessoas, a marcha, a voz, o gesto. A imitação que mais prazer lhe traz é, entretanto, a do cavalo de tilburi, cuja semelhança é flagrante. Infelizmente a fotografia instantânea não deu bom resultado. A marcha, o oscilar da cabeça do animal, etc; são por ele perfeitamente imitados. A fotografia indica um instantâneo em que o paciente imitava um cachorro cansado, com a língua de fora, babando e coçando a orelha.

II. A segunda observação é de um imbecil epilético - Pedro - cuja habilidade para trabalhos mecânicos é admirável. A fotografia indica, de uma maneira aproximada, o modo por que este paciente imita as caretas, os gestos, a mímica de um macaco. Coça-se, move-se, trepa, faz todos os trejeitos de um símio, isto espontaneamente, parece mostrar sua habilidade. Este mesmo imbecil sempre que pode imita os médicos na linguagem técnica, mas já sabemos, eivando-a de absurdos e disparates. Quer ser médico, quer receitar e de vez em quando quer dar opinião sobre o meu receituário e sobre os meus diagnósticos.

III. O terceiro imbecil é um preto, Thomaz, degenerado inferior com estigmas físicos mui patentes, para o lado da face, da cabeça e dos pés. Às vezes se agita. Quanto está satisfeito, risonho, enfeitado, ladra como um cão, para imitar um cachorrinho que vive ao seu lado, comendo,

dormindo, sempre em sua companhia. Thomaz declarou-me que só late quando está satisfeito. Eis um caso de mimetismo despertado pela presença de um animal, produzindo euforia no paciente.”⁵⁸⁹

Tanto tempo dedicado à observação atenta da alegria desses pacientes não contagiou a seriedade das conclusões do dr. Austregésilo. Citando vários autores estrangeiros, alguns mais conhecidos como Darwin, Spencer, Morel, outros menos como Metchnikoff, Schüle e Bevan Lewis, ele se esforça por provar que a graça daqueles internos são traços característicos da inferioridade degenerativa. Assemelham-se aos macacos, aos homens selvagens e às crianças - nestas porque “a ontogenia resume a filogenia”.⁵⁹⁰ Fazem “parte dos tipos que Morel chamou de ‘homens instintivos’”.⁵⁹¹ Mas, nem toda a imitação é degenerativa, a exemplo do homem são que se faz passar por louco para fugir à responsabilidade. Assim também, a imitação do degenerado superior não se assemelha a do imbecil. A do paranóico, por exemplo, “é mais cavilosa, antes uma simulação, um mendacio, um disfarce. Há na alma do degenerado superior um fundo de reserva, de desconfiança, de dissimulação”.⁵⁹² Só a do imbecil se exerceria por puro prazer. Ele diz: “Um imbecil que imita, tira, entretanto, proveitos. A imitação traz alegria, traz o prazer, a euforia,⁵⁹³ felicidade relativa, isto é, elementos para a continuidade da vida, porque o prazer estimula mais a vida que a dor (...) o imbecil é um alegre em sua semi-humanidade”.⁵⁹⁴ Portanto, a alegria e o prazer seriam uma manifestação da vida, mas da vida inferior dos instintos. A vida humana para ser superior deveria ser, se não triste, pelo menos completamente sem graça, destituída de

⁵⁸⁹AUSTREGÉSILO, A., *Mimetismo nos imbecis e idiotas*, Rio de Janeiro, Ofic. Tip. e Encad. do Hospício Nacional de Alienados, 1906, p. 11.

⁵⁹⁰Idem, p. 8.

⁵⁹¹Idem, p. 6.

⁵⁹²Idem, p. 9.

⁵⁹³Os grifos são nossos.

⁵⁹⁴Idem, p. 10.

humor. O que para o saber de sábios médicos psiquiatras daquele tempo se poderia traduzir: “Muito riso, pouco siso...”.

A propósito da tomada de poder sobre a doença mental pelos médicos, Magali G. Engel observa que “por mais que os psiquiatras tenham efetivamente consolidado sua autoridade e ampliado os limites de atuação a partir das reformas implementadas pelas primeiras administrações republicanas, ‘o hospício real’ continuava, ainda, muito distante do ‘hospício sonhado’. Ao folhearmos alguns dos relatórios dos diretores do Serviço de Assistência Médico-Legal a Alienados, de Teixeira Brandão a Juliano Moreira, logo nos enfadamos com o rosário de lamentações, justificativas e reivindicações que se repetem monotonamente”.⁵⁹⁵ De fato, as queixas se repetiam principalmente quanto à superlotação e à conseqüente falta de acomodações para promover as devidas separações entre os doentes, à transmissão de doenças contagiosas que a falta de condições de higiene que a inadequação das instalações acarretava. As misturas haviam se tornado demasiado perigosas: não apenas reveladas pelos altos índices de mortalidade, pelos contágios, como pelas fugas, atos de violência e suicídios. Mesmo nas Colônias da Ilha do Governador (São Bento e Conde Mesquita) a situação não era melhor. A ausência de controle sobre os doentes e dos meios terapêuticos tornava-se flagrante. As misturas se faziam entre os diversos estágios das doenças, entre curáveis e incuráveis, entre indigentes e pensionistas ricos, e principalmente entre crianças e adultos.⁵⁹⁶ A esse respeito, desde 1897, Teixeira Brandão em sua resposta às críticas à desanexação do Hospício da Misericórdia, denunciava: “Supor que só agora há

⁵⁹⁵ *A loucura na cidade....*, op. cit., pp. 372 e 373.

⁵⁹⁶ Ver: *idem*, p. 374.

crianças no hospital, seria uma necessidade”,⁵⁹⁷ e que “referindo à população do hospício, fiz ver ao Sr. Ministro no relatório deste ano, a conveniência de melhorar a distribuição dos doentes, separando os menores dos pensionistas.⁵⁹⁸ E mais adiante: “Pedi uma seção especial para os menores e justifiquei a necessidade dela. Se a Assistência não pode se eximir de recebê-los, é intuitivo que deve tratar de acomodá-los”.⁵⁹⁹

A situação agravava-se ano após ano, até que “em princípios de 1902 a acusação de desvio de verbas que recaiu sobre o almoxarife do HNA, (...), foi o estopim para uma série de denúncias sobre a precariedade das condições de funcionamento da referida instituição, publicadas em alguns jornais cariocas. Um dos aspectos enfatizados pelo jornalista do *Jornal do Commercio*, num artigo onde narra a visita feita ao HNA em 30 de janeiro de 1902, seria, justamente, o convívio indiscriminado entre crianças e adultos (...)”.⁶⁰⁰ Em dezembro do mesmo ano, o ministro da Justiça e Negócios Interiores nomeava uma comissão de inquérito⁶⁰¹ cujo relatório apontava, dentre outras irregularidades a existência promíscua de crianças e adultos, “alguns em completo estado de nudez”.⁶⁰² Em janeiro de 1903, o Dr. Chagas Leite (que depois foi exonerado), em resposta aos quesitos da Comissão, justificava-se: “O número sempre efusivo de enfermos a meus cuidados tem sido um dos maiores obstáculos que tenho encontrado para o seu conveniente tratamento: não há possibilidade de repartir eficazmente a atenção por 210 doentes (...). Aliviada a seção dos dementes, idiotas e incuráveis, assim como das crianças (imbecis, idiotas e epiléticos), cuja permanência entre os alienados é

⁵⁹⁷ *Questões relativas à...*, op. cit., p. 21.

⁵⁹⁸ *Idem*, p. 20.

⁵⁹⁹ *Idem*, p. 21.

⁶⁰⁰ ENGEL, M.G., *A loucura na cidade...*, op. cit., pp. 374 e 375.

⁶⁰¹ Os integrantes dessa comissão de inquérito eram os médicos: Salles Guerra, Carlos Fernandes Eiras, Antônio Maria Teixeira e o farmacêutico Silva Araújo.

⁶⁰² *Assistência a Alienados*, Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903, p. 260. Ver também: *A loucura na cidade...*, op. cit., p. 376.

das piores conseqüências, os doentes de formas agudas beneficiariam de toda solicitude do médico (...).⁶⁰³ Como resultado do inquérito⁶⁰⁴ várias providências foram tomadas e, dentre estas, a transferência das crianças, em fevereiro daquele ano para um “grande chalé junto à antiga lavanderia”,⁶⁰⁵ que passou depois a denominar-se “Pavilhão Bourneville”, o primeiro estabelecimento (e durante muito tempo, o único) fundado no Brasil para crianças anormais.⁶⁰⁶

Em fevereiro de 1905, a Revista Kosmos publica um artigo assinado por Olavo Bilac,⁶⁰⁷ onde descreve as transformações do Hospício e, em especial, a seção de crianças. Julgamos valer a pena transcrever partes desse artigo, não só pela insuficiência de dados sobre o Pavilhão (que poderia ser objeto de pesquisa futura), mas principalmente por tratar-se de relato que, por seu cunho jornalístico, traz situações que talvez passassem despercebidas ao olhar de um especialista.

O poeta inicia descrevendo as vezes em que visitou o Hospício, desde a primeira vez em que passou pela porta, vinte e um anos antes, em suas andanças de boêmio pelas madrugadas, quando passava com amigos pela Praia da Saudade: “O Hospício branco e sinistro levantava-se cercado de indizível melancolia... (...) Adormecida embora, àquela hora da noite, a Casa de Sofrimento vivia povoada de sonhos alucinados..” Depois disso, Bilac visitou o hospital outras vezes e sempre teve a

⁶⁰³ *Assistência a alienados*, Anexo: Documentos. Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903, pp. 48 e 49.

⁶⁰⁴ “O resultado do inquérito é inteiramente desfavorável ao Hospício Nacional. Segundo a comissão, esse estabelecimento oferece ‘o espetáculo vergonhoso de mil e duzentos infelizes, privados da razão, enjaulados como irracionais, - em uma época em que a ciência dispõe de recursos, muitas vezes, para curá-los, sempre para suavizar-lhes os padecimentos e as amarguras’”. *Assistência a alienados*, Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1903, op. cit., p. 262.

⁶⁰⁵ *Idem*, p. 254.

⁶⁰⁶ Os arquivos do Pavilhão Bourneville, que devem fazer parte do acervo do Hospício Nacional, recolhidos à Colônia Juliano Moreira, encontravam-se indisponíveis à consulta na época da pesquisa às fontes.

⁶⁰⁷ BILAC, Olavo. *No hospício nacional, uma visita à seção de crianças*. In: *Revista Kosmos*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1905.

mesma impressão. Despertado pelas “notícias alarmantes da imprensa”, foi novamente “percorrer a Casa da Loucura”, onde tudo “respirava miséria e abandono” e voltou como se volta, diz ele, de uma “visita ao Inferno”. “(...) Antigamente as crianças asiladas no Hospício viviam numa sala apenas cimentada de rojo no chão, gritando e gargalhando, sem ensino, como animais malfazejos ou repulsivos. Eram asiladas e alimentadas - cifrava-se nisso toda a assistência que lhes dava o Estado, aquilo era para elas um limbo sem esperança. Uma vez entradas ali, como criaturas incuráveis, ali ficavam crescendo ao acaso, condenadas ao idiotismo perpétuo, ou votadas em futuro próximo ou remoto à loucura furiosa, à demência, à paralisia geral e à morte. Inúteis a si mesmas e inúteis à sociedade, os pequeninos idiotas assim ficavam como rebutalho maldito da Vida, flores gangrenadas logo ao nascer, sem promessa de melhor sorte...”. Elogiando a reforma que o Hospício sofreu após o inquérito, Bilac descreve o Pavilhão Bourneville, dirigido naquela época, pelo dr. Fernandes Figueira: “Há no pavilhão duas grandes salas, uma para meninos e outra para meninas, uma outra sala em que está instalada a escola e o jardim”, onde “os canteiros, esmaltados de flores, têm uma forma geométrica”, para que as crianças “ainda correndo e brincando” possam educar “a vista e a inteligência”. O método utilizado era o de Séguin, aperfeiçoado por Bourneville. A escola era dotada de aparelhos que o autor assim descreve: “Primeiro o enfermo aprende a andar, a coordenar os movimentos das pernas, em carrinhos com pontos de apoio para as axilas, perfeitamente iguais ao que se usam para amparar os primeiros passos das crianças de 1 ano; depois é preciso tirar-lhe o medo do movimento, e prevenir-lhe as vertigens - e essa educação é gradual, indo do emprego de escada simples e das barras paralelas, até o ascensor mecânico, dos balanços e de outros aparelhos de ginástica”. Dispunha também a escola de material didático específico, como objetos de formas geométricas, tecidos e

outros materiais de várias texturas e cores, e instrumentos de percussão. Mas a maior atração para as crianças era o fonógrafo. Ele nos apresenta a cena:

“Uma vez por dia, os serventes trazem à sala principal do Pavilhão Bourneville um grande fonógrafo. A chegada do aparelho é saudada por uma explosão de alegria. Quando o som das primeiras notas da música, toda a criançada, como obedecendo a um impulso irresistível, dança e pula, numa sarabanda jovial. Depois, todos os pequenos sossegam, formam um círculo em torno do fonógrafo e assim ficam horas inteiras imóveis, embevecidos, alheios de tudo, embalados pela melodia... É um êxtase, que só termina quando a voz do aparelho definha e morre, numa última nota arrastada. E nem só nesse amor do fonógrafo se manifesta a influência que a música exerce sobre os nervos daquelas criaturas inocentes. Quase todos os asilados cantam e dançam frequentemente, e alguns preferem a todos os brinquedos essas gaitas do sopro, que custam um níquel, e valem aos seus olhos verdadeiro tesouro. A Música, arte primitiva, é o encanto daquelas almas também primitivas...”

Em linguagem parnasiana, nosso poeta descreve os volteios da inteligência da criança idiota que o método da educação dos sentidos faz pousar: “O processo é de simplicidade clara e radiante. O que caracteriza o idiota é, principalmente, a falta de atenção, que impossibilita a coordenação das sensações e das idéias. Naqueles cérebros toda a percepção é vaga, incoerente, hesitante. Ali, a inteligência é como uma ave tonta, que abre as asas, paira no espaço, procura em vão pousar, vai e vem e revoa sem rumo certo, e cai afinal exausta, sem ter aproveitado o esforço, e de algum modo fatigada de nada haver feito. A primeira conquista que se deve tentar, na educação de um idiota, é a da revelação dos sentidos. É preciso obrigar suavemente a criança doente a saber que possui sentidos, para depois educá-las”. O método seguia etapas: a educação dos sentidos, desenvolvimento da locomoção e a aquisição de hábitos da vida diária - aprender a comer com a colher e a vestir-se. “Este ponto especial de educação é interessantíssimo, não se pode imaginar o que é empregar, de longo e paciente esforço,

para obter que a criança doente execute esta operação, para nós tão simples, de abotoar qualquer peça do vestuário. A mão inexperiente tateia longo tempo, apreende a forma do botão e a forma da abertura da casa, adianta-se, recua, desiste da empresa, volta ao trabalho, porfia, até que, depois de inumeráveis lições e de incontáveis tentativas consegue levar a cabo o feito que parecia impossível. (...) E só depois desse longo curso preparatório, que o enfermo vai aprender a ler, com o auxílio de grossas letras de madeira e grandes mapas murais”. Quanto aos sucessos do método, Bilac observa: “Em algumas até se nota um como orgulho de raciocinar, do pensar, e a satisfação de compreender o que se lhe diz e o que se lhes ensina. Quando se lhes pede que mostrem um A, ou um D, ou um V, - é de ver o ar de triunfo com que vão buscar e levantam sorrindo a letra pedida. E entre esses pequenos, alguns há que há pouco tempo, não possuíam tato, nem coordenação de movimentos, e não distinguiam a cor vermelha da cor azul; nem o gosto amargo do gosto açucarado. Poucas lições e muita brandura bastaram para despertar essas inteligências que dormiam.

São os milagres da Ternura...”

E, em meio a todas as impressões elogiosas, surge com destaque a figura da “Tia Ana”, a educadora daquelas crianças que, não fosse a sensibilidade do poeta, teria como destino a vala comum do esquecimento reservado aos infames da história, jamais habitaria os registros dos doutos psiquiatras daquele tempo.

“A história dessa boa mulher é simples e comovedora. ‘Tia Ana’ entrou ali, enferma, há muitos anos; mas nunca a enfermidade lhe alterou a sobre-humana bondade; e, em breve, quando lhe confiaram as crianças, ela começou a amá-las, a tratá-las como filhas, dando-lhes todos os cuidados, e pondo nesses cuidados toda a inteligência de que é capaz o seu pobre cérebro doente. As meninas têm hoje enfermeiras solícitas e instruídas, verdadeiras perceptoras (sic) que as zelam e educam: mas a sua enfermeira predileta, a sua querida e preferida preceptora, ficou sendo a

boa e velha cabocla, a meiga mulher, que não sabe ler nem escrever, que é doente como elas, que as entende bem e cujo coração possui uma ciência especial, toda feita de bondade e de ternura... Ultimamente, o diretor comunicou à 'tia Ana' que lhe ia mandar abonar uma pequena gratificação mensal, para recompensar o seu trabalho... Mas 'tia Ana' nem quis ouvir o resto da frase; teve uma revolta instintiva; ofendeu-se, protestou, e, na sua 'meia língua' confusa, perguntou: - 'Desde quando as mães, recebem paga pelo carinho com que tratam as filhas?!...' ⁶⁰⁸

Ana Cabocla, a louca. Boa e velha Ana, doida de amor pelos filhos que não teve. Olavo Bilac, o poeta, ficou-lhe devendo a homenagem de um soneto...

Mas o Pavilhão não permaneceria, por muito tempo, assim como Bilac o descreveu em 1905. "Em janeiro de 1907, o administrador do HNA sublinhava os efeitos da superpopulação do pavilhão de crianças que dormiam '... pelo chão, em colchões, por falta de espaço para a colocação de camas'" ⁶⁰⁹ Em 1908, quando foi autorizado o alargamento de uma das alas, o diretor do Hospício, Juliano Moreira lembrava a necessidade da "... criação de um instituto para assistir cientificamente a todos menores anormais do Distrito Federal" ⁶¹⁰ E assim se sucedem as queixas. No ano seguinte o espaço, mesmo ampliado, continuava insuficiente e seu diretor solicita o alargamento da ala oposta. Ano após ano, os relatórios oficiais registram a necessidade de acréscimo e a necessidade de criação de um instituto especializado face ao número crescente de crianças enviadas ao asilo. Não obstante tais relatórios ⁶¹¹ não apresentem

⁶⁰⁸ Outro escritor, Lima Barreto, escreve em 1920 *O cemitério dos vivos*, memórias de sua passagem pelo Hospício Nacional, como interno. Nele há um pequeno trecho onde menciona as crianças do Pavilhão Bourneville, numa tarde quando passeava pela chácara onde se localizava o Hospício: "Em meio do caminho, encontramos bandos de crianças loucas, de menos de dez anos, que iam brincar, sob a vigilância de uma enfermeira estrangeira, alemã, parecia.

Havia de todas as cores, e todas eram feias, algumas mesmo aleijadas" (*O cemitério dos vivos - memórias*, São Paulo, Brasiliense, 1956, pp. 196 e 197).

⁶⁰⁹ ARAUJO, D.S. da S. Relatório do diretor interino do HNA enviado ao Ministério da Justiça, em 31-01-1907. *Apud*: ENGEL, M.C., *A loucura na cidade...*, op. cit., pp. 377 e 378.

⁶¹⁰ *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*, 1908, p. 128.

⁶¹¹ Foram consultados os relatórios do Hospício Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores dos seguintes anos: 1903, 1905, 1908, 1909, 1910, 1915, 1919, 1920 e 1922.

explicitamente os índices do crescimento dessas internações, não se pode relacionar este fato apenas ao aumento da população do Rio de Janeiro. As considerações que Magali G. Engel faz a respeito dos “novos ventos da República” que “alterariam os destinos dos indivíduos identificados como doentes mentais”, se estenderiam provavelmente na mesma proporção às crianças: “Certamente estes ventos soprariam mais forte, arrastando um número cada vez mais expressivo de pessoas em direção às portas do mundo asilar que, agora, não mais se abriam apenas para o hospício, mas também para as colônias agrícolas e para o manicômio judiciário”. O próprio diretor do Pavilhão, o Dr. Fernandes Figueira, defende em 1910, ao lado das medidas preventivas dirigidas às gestantes para a “... diminuição do número avultadíssimo de deficientes mentais”,⁶¹² o envio dessas crianças para o asilo: “A assistência familiar cabe precipuamente aos atrasados pedagógicos de De Moor; não a podemos recomendar aos imbecis e idiotas. Todos sabemos que estes espontaneamente melhoram nos asilos. Sentem-se no meio justo, não os atormentam os meninos sãos, não se transformam em estorvo às famílias. Estão no seu ‘habitat’ próprio, sem perturbações e sem vexames. A ginástica lhes enseja os membros amolecidos, a convivência lhes acessa serenamente para a vida”.⁶¹³

Instaurada a caçada aos anormais, a população infantil do Hospício só tenderia a aumentar. Quando da saída de Fernandes Figueira da chefia do Pavilhão em 1921, o Relatório da Assistência a Alienados do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ainda registra: “Como nos anos anteriores tenho a salientar a necessidade de ampliações deste pavilhão por isso assim o exige o número crescente de crianças necessitadas de internamento em um serviço de atrasados mentais. Sendo esse o único

⁶¹²FERNANDES, Figueira. *Educação médico pedagógica das crianças atrasadas...*, op. cit., p. 331.

⁶¹³Idem, p. 329.

até agora existente no Brasil, multiplicam-se os pedidos de admissão sem que possamos satisfazê-los. Se o Estado fundar um instituto ou uma colônia de atrasados certamente atenderá a uma necessidade premente do país que tem o dever de prepará-los para que se tornem ao menos úteis a eles mesmos. E com educá-los evitamos que se tornem perniciosos à sociedade, pois evidentemente são eles quando ineducados que fornecem um grande contingente ao exército do crime”.⁶¹⁴ Esse instituto jamais seria fundado, ficando a assistência aos atrasados entregue aos estados e, principalmente, à iniciativa privada. Em 1923, Gustavo Riedel, fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental, observa a ampliação da rede de inclusão dessas crianças nos asilos, ainda considerada insuficiente, com a criação de seções infantis na Colônia de Juquery em São Paulo, e outra no Rio Grande do Sul.⁶¹⁵

Dois outros estabelecimentos especializados foram fundados no Brasil, na mesma década do Hospício de Pedro Segundo. Trata-se do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, e do Instituto de Surdos-Mudos, em 1856. Pode-se dizer que esses dois institutos inauguraram na prática, em nosso país, as separações institucionais especializadas do que hoje denominamos deficiências. Aliás, estas primeiras separações têm uma história que lhes antecede e que provém do século XVIII, na Europa. Embora muitas vezes misturados aos mendigos (principalmente no caso dos cegos), surdos e

⁶¹⁴Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Assistência a alienados (Hospício Nacional)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, p. 69.

⁶¹⁵*L'hygiène mentale...*, op. cit., p. 15.

A respeito do Juquery, fundado em 1898, Maria Clementina P. Cunha assinala que: em 1922 “(...) é constituído o pavilhão de ‘menores anormais’ - que vai transformar-se, anos mais tarde (1929), na Escola Pacheco e Silva, destinada às crianças do Juquery - , até então misturadas aos adultos nos pavilhões do hospício (...)”. *O espelho do mundo...*, op. cit., p. 85 (Extraído de: VICENTE, Batista, *Seção de menores anormais do Hospital Central de Juquery - Serviço de assistência a psicopatas*. In: Arquivo do Serviço de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo, ano III, nº 1-2, 1938, pp 251 e ss.).

cegos não foram assimilados aos outros doentes ou aos alienados.⁶¹⁶ Talvez, por isso, não lhes tenha ocorrido o mesmo processo de medicalização - ou melhor, na origem das especializações encontra-se a marca de uma pedagogia.

Partiremos não de tentativas isoladas, como os primeiros ensaios do século XVI sobre as possibilidades de instrução dos surdos-mudos,⁶¹⁷ ou no início do século XVIII, a abertura que as obras filosóficas de Diderot⁶¹⁸ e de Condillac propiciaram para o desenvolvimento de pedagogias especializadas para surdos e cegos. De qualquer modo, a institucionalização de ambos seguiu por caminhos diferentes da dos idiotas, não no seio de uma medicina, mas de um saber pedagógico e de uma prática institucional em estabelecimentos separados. Será, portanto, dos primeiros estabelecimentos de ensino coletivo que partiremos. Eles serão inaugurados no século XVIII na França, e o primeiro deles em 1760 quando o Abade L'Epée (1712-1789), funda uma escola pública para surdos-mudos, cujo movimento logo se generaliza por toda a Europa, assim como o seu método de linguagem de sinais. Em 1784, Valentin Haüy (1745-1822),⁶¹⁹ desejoso de retirar os cegos do destino de mendicância e de dar-lhes instrução e habilidade para o trabalho, funda, também em Paris, o Real Instituto de Meninos Cegos, publicando logo a seguir, em 1786, o seu *Ensaio sobre a educação de cegos*. Entretanto, não se deve pensar que, a partir da disseminação dos estabelecimentos de educação de surdos e cegos, estes foram melhor considerados que

⁶¹⁶Por vezes, surdos-mudos foram misturados aos débeis mentais, mas não se tratava de uma prática corrente. O mesmo nunca aconteceu aos cegos.

⁶¹⁷Cardan (1501-1576), Ponce de Léon (1520-1584), Pablo Bonet (1579-1633). No século XVIII, Pereire propõe seu método de articulação oral.

⁶¹⁸Diderot publica em 1740: *La lettre sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient*, e em 1751: *La lettre sur les sourds-muets*. Em 1754, Condillac escreveu o *Traité des sensations*.

⁶¹⁹Cegos também eram exibidos nas feiras do século XVIII. Maurice Capul (*Internat et internement...*, thèse D'État, op. cit., Tome 1, p. 252) descreve uma cena a que Valentin Haüy assistiu e que lhe teria despertado revolta e a vocação para instruir os cegos. Aconteceu na feira de Sainte-Ovide, em Paris, em 1771, onde encontrou uma orquestra de dez cegos, vestidos com roupas ridículas, portando

os loucos e os idiotas - a não ser por não fazerem parte do contingente considerado socialmente perigoso, por muito tempo ainda pertencerão ao universo da desrazão, cujas separações os tirariam do convívio com os outros homens.

No Brasil, embora quase contemporâneos, a fundação de um instituto para cegos em 1854 antecedeu ao de surdos em 1856. Mesmo tendo sido fundados e começado a funcionar na mesma década do Hospício de Pedro Segundo, não foram objeto das campanhas dos higienistas, preocupados com a limpeza do espaço urbano. Nenhum debate, nenhuma publicação referia-se a cegos e surdos-mudos enquanto problema médico ou pedagógico - apenas uma ou outra tese das recém-fundadas faculdades de medicina sobre os aparelhos de audição e da visão, suas doenças e seu funcionamento.⁶²⁰ Nada que dissesse respeito, portanto, a uma medicina social. A que isto se deve? Apenas algumas hipóteses podem nortear esta indagação. Sendo a emergência estrangeira das práticas especializadas para surdos e cegos caracterizadas pelas iniciativas no âmbito da pedagogia, teria-se reproduzido aqui essa mesma tradição? Isto seria admitir que uma tradição se reproduz por uma espécie de motu próprio, independente de outras forças sociais que possam intervir nesse processo. Nada mais linear do que uma resposta positiva a essa questão. Ora, o poder médico no Brasil tomou como objeto privilegiado o meio urbano - higienizar espaços públicos, modernizar

enormes óculos de papelão sem lentes, colocados diante de estantes iluminadas que sustentavam as pautas musicais, em cima de um tablado. Eram o objeto das gargalhadas da platéia.

⁶²⁰Das poucas teses sobre audição e visão do século XIX, não encontramos nenhuma que se referisse à surdez e à cegueira. Foram consultadas:

GARCIA, José Maurício Nunes, *Método de demonstrar o aparelho da audição*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Impacial Francisco de Paula Brito, 1839.

CHAVES, José Maria, *Da audição*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Francisco de Paula Brito, 1850.

GOMES, Francisco de Paula Medeiros, *Da visão*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1851.

CALDAS, Phillipe Pereira, *Do oftalmoscópio*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal Laemmert, 1865.

almas privadas. Indivíduos cegos e surdos não foram, portanto, problematizados enquanto parte especial desse objeto. Engrossariam, indiferenciados, a categoria dos indigentes, dos mendicantes ou dos incuráveis nos asilos.

A europeização pelas luzes da civilização moderna, no caso das separações de surdos e cegos será, assim, levada adiante por vozes isoladas, não exclusivamente médicas. Em 1835, o deputado Cornélio Ferreira França apresenta na Assembléia Geral Legislativa um projeto de criação de escolas para cegos e para surdos-mudos na Capital e nas províncias. F. Gurgulino de Souza, cego e professor de cegos do então Instituto Benjamin Constant, em 1899, apresenta a justificativa da não concretização do projeto: “A ocasião, porém, era das menos oportunas para fazer vingar semelhante idéia, pois, é certo que já alguns brasileiros pensavam em dotar a pátria de instituições úteis como as havia no velho mundo, é também natural que, numa época de agitações como a da menor idade de D. Pedro II, só questões de outra ordem, problemas políticos e sociais, merecessem a atenção dos representantes da nação. Foi assim que o projeto (...) ficou arquivado nos anais do parlamento sem as honras sequer de uma discussão”.⁶²¹

No caso da fundação de um estabelecimento para cegos, a idéia só seria levada a efeito em setembro de 1854 graças à influência de um médico do Palácio, Xavier Sigaud, francês naturalizado brasileiro, e ao empenho de um jovem cego, José Alvares de Azevedo que, voltou de Paris, aonde havia sido mandado estudar no Instituto de Meninos Cegos, alimentando o ideal de criar aqui estabelecimento semelhante. A

ALMEIDA, José Ricardo Pires de, *Do aparelho da visão*, Proposições da Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Querino e Irmão, 1871.

⁶²¹F. GURGULINO DE SOUZA, *O instituto Benjamin Constant*. In: *Polyanthéa consagrada à comemoração do 45º aniversário da instalação do instituto dos cegos do Brasil*. Grêmio Comemorativo Beneficente Dezessete de Setembro, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1899.

aliança dos dois se deu por intermédio da filha do Dr. Sigaud,⁶²² menina cega da qual Alvares de Azevedo foi professor.⁶²³ Admirado com os progressos da aprendizagem de sua filha pelo sistema Braille,⁶²⁴ levou à presença do imperador o jovem professor, cuja eloquência resultou no Decreto Imperial nº 1429 de 12 de setembro de 1854 que cria o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, inaugurado solenemente em 17 de setembro do mesmo ano, no Morro da Saúde. O Instituto mudaria duas vezes sua sede: em 1864 para a Praça da Aclamação, e em 1891 para um prédio em construção na Praia da Saudade (hoje Av. Pasteur), sua sede definitiva. Obras que levariam ainda muito tempo para terminar.⁶²⁵ Mudaria também de denominação: com a República passaria a chamar-se Instituto Nacional dos Meninos Cegos e, após a morte de seu ex-diretor por 20 anos, receberia o nome que mantém até hoje - Instituto Benjamin Constant.

O limite inicial de vagas era de 30 alunos, dos dois sexos,⁶²⁶ sendo 20 gratuitas para pobres e 10 para abastados que pagariam taxas anuais de 400 mil réis de

Ver também: SILVADO, Brasil, *Les aveugles au Brésil*, Rio de Janeiro, Imprimerie Nationale, 1902, pp. 3 e 4.

⁶²² Interessado pelo problema da cegueira, o Dr. Sigaud já havia visitado o instituto de cegos de Paris. Em seu livro *Du climat et des maladies du Brésil*, ele tenta mobilizar os médicos para a causa da assistência aos cegos: "À Academia Imperial de Medicina pertence a honorável tarefa de provocar a fundação de um hospício oftalmológico; ela que obteve, em quinze anos, a fundação das faculdades de medicina, as reformas de hospitais civis e militares, um cemitério fora da cidade, o hospício de tísicos, o hospício de alienados, não recuará diante de tantas misérias, que reclamam socorros urgentes. Nesta progressão em favor da humanidade, não poderá realizar a tarefa beneficente de socorrer igualmente os cegos de nascença e de convertê-los, como diz M. Dupau, este hábil diretor da Instituição de Meninos Cegos de Paris, de cegos da natureza em cegos da civilização?" *Apud*: RIBEIRO, Lourival, *Figuras e fatos da medicina no Brasil*, Coleção de Monografias do Serviço Nacional de Tuberculose, monografia nº 5, Rio de Janeiro, 1964, pp. 51 e 52.

⁶²³ Em 1851 José Alvares de Azevedo traduz o livro de J. Guadet *Instituto dos meninos cegos de Paris - sua história e seu método de ensino*, Rio de Janeiro, Tipografia de F. Paula Brito, 1851.

⁶²⁴ Louis Braille, inventor do alfabeto de pontos em relevo, foi o aluno do instituto fundado por V. Haüy.

⁶²⁵ Um texto sobre a *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro* (op. cit., p. 474) dizia que, em 1912, "o estabelecimento ainda carece de importantes construções para se apresentar segundo a planta por que foi lançado, podendo-se dizer que apenas a metade dela está realizada". Em 1922, o *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores* sobre o Instituto Benjamin Constant, afirmava: "Cada vez mais se acentua a necessidade de terminar a construção do edifício do Instituto, segundo a planta existente no Escritório das Obras deste Ministério" (p. 81).

⁶²⁶ Seu primeiro diretor, Xavier Sigaud, desde antes da fundação insistia para que o Instituto atendesse os dois sexos, sugerindo que os casos de cegueira na infância seriam maiores entre as meninas.

pensão e 200 mil réis de jóia. Contudo, data do início de seu funcionamento a história de sua sub-ocupação: nas 30 vagas somente 10 alunos foram matriculados. Em 1872, um relatório de atividades confirma: “Desde a instalação do Instituto até a presente data tem-se matriculado 64 alunos de ambos os sexos (...)”.⁶²⁷ Situação que, guardando as proporções do aumento do número de vagas e do crescimento das instalações, não se alterará até 1937, quando será fechado para reformas. Em 59 anos de funcionamento contínuo, ou seja, até 1913, o Instituto só havia matriculado 313 alunos.⁶²⁸ Tratava-se, na grande maioria, de alunos pobres,⁶²⁹ que jamais terminavam o curso (inicialmente de 6 anos e depois de 8 anos), e lá permaneciam por mais de 20 anos.⁶³⁰ Sonia M. Dutra Araújo analisa esta situação: “Estruturado para que as relações no seu interior se fechassem sobre si mesmas, assegurando ao indivíduo cego além da educação, a profissão, a residência, a alimentação, o vestuário e o tratamento médico, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos acaba impondo ao indivíduo cego uma condição passiva: se

⁶²⁷ Apud: ARAUJO, Sonia Maria Dutra de, *Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos no Brasil: A história do Instituto Benjamin Constant*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993, p. 18.

No mesmo ano a que se refere o citado relatório, o censo de 1872 registrava um total de 15.843 cegos no Brasil, quase três vezes mais que o número total de alienados (5.819).

⁶²⁸ Desses 313:

Passaram com alunos para 1914	-	83
Vivem como contramestres de oficinas	-	4
Vive como mestre de oficina	-	1
Vivem como professores	-	12
Vive como professor jubilado	-	1
Retiram-se do estabelecimento	-	162
Faleceram	-	29
Faleceram como professores	-	13
Faleceram como professores jubilados	-	3
Faleceram como mestres	-	4
Faleceu como contramestre	-	1
TOTAL	-	313

Assistência pública e privada..., op. cit, p. 475.

⁶²⁹ Em 1912, todos os alunos eram indigentes. Havia dentre eles, 7 cegos inválidos. O total de 92 alunos matriculados perfazia apenas 6 décimos do número de vagas. Ver: Idem, p. 474.

⁶³⁰ Em 1905, o diretor, justificando a permanência indefinida dos alunos no estabelecimento pela falta de opções de formação profissional oferecida pelo Instituto, conclui: “O resultado é que vai se aglomerando, quer em uma, quer em outra seção dos dois sexos, um certo número de alunos, que ficam

recusa as normas da instituição, é excluído dos possíveis benefícios e se a elas se ajusta, é socialmente excluído face ao rótulo que o acompanhará ou ao confinamento que elas próprias lhes determinam”.⁶³¹ De fato, dois artigos do regulamento induziam os alunos a permanecerem indefinidamente no Instituto: “Art. 40: O (aluno) que durante o Curso se houver distinguido será preferido para o cargo de Repetidor, e depois de 2 anos de exercício neste emprego para o de Professor do Instituto” e o “Art. 41. “Ainda quando esteja completo o número de Repetidores o Governo poderá mandar adiar à essa classe, com o respectivo vencimento, os alunos que por seu procedimento, talento e estado se reconhecer que são aproveitáveis para o magistério”.⁶³²

Em 1911, um novo regulamento parece consolidar essa situação, garantindo vagas não só para aspirantes ao magistério, como para operários, no máximo 6 por oficina. E, na tentativa de minimizar a condição flagrante de ser antes um abrigo de cegos do que um estabelecimento pedagógico, propõe: “Os alunos desvalidos que não puderem continuar no Instituto, nem como aspirantes, nem como operários, terão o destino que o Governo julgar conveniente. O mesmo se praticará para aqueles que, tendo atingido os 22 anos de idade, não houverem terminado o curso literário, salvo se obtiverem licença do Governo para continuar no Instituto até a conclusão do dito curso”. E, atenuando a arbitrariedade paternalista, prossegue: “O Governo providenciará de maneira que os alunos de que trata precedentemente não fiquem

perpetuamente encostados ao estabelecimento”. *Instituto Benjamin Constant, Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, p. 156.*

⁶³¹*Elementos para se pensar...*, op. cit., p. 17.

⁶³²*Apud: Idem, ibidem.*

Há também referências à história do atual Instituto Benjamin Constant nos seguintes trabalhos:
LEMOS, Edison Ribeiro, *Educação de excepcionais - evolução histórica e desenvolvimento no Brasil*, Tese de Livre-docência, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.
SOMBRA, Luzimar Alvino, *Evolução histórica das concepções sobre as pessoas excepcionais*, MEC-CENESP, IBC, 1982 (mimeo).

expostos à miséria, criando para esse fim casas de trabalho, fundando asilos para os inválidos ou auxiliando as associações que se destinarem velar pela sorte delas”.⁶³³ Através de um texto de 1899, comemorativo do 45º aniversário da instalação do Instituto,⁶³⁴ tem-se notícia da existência de um Grêmio Beneficente fundado em 1893 que tinha por finalidade minimizar o desamparo dos sócios necessitados. Dele faziam parte, em sua maioria, ex-alunos e alguns filantropos, e se propunha a conceder beneficências “auxiliando na medida de suas forças aos cegos que desejarem iniciar uma profissão honesta”. No entanto, não se sabe se tal propósito foi levado a efeito e quantos sócios foram beneficiados.

Benjamin Constant, diretor do Instituto por 20 anos, em 1873 propunha uma reforma que incluía desde a autonomia financeira, através da criação de um patrimônio e de loterias, a fundação de filiais em outras províncias, elevação do curso do Instituto ao nível literário dos demais colégios e a introdução de disciplinas científicas no currículo.⁶³⁵ Mas, a reforma que se implantará após a República, em 1890, irá suprimir boa parte das propostas de Benjamin Constant (como a autonomia financeira e a criação de filiais), mas manterá a correspondência ao curso literário, agora com 8 anos de duração e a introdução de cadeiras científicas,⁶³⁶ aumentando também o número de vagas de 30 para 150 alunos. Parece, contudo, que pouca coisa mudou após a reforma republicana. É o que nos confirma, em 1896, Brasil Silvano, quando se refere ao estabelecimento que dirigia: “Conhecido como asilo, ele se tem limitado a asilar

SOMBRA, Luzimar Alvino, *Educação e integração profissional de pessoas excepcionais - análise da legislação*, Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1983 (trabalho não consultado).

⁶³³ *Assistência pública e privada...*, op. cit., p. 474.

⁶³⁴ Ver: *Polyanthea consagrada à comemoração...*, op. cit.

⁶³⁵ Ver: ARAUJO, Sonia M. Dutra de, *Elementos para se pensar...*, op. cit., pp. 26 a 30.

⁶³⁶ É bem provável que tais disciplinas não tenham sido ministradas, dada a falta de material apropriado e, principalmente, a inexistência de professores habilitados para cadeiras científicas.

cegos”.⁶³⁷ E mais: “(...) alunos havia que jamais o [o curso de 6 anos] terminavam. Alguns encontrei com vinte anos de permanência no estabelecimento!”.⁶³⁸

Nos relatórios oficiais que pudemos consultar, sucedem-se as queixas quanto à precariedade do material didático e das oficinas. Na data de sua fundação o Instituto dispunha do material que José Alvares de Azevedo havia trazido da França: além dos métodos de ensino, livros impressos em braile, máquinas para escrita, pranchas para cálculo e cartas cartográficas.⁶³⁹ Quase todo o material utilizado era estrangeiro, de sorte que, segundo o relatório de 1903, o Instituto ainda não possuía um mapa (em relevo) do Brasil, sugerindo seu diretor que o mandasse fazer em Paris. Assim também, a seção pedagógica achava-se “tão mal provida que o meio de supri-la convenientemente seria uma reforma radical”,⁶⁴⁰ recomenda o diretor. Em 1905, o prelo da oficina tipográfica que se achava imprestável, acabou quebrando de vez.⁶⁴¹ Dezesesseis anos depois, parece que o material não se encontrava em melhor estado: além do mobiliário estragado, faltavam livros didáticos, mapas geográficos, pedras para escrever, papel especial para escrita a pontos.⁶⁴²

⁶³⁷SILVADO, Brasil, *O instituto Benjamin Constant - educação dos cegos - breve notícia*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896, p. 11.

⁶³⁸Idem, p. 10.

⁶³⁹Ver: *Polyanthea consagrada à...*, op. cit.

⁶⁴⁰*Instituto Benjamin Constant*, Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903, p. 238.

⁶⁴¹No entanto, em 1902, num texto preparado para um Congresso Internacional em Bruxelas (*Les aveugles au Brésil...*, op. cit), o diretor do IBC, Brasil Silvado, dourava para gasto externo uma realidade bem diferente daquela que expunham os relatórios oficiais: vangloriava-se da recente aquisição de uma máquina americana (stereotype-maker) para a oficina de tipografia, quando o relatório oficial do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 1903, afirmava: “A oficina tipográfica (sistema de pontos) precisa, urgentemente, reformar o seu material de impressão. Os tipos, muito velhos, estão quase imprestáveis. O prelo que é de boa qualidade, foi construído para ser movido a vapor, e não a braço, como tem acontecido (op. cit., p. 236). Em 1905 o prelo se quebrou de vez (*Relatório...*, op. cit, p. 163). Proclamava a existência de uma biblioteca de mais de 6 mil livros impressos pelos alunos, quando somente em 1905 seria fundada “uma pequena biblioteca de livros a tinta”, assim também os livros a ponto que custavam 100 vezes mais caro, além de ocuparem no mínimo 4 vezes mais espaço que os outros. *Instituto Benjamin Constant, Relatório...*, op. cit., p. 157.

⁶⁴²Ver: *Instituto Benjamin Constant. Relatório do Ministério da Justiça...*, 1922, op. cit., p. 81.

Em 1896, na tentativa de se fazer um pouco mais conhecido, o diretor do Instituto, Brasil Silvano, faz publicar propaganda em outros estados. O resultado foi desanimador: apareceram apenas 21 candidatos, 2 não foram aceitos e 1 foi retirado pelo Consulado Espanhol.⁶⁴³ A solução talvez não estivesse em iniciativas como a propaganda, tão distante, naquele tempo, da população.⁶⁴⁴ O certo é que, tido pelos órgãos oficiais apenas como estabelecimento de fachada da modernização do país, o Instituto ficou ausente da produção de saber, nem ao menos conseguiu divulgar suas práticas. Mesmo a construção (que durou tanto tempo) de seu portentoso prédio, ou as mudanças do regime republicano não alteraram a estagnação desse pequeno asilo.

Os discursos médicos do século XIX e do início do século XX não foram brandos em relação à surdo-mudez. Considerada durante muito tempo como um defeito eminentemente inato, ora como forma teratológica parcial, um episódio da degenerescência,⁶⁴⁵ ora incluída dentre as afecções mentais, ela foi assunto dos higienistas no debate travado sobre os casamentos consanguíneos. Para os anticonsanguinistas até o início do século XX, pertencendo à classe das “depressões nervosas”, sempre comparado ao idiota, tido como mais próximo do imbecil pela ausência de linguagem articulada, o surdo-mudo seria incapaz de contrair casamento.⁶⁴⁶ Talvez o efeito maior das teses anticonsanguinísticas tenha sido a aceitação generalizada da inferioridade do surdo-mudo congênito. É o que defende em 1881 Tobias Leite.

⁶⁴³O Instituto Benjamin Constant... breve notícia..., op. cit., p. 11.

⁶⁴⁴Nesse sentido, Moncorvo Filho, como vimos, foi muito mais eficiente.

⁶⁴⁵Ver: PINHEIRO GUIMARÃES, *Consanguinidade e surdo-mudez*, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da Livraria Francisco Alves, 1917. Este texto trata de uma pesquisa que o autor realizou no Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

⁶⁴⁶Ver: SEABRA, Aristides de Campos, *Estudo médico-legal do casamento (motivos de impedimento e de nulidade de casamento e motivos de divórcio)*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Bernard Frères, 1902.

Embora afirme que o número de surdos acidentais é maior do que se pensa, ele assinala: “O surdo-mudo congênito tem a face pálida, a fisionomia morta, o olhar fixo, a caixa torácica deprimida, movimentos lentos e o caminhar trôpego e oscilante, é excessivamente tímido e desconfiado”. E acrescenta: “além destes sinais há um que lhe é peculiar: certo ruído ou espécie de gemido que inconscientemente deixa ouvir quando come ou faz qualquer coisa que exija esforço físico ou intelectual, ou que lhe cause satisfação. (...) as melhores estatísticas têm verificado que só 15% têm inteligência suficiente para letras”. Quanto ao surdo-mudo acidental, “ainda mesmo que lhe falte o estrabismo e a hemiplegia mais ou menos sensível, facilmente se reconhece pela face, sucessivamente ora corada, ou pálida, pelos olhos vivos, o olhar rápido e móvel, fisionomia alegre, curiosidade excessiva, caráter susceptível e nimamente violento”.⁶⁴⁷

Por outro lado, os discursos consangüinistas foram bastante ambíguos. Avelino Senna de Oliveira constatava ser exíguo o número de indivíduos portadores de surdez congênita e reconhecia, entre os surdos-mudos, graus diversos de inteligência, devido ao pouco conhecimento da língua e a dificuldade em adquiri-la: “Entretanto, se o compararmos a muitos ouvintes e falantes da mesma classe, mesmo com esta instrução elementar, que diferença em favor do surdo-mudo e quantos operários da mesma condição estão intelectualmente abaixo dele!”.⁶⁴⁸ No entanto, mais adiante afirma: “O surdo-mudo não é somente uma criança a instruir, é um ser moralmente incompleto”, e além disso, “sua inteligência não é mais desenvolvida que a de uma criança de 3; todas as suas faculdades são entorpecidas, nenhum hábito de obediência tem contraído, não

Obs.: As questões relativas à surdo-mudez e degenerescência, e surdo-mudez e consangüinidade foram detalhadas respectivamente nos Capítulos I e III.

⁶⁴⁷LEITE, Tobias. *Compêndio para o ensino de surdos-mudos*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Tip. Universal de H. Laemmert e C., 1881, pp. VIII e IX.

⁶⁴⁸OLIVEIRA, Avelino Senna de, *Consangüinidade e surdo-mudez*, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Papelaria Luiz Macedo, 1902, p. 58.

ignora somente as formas de linguagem, é estranho a maior parte de idéias; ensinar-lhe a ler, é ensinar-lhe pensar. “E mesmo adquirindo instrução, é um inconstante: “... instruído unicamente pelos olhos, sua curiosidade natural o leva desejar ver muitos objetos vivos, resultando disso grande propensão à vida nômade”.⁶⁴⁹ Comparado ao cego de nascimento, cujo desenvolvimento “é infinitamente menos embaraçado que o do surdo-mudo (...), mais dócil, de natureza mais serena e de humor constante”, o surdo-mudo é “... de pouca capacidade (...), indócil, muitas vezes rebelde e violento.”⁶⁵⁰

Aliás, a comparação entre surdos e cegos é bem antiga e povoou os discursos dos educadores especializados do século XIX. Ramaugé, em 1847, médico e professor de surdos em Lisboa, desenvolve uma psicologia de cegos e surdos apoiado nesta comparação. A propósito das limitações do cego, ele diz: “Um cego de nascença pode facilmente adquirir o conhecimento dos outros homens, e até mesmo aperfeiçoá-los, mas não pode inventar nada por si mesmo; não tem as noções que fornece o sentido mais importante, que poderia chamar-se ‘o sentido da invenção’(...)”.⁶⁵¹ Ao passo que “o surdo em consequência das privações que sofre no meio da sociedade, afasta-se dela, ou o colhe imperfeitamente suas vantagens”.⁶⁵² Vem também de longa data a imagem da docilidade do cego e da rebeldia do surdo: “O gênio dos surdos é algumas vezes detestável, não mostram afabilidade a pessoa alguma, nem ao seu médico, nem à esposa, nem aos filhos, nem aos amigos e não fazem outra coisa mais do que atormentar as pessoas que procuram agradar-lhes. O cego, pelo contrário, agradece àqueles que lhes oferecem consolação. Haverá entes mais desgraçados que os surdos cuja doença, agravando-se geralmente, de dia para dia, constitui o seu tormento, e o daqueles que o

⁶⁴⁹Idem, p. 60.

⁶⁵⁰Idem, p. 55.

⁶⁵¹RAMAUGÉ, J.J.A., *Os cegos e os surdos e meios...*, op. cit., p. 23.

⁶⁵²Idem, p. 26.

rodeiam, e interrompe as suas relações sociais?”⁶⁵³ Quanto às mulheres, ele acrescenta: “Tenho conhecido mulheres cegas que têm feito desfrutar aos seus maridos os prazeres antecipados do paraíso, e surdas que têm feito sofrer aos seus os tormentos do inferno”.⁶⁵⁴

À diferença dos cegos, inteiramente ausentes das teses ou dos trabalhos dos higienistas do século XIX, surdos só os freqüentaram, como vimos, enquanto casos de teratologia, de degenerescência, e/ou frutos dos casamentos consanguíneos. Nada que os tornasse alvo de tratamento ou recuperação. Portanto, a criação de um instituto especializado foi também uma iniciativa isolada, mais hesitante e precária se comparada ao processo de fundação do Instituto de Cegos.⁶⁵⁵

Segundo um texto de 1856, o Instituto de Surdos-Mudos “foi fundado nesta Corte, debaixo dos auspícios de S.S.M.M.II, por E. Huet, ex-diretor do Instituto de Bourges, em França, e aberto em 1º de janeiro de 1856”.⁶⁵⁶ Todavia, a história de sua fundação não se resume a uma data, conforme a publicação oficial de seu primeiro regimento. Segundo o relatório de *Assistência pública e privada*, de 1922,⁶⁵⁷ em 1855 o professor Huet chega ao Brasil com uma carta de apresentação do Ministro da Instrução Pública da França ao nosso governo, e que, entregue ao Marquês de Abrantes, encaminhou-o ao Imperador. Oferecia seus serviços como professor de surdos-mudos e solicitava uma escola onde pudesse desempenhar seu ofício. Depois do Imperador ter insistido, sem êxito, junto ao diretor do Colégio Pedro II para “facilitar meios para abrir

⁶⁵³Idem, pp. 27 e 28.

⁶⁵⁴Idem, p. 29.

⁶⁵⁵Não encontramos trabalho historiográfico específico sobre o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos em que nos apoiar nesse momento. Em Edison Ribeiro Lemos (*Educação de excepcionais...*, op. cit., pp. 36 a 46), e Luzimar A. Sombra (*Evolução histórica...*, op. cit.), acham-se, apenas, algumas referências. Limitamo-nos, na maioria das vezes, a pesquisas próprias.

⁶⁵⁶*Instituto dos Surdos-Mudos - programa e regulamento interno*, Rio de Janeiro, 1856.

⁶⁵⁷Ver: *Assistência pública e privada...*, op. cit., pp. 475 a 478.

sua escola”,⁶⁵⁸ afinal, “... a muito custo se conseguiu que o Colégio Vassimon, sito à rua Municipal nº 8, recebesse Huet como hóspede e professor e mais dois alunos, mediante a pensão mensal de 500\$000 para cada um, paga pelo Imperador”.⁶⁵⁹ Em 3 de junho de 1856, o Marquês de Abrantes, incumbido a instalação definitiva de uma escola para surdos-mudos, cria uma comissão⁶⁶⁰ que dirigiu ao Corpo Legislativo “uma petição de auxílio pecuniário e subvenção e, enquanto aguardava seus resultados, promoveu benefícios nos teatros e angariou donativos particulares”.⁶⁶¹ Em outubro do mesmo ano, tendo arrendado um prédio na Ladeira do Livramento, graças à ajuda dos Conventos do Carmo e São Bento, foram para lá removidos os sete alunos do Colégio Vassimon. No ano seguinte, em 26 de setembro de 1857, passa a vigorar uma lei⁶⁶² que consagrava recursos de 5.000\$000 para o estabelecimento e 500\$000 de pensão para cada um dos dez alunos admitidos pelo governo imperial. Em novembro o número de vagas é aumentado para mais dez alunos, por uma lei provincial que também destinava 500\$000 por aluno matriculado.

A Notícia histórica do Instituto dos Surdos-Mudos de 1898, do professor do Instituto Saul Borges Carneiro, é o texto a que o relatório sobre a *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro* se reporta para nos revelar a história conturbada desse estabelecimento. Face ao desentendimento do professor francês que, ao que parece, não se submetia à Comissão da qual o Marquês de Abrantes era o presidente, este preferiu

⁶⁵⁸ Por que o diretor do Colégio Pedro II teria sido incumbido dessa tarefa pelo Imperador? Uma forma de descartar-se de algo que não interessava, sabedor de que aquele diretor jamais cederia qualquer instalação de um colégio tão nobre para abrigar surdos-mudos?

⁶⁵⁹ Idem, p. 476.

⁶⁶⁰ A comissão foi composta dos seguintes membros, além do Marquês de Abrantes, seu presidente: o Marquês de Olinda, o Marquês de Monte Alegre, o Conselheiro de Estado Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara, do dr. Manoel Pacheco da Silva, do Prior do Convento do Carmo, do Abade do Mosteiro de São Bento, e padre D. Joaquim Fernandes Pinheiro, secretário. Ver: Idem, *ibidem*.

⁶⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶⁶² Idem, *ibidem*.

afastar-se para que o Instituto não se extinguísse, já que não havia outro professor de surdos no Brasil. Substituiu-o o Marquês de Olinda que, logo que se certificou da vinda de um professor brasileiro, Magalhães Couto, que fora habilitar-se em Paris, entrou em negociações com o professor Huet em 1861, que partiu de volta para a França com uma indenização do governo brasileiro de 2.744\$680. Nesse meio tempo, ocuparam provisoriamente o cargo de diretor: frei João de Monte Carmo, o professor Claudio Luis da Costa (diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos) e seu preposto Ernesto de Prado Seixas. Parece que as coisas, neste interim, não andaram bem, porque o citado relatório refere-se à intervenção do último dos diretores no sentido de “restabelecer a ordem e a disciplina, onde reinava o mais lamentável estado moral e material”.⁶⁶³ Quando Magalhães Couto assumiu, em 1862, o Marquês de Olinda “não mais se ocupou do Instituto” e a antiga Comissão extinguiu-se em 1867. Um novo regulamento passa então a vigorar, fixando como pessoal, além do diretor: “Um professor, uma professora, um capelão, um inspetor de obras, uma inspetora de alunas, uma enfermeira, dispenseira e roupeira, uma criada, um cozinheiro e quatro serventes”.⁶⁶⁴ Mas, o afastamento da Comissão e a direção de Magalhães Couto não fizeram bem ao estabelecimento. Pela ausência de informações sobre o Instituto, o Secretário do Império determinou a sua inspeção pelo médico Tobias Rabello Leite, que assim se expressou em relatório de 1868: “... era apenas uma casa em que se achavam surdos-mudos no mais completo abandono”.⁶⁶⁵ Exonerado Magalhães Couto, o dr. Tobias Leite assumiu interinamente

⁶⁶³Idem. *ibidem*.

⁶⁶⁴O curso foi fixado em cinco anos e compreendia as seguintes matérias: “leitura, escrita, doutrina cristã, aritmética, geometria elementar, desenho linear, elementos de história e geografia, principalmente nacionais, português e contabilidade”. Idem, *ibidem*.

⁶⁶⁵*Apud*: *ibidem*.

Não foram estas as únicas intervenções que encontraram o Instituto em estado de abandono. No século XX, no início da década de 60, já agora transformado num enorme asilo de surdos, denúncias de

naquele mesmo ano, encontrando o Instituto “nem pessoal habilitado para prosseguir o ensino, nem livros, nem outro qualquer objeto próprio dessa especialidade”.⁶⁶⁶ Mandou vir da França livros que tratassem da educação de surdos, traduzindo e adaptando muitos deles para o português.⁶⁶⁷

Vale a pena destacar, neste ponto, uma dessas publicações. Trata-se do curioso texto “Contos morais para surdos-mudos”,⁶⁶⁸ escrito por Vallade Gabel do Instituto de Bordeaux, traduzido e publicado no Brasil em 1869, onde se podem observar as imagens correntes dos indivíduos considerados defeituosos, veiculadas, sob a forma de lições de moral, para outros defeituosos como os surdos-mudos. Escrito com frases curtas em ordem direta, próprias ao ensino daqueles que se iniciavam no aprendizado da língua, pretendia também estimular o gosto pela leitura, através de lições como estas:

“O Coxo

Francisco tem uma perna curta, - e outra perna comprida
Ele inclina-se, e se endireita caminhando.
Ele é coxo.

irregularidades veiculadas na imprensa motivaram um inquérito federal e, em consequência, a exoneração de seus diretores.

⁶⁶⁶Idem, *ibidem*.

⁶⁶⁷Em seu *Compêndio para o ensino de surdos-mudos* (op. cit.), Tobias Leite adverte o leitor: “Não havendo livro algum em português para o ensino dos surdos-mudos, publiquei em 1871 as *Lições da linguagem escrita* extraídas do *Méthode pour enseigner aux sourds-muets*, do venerado professor J.J. Vallade Gabel”. Resolve propagar suas lições: “Não se acreditando então na proficiência do ensino dos surdos-mudos, ofereci 500 exemplares das *Lições* aos presidentes das províncias de Minas, São Paulo, Paraná e Goiás, para serem distribuídos aos professores primários dos lugares em que houvesse maior número de surdos-mudos”. (Terceira edição, Rio de Janeiro, Tip. Universal de H. Laemmert e C., 1881, s/p). Vários outros livros franceses foram traduzidos, nesta época, para o português, no Instituto de Surdos-Mudos:

LAMBERT, Abade, *Catecismo para o uso dos surdos-mudos sem instrução*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1869.

GABEL, J.J. Vallade, *Guia para os professores primários começarem a instrução dos surdos-mudos*, Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1874.

Além de outros livros de Vallade Gabel: *Lições de linguagem portuguesa*, 1871, *Lições de Geografia*, 1873.

⁶⁶⁸GABEL, J.J. Vallade, *Contos morais para os surdos-mudos*, Traduzido para os alunos do Instituto do Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1869.

Um coxo não pode correr depressa.
Ele cai sempre.
'Não se deve arremedar os coxos'.

"O Corcunda

Manoel é pequeno.
Ele tem braços e pernas compridas.
Porém, seu corpo é pequeno, e suas costas arqueadas.
Manoel é corcunda; ele tem uma corcova
O camelo tem duas corcovas.
'Lastimai o pobre corcunda e não escarnecei dele'.

"O Cego

Bernardo perdeu a vista
Ele não vê o sol, as árvores, os animais;
ele nada vê; ele é cego.
Um cão o conduz.
Ele toca viola e pede esmola.
'Dai ao pobre cego'.

"Os Estropiados

Diniz perdeu um braço.
Ele trabalha dificilmente.
Honorato perdeu uma perna.
Ele caminha dificilmente com muletas.
'Os estropiados são desgraçados, deve-se lastimá-los e socorrê-los'.

"O Surdo

João não ouve bem; ele é surdo, porém não é mudo, ele fala.
Os animais têm ouvido; eles ouvem.
Eles têm também uma boca; ele gritam, porém eles não falam.

"O Zarolho

Nicolau não é cego.
Ele vê, porém perdeu um olho.
Ele é zarolho.
Os animais têm olhos como nós.
Uns tornam-se cegos.
Outros tornam-se zarolhos.

“O Surdo-Mudo

Marcelino não ouve, e não sabe falar; ele é surdo-mudo.
Os surdos-mudos fazem sinais.
Os animais não podem falar, nem fazer sinais como nós.”⁶⁶⁹

.....

Este pequeno texto incluía também outros casos nessa relação da anti-norma: o guloso, o errado, o preguiçoso, o porco, o mau, o colérico, o insolente, o distraído, etc, em comparação ao laborioso, atento, respeitoso, sóbrio, amável, caridoso, ordeiro, asseado, honesto etc.⁶⁷⁰

Após ter sido efetivado no cargo de diretor em 1872, Tobias Leite tomou outras providências. Dentre estas, a mais importante foi a extinção “da seção feminina do Instituto que não podia ter, naquela época, as condições necessárias para manter com a indispensável moralidade, alunos de ambos os sexos”.⁶⁷¹ Em 1905, o diretor do Instituto ressentia-se da “... enorme lacuna de sua existência - não poder educar meninas surdas-mudas”.⁶⁷² Em 1911 um decreto, que ficará por longo tempo no papel, cria a seção de meninas, e, em 1913, com o lançamento das fundações do novo prédio (o atual, na rua das Laranjeiras) surge a promessa de sua instalação tão logo terminadas as obras. O novo prédio ficou pronto em 1915 e a promessa não se cumpriu. O relatório oficial de 1920 dirá que o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, denominação que passou a ter após a República, “não corresponde a seus beneméritos fins”, atravessando por vários

⁶⁶⁹Idem, pp. 5 a 8.

⁶⁷⁰Além de um livro que continha orientação aos pais, recomendando cuidados e modos de comunicação com os filhos (*Notícia do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. H. Laemmert, 1877), Tobias Rabelo Leite mandou publicar uma caderneta, *Salvaguarda do surdo-mudo brasileiro (s/d)*, que os alunos do Instituto deveriam portar como um guia para se comunicar em diversas situações fora do estabelecimento, com instruções, para que os ouvintes entendessem os surdos.

⁶⁷¹*Assistência pública e privada...*, op. cit, p. 477.

⁶⁷²*Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, pp. 172 e 173.

motivos, “uma fase de verdadeira estagnação, havendo, portanto, imperiosa necessidade de remodelar a sua administração...”. E, mais adiante, denunciando a inadequação do novo prédio, ressentia-se de sua sub-ocupação e da ausência de uma seção de meninas: “Não se compreende que, instalado em um palácio, aliás impróprio para o abrigo e educação de surdos-mudos, o estabelecimento preste assistência a apenas 42 menores do sexo masculino, pois até hoje, não foi criada a seção para o sexo feminino, nem foram admitidos alunos contribuintes”.⁶⁷³ Somente no final de 12 longos anos, em 1932, meninas serão admitidas no Instituto.

A respeito da sub-ocupação as queixas eram mais antigas. Em 1898, por exemplo, o relatório oficial do Ministério do Interior afirma que “no correr do ano matricularam-se mais dous surdos-mudos, ficando assim completo o número de 35 alunos fixado pela lei do orçamento, que só consignou fundos para alimentar e vestir 35 pensionistas, durante o ano financeiro”.⁶⁷⁴ E conclui: “É de lastimar que estando este estabelecimento habilitado com o pessoal docente e o material de que dispõe, a receber de 50 a 60 alunos, só possam ser admitidos 35, quando parece certo que todo o território do país há cerca de doze mil surdos-mudos sem educação”.⁶⁷⁵ Interessante observar que o regulamento de 1873, cujo projeto foi elaborado por Tobias Leite, fixava, em seu artigo 18, o nº de 100 vagas para os alunos internos. Como só admitisse 30 alunos gratuitos,⁶⁷⁶ e o Instituto raramente abrigava alunos que pudessem pagar a pensão anual de 500\$000, o total de matriculados variava em torno desse número. De maneira

⁶⁷³Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, pp. LX e LXI.

⁶⁷⁴Instituto dos Surdos-Mudos - Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898, p. 368.

⁶⁷⁵Idem, p. 369.

⁶⁷⁶Ver: LEITE, Tobias R., *Notícia do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. e H. Laemmert, 1877, p. 38, Artigo 19.

que, de 1856 a 1912, o Instituto recebeu somente 263 alunos, “dentre os quais 10 estrangeiros e cinco meninas”. Em 1912, de um total de 36, havia apenas “um aluno contribuinte e um aluno externo que saíram durante o ano”⁶⁷⁷ - todos os demais eram pensionistas do Estado. Difícil escapar aqui da comparação: em 1863, o professor Vallade Gabel lamenta que apenas 1800 surdos-mudos eram atendidos nos 48 estabelecimentos especializados da França, enquanto que “... mais de dois mil, porém, existem infelizmente mergulhados na sua natural ignorância, entregues aos instintos do bruto”⁶⁷⁸.

Embora sub-ocupado, as poucas vagas gratuitas foram sempre preenchidas, assim também não constam registros de reclamações de permanência indefinida dos alunos no estabelecimento, como acontecia no Instituto Benjamin Constant. A duração do curso foi em geral de 6 anos, prorrogáveis a critério do Diretor, não podendo, contudo, ultrapassar a idade de 18 anos. De fato, nos relatórios oficiais consultados constam seguidamente afastamento de alunos por atingir a idade limite. O regulamento também não reservava vagas para a admissão de ex-alunos como funcionários. Ademais, o Instituto de Surdos, em comparação ao de cegos, recebia verbas menores de manutenção e pagava menos aos seus servidores - pelo menos até 1898, era o que seu diretor demonstrava: “Julgo cumprir um dever chamando a vossa atenção para a escassez de vencimentos que percebe este pessoal, vencimentos que não estão em relação absolutamente com o serviço que dele se exige”⁶⁷⁹.

Outro artigo do regulamento de 1898 é o que estabelece a

Pelo referido artigo, a preferência da matrícula gratuita era “1º, aos desvalidos; 2º, aos filhos de pequenos lavradores residentes longe da Corte; 3º, aos filhos de Militares; 4º, aos empregados públicos que contarem mais de 10 anos de serviço” (Idem, *ibidem*).

⁶⁷⁷ *Assistência pública e privada...*, op. cit., p. 479.

⁶⁷⁸ GABEL, J.J. Vallade, *Guia para os professores...*, op. cit., pp. VIII e IX.

⁶⁷⁹ *Instituto dos Surdos-Mudos - Relatório do Ministério...*, 1898, op. cit., p. 370.

obrigatoriedade do trabalho nas oficinas (Art. 34), embora não figurem mestres de ofício no quadro de pessoal, apresentado no Art. 3º.⁶⁸⁰ De fato, os mestres das oficinas não deviam compor o quadro permanente de pessoal do Instituto, já que o regulamento previa que elas seriam dirigidas por artesãos “dos Arsenais de Guerra ou da Marinha, ou contratados pelo Diretor como for mais conveniente”.⁶⁸¹ Em texto preparado para a Exposição de Filadélfia, seu diretor, Tobias Leite em 1876, enaltece o trabalho das oficinas de sapataria que fabrica todo o calçado usado pelos alunos, da encadernação que encaderna os livros das repartições públicas, a floricultura e a horticultura que “fornece variados e abundantes legumes e verduras par a alimentação dos alunos”.⁶⁸² Em 1903, quando não mais existia a escola agrícola, funcionavam 3 oficinas, além da sapataria e da encadernação, a recém-criada tipografia que parece ter tido vida curta.⁶⁸³ Pelo que

⁶⁸⁰Ver: *Notícias do instituto dos...*, op. cit., p. 32.

A mesma situação se repete no Regulamento de 1901. Ver: *Instituto nacional de surdos-mudos - regulamento*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901.

⁶⁸¹Ver: *Notícias do Instituto dos...*, op. cit., Art. 33, p. 43.

⁶⁸²“Aos artefatos das oficinas dá-se um valor, do qual a metade é recolhido ao Tesouro Nacional como indenização da matéria prima, a outra metade é recolhida à Caixa Econômica, e escriturada em caderneta no nome de cada aluno que retira o capital e juros quando deixar o Instituto.” (*Instituto dos Surdos-Mudos - Notícia do enviada para a Exposição de Filadélfia, com artefatos de seus alunos*, Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. e H. Laemmert, 1876, pp. 9 e 10). O mesmo texto assim descreve a distribuição do tempo dos alunos:

- 5 horas da manhã: levantam-se e compõem suas camas;
- 5 ½ às 6: todos os alunos tomam banho frio;
- 6 às 8: todos os alunos ocupam-se com trabalhos na horta e nas quintas-feiras fazem exercícios ginásticos, nos quais alguns estão muito adestrados;
- 8 às 8 1/2: lavam os pés, mudam o calçado e descansam;
- 8 1/2: almoçam carne verde, pão e café;
- 9 às 12 da manhã: trabalham nas oficinas;
- 12 às 1 da tarde: entregam-se ao recreio no pátio, coberto por frondosas árvores;
- 1 às 1 1/2: jantam sopa, feijão, carne verde, ervas, arroz e frutas;
- 1 ½ às 2: descansam no pátio;
- 2 às 3 1/2: aula de aritmética, geografia e desenho;
- 3 ½ às 5: recreiam-se no pátio;
- 5 às 8: aula de linguagem escrita;
- 8: ceiam café e pão;
- 9: oram na capela e recolhem-se.” (pp. 11 e 12).

⁶⁸³Ver: *Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903.

Embora não tenha sido possível consultar todos os relatórios ministeriais, o certo é que o relatório de 1909 (*Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*,

pudemos observar, estas oficinas sofriam do mesmo mal das do Instituto Benjamin Constant - a falta de conservação e reposição das máquinas. Em 1915 dizia o relatório oficial: "Estas oficinas, para que possam funcionar com a desejada regularidade, produzindo maior rendimento, carecem de grandes reformas no material, antigo e insuficiente, e já bastante gasto pelo uso".⁶⁸⁴ Em 1922, o relatório aponta situação parecida: as duas únicas oficinas (de sapateiro e encadernação) "ressentem-se de falta de maquinismo para seu desenvolvimento".⁶⁸⁵

O mesmo texto preparado para Exposição de Filadélfia descreve sucintamente o método utilizado na educação dos surdos, calcado no *Méthode pour enseigner aux sourds muets la langue française* de J.J. Vallade Gabel, adaptado por Tobias Leite.⁶⁸⁶ O método era basicamente escrito. Tal como o "tratamento moral" de Séguin, o modo apresentado para o início do aprendizado da linguagem era o imperativo, continuava na forma interrogativa e passava aos poucos para a narração: "... em que os alunos são obrigados não só a apresentar um jornal do emprego do seu tempo no internato de uma aula à outra, como a fazer descrições dos quadros que lhes são indicados pelo Professor, e a narrar por escrito os fatos que viram praticar ou praticaram nos passeios fora do Instituto".⁶⁸⁷ Eram utilizados como assuntos das lições objetos e fatos do cotidiano. Esse "ensino intuitivo e visual" tinha como auxiliar o material da "coleção completa das estampas coloridas de M^{me} Pape Carpentier, e de grande número

Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1909, pp. 92 a 95), não menciona existência da oficina de tipografia. O mesmo acontece em relatórios posteriores.

⁶⁸⁴Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 115.

⁶⁸⁵Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Relatório..., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, p. 65.

⁶⁸⁶As adaptações consistiam nas "modificações que a localidade, a ocasião, a inteligência, o temperamento, a índole, a idade e os hábitos do aluno" (Instituto dos surdos-mudos - Notícia do - enviada à Exposição do..., 1876, op. cit., p. 6.

⁶⁸⁷Idem, pp. 7 e 8.

de estampas de origem alemã, representando ações, fatos e cenas da vida real no mundo exterior”.⁶⁸⁸

Talvez por ser comum a ocorrência de outras afecções associadas à surdez, o mesmo regulamento de 1873 inclui vários artigos (Artigos 21, 22 e 23) que mencionam a exclusão de alunos que fossem acometidos de alienação mental, idiotismo, imbecilidade e qualquer outra moléstia incurável, além dos que fossem considerados incorrigíveis. Incluía em suas disposições transitórias⁶⁸⁹ a proibição expressa de castigos corporais, o que nos leva à suposição de que talvez tivessem sido praticados em épocas anteriores. Era também especialmente duro com os professores: previa penas que iam da admoestação e multas em dinheiro à perda do cargo àqueles que infringissem maus tratos aos alunos, demonstrassem atos de imoralidade, negligência, incapacidade, exercício de disciplina sem critério.⁶⁹⁰ Aliás, a questão dos professores devia ser mesmo aflitiva - havia poucos e ainda assim mal habilitados, principalmente para a cadeira de linguagem articulada, que deveria ser ministrada apenas aos alunos que não fossem completamente surdos ou aos surdos acidentais menores de 12 anos. A cadeira, criada pelo regulamento de 1873, permaneceu vaga até 1883, “por não haver entre nós quem tivesse habilitação para ocupá-la”.⁶⁹¹

Inicia-se a partir daí a longa história de hesitações, marchas e contra-

⁶⁸⁸ Idem, p. 7.

⁶⁸⁹ Ver: LEITE, Tobias R., *Notícias do...*, 1877, op. cit., art. 42, p. 46.

⁶⁹⁰ Idem, artigos 9 e 12, pp. 34 e 35.

Tobias Leite, em seu *Compêndio para o ensino de surdos-mudos* em 1881, critica a ação dos professores de surdos: “Os maiores obstáculos que se encontram na educação dos surdos-mudos não procedem da enfermidade desses pobres meninos, nem do abandono em que tenham vivido, e não provém também das fórmulas singulares que os sinais mínimos dão ao pensamento, nem da fraqueza de suas faculdades intelectuais, não hesita em dizê-lo; estes obstáculos, reportados quase invencíveis, procedem de nós professores; é a tradição das falsas doutrinas, é a nossa preguiça que os levantam; nós não sabemos fazer-nos pequenos com os pequenos, simples com os simples, só queremos mostrar ciência quando apenas é necessário bom senso; queremos levar a luz à inteligência do menino antes de termos esclarecido suficientemente a nossa”. Op., cit., p. XI.

⁶⁹¹ *Assistência pública e privada...*, op. cit., p. 477.

marchas, a respeito dos métodos de ensino a serem adotados. Dada a divulgação que o novo método oral passa a ter na Europa, a partir dos congressos internacionais daquela época,⁶⁹² o diretor Tobias Leite resolve enviar um professor à França a fim de habilitar-se, e que, de volta em 1883, passa a ministrá-la. Foi, contudo, um ensaio que durou pouco. Em 1889, face aos resultados desanimadores da nova prática, "... declarou o diretor do Instituto ao Governo que 'os alunos que freqüentavam a aula de linguagem articulada nenhuma instrução haviam recebido, ao passo que os da classe de linguagem escrita haviam aprendido várias noções e apresentado notável adiantamento'". Desse modo, instituída em 1883 passa a ser ministrada apenas aos alunos que, a critério do diretor e do professor, apresentassem condições de aprender a palavra articulada e a leitura labial, "sem prejuízo da linguagem escrita".⁶⁹³ Durou apenas um ano esta nova tentativa - em 1890 a cadeira acabou sendo extinta.

Parece que pelo menos o ensino da linguagem escrita do curso literário de 6 anos, a partir de 1881,⁶⁹⁴ apresentou bons resultados. A esse respeito o texto *Assistência pública e privada* menciona dois fatos interessantes: dois ex-alunos passaram a ocupar o cargo de repetidor, Flausino José da Gama e Gustavo Gomes de Mattos, sendo que o primeiro publicou um livro relativo à sua especialidade: *Iconografia dos sinais dos surdos-mudos*.⁶⁹⁵

Em 1895, a cadeira de linguagem articulada é restabelecida, e de novo o debate sobre o método oral puro, adotado pelo Instituto de Paris, volta à cena. Um professor, encarregado de observar a aplicação do método na França, conclui "... que o

⁶⁹²Em 1880 acontece um congresso internacional em Milão, com a presença prestigiosa de Alexandre Graham Bell, defensor do oralismo.

⁶⁹³Idem, ibidem.

⁶⁹⁴Em 1881 o Instituto mudou para outro prédio provisório na rua das Laranjeiras. O prédio definitivo só iria iniciar sua construção em 1913.

⁶⁹⁵*Assistência pública e privada...*, op. cit., p. 477.

método oral puro, como meio de educar todo e qualquer surdo-mudo sem distinção é - verdadeira utopia”.⁶⁹⁶ Em 1903, o método de ensino empregado era “o misto ou combinado”, que parecia não ser do agrado de seu diretor: “... devo confessar que as minhas opiniões a esse respeito sofreram profunda modificação depois do que vi e observei na Europa (...).

“Estou atualmente convencido de que todos os surdos-mudos, com exceção apenas dos idiotas e imbecis, podem adquirir a palavra articulada (...). Tudo depende do ‘meio’ em que vive a criança surda-muda, do método de ensino empregado, e, antes de tudo do entranhado amor, da dedicação quase sobre-humana, da assistência contínua, ininterrupta, por parte dos que se entregam a essa missão quase divina.

“O professor do surdo-mudo, para alcançar resultados extraordinários de que fui testemunha, carece viver como à sombra de seu educando; deve acompanhá-lo à classe, à refeição, ao banho, à oficina, ao recreio, ao dormitório, não abandoná-lo um só instante, procurando com ele comunicar-se pela palavra articulada, com proscrição completa e absoluta dos sinais”.⁶⁹⁷

Em 1911, por ocasião da reforma de ensino que atingiu todos os estabelecimentos de ensino subordinados ao Ministério do Interior, o chamado método oral puro acaba sendo adotado para o ensino de todos os surdos-mudos, permanecendo o antigo apenas para os alunos que por ele haviam começado. Parece que os resultados não foram muito animadores. O relatório oficial de 1919 revela: “Ainda foi diminuto o número de alunos aptos pelo sistema oral, sendo, pois, necessária a reforma desse

⁶⁹⁶ MOURA E SILVA, Antônio Joaquim, *Surdos-mudos capazes de articular e meios práticos de lhes dar a palavra e, com ela, o ensino*, p. 7. Apud: *Assistência pública e privada...*, op. cit., p. 478.

⁶⁹⁷ *Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903, p. 245.

método”.⁶⁹⁸ Em 1922 repete-se a queixa e a proposta de substituição “pelo de ensino combinado de linguagem oral e escrita (sistema misto)”.⁶⁹⁹

A história dessas polêmicas, dos avanços e recuos dos métodos adotados no ensino de surdos ainda perdurará por várias décadas. Parece ser até hoje uma questão que suscita o debate: método oral, comunicação total ou bilingüismo?

Os institutos de cegos e de surdos, ambos pequenos asilos fechados em si mesmos, não disseminaram suas práticas, não produziram saber, passaram ignorados para a grande maioria da população. Criados apenas como fachada de modernização do país, o que não incluía como necessidade a instrução de todas as crianças, eles não poderiam mesmo ter outro destino por parte das autoridades governamentais. Não cabia àqueles estabelecimentos a missão prioritária de proteção da sociedade, controle e repressão à pobreza, como o hospício, as casas de correção, os asilos de mendicidade etc, nem interessavam enquanto escolas aos filhos da elite. Não passariam, portanto, de pequenos abrigos com alguma prática pedagógica, dirigidos a uma ínfima minoria de alunos pobres. Com a disseminação, a partir da década de 30, das redes regulares de ensino público, gradativamente deixarão de ser pequenos espaços de separação para cumprir mais extensivamente os seus destinos: a partir da década de 40 e, principalmente, de 50, transformam-se em grandes asilos. Multiplica-se a população de alunos, professores e funcionários, assim como todas as mazelas se tornam muito mais evidentes. Dois lastimáveis asilões separados do sistema regular de ensino. Ironicamente é nesta década que o então Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM) passa a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

⁶⁹⁸*Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919, p. 34.

⁶⁹⁹*Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Relatório...*, 1922, op. cit., p. 63.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Acreditar no mundo é o que nos falta: nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos (...). É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo”

Gilles Deleuze*

Desbastar um tema tão pouco explorado exigiu um enorme esforço solitário de pesquisa - idas e vindas, hesitações, avanços e recuos - escolhas que nem sempre podem ter apontado as melhores trilhas, ou foram exploradas o suficiente. De qualquer forma, todo o trabalho chega um dia ao final para revelar, então, suas virtudes e suas falhas.

A tentativa de jogar na história a evidência naturalizada do que, na atualidade, chamamos de deficiência mostrou-nos os emaranhados de sua construção, a surpresa de certas rupturas e os anacronismos tão típicos de nossa colonização. Mudanças não devem ser vistas necessariamente como progressos: se um dia tivemos o corpo nocivo das degenerescências, hoje conhecemos o corpo fragilizado das deficiências pela tutela tecno-científica. Por outro lado, permanências que se

* *Conversações*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992, p. 218.

cristalizaram ao longo do tempo não são fatalidades históricas que explicariam o que nos acontece. Não uma memória do passado que nos condenaria a lamentar o que somos - e para esta é preciso invocar a força positiva do esquecimento. Novos e velhos acontecimentos apenas abrem campos de possibilidade a reverberar no presente e no futuro. É isto que nos interessa: o dismantelo que a história pode produzir na sedimentação opaca das evidências. Não para afinal encontrar o alívio de uma explicação para aquilo que hoje vivemos, mas para surpreender os indícios de sua montagem e, quem sabe, incitar a conquista de pequenas invenções.

Ao longo desse trabalho falamos da enorme compulsão do nosso mundo em ordenar as diferenças, em fixá-las no campo da norma, em marginalizar os desvios, ou antes, da necessidade de sua existência para a produção de controles e saberes que não dizem respeito apenas aos desviantes. Parafraseando Foucault em *História da Loucura*,¹ um saber positivo que se torna possível no momento da negatividade: um conhecimento sobre a criança, sua pedagogia e seu desenvolvimento pela apropriação das resistências do idiota, do débil mental e da criança anormal à aprendizagem escolar, para ao mesmo tempo relegá-los à exclusão da rede regular de ensino. Produzir mais e mais sujeitos da norma, das separações instituídas que não precisam mais dos estabelecimentos fechados como os asilos. O discurso oficial da “integração” começa por separar, dentro dos próprios órgãos do governo como o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais, duas redes paralelas de escolarização, assim como as inúmeras clínicas privadas, subsidiadas pelo poder público, de atendimento médico-pedagógico - resquício do autoritarismo piedoso que a filantropia nos legou.

Na França, país desenvolvido de primeiro mundo, os equipamentos

¹ *História da loucura na idade clássica*, São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 518.

coletivos de controle social e esquadramento das deficiências parecem ser bem mais refinados. É o que nos descrevem Félix Guattari e Suely Rolnik.² “Há um programa de informatização não só da delinqüência caracterizada, mas de qualquer outro distúrbio, qualquer desvio, por menor que seja. Então, em alguns blocos de conjuntos habitacionais da periferia de Paris, é comum uma família, uma mãe ser obrigada a receber visitas sucessivas de dez, quinze, vinte tipos diferentes de trabalhadores sociais (...) O esquadramento psicológico e sanitário a nível da pequena infância e da escola é constante. Se a criança apresenta qualquer ‘distúrbio’, por mais insignificante que seja, isto já é motivo para que ela seja colocada numa classe especial (...) A ‘classe especial’, dentro da própria escola, é apenas o primeiro passo de um vasto percurso que afasta 50% das crianças francesas da escolaridade ‘normal’. Lá, cada bairro tem uns seis tipos de equipamento coletivo para a infância: da escola à psiquiatria, passando por diferentes matizes de combinação entre o pedagógico, o psicanalítico, o psiquiátrico e o médico”. Será a isto que nos levará o progresso tão almejado?

Falamos de minorias, das variações singulares que essa imensa gama de marginalizados nos legou, através de suas lutas, resistências, conformismos, alegrias e sofrimentos. Ou melhor: falamos de processos transversais de um devir-deficiência que nada tem a ver com uma identidade, uma essência, mas que diz respeito a todos nós - dos inúmeros processos de minorização que atravessam a sociedade e que mais afetam aqueles cuja diferença está sempre reduzida à desigualdade e a conseqüente subjugação.

Ao provocar a visibilidade de corpos coletivos mas minoritários e socialmente dissolvidos, esta investigação quer afastar qualquer pretensão de neutralidade. Mais do que uma análise “acerca” dos fatos, um dispositivo que possa

²*Micropolítica - cartografias do desejo*, Petrópolis, Vozes, 1986, p 101.

intervir na rede dos discursos já instituídos e disparar outras ações. Por isso, consideramos que, além dos profissionais envolvidos, as pessoas portadoras de deficiência serão interlocutores privilegiados deste trabalho. E se esta pesquisa não se constituir num instrumento a ser utilizado na luta pela afirmação das diferenças, que pelo menos não reconduza ou fortaleça os mecanismos de dominação e controle sociais que a cada dia vêm se aperfeiçoando no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. Capistrano de. *Um visitador do Santo Ofício à cidade de Salvador e ao Recôncavo da Bahia de Todos os Santos (1591-1592)*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1922.
- ABREU, Sergio F.A. e CASTRO, Myriam M.P. *A arte de administrar a pobreza: assistência social institucionalizada em São Paulo no século XIX*. In: "Foucault vivo", Italo A. Tronca (org.), Campinas, Pontes, 1987.
- AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth C. *Viagem no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universitária de São Paulo (EDUSP), 1975.
- ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. *Metáforas da desordem - o contexto social da doença mental*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ALENCAR, José Cabral de. *Obsessões e impulsões ao homicídio e ao suicídio*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Jacintho Ribeiro dos Santos, 1902.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*, Petrópolis, Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. *O gosto do pecado - casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XV e XVII*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Do aparelho da visão*, Proposições à Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Querino e Irmão, 1871.
- ALVES, Luiz Roberto. *Confissão, poesia e inquisição*, São Paulo, Ática, 1983.
- AMERICANO, Domingos Marinho de Azevedo. *Sobre a frenologia*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense, 1838.

- AMARAL, Polycarpo Antônio Araponga do. Breve descrição do estado atual dos principais hospitais da cidade, Tese à Faculdade de Medicina da Bahia, Tip. de Camillo de Lellis Manon, 1853.
- AMARAL, Tereza Costa d'. *Deficiência e democracia*, Dissertação de Mestrado à Escola de Comunicação da UFRJ, 1992.
- ANCHIETA, Joseph, Pe. *Cartas inéditas (1585) - centenário da descoberta do Brasil*, São Paulo, Tip. da Casa Eclética, 1900.
- Ambroise Paré. le premier chirurgien des temps modernes - Les cahiers de Science & Vie*, Paris, Hors de serie, n. 19, février, 1994.
- AMERICANO, Domingos Marinho de Azevedo. *Sobre a frenologia*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense, 1838.
- Anais de eugenia*, Sociedade Eugênica de São Paulo, Ed. da Revista do Brasil, 1919.
- Análise institucional no Brasil*, SAIDON, O. e KAMKHAGI, V.R. (org.), 2ª ed., Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1991.
- ANCHIETA, Joseph de. *A província do Brasil (1585)*, Ministério de Educação e Saúde, 1946.
- ANDRADA JÚNIOR, José Bonifácio Caldeira. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde e das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular nossos colégios*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855.

- ANDRADE, Nuno. *Da natureza e do diagnóstico da alienação mental*, memória à Academia Imperial de Medicina, a fim de obter o lugar de membro titular da mesma Academia, Tomo XXXI (junho, julho e agosto de 1879), Tomo XXXI (janeiro, fevereiro e março de 1881).
- ANTONIL, André João (João Antonio Andreoni). *Cultura e opulência no Brasil*, texto da edição de 1711, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- ANTUNES, Bernardino José. *Da nulidade de casamento*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Imparcial de F. de Paula Brito, 1843.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. *Os rostos da criança no Brasil*. In: "A arte de governar crianças - a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil", Francisco Pilotti e Irene Rizzini (orgs.), Rio de Janeiro, Instituto Interamericano del Niño, Edit. Universitaria Santa Ursula e AMAIS Livraria e Editora, 1995.
- ARAÚJO, Achilles Ribeiro. *A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultura, 1982.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade colonial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Sonia Maria Dutra de. *Elementos para se pensar a educação - os indivíduos cegos no Brasil: a história do Instituto Benjamin Constant*, Tese de mestrado, Centro de Educação e Humanidades, UERJ, 1993, (mimeo).

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- (A) *arte de governar crianças - A história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil*, PILOTTI e RIZZINI (orgs.), Rio de Janeiro, Instituto Interamericano del Niño, Ed. Universitaria Santa Úrsula, AMAIS, 1995.
- Aspirações da Liga Brasileira de Higiene Mental*, "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", ano VII (2), 1934, pp. 71 e 72.
- Assistência pública e privada no Rio de Janeiro. História e estatística. Comemoração do Centenário da Independência do Brasil*, Tip. do "Anuário do Brasil", Rio de Janeiro, 1922.
- Ata das sessões da Liga Brasileira de Higiene Mental*, "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", 1 (1), 1925, pp. 148 e 149.
- AUGRAS, Monique. *Imaginária França Antártica - "Estudos Históricos"*, nº 7, 1991, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 19-34.
- AUSTREGÉSILO, A. *Mimetismo nos imbecis e idiotas*, Rio de Janeiro, Oficina de Tip. e Enc. do Hospício Nacional de Alienados, 1906.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco no imaginário das elites do século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BAPTISTA, Luiz Antônio dos Santos. *A cidade dos sábios*, Tese para concurso de professor titular, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1993.
- BARBOSA, Luiz P. *Serviços de assistência no Rio de Janeiro*, Tip. Ao Luzeiro, 1908.
- BARCELLOS, Ramiro Fortes. *Das alianças consangüneas e sua influência sobre o físico, o moral e o intelectual do homem*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1873.

- BARLEU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1974.
- BARRETO, Anita Paes. *Ulisses Pernambucano, educador*, Revista "Psicologia, Ciência e Profissão", nº 1, 1992, pp. 14 e 17.
- BARROS, Joaquim Sergio. *Higiene escolar*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Bernard Frères, 1903.
- BARROS, Manoel Pedro Alves de. *Dos casamentos sob o ponto de vista higiênico*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Particular de Juvêncio Thomaz de Aquino, 1876.
- BASTIDE, Roger. *Brasil terra de contrastes*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1959.
- BENCI, Jorge (S.J.). *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (1700)*, São Paulo, Grijalvo, 1977.
- BILAC, Olavo. *No Hospício Nacional - uma visita à seção de crianças*, In: "Revista Kosmos", Rio de Janeiro, fevereiro, 1905.
- BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*, Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- BOGDAN, Robert. *Le commerce des monstres*, "Actes de la Recherche en Sciences Sociales", Paris, nº 104, septembre, 1994, pp. 35-46.
- BORIE, Jean. *Mythologies de l'hérédité au XIX siècle*, Paris, Editions Galilée, 1981.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder - irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo, Ática, 1986.
- BOXER, C.R. *A idade do ouro do Brasil - dores de crescimento de uma sociedade colonial*, São Paulo, Ed. Nacional, 1969, 2ª edição revista.

- BRAGA, José Simpliciano Monteiro. *Do alcoolismo crônico*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Machado & C., 1883.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Mundos, 1943.
- BRANDÃO, João Carlos Teixeira. *Elementos fundamentais de psiquiatria clínica e forense*, Rio de Janeiro Livraria Ed. Leite Ribeiro e Maurillo, 1918.
- BRANDÃO, João Carlos Teixeira. *Questões relativas à assistência médico-legal a alienados e aos alienados*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897.
- BRASIL, Pompeu P. de Souza. *Classificações em psiquiatria*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. da Revista dos Tribunais, 1910.
- Brasil território da desigualdade*. Rocília Piquet e Ana Clara Torres (orgs.), Rio de Janeiro, Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.
- CALDAS, Phillipe Pereira. *Do oftalmoscópio*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal Laemmert, 1865.
- CANGUILHEM, Georges. *El conocimiento de la vida*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1976.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- CAPUL, Maurice. *Internat et internement sous l'ancien regime - contribution a l'histoire de l'éducation spéciale*, Thèse d'État, Préface de Michel Serres, 4 Tomes, Paris, Centre Technique National d'études et de Recherches sur les Handicaps et les Inadaptations, 1984.
- CARDIM, Fernão (1540-1625). *Tratados da terra e gente do Brasil*, 3ª edição, São Paulo, Ed. Naiconal; Brasília, INL, MEC, 1978.

- CARDOSO, João José. *Determinar se um recém-nascido é ou não vitável, tanto no caso de ser natural, como no de ser monstruosa sua organização*, Proposições da Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Empresa Nacional do Diário, 1855.
- CARNEIRO, Lourenço Alves. *Determinar se um recém-nascido é ou não vitável tanto no caso de ser natural, como no de ser monstruosa sua organização*, Proposições de Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Laemmert, 1855.
- CARVALHO, Bernardo Teixeira de. *Das heranças*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Franco-Americana, 1872.
- CARVALHO, José Murilo de. *O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras?*, "Revista do Rio de Janeiro", Niterói, vol. I, maio/agosto, 1986, pp. 5 a 15.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados - o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Manoel de Avilez. *Dos casamentos consangüíneos em relação à higiene*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Domingos Luiz dos Santos, 1875.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade e fábrica. A construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira*, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1983.
- CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*, Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- CAVALCANTE, Berenice de O. *Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX*, "Revista do Rio de Janeiro", Niterói, nº 1, pp. 95-103.

- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim - o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da 'belle époque'*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade - uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CHAVES, José Maria. *Da audição*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Francisco de Paula Brito, 1850.
- Cidadania e loucura - políticas de saúde mental no Brasil*, S.A. Tundis e M.R. Costa (orgs.), Petrópolis, Vozes, 1994.
- CLASTRES, Pierre. *Liberdade, mau encontro, inominável*. In: "La Boétie, Etienne, Discurso da servidão voluntária", São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CLETO, ABREU, VILHENA e ANDRADA. *Roteiros e notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*, São Paulo, Governo do Estado, 1977.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988.
- COELHO NETO. *O Instituto de Proteção e Assistência à Infância*, Crônica "Suplemento Literário do Correio da Manhã", 30 de janeiro de 1907, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907.
- COIMBRA, Luiz Octavio. *Filantropia e racionalidade empresarial (a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro de 1850 a 1920)*, "Revista do Rio de Janeiro", Niterói, vol. 1, nº 3, maio/agosto, 1986, pp. 41-51.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil - 1850-1888*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

- CORREA, Cesario Alves. *Degeneração - estigmas anatômicos dos degenerados*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. M.Orosco e C., 1905.
- COSTA, Antônio Florencio. *Ligeiras considerações em torno da idiotia*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Imprensa Globo, 1924.
- COSTA, Antônio Luiz da. *Assistência às crianças anormais (sob o ponto de vista físico)*, Tese à Faculdade de Medicina da Bahia, Livraria e Tip. do Commercio, 1924.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república - momentos decisivos*, 1ª edição, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- COSTA, Hipólito José da. *Narrativa de uma perseguição (1ª edição, 1811)*, Porto Alegre, Associação Riograndense de Imprensa, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CRUZ JÚNIOR, José de Souza Pereira da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular nossos colégios*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

- CULLEN, João. *Das doenças do cérebro e suas membranas*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a fim de exercer a medicina no Brasil, Tip. Franceza de Frederico Arfreedson, 1862.
- CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular nossos colégios*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal Laemmert.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira, *O espelho do mundo - Juquery a história de um asilo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, Ribeiro Machado et. al, Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- DEBAY, A. *Histoire naturelle de l'homme et de la femme - depuis leur apparition sur le globe terrestre jusqu'à nos jour-race humaine primitive ses méthamorphoses en races. Types et variétés de races - suivie de l'histoire des monstruosités humaines. Anomalies organiques jusqu'à la mort*, 23^{ème} ediction, Paris, E. Dentu Edicteur, 1876.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e história do Brasil*, São Paulo, Círculo do Livro, 1988, vol. 1.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.
- Demnciações e confissões de Pernambuco - primeira visitaçào do Santo Ofício às partes do Brasil - 1593-1595*, Recife, Fundarpe, Diretoria de Assuntos Culturais do Governo de Pernambuco, 1984.
- DIAS GOMES. *O santo inquérito*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1992.

- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DINES, Alberto. *Vínculos de fogo*, 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- DORIA, Escragnoble. *O Hospício Pedro 2º*, "Revista da Semana", Rio de Janeiro, 6-12, 1924.
- DORIGUZZI, P. et MEGDICHE, C. *Histoire du concept de travailleur handicapé*, Lien Social, 4 avril, no. 118, pp. 5 a 8.
- Dos alienados - seção de variedades*, "Arquivo Médico Brasileiro", Gazeta mensal de medicina, cirurgia e ciências assessorias, Tomo IV, novembro, 1847, vol. 1847-1848, outubro/1847 a setembro/1848, seção de variedades, p. 26.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics - with an afterword by Michel Foucault*, Chicago, The University of Chicago Press, 1982.
- DUARTE, José Rodrigues. *Ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1849.
- DUQUE, Francisco Basílio. *Higiene da criança*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1864.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança - a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, UNICAMP, 1977.
- ELWOOD, Charles A. *The eugenic movement from the standpoint of sociology*, In: "Eugenics: twelve university lectures", Morton, Aldrich, et al., New York, Dodd, Mead and Company, 1914, pp. 213-238.

- ENGEL, Magali Gouveia. *A loucura na Cidade do Rio de Janeiro: idéias e vivências (1830-1930)*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ENGEL, Magali Gouveia (orient.). *Fontes para uma história das concepções acerca da loucura na cidade do Rio de Janeiro - 1830-1930*, Pesquisa para o CNPq, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1993, (mimeo).
- ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores (saber médico e prostituição no Rio de Janeiro - 1840-1890)*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ESQUIROL, J. *Des maladies mentales considérés, sous les rapports médical, hygiénique et medico-légal*, Paris, J.B. Baillière, 1838.
- Esterilização dos deficientes e dos degenerados - 'Brazil-Médico'*, Ano XXVI, nº 34, 8 de setembro de 1912.
- "Eugenics: twelve university lectures", Morton, Aldrich, et al., New York, Dodd, Mead and Company, 1914.
- EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1976 (1ª edição norte-americana, 1856).
- FALBEL, Nachman. *O catálogo dos inquisidores de Frei Pedro Monteiro (1662-1735) e sua complementação por um autor desconhecido*, São Paulo, Centro de Estudos Judaicos, Universidade de São Paulo, 1980.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Escravidão e trabalho livre na segunda metade do século XIX*, "Caderno do ICHF", nº 19, abril de 1990, Niterói, Universidade Federal Fluminense, pp. 34-65.

- FAUSTINO, Antônio Affonso. *Do cruzamento das raças e de suas vantagens sob o ponto de vista higiênico*, Proposições da Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Moreira Maximiano e C., 1887.
- FERNANDES FIGUEIRA. *Educação médico-pedagógica das crianças atrasadas*, "Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal", ano VI (3-4), 1910, pp. 320-331.
- FERNANDES FIGUEIRA. *Elementos de patologia e higiene infantis*, Rio de Janeiro, F. Friguet & C., 1929.
- FERNANDES FIGUEIRA. *Éléments de Séméiologie Infantile*, Paris, Octave Doin Édicteur, 1903.
- FERNANDES, Maria da Glória. *Da educação sob o ponto de vista da higiene pedagógica*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Altina, 1903.
- FIGUEIREDO, Agostinho José da Costa. *Algumas generalidades a respeito da alienação mental*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Teixeira e C., 1847.
- FISCHER, Jean-Louis. *Monstres - histoire du corps et de ses défauts*, Paris, Éditions Syros. Alternatives, 1991.
- FONSECA, Cândido José Coutinho da. *Da alienação mental - debaixo do ponto de vista médico-legal*, Proposições da Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal Laemmert, 1853.
- FONTENELE, José Paranhos. *Deficiência mental nos escolares*, "A Folha Médica", ano I, nº 15, setembro 1920, pp. 131-135.
- FONTENELE, José Paranhos. *Higiene mental e educação*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1925.

- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*, Lisboa, Portugal, s/d.
- FOUCAULT, Michel. *(Auto) biography - 1926-1984*, In: "History of present", University of California, Spring, 1988, pp. 13-15.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro, Cadernos da PUC/RJ, nº 16, 1974.
- FOUCAULT, Michel. *Constituição da psiquiatria*, 12 Conferências no Collège de France, Paris, 1973-1974. Resumo de Roberto C.M. Machado e Jurandir F. Costa, mimeo.
- FOUCAULT, Michel (coord.). *Eu, Pierre Rivière: que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*, Apresentação de M. Foucault, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*, São Paulo, Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I, a vontade de saber*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*, Portugal, Vega-Passagens, s/d.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, Petrópolis, Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *O dossier - últimas entrevistas*, Rio de Janeiro, Taurus, 1984.
- Foucault vivo*, Italo A. Tronca (org.), Campinas, Pontes, 1987.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a revolução francesa*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio; Brasília, INL, 1976, 2ª edição.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala, formação da família sob o regime da economia patriarcal*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento urbano*, Rio de Janeiro, José Olympio, Brasília, Fundação Nacional Pio-Memória, 1985.
- GABEL, J.J. Vallade. *Contos morais para os surdos-mudos, Traduzido para os alunos do Instituto do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1869.
- GABEL, J.J. Vallade. *Guia para os professores primários iniciarem a instrução dos surdos-mudos*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional de Laemmert, 1874.
- GALTON, Francis. *Hereditary genius*, London, Julyan Friedman, 1979 (1ª edição: 1869).
- GANDAVO, Pero Magalhães. *Século XVI - tratado da terra do Brasil; história da Província de Santa Cruz*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980.
- GARCIA, José Maurício Nunes. *Método de demonstrar o aparelho da audição*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Imparcial de F. de Paula Brito, 1839.
- GARDNER, George. *Viagens ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836-1841*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.
- GATEAUX-MENNECIER, Jacqueline. *Bourneville et l'enfance aliénée - l'humanisation du déficient mental au XIX siècle*, Paris, Centurion, s/d.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GOBINEAU, El Conde de. *Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas*, Barcelona, Editorial Apolo, 1937 (1ª edição: 1854).
- GODOIS, A.B. Barbosa de. *Higiene pedagógica para uso de normalistas*, Maranhão, Imprensa Nacional, 1914.
- GOÊS, José Roberto. *O cativo imperfeito - um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*, Vitória, Governo do Estado do Espírito Santo, 1993.
- GOFFMAN, Erwing. *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GOMES, Antônio Francisco. *Influência da educação física do homem*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Dous de Dezembro de Paula Britto, 1852.
- GOMES, Antônio Luiz. *Ociosidade, vagabundagem e mendicidade - estudo geral e jurídico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892.
- GOMES, Francisco de Paula Medeiros. *Da visão*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1851.
- GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio - aspectos de rebeldia do escravo no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, 1972.
- GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo - castigos de escravos no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, s/d.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1990 (1ª edição inglesa 1824).

- GREGOR, Adalbert. *Resultados do exame de asilados para fins de esterilização*, "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", ano II (4), outubro-dezembro, 1934.
- Grupos e instituições em análise*, Rodrigues, Leitão e Duarte (orgs.), Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica - cartografias do desejo*, Petrópolis, Vozes, 1986.
- GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger nossos colégios*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Imparcial de J.M. Nunes Garcia, 1858.
- GUIMARÃES, Pinheiro. *Consaguinidade e surdo-mudez*, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Francisco Alves, 1917.
- HEINRICH, Alexander. *O rei da bicharada*, reportagem da revista "Domingo", "Jornal do Brasil", ano 19, nº 969, 27 de novembro, 1994, pp. 68-71.
- HERCULANO, A. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 8ª edição, 3 vols., Lisboa/Rio de Janeiro, Livrarias Aillaud e Bertrand, Francisco Alves.
- História da criança no Brasil*, Mary del Priore (org.), São Paulo, Contexto, 1991.
- História e sexualidade no Brasil*, Ronaldo Vainfas (org.), Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso - os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

HOLLOWAY, Thomas. *Entrevista: 'saudável terror' das elites*, "Jornal do Brasil",
"Caderno B", 30 de julho, 1995, p. 5.

Instituto Benjamin Constant - Notícia histórica, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional,
1898.

Instituto Benjamin Constant - Regulamento, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901.

Instituto dos Surdos-Mudos - Notícia do (enviada para a Exposição de Filadélfia, com
artefatos de seus alunos), Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. e H. Laemmert,
1876.

Instituto dos Surdos-Mudos - Programa e Regulamento Interno, Rio de Janeiro, 1856.

Instituto dos Surdos-Mudos - Programa e Regulamento Interno, Rio de Janeiro, 1857.

Instituto dos Surdos-Mudos - Regimento Interno, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1881.

Instituto Nacional de Surdos-Mudos - Regulamento, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional,
1901.

*Instruções para o segundo recenseamento da população da República dos Estados
Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 31 de dezembro, 1890.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasilico ou crônica dos
frades menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense de
Maximiano Gomes Ribeiro, 1858 (Impressa em Lisboa em 1761 e reimpressa por
ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), vol. I.

JANNUZZI, Gilberta. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*, São Paulo,
Cortez - Autores Associados, 1985.

JARDIM, David Gomes. *A higiene dos escravos*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio
de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1847.

- JOBIM, José Martins da Cruz. *Relatório do Sr. Conselheiro Dr. Jobim, acerca da memória do Sr. Dr. Reichert, sobre as moléstias da cidade de São Paulo*, lido na sessão geral da Academia Imperial de Medicina, 1º de junho, 1857, "Anais Brasilienses de Medicina", vol. XI, dezembro, 1857, 1º ano, nº 10.
- JOFFILY, José. *Nos tempos de Branca Dias*, Londrina, Pé Vermelho, 1993.
- KAMEN, Henry. *A Inquisição na Espanha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- KEHL, Renato. *A cura da fealdade - eugenia e medicina social*, 1ª edição, São Paulo, Monteiro Lobato, 1923.
- KEHL, Renato. *A esterilização dos grandes degenerados e criminosos*, "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", ano I, nº 2, 1925, pp. 69-74.
- KEHL, Renato. *A esterilização sob o ponto de vista eugênico*, "Brasil-Médico", ano XXXV, vol. I, nº 13, 26 de março, 1921, pp. 155-157.
- KEHL, Renato. *Certificado médico pré-nupcial*, "Brasil-Médico", nº 6, 8-2, 1930, p. 162.
- KEHL, Renato. *Eugenia e medicina social - o problema da vida*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1920.
- KEHL, Renato. *Povo sã e povo doente*, Rio de Janeiro, Publicação do Brazil-Médico, 1920.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (provincias do norte)*, São Paulo, Livraria Martins Editora/EDUSP, 1972 (1ª edição: 1845), 2 vols.
- KLINEBERG, Otto. *As diferenças raciais*, São Paulo, Nacional, Ed. Universal São Paulo, 1966.

- KOSTER, H. e TOLLENARE, L.F. *A escravidão no Brasil*, Brasília, Fundação Projeto Rondon, Ministério da Educação - SESU, s/d.
- LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LACASSAGNE, C-L e DAVIE, Neil. *Luxo, algazarra e mau cheiro*, In: "Londres, 1851-1901 - A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades", Monica Charlot e Roland Marx (orgs.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- LAMBERT, Abade. *Catecismo para uso dos surdos-mudos sem instrução*, Traduzido para ensino no Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1869.
- LAMBERT, Jean-Luc. *Handicap mental et société - un défi pour l'éducation*, Suisse, Editour Delval, 1986.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O mercado urbano de escravos (Campinas - segunda metade do século XIX)*, "Primeira Versão", IFCH, UNICAMP, nº 37, 1991.
- LARA, Silvia Hunold. *O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial*, In: "Recordar Foucault - os textos do Colóquio Foucault", R. Janine Ribeiro (org.), São Paulo, Brasiliense, 1985.
- LAVRADIO, Marquês do. *Cartas do Rio (1769-1776)*, Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1978.
- LEÃO, Geraldo Franco de. *Analogias entre o homem são e o alienado - e em particular sobre a monomania*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1842.
- Lei Alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras*, "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", ano VII, nº 2, abril-junho, 1934, pp. 54-57.

- LEITE, Serafim. *Antônio Rodrigues soldado, viajante e jesuíta português na América do Sul*, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nº 49, Rio de Janeiro, 1927, pp. 55-73.
- LEITE, Serafim. *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira, São Paulo)*, Companhia Ed. Nacional, 1940.
- LEITE, Tobias. *Compêndio para o ensino dos surdos-mudos*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Tip. Universal de H. Laemmert e C., 1881.
- LEITE, Tobias. *Notícias do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. e H. Laemmert, 1877.
- LEITE, Tobias Rabelo. *Salvaguarda do surdo-mudo brasileiro*, s/d.
- LEMOS, Edison Ribeiro. *Educação de excepcionais - evolução histórica e desenvolvimento no Brasil*, Tese de Livre Docência em História da Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, setembro, 1981.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *O cemitério dos vivos - memórias*, São Paulo, Brasiliense, 1956.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *Aprisionando o desejo - confissão e sexualidade*, In: "História e sexualidade no Brasil", Ronaldo Vainfas (org.), Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp. 67-87.
- LIMA, Lana Lage da Gama e PINTO, Venâncio. *O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro*, In: "História da criança no Brasil", Mary del Priore (org.), São Paulo, Contexto, 1991.

- LIMA, Luiz Antônio Ferreira ou dos Santos. *Higiene mental e educação*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1927.
- LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda - ensaios sobre literatura e teoria*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Grão Pará - 1763-1769*, Texto inédito e apresentação de J.R. Amaral Lapa, Petrópolis, Vozes, 1978.
- LOBATO, José de Macedo Cordeiro de Negreiros. *Das alianças consangüíneas e de sua influência sobre o físico, o moral e o intelectual do homem*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Cosmopolita, 1873.
- LOBO, Gama. *Relatório: Estado sanitário da Capital*, Anais Brasilienses de Medicina, Tomo XVII, nº 12, maio, 1866.
- LOBO, Lilia Ferreira. *Crônica da escola assassinada*, "Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói, ano I, nº 1, 1989, pp. 59 a 67.
- LOBO, Lilia Ferreira. *Deficiência: prevenção, diagnóstico e estigma*, In: "Grupos, instituições em análise", Rodrigues, Leitão e Barros (orgs.), Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
- Londres, 1851-1901 - A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, Monica Charlot e Roland Marx (orgs.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993
- LOPES, Alberto Ulysses do Rego. *Epilepsia*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Domingos Luiz dos Santos, 1877.
- LOPES, Cunha. *Notícia histórica da assistência a psicopatas no Distrito Federal*, "Arquivos Brasileiros de Neurologia e Psiquiatria", Rio de Janeiro, no XXII, março/abril, 1939, nº 2, pp. 79-118.

- LOPES, Ernani. *Os meios de ação na campanha pela higiene mental*, Conferência na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 18 de abril, 1925, In: "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", ano I, no 2, 151-164.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Itatiaia, EDUSP, 1975 (1ª edição: 1820).
- LUZ, Madel T. *Natural, racional, social - razão médica e racionalidade científica moderna*, Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- MACHADO, Bernardino Antônio Alves. *Elefantíase dos gregos*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. do Brasil, 1846.
- MACHADO DE ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Rio de Janeiro, Lia Editor, 1971.
- MACHADO, Humberto F. *Escravos, senhores e café*, Niterói, Editora Cromos - Clube de Literatura, 1993.
- MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger nossos colégios*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Empresa Tip. dous de Dezembro, 1855.
- MAGALHÃES, Basílio de. *A educação da infância normal das crianças mentalmente atrasadas - apreciação sumária dos modernos sistemas pedagógicos europeus e indicação das modificações imprescindíveis que devem sofrer no ambiente físico-social do novo mundo*, 1º Congresso Americano da Criança, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917.

- MAGALHÃES, Basílio de. *Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência - contribuição para o estudo desse complexo problema científico e social, cuja solução urgentemente reclamam - a bem da infância de agora e das gerações porvindouras - os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais, da pátria brasileira*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio de Rodrigues e C., 1913.
- MAGALHÃES, Matheus Chaves. *Dos casamentos consangüíneos em relação à higiene*, Proposições da Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. & H. Laemmert, 1875.
- MAGNAN, V. *Recherches sur les centres nerveux - pathologie et physiologie*, Paris, G. Massan, 1876.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, 3ª edição, 2 vols., Petrópolis, Vozes, INL, 1976 (1ª edição: 1867).
- MALSON, Lucien. *As crianças selvagens - mito e realidade*, Porto, Livraria Civilização, 1978.
- MANNONI, O. *Itard e seu selvagem*, In: "Chaves para o imaginário", O. Mannoni, Petrópolis, Vozes, 1973.
- MARANHÃO, José Leite. *Aspecto médico-legal da oligofrenia larvar*, Tese para a cátedra de Medicina Legal e Higiene da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1937.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. *O filho da escrava*, In: "História da criança no Brasil", Mary del Priore (org.), São Paulo, Contexto, 1991.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

- MAXWELL, Keneth. *Pombal inspirou militares em 1964*. Entrevista a "Idéias-Livros", "Jornal do Brasil", 13 de maio de 1995, p. 6.
- MELLO, B. Vieira de. *A higiene na escola*, São Paulo, Tip. do Diário Oficial, 1902.
- MELLO, B. Vieira de. *Escolas ao ar livre e colônias de férias - escolas especiais para tardos*, extraído da Gazeta Clínica de São Paulo, São Paulo, outubro, 1917.
- MELLO, B. Vieira de. *Higiene escolar e pedagógica (para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino)*, São Paulo, Casa Vanorden, 1917.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*, São Paulo Companhia das Letras, 1989.
- MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades acerca da educação física dos meninos*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Teixeira e Comp., 1846.
- MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Que regime será mais conveniente para a criação dos expostos da Santa Casa da Misericórdia?*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal Laemmert, 1859.
- MELLO, José Antônio Gonsalves. *Gente da nação*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989.
- MELLO, Manuel Jacinto de Sampaio (1774). *Novo método de fazer açúcar ou reforma geral econômica dos engenhos do Brasil em utilidade particular e pública*, Bahia, Tip. de Manuel Antônio Silva Sereja, 1816.
- MESGRAVIS, Laima. *Santa Casa da Misericórdia de São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1977.
- MINEIRO, Beatriz Sofia. *Código de menores dos Estados Unidos do Brasil*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1929.

- MONCORVO FILHO (Dr.). *Histórico da proteção à infância no Brasil - 1500-1922*, Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Editora Paulo Pongetti e Cia., 1926.
- MONTAIGNE, Michel de. *Dos canibais*, In: "Os pensadores", São Paulo, Abril Cultural, 1972.
- MONTEIRO, Manoel Antônio Dias de Castro. *Alienação mental debaixo do ponto de vista médico-legal*, Proposições à Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de Nicolao Lobo Vianna Junior, 1852.
- MORÃO, Simão Pinheiro. *Queixas repetidas em ecos nos Arrecifes de Pernambuco - contra os abusos médicos que nas suas capitânias se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes (1677)*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1865.
- MOREL, B.A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades [atlas de XII planches]*, Paris, J.B. Ballière, 1857.
- MOTT, Luis R.B. *A Inquisição em Sergipe*, Aracaju, Sercore, Secretaria de Estado de Cultura e Meio Ambiente, 1989.
- MOURA, Azevedo. *O Rio de Janeiro, sua história, movimentos, homens notáveis, usos e curiosidades*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira, 1969.
- MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala - quilombos, insurreições, guerrilhas*, Rio de Janeiro, Conquista, 1972.
- MOURA, Esmeralda B.B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982.
- MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

- (A) *Negação da deficiência. A instituição da diversidade*, Maria Inácia D'Ávilla Neto (org.), Rio de Janeiro, Achiamé/Socius, 1984.
- NEVES, A.J.P. das. *Relatório acerca do tratamento dos alienados e seus principais hospitais em França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Bégica e Portugal*, Anais de Medicina Brasiliense, Rio de Janeiro, 4º ano, nº 1 e nº 2, vol. 4, 1848, pp. 12-16, pp. 42-47.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. *Africanos no Brasil*, 4ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- NOVINSKY, Anita W. *A Inquisição*, São Paulo, Brasiliense, 1992.
- NOVINSKY, Anita W. *Cristãos-novos na Bahia: 1624-1654*, São Paulo, Perspectiva, EDUSP, 1972.
- OLINTO, Plínio. *Introdução à psiquiatria*, Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia. Editores, 1930.
- OLIVEIRA, Avelino Senna de. *Consangüinidade e surdo-mudez*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Papelaria Ruy Macedo, 1902.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*, 2ª edição, Brasília, INL, EBRASA, 1971.
- ORLANDI, Orlando. *Teoria e prática do amor à criança - introdução à pedagogia social no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- PADILHA, Pedro Norberto de Arcourt e. *Raridades da natureza e da arte divididas pelos quatro elementos*, Lisboa Francisco Alves Aveiro, 1759.
- PARÉ, Ambroise. *Des monstres et prodiges*, Genève, Libraire Droz, 1971 (1ª edição 1573).
- PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar - histórias de submissão e rebeldia*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1991.

- PEARSON, Karl. *Darwinism, medical progress and eugenics - the cavendish lecture, 1912*, "Eugenics Laboratory Lectures", Galton Laboratory of National Eugenics, University of London, Cambridge, University Press, 1912, nº IX.
- PECHMAN, Robert Moses. *A invenção do urbano: a construção da ordem da cidade*, *III*: "Brasil, território da desigualdade", Piquet e Torres (orgs.), Rio de Janeiro, Zahar/Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.
- PEIXOTO, Antônio Luiz da Silva. *Considerações gerais sobre a alienação mental*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. e Livraria L.A. Burgain, 1837.
- PENAFIEL, Carlos. *Demência precoce e crime - um caso de uxoricídio por esganadura (questão médico-legal)*, *III*: "Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal", Rio de Janeiro, Oficinas de Tip. e Encad. do Hospital Nacional de Alienados, 1913, pp. 166-249.
- PENAFIEL, Carlos. *O elemento psíquico no trabalho humano (a Liga de Higiene Mental e os novos horizontes da higiene pública)*, *III*: "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", ano I, nº 2, pp. 11-26.
- PERNAMBUCANO, Ulysses. *A psicologia em Pernambuco*, extraído do nº de março, 1930, dos "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", Rio de Janeiro, Tip. da Sociedade Com. Hungsen Bras. Ltda.
- PERNAMBUCANO, Ulysses. *Classificação das crianças anormais. A parada do desenvolvimento intelectual e suas formas: a instabilidade e a astenia mental*, Dissertação para concurso de cátedra da Escola Normal Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, Imprensa Industrial, 1918.

- PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PESSOA, Miguel Thomaz. *Manual do elemento servil, contendo a legislação respectiva, numerosas notas e formulários para as causas de liberdade, de verificação de abandono do escravo, o processo de arbitramento, etc*, Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1875.
- PESSOTTI, Isaias. *Deficiência mental: da superstição à ciência*, São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1984.
- PINTO, Antônio Pereira D'Araujo. *Algumas proposições de frenologia*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de J.S. Cabral, 1841.
- PINTO, José dos Santos Corrêa. *Influências físicas e morais dos pais sobre a prole*, Tese à Faculdade de Medicina da Bahia, Tip. de Epiphanio Pedroza, 1855.
- PINTO, Norberto Souza. *A infância retardatária - ensaios de ortofrenia*, 2ª edição, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1928.
- Polyanthéa. *Consagrada à comemoração do 45º aniversário da instalação do Instituto dos Cegos do Brasil, Grêmio Commemorativo Beneficente Dezesete de Setembro*, Rio de Janeiro, 17 de setembro, 1899.
- PORTOCARRERO, Vera Maria. *Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*, Dissertação de Mestrado, Depto. de Filosofia, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1980.
- PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil - ensaio sobre a tristeza brasileira*, São Paulo, Ibrasa, Brasília, INL, 1981.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo - Colônia*, 16ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1979.

- PRATES, Tiburtino Maura. *Identidade da espécie humana*, Tese à Faculdade de Medicina da Bahia, Tip. Guaycuru, 1846.
- Primeira visitaç o do Santo Oficio às partes do Brasil: denunciaç es e confissões de Pernambuco - 1593-1595*, Recife, Fundarte, 1984.
- PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo - condição feminina, maturidades e mentalidades no Brasil Colônia*, Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, DF, EDUNB, 1993.
- QUAGLIO, Clemente. *A solução do problema pedagógico-social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil*, São Paulo, Tip. Espindola & Comp., 1913.
- Quadros Gerais. Recenseamento da população do Império, 1872.
- RAMAUGÉ, J.J.A. *Os cegos e os surdos e os meios infalíveis de restabelecer, fortificar e conservar a vista e o ouvir em bom estado até a idade avançada*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.
- RAMOS, Arthur. *Guerra e relação de raça*, Rio de Janeiro, Departamento da União Nacional dos Estudantes, 1943.
- Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 - Distrito Federal - Cidade do Rio de Janeiro - Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, Tip. Luzinger, 1895.
- Recordar Foucault - os textos do Colóquio Foucault*. R. Janine Ribeiro (org.), São Paulo, Brasiliense, 1985.
- REGO FILHO, José Pereira. *Dos casamentos consang neos*, Tese   Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Thevenet e C., 1868.

- REGO, José Pereira. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro do Império pelo Sr. José Pereira Rego, presidente da Junta Central de Higiene Pública, Estado Sanitário da Capital*, In: "Anais de Medicina Brasiliense, ano XVI, vol. XVI, nº 2, julho, 1864, pp. 30 a 32.
- REIS, Antônio Freire da Silva. *Sintomas fornecidos pelas funções intelectuais*, Proposições da Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1860.
- REIS, Dionísio Carlos de Azevedo. *Sintomas fornecidos pelas funções intelectuais*, Proposições da Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. da Atualidade, 1863.
- Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892.
- Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1894.
- Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.
- Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.
- Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903.
- Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904.
- Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905.

Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.

Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909.

Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.

Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915.

Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.

Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920.

Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

Religião, direito e sociedade: o ritual da confissão e a tradição inquisitorial no Brasil republicano, Roberto Kant de Lima (org.), "Cadernos do ICHF", Niterói, Universidade Federal Fluminense, nº 15, março, 1990.

RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão - sociedade - uma pesquisa historiográfica no Rio de Janeiro no século XIX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro, a vida da cidade refletida nos jornais - 1850-1870*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

RENDON, José Arouche de Toledo (1756-1834). *Obras*, São Paulo, Governo do Estado, 1978.

- RESENDE, Heitor. *Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica*, In: "Cidadania e loucura", Tundis e Costa (orgs.), Petrópolis, Vozes, 1994.
- REZENDE, João Batista. *Acerca da eficácia do aparato asilar*, "Cadernos de Psiquiatria Social", 2 (1); 9-13, 1984.
- REZENDE, João Batista. *Acerca do surgimento do hospital*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, UFRJ, 1986.
- RIBEIRO, Leonídio. *Laboratório de Biologia Infantil*, Rio de Janeiro, vol. I, Imprensa Nacional, 1937.
- RIBEIRO, Lourival. *Figuras e fatos da medicina no Brasil*, "Coleção de Monografia do Serviço Nacional de Tuberculose", monografia nº 5, Rio de Janeiro, 1964.
- RIEDEL, Gustavo. *L'hygiène mentale au Brésil*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1923.
- RIZZINI, Irma. *Assistência a infância - uma análise de sua construção*, Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.
- ROCHA, Franco da. *Esboço de psiquiatria forense*, São Paulo, Tip. Laemmert & C., 1905.
- ROCHA, Franco da. *Fragmentos de psiquiatria (Hospício de São Paulo)*, São Paulo, Tip. Ribeiro, 1895.
- RODRIGUES, Antero Americo Lopes. *A mendicidade*, Tese à Faculdade de Medicina da Bahia, Tip. de Carlos Poggetti, 1854.
- RODRIGUES, Sebastian. *Educación medico-pedagógica de los retardados*, "Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal", ano VI (3-4), 1910.
- ROMERO, Silvio. *O evolucionismo e positivismo no Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & C., 1895.

- ROQUETTE PINTO. *Seixos rolados - estudos brasileiros*, Rio de Janeiro, Mendonça, Machado e C., 1927.
- ROSS, Alan O. *Aspectos psicológicos dos distúrbios de aprendizagem e dificuldades de leitura*, São Paulo, McGraw-Hill, 1979.
- Roteiros e notícias de São Paulo colonial (1751-1804)*, São Paulo, Governo do Estado, 1977.
- ROXO, Henrique. *Higiene mental*, In: "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental", ano I, nº 2, 1925, pp. 1-9.
- ROXO, Henrique de Brito Belford. *Manual de psiquiatria*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1921.
- ROXO, Henrique. *Novas considerações sobre as perturbações mentais nos negros do Brasil*, In: "Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria", Rio de Janeiro, nº 2, março/abril, 1939, pp. 72-78.
- ROXO, Henrique. *Perturbações mentais nos negros do Brasil (Comunicação ao 2o Congresso Médico Latino-Americano)*, In: "Brasil-Médico", ano XVIII, nºs 16, 17, 18, 19, 1904.
- ROZA, Francisco Luiz da Gama. *Dos casamentos*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de G. Luinzinger e Filhos, 1876.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia - 1550-1755*, Brasília, Universidade de Brasília, 1981.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil - Espírito Santo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1978.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*, 2ª edição, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1972.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais - 1822*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932 (1ª edição francesa: 1830).
- SAINT-HILAIRE, M. Isidore Geoffroy. *Histoire générale et particulière de l'organisation chez l'homme et les animaux*, 4 vol., Paris, J.B. Baillièrre, 1857.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos - povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*, São Paulo, Pioneira, 1976.
- SAMARA, Eni Mesquita. *A família brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SAMPAIO, Guarany. *A esterilização eugênica e a deontologia médica*, Tese à Faculdade de Medicina de São Paulo, Tip. Irmãos Ferraz, 1928.
- SANTANA, Eudoro. *Órfãos da abolição. Tráfico de trabalhadores e trabalho escravo*, Fortaleza, Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Imprensa Oficial do Ceará, IOCE, 1993.
- SANTOS, Augusto Ferreira dos. *Legislação e jurisprudência relativas às afecções mentais*, Tese de concurso para a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1875.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da medicina no Brasil (do século XVI ao século XIX)*, São Paulo, Editora Brasiliense Ltda., 1947, 2 vols.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *Pequena história da medicina brasileira*, São Paulo, Buriti, USP, 1966.

- SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.
- SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1965.
- SANTOS, Joel Rufino. *O que é o racismo*, São Paulo, Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Joel Rufino. *Zumbi*, São Paulo, Moderna, 1985.
- SANTOS, Joel Vieira dos. *Que regime será mais conveniente para a criação dos expostos da Santa Casa da Misericórdia*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. de J.X. de Souza Menezes, 1858.
- SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e cristãos-novos*, 1ª edição, Porto, Editorial Inova, fevereiro, 1969.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão - a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantina no século XVIII*, São Paulo, Nacional, 1976.
- SCHEERENBERGER, R.C. *A history of mental retardation*, Baltimore, London, 1982.
- SCHOTT, Gaspar (S.J.). *Physica curiosa, sive mirabilia natural et artis quibuspleraq; quae de Angelis, Daemonibus, Hominibus, Spectris, Energumenis, Monstris, Portentis, Animalibus, Meteoris & C. - Execudebat*, Jobus Hertz, Tip. Herbipol, 1662.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo Companhia das Letras, CNPq, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são? - ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- SEABRA, Aristides de Campos. *Estudo médico-legal do casamento - motivos de impedimento e de nulidade de casamento e motivos de divórcio*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Bernard Frères, 1902.
- SÉGUIN, Édouard. *Traitement moral, hygiène et éducation des idiots - et des autres enfants arriérés ou retardés dans leur développement, agités de mouvements involontaires, débiles, muets non sourds, bègues etc*, Paris, chez J.B. Bailliére, 1846.
- SENA, José Candido da Costa. *Dos casamentos consangüíneos em relação à higiene*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. e H. Laemmert, 1875.
- SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de história de Portugal*, 4 vols., 8 Tomos, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.
- SERZEDELLO CORRÊA, Inocência. *Inspeção sanitária escolar - apontamentos sobre as primeiras medidas postas em prática para organizar o serviço*, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Paiz, 1909.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins e. *A curva que abalou os Estados Unidos*, Artigo, Suplemento "Mais", Folha de São Paulo, 30 de outubro, 1994, p. 4.
- SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*, Tese à Faculdade de Medicina da Bahia, Tip. de F. Felix, 1869.

- SILVA, João Diogo Esteves da. *Dos casamentos sobre o ponto de vista higiênico*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Lambaerts e Comp., 1879.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império e de cada provincia de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje, e Resumo histórico dos inquéritos censitários no Brasil - Recenseamento do Brasil - 1920*, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1981.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Filantropia e imigração - a Caixa de Socorros de D. Pedro V*, Publicação comemorativa do 125º aniversário da fundação da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa, Caixa de Socorros D. Pedro V, Rio de Janeiro, 1990.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O problema dos expostos na Capitania de São Paulo*, In: "Anais do Museu Paulista", nº 30 (1980-1981), pp. 147-157.
- SILVA, Otto Marques da. *A epopéia ignorada - a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*, São Paulo, CEDAS, 1986.
- SILVADO, Brazil. *Les aveugles au Brésil*, Rio de Janeiro, Imprimerie Nationale, 1902.
- SILVADO, Brazil. *O Instituto Benjamin Constant - educação dos cegos - breve notícia*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.
- SINGER, Paul; CAMPOS, Oswaldo e OLIVEIRA, Elizabeth M. de. *Prevenir e curar - o controle social através dos serviços de saúde*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.
- SIQUEIRA, Sônia A. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*, São Paulo, Ática, 1978.

- SIZERANNE, Maurice de la. *Les aveugles par un aveugle*, Paris, Librairie Hachette et C^{ie}, 1889.
- SOARES, L.C.; FARIA, S.S.C. e DRUMOND, J.A. *Estudos sobre a escravidão*, "Cadernos do ICHF", nº 19, abril, 1990, Niterói, ICHF, UFF.
- SOARES, Luiz Carlos. *O Estado e a punição dos escravos infratores da lei no Brasil do século XIX*, "Cadernos do ICHF", nº 19, abril, 1990, Niterói, ICHF, UFF, pp. 21-33.
- Sociedade Eugênica de São Paulo - Anais de Eugenia*, São Paulo, Edição da "Revista do Brasil", 1919.
- SOMBRA, Luzimar Alvino. *Evolução histórica das concepções sobre as pessoas excepcionais*, MEC, CENESP, IBC, 1982, (mimeo).
- SOUTTO MAYOR, José da Cunha. *Epilepsia*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1878.
- SOUZA, Ivo Gonçalves de. *Higiene e procriação*, Tese à Faculdade de Medicina da Bahia, Tip. Grande Estabelecimento Gráfico, 1919.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro - a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- SPIX, J.B. von e MARTIUS, K.F. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981, 3 vols.
- STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1974.

- STIKER, Henri-Jacques. *Corps infirmes et sociétés*, Paris, Éditions Aubier Montaigne, 1982.
- TAUNAY, Affonso de E. *Monstros e monstregos do Brasil - ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1937.
- TAUNAY, Affonso de E. *Visitantes do Brasil Colonial - séculos XVII e XVIII*, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- TEIXEIRA, Bento. *Prosopopéia*, São Paulo, Edições Melhoramentos; Brasília, INL, 1977.
- TEIXEIRA, João Martins. *Das alianças consangüíneas e de sua influência sobre o físico, moral e intelectual do homem*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1872.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1978.
- THUILLIER, Guy. *Archives et biographie: le cas d'Edouard Séguin*, "Handicaps et Inadaptations - Les Cahiers du CTNERHI", Paris, nº 50, 1990, pp. 93-96.
- THUILLIER, Guy. *Pour une histoire de l'éducation des idiots*, "Handicaps et Inadaptations - Les Cahiers du CTNERHI", Paris, nº 50, avril-juin 1990, pp. 79-81.
- TOLLENARE, L.F. *Notas dominicais - 1816, 1817, 1818*, Recife, Empresa do Jornal do Recife, 1905.
- Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais - Vila Rica - 1804*, Herculano Gomes Mathias (ed.), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969, vol. 63.

- VAINFAS, Ronaldo. *Sodomia, mulheres e Inquisição: notas sobre sexualidade e homossexualismo feminino no Brasil colonial*, "Anais do Museu Paulista", São Paulo, nº 35, 1986-1987, pp. 233-249.
- VALLADARES, Francisco de Paulo. *Dos hospitais e hospícios*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1878.
- VALLE, Manoel Maria de Moraes. *A mendicância*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. do Ostensor Brasileiro de J.J. Moreira, 1846.
- VASCONCELLOS, Carlos Rodrigues. *Higiene escolar - suas aplicações à Cidade do Rio de Janeiro*, Tese de Concurso, Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1888.
- VASCONCELLOS, Ivolino de. *Observações sobre a alimentação dos brasilíndios na Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil, de Simão de Vasconcellos*, XV Congresso Internacional de História da Medicina, Lisboa, 1956.
- VAZ, Paulo. *Um pensamento infame - história e liberdade em Michel Foucault*, Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- VENANCIO, Renato Pinto. *A infância abandonada no Brasil colonial: o caso do Rio de Janeiro no século XVIII*, "Anais do Museu Paulista, São Paulo, nº 35, 1986-1987, pp. 221-232.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- VIAL, Monique. *Les enfants anormaux - note sur les nomenclatures au début du XX^e siècle*, "Handicaps et Inadaptations, Les Cahiers du CTNERHI, Paris, nº 50, avril/juin, 1990, pp. 49 a 55.

- VIANNA, Antônio da Fonseca. *Considerações higênicas e médico-legais sobre o casamento relativamente à mulher*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1842.
- VIANNA, Raimundo. *Os rumos da medicina social (a nobre campanha da Liga Brasileira de Higiene Mental)*, Conferência na Sociedade de Medicina de Porto Alegre, *In*: "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, ano I, nº 2, pp. 175-181.
- VIDAL, Antônio. *La institución de niños sordo-mudos. Investigaciones de psicofisiologia experimental. Plan de un estudio en realización conparticular referenda a la Republica Argentina*, "Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, ano VI (3-4), 1910, pp. 342-252.
- VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, Salvador, Editora Itapuã, 1969, 3 vols.
- VILHENA, Rodolpho. *Primeiro caso de teratopagia registrado no Brasil, à luz de um documento do Arquivo Nacional*, "Revista Brasileira de História da Medicina", vol. III, nº 4, 1952, pp. 91-102 e continuação vol. IV, nº 1, 1953, pp. 98-102.
- VILLARDS, Carron du. *Discurso sobre a instituição de um estabelecimento destinado ao tratamento gratuito das pessoas indigentes, que sofrem do mal de olhos, e sobre a importância das instituições deste gênero, etc*; lido em francês, na sessão pública da Academia Imperial de Medicina, em 30 de junho de 1858, na augusta presença de S.M. Imperial (versão), "Arquivos Brasilienses de Medicina, vol. 12, janeiro, 1859, nº 11, 12º ano.
- VILLELA, Miguel Alves. *Determinar se um recém-nascido é, ou não vitável, tanto no caso de ser natural, como monstruosa a sua organização*, Proposições da Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. do Correio da Tarde, 1855.

Vítimas da medicina nazista - estudiosos revelam como Hitler mandou assassinar deficientes, [resenha sem autoria], "Jornal do Brasil", "Idéias/Livros", sábado, 1^o de abril, 1995.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*, 2 vol., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1985 (1^a edição inglesa: 1830).

XAVIER, Frederico Augusto dos Santos. *Dos casamentos do ponto de vista higiênico*, Tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Tip. Cinco de Março, 1876.

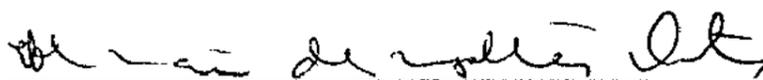
ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinação pela província de São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.

ZARUR, Dahas. *História da Santa Casa*, Rio de Janeiro, Gráfica Itambé, 1974.

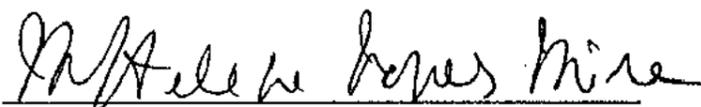
APÊNDICE

FOTOS

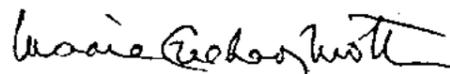
Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Lilia Ferreira Lobo, intitulada "Os infames da história: A Instituição das deficiências no Brasil", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:



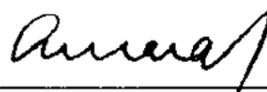
Profª. Esther Maria de Magalhães Arantes
(Orientadora) PUC-Rio



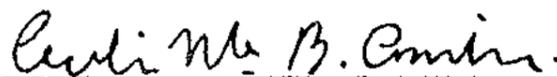
Profª. Maria Helena Novaes Mira
PUC-Rio



Profª. Maria Euchares Motta
PUC/Rio

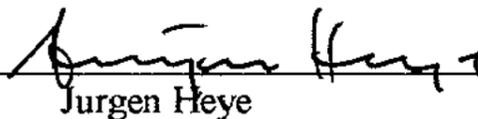


Prof. Marcio Tavares D'Amaral
UFRJ



Profª. Cecília Maria Bouças Coimbra
UFF

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, 01/12/97.



Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas